



REVISTA LUSÓFONA
DE ESTUDOS culturAIS

LUSOPHONE JOURNAL
of culturAI STUDIES

Género: contributos para uma compreensão efetiva das mudanças

*Gender: contributions to an
effective understanding of changes*



2015

Volume III

01

Editores | Editors

Moisés de Lemos Martins

Maria Manuel Baptista

Zara Pinto-Coelho

Sara Vidal Maia



ESTUDOS
culturAIS
Programa Doutoral | www.cec.univ-evora.pt



REVISTA LUSÓFONA
DE ESTUDOS culturAIS



Título | Title: Género: contributos para uma compreensão efetiva das mudanças / *Gender: contributions to an effective understanding of changes*

Editores | Volume Editors vol. 3, nº 1 – junho | june 2015: Moisés de Lemos Martins, Maria Manuel Baptista, Zara Pinto-Coelho & Sara Maia

Conselho Editorial | Editorial Board

Albertino Gonçalves (*Universidade do Minho*), Aline Ferreira (*Universidade de Aveiro*), Ana Margarida Ramos (*Universidade de Aveiro*), Ana Maria Correia (*Universidade de S. José*), Ana Maria Ramalheira (*Universidade de Aveiro*), Anabela Carvalho (*Universidade do Minho*), Anthony Barker (*Universidade de Aveiro*), Armando Jorge Lopes (*Universidade Eduardo Mondlane*), Cristina Carrington (*Universidade de Aveiro*), David Callahan (*Universidade de Aveiro*), Emília Araújo (*Universidade do Minho*), Felisbela Lopes (*Universidade do Minho*), Fernanda Cavacas (*Universidade Politécnica de Maputo*), Fernando Paulino (*Universidade de Brasília*), Gillian Moreira (*Universidade de Aveiro*), Helena Pires (*Universidade do Minho*), Helena Sousa (*Universidade do Minho*), Maria Immacolata Vassalo de Lopes (*Universidade de São Paulo*), Jean Duruz (*Universidade de South Australia*), Jean Martin Rabot (*Universidade do Minho*), José Carlos Venâncio (*Universidade da Beira Interior*), José Clerton Martins (*Universidade de Fortaleza*), Juremir Machado da Silva (*Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*), Larissa Latif (*Universidade de Aveiro*), Luís Machado de Abreu (*Universidade de Aveiro*), Madalena Oliveira (*Universidade do Minho*) Manuel Cuenca (*Universidade de Deusto*), Manuel Pinto (*Universidade do Minho*), Marek Wojtaszek (*Universidade de Lodz*), Margarita Ledo (*Universidade de Santiago de Compostela*), Maria Eugénia Pereira (*Universidade de Aveiro*), Maria Manuel Baptista (*Universidade de Aveiro*), Moisés de Lemos Martins (*Universidade do Minho*), Nelson Zagalo (*Universidade do Minho*), Neusa Bastos (*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*), Nuno Rosmaninho (*Universidade de Aveiro*), Olinda Charone (*Universidade de Belém do Pará*), Otilia Martins (*Universidade de Aveiro*), Paulo Bernardo Vaz (*Universidade Federal de Minas Gerais*), Phillip Rothwell (*Universidade de Rutgers*), Regina Pires de Brito (*Universidade Mackenzie de São Paulo*), Rosa Cabecinhas (*Universidade do Minho*), Sara Pereira (*Universidade do Minho*), Sérgio Ferretti (*Universidade Federal do Maranhão*), Silvino Lopes Évora (*Universidade de Cabo Verde*), Teresa Cortez (*Universidade de Aveiro*), Wladilene Lima (*Universidade de Belém do Pará*), Zara Pinto Coelho (*Universidade do Minho*).

Diretor Gráfico e Edição Digital | Graphic Director and Digital Editing: Pedro Portela

Assistente Editorial | Editorial Assistant: Zara Pinto-Coelho

Assistente de Formatação Gráfica | Graphic Assistant: Ricardina Magalhães

URL: <http://estudosculturais.com/revistalusofona/index.php/rlec> // **imagem capa | cover:** Maria Joana Pereira

Edição: *Revista Lusófona de Estudos Culturais* é editada semestralmente (2 números/ano ou 1 número duplo) pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho, em formato bilingue (português e inglês). Os autores que desejem publicar artigos ou resenhas devem consultar o URL da página indicado acima.

The journal *Lusophone Journal of Cultural Studies* is published twice a year and is bilingual (Portuguese and English). Authors who wish to submit articles for publication should go to URL above.

Redação e Administração | Address:

CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Universidade do Minho, Campus de Gualtar
4710-057 Braga – Portugal

Telefone | Phone: (+351) 253 604695 // **Fax:** (+351) 253 604697 // **Email:** cecs@ics.uminho.pt // **Web:** www.cecs.uminho.pt

ISSN: 2183-0886

Depósito legal | Legal deposit: 166740/01

Apoio financeiro da FCT/MEC — Programa Estratégico com a referência UID/CCI/00736/2013 - através de fundos nacionais e quando aplicável cofinanciado pelo FEDER, no âmbito do Acordo de Parceria PT2020.



Traduções com o apoio financeiro da FCT/MEC — Programa Estratégico com a referência UID/CCI/00736/2013 - através de fundos nacionais e quando aplicável cofinanciado pelo FEDER, no âmbito do Acordo de Parceria PT2020.

Índice

Género: contributos para uma compreensão efetiva das mudanças	7
Moisés de Lemos Martins, Maria Manuel Baptista, Zara Pinto-Coelho & Sara Maia	
Gender: contributions to an effective understanding of changes	13
Moisés de Lemos Martins, Maria Manuel Baptista, Zara Pinto-Coelho & Sara Maia	
<hr/>	
ARTIGOS / ARTICLES	19
'Um ódio tão intenso...'. <i>Temos de falar sobre o Kevin</i>. Pós-feminismo e cinema feminino	21
Sue Thornham	
'A hatred so intense...'. <i>We need to talk about Kevin</i>. Postfeminism and women's cinema	43
Sue Thornham	
Análise de uma ação coletiva: comunicação e mobilização em defesa do direito de escolha da mulher em relação ao parto	65
Aline Gonçalves & Celsi Silvestrin	
Analysis of a collective action: communication and the mobilization for women's free decisions in childbirth	83
Aline Gonçalves & Celsi Silvestrin	
Entre o social e biológico: Repensando a maternidade à luz das novas técnicas de reprodução assistida	99
Cláudia Álvares	
Between the social and the biological: rethinking maternity in light of new techniques of assisted reproduction	111
Cláudia Álvares	
Casamentos invertidos: acusações e preconceitos em arranjos conjugais desviantes	123
Mirian Goldenberg	
Inverted marriages: accusations and prejudice in deviant marital arrangements	143
Mirian Goldenberg	
O beijo subversivo que subverte a telinha	163
Tânia Montoro & Maria Luiza Mendonça	
The subversive kiss that subverts the small-screen	177
Tânia Montoro & Maria Luiza Mendonça	
Género e perda emocional profunda na velhice	191
Jenny Sousa & Maria Manuel Baptista	
Gender and deep emotional loss in old age	213
Jenny Sousa & Maria Manuel Baptista	
As mulheres na mobilidade académica internacional: uma caracterização das pesquisadoras brasileiras na Universidade do Minho	233
Sónia Cerqueira & Rita Ribeiro	

Women undergoing international academic mobility: a description of the Brazilian female researchers at the Universidade do Minho	245
Sônia Cerqueira & Rita Ribeiro	
O género da recessão: quando os modelos de gestão e as políticas económicas neoliberais definem as posições-de-sujeito das mulheres	257
Juliana Souza	
The gender of recession: when neoliberal management models and economic policies define women's subject-position	269
Juliana Souza	
Género e corporificação na sociedade mundial	281
Raewyn Connell	
Gender and embodiment in world society	289
Raewyn Connell	
Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas	297
Jasbir K. Puar	
Homonationalism as Assemblage: viral travels, affective sexualities	319
Jasbir K. Puar	
VÁRIA / VARIA	339
Os Estudos Culturais como novas Humanidades	341
Moisés de Lemos Martins	
Cultural Studies as the new Humanities	363
Moisés de Lemos Martins	
RESENHAS / BOOK REVIEWS	383
Chinweizu, I. (1990). Anatomy of female power: a masculinist dissection of patriarchy. Lagos, Nigéria: Pero Press	385
Sara Maia	
Chinweizu, I. (1990). Anatomy of female power: a masculinist dissection of patriarchy. Lagos, Nigeria: Pero Press	389
Sara Maia	
Braidotti, R (2002). Metamorphoses: towards a materialist theory of becoming. Reino Unido: Polity Press	393
Helena Ferreira	
Braidotti, R (2002). Metamorphoses: towards a materialist theory of becoming. United Kingdom: Polity Press	399
Helena Ferreira	
Butler, J. (2004). Undoing gender. Nova York e Londres: Routledge	405
Rita Himmel	
Butler, J. (2004). Undoing gender. New York and London: Routledge	411
Rita Himmel	

Nocella II, A. J.; Sorenson, J.; Socha, K. e Matsuoka, A. (Eds.) (2014). Defining critical animal studies: An intersectional social justice approach for liberation. Nova Iorque: Peter Lang	415
<hr/>	
Nocella II, A. J.; Sorenson, J.; Socha, K. e Matsuoka, A. (Eds.) (2014). Defining critical animal studies: An intersectional social justice approach for liberation. New York: Peter Lang	419
<hr/>	

GÉNERO: CONTRIBUTOS PARA UMA COMPREENSÃO EFETIVA DAS MUDANÇAS

Moisés de Lemos Martins¹, Maria Manuel Baptista², Zara Pinto-Coelho³ & Sara Maia⁴

Nos últimos 20 anos, as relações de género e a forma como são experienciadas, representadas e consubstanciadas em práticas, sofreram mudanças profundas. Urge compreender este processo de forma mais aprofundada e efetiva, particularmente no que diz respeito às dinâmicas de poder e de controlo envolvidas, e ao espaço dos países de expressão portuguesa.

Tendo como pano de fundo estas reconfigurações e interesses, a Revista Lusófona de Estudos Culturais reúne no seu 5º número contribuições de investigadores em início de carreira e investigadores consagrados de várias partes do mundo (Grã-Bretanha, Estados Unidos da América, Brasil e Portugal) e proporciona aos leitores portugueses a possibilidade de lerem na sua língua materna os trabalhos de Raewyn Connell, Jasbir Puar e Sue Thornham.

O conjunto de artigos que integram este número, procura concorrer, numa lógica inter ou transdisciplinar, para uma compreensão aprofundada e crítica das mudanças ocorridas em diversos domínios da sociedade com implicações nas relações e nas identidades de género. Os participantes trabalham com diferentes quadros teóricos e visam a compreensão de questões diversas relacionadas com os domínios da maternidade, das relações afetivas e sexuais, do envelhecimento, do ativismo social, da ciência e da academia, da economia e das políticas públicas.

A iniciar o volume, Sue Thornham, a propósito do filme *Precisamos de falar sobre Kevin* (2011), realizado por Lynne Ramsay, uma realizadora escocesa cuja obra tem integrado um interesse pela figura da mãe, traz para a discussão o “novo mamaísmo” que surgiu nos anos 90 nos Estados Unidos da América. Segundo a académica da universidade de Sussex, o filme de Ramsay constitui uma crítica ao discurso pós-feminista de celebração de um novo modo de ser mãe a tempo inteiro. Neste discurso, a maternidade é retratada como uma escolha feita por uma mulher liberada e esclarecida e como parte integrante da realização pessoal feminina. Situando a sua discussão no quadro do cinema de resistência feminista e dos melodramas maternais, a autora defende que no filme de Ramsay a díade mãe-filho, ao contrário de filmes anteriores, é apresentada pelos olhos da mãe. *Precisamos de falar sobre Kevin* leva-nos para um mundo cujos termos e

¹ Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade do Minho. E-mail: moisesm@ics.uminho.pt; moisesl-martins@gmail.com

² Centro de Línguas Literaturas e Culturas - Universidade de Aveiro. E-mail: mbaptista@ua.pt

³ Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade do Minho. E-mail: zara@ics.uminho.pt

⁴ Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade do Minho. E-mail: saravmaia@ua.pt

limites são ditados pelo filho, num horizonte cultural que insiste na possibilidade de escolha, ao mesmo tempo que demonstra a impossibilidade da mesma. Sue defende que o filme coloca-nos numa posição de sujeito armadilhada, de violência cúmplice, para a qual parece não haver nem saída, nem possibilidade de redenção.

Ainda sobre o tema da maternidade, Aline Gonçalves e Celsi Silvestrin, a propósito da mobilização, ocorrida em 2012, de um conjunto de mulheres brasileiras em defesa do parto domiciliar, mostram como o uso combinado dos novos média e dos média tradicionais foi fundamental para ampliar a discussão e visibilidade social do tema, e para impulsionar uma ação coletiva em torno do mesmo. Situando a sua análise no papel da comunicação e dos atores coletivos na sociedade, as investigadoras apresentam também elementos que ajudam a compreender as razões que levaram mulheres brasileiras a contestar o modelo de assistência obstétrica vigente, a defender os direitos de escolha e de autonomia das mulheres em relação ao parto e o acesso a um atendimento humanizado.

A discussão em torno da maternidade continua no artigo de Cláudia Alvarez. A Professora Associada da Universidade Lusófona de Lisboa organiza o seu artigo em torno das novas configurações de maternidade decorrentes do recurso a técnicas de Procriação Medicamente Assistida. Motivada por uma análise dos entendimentos do conceito de maternidade presentes na cobertura noticiosa da Procriação Medicamente Assistida por parte do jornal *Público* nos anos 2008 e 2009, Cláudia destaca que os esforços de contenção da deriva de significados em que se encontra atualmente o conceito de maternidade são inglórios, uma vez que o progresso constante da técnica torna cada mais evidente o fosso entre o social e o biológico. O que até há pouco tempo era relativamente consensual, tornou-se, segundo a autora, particularmente controverso, mesmo no seio da discussão feminista, com umas a celebrar a primazia do social sobre o biológico e outras a defender a vinculação biológica entre mãe e filho. A investigadora conclui que a cobertura do assunto no jornal *Público* manifesta uma clara tendência para inserir estas novas realidades no modelo médico tradicional das relações maternas, priorizando a transmissão de um património genético em detrimento da dimensão “educar/criar um filho”.

Mirian Goldenberg, no artigo intitulado “Casamentos invertidos: acusações e preconceitos em arranjos conjugais desviantes”, procura compreender as razões pelas quais, numa cultura e sociedade em que o corpo jovem é um capital e o casamento com homens mais novos visto como desviante, algumas mulheres preferem maridos mais jovens e alguns homens mulheres mais velhas. Tomando como base os dados da pesquisa “Corpo, envelhecimento e felicidade”, analisa os discursos de mulheres e homens sobre casamentos nos quais as mulheres são mais velhas do que os seus maridos. A académica propõe a palavra “salvação” como condensador descritivo principal destes discursos: eles salvaram as mulheres da morte social e elas salvaram os homens da morte precoce, e ambos batalham no sentido de preservar o seu tão estimado porto de abrigo. Mirian conclui interrogando-se por que razões muitas mulheres e homens brasileiros continuam a fortalecer o tabu da idade e a sublinhar a juventude como principal moeda de troca nas relações afetivas e sexuais. Num contexto em que o crescimento de arranjos conjugais considerados desviantes não para de crescer, os testemunhos dessas

experiências parecem reveladores da existência de um maior grau de satisfação nesses arranjos do que em relacionamentos socialmente aceites.

Mantendo-nos no contexto brasileiro, o artigo de Tânia Montoro e de Maria Luiza Mendonça, a propósito da novela exibida pela Rede Globo no horário “nobre”, das 21 horas, *Babilónia*, trazem para a reflexão a articulação entre o envelhecimento e o lesbianismo, e os seus efeitos de poder e de exclusão. Procuram compreender em particular as razões do debate intenso e polarizado das manifestações públicas nas redes sociais em torno do casal de lésbicas de idade madura existente na trama da novela. As investigadoras sublinham as contradições que atravessam a sociedade brasileira atual, onde a par das transformações ocorridas em instituições tradicionais, como é o caso da família, e de discursos progressistas a favor de categorias e grupos minoritários, por exemplo no campo legislativo, persistem ainda a intolerância e os preconceitos contra mulheres que reúnem dois tipos de estigma: a velhice e o lesbianismo.

Visando compreender a influência do sexo nos processos de luto e na capacidade de adaptação à perda, Jenny Sousa e Maria Manuel Baptista apresentam os resultados de um estudo empírico desenvolvido num contexto de viuvez e de institucionalização permanente. A investigação revela diferenças entre os discursos das viúvas e dos viúvos, base a partir da qual as autoras sublinham que a perda e os aspetos que envolvem a superação da mesma são influenciados pelos papéis de género que condicionaram as experiências e as formas de sociabilidade do casal. As autoras fecham o artigo com uma recomendação às estruturas residenciais no sentido de as mesmas fornecerem diferentes estratégias de apoio na superação do luto, adequadas e coerentes com os universos sociais e culturais das viúvas e dos viúvos.

A abrir o tema do género e das políticas públicas, temos o artigo intitulado “As mulheres na mobilidade académica internacional: uma caracterização das pesquisadoras brasileiras na Universidade do Minho” de Sônia Cerqueira e Rita Ribeiro. Neste texto as autoras apresentam quem são as mulheres inseridas na mobilidade internacional e o que procuram nestas trajetórias, quais são as suas principais motivações na escolha da universidade e do país de acolhimento e quais os significados e sentidos que atribuem à mobilidade. Ancoram a análise desta realidade no debate sobre o crescimento da participação feminina na ciência e na academia no Brasil, e as desigualdades de género que persistem ainda naqueles campos e diminuem as oportunidades das mulheres ocuparem certas posições na hierarquia profissional e em determinadas áreas do saber. Referem ainda como as desigualdades de género se manifestam no intercâmbio internacional, destacando em particular os obstáculos derivados da colagem cultural das mulheres à esfera da reprodução (e às expectativas daí decorrentes de serem mais propensas à prestação do cuidado, nomeadamente no seio das famílias). As investigadoras caracterizam a mobilidade em análise como desviante (semi-periférica) face às formas hegemónicas de mobilidade académica, e como uma tentativa de construção de novas trajetórias de ação na ciência, movida pela necessidade de visibilidade, de um maior reconhecimento profissional e por um desejo de acolhimento e de integração social.

Juliana Souza questiona no seu artigo a não inclusão de políticas públicas que contemplem as relações de género, no Portugal da crise financeira atual. Explorando a

hipótese de o impacto da recessão financeira variar segundo a exclusão ou a incorporação de modelos de gestão baseados em políticas públicas que compreendam as relações de género, a autora assinala alguns dos principais impactos da recessão no quotidiano das mulheres em Portugal. Realça em particular duas questões: o modo como a ausência de políticas públicas para a igualdade de género se tornou determinante para o agravamento da crise social em anos de austeridade; e como o diálogo entre o modelo neoliberal, a retórica pós-feminista do consumo e da meritocracia e o incentivo mediático para que as mulheres regressem ao papel de dona de casa como meio de combate à crise conflui para estreitar ainda mais as posições de sujeito das mulheres portuguesas, acentuando a sua subordinação e opressão, ao mesmo tempo que pode favorecer um retrocesso ideológico.

No quadro dos debates liberais sobre discursos de direitos, e do sujeito baseado em direitos, Jasbir Puar, Professora Associada da Universidade Rutgers, Nova Jérquia, Estados Unidos da América, traz para o debate o surgimento dos movimentos gays e lésbicos e mostra como a sexualidade se tornou fundamental para a articulação dos cidadãos plenos em áreas como o género, a classe e a raça, tanto em termos nacionais como transnacionais. A investigadora sublinha que é necessário olhar para as consequências não progressistas da legislação progressista relativa a modos de conduta corporal que desafiam os parâmetros da identidade. Chamando a terreno o seu trabalho sobre homonacionalismo, destaca a relevância dos discursos sobre direitos sexuais e da narrativa de “lavagem cor-de-rosa” para legitimar a ocupação da Palestina por Israel. Jasbir afirma que o âmago do discurso de “lavagem cor-de-rosa” não é a identidade sexual, mas a regulação da identidade num mundo crescentemente homonacionalista — isto é, — um mundo que avalia a pertença nacional com base no tratamento dos seus homossexuais. Conclui propondo que pensemos a sexualidade não como uma identidade, mas mosaicos de sensações, afetos e forças. A viralidade desta noção, diz-nos a autora, tem o potencial de destabilizar não só noções humanistas dos sujeitos da sexualidade, como também a organização política que procura resistir aos discursos jurídicos instituídos com o objetivo de nomear e controlar estes sujeitos de sexualidade.

A coleção de artigos publicados neste número 5 da Revista Lusófona de Estudos Culturais encerra com o contributo de Raewyn Connell, Professora Emérita da Universidade de Sydney. A investigadora propõe-se devolver os corpos ao debate sobre género, no quadro de um mundo novo que descreve como instável, ameaçador e de capitalismo desregulado, onde os corpos são colonizados e minados tendo em vista o lucro. Raewyn sublinha que a natureza genderizada da economia mundial e do sistema político contemporâneo deriva de uma longa história de relações de poder de género, inseridas nas estruturas institucionais das sociedades imperiais e pós-coloniais, que é também a história de uma luta. Discute em seguida a complexidade dos efeitos de género do neoliberalismo e a diversidade dos mesmos através do globo. Termina o artigo fazendo um apelo à criação de “feminismos impuros”, à mobilização nas periferias e à necessidade de ligar as diferentes experiências feministas e as diferentes abordagens conceptuais de todo o mundo no sentido de construir, a uma escala mundial, uma compreensão mais adequada do corpo, da corporificação, do poder e da resistência.

A secção Vária inclui um artigo de Moisés de Lemos Martins, Professor Catedrático da Universidade do Minho. Neste texto propõe que encaremos os Estudos Culturais como as novas Humanidades, apresentando para o efeito argumentos vários. Estudar a cultura significa para o autor estudar o humano, com um sensibilidade particular pelo que o humano tem de vertiginoso e no quadro de um compromisso com o atual e o contemporâneo. Problematiza em particular o papel que a técnica tem na redefinição e na delimitação do humano, vendo nela a realização da razão como controlo e, simultaneamente, a modelação da nossa sensibilidade e emotividade. Moisés Martins entende que o enfoque no eixo de sentido técnico-estético, que exprime uma modernidade que diz a crise desta época, tem manifestos efeitos emancipadores: integra o horizonte de uma comunidade a vir, de um corpo que há que dar à comunidade, com a vantagem de não apresentar a estrutura dramática de uma redenção final.

A fechar o volume, temos um conjunto de revisões de livros clássicos (*Anatomy of female power: a masculinist dissection of patriarchy*, de Chinweizu (1990), por Sara Maia; *Metamorphoses: towards a materialist theory of becoming*, de Braidotti (2002), por Helena Ferreira; *Undoing gender*, de Butler (2004), por Rita Himmel e de uma obra concernente a um campo de estudos em desenvolvimento (Estudos Críticos sobre os Animais — *Critical Animal Studies*) que reúne perspetivas politicamente engajadas sobre as relações humano-animal (*Defining critical animal studies: an intersectional social justice approach for liberation*, de Nocella II et al (ed.) (2014), por Anabela Santos.

Com os trabalhos acabados de mencionar, a revista *Género: contributos para uma compreensão efetiva das mudanças* integra conteúdos relevantes para o fortalecimento do conhecimento relativo às questões de género no seio dos estudos culturais lusófonos e para práticas académicas e sociais enformadas por horizontes de justiça social.

GENDER: CONTRIBUTIONS TO AN EFFECTIVE UNDERSTANDING OF CHANGES

Moisés de Lemos Martins¹, Maria Manuel Baptista², Zara Pinto-Coelho³ & Sara Maia⁴

Over the last 20 years, gender relations and how they are experienced, represented and put into practice have undergone deep changes. It is vital to understand this process more deeply and clearly, especially with regards to the power and control dynamics involved, and within the scope of Portuguese-speaking countries.

In the backdrop of these reconfigurations and interests, the *Revista Lusófona de Estudos Culturais* (Lusophone Journal of Cultural Studies) publishes in its 5th issue a set of contributions of renowned researchers and junior researchers alike, from all over the world (United Kingdom, United States of America, Brazil and Portugal). Additionally, it offers the Portuguese readers an opportunity to read the works of Rae Connell, Jasbir Puar and Sue Thornham in their native language.

The set of articles comprised in this issue seeks to contribute, from an interdisciplinary or transdisciplinary perspective, to a deeper and critical understanding of the changes taking place across the different social domains with an impact on gender relations and identities. The contributors resort to different theoretical frameworks to conduct their own research, and seek to understand the diverse issues related to aspects of motherhood, affective and sexual relations, ageing, social activism, science and academia, economy and public policy.

Sue Thornham opens the journal issue, offering a discussion of the film *We Need to Talk about Kevin* (2011), directed by Lynne Ramsay, a Scottish director whose work often focuses on motherhood. She brings to the discussion the “new momism”, which emerged in the United States in the 1990s. According to the researcher of the University of Sussex, Ramsay’s film is a criticism of the post-feminist celebration discourse of a new way of full-time mothering. This discourse portrays motherhood as the liberated woman’s enlightened *choice* and as an integral part of personal feminine fulfilment. As she inscribes her discussion in the framework of the cinema of feminist resistance and maternal melodrama, the author argues that in Ramsay’s film the mother-son dyad, contrary to previous films, is seen through the mother’s eyes. *We Need to Talk about Kevin* transports us to a world whose terms and boundaries are set by the son, in a cultural horizon that insists on the possibility of choice, while showing that this choice is

¹ Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade do Minho. E-mail: moisesm@ics.uminho.pt; moisesl-martins@gmail.com

² Centro de Línguas Literaturas e Culturas - Universidade de Aveiro. E-mail: mbaptista@ua.pt

³ Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade do Minho. E-mail: zara@ics.uminho.pt

⁴ Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade do Minho. E-mail: saravmaia@ua.pt

impossible. Sue argues that the film draws its female viewers into a trapped subject position, of accomplice violence, with no apparent escape or chance of redemption.

The issue continues with the topic of motherhood; Alice Gonçalves and Celsi Silvestrin build upon a 2012 Brazilian women group movement who defended home births to show how the combined use of new media and traditional media was essential to heighten the discussion and the social visibility of the issue, as well as to encourage collective action. By focusing on the analysis of the role of the communication and the social collective actors, the researchers also present some elements that help us understand the reasons that led Brazilian women into contesting the obstetric care model available and to argue for the women's right to choose the childbirth conditions and fight for access to a humanised health care.

Claúdia Alvarez's article continues the discussion of motherhood. In her article, the researcher of the Lusófona University of Lisbon approaches new configurations of motherhood deriving from the use of Medically Assisted Procreation techniques. Encouraged by an analysis of the concept of motherhood as presented in the news coverage of Medically Assisted Procreation in the newspaper *Público* in 2008 and 2009, Cláudia highlights that the efforts made to constrain the current diversity of meanings of the concept of motherhood are modest, considering that the constant technical advances render the gap between the social and the biological increasingly more evident. What until recently was relatively undisputed has now become, according to the author, particularly controversial, even within the feminist debate – where some foreground the social over the biological, while others argue for the biological bond between mother and child. The researcher concludes that the coverage of the topic by *Público* shows a clear tendency to inscribe these new realities into the traditional medical model of maternal relations, giving priority to the transmission of genetic heritage to the detriment of the “educating/raising a child” dimension.

Mirian Goldenberg, in an article entitled “Inverted marriages: accusations and prejudice in deviant marital arrangements” aims to investigate why, in a culture and society in which the young body is an asset and marrying to younger men is seen as deviant, some women prefer younger husbands and some men prefer older wives. Based on the data of the “Body, ageing and happiness” research project, she analyses the discourses of women and men about marriages in which the wives are older than their husbands. The researcher proposes the word “salvation” primary descriptive aggregator of these discourses: the men “saved” the women from social death and the women “saved” the men from premature death, and they both fight for the preservation of their cherished safe haven. Mirian concludes by wondering why many Brazilian women and men continue to foster the age taboo and emphasise youthfulness as the main currency in affective and sexual relations. In a setting in which the number of marital arrangements considered to be deviant continues to raise, the witnesses of these experiences seem to reveal a higher degree of satisfaction with such arrangements, when compared to socially accepted relationships.

Sticking to the Brazilian context, Tânia Siqueira Montoro and Maria Luiza Mendonça's article about the new TV soap opera, *Babilónia*, broadcast by *Rede Globo* in the 9 pm

primetime slot, reflects on the articulation between ageing and lesbianism, and its power and exclusion effects. The authors attempt, in particular, to understand the reasons for the intense and polarised debate of the public manifestations about the plot's mature lesbian couple in the social media. The researchers emphasise the contradictions that permeate current Brazilian society, where intolerance and prejudice against women possessing two types of stigmata — old age and lesbianism — persists alongside the transformations that have taken place in traditional institutions, such as family, and progressive discourses in favour of minority classes and groups, for example in the legal arena.

As they aim to understand the influence of sex in the grieving process and in the ability to adapt to loss, Jenny Sousa and Maria Manuel Baptista present the results of an empirical study conducted in the context of widowhood and permanent institutionalisation. The research reveals differences between the discourses of widows and widowers. The authors build upon these differences to underline that loss and the elements underlying closure are influenced by the gender roles that determined the couple experiences and forms of socialisation. The authors end the article by recommending that the residential facilities should supply different closure support strategies to overcome grief, which suit and are coherent with the social and cultural universes of widows and widowers.

The article entitled “Women undergoing international academic mobility: a description of the Brazilian female researchers at the University of Minho”, authored by Sônia Cerqueira and Rita Ribeiro, inaugurate the discussion of gender and public policies in this issue. The text profiles the women benefiting from international mobility experiences and investigates the main reasons underlying their choice of host university and country, as well as the senses and meanings that they allocate to mobility. The authors root the analysis of this reality on the debate about women's increasingly prominent role in science and in the academia in Brazil, and on the gender inequality that still prevails in those fields, which weakens the opportunities for women to fill certain positions in the professional hierarchy and in certain areas of knowledge. They also discuss how gender inequalities are revealed in international mobility, highlighting in particular the obstacles arising from culturally associating women to the sphere of reproduction (and consequently with the expectations of their being more (naturally) prone to caretaking, namely in households). The researchers describe the mobility under analysis as deviant (semi-peripheral) in relation to the hegemonic forms of academic mobility, and as attempts to build new action roadmaps in science, motivated by the need for visibility and greater professional recognition and a desire for acceptance and social integration.

In her article Juliana Souza challenges the non-inclusion of public policies encompassing gender relations in Portugal, in the setting of the current financial crisis. By exploring the hypothesis that the impact of the financial recession varies according to the exclusion or inclusion of public policy-based management models that encompass gender relations, the author identifies some of the main impacts of the recession on the everyday lives of women in Portugal. She emphasises two aspects in particular: how the absence of gender equality public policies played a vital role in worsening the social crisis across a period of austerity; and how the dialogue involving the neo-liberal model,

post-feminist rhetoric of consumption and meritocracy, and the media encouragement of the women's return to their role as housewives as a means to fight the crisis combine to further narrow down the subject positions of Portuguese women, pronouncing their subordination and oppression, while favouring an ideological regression.

Within the purview of debates about rights discourses and the rights-based subject, Jasbir Puar, a researcher from Rutgers University, New Jersey, brings the rise of gay and lesbian movements to the fore, and demonstrates how sexuality has become essential in the articulation of proper citizens areas across registers such as gender, class and race, both in national and transnational arenas. The researcher highlights that it is necessary to attend to the un-progressive consequences of progressive legislation, as well as to the modes of bodily comportment that defy identity parameters. Drawing on her work on homonationalism, she highlights the relevance of sexual rights discourses and the narrative of "pinkwashing" to legitimise the occupation of Palestine by Israel. Jasbir states that the essence of the pinkwashing discourse is not sexual identity, but identity regulation in an increasingly homonationalist world, i.e. a world that assesses nationhood based on how the country in question treats their homosexuals. She concludes by suggesting that we should think about sexuality not as an identity, but as an assemblage of sensations, affects, and forces. The virality of this notion, according to the author, has the potential to destabilise not only the humanist notions of the subjects of sexuality, but also the political organising seeking to resist legal discourses that attempt to name and control these subjects of sexuality.

The collection of articles in this 5th issue of the Lusophone Journal of Cultural Studies concludes with the contribution by Raewyn Connell, Professor Emeritus at Sydney University. The researcher aims to reintroduce bodies into the debate about gender, within the framework of a new world that she describes as unstable, threatening and of deregulated capitalism, where bodies are colonised and mined for profit-yielding potential. Raewyn stresses that the gendered character of current world economy and political system derives from a long history of gendered power relations, embedded in the institutional structures of the imperial and post-colonial societies, that is also a history of struggle. She then discusses the complexity of the gender effects of neo-liberalism and the diversity of these effects around the world. She finishes by appealing to the creation of "impure feminisms", mobilisation in the peripheries and the need to connect different feminist experiences and linking different conceptual approaches from all over the world in order to build a more appropriate understanding of gender and embodiment, power and resistance worldwide.

The *Varia* section includes an article by Moisés de Lemos Martins, Full Professor of the University of Minho. In his text, he invites us to look at Cultural Studies as the new Humanities, by advancing several arguments to support his claims. According to the author, studying culture means studying the human, being particularly sensitive to that which they have that is breath-taking, and within the scope of a compromise between the current and the contemporary. In particular, he questions the role of technique in redesigning the human boundaries, as he views in it the accomplishment of reason as

control and, simultaneously, as the shaping of our sensibility and emotionalism. Moisés Martins believes that the focus on the axis of technical-aesthetic meaning, whose modernity that it conveys reflects the current crisis, has clear emancipatory effects: as it has the advantage of not presenting the dramatic structure of an ultimate redemption, it embeds the horizon of a forthcoming community, of a body that will be given to the community.

The volume closes with a set of reviews of classic books: Chinweizu's (1990) *Anatomy of female power: a masculinist dissection of patriarchy*, by Sara Maia; Braidotti's (2002) *Metamorphoses: towards a materialist theory of becoming*, by Helena Ferreira; Butler's (2004) *Undoing gender*, by Rita Himmel; and of a work on a developing field of studies (Critical Animal Studies), that gathers politically engaged perspectives about the human-animal relationships: Nocella II et al's (ed.) (2014) *Defining critical animal studies: an intersectional social justice approach for liberation*, by Anabela Santos.

The volume *Gender: contributions towards an effective understanding of the changes*, which publishes the works listed above, includes relevant content that contributes to building the body of knowledge about gender issues in Lusophone cultural studies, and for academic and social practices shaped by outlooks of social justice.

ARTIGOS / *Articles*



‘UM ÓDIO TÃO INTENSO...’. TEMOS DE FALAR SOBRE O KEVIN. PÓS-FEMINISMO E CINEMA FEMININO¹

Sue Thornham

RESUMO

Este artigo explora o filme de 2011 de Lynne Ramsay, *Temos de Falar Sobre o Kevin*, no contexto daquilo que foi designado “novo mamaísmo” e à luz dos principais debates feministas sobre representação materna, genealogia patriarcal, produção cultural feminista e melodrama clássico e contemporâneo. O “novo mamaísmo”, argumentaram os críticos, constitui um regresso pós-feminista à imagem idealizada da feminilidade doméstica que dominou a América dos anos 50 do século XX. A diferença é que a maternidade intensiva é, agora, vista como uma escolha iluminada da mulher livre, um argumento que permite mascarar a centralidade continuada de um dualismo de género que determina, quer as nossas estruturas institucionais, quer as nossas fantasias públicas. Defendendo que o filme de Ramsay deve ser visto como sendo parte de uma tradição feminista de realização cinematográfica que sujeita a uma reapreciação crítica, quer estas fantasias públicas, quer a forma do melodrama materno em cuja corporalidade se encontram normalmente inscritas, o artigo analisa pormenorizadamente a exploração, pelo filme, das questões de identidade feminina, agência e controlo. Ao contrário do que acontece com os seus antecessores, defende-se, Ramsay convida-nos a habitar a subjetividade fraturada, o ódio e o sentimento de culpa da mãe nesta exploração. Embora não exista, como afirmou Ramsay, uma “redenção” fácil no final do filme, o seu fim leva-nos para além das fantasias gémeas do masoquismo materno pós-feminista e da agência feminista não problemática, no sentido de uma possibilidade de subjetividade que poderá aceitar, mais do que negar, o incontrolável desarranjo da corporalidade materna.

PALAVRAS-CHAVE

Pós-feminismo; “novo mamaísmo”; contra-cinema; melodrama materno; subjetividade materna

Os filhos são uma obsessão, no cinema americano... O sacrifício dos e pelos filhos – os dois lados da mesma moeda — é uma doença tomada como virtude nacional... Estas duas transações representam concretizações de desejos habilmente mascaradas, sugerindo que o mito da obsessão – o amor sumptuoso, a atenção prestada aos filhos... — é uma compensação pela culpa das mulheres, pelo profundo e inadmissível sentimento de não quererem filhos, ou por não os quererem, em primeiro lugar, incondicionalmente (Haskell, 1987, pp. 168-70).

Esta é uma descrição, publicada originalmente em 1974, do filme “Sacrifício”, que Molly Haskell considera a forma paradigmática do cinema feminino dos anos 30 e 40

¹ Este artigo foi publicado originalmente em inglês em 2013, SEQUENCE, 2 (1). <http://reframe.sussex.ac.uk/sequence2/archive/sequence-2-1/>.

do século XX. A descrição de Haskell deste “ódio tão intenso que tem de ser disfarçado de amor” (Haskell, 1987, p. 169) é assinalável, não só porque concorre contra outras descrições feministas das posições de sujeito nas quais o “cinema feminino” situa as suas visionadoras², mas também porque a posição de sujeito ativo no qual ele insiste é a posição de mãe. Trinta e sete anos depois, numa altura em que o “novo mamaísmo” ou a “mística maternal” americana passou a ser vista, não só como culturalmente dominante³, mas também como “a ideologia central justificativa daquilo que passou a designar-se ‘pós-feminismo’” (Douglas & Michaels, 2004, p. 24), esse ódio é, também, tema do filme de Lynne Ramsay, de 2011, *Temos de Falar Sobre o Kevin*. O “novo mamaísmo”, escreve Kathleen Rowe Karlyn, que tem como objetivo celebrar a maternalidade intensiva como *escolha* informada da mulher emancipada, substitui, na realidade, a subserviência a um marido pela subserviência a um filho (2011, p. 3). Tal como o filme *Movern Callar* (2002), de Ramsay, desenrola as suas sequências surreais intensamente realizadas — sequências essas que “se alojam em nós como estilhaços, como pensamentos reprimidos” (Williams, 2002, p. 25) — de modo a reformular, perturbadoramente, uma narrativa pós-feminista do empoderamento das jovens mulheres, também o seu mais recente filme, defendendo, sujeita a uma idêntica reavaliação crítica esta última celebração pós-feminista da realização feminina.

1. CINEMA ALTERNATIVO E TRADIÇÕES DOMINANTES

A figura da mãe reteve as atenções de realizadores e realizadoras feministas, bem como dos críticos feministas dos anos 70 do século XX. Documentários como *Joyce at 34* (Chopra e Weill, 1972) exploraram relações intergeracionais entre mulheres, e a relação maternal é central em filmes experimentais como *Daughter Rite* (1978), de Michelle Citron, e *Jeanne Dielman, 23 Quai du Commerce, 1080 Bruxelles* (1975), de Chantal Akerman. O filme de Akerman, defende Sandy Flitterman-Lewis, é crucial para as conceções feministas de um cinema alternativo, constituindo um elemento chave numa tradição alternativa da “resistência cinematográfica” a identificações de feminilidade com domesticidade e às convenções da narrativa dominante através das quais se exprimiram. Como o seu “antepassado” cinematográfico, *La Souriante Madame Beudet* (A Sorridente Madame Beudet, 1923), de Germaine Dulac, o filme de Akerman, afirma a autora, constitui uma exploração dos “perímetros rígidos do espaço doméstico”. As protagonistas dos dois filmes, mulheres de meia idade que se tornaram “robôs, monstros ou ambos”, sentem uma explosão de raiva homicida decorrente da “domesticidade asfixiante” à qual estão confinadas as suas organizadas vidas burguesas (2003, pp. 27-28) [Figura 1 abaixo].

² Ver especialmente Mary Ann Doane (1989), que defende que o masoquismo feminista funciona como um substituto do *desejo* feminino. Ver também Tania Modleski (1982), Ann Kaplan (1983) e Linda Williams (1984).

³ Ver Douglas e Michaels (2004), Warner (2006), Podnieks e O'Reilly (Org.) (2010), Karlyn (2011). O termo “mamaísmo” foi cunhado por Philip Wylie em *Generation of Vipers* (1942). “Mística Materna” é uma referência à “Mística Feminina” de Friedan (Friedan, 1963).



Figura 1

Temos de Falar Sobre o Kevin, o filme que Ramsay adaptou do romance de 2003 de Lionel Shriver, deverá, defendo, ser adicionado a esta genealogia matriarcal. *Jeanne Dielman...*, como afirma Flitterman-Lewis, reposiciona o marido opressivo como figura patriarcal representativa — o cerne do primeiro filme de Dulac — com o filho adolescente, cuja precedência, tida como certa, apesar da sua presença marginal no filme, define agora os termos e os limites do mundo da sua mãe. O filme de Ramsay vai ainda mais longe ao colocar a relação entre a mãe e o filho, com todas as suas implicações contemporâneas, assim como míticas, no seu centro. Fá-lo, contudo, de um modo que também representa uma significativa mudança de enfoque. O filme de Akerman, tal como o de Citron, é um filme da *filha*, concentrado no registo de uma identificação ambivalente com a mãe e na separação entre a realização e a sua cumplicidade com as normas e estruturas patriarcais. Teresa de Lauretis defendeu que, neste filme, concorrem “duas lógicas”: “personagem e realizador, imagem e câmara”. Afirma Teresa de Lauretis que estas duas lógicas podem ser associadas a feminilidade e feminismo, tornando-se a primeira “representável através do trabalho crítico” da segunda (1989, p. 132). Argumento semelhante é o defendido por Janet Bergstrom, para quem o feminismo do filme reside no seu enquadramento da mãe através de um olhar que é inequivocamente o da filha, e que é, por um lado, distanciado e controlador, e, por outro lado, obsessivo e fascinado — uma “imagem dos mais velhos através de uma visão ativa, com fascínio” (1977, p. 118). A própria Akerman referiu que o seu ponto de vista é “sempre eu” (1977, p. 119). Para de Lauretis e Bergstrom, como para outros críticos contemporâneos do filme⁴, subjetividade, agência e autoria surgem ajustados à posição da filha, constituindo-se através da separação entre o seu olhar permissivo e a mãe, que continua a ser o seu objeto.

Esta separação sujeito/objeto, filha/mãe, como referiu Kaja Silverman (1988, p. 210), não é, nem de longe, tão integralmente alcançada no filme de Akerman como sugeriram Bergstrom e de Lauretis — críticas que seguem claramente, elas mesmas, as ambivalências da sua posição. O autocontrolo obsessivo, que é rompido pela experiência involuntária de orgasmo de Jeanne e subsequente homicídio do seu cliente — o acontecimento central e perturbador do filme — estabelece um paralelo com a rotura

⁴ Ver, por exemplo, Ruth Perlmutter (1979).

da “pureza” formal do filme, como sugeriu a própria Akerman⁵. Não só vemos o homicídio, como o vemos através de uma série complexa de imagens em espalho que, como defende Flitterman-Lewis, nos dão acesso ao ponto de vista de Jeanne (um acesso negado nos outros casos (2003, pp. 38-39). A autora feminista, aparentemente, não pode distanciar-se tão nitidamente do seu outro maternal, da explosão “monstruosa” de raiva e de desejo, nem dos excessos do cinema narrativo, como os primeiros críticos de Akerman pareceram querer defender. No entanto, o desejo dessa separação — e, com ela, daquilo que Silverman vê como uma fantasia de “agenciamento não problemático” para as mulheres (1988, p. 209) — está intimamente ligado a várias tentativas feministas de afirmação da subjetividade, agência e autoria feminina, seja na escrita crítica, seja na realização cinematográfica⁶. Trata-se de um desejo que é rejeitado no filme de Ramsay.

Naturalmente, o cinema alternativo feminista não é o único antecedente de *Temos de Falar Sobre o Kevin*. Já referi o “filme feminino” e o melodrama materno, cujo tema reflete. Numa reflexão estimulante, Vivian Sobchack integra uma discussão sobre o antecessor deste género, o “melodrama familiar” americano dos anos 70 e 80, com o seu inverso e complementar, o cinema de terror do mesmo período, centrado nas crianças. Nos anos 70, escreve Sobchack, um período caracterizado por movimentos juvenis contraculturais e por uma ansiedade cultural apocalíptica, as crianças dos dois géneros foram descritas como “pouco civilizados, hostis, e poderosos Outros” que ridicularizavam e ameaçavam “os valores estabelecidos das instituições dominantes” através de explosões de raiva e de violência “injustificadas e irracionais” (1996, p. 150). No final de uma década de atividade feminista de segunda vaga, contudo, a dinâmica da família cinematográfica mudou: a criança tornou-se a heroína e a vítima de uma estrutura familiar agora ameaçada por uma mãe “dura, forte e egoísta”. Em *Kramer Contra Kramer* (1979), um texto paradigmático desta mudança, a proclamação pela mãe do seu “direito à [sua] própria vida” é expressa na linguagem de feminismo de segunda vaga, o pai tornou-se vulnerável e maternal, sendo o filho (masculino) quem “tem o poder de dar autorização à família, ... que nega ou legitima uma existência da família em particular como uma estrutura viável” (Sobchack, 1996, pp. 154-155). A raiva patriarcal com as ameaças ao seu poder cedeu o seu lugar, escreve Sobchack, a uma imagem de vulnerabilidade e impotência paternal, sendo agora o filho masculino o representante genérico de lei patriarcal (benevolente e renascida). Esta mudança, argumenta, resulta da resposta a um desafio feminista que obriga a um fosso concetual entre o patriarcado, como estrutura de poder política e económica, e a paternidade, como relação pessoal e subjetiva. A resposta do cinema dominante a esta desarticulação perturbadora consiste em mostrar as mães (feministas) como figuras frias e potentes, que têm de reaprender a doçura maternal para alcançarem a redenção, as crianças/filhos como inocentes sensatos que têm de assegurar a re-normalização da família burguesa e o lar como local problemático e contestado.

⁵ Akerman fala de “certas pessoas” que “odeiam este homicídio e dizem: “Tens de ser mais puro.”” (1977, p. 120).

⁶ Para uma discussão mais pormenorizada das questões de autoria e realização feminina, ver o meu *What if I Had Been the Hero?* (2012).

Nos filmes abordados por Sobchack, a mãe é uma figura marginalizada: o seu enfoque encontra-se nas relações entre patriarcado e paternidade e entre pai e filho. Se as suas narrativas sugerem “uma crise de crença no modelo de Édipo” (Sobchack, 1996, p. 156), então centram-se sobretudo em repor esse modelo. Trinta anos depois, os aspetos que Sobchack perspetiva como expressões do “inconsciente político”⁷ de uma América burguesa tornaram-se o tema do filme de Ramsay, mas é através da subjetividade da mãe que eles são explorados. O sentido de ordem obsessivo e o desejo de controlo de Eva, a qualidade asfixiante e “congelada” do espaço doméstico que caracteriza a casa que “parece um cenário”⁸, o efeito distanciador de muito do enquadramento do filme recordam a herança feminista do filme de Akerman, tal como acontece com os planos em espelho recorrentes da protagonista feminina — central, também, em *Madame Beudet*, de Dulac. Mas os planos em espelho também são centrais no melodrama materno dominante: o olhar de Madame Beudet para o seu reflexo no espelho tríplice do seu toucador também se reflete em *Stella Dallas*, catorze anos mais tarde, e nos muitos filmes que se sucederam [Figura 2 abaixo]. Do modo idêntico, se Kevin, de Ramsay, é o sucessor de Sylvain, de Akerman, então, com a sua violência, ridicularização da autoridade parental e autocontrolo ilegível, também é, e de forma muito mais óbvia, o sucessor das crianças monstruosas do terror dos anos 70⁹ e, num sinal irónico, dos inocentes sensatos que lhes sucederam.

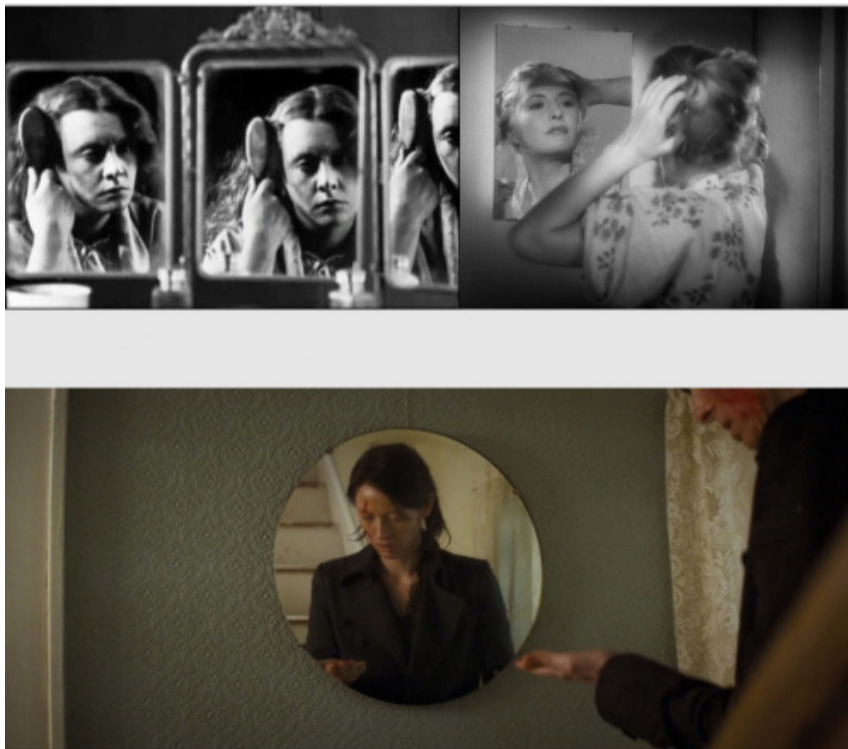


Figura 2

⁷ Sobchack, 1996, p. 160. Referência a *The Political Unconscious: Narrative as Socially Symbolic Act* (1983), de Fredric Jameson.

⁸ Comentário de Ramsay, citado em *Sight and Sound*, 21(11), 18.

⁹ Entrevista na versão DVD de 2012 do filme (*Artificial Eye*), Ezra Miller (Kevin) comentário apreensivo, “This isn’t The Omen”. É possível encontrar referências a *O Génio do Mal* (1976) e a *A Semente do Mal* (1968) em diversas críticas do filme.

2. “JÁ NÃO ESTAMOS NOS ANOS 50”

Entrevistado para o DVD de *Temos de Falar Sobre o Kevin*, o ator John C. Reilly (Franklin), procurando assinalar as mudanças na família nuclear americana, pronuncia um desarranjado “[m]uita coisa está a mudar no nosso mundo, e já não estamos nos anos 50, sabe”. Embora o comentário de Reilly nos remeta para uma época de certeza de género e de estabilidade familiar imaginária, os críticos recorreram a uma referência muito diferente aos anos 50 relativamente ao “novo mamaísmo” que surgiu na América dos anos 90. Segundo Douglas e Michaels, esta “versão retro da maternidade” corresponde à versão contemporânea de “mística feminina” de Friedan, a imagem idealizada da feminilidade doméstica que, para Friedan, dominou a América dos anos 50. O que diverge, contudo, é a noção pós-feminista de *escolha*. A lógica, afirmam, é a seguinte: “[o] feminismo ganhou; podem ter tudo; claro que querem ter filhos; as mães são melhores a educar os filhos do que os pais; claro que os filhos estão em primeiro lugar; ... as crianças dos nossos dias precisam de atenção e educação permanente, caso contrário tornar-se-ão um fracasso e odiá-la-ão para sempre...; e ups, cá estamos em 1954” (Douglas e Michaels, 2004, pp. 5, 25). Neste contexto, embora não seja possível regressar ao feminismo, uma vez que “estamos, e estaremos cada vez mais, numa era pós-feminista” (Douglas e Michaels, 2004, p. 24), este “retromamaísmo” não se confronta com essas barreiras, uma vez que reconhece as conquistas do feminismo e assenta na livre escolha.

Um resultado desta ênfase na “maternidade intensiva” como escolha é, como descreveu Andrea O’Reilly (2010), uma explosão extraordinária de “memórias maternais”. Uma pesquisa na Amazon devolve títulos que vão desde uma série de *Joys (Alegrias)* de... até *Surviving the Shattered Dreams (Sobreviver aos Sonhos Despedaçados)*, *The Madness of Motherhood (A Loucura da Maternidade)*, *Strategies for Coping... (Estratégias para Lidar com...)*, *The Guilt that Keeps on Giving (A Culpa que Não Desaparece)*, e de livros de autoajuda, até “histórias de maternidade relutante” e reflexões sobre as dificuldades em conciliar carreira e maternidade. São, principalmente, narrativas na primeira pessoa que descrevem as dificuldades e desilusões, mas sobretudo o poder redentor, da maternidade. Segundo O’Reilly, existem três temas centrais no posicionamento ideológico deste género: em primeiro lugar, a “maternidade é *natural* para as mulheres e essencial para o seu ser”; em segundo lugar, “a mãe deve ser a principal cuidadora dos seus filhos biológicos”; e, finalmente, “os filhos precisam de maternidade a tempo inteiro” (O’Reilly, 2010, p. 206). Assim, apesar de ser concedida à maternidade uma voz pública através destas memórias que tantas vezes catalogam as impossibilidades das suas exigências, o seu enquadramento pelo “novo mamaísmo” limita aquilo que essa voz pode dizer. O género “continua a ser de lamento e não de mudança”. Apesar das suas pretensões de falar em nome de um sujeito maternal, continua a estar preso num discurso que “naturaliza e normaliza” as próprias condições contra as quais protesta (O’Reilly, 2010, pp. 212, 205).

Subjacente ao poder destas limitações discursivas, encontra-se uma oposição conceptual mais enraizada entre maternidade e agência ou subjetividade. Marianne Hirsch, entre outros, destaca o modo como, nas teorias psicanalíticas do sujeito, a mãe “existe apenas por relação ao filho.... Não pode ser o sujeito do seu próprio discurso” (1992, p. 252). Luce Irigaray (1985) e Michèle le Doeuff (2002) aprofundaram este argumento,

defendendo que o discurso filosófico ocidental como um todo se baseia na exclusão e na oposição ao corpo (materno) feminino. O problema, em qualquer dos casos, é a qualidade incorporada da maternidade. Como descreve Julia Kristeva:

As células fundem-se, dividem-se e proliferam; os volumes aumentam, os tecidos esticam e os fluidos corporais mudam de ritmo, acelerando e abrandando. Dentro do corpo, a crescer como um enxerto, indomável, existe um outro. E ninguém está presente, dentro desse espaço simultaneamente duplo e estranho, para significar o que está a acontecer. “Acontece, mas não estou lá.” “Não consigo percebê-lo, mas continua.” (1980, p. 237).

Para Kristeva, que escreve no âmbito da tradição psicanalítica criticada por Hirsch, este é o “silogismo impossível da maternidade” (ibid.), que coloca as mães sempre ao lado do não-simbólico, “um *filtro*, mais do que ninguém — uma via, um limiar onde a “natureza” enfrenta a “cultura”” (ibid.: 238). Como Simone de Beauvoir, cujo feminismo é sempre o da filha, Kristeva vê o corpo materno como sendo hostil à subjetividade. Enquanto sujeito, escreve de Beauvoir, a mulher sente-se uma estranha num corpo que é “absorção, sucção, húmus, intensidade e cola, um afluxo passivo, insinuante e viscoso” (1988, pp. 286, 407). Este corpo materno, como é para Kristeva, é a substância do terror.

Outros teóricos feministas, porém, defenderam o contrário. Jane Gallop, defendendo um “pensamento através do corpo” feminista, afirma que é a “divisão mente-corpo” da tradição filosófica ocidental que “transforma a mãe num monstro desumano”, separando o domínio da cultura e da história do domínio da maternidade incorporada (1988, p. 2). De modo idêntico, Christine Battersby, apoiando-se em Irigaray¹⁰, convoca uma “metafísica carnal” e um modelo de subjetividade que assume como norma o sujeito *feminino* em vez do sujeito masculino. Esta passagem implica a aceitação de que, na filosofia e na cultura ocidental, a identificação da identidade feminina com a corporalidade também a associa inevitavelmente “ao anómalo, ao monstruoso, ao inconsistente e ao paradoxal”. Porém, defende, esta identificação deve ser adotada, não rejeitada. Ao insistir que a identidade está *sempre* incorporada, “permite-nos pensar a identidade de outra forma”. O sujeito que é, assim, construído, não é, nem livre, nem autónomo, nem simplesmente passivo. Pelo contrário, é fluido, transformado ao longo do tempo e através das suas relações, simultaneamente moldado por terceiros e “auto-moldado” (1998, pp. 11,12).

Uma subjetividade que é maternalmente corporificada — ou que permite sempre a *possibilidade* de maternidade — não é, contudo, apenas irreconciliável com as conceções filosóficas tradicionais do sujeito livre e autónomo; também é muito difícil de reconciliar com a mobilidade auto-modeladora que caracterizou, quer seja o sujeito individualizado da modernidade neoliberal tardia (Bauman, 2001), quer seja o seu equivalente feminista “nómada” (Braidotti, 1994)¹¹. Meta-narrativas recentes de transformação social sugerem

¹⁰ Battersby agradece a uma série de antecessores: para além de Irigaray, Adorno, Deleuze, Butler e, mais surpreendente, Kierkegaard (1998, p. 7).

¹¹ Embora a própria Braidotti insista que o seu “sujeito nómada” feminista seja um “sujeito de corporalidade” (1994, p. 199), o seu conceito de um sujeito “transitório”, em constante mutação, livre “da ilusão das fundações ontológicas” (ibid.,

ram que mudanças históricas na modernidade produziram oportunidades novas e ampliadas para as mulheres, pelo que as mulheres jovens podem, agora (e, na realidade, devem), planear “uma vida própria” em vez do “viver para os outros”, a exemplo daquilo que, tradicionalmente, circunscreveu a vida das mulheres (Beck e Beck-Gernsheim 2001, p. 75). No entanto, como defenderam vários críticos feministas (McRobbie, 2009; Negra 2008), este sujeito feminino individualizado auto-modelador que é, assim, associado a “capacidade, êxito, conquista, legitimidade, mobilidade social e participação” (McRobbie, 2009, p. 57), é uma rapariga, ou, pelo menos, uma mulher pré ou não maternal. Consequentemente, um efeito destas narrativas é a reinscrição da distinção entre individualidade e incorporação feminista (materna): como sujeitos individualizados, as mulheres são pressionadas no sentido da mobilidade e da autodefinição; como mães, são reincorporadas e colocadas novamente no seu lugar. As mulheres, como defende Patrice DiQuinzio, “podem ser sujeitos de agência e legitimidade apenas na medida em que não são mães, e [...] mães, como tal, não podem ser sujeitos de agência individualista e legitimidade” (1999, p. 13). Parece, como sugere Elizabeth Reid Boyd, que esta aparente divisão entre mulheres disfarça um dualismo concetual muito mais forte: o dualismo entre homem e mulher. Num enquadramento dualista no qual os homens são definidos como sujeitos e/porque são não-mães e as mulheres são definidas como mães, defende a autora, os dualismos genderizados daí decorrentes — entre mente/corpo, cultura/natureza, público/privado, e assim sucessivamente — permanecem fundamentalmente inalterados, apesar da sua aparente deslocação para conflitos entre as (ou mesmo nas) mulheres. Nesta perspetiva, a nova mobilidade e individualização do jovem sujeito feminino será sempre precária na sua delimitação temporal — uma espécie de fantasia “travesti ... irrequieta”, nas palavras de Laura Mulvey (1989, p. 37). O sujeito feminino (branco ocidental) que se torna mãe, entretanto, vê-se numa cultura que insiste na sua capacidade de escolha individualizada, mesmo quando demonstra a sua impossibilidade.

3. EVA E O FILHO

Uma mãe só adquire a satisfação ilimitada através da sua relação com um filho; esta é absolutamente a mais perfeita, a menos ambivalente de todas as relações humanas (Freud 1973/1932, p. 168).

No mundo de *Temos de Falar Sobre o Kevin*, de Ramsay, a separação sobre a qual escreveu Sobchack, entre paternidade como relação pessoal e subjetiva e as estruturas de poder político e económico de patriarcado, parece completa. É Franklin quem pede melancolicamente quando Eva está a ir para casa, quem leva o recém-nascido Kevin ao colo, quem fala com ele utilizando um linguajar infantil e quem está atento às suas necessidades durante a noite. Eva, pelo contrário, possui uma imagem e uma presença pública. É, também, Eva quem toma decisões sobre conceção do mesmo modo que

p. 35) parece irreconciliável com um sujeito materno.

toma decisões sobre viagens; partilham o facto de serem ambas aventuras do corpo, baseadas na escolha. A estrutura fragmentada e analéptica do filme, contudo, enquadra estas escolhas sempre por relação às suas limitações e às suas repercussões, o que, umas vezes as inverte, outras vezes as mimetiza, com um efeito de paródia. Estas limitações são descritas através da ênfase do filme nos espaços institucionais. Nos vastos corredores brancos, enquadrados simetricamente, do centro recreativo, do hospital, do supermercado e da prisão, a agência de Eva é obliterada: ela é um corpo grávido entre outros, cercada por raparigas pequenas, vestidas de forma idêntica, que prefiguram a maternidade futura; e ela é uma mãe, em pé ou sentada numa fila, a aguardar as decisões de outrem. Depois de ser mãe, já não pode insistir em ficar em Nova Iorque, e o “castelo” (palavras de Franklin) nos subúrbios para o qual é transferida é filmado com a mesma grande angular e a mesma ênfase na simetria: também ele é vasto, ordenado, branco, e, como afirma Ramsay, “cénico”. Numa referência a Woolf (“Todos precisam de um quarto só para si”), Eva constrói nele um espaço privado, revestido de mapas e decorado com máscaras exóticas, acabando por vê-lo, não só invadido, mas vandalizado por Kevin, sendo a sua fantasia de outros lugares permanentemente desfigurada e manchada de tinta. Em reversões e referências mais diretas, a alegria de vermelhos saturados do festival La Tomatina, de Valência, que é a primeira analepse do filme, é substituída, primeiro pela compota com que Kevin barra as suas sanduíches e, depois, pelas rigidamente alinhadas latas de sopa de tomate atrás das quais Eva se refugia no supermercado. Entretanto, as imagens alinhadas no escritório da empresa de escrita de viagens de Eva, com a sua promessa de fuga, através do “Escape”¹², para o exotismo da Tailândia e do Vietname são substituídas pelos posters baratos, produzidos em série, da agência de viagens de gama baixa, Travel R Us, onde passa a ter um emprego pouco qualificado.

Esta estrutura de ecos e inversões irónicos enquadram as escolhas de Eva. O paternalismo genial de Franklin, apesar da sua rejeição explícita da autoridade, adquire poder através das estruturas que os sustentam, e a sua cuidadosa separação do “castelo” suburbano ordenado da desordem do mundo exterior mascara uma recusa de reconhecimento da violência dentro de casa. O facto de esta ser uma hipocrisia especificamente *Americana* é evidenciado quando Kevin entra no pavilhão desportivo da escola, que será o cenário do seu homicídio em massa. Quando ele abre a porta dupla, somos confrontados com dois letrados que exortam o “Orgulho” e o “Enfoque”, sendo este definido como a “Concentração da mente de modo a que *nada* te distraia da tua tarefa”. Entre eles, a exemplificar estas virtudes, encontra-se a imagem de um rosto que poderia ser o de Kevin. Mais tarde, já dentro do pavilhão, volta-se para a bandeira dos EUA e faz uma vénia; de seguida, abre bem os braços, enquanto a iluminação, com as suas barras horizontais em vermelho e azul contra a parede branca, nos lembra que as cores dominantes do filme, o vermelho e o branco, muitas vezes em contraste no filme, em conjunto compõem a bandeira americana.

A violência no cerne da prossecução, perfeitamente controlada por Kevin, destes valores claramente americanos no massacre dos seus colegas também é visível no resto

¹² Escape é o nome da empresa de escrita de viagens de Eva.

do filme. Está patente, de forma grotesca, nos rostos de palhaço “saídos diretamente de um filme de terror” (McGill, 2011, p. 18), nas paredes do consultório do pediatra onde Eva leva Kevin; está patente nos fatos de Halloween e nas exigências de “doçura ou travessura” das crianças que ameaçam Eva no seu regresso do trabalho, com a sua hostilidade intercalada por cenas de fúria infantil do próprio Kevin; e está patente na história do Robin dos Bosques (“Uma vez mais disparou e uma vez mais espetou a seta bem perto do centro”) e nos jogos de vídeo com que Eva e Franklin procuram estabelecer uma proximidade parental “normal” com o filho. Está, também, ameaçadoramente patente na resposta do colega de Eva, Colin, quando ela rejeita as suas investidas no meio da alegria forçada e do lixo das bebidas da festa de Natal do escritório. Esta é uma sociedade cujas instituições, com a sua ordem, a sua limpeza controlada e o seu otimismo imposto, simultaneamente controlam e negam a desordem e a sujidade dos corpos, resultando numa violência que mal é reprimida. Na narrativa fraturada do presente do filme, Eva passará todo o filme a tentar remover todos os vestígios de vermelho das superfícies brancas da sua nova casa. O vermelho, claro, voltará, dentro de casa, bem como nas suas paredes e nas janelas.

O próprio “nomadismo” de Eva, como comentaram diversos críticos do romance de Shriver¹³, é tanto um produto dos valores americanos como o são o companheirismo de Franklin e o gesto irónico de Kevin perante a bandeira americana. A sua primeira analepse é do êxtase de *La Tomatina*, em que os corpos enchem o ecrã: pluralidade, viscosidade, como larvas, barrados com a polpa vermelha à qual Eva é baixada, num gesto de absoluta rendição [Figura 3 abaixo]. Trata-se de um gozo que também é abjeção, relembrando o esbatimento das fronteiras entre o humano e o não-humano, corpos e lixo orgânico que é a substância do terror¹⁴. Na descrição de Kristeva: “O limpo e asseado... torna-se sujo, o procurado transforma-se no expulso, o fascínio transforma-se em vergonha. ... retira-se prazer disso. Violenta e dolorosamente. Uma paixão” (1982, pp. 8-9). Para Eva, contudo, a cena está seguramente noutra lugar, parte das “Aventuras Lendárias” da “Fuga” de que ela é aclamada autora. Os concorridos e ordenados escritórios da empresa de escrita de viagens de Eva, com os seus cartazes de oferta de fantasias de indulgência exótica, recordam-nos que esta aventura na mobilidade e na escolha é, na realidade, uma aventura imperial, cujo êxito depende da transformação de um excesso incorporado numa mercadoria que pode ser comprada e vivenciada — sempre noutra local — pelo sujeito ocidental racional¹⁵. É um projeto que já está corrompido antes mesmo da sua degradação no seu substituto vulgar na vida de Eva, a *Travel R Us*¹⁶.

¹³ Ver Evans (2009), Jeremiah (2010) e Gambaudo (2011). Evans interpreta o Kevin de Shriver como “uma metáfora dos EUA contemporâneos, um país literalmente incapaz de “se comportar”” (2009, p. 148).

¹⁴ Recorda, por exemplo, o gesto igualmente ambíguo de um Ripley ressuscitado a afundar-se na humidade, absorvendo o corpo do extraterrestre em *Alien: O Regresso* (1997).

¹⁵ Para uma história deste tema na escrita ocidental, ver Anne McClintock, *Imperial Leather: Race, Gender and Sexuality in the Colonial Contest* (1995).

¹⁶ Mesmo aqui vemos uma hierarquia de privilégio. O funcionário de limpeza que, silenciosamente, obriga Eva a sair do escritório quando está a trabalhar até tarde é obviamente um trabalhador imigrante, excluído das promessas da *Travel R Us*.



Figura 3

No filme de Ramsay, contudo, a cena de La Tomatina não é, ou não é simplesmente, um encontro do próprio com o outro exótico e feminizado. É a primeira instância de uma intensidade que raspa repetidamente a superfície realista do filme: onírico, integrando fragmentos corpóreos e luz intensa, mas insistentemente presente. A analepse decorre imediatamente após a sequência de abertura do filme e constitui um contraponto ao mesmo. Nesta sequência, a câmara, seguindo aquele que posteriormente descobrimos ser o ponto de vista de Eva, aproxima-se das cortinas ondulantes, semi-translúcidas, que constituem um ponto de luz crescente contra a escuridão circundante. À medida que nos aproximamos, contudo, não vemos através das cortinas; pelo contrário, tomamos consciência da sua textura até se tornarem simplesmente branca e vemos apenas o próprio ecrã deslumbrantemente brilhante.

A câmara, então, atrai a nossa atenção para a janela, mas barra o nosso acesso à cena de terror por detrás dela, substituindo-o primeiro pelo ecrã e depois pela memória de La Tomatina. A edição contribui para estabelecer um paralelo entre as duas cenas, de êxtase e homicídio familiar, e para intensificar o ambiente de terror do primeiro. No “castelo” suburbano de Franklin, Eva tentará recriar as suas memórias exóticas de “alteridade” através dos mapas e das máscaras que cobrem as paredes do seu escritório, mas quando Kevin as mancha e salpica com tinta, ela não volta a decorar. Como na curta cena em que a vemos, após o êxtase do festival de La Tomatina, simplesmente suja e sozinha numa rua estranha entre amigos turistas, a voltar-se para a câmara como se estivesse desorientada e perdida, a separação de Eva da ordem do êxtase exótico da desordem nunca é segura, com a violência produzida por essa divisão nunca reprimida.

Eva entra na gravidez, também, num espírito de aventura controlada¹⁷. O momento de concepção é escolhido e anotado com precisão: 12:01. No entanto, aquilo que a câmara de Ramsay mostra de seguida é a viscosidade estranha de células a dividirem-se e a reproduzirem-se, numa outra imagem que insiste na desordem, no incontável e na estranheza do incorporado. O momento do nascimento é igualmente duplicado: se a cena final é uma grande angular de uma célula institucional perfeitamente ordenada, na

¹⁷ No romance de Shriver, Eva comenta, “Maternidade, ... Bem, esse é um país estrangeiro” (2003, p. 22).

qual Eva se encontra isolada do bebé e do marido, a cena do nascimento que a antecede é filmada através da imagem distorcida da enorme luz do hospital, de forma que, ecoando os antigos filmes de terror, Eva é reduzida a uma matéria derretida, olho deformado e boca aos gritos [Figura 4 abaixo]¹⁸. Esta cena, por sua vez, acompanha em som contínuo a de um recluso aos gritos no momento em que é detido.

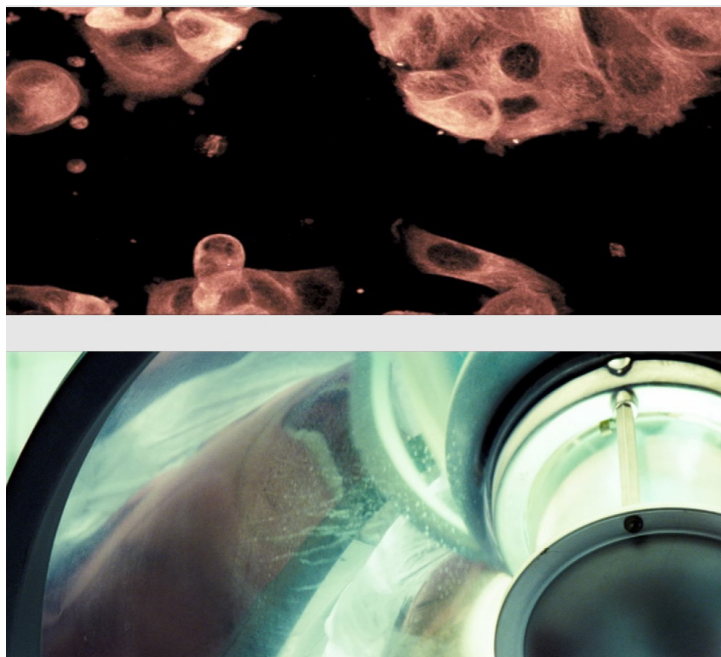


Figura 4

Nas cenas da infância de Kevin que se seguem, a resistência de Eva à absorção pela maternidade é retratada como desconforto com o corpo. Das repetitivas instruções da parteira no nascimento — *“Para de resistir, Eva”* — até aos olhares de soslaio, de desagrado, de Eva para os corpos que a circundam na sua aula de parto, e, por conseguinte, até à sua insistência em manter a distância relativamente ao corpo e às ações de Kevin, o esforço constante de Eva consiste em recuperar o controlo através da disciplina e da formação. Numa reversão dos pressupostos de género convencionais, é Kevin quem representa os excessos anárquicos do corpo, desde a viscosidade estranha da sua conceção até à comida e aos excrementos que ele espalha, atira e expele, e, mais tarde, através da sexualidade confusa que apresenta em frente a Eva. Kevin nega o controlo de Eva, rejeitando a sua transformação do desconhecido num exercício de cartografia, de maternidade numa relação de ensino. Pelo contrário, o comportamento de Kevin insiste na sujidade do corpo, no carnal, no orgânico, no abjeto — e insiste que Eva o reconheça, juntamente com a sua própria raiva e o seu medo de aprisionamento. É uma incorporação que ameaça sempre a violência, e que extrai uma violência cúmplice de Eva. Por outro lado, Celia, a irmã de Kevin, é a imagem de uma adolescência obediente, a “princesa” do papá; apenas os seus sapatos vermelhos e os jogos perturbadoramente

¹⁸ Em *A Tortura do Medo* (1960), as vítimas femininas são obrigadas a olhar para as suas imagens distorcidas no espelho da câmara.

agressivos que joga com os seus peluches e com o seu porquinho-da-índia¹⁹ indicam que esta obediência feminina vive às custas da repressão, possivelmente refletindo a própria repressão de Eva.

4. DUPLICAÇÃO MONSTRUOSA

A visível recuperação de controlo por Eva durante a adolescência de Kevin é marcada, quer pela aquisição de um sentido de ordem pelo próprio Kevin, semelhante à da própria Eva, quer pelo seu regresso ao trabalho. Eva é uma escritora de viagens, e é a divisão entre a maternidade e a escrita que, segundo muitas críticas feministas, mais marcadamente assinala as dificuldades concetuais em imaginar um sujeito materno. Enquanto a escrita profissional da própria Eva sustenta simplesmente esta divisão — os seus livros constituem “aventuras lendárias” de “fuga” — as dualidades e as dificuldades que podem ser realizadas textualmente no romance são, no filme de Ramsay, transformadas em termos cinemáticos. O enquadramento amplo, a simetria dos cenários e o distanciamento calculado do enquadramento, a ênfase nos caixilhos das janelas, nos espelhos e nas portas tornam-nos conscientes do ecrã cinemático. Porém, como vimos na sequência de abertura, este é um ecrã que possui uma presença e uma textura material. Através dos fragmentos desorientadores, o visceral e o intensamente detalhado preenchem repetidamente o ecrã em grande plano: as formigas que rastejam na sanduíche rejeitada de Kevin, os pedaços de casca de ovo que Eva retira da boca, as unhas que Kevin rói e cospe. Quando Kevin toca com os dedos na sua cicatriz ou esmaga a líchia na boca, somos repetidamente recordados da alteridade incontável do corpo. Acima de tudo, ocorre um resvalamento constante entre os dois conjuntos de imagens, entre transparência e textura, entre som e imagem. Também ocorre, claro, um resvalamento entre Eva e Kevin. Desde o momento em que Eva baixa o rosto até à água, no início do filme, até ao momento em que o seu rosto se transforma no de Kevin, quando agita a cabeça à superfície, os dois são constantemente duplicados, os seus rostos alternadamente em paralelo, reunindo-se e separando-se [Figura 5 abaixo]. Nesta sequência inicial, quando Eva levanta a cabeça da água, limpa o rosto e fixa o olhar no espelho, como se quisesse separar-se do seu duplo monstruoso. Mais tarde, quando olha com fascínio para o ecrã de televisão em que Kevin “explica” os seus crimes, o reflexo do seu rosto surge parcialmente sobreposto sobre o dele, dissolvendo-se nos traços mais dominantes dele.

¹⁹ Veste o porquinho-da-índia como Robin dos Bosques numa referência às fantasias violentas de Kevin.

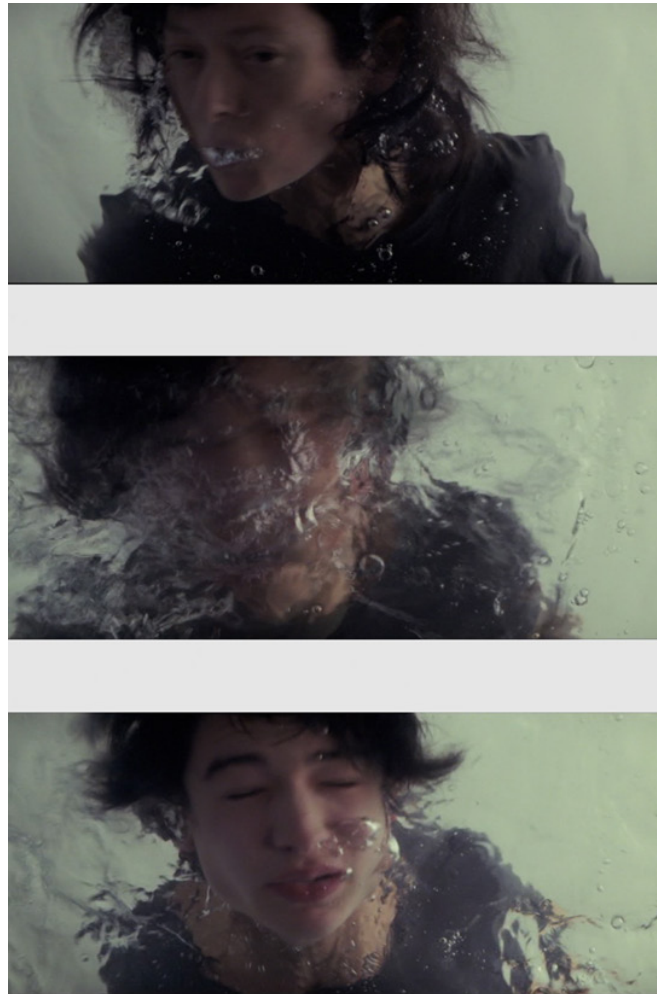


Figura 5

A ideia de um filho como duplo monstruoso da mãe foi explorada em dois contextos muito diferentes: na escrita feminista e no cinema de terror. Adrienne Rich escreve sobre “o pavor de parturir monstros” (1977, p. 164) e Phyllis Chesler chama ao seu feto “o meu monstro, o meu ego”, interrogando-se: “E se nasceres ... com a minha raiva, com os meus excessos?” (1998, pp. 36, 101). Para Rich, estas ansiedades são o resultado de associações patriarcais do nascimento ao mal e aos sentimentos de culpa interiorizados daí resultantes, realçando a prevalência, em várias culturas, das noções do corpo feminino como “sujo, e da incorporação da culpa” (1977, p. 164). Também chama a atenção para a raiva reprimida das mulheres na morte do ego que acompanha a maternidade, citando o seguinte excerto do diário de Elizabeth Mann Borgese, “*Ascent of Woman*”:

O meu rosto no espelho pareceu-me estranho. O meu carácter desfocou. Violentos desejos infantis, que me eram desconhecidos, tomaram-me de assalto, bem como violentos desgostos infantis. Sou uma pensadora friamente lógica, mas ... o meu raciocínio esbateu-se e dissolveu-se ... Eu era uma e a outra simultaneamente. Houve uma agitação dentro de mim. Poderia eu controlar as suas movimentações com a minha vontade? Por

vezes, achava que podia; outras vezes, percebi que estava para além do meu controlo. Não conseguia controlar nada. Não era eu mesma. E não por um breve momento passageiro de arrebatamento, como os homens, também, podem sentir ... E depois nasceu. Ouvi os seus gritos através de uma voz que já não era a minha (Borgese, 1963, p. 45).

Lucy Fischer baseia-se nestas descrições na sua análise de *A Semente do Diabo* (1968), de Polanski. A autora defende que o filme funciona como um “documentário” enviesado para a sua época, registando, não só o terror patriarcal no corpo materno e o processo de nascimento, mas também, e indo contra muita da escrita feminista da época, a “experiência privada da gravidez das mulheres” (ibid: 415). No contexto do filme de Polanski, este parece-me ser um argumento questionável; no entanto, é claro que o sentido de divisão materna e de alienação que, no filme de terror, gera o filho monstruoso, também foi uma parte essencial, mas reprimida, da experiência de maternidade das mulheres.

O facto de a experiência de Eva refletir tão precisamente a descrição autobiográfica citada acima, escrita pelo menos 50 anos antes, sugere uma vez mais até onde a insistência pós-feminista na “maternidade intensiva” enquanto escolha disfarça uma divisão contínua entre sujeito individualizado e maternidade incorporada. Porém, a perspetiva de Ramsay também diverge profundamente, quer destas descrições autobiográficas, quer dos filmes de terror como *A Semente do Diabo*, uma vez que o seu compromisso com a experiência sensorial intensamente realizada, mas perturbadora, não se encontra simplesmente localizada em Eva. Como acontece com os primeiros filmes de Ramsay, tanto ela como a textura evasiva do brilho para o qual Eva é atraída são características do mundo retratado no seu quotidiano, desde as formigas rastejantes na sanduíche arremessada e o cigarro apagado num doce de Natal, até à textura das unhas humanas e ao tecido cicatrizado. Como Eva, temos de aprender a ver os dois como estando, não noutro local, mas aqui.

5. TEXTO DE MEMÓRIAS E ÉDIPO

O texto de memórias é, normalmente, uma montagem de vinhetas, curiosidades, fragmentos, “instantâneos”, flashes.... Tudo isto produz uma sensação de sincronia, como se os eventos recordados fossem, de certo modo, retirados de um espaço temporal linear, ou se a sua fixação no tempo histórico real fosse recusada. Os textos de memórias são metafóricos, mais do que analógicos. Como tal, têm mais em comum com a poesia do que com a narrativa clássica (Kuhn, 2000, p. 190).

A descrição das propriedades formais do “texto de memórias”, de Annette Kuhn, é uma descrição que ela também aplica a determinados filmes. *Temos de Falar Sobre o Kevin* não é, precisamente, um desses textos; como afirma a crítica de Tim Robey ao filme, as analepses de Eva não são memórias invocadas conscientemente; antes, “surgem-lhe do nada” (2011, p. 79). O tempo foge, desliza e entra em colisão, sendo o sentido de

deslocamento aumentado pela forma como o som pode ser nítido ou distorcido, e pode continuar, anteceder ou sobrepor-se a eventos bastante diferentes e temporariamente distantes. O facto de esta ser a perspetiva de Eva, contudo, é claro desde o início do filme, quando a câmara adota o seu ponto de vista captado na aproximação àquilo que se torna um ecrã deslumbrantemente brilhante no qual as memórias podem ser reproduzidas. No final do filme, quando a sequência se repete, a identidade de Eva como autora desse ponto de vista confirma-se. Se, contudo, o filme, como na descrição de Kuhn, proporciona uma “montagem de vinhetas, ... fragmentos”, “instantâneos”, também se encontra, como o texto de memórias, “envolto numa “narrativa” que é, por natureza, linear, sintagmática” (ibid.). É orientado, até às suas sequências finais, pela motivação de Eva para repor a ordem, para limpar as marcas vermelhas das paredes brancas de sua casa, para separar o ecrã, com o seu jogo de causa lógica e efeito, inocência e culpa — uma lógica que também é a substância do conto de fadas — da desordem sensorial da experiência vivenciada.

“Toda a narrativa”, afirma Teresa de Lauretis, “no seu movimento em frente, no sentido da resolução, e para trás, no sentido de um momento inicial, um paraíso perdido, se sobrepõe àquilo que se designou lógica de Édipo — a... procura de (auto)conhecimento através da realização da perda, para benefício da vista de Édipo e para a restauração da visão” (1984, pp. 125-126). É uma formulação que Rita Felski recentemente contestou, vendo nela uma essencialização daquilo que é, na verdade, simplesmente uma questão de domínio masculino histórico. Os enredos, afirma, não estão condenados a seguir Édipo, restringindo as mulheres à passividade e à subordinação. Para as mulheres, um enredo “tanto pode ser um recreio como uma prisão” (2003, p. 106). Felski, penso, não interpreta corretamente o argumento de Lauretis ao vê-lo como essencialista: o filme de Ramsay mostra-nos apenas aquilo de que poderia ser feito o recreio a partir da própria história de Édipo, mesmo notando simultaneamente o seu domínio cultural. *Precisamos de Falar Sobre o Kevin* reproduz a história de Édipo — a usurpação do filho e o homicídio do pai, as implicações perturbadoramente sexuais na relação entre o filho e a mãe — mas do ponto de vista da mãe. Esta é a história de Eva: Franklin é uma figura periférica e Kevin incognoscível, narrativamente importante, apesar da sua centralidade cultural, apenas na medida em que reflete e afeta a própria Eva. É Eva quem investiga, quem “desvela”, tal como Kristeva (1982, p. 83) descreve as ações de Édipo, a “imundície” corpórea que se encontra do “outro lado” da normalidade familiar. Quando, na parte final do filme, porém, caminhamos finalmente com ela para além da cortina, encontrando os corpos de Celia e Franklin espetados com setas na relva, a cena insinua o absurdo perigoso das narrativas culturais dominantes através das quais damos sentido às nossas vidas. Celia continua a ser a “princesa” do papá, ainda vestida muito bonita; Franklin, contudo, é simultaneamente o herói caído do mito e, envergando apenas uma toalha branca à cintura, reduzido a uma nudez infantil e absurda. Quando Eva passa além da entrada, descobre-se que o sibilo sinistro que acompanhou a sequência repetida da sua aproximação às cortinas é o som do sistema de rega do jardim, que agora explode numa celebração da vida, formando fontes decorativas por detrás dos corpos. Ao contrário

das investigadoras do “subgrupo paranoico” do cinema feminino descrito por Mary Ann Doane (1988, p. 137), aquilo que Eva enfrenta do outro lado da porta não é “um aspeto dela própria”, o outro lado da mulher com “cara de Janus” (Kristeva 1982, p. 85); antes, é a realização, não só da perda, mas também do terror e do absurdo no centro das narrativas que enquadram, normalmente, essas perdas.

Ao escrever acerca do final do romance de Shriver, Sylvie Gambaudo exprime a sua desilusão. Afirma a autora que “não é claro se é Kevin ou [Eva] quem é punido pelos crimes dele”. Quando prepara o quarto em antecipação da libertação de Kevin da prisão, Eva “deixa-nos sem qualquer esperança de alguma vez reconciliarmos o estado dividido da mulher”, tornando-se “a mãe auto-obliteradora por excelência que aguarda pacientemente o regresso do filho pródigo”. “A mulher”, parece, “tem de escolher entre maternidade e empoderamento, como se os dois não pudessem coexistir” (Gambaudo, 2011, pp. 167-168). Também no final do filme de Ramsay, o quarto de Kevin foi decorado por Eva como uma réplica do seu quarto de infância, e a casa branca foi limpa. Uma espécie de ordem invisível, um “paraíso perdido” imaginário, foi, aparentemente, repostado, e Eva faz uma breve pausa para o contemplar. No entanto, os “instantâneos” fraturados do filme não permitem que ele acabe aqui. Próximo do final do filme, é repetida a sequência na qual Eva baixa o seu rosto até à água, com a câmara posicionada abaixo da superfície. Desta vez, porém, o seu rosto não se funde com o de Kevin; este permanece separado, ressentido, cintilando à superfície da água para a qual se transferiu. Na sua última visita à prisão, os dois já não se refletem; com a cabeça rapada, Kevin parece agora mais velho e mais infantilmente vulnerável. Quando os dois se olham e Eva pergunta pela primeira vez “Porquê?”, é claro que Kevin está perdido, perplexo e assustado. Já não “sabe” por que é que cometeu os homicídios, e isto, parece, pode ser o início da responsabilidade. O abraço que se segue é constrangedor, mas parece ser, também, um reconhecimento, quer da ligação, quer da diferença. Segue-se um primeiro contacto físico nesta última visita à prisão, em que Eva estende a mão para tocar numa jovem negra angustiada que espera com ela, num gesto que indicia uma nova capacidade de empatia desinteressada. Quando Eva abandona a prisão, caminhando em direção a outro corredor que é um pedaço crescente de deslumbrante luz branca, a família nuclear, com as suas relações ritualizadas, as suas repressões, os seus esbatimentos de identidade e a violência subjacente, é quebrada. O abraço de Eva e Kevin parece insistir, ao mesmo tempo, na relação materna e na responsabilidade partilhada, bem como no reconhecimento da alteridade de Kevin, na separação do seu corpo e das ações dela mesma. O seu movimento final, contudo, é solitário; um movimento para o exterior, para um futuro que, apesar de continuar a insistir na inevitabilidade da ligação e da responsabilidade pelo sujeito materno, parece ser, no entanto, uma afirmação da subjetividade e da agência [Figura 6 abaixo].



Figura 6

6. CONCLUSÃO: O GRANDE FOSSO?

A mãe odeia o filho logo desde o início.... Se, com receio daquilo que poderá fazer, não conseguir odiar devidamente, quando for magoada pelo filho, ela deve cair no masoquismo, e julgo que isso está na origem da falsa teoria do masoquismo natural das mulheres (Winnicott, 1984, pp. 201-202).

Numa reflexão sobre o seu grupo de consciencialização dos anos 70, Ann Snitow comenta: “Nessas reuniões, costumávamos estar de acordo que a maternidade era o fosso: antes dela, podia-se fingir que se era como todos os outros; depois, passava-se a ser uma espécie à parte — invisível e desprezada” (1990, p. 32). O sinal revelador, neste caso, é “todos os outros”, com a sua masculinidade assumida: o conflito feminista que Snitow descreve está entre um desejo de uma identidade não sobredeterminada pelo género — um desejo, efetivamente, de não ser uma mulher — e um desejo de construir a solidariedade em torno de uma experiência feminina incorporada. Quarenta anos depois, este “todos os outros” foi feminizado: a “individualização feminina” que caracteriza o momento contemporâneo significa que também as mulheres (brancas ocidentais) podem, nas palavras de Angela McRobbie, “escolher o tipo de vida que pretendem viver. As raparigas devem ter um plano de vida. Devem tornar-se mais reflexivas relativamente

a cada um dos aspetos das suas vidas” (2009, p. 19). O fosso sobre o qual escreve Sni-tow, contudo, não só permanece, como agora também se intensifica. A maternidade — o outro lado do fosso — conserva a sua identificação com o local e o corpo. O facto de as identidades “não-mãe” ou “mãe” serem *escolhidas livremente* serve simplesmente para disfarçar a centralidade contínua de um dualismo de género que determina as nossas estruturas institucionais e as nossas fantasias públicas.

Abordando este contexto, o filme de Ramsay rejeita um desfecho que insistiria no “empoderamento” de Eva, como Gambaudo parece desejar. O seu “nomadismo” auto-modelador é uma aventura imperial, tanto uma divisão de êxtase corpóreo do ego que irá planear, cartografar e escrever essas aventuras, como contos do século XIX de exploração masculina que a precedem. Na “aventura” da maternidade intensiva que se segue, essa divisão já não é possível. Kevin, o seu duplo monstruoso, exige uma aceitação do corpo desregrado no domínio ordenado do lar suburbano americano branco. Como a mãe de Winnicott — o produto de outra era (o final dos anos 40) que assistiu à pressão sobre as mulheres para ficarem em casa — Eva responde, alternadamente, com ódio e masoquismo.

É uma resposta que relembra os antecessores de Eva — os protagonistas de meia idade reprimidos dos filmes de Akerman e Dulac. Ao contrário de Akerman, contudo, Ramsay não nos dá a distância — nem o otimismo — da perspetiva da filha. Pelo contrário, é a subjetividade fraturada de Eva, o ódio e o sentido de culpa que vivemos. Como comentou Ramsay, não existe uma “redenção” fácil no final do filme (O’Hagan 2011). Defendo, contudo, que, com a compreensão final de Eva relativamente à inevitabilidade da sua relação — contudo ambivalente — com Kevin e a sua separação dela, o final do filme leva-nos para além das fantasias gémeas do masoquismo materno pós-feminista e da agência feminista não problemática, no sentido de uma possibilidade de subjetividade que poderá aceitar, mais do que negar, o incontrolável desarranjo da corporalidade.

Todas as imagens de *Precisamos de Falar Sobre o Kevin* reproduzidas acima foram retiradas de captações extraídas da versão DVD Artificial-Eye do filme: © 2011 BBC Films e UK Film Council, em colaboração com Footprint Investments LLP, Piccadilly Pictures e LipSync Productions, e Artina Films e Rockinghorse Films. São reproduzidas aqui apenas para efeitos de fins justificados (e utilização razoável) académicos e críticos.

REFERÊNCIAS

Akerman, C. (1977). Chantal Akerman on Jeanne Dielman. *Camera Obscura*, 2, 118-21.

Battersby, C. (1998). *The phenomenal woman*. Cambridge: Polity.

Bauman, Z. (2001). *The individualized society*. Cambridge: Polity.

Beck, U.; Beck-Gernsheim, E. (2001). *Individualization*. Londres: Sage.

Bergstrom, J. (1977). Jeanne Dielman, 23 Quai du Commerce, 1080 Bruxelles’ by Chantal Aerman. *Camera Obscura*, 2, 114-8.

- Borgese, E. M. (1963). *Ascent of woman*. Londres: Macgibbon & Kee.
- Braidotti, R. (1994). *Nomadic subjects*. Nova Yorque: Columbia University Press.
- Chesler, P. (1998/1979). *With child*. Nova Yorque/Londres: Four Walls Eight Windows.
- de Beauvoir, S. (1988/1949). *The second sex*. Trans. H. M. Parshley. Londres: Pan.
- De Lauretis, T. (1984). *Alice doesn't*. Basingstoke: Macmillan.
- De Lauretis, T. (1989). *Technologies of gender: Essays on theory, film, and fiction*. Basingstoke: Macmillan.
- Doane, M. A. (1988). *The desire to desire: The woman's film of the 1940s*. Basingstoke: Macmillan.
- DiQuinzio, P. (1999). *The impossibility of motherhood*. Ithaca: Cornell University Press. Douglas, S. J.; Michaels, M. W. (2004). *The mommy myth*. Nova Yorque e Londres: Free Press.
- Evans, M. (2009). *The imagination of evil*. Londres: Continuum.
- Felski, R. (2003). *Literature after feminism*. Chicago e Londres: University of Chicago Press.
- Fischer, L. (1996). Birth traumas: parturition and horror in Rosemary's Baby'. In B. K. Grant (Ed.), *The Dread of Difference: Gender and the Horror Film* (pp. 412-31). Austin: University of Texas Press.
- Flitterman-Lewis, S. (2003). What's beneath her smile? Subjectivity and desire in Germaine Dulac's *the smiling Madame Beudet* and Chantal Akerman's *Jeanne Dielman, 23 Quai du Commerce, 1080 Bruxelles*. In Foster, G. A. (Ed.) *Identity and Memory: The Films of Chantal Akerman* (pp. 27-40). Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press.
- Freud, S. (1973/1932). Femininity. In S. Freud, *New Introductory Lectures on Psychoanalysis* (pp. 145- 69). Londres: Penguin. Trans. J. Strachey.
- Friedan, B. (1965/1963). *The feminine mystique*. Londres: Penguin.
- Gallop, J. (1988). *Thinking through the body*. Nova Yorque: Columbia University Press.
- Gambaudo, S. (2011). We need to talk about Eva: the demise of the phallic mother. *Janus Head*, 12 (1), 155-68.
- Haskell, M. (1987/1974). *From reverence to rape: the treatment of women in the movies* Chicago & Londres: University of Chicago Press. Second edition.
- Hirsch, M. (1992). Maternal voice. In E. Wright (Ed.), *Feminism and Psychoanalysis* (pp. 252-4). Oxford: Blackwell.
- Irigaray, L. (1985). *Speculum of the other woman*. Ithaca: Cornell University Press. Trans. G. C. Gill.
- Jameson, F.(1983). *The political unconscious*. Cambridge: Methuen.
- Jeremiah, E. (2010). We need to talk about gender: mothering and masculinity in Lionel Shriver's *We Need to Talk about Kevin*. In E. Podnieks & A. O'Reilly (Eds.), *Textual Mothers, Maternal Texts* (pp. 169-85). Waterloo: Wilfrid Laurier University Press.
- Kaplan, E. A. (1983). *Women and film: both sides of the camera*. Nova Yorque e Londres: Methuen.
- Karlyn, K. R. (2011). *Unruly girls; unrepentant mothers*. Austin: University of Texas Press.

- Kristeva, J. (1980). *Desire in language*. Nova York: Columbia University Press. Trans. L. S. Roudiez.
- Kristeva, J. (1982). *Powers of horror: essays on abjection*. Nova York: Columbia University Press. Trans. L. S. Roudiez.
- Kuhn, A. (2000). A journey through memory'. In S. Radstone (Ed.), *Memory and Methodology* (pp.179-96). Oxford e New York: Berg.
- Le Doeuff, M. (2002). *The philosophical imaginary*. Londres e Nova York: Continuum. Trans. C. Gordon.
- McClintock, A. (1995). *Imperial leather: race, gender and sexuality in the colonial contest*. Nova York e Londres: Routledge.
- McGill, H. (2011). 'We Need to Talk about Kevin'. *Sight & Sound*, 21 (11), 16-19.
- McRobbie, A. (2009). *The aftermath of feminism*. Londres: Sage.
- Modleski, T. (1982). *Loving with a vengeance*. Nova York e Londres: Methuen.
- Mulvey, L. (1989/1981). Afterthoughts on " Visual Pleasure and Narrative Cinema". In L. Mulvey, *Visual and Other Pleasures* (pp. 29-38). Basingstoke: Macmillan.
- Negra, D. (2009). *What a girl wants?*. Londres: Routledge.
- O'Hagan, S. (2011, 2nd October). Lynne Ramsay: "Just talk to me straight", *The Observer*. Accessed at <http://www.guardian.co.uk/film/2011/oct/02/lynne-ramsay-interview-about-kevin>
- O'Reilly, A. (2010). The motherhood memoir and the "New Momism": biting the hand that feeds you. In E. Podnieks, E. & A. O'Reilly (Eds.), *Textual Mothers, Maternal Texts* (pp. 203-13). Waterloo: Wilfrid Laurier University Press.
- Perlmutter, R. (1979). Feminine absence: a political aesthetic in Chantal Akerman's *Jeanne Diel- man...* *Quarterly Review of Film Studies*, 4 (2), 126-33.
- Reid Boyd, E. (2005). Mothers at home: oppressed or oppressors or victims of false dichotomies?. In A. O'Reilly, M. Porter & P. Short (Eds.), *Motherhood: Power and Oppression* (pp. 195-203). Toronto: Women's Press.
- Rich, A. (1977). *Of woman born*. Londres: Virago.
- Robey, T. (2011). Review of *We Need to Talk about Kevin*, *Sight & Sound*, 21 (11), 79.
- Shriver, L. (2011/2003). *We need to talk about Kevin*. Londres: Serpent's Tail.
- Silverman, K. (1988). *The acoustic mirror*. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press.
- Snitow, A. (1990). A gender diary. In M. Hirsch & E. F. Keller (Eds.), *Conflicts in feminism* (pp. 9-43). Londres: Routledge.
- Sobchack, V. (1996). Bringing it all back home: family economy and generic exchange. In B. K. Grant (Ed.), *The Dread of Difference* (pp. 143-163). Austin: University of Texas Press.
- Thornham, S. (2012). *What if I had been the hero? Investigating women's filmmaking*. Londres: BFI.

Warner, J. (2006). *Perfect madness: motherhood in the age of anxiety*. London: Vermilion. Williams, L. (1987/1984). "Something else besides a mother": *Stella Dallas* and the maternal melodrama. In C. Gledhill (Ed.), *Home is Where the Heart is* (pp. 299-325). Londres: B.F.I.

Williams, L. R. (2002). Escape artist, *Sight & Sound*, 12 (10), 22-25.

Winnicott, D. W. (1984/1947). Hate in the countertransference. In Winnicott, D., *Through Pediatrics to Psychoanalysis: Collected Papers* (pp.194-203). Londres: Karnac Books.

FILMOGRAFIA

Jeunet, Jean-Pierre (Dir.) (1997). *Alien Resurrection*.

Citron, Michelle (Dir.) (1978). *Daughter Rite*.

Akerman, C. (Dir.) (1975). *Jeanne Dielman, 23 Quai du Commerce, 1080 Bruxelles*.

Chopra, Joyce; Weill, C. (Dir.) (1972). *Joyce at 34*.

Benton, R. (Dir.) (1979). *Kramer vs. Kramer*.

Ramsay, L. (Dir.) (2002). *Morvern Callar*.

Donner, R. (Dir.) (1976). *The Omen*.

Powell, M. (Dir.) (1960). *Peeping Tom*.

Polanski, R. (Dir.) (1968). *Rosemary's Baby*.

Dulac, G. (Dir.) (1923). *La Souriante Madame Beudet* (The Smiling Madame Beudet).

Vidor, K. (Dir.) (1937). *Stella Dallas*.

Ramsay, L. (Dir.) (2011). *We Need to Talk about Kevin*.

Sue Thornham é professora de Média e Cinema e Diretora do Departamento de Média e Cinema na Universidade de Sussex, Brighton, Reino Unido. Os seus interesses de investigação centram-se na teoria feminista e suas aplicações no cinema, média e estudos culturais. Ela ensina Cinema Britânico, Teoria do Cinema e exibição de Mulheres em programas de graduação do Departamento, e Feminismo e Cinema nos programas de mestrado. Ela é a autora de *Passionate Detachments: An Introduction to Feminist Film Theory* (1996); *Feminist Theory and Cultural Studies* (2001) and *Women, Feminism and Media* (2007); é co-autora, com Tony Purvis, do livro *Television Drama: Theories and Identities* (2005); a editora da obra *Feminist Film Theory: A Reader* (1999), co-editora, com Caroline Bassett e Paul Marris, do livro *Media Studies: A Reader* (3rd edition 2009), e a autora da obra *What if I had been the Hero?: Investigating Women's Cinema* (2012).

E-mail: s.thornham@sussex.ac.uk

School of Media, Film & Music - University of Sussex, Brighton, Reino Unido

‘A HATRED SO INTENSE...’¹. WE NEED TO TALK ABOUT KEVIN. POSTFEMINISM AND WOMEN’S CINEMA

Sue Thornham

ABSTRACT

This article explores Lynne Ramsay’s 2011 film, *We Need to Talk about Kevin*, in the context of what has been called the ‘new momism’, and in the light of key feminist debates about maternal representation, matriarchal genealogy, feminist cultural production, and classical and contemporary melodrama. The ‘new momism’, critics have argued, constitutes a postfeminist return to the idealized image of domestic femininity that dominated 1950s America. The difference is that intensive mothering is now seen to be the liberated woman’s enlightened choice, a claim that serves to mask the continued centrality of a gender dualism that determines both our institutional structures and our public fantasies. Arguing that Ramsay’s film should be seen as part of a feminist tradition of filmmaking which subjects to critical reappraisal both these public fantasies and the form of the maternal melodrama in which they are commonly embodied, the article analyses in detail the film’s exploration of issues of female identity, agency and control. Unlike her predecessors, it argues, Ramsay invites us to inhabit the fractured subjectivity, hate, and sense of guilt of the mother in this exploration. Although there is, as Ramsay has commented, no easy ‘redemption’ at the end of the film, its ending points us beyond the twin fantasies of postfeminist maternal masochism and unproblematic feminist agency and towards the possibility of a subjectivity which might accept rather than deny the uncontrollable messiness of maternal embodiment.

KEYWORDS

Postfeminism; ‘new momism’; counter cinema; maternal melodrama; maternal subjectivity

Children are an obsession in American movies ... The sacrifice of and for children — two sides of the same coin — is a disease passing for a national virtue.... Both of these transactions represent beautifully masked wish fulfillments, suggesting that the myth of obsession — the love lavished, the attention paid to children ... — is compensation for women’s guilt, for the deep inadmissible feelings of not wanting children, or not wanting them unreservedly, in the first place. (Haskell, 1987, pp. 168-170)

This description, first published in 1974, is of the ‘sacrifice’ film, which Molly Haskell sees as the paradigmatic form of the woman’s film of the 1930s and 40s. Haskell’s account of this ‘hatred so intense it must be disguised as love’ (Haskell, 1987, p. 169) is remarkable, not only because it runs counter to other feminist accounts of the subject

¹ This article was originally published in 2013, *SEQUENCE*, 2 (1). <http://reframe.sussex.ac.uk/sequence2/archive/sequence-2-1/>.

positions into which the 'woman's film' draws its female viewers², but also because the active subject position that it insists on is that of the *mother*. Thirty-seven years later, at a time when an American 'new momism' or 'mommy mystique' has been seen not only as culturally dominant³ but as 'the central, justifying ideology of what has come to be termed "postfeminism"' (Douglas & Michaels, 2004, p. 24), such hatred is also the subject of Lynne Ramsay's 2011 film, *We Need to Talk about Kevin*. The 'new momism', writes Kathleen Rowe Karlyn, which purports to celebrate intensive mothering as the liberated woman's enlightened *choice*, in fact replaces subservience to a husband with subservience to the child (Karlyn, 2011, p. 3). Just as Ramsay's *Morvern Callar* (2002) deploys its intensely realized surreal sequences — sequences which 'stick inside you like shrapnel, like repressed thoughts' (Williams, 2002, p. 25) — to re-work, disturbingly, a postfeminist narrative of youthful female empowerment, so her most recent film, I argue, subjects to similar critical re-appraisal this latest postfeminist celebration of feminine fulfillment.

1. COUNTER-CINEMAS AND MAINSTREAM TRADITIONS

The figure of the mother preoccupied feminist filmmakers as well as feminist critics of the 1970s. Documentaries like *Joyce at 34* (Chopra & Weill, 1972) explored intergenerational relationships between women, and the maternal relationship is central to experimental films such as Michelle Citron's *Daughter Rite* (1978) and Chantal Akerman's *Jeanne Dielman, 23 Quai du Commerce, 1080 Bruxelles* (1975). Akerman's film, argues Sandy Flitterman-Lewis, is crucial to feminist conceptions of a counter-cinema, constituting a key element in a counter-tradition of 'cinematic resistance' to identifications of femininity with domesticity and to the dominant narrative conventions through which these have been expressed. Like its cinematic 'ancestor', Germaine Dulac's *La Souriante Madame Beudet* (The Smiling Madame Beudet 1923), Akerman's film, she writes, is an exploration of 'the frozen perimeters of domestic space'. The protagonists of both films, middle-aged women who have become 'robots, monsters or both', experience an eruption of murderous rage which is the product of the 'stifling domesticity' within which their ordered bourgeois lives are contained (Flitterman-Lewis, 2003, pp. 27-28) [Figure 1 below].

We Need to Talk about Kevin, Ramsay's film adapted from Lionel Shriver's 2003 novel, needs, I argue, to be added to this matriarchal genealogy. *Jeanne Dielman...*, as Flitterman-Lewis writes, re-replaces the oppressive husband as representative patriarchal figure — the core of Dulac's earlier film — with the teenage son, whose taken-for-granted precedence, despite his marginal presence in the film, now defines the terms and limits of his mother's world. Ramsay's film goes further in placing the mother-son relationship — with all its contemporary as well as mythical resonances — at its centre. It does this, however, in a way that also represents a significant shift of focus. Akerman's film, like

² See in particular Mary Ann Doane (1989), who argues that female masochism functions as a substitute for female desire. See also Tania Modleski (1982), E. Ann Kaplan (1983) and Linda Williams (1984).

³ See Douglas and Michaels (2004), Warner (2006), Podnieks and O'Reilly (Eds.) (2010), Karlyn (2011). The term 'momism' was coined by Philip Wylie in *Generation of Vipers* (1942). 'Mommy mystique' references Friedan's 'Feminine Mystique' (Friedan, 1963).

that of *Citron*, is a *daughter's* film, concerned to register both an ambivalent identification with the mother and directorial separation from her complicity with patriarchal norms and structures. Teresa de Lauretis has argued that there are 'two logics' at work in the film: 'character and director, image and camera'. The two can be equated, she writes, with femininity and feminism, with the former 'made representable by the critical work' of the latter (de Lauretis, 1989, p. 132). A similar argument is made by Janet Bergstrom, for whom the feminism of the film lies in its framing of the mother through a gaze which is unequivocally that of the daughter: on the one hand distanced and controlling but on the other obsessed and fascinated — an 'image of the old viewed actively, with fascination' (Bergstrom, 1977, p. 118). Akerman herself has said that its point of view is 'always me' (1977, p. 119). For de Lauretis and Bergstrom, as for other contemporary critics of the film⁴, subjectivity, agency and authorship are aligned with the position of daughter and constituted through the separation of her authorising gaze from the mother who remains its object.



Figure 1

This subject/object, daughter/mother split, as Kaja Silverman has pointed out (1988, p. 210), is not nearly as fully achieved in Akerman's film as is suggested by Bergstrom and de Lauretis — critics who are themselves clearly aligned with the ambivalences of her position. The obsessive self-control which is ruptured by Jeanne's unwitting experience of orgasm and the ensuing murder of her client — the central, disruptive event of the film — is paralleled by a rupturing of the film's formal 'purity', as Akerman herself has suggested⁵. Not only do we see the murder, but we see it through a complex series of mirrored shots which, as Flitterman-Lewis argues (2003, pp. 38-39), give us access to Jeanne's point of view, an access denied elsewhere. The feminist author, it seems, can not be so clearly distanced from her maternal other, from the 'monstrous' eruption of desire and rage, and from the excesses of narrative cinema, as Akerman's early critics wished to claim. But the desire for such a separation — and with it for what Silverman sees as a fantasy of 'unproblematic agency' for women (1988, p. 209) — is bound up

⁴ See for example Ruth Perlmutter (1979).

⁵ Akerman talks of 'certain people' who 'hate this murder and say, "You have to be more pure."' (1977, p. 120).

with a good many feminist attempts to assert female subjectivity, agency and authorship, whether in critical writing or in filmmaking⁶. It is a desire that is refused in Ramsay's film.

Feminist counter-cinema, of course, is not the only antecedent of *We Need to Talk about Kevin*. I have already referred to the 'woman's film' or maternal melodrama, whose subject matter it echoes. In a suggestive essay Vivian Sobchack brings together discussion of this genre's successor, the American 'family melodrama' of the 1970s and 80s, with that of its obverse and complement, the child-centred horror film of the same period. In the 1970s, writes Sobchack, a period characterized by counter-cultural youth movements and apocalyptic cultural anxiety, the children of both genres were depicted as 'uncivilized, hostile, and powerful Others' who mocked and threatened 'the established values of dominant institutions' through 'unwarranted and irrational' eruptions of anger and violence (Sobchack, 1996, p. 150). By the end of a decade of second-wave feminist activity, however, the dynamic of the cinematic family had shifted: the child had become hero and victim in a family structure now threatened by a 'hard, strong and selfish' mother. In *Kramer vs. Kramer* (1979), a paradigmatic text in this shift, the mother's proclamation of her 'right to a life of [her] own' is expressed in the language of second wave feminism, the father has become vulnerable and maternal, and it is the (male) child who 'has the power to authorize the family, ... who denies or legitimates the particular family's existence as a viable structure' (Sobchack, 1996, pp. 154-155). Patriarchal rage at threats to its power has here given way, writes Sobchack, to an image of paternal vulnerability and helplessness, with the male child now the generic representative of (a benevolent and re-born) patriarchal law. This shift occurs, she argues, in response to a feminist challenge which forces a conceptual gap between patriarchy as political and economic power structure and paternity as personal and subjective relation. Mainstream cinema's response to this troubling disarticulation is to produce (feminist) mothers as cold and powerful figures who must re-learn maternal softness if they are to be redeemed, children/sons as wise innocents who must effect the re-normalisation of the bourgeois family, and the home as problematic and contested site.

In the films that Sobchack discusses the mother is a marginalized figure: their focus is on relations between patriarchy and paternity, and between father and son. If their narratives suggest 'a crisis of belief in the Oedipal model' (Sobchack, 1996, p. 156), then they are primarily concerned to reinstate that model. Thirty years later, the elements that Sobchack sees as expressions of bourgeois America's 'political unconscious'⁷ have become the subject matter of Ramsay's film, but it is the mother's subjectivity through which they are explored. Eva's obsessive sense of order and desire for control, the stifling and 'frozen' quality of the domestic space which characterises the house that 'seem[s] like a set'⁸, the distancing effect of much of the film's framing all recall the feminist inheritance of Akerman's film, as do the recurring mirror shots of the female protagonist

⁶ For more detailed discussion of issues around female authorship and filmmaking, see my *What if I Had Been the Hero?* (2012).

⁷ Sobchack 1996, p. 160. The reference is to Fredric Jameson's *The political unconscious: narrative as socially symbolic act* (1983).

⁸ Ramsay's comment, quoted in *Sight & Sound*, 21(11), 18.

— central also to Dulac's *Madame Beudet*. But the mirror shot is also central to the mainstream maternal melodrama: *Madame Beudet's* gaze at her reflection in the triple mirror of her dressing table is echoed in *Stella Dallas* fourteen years later, and in its many successors [Figure 2 below]. Similarly, if Ramsay's *Kevin* is the successor to Akerman's *Sylvain*, then with his violence, mockery of parental authority and unreadable self-possession he is also and far more obviously successor to both the monstrous children of 1970s horror⁹ and, in an ironic gesture, to the wise innocents that succeeded them.



Figure 2

2. 'WE AIN'T THE 1950s ANYMORE'

Interviewed for the DVD of *We Need to Talk about Kevin*, actor John C. Reilly (Franklin), seeking to signal changes within the American nuclear family, settles for a stumbling, 'There's a lot changing in our world, and we ain't the fifties anymore, you know what I mean'. Whilst Reilly's comment refers us back to a time of imagined familial stability and gender certainty, a very different referencing of the 1950s has been made by critics of the 'new momism' which emerged in the America of the 1990s. For Douglas and Michaels, this 'retro version of motherhood' is the contemporary version of Friedan's 'feminine mystique', the idealized image of domestic femininity that for Friedan dominated 1950s America. What is different, however, is the postfeminist notion of *choice*. The logic, they write, goes as follows: 'Feminism won; you can have it all; of course you want children; mothers are better at raising children than fathers; of course your children come first; ...

⁹ Interviewed for the 2012 DVD release of the film (*Artificial Eye*), Ezra Miller (Kevin) commented uneasily, 'This isn't *The Omen*'. References to *The Omen* (1976) and to *Rosemary's Baby* (1968) can be found in many of the reviews of the film.

today's children need constant attention and cultivation, or they'll become failures and hate you forever....; and whoops — here we are in 1954' (Douglas & Michaels, 2004, pp. 5, 25). In such a scenario, whilst feminism *cannot* be returned to, since 'we are, and will be forever more, in a post feminist age' (Douglas & Michaels, 2004, p. 24), this 'retromomism' encounters no such barriers since it acknowledges the gains of feminism and is freely chosen.

One outcome of this emphasis on 'intensive mothering' as choice is, as Andrea O'Reilly (2010) has written, an extraordinary explosion of 'mommy memoirs'. An Amazon search reveals titles ranging from the *Joys of... variety* to *Surviving the Shattered Dreams*, *The Madness of Motherhood*, *Strategies for Coping...*, *The Guilt that Keeps on Giving*, and from self-help books to 'stories of reluctant motherhood' and reflections on the difficulties of reconciling career and maternity. Most are first person narratives cataloguing the difficulties and disappointments but ultimately the redemptive power of motherhood. Three themes, argues O'Reilly, are central to the genre's ideological stance: first, that 'mothering is *natural* to women and essential to their being'; second, that 'the mother is to be the central caregiver of her biological children'; and finally that 'children require full-time mothering' (O'Reilly, 2010, p. 206). Thus whilst motherhood is given a public voice in these memoirs that so often catalogue the impossibilities of its demands, their framing by the 'new momism' limits what that voice can say. The genre 'remains one of complaint and not change'. Despite its claims to speak for a new maternal *subject*, it remains trapped within a discourse that 'naturalizes and normalizes' the very conditions against which it protests (O'Reilly, 2010, pp. 212, 205).

Underlying the power of these discursive constraints is a more deep-rooted conceptual opposition between motherhood and agency or subjecthood. Marianne Hirsch, among others, points to the way in which in psychoanalytic theories of the subject, the mother 'exists only in relation to her child... She cannot be the subject of her own discourse' (Hirsch, 1992, p. 252). Luce Irigaray (1985) and Michèle le Doeuff (2002) have extended this argument, arguing that Western philosophical discourse as a whole is constituted upon exclusion of, and opposition to, the female (maternal) body. The problem, in each case, is the *embodied quality* of maternity. In Julia Kristeva's description:

Cells fuse, split, and proliferate; volumes grow, tissues stretch, and body fluids change rhythm, speeding up and slowing down. Within the body, growing as a graft, indomitable, there is an other. And no one is present, within that simultaneously dual and alien space, to signify what is going on. "It happens, but I'm not there." "I cannot realize it, but it goes on." (Kristeva, 1980, p. 237)

For Kristeva, who writes within the psychoanalytic tradition that Hirsch critiques, this is 'Mother-hood's impossible syllogism' (1980, p. 237), placing mothers always on the side of the non-symbolic, 'more of a *filter* than anyone else — a thoroughfare, a threshold where "nature" confronts "culture"' (Kristeva, 1980, p. 238). Like Simone de Beauvoir, whose feminism is always that of the daughter, Kristeva sees the maternal body as inimical to subjectivity. As subject, writes de Beauvoir, woman feels herself to be a

stranger in a body which is 'absorption, suction, humus, pitch and glue, a passive influx, insinuating and viscous' (Beauvoir, 1988, p. 286, 407). This maternal body, as it is for Kristeva, is the stuff of horror.

Other feminist theorists, however, have argued differently. Jane Gallop, advocating a feminist 'thinking through the body', argues that it is the 'mind-body split' of Western philosophical tradition that 'makes the mother into an inhuman monster' by separating the realm of culture and history from that of embodied motherhood (Gallop, 1988, p. 2). Christine Battersby, drawing on Irigaray¹⁰, similarly calls for a 'fleshy metaphysics' and a model of subjectivity which would take the *female* rather than the male subject as norm. Such a move would involve accepting that in Western philosophy and culture the identification of female identity with embodiment inevitably allies it also with 'the anomalous, the monstrous, the inconsistent and the paradoxical'. But, she argues, this identification should be embraced not rejected. In insisting that identity is *always* embodied, it 'allows us to think identity otherwise'. The subject that is thus constructed is neither free and autonomous nor simply passive. Instead it is fluid, transformed over time and through relationships, both shaped by others and 'self-shaping' (Battersby, 1998, pp. 11, 12).

A subjectivity which is maternally embodied — or which permits always the *possibility* of maternity — is not only irreconcilable with traditional philosophical conceptions of the free and autonomous subject, however. It is also very difficult to reconcile with the self-fashioning mobility which has been seen to characterize both the individualized subject of neo-liberal late modernity (Bauman, 2001), and its 'nomadic' feminist counterpart (Braidotti, 1994)¹¹. Recent meta-narratives of social transformation have suggested that historical shifts in modernity have produced new and expanded opportunities for women, so that young women now can, and indeed must, plan 'a life of one's own' in place of the 'living for others' that traditionally circumscribed women's lives (Beck & Beck-Gernsheim, 2001, p. 75). Yet, as a number of feminist critics have argued (McRobbie, 2009; Negra, 2008), this self-fashioning individualised female subject who is thus identified with 'capacity, success, attainment, entitlement, social mobility and participation' (McRobbie, 2009, p. 57) is a *girl*, or at the least a pre- or non-maternal woman. As a result, one effect of such narratives is to reinscribe the distinction between selfhood and (maternal) female embodiment: as individualised subjects women are urged to mobility and self-definition; as *mothers* they are re-embodied and returned to place. Women, as Patrice DiQuinzio argues, 'can be subjects of agency and entitlement only to the extent that they are not mothers, and [...] mothers as such cannot be subjects of individualist agency and entitlement' (1999, p. 13). It seems, as Elizabeth Reid Boyd (2005) suggests, that this apparent division between women masks a far more powerful conceptual dualism: that between male and female. In a dualistic framework in which men are defined as subjects and/be-cause they are not-mothers and women are defined as

¹⁰ Battersby (1998, p. 7) acknowledges a number of precursors: in addition to Irigaray, Adorno, Deleuze, Butler and, more surprisingly, Kierkegaard.

¹¹ Although Braidotti herself insists that her feminist 'nomadic subject' is an 'embodied subject' (1994, p. 199), her concept of a constantly shifting, 'transitory' subject freed from 'the illusion of ontological foundations' (1994, p. 35) seems irreconcilable with a maternal subject.

mothers, she argues, the gendered dualisms that follow — between mind/body, culture/nature, public/private and so on — remain fundamentally undisturbed, despite their apparent displacement onto conflicts between or even within women. From this perspective, the newfound mobility and individualisation of the young female subject will always be precarious in its temporal boundedness — a sort of ‘restless ... transvestite’ fantasy, to borrow Laura Mulvey’s words (1989, p. 37). The (white Western) female subject who becomes a mother, meanwhile, finds herself in a culture which insists on her capacity for individualised choice even as it demonstrates its impossibility.

3. EVA AND SON

A mother is only brought unlimited satisfaction by her relation to a son; this is altogether the most perfect, the most free from ambivalence of all human relationships. (Freud, 1973/1932, p. 168)

In the world of Ramsay’s *We Need to Talk about Kevin* the separation of which Sobchack writes, between paternity as personal and subjective relation and the political and economic power structures of patriarchy, seems complete. It is Franklin who asks plaintively when Eva is coming home, who holds the newborn Kevin, talks babytalk to him, and attends to his needs during the night. Eva, in contrast, has a public presence and image. It is Eva, too, who makes decisions about conception as she does about travel; both are adventures of the body, undertaken as a matter of choice. The film’s fragmented, flashback structure, however, frames these choices always in relation to their limitations and to their aftermath, which sometimes inverts and sometimes mimics them to parodic effect. The limitations are depicted through the film’s emphasis on institutional spaces. In the vast, white, symmetrically framed corridors of the recreation centre, the hospital, the supermarket and the prison Eva’s agency is removed: she is a pregnant body among others, surrounded by the identically dressed little girls who prefigure the motherhood to come; and she is a mother standing or sitting in line, awaiting the decisions of others. Once a mother, she can no longer insist on staying in New York, and the ‘castle’ (Franklin’s words) in the suburbs to which she is removed is filmed with the same wide lens and emphasis on symmetry: it, too, is vast, ordered, white, and, as Ramsay said, ‘like a set’. With a reference to Woolf (‘Everybody needs a room of their own’), Eva constructs within it a private space papered with maps and decorated with exotic masks, only to find it not simply invaded but vandalised by Kevin, its fantasy of other places permanently disfigured and smeared with paint. In more direct inversions and references, the red-saturated *jouissance* of Valencia’s La Tomatina festival, which is the film’s first flashback, is replaced first by the jam with which Kevin smears his sandwiches and then by the regimented tins of tomato soup behind which Eva takes refuge in the supermarket. The images which line the office of Eva’s travel writing firm, meanwhile, with their promise of ‘Escape’¹² into the exoticism of Thailand and Vietnam, are replaced by the cheaper,

¹² Escape is the name of Eva’s travel writing company.

mass-produced posters in the downmarket travel agency, Travel R Us, in which she now finds a low-grade job.

This structure of ironic echoes and inversions frames Eva's choices. Franklin's genial paternalism, despite its overt refusal of authority, is rendered powerful by the structures that support it, and its careful separation of ordered suburban 'castle' from the disorder of the outside world masks a refusal to recognize the violence which is inside the home. That this is a specifically *American* hypocrisy is made clear when Kevin enters the school sports hall that will be the scene of his mass slaughter. As he pushes open the double doors we are faced by twin signs exhorting 'Pride' and 'Focus', the latter defined as 'Concentration of the mind such that *nothing* distracts you from your task'. Between them, exemplifying these virtues, is the image of a face which could be Kevin's. Later, inside the hall, he turns to face the US flag and bows, then stretches wide his arms as the lighting, with its red and blue horizontal bars against the white of the hall, reminds us that the film's dominant colours of red and white, so often contrasted in the film, together make up the American flag.

The violence at the heart of Kevin's perfectly controlled performance of these all-American values in the slaughter of his classmates is also seen elsewhere in the film. It is there, grotesquely, in the clown faces 'straight out of a horror film' (McGill, 2011, p. 18) on the office walls of the paediatrician to whom Eva takes Kevin; it is there in the Halloween costumes and demands for 'trick or treat' of the children who menace Eva on her return from work, their hostility intercut with instances of Kevin's own childhood anger; and it is there in the Robin Hood story ('Again he shot and again he smote the arrow close beside the centre') and the videogames with which Eva and Franklin seek to establish 'normal' parental closeness with their son. It is also there, menacingly, in the response of Eva's co-worker Colin, when she rejects his advances amidst the forced jollity and drunken detritus of the office Christmas party. This is a society whose institutions, with their order, controlled cleanliness and enforced optimism, both control and deny the disorder and dirt of bodies, with a resulting violence that is barely repressed. In the fractured narrative of the film's present Eva will spend the whole of the film trying to remove all traces of red from the white surface of her new home. The red, of course, will return, inside the house as well as on its walls and windows.

Eva's own 'nomadism', as a number of commentators on Shriver's novel have pointed out¹³, is as much a product of American values as Franklin's buddy-ism and Kevin's ironic gesture to the US flag. Her first flashback is to the ecstasy of La Tomatina, where bodies fill the screen: plural, viscous and grub-like, smeared with the red pulp into which Eva is lowered in a gesture of total surrender [Figure 3 below]. This is a *jouissance* which is also abjection, recalling the blurring of boundaries between human and non-human, bodies and organic waste which is the stuff of horror¹⁴. In Kristeva's description

¹³ See Evans (2009), Jeremiah (2010), and Gambaudo (2011). Evans reads Shriver's Kevin as 'a metaphor for the contemporary US, a country literally unable to "behave"' (2009, p. 148).

¹⁴ It recalls, for example, the equally ambiguous gesture of a resurrected Ripley sinking into the moist, absorbing body of the alien in *Alien Resurrection* (1997).

(1982, pp. 8-9): 'The clean and proper ... becomes filthy, the sought-after turns into the banished, fascination into shame. ... one joys in it. Violently and painfully. A passion'. For Eva, however, the scene is safely *elsewhere*, part of the 'Legendary Adventures' of 'Escape' of which she is the acclaimed writer. The affluent, ordered offices of Eva's travel writing company, with their posters offering fantasies of exotic indulgence, remind us that this adventure in mobility and choice is in fact an imperial one, whose success depends on the turning of embodied excess into a commodity which can be bought and experienced — always elsewhere — by the rational Western subject¹⁵. It is a project which is already corrupt before its degradation into its tawdry successor in Eva's life, Travel R Us¹⁶.



Figure 3

In Ramsay's film, however, the La Tomatina scene is not, or not simply, an encounter by the self with the exotic and feminised other. It is the first instance of an intensity which repeatedly splinters the film's realist surface: dreamlike, incorporating both corporeal fragments and intense light, but insistently present. The flashback occurs immediately after the film's opening sequence and forms a counterpoint to it. In this sequence the camera, following what we later find to be Eva's point of view, approaches the billowing, semi-sheer white curtains which form a growing point of light against the surrounding darkness. As we get closer, however, we do not see *through* the curtains; instead we become conscious of their texture until they become simply whiteness and we see only the dazzlingly bright screen itself.

The camera, then, draws us to the window but bars our access to the scene of horror beyond, replacing it first with the screen and then with the memory of La Tomatina. The edit serves to parallel the two scenes, of ecstasy and familial murder, and to add to the undertone of horror in the former. Within Franklin's suburban 'castle' Eva will try to recreate her exotic memories of 'other-ness' in the maps and masks which cover the walls of her study, but when Kevin smears and splatters them with paint she does not redecorate.

¹⁵ For the history of this theme in Western writing see Anne McClintock, *Imperial leather: race, gender and sexuality in the colonial contest* (1995).

¹⁶ Even here we see a hierarchy of privilege. The cleaner who silently compels Eva to leave the office when she is working late is clearly an immigrant worker, excluded from the promises of Travel R Us.

As in the brief scene where we see her, after the ecstasy of the La Tomatina festival, now simply dirty and alone in an alien street among fellow tourists, turning to camera as if bewildered and lost, Eva's separation of order from the exoticised ecstasy of disorder is never quite secure, the violence produced by such splitting never quite re-pressed.

Eva enters pregnancy, too, in a spirit of controlled adventure¹⁷. The moment of conception is chosen and noted precisely: 12:01. Yet what Ramsay's camera then shows us is the alien stickiness of cells dividing and reproducing, in another image that insists on the disorder, the uncontrollability and the strangeness of the embodied. The moment of childbirth is similarly doubled: if the final shot is a wide-angled shot of a perfectly ordered institutional cell, in which Eva sits isolated from baby and husband, the scene of childbirth that precedes it is shot through the distorting mirror of the huge hospital light, so that, in an echo of earlier horror films, Eva is reduced to a melting, misshapen eye and a mouth that screams [Figure 4 below]¹⁸. This scene in turn follows in continuous sound that of a prisoner screaming as he is restrained.

In the scenes of Kevin's infancy and childhood that follow, Eva's resistance to absorption into motherhood is depicted as discomfort with the body. From the repeated instructions of the mid- wife during childbirth — '*Stop resisting, Eva*' — to Eva's sidelong glances of dislike at the bodies that surround her in a pregnancy class, and thence to her insistence on maintaining distance from Kevin's body and actions, Eva's constant effort is to recover control through discipline and training. In a reversal of conventional gender assumptions, it is Kevin who represents the anarchic excesses of the body, from the alien viscosity of his conception to the food and faeces which he smears, throws and expels, and later to the discomfiting sexuality which he displays in front of Eva. Kevin denies her control, refusing her transformation of the unknown into an exercise of mapping, of motherhood into a teaching relationship. Instead, his behaviour insists on the messiness of the body, on the fleshy, the organic, the abject — and insists that Eva recognize this, together with her own rage and fear at her entrapment. It is an embodiment that always threatens violence, and that draws a complicit violence from Eva. In contrast, Kevin's sister Celia is the image of compliant girlhood, her father's 'princess'; only her red shoes and the disconcertingly aggressive games that she plays with her soft toys and pet guinea pig¹⁹ suggest that this feminine compliance is bought at the cost of a repression which might mirror Eva's own.

¹⁷ In Shriver's novel, Eva comments, 'Motherhood, ... Now that is a foreign country' (2003, p. 22).

¹⁸ In Michael Powell's *Peeping Tom* (1960) the female victims are forced to gaze at their distorted images in the camera's mirror.

¹⁹ She dresses the guinea pig as Robin Hood in an echo of Kevin's violent fantasies.

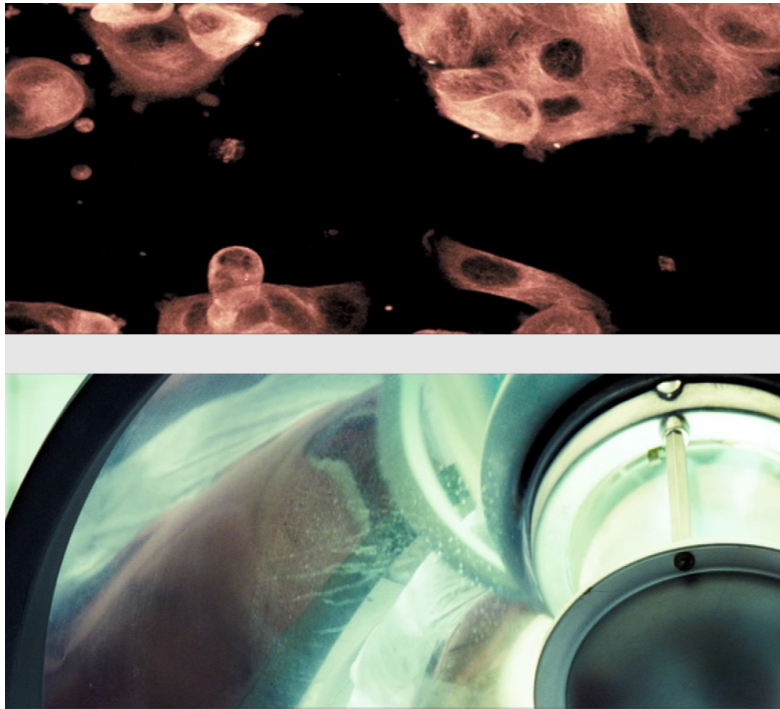


Figure 4

4. MONSTROUS DOUBLING

Eva's apparent recovery of control during Kevin's adolescence is marked both by Kevin's own acquisition of a sense of order that parallels Eva's own and by her return to work. Eva is a travel writer, and it is the split between motherhood and *writing* which, or many feminist critics, most starkly figures the conceptual difficulties in imagining a maternal subject. Whilst Eva's own professional writing simply maintains the split — her books are 'legendary adventures' of 'escape' — the dualities and difficulties that can be worked through textually in the novel are in Ramsay's film rendered in cinematic terms. The wide frame, the symmetry of the sets and square-on distancing of the framing, the emphasis on the frames of windows, mirrors and doors all make us conscious of the cinematic screen. But as we saw from the opening sequence, this is a screen which has a material presence and texture. In disorientating fragments, the visceral and the intensely detailed repeatedly fill it in close-up: the ants that crawl over Kevin's discarded sandwich, the fragments of eggshell that Eva picks out of her mouth, the fingernails that Kevin bites off and lays out. As Kevin fingers his scar or squelches the lychee in his mouth we are repeatedly reminded of the uncontrollable otherness of the body. Most of all, there is constant slippage between the two sets of images, between transparency and texture, and between image and sound. There is also, of course, slippage between Eva and Kevin. From the moment at the start of the film when Eva lowers her face into water and, as she shakes her head beneath the surface, it becomes Kevin's, the two are constantly doubled, their faces alternately paralleled and sliding together and then apart [Figure 5 below]. In this early sequence, as Eva lifts her head from the water she wipes her face and stares

into a mirror, as if willing separation from her monstrous double. Later, as she gazes in fascination at the television screen on which Kevin is 'explaining' his crimes, the reflection of her face is half superimposed on his, dissolving into his more dominant features.

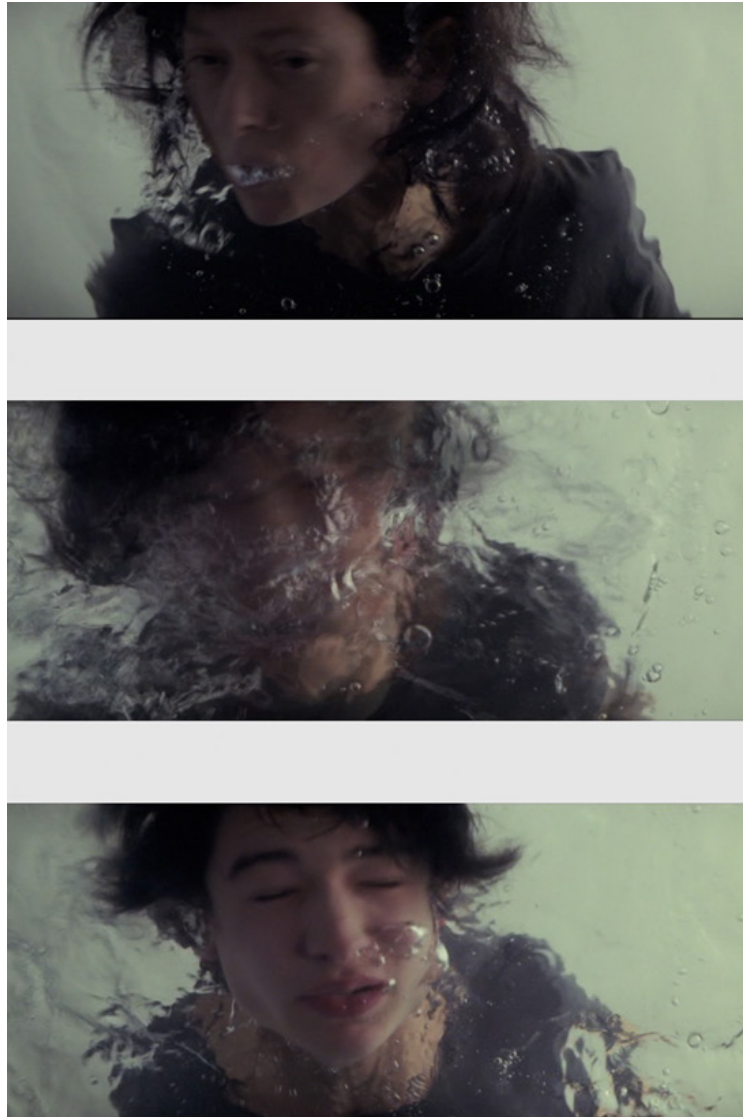


Figure 5

The idea of the child as monstrous double of the mother is one that has been explored in two very different places: in feminist writing and in the horror film. Adrienne Rich writes of 'the dread of giving birth to monsters' (1977, p. 164) and Phyllis Chesler calls her unborn child 'my monster, my-self', wondering 'What if you're born ... with my anger, my excesses?' (1998, pp. 36, 101). For Rich, such anxieties are the product of patriarchal associations of childbirth with evil and the resulting internalised feelings of guilt — she points to the prevalence across cultures of notions of the female body as 'unclean, and as the embodiment of guilt' (Rich, 1977, p. 164). She also points to women's repressed anger at the death of self which accompanies motherhood, quoting the following diary extract from Elizabeth Mann Borgese's *Ascent of Woman*:

My face in the mirror looked alien to me. My character blurred. Childish violent desires, unknown to me, came over me, and childish violent dislikes. I am a coldly logical thinker, but ... my reasoning blurred and dissolved... I was one and the other at once. It stirred inside of me. Could I control its movements with my will? Sometimes I thought I could, at other times I realized it was beyond my control. I couldn't control anything. I was not myself. And not for a brief passing moment of rapture, which men, too, may experience ... Then it was born. I heard it scream with a voice that was no longer mine. (Borgese, 1963, p. 45)

Lucy Fischer draws upon such accounts in her analysis of Polanski's *Rosemary's Baby* (1968). She argues that the film acts as a 'skewed "documentary"' for its age, recording not only patriarchal horror at the maternal body and the birth process but also, and against the grain of much feminist writing of the time, 'women's private experience of pregnancy' (Fischer, 1968, p. 415). As applied to Polanski's film this seems to me to be a questionable argument, yet it is clear that the sense of maternal splitting and alienation that in the horror film generates the monstrous child has also been a key but repressed part of women's experience of maternity.

That Eva's experience so precisely mirrors the autobiographical account quoted above, written at least fifty years earlier, suggests again how far the post-feminist insistence on 'intensive mothering' as chosen masks a continuing split between individualized subject and embodied maternity. Yet Ramsay's vision also differs profoundly both from these autobiographical accounts and from horror films like *Rosemary's Baby*, for its engagement with intensely realized but disturbing sensory experience is not simply localized in Eva. As with Ramsay's earlier films, both it and the elusive texture of brightness to which Eva is also drawn are features of the world portrayed in all its everydayness, from the ants that crawl over the discarded sandwich and the cigarette stubbed out in a Christmas cake to the texture of human nails and scar tissue. Like Eva, we must learn to see both not as elsewhere but as *here*.

5. MEMORY TEXTS AND OEDIPUS

The memory text is typically a montage of vignettes, anecdotes, fragments, 'snapshots', flashes.... All this produces a sense of synchrony, as if remembered events are somehow pulled out of a linear time-frame, or refuse to be anchored in real historical time. Memory texts are metaphorical rather than analogical: as such, they have more in common with poetry than with classical narrative. (Kuhn, 2000, p. 190)

Annette Kuhn's description of the formal properties of the 'memory text' is one she also applies to certain films. *We Need to Talk about Kevin* is not precisely such a text; as Tim Robey's review of the film states, Eva's flashbacks are not consciously invoked memories, but rather 'happen to her out of the blue' (Robey, 2011, p. 79). Time slips,

slides and collides, the sense of dislocation increased by the way in which sound may be clear or distorted, and may run on, precede or be superimposed onto quite different and temporally distant events. That this is Eva's perspective, however, is clear from the film's opening, when the camera adopts its point of view shot in the approach to what becomes a sheer white screen on which memories can be replayed. At the end of the film, when the sequence is repeated, Eva's identity as the author of that point of view is confirmed. If, however, the film, as in Kuhn's description, offers a 'montage of vignettes, ... fragments', "snapshots", it is also, as with the memory text, 'wrought into a "telling" that is by its nature linear, syntagmatic' (Kuhn, 2000, p. 190). It is driven, until its final sequences, by Eva's drive to restore order, to cleanse the white walls of her home of all traces of red, to separate the screen, with its play of logical cause and effect, innocence and guilt — a logic which is also the stuff of fairytale — from the sensory disorder of lived experience.

'All narrative', writes Teresa de Lauretis, 'in its movement forward toward resolution and backward to an initial moment, a paradise lost, is overlaid with what has been called an Oedipal logic – the... quest for (self) knowledge through the realization of loss, to the making good of Oedipus' sight and the restoration of vision' (de Lauretis, 1984, pp. 125-126). It is a formulation which Rita Felski has more recently disputed, seeing in it an essentialising of what is really simply a matter of historical male dominance. Plots are not, she writes, doomed to follow Oedipus, confining women to passivity and subordination. For women, a plot 'may be a playground as well as a prison-house' (Felski, 2003, p. 106). Felski, I think, misreads de Lauretis' argument in seeing it as essentialist: Ramsay's film shows us just what a playground might be made of the Oedipal story itself, even whilst noting its cultural dominance. *We Need to Talk about Kevin* replays the Oedipal story — the son's usurpation and murder of the father, the disturbingly sexual overtones in the relationship between son and mother — but from the mother's perspective. This is Eva's story: Franklin is a peripheral figure and Kevin unknowable, narratively important, despite his cultural centrality, only insofar as he mirrors and impacts on Eva herself. It is Eva who investigates, who 'unveils', as Kristeva (1982, p. 83) describes Oedipus as doing, the corporeal 'defilement' that lies on the 'other side' of familial normality. When towards the end of the film, however, we finally step with her beyond the curtain to see the bodies of Celia and Franklin lying pierced with arrows on the lawn, the scene suggests the dangerous absurdity of the dominant cultural narratives with which we make sense of our lives. Celia remains her father's 'princess', still prettily dressed; Franklin, however, is both the fallen hero of myth and, wearing only a white towel round his waist, stripped to an absurd, infant-like nakedness. As Eva steps beyond the doorway, the sinister whirring which has accompanied the repeated sequence of her approach to the curtains is revealed to be the sound of the garden sprinkler system, which now bursts into celebratory life, to form decorative fountains behind the bodies. Unlike the female investigators of the 'paranoid sub-group' of the woman's film described by Mary Ann Doane (1988, p. 137), what Eva confronts on the other side of the door is not 'an aspect of herself', the other side of 'Janus-faced' woman (Kristeva, 1982, p. 85). Instead, it is a realization not

only of loss but also of the horror and absurdity at the heart of the narratives within which such losses are usually framed.

Writing about the ending of Shriver's novel, Sylvie Gambaudo expresses disappointment. It is, she writes, 'unclear whether it is Kevin or [Eva] who is punished for his crimes'. As she prepares a room in preparation for Kevin's release from prison, Eva 'leaves us with no hope to ever reconcile woman's split status', becoming 'the quintessential self-effacing mother who patiently awaits the return of the prodigal son'. 'Woman', it seems, 'has to choose between motherhood and empowerment, as if the two could not co-exist' (Gambaudo, 2011, pp. 167-168). At the end of Ramsay's film, too, Kevin's room has been decorated by Eva as a replica of his childhood bedroom, and the white house has been cleaned. A kind of unseeing order, an imaginary 'paradise lost', has, it seems, been restored, and Eva pauses briefly to contemplate it. Yet the film's fractured 'snapshots' do not allow it to end here. Towards the film's close there is a repeat of the sequence in which Eva lowers her face into water, with the camera positioned below the surface. This time, however, her face does not merge with Kevin's; he remains separate, resentful, flicking at the surface of the water into which she has removed herself. In her final prison visit the two are no longer mirrored; his head shaved, Kevin now seems both older and more childishly vulnerable. As the two look at each other and Eva asks for the first time, 'Why?', it is clear that Kevin is lost, bewildered and afraid. He no longer 'knows' why he committed the murders, and this, it seems, might be the beginning of responsibility. The hug that follows is awkward, but it seems, too, a recognition of both connectedness and difference. It follows an earlier physical contact in this final prison visit, where Eva reaches out to touch a distressed young black woman who waits with her, in a gesture that suggests a new capacity for disinterested empathy. As Eva leaves the prison, walking towards another doorway that is an expanding patch of sheer white light, the nuclear family, with its ritualised relationships, repressions, blurrings of identity and underlying violence, is broken. Eva's embrace of Kevin seems at once to insist on the maternal relation and a shared responsibility and to recognize Kevin's otherness, the separation of his body *and* actions from her own. Her final movement, however, is solitary, a movement outwards towards the future which, whilst it continues to insist on the in-escapability of connection and responsibility for the maternal subject, nevertheless seems an affirmation of both subjectivity and agency [Figure 6 below].



Figure 6

6. CONCLUSION: THE GREAT DIVIDE?

The mother hates her infant from the word go.... If, for fear of what she may do, she cannot hate appropriately, when hurt by her child she must fall back on masochism, and I think that gives rise to the false theory of a natural masochism in women. (Winnicott, 1984, pp. 201-202)

Reflecting on her 1970s conscious-raising group, Ann Snitow comments, 'We used to agree in those meetings that motherhood was the divide: Before it, you could pretend you were just like everyone else; afterward, you were a species apart – invisible and despised' (1990, p. 32). The tell-tale phrase here is 'everyone else', with its assumed masculinity: the feminist conflict that Snitow describes is between a desire for an identity not overdetermined by gender — a desire, in effect, not to be a woman — and a desire to construct solidarity around an embodied female experience. Forty years on, that 'everyone else' has been feminized: the 'female individualisation' which characterizes the contemporary moment means that (white Western) women, too, can, in Angela McRobbie's words, 'choose the kind of life they want to live. Girls must have a life-plan. They must

become more reflexive in regard to every aspect of their lives' (2009, p. 19). The divide of which Snitow writes, however, not only remains but is now intensified. Maternity — the other side of the divide — retains its identification with place and the body. That the identities 'not-mother' or 'mother' have now been *freely chosen* serves simply to mask the continued centrality of a gender dualism which determines both our institutional structures and our public fantasies.

Addressing this context, Ramsay's film refuses a closure which would insist on Eva's 'empowerment', as Gambaudo seems to desire. Her early self-fashioning 'nomadism' is an imperial adventure, as much a splitting off of bodily ecstasy from the self that will plan, map and write these adventures as the nineteenth century tales of masculine exploration which preceded it. In the 'adventure' in intensive mothering which follows, such splitting is no longer possible. Kevin, her monstrous double, demands an acknowledgement of the unruly body *within* the ordered domain of the white American suburban home. Like Winnicott's mother — the product of another era (the late 1940s) that saw women being urged back into the home — Eva responds with alternating hate and masochism.

It is a response that recalls Eva's predecessors — the repressed middle-aged protagonists of Akerman's and Dulac's films. Unlike Akerman, however, Ramsay does not allow us the distance — and the optimism — of the daughter's perspective. Instead, it is Eva's fractured subjectivity, hate, and sense of guilt that we inhabit. As Ramsay has commented, there is no easy 'redemption' at the end of the film (O'Hagan, 2011). I would argue, however, that in Eva's final realisation of both the inescapability of her relationship — however ambivalent — with Kevin and his separateness from her, the film's ending points us beyond the twin fantasies of postfeminist maternal masochism and unproblematic feminist agency and towards the possibility of a subjectivity which might accept rather than deny the uncontrollable messiness of embodiment.

All images from *We Need to Talk about Kevin* reproduced above derive from frame grabs excerpted from the Artificial-Eye DVD version of the film: © 2011 BBC Films and UK Film Council, in association with Footprint Investments LLP, Piccadilly Pictures and LipSync Productions, and Artina Films and Rockinghorse Films. They appear here solely for Fair Dealing (and Fair Use) purposes of scholarship and criticism.

REFERENCES

- Akerman, C. (1977). Chantal Akerman on Jeanne Dielman. *Camera Obscura*, 2, 118-21.
- Battersby, C. (1998). *The phenomenal woman*. Cambridge: Polity.
- Bauman, Z. (2001). *The individualized society*. Cambridge: Polity.
- Beck, U.; Beck-Gernsheim, E. (2001). *Individualization*. London: Sage.
- Bergstrom, J. (1977). Jeanne Dielman, 23 Quai du Commerce, 1080 Bruxelles' by Chantal Aerman. *Camera Obscura*, 2, 114-8.
- Borgese, E. M. (1963). *Ascent of woman*. London: Macgibbon & Kee.

- Braidotti, R. (1994). *Nomadic subjects*. New York: Columbia University Press.
- Chesler, P. (1998/1979). *With child*. New York/London: Four Walls Eight Windows.
- de Beauvoir, S. (1988/1949). *The second sex*. Trans. H. M. Parshley. London: Pan.
- De Lauretis, T. (1984). *Alice doesn't*. Basingstoke: Macmillan.
- De Lauretis, T. (1989). *Technologies of gender: Essays on theory, film, and fiction*. Basingstoke: Macmillan.
- Doane, M. A. (1988). *The desire to desire: The woman's film of the 1940s*. Basingstoke: Macmillan.
- DiQuinzio, P. (1999). *The impossibility of motherhood*. Ithaca: Cornell University Press. Douglas, S. J.; Michaels, M. W. (2004). *The mommy myth*. New York and London: Free Press.
- Evans, M. (2009). *The imagination of evil*. London: Continuum.
- Felski, R. (2003). *Literature after feminism*. Chicago and London: University of Chicago Press.
- Fischer, L. (1996). Birth traumas: parturition and horror in Rosemary's Baby'. In B. K. Grant (Ed.), *The Dread of Difference: Gender and the Horror Film* (pp. 412-31). Austin: University of Texas Press.
- Flitterman-Lewis, S. (2003). What's beneath her smile? Subjectivity and desire in Germaine Dulac's *the smiling Madame Beudet* and Chantal Akerman's *Jeanne Dielman, 23 Quai du Commerce, 1080 Bruxelles*. In Foster, G. A. (Ed.) *Identity and Memory: The Films of Chantal Akerman* (pp. 27-40). Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press.
- Freud, S. (1973/1932). Femininity. In S. Freud, *New Introductory Lectures on Psychoanalysis* (pp. 145- 69). London: Penguin. Trans. J. Strachey.
- Friedan, B. (1965/1963). *The feminine mystique*. London: Penguin.
- Gallop, J. (1988). *Thinking through the body*. New York: Columbia University Press.
- Gambaudo, S. (2011). We need to talk about Eva: the demise of the phallic mother. *Janus Head*, 12 (1), 155-68.
- Haskell, M. (1987/1974). *From reverence to rape: the treatment of women in the movies* Chicago & London: University of Chicago Press. Second edition.
- Hirsch, M. (1992). Maternal voice. In E. Wright (Ed.), *Feminism and Psychoanalysis* (pp. 252-254). Oxford: Blackwell.
- Irigaray, L. (1985). *Speculum of the other woman*. Ithaca: Cornell University Press. Trans. G. C. Gill.
- Jameson, F. (1983). *The political unconscious*. Cambridge: Methuen.
- Jeremiah, E. (2010). We need to talk about gender: mothering and masculinity in Lionel Shriver's *We Need to Talk about Kevin*. In E. Podnieks & A. O'Reilly (Eds.), *Textual Mothers, Maternal Texts* (pp. 169-185). Waterloo: Wilfrid Laurier University Press.
- Kaplan, E. A. (1983). *Women and film: both sides of the camera*. New York and London: Methuen.
- Karlyn, K. R. (2011). *Unruly girls; unrepentant mothers*. Austin: University of Texas Press.
- Kristeva, J. (1980). *Desire in language*. New York: Columbia University Press. Trans. L. S. Roudiez.

- Kristeva, J. (1982). *Powers of horror: essays on abjection*. New York: Columbia University Press. Trans. L. S. Roudiez.
- Kuhn, A. (2000). A journey through memory'. In S. Radstone (Ed.), *Memory and Methodology* (pp.179-196). Oxford and New York: Berg.
- Le Doeuff, M. (2002). *The philosophical imaginary*. London and New York: Continuum. Trans. C. Gordon.
- McClintock, A. (1995). *Imperial leather: race, gender and sexuality in the colonial contest*. New York and London: Routledge.
- McGill, H. (2011). 'We Need to Talk about Kevin'. *Sight & Sound*, 21 (11), 16-19.
- McRobbie, A. (2009). *The aftermath of feminism*. London: Sage.
- Modleski, T. (1982). *Loving with a vengeance*. New York and London: Methuen.
- Mulvey, L. (1989/1981). Afterthoughts on " Visual Pleasure and Narrative Cinema". In L. Mulvey, *Visual and Other Pleasures* (pp. 29-38). Basingstoke: Macmillan.
- Negra, D. (2009). *What a girl wants?*. London: Routledge.
- O'Hagan, S. (2011, 2nd October). Lynne Ramsay: "Just talk to me straight", *The Observer*. Accessed at <http://www.guardian.co.uk/film/2011/oct/02/lynne-ramsay-interview-about-kevin>
- O'Reilly, A. (2010). The motherhood memoir and the "New Momism": biting the hand that feeds you. In E. Podnieks, E. & A. O'Reilly (Eds.), *Textual Mothers, Maternal Texts* (pp. 203-13). Waterloo: Wilfrid Laurier University Press.
- Perlmutter, R. (1979). Feminine absence: a political aesthetic in Chantal Akerman's *Jeanne Diel- man...* *Quarterly Review of Film Studies*, 4 (2), 126-133.
- Reid Boyd, E. (2005). Mothers at home: oppressed or oppressors or victims of false di- chotomies?. In A. O'Reilly, M. Porter & P. Short (Eds.), *Motherhood: Power and Oppression* (pp. 195-203). Toronto: Women's Press.
- Rich, A.(1977). *Of woman born*. London: Virago.
- Robey, T. (2011). Review of *We Need to Talk about Kevin*, *Sight & Sound*, 21 (11), 79.
- Shriver, L. (2011/2003). *We need to talk about Kevin*. London: Serpent's Tail.
- Silverman, K. (1988). *The acoustic mirror*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.
- Snitow, A. (1990). A gender diary. In M. Hirsch & E. F. Keller (Eds.), *Conflicts in feminism* (pp. 9-43). London: Routledge.
- Sobchack, V. (1996). Bringing it all back home: family economy and generic exchange. In B. K. Grant (Ed.), *The Dread of Difference* (pp. 143-163). Austin: University of Texas Press.
- Thornham, S. (2012). *What if I had been the hero? Investigating women's filmmaking*. London: BFI.
- Warner, J. (2006). *Perfect madness: motherhood in the age of anxiety*. London: Vermilion. Williams, L. (1987/1984). "Something else besides a mother": *Stella Dallas* and the maternal melodrama. In C. Gledhill (Ed.), *Home is Where the Heart is* (pp. 299-325). London: B.F.I.
- Williams, L. R.(2002). Escape artist, *Sight & Sound*, 12 (10), 22-25.

Winnicott, D. W. (1984/1947). Hate in the countertransference. In Winnicott, D., *Through Pediatrics to Psychoanalysis: Collected Papers* (pp.194-203). London: Karnac Books.

FILMOGRAPHY

Jeunet, Jean-Pierre (Dir.) (1997). *Alien Resurrection*.

Citron, Michelle (Dir.) (1978). *Daughter Rite*.

Akerman, C. (Dir.) (1975). *Jeanne Dielman, 23 Quai du Commerce, 1080 Bruxelles*.

Chopra, Joyce; Weill, C. (Dir.) (1972). *Joyce at 34*.

Benton, R. (Dir.) (1979). *Kramer vs. Kramer*.

Ramsay, L. (Dir.) (2002). *Morvern Callar*.

Donner, R. (Dir.) (1976). *The Omen*.

Powell, M. (Dir.) (1960). *Peeping Tom*.

Polanski, R. (Dir.) (1968). *Rosemary's Baby*.

Dulac, G. (Dir.) (1923). *La Souriante Madame Beudet* (The Smiling Madame Beudet).

Vidor, K. (Dir.) (1937). *Stella Dallas*.

Ramsay, L. (Dir.) (2011). *We Need to Talk about Kevin*.

Sue Thornham is Professor of Media and Film and Head of the Department of Media and Film at the University of Sussex, Brighton, United Kingdom. Her research interests focus on feminist theory and its applications to film, media and cultural studies. She teaches British Cinema, Film Theory and Viewing Women on the Department's undergraduate degree programmes, and Feminism and Film on its MA programmes. She is the author of *Passionate Detachments: An Introduction to Feminist Film Theory* (1996), *Feminist Theory and Cultural Studies* (2001) and *Women, Feminism and Media* (2007); the co-author, with Tony Purvis, of *Television Drama: Theories and Identities* (2005); the editor of *Feminist Film Theory: A Reader* (1999), the co-editor, with Caroline Bassett and Paul Marris, of *Media Studies: A Reader* (3rd edition 2009), and the author of *What if I had been the Hero?: Investigating Women's Cinema* (2012).

E-mail: s.thornham@sussex.ac.uk

School of Media, Film & Music - University of Sussex, Brighton, United Kingdom

ANÁLISE DE UMA AÇÃO COLETIVA: COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO EM DEFESA DO DIREITO DE ESCOLHA DA MULHER EM RELAÇÃO AO PARTO

Aline Gonçalves & Celsi Silvestrin

RESUMO

Neste artigo são apresentados alguns dos resultados da pesquisa *Da Internet às Ruas: a Marcha do Parto em Casa*. Com base na discussão a respeito do papel da comunicação e dos atores coletivos na sociedade, o trabalho teve por objetivo observar se as pessoas envolvidas na defesa da humanização do parto conseguiram, utilizando ferramentas disponíveis na internet e acionando a mídia, ampliar a visibilidade social do tema. Realizou-se uma análise documental, cujo *corpus* foi composto por peças de comunicação relacionadas ao conflito estabelecido entre as pessoas que defendem o parto humanizado e o Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj). A análise de conteúdo de uma página de evento no *Facebook*, usada para a organização da Marcha, confirmou que o *site* teve papel central nesse processo, por isso a metodologia de estudo foi focada nas apropriações tanto da internet quanto das redes sociais. Para esclarecer dúvidas e confirmar ou refutar hipóteses, foram realizadas entrevistas em profundidade com algumas das articuladoras da ação coletiva. Verificou-se que as pessoas envolvidas na mobilização se uniram para defender uma causa — o direito de escolha da mulher em relação ao parto. Para isso, as ativistas realizaram ações de comunicação e mobilização, visando à sensibilização da sociedade para que essa exija o cumprimento dos direitos das gestantes e mudanças do modelo de assistência obstétrica no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Comunicação; ação coletiva; mobilização; parto; Facebook

INTRODUÇÃO

No ano de 2012, a prática do parto domiciliar, como uma opção de escolha da mulher, ganhou visibilidade nos principais meios de comunicação de massa no Brasil. A partir da discussão sobre o papel da comunicação e dos atores coletivos na sociedade, este trabalho teve por objetivo observar se as pessoas envolvidas na defesa da humanização do parto conseguiram ampliar a discutibilidade e visibilidade social do tema, utilizando ferramentas disponíveis na internet e acionando a mídia. Visou-se também apresentar elementos que ajudem a compreender as razões que levam mulheres brasileiras a contestar o modelo de assistência obstétrica vigente, a ponto de se organizarem e saírem às ruas para protestar.

Na linguagem médica, o parto é visto como um evento fisiológico que depende de acompanhamento por especialistas e oferece riscos para a gestante e o bebê. As mulheres que defendem o parto em casa e a humanização do atendimento apontam que o modelo hospitalar vigente é centrado nas necessidades da equipe médica e não respeita o tempo e o processo psicofísico da mulher parturiente. Para elas, a falta de

informações com evidências científicas e de suporte emocional, entre outros aspectos, desestimulam, quando não impedem, o parto vaginal. Desta forma, os grupos de mulheres mobilizadas na Marcha do Parto em Casa visaram resgatar, em alguns aspectos, o lugar cultural e social do parto na sociedade. Como argumenta Torniquist, há evidências que além de ser um ato fisiológico, o parto tem papéis culturais.

O parto e nascimento são eventos a um só tempo biológico, cultural e individual: mulheres dão à luz de formas diferenciadas, conforme o contexto histórico em que vivem, sua cultura particular e experiências pessoais — incluindo-se as narrativas e lembranças guardadas na memória. Situando-se menos como uma doença — à exceção dos partos em que há graves dificuldades e mais como um fenômeno que envolve corpo e saúde, o parto é vivenciado como um ritual de passagem, que assinala mudanças tanto corporais, quanto familiares e sociais. (Torniquist, 2004, p. 65)

Ao considerar essas questões, pode-se entender a manifestação de centenas de mulheres brasileiras em defesa do direito de escolha e da autonomia da parturiente como um indicativo de mudança cultural e social. O grupo mobilizado afirma que a principal evidência de que está havendo o cerceamento da liberdade da mulher é o crescente número de cesarianas que vem sendo realizadas, principalmente na rede privada de atendimento à saúde. Em 2010, segundo dados do Ministério da Saúde — Governo do Brasil, o país foi considerado líder mundial na proporção de nascimentos via cesariana. Naquele ano, registrou-se que 52% dos nascimentos aconteceram por via cirúrgica. Na rede privada, o índice de cesáreas foi de 82%, e na rede pública, de 37%. A recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) é que a taxa esteja em torno de 15%.

Há experiências pontuais em algumas maternidades públicas, como a do Hospital Sofia Feldman, em Belo Horizonte (MG), que prestam assistência humanizada, mas, apesar dos indicativos de investimento do Governo Federal, segundo as ativistas não há indicativos de que essas práticas possam se tornar acessíveis de maneira universal. Diante desse cenário, algumas mulheres brasileiras optam por ter seus filhos em casa, mesmo quando vivem em regiões urbanas e têm acesso às redes pública e privada de assistência médica. Na opinião de Ana Cristina Duarte, obstetrix, uma das fundadoras do Grupo de Apoio à Maternidade Ativa (GAMA) e uma das principais articuladoras da Marcha do Parto em Casa, “(...) o melhor lugar para se ter o bebê é onde a mulher se sente mais segura. Se ela se sente mais segura na casa dela, precisa procurar opções para ter o bebê em casa” (IHU Unisinos, 2012). Ponto de vista oposto ao do Conselho de Medicina do Rio de Janeiro, cujos representantes consideram o parto em casa um procedimento de risco. Apesar de o parto domiciliar não ser assistido pelas redes pública ou privada de saúde, tampouco existe qualquer restrição legal para a prática, tornando-se um tema complexo e polêmico, no qual precisam ser analisados aspectos do âmbito da saúde, da cultura e da sociedade.

1. O PAPEL DA COMUNICAÇÃO E DOS ATORES COLETIVOS

A Marcha do Parto em Casa teve características comuns com manifestações desencadeadas após o ano 2000, nas quais os atores acionaram, entre outros, recursos tecnológicos como a internet e a telefones móveis. Grandes e expressivas mobilizações como a Revolução de Jasmim, na Tunísia (2010) e a Revolução Egípcia (2011) são alguns dos exemplos de mobilização social, nas quais as tecnologias da informação e comunicação fizeram com que fosse possível aos cidadãos transmitir, compartilhar ou trocar informações de interesse comum. Segundo Shirky (2012), a rede de computadores permite o contato entre pessoas que têm um mesmo propósito, sem que seja necessário um alto investimento. Assim, para o autor, ações que seriam inviáveis economicamente em um padrão organizacional tradicional, podem ser desenvolvidas com o aporte das ferramentas sociais (2012, p. 44). Para Pleyers (2009), que estuda movimentos sociais recentes como o zapatismo,

[...] não se trata tanto de um declínio ou lacunas de movimentos imaturos, mas uma mutação das formas de participação e atores sociais que: adotam uma concepção de mudança social que é centrada na sociedade, nas pessoas e nas organizações locais, mais que em decisões dos representantes políticos ou de instituições internacionais. (Pleyers, 2009, p. 126)

Como afirma Pleyers, na contemporaneidade, a pulverização e diversificação das ações coletivas apresentam desafios teóricos e metodológicos que vão além daqueles debatidos em torno da participação política e das formas já conhecidas de organizações da sociedade civil, como os partidos ou os movimentos sociais (Luke *et al.*, 2013), fazendo com que as discussões teóricas sofram aportes constantemente. A Marcha do Parto em Casa foi organizada por meio das redes sociais virtuais e realizada nos dias 16 e 17 de junho de 2012, em 30 cidades brasileiras. Para estudá-la optou-se por uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, com a finalidade de explorar, por meio de um estudo de caso, duas questões consideradas centrais: comunicação e mobilização. Assim, os conceitos relacionados à ação coletiva, redes e meios de comunicação contextualizam o objeto investigado, tendo como finalidade identificar como se deu a organização dos indivíduos na ação analisada, tornando-os capazes de agir conjuntamente. O *corpus* desta pesquisa foi composto por textos provenientes de reportagens sobre a manifestação, utilizando a técnica de análise documental; entrevistas com nove ativistas envolvidas na organização da Marcha — que foram eleitas por terem sido os nomes de referência para conceder entrevistas à imprensa sobre a Marcha nos seus respectivos estados; e registros feitos pelo grupo mobilizado no *site* de rede social *Facebook*. Embora todo o material coletado tenha sido utilizado para situar o objeto de estudo, a análise de conteúdo (Bardin, 2011) restringiu-se à página do evento Marcha do Parto em Casa, no *Facebook*, por ter sido apontado pelas envolvidas como a principal ferramenta de mobilização na ação coletiva.

Neste trabalho, a Marcha do Parto em Casa foi considerada uma ação coletiva, a partir dos apontamentos de Melucci, que entende o conflito, a solidariedade e o

rompimento dos limites do sistema como dimensões analíticas básicas para o estudo dessas ações (Melucci, 1980, 1982 e 1983):

Defino conflito como uma relação entre atores opostos, lutando pelos mesmos recursos aos quais ambos dão um valor. A solidariedade é a capacidade de os atores partilharem uma identidade coletiva (isto é, a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como uma parte da mesma unidade social). Os limites de um sistema indicam o espectro de variações tolerado dentro de sua estrutura existente. Um rompimento destes limites empurra um sistema para além do espectro aceitável de variações. (Melucci, 1989, p. 56)

No caso analisado, o dissenso ocorreu entre os grupos que defendem o parto humanizado — e menos institucionalizado e medicalizado — e o Conselho de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj) que saiu em defesa das práticas da corporação. A formação do ator coletivo, ou da identidade coletiva, foi observada na capacidade que as pessoas envolvidas tiveram para dar sentido às suas ações. Nessa perspectiva, os atores sociais seriam definidos, ao mesmo tempo, por assumirem uma causa que gera conflito (contra o que está estabelecido, é hegemônico) e por uma vontade de origem subjetiva de participação. Esse conjunto de características pode levar ao que Melucci chama de identidade coletiva: “A identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece (1988, p. 342).

Assim, a identidade coletiva é acionada pela ação dos atores diante de uma oportunidade, ou seja, ela pode estar latente em uma rede e emergir em momento de conflito. Como explica Gamson (2011, pp. 28-29), “A ação coletiva requer a consciência de agentes humanos cujas políticas e práticas precisam ser mudadas e é a consciência de um “nós” que irá ajudar a realizar essa mudança”. Para Melucci, o componente da identidade refere-se ao processo de definição desse “nós”, tipicamente em oposição a um “eles” que possui interesses ou valores diferentes. A rede construída pelos que defendem a humanização do parto foi tecida por diversos anos, inicialmente por encontros presenciais, e somente nos período mais recente com o aporte *blogs* e outras ferramentas de interação via internet (listas de discussão, sites de redes sociais).

2. O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO

O processo analisado aqui tem como marco inicial a publicação do vídeo Parto de Sabrina — Nascimento de Lucas, em 21 de fevereiro de 2012, no site *Youtube*. Antes mesmo de ter sido pauta em *sites* jornalísticos ou programas de grande audiência na TV, o vídeo teve mais de dois milhões de visualizações¹, que, segundo suas realizadoras, podem ser atribuídas a sua divulgação nas redes sociais e em *blogs* relacionados ao assunto.

¹ Em janeiro de 2014, um ano e 11 meses após a sua publicação, o vídeo contava com 7 310 775 – continuando a ser um dos vídeos de parto mais vistos no Youtube.

No dia 10 de junho de 2012, o vídeo foi tema de reportagem no programa Fantástico, revista semanal da Rede Globo de Televisão, um dos programas jornalísticos de maior audiência da televisão brasileira. A reportagem Parto Humanizado Domiciliar causa polêmica entre profissionais da saúde² e teve quase cinco minutos de duração, o que pode ser considerado um tempo longo para uma matéria de telejornalismo. Nela o repórter enfatiza que o parto em casa gera divergência entre profissionais e afirma que o Conselho Nacional de Enfermagem aprova a prática, com ressalvas, mas que o Conselho Federal de Medicina, a Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia e o Ministério da Saúde desaprovam. A fala do médico obstetra Jorge Kuhn que causou a reação dos conselhos de medicina foi a seguinte:

[Repórter (*em off*): o coordenador do departamento de obstetrícia da Universidade Federal de São Paulo defende o parto em casa, mas avisa que o parto só pode ser feito quando a gravidez é de baixíssimo risco.]

Jorge Kuhn: aquelas que não apresentam nenhuma intercorrência, quer clínica, quer obstétrica, portanto pressão alta, diabetes, pré-eclampsia, qualquer circunstância que possa aumentar o risco para essa mãe ou esse bebê.

No dia posterior, 11 de junho, uma matéria no *site* do Jornal do Brasil relatava que o Cremerj divulgou nota para a imprensa com o seguinte posicionamento em relação à declaração de Jorge Kuhn exibida no Fantástico.

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj) enviará denúncia ao Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo contra o médico Jorge Francisco Kuhn, que participou de reportagem do Fantástico defendendo o parto domiciliar³.

A reportagem exibida na Rede Globo foi bastante comentada e elogiada na rede social *Facebook* pelas mulheres que defendem o parto humanizado. Porém, o entusiasmo de ter conseguido levar o assunto a milhões de brasileiros em horário nobre logo foi substituído pelo sentimento de indignação diante da atitude tomada pelo Cremerj.

Movida por esse sentimento, na noite de segunda-feira (11/06/2012), a bióloga e doula Gisele Leal, de Sorocaba (SP), criou no *Facebook* a página do evento Marcha do Parto em Casa, por meio da qual as ativistas organizaram a manifestação. Em quatro dias foram mobilizadas pessoas em 30 cidades, de 17 estados, em todas as regiões do Brasil. A página do evento registra que 9.322 pessoas foram convidadas, e, destas, 1.964 confirmaram presença. Além dessa página de abrangência nacional, foram criadas no *Facebook* páginas de eventos locais e de grupos de organização em que as internautas organizaram a Marcha em suas cidades. Paralelamente a isso, surgiram dezenas de

² Acedido em <http://globoTV.globo.com/rede-globo/fantastico/v/parto-humanizado-domiciliar-causa-polemica-entre-profissionais-da-area-de-saude/1986583/>.

³ Acedido em <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/06/11/cremerj-abrira-denuncia-contra-medico-que-defende-parto-domiciliar>.

instituições, associações e empresas que manifestaram publicamente apoio ao parto domiciliar, porém, com exceção do Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (Coren-RJ) e das instituições de ensino, as demais são ligadas diretamente a profissionais que prestam serviços humanizados ao parto. As passeatas de rua ocorreram nos dias 16 e 17 de junho; os organizadores estimam que, somente em São Paulo, 1.500 pessoas compareceram. Houve cidades em que a manifestação contou com menos de dez pessoas, outras com algumas dezenas. São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília foram as capitais que tiveram um número mais expressivo de participantes. No quadro a seguir são listadas as cidades em que ocorreu a Marcha.

REGIÃO	ESTADO	CIDADES
SUL	Paraná	Curitiba, Cascavel, Londrina
	Santa Catarina	Florianópolis, Garopaba
	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
SUDESTE	São Paulo	São Paulo, Bauru, Campinas, Ilha Bela, Ribeirão Preto, São Carlos, São José dos Campos, Sorocaba
	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
	Espírito Santo	Vitória
	Minas Gerais	Belo Horizonte, Uberlândia
CENTRO-OESTE	Distrito Federal	Brasília
	Goiás	Goiânia
NORDESTE	Bahia	Salvador, Capão
	Ceará	Fortaleza
	Paraíba	Campina Grande
	Maceió	Maceió
	Rio Grande do Norte	Natal
	Pernambuco	Recife
NORTE	Pará	Belém
	Rondônia	Porto Velho, Cacoal

Quadro 1 - Cidades em que a marcha do parto em casa foi realizada.

Fonte: Gonçalves, 2014, p.101

As imagens das manifestações nas ruas das cidades em que houve maior aglomeração de pessoas (centenas ou dezenas) eram de mulheres com filhos, gestantes (muitas de barrigas expostas e pintadas) e alguns homens que carregavam cartazes, faixas e megafones. Entre as frases mais presentes durante a manifestação estiveram: “Não preciso de Conselho para parir”, “Meu parto, minhas escolhas”, “Eu decido”, “Deixe eu dar à luz no meu canto”, “I love Jorge Kuhn” e “Meu corpo, meu parto, minhas escolhas”. Várias crianças usavam camisetas em que se lia: “Eu nasci em Casa”. No Rio de Janeiro, os manifestantes foram até a frente do Cremerj e em São Paulo até a frente do Cremesp, como um ato simbólico de comunicar a sua indignação.

No domingo (17/06/12), o Fantástico veiculou uma nova reportagem, com o título Mulheres fazem manifestação a favor do parto em casa⁴, com duração de três minutos e meio. Nela são mostradas imagens das manifestações em algumas cidades brasileiras, como Curitiba, Salvador e São Paulo — o repórter relata que a manifestação ocorreu em 12 cidades⁵. Nessa reportagem do Fantástico, o médico Jorge Kuhn é novamente entrevistado e o posicionamento do Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro é expresso pelo médico obstetra Luis Fernando Moraes. A seguir, as transcrições das falas dos médicos na reportagem.

Luis Fernando Moraes: “Nós entendemos que as afirmações que ele fez na matéria do Fantástico não são éticas”.

Jorge Kuhn: “Eu já imaginava que isso pudesse acontecer, eu apenas acho que há um certo exagero, porque se a gente for ver as evidências científicas em relação a esse assunto a mortalidade é a mesma”.

A manifestação e o conflito entre Cremerj e Jorge Kuhn tiveram grande repercussão em outros veículos midiáticos, tanto de abrangência nacional quanto local. Após as manifestações e a ampla repercussão do debate na mídia, no dia 18 de junho, o Cremerj publicou em seu *site* a denúncia contra Jorge Kuhn. A posição do Cremerj não diverge da do Conselho de Medicina de São Paulo (Cremesp) que já havia proibido os profissionais de trabalharem nas casas de parto, tendo, inclusive, o assunto sido colocado em discussão no *site* do órgão há alguns anos: os médicos já haviam sido impedidos formalmente por esse conselho de prestar assistência em casas de parto e em domicílios.

Após o dia 18 de junho, alguns órgãos representativos de classes, na área da saúde, como o Coren-RJ, lançaram manifestos em apoio ao parto domiciliar e em repúdio à atitude do Cremerj.

No dia 17 de julho, o Conselho de Medicina vetou a participação de obstetras, parteiras e doulas (acompanhantes de gestantes) na assistência e no acompanhamento de mulheres grávidas antes, durante e após o parto no hospital. Diante dessa nova resolução, em 27 de julho, o Coren-RJ entrou com uma ação civil pública na Justiça Federal contra as resoluções do Cremerj e obteve parecer favorável (suspendendo as resoluções do Conselho de Medicina) no dia 30 do mesmo mês. O juiz deferiu a favor do Coren. Diante desse processo, a rede mobilizada em defesa do parto domiciliar organizou uma nova manifestação em âmbito nacional, que foi agendada para o dia 05 de agosto. Desta vez, as ativistas usaram a experiência passada para aprimorar a organização do ato, assim como articular de forma mais consistente argumentos científicos e políticos.

Como já ressaltado, o uso das redes sociais foi primordial nesse processo, porém, sem a visibilidade proporcionada pela televisão e o efeito de milhares de pessoas saindo

⁴ Acedido em <http://globo.com/rede-globo/fantastico/v/mulheres-fazem-manifestacao-a-favor-do-parto-em-casa/1997988/>.

⁵ Os organizadores da Marcha editaram posteriormente vídeo no qual, por meio de fotos e vídeos, registraram a Marcha em 30 cidades brasileiras. Acedido em <https://www.youtube.com/watch?v=Kt-bTOnRSwE>.

às ruas de forma sincronizada, em 30 cidades, a discussão em torno do parto provavelmente não teria tido a mesma proporção. As pessoas ligadas à defesa do parto em casa demonstravam familiaridade com as redes sociais e com o uso de blogs, o que facilitou a disseminação por meio do mundo virtual. Além disso, alguns de seus integrantes estavam atentos à necessidade de tornar o posicionamento público utilizando a mídia de massa. A necessidade de sair das redes virtuais e ir a público, por meio dos meios de comunicação de massa, é justificada pelo poder de disseminação de informações que a TV ainda detém. Segundo Wolton (2011), a televisão serve para se ter o que falar: “A televisão é um formidável instrumento de comunicação entre indivíduos. O mais importante não é o que é visto, mas o fato de se ter o que falar” (Wolton, 2011, p. 69). Para o autor, o problema essencial da televisão é conservar a tensão entre duas dimensões contraditórias, mas que também são a razão do seu sucesso: a de consumo individual e a de uma atividade coletiva. Não se propõe, com isso, que a televisão determina o que as pessoas vão pensar, ou como vão formar suas opiniões, e sim que esta pode influenciar o que as pessoas vão pensar e falar, como aponta a teoria *agenda-setting*, desenvolvida por Donald Shaw e Maxwell McCombs (1972). “*Agenda-setting* se refere à ideia de que há uma forte correlação entre a ênfase dada pela mídia em certos temas e a importância atribuída para esses temas pelas audiências” (Scheufele & Tewksbury, 2007, p. 9). As pesquisas empíricas com base nesse referencial teórico apontaram que também ocorre o que é chamado de contra-agendamento:

O pressuposto da contra-agenda é o de que a sociedade não necessita majoritariamente da mídia para se informar a respeito de tudo o que ocorre ao seu redor. Ela consegue encontrar informações em outras fontes, em ambientes informacionais externos à mídia tradicional. Mas uma dimensão ganha destaque: as relações interpessoais [...]. É no seio do debate público, destas relações interpessoais, que surge uma força capaz de influenciar a mídia (Cervi & Barreta, 2014, p. 138).

Assim, uma dinâmica simbiótica formada por redes de pessoas, *sites* de redes sociais e a mídia colocou em discussão o tema parto. O debate gerado entre as mulheres na rede social *Facebook* e a realização da Marcha do Parto em Casa foi capaz de agendar a mídia mais de uma vez. Em um primeiro momento, com o vídeo do parto de Sabrina e sua repercussão, e no segundo momento, com a realização da Marcha. A ampliação do conflito levou à discussão para além da esfera midiática e refletiu em instâncias jurídicas (Conselho Nacional de Justiça, Ministério Público) e políticas (Congresso Nacional, Câmara de Deputados do Estado de São Paulo). Diante disso, pode-se dizer que os defensores do parto domiciliar conseguiram agendar os meios de comunicação, obtendo, em algum grau, o resultado almejado.

3. A INTERNET COMO FERRAMENTA DE ARTICULAÇÃO

O conteúdo da página do evento *Marcha do Parto em Casa*⁶ evidencia parte do processo de organização da manifestação. Na página do evento foi possível encontrar vários registros diários de como a mobilização ocorreu. Essa página pode ser considerada um grande mural público de informações a respeito da ação coletiva, construído, principalmente, por pessoas que estão vinculadas diretamente à defesa da causa. Nela foram publicadas postagens (*posts*) e também comentários relacionados a essas postagens. Assim, ficaram registradas as trocas de informações, as discussões e as interações entre as organizadoras da *Marcha* e também delas com outras pessoas que são vinculadas diretamente à humanização do parto. Um espelho dessa página do *Facebook* resultou em um documento digital com 331 páginas (em formato PDF), cujo conteúdo foi analisado.

Para essa análise de conteúdo foram seguidos os passos apontados por Bardin (2011): pré-análise, exploração dos resultados e interpretação. Na primeira etapa, após uma leitura flutuante de todo o material, foram criadas as categorias e as subcategorias, com base na teoria adotada. Na sequência foram selecionados excertos de conversações representativos em cada subcategoria, cujos dados foram interpretados. Os indicadores para seleção de conteúdos para análise usados foram a presença (ou ausência) de expressões ou ideias relacionadas às categorias eleitas. Foram utilizadas as seguintes categorias e subcategorias⁷:

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
1. COMUNICAÇÃO	1.1 Mídias
	1.2 Interação
	1.3 Netativismo ⁸
2. IDENTIDADE	2.1 Identidade coletiva: mulher, mãe, ativista
	2.2 Feminismos
	2.3 Articuladoras
3. AÇÃO	3.1 Organização
	3.2 Mobilização
	3.3 Oportunidade
4. INJUSTIÇA	4.1 Oponentes
	4.2 Danos e sofrimento

Quadro 2. Categorias e sub-categorias
Fonte: Gonçalves, 2014, p.112

⁶ A bióloga e doula Gisele Leal foi quem teve a iniciativa de organizar o evento a *Marcha do Parto em Casa*, utilizando o recurso para esse fim disponível no *Facebook*, a principal ferramenta usada pelas manifestantes para organizar e mobilizar nacionalmente as pessoas a participarem do ato. A ferramenta 'eventos' da rede social *Facebook* tem o potencial de gerar um efeito viral na internet: isso ocorre quando uma mesma mensagem é vista e compartilhada por milhares, ou milhões de internautas, em um mesmo período de tempo. Na página de um evento, como a da *Marcha do Parto em Casa*, os organizadores conseguem fazer convites a todos os seus amigos na rede. As pessoas que foram convidadas também podem estender o chamado para outros amigos, aumentando o número de convidados exponencialmente. Esses convites em cadeia podem fazer com que a mensagem de divulgação do evento apareça com frequência nas timelines de pessoas interligadas pela rede (devido ao algoritmo aplicado no sistema de gerenciamento do *Facebook*).

⁷ A descrição completa das categorias pode ser encontrada em Gonçalves, 2014.

⁸ Ao propor uma abordagem que visa analisar de forma integrada as ações 'em rede' e 'na rede mundial de computadores', Felice utiliza o conceito netativismo, "de forma a não restringir o seu significado ao âmbito da democracia eletrônica e das redes cidadãs de participação política" (2012, p. 36). O autor ressalta que características das ações coletivas na contemporaneidade como autonomia, criatividade, identidade local-global (glocal) trazem novos elementos que precisam ser observados de forma tencionada à apropriação das tecnologias. Para ele, "A forma de cidadania e ativismo que caracteriza tais movimentos é resultado de uma interação fecunda entre sujeitos, grupos e entidades com as tecnologias de informação, as redes informativas e as diversas interfaces utilizadas (Felice, 2012, p. 36).

4. RESULTADOS DAS ANÁLISES

Com este estudo, pode-se constatar que a ação coletiva apresentou as três perspectivas analíticas apontadas por Melucci: (1) conflito — com o Cremerj; (2) solidariedade — a identificação das envolvidas com a causa e a motivação de sensibilizar e informar mais pessoas a respeito da problemática relacionada ao parto; (3) rompimento com os limites do sistema — ao incentivarem a prática do parto em casa, cuja assistência não é possível, nem estimulada pelos sistemas de saúde público e privado. Também atendeu ao que Gamson define como enquadramentos da ação coletiva: identidade, formação de uma ideia de nós; ação, “observação de sentido na ação coletiva e negação da imutabilidade de alguma situação indesejável”; e injustiça, “indignação moral expressa em forma de consciência política e está ligada a expressões ligadas às emoções” (Maia citado em Gamson, 2011, p. 19).

Com a análise dos *posts* da página do evento no *Facebook* categorizados como expressões de identidade, pôde-se considerar que a identidade coletiva foi expressa no momento em que o Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj) se posicionou de forma contrária daqueles que defendem o direito que a mulher tem de escolher o lugar em que irá parir. Nesse “nós” podem ser incluídos os indivíduos que defendem esse ponto de vista. Assim, momentaneamente, foi possível verificar a formação de uma identidade coletiva solidária, sendo indicadores dessa unicidade: a abrangência numérica e territorial da manifestação, que reuniu pessoas em 30 cidades em todas as regiões do país; a sincronia, uma vez que todas as manifestações de rua ocorreram nos dias 16 e 17 de junho; e a uniformidade de linguagem usada em faixas, cartazes e falas durante as manifestações e nas entrevistas para a imprensa.

Ainda em relação à identidade, entre as entrevistadas para esta pesquisa, foi possível aferir que é recorrente a experiência de terem passado por uma cesariana que, posteriormente, consideraram desnecessária. Esse fato as motivou a buscarem informações, pela internet, ou a integrarem grupos que defendam o parto humanizado. Outras características frequentes entre as mulheres mobilizadas: acesso à assistência médica privada (planos e saúde ou atendimento particular); usuária frequente de internet; escolaridade de nível superior; prestadora de serviços para gestantes e parturientes (doulas,⁹ fotógrafas, obstetrias); não envolvimento com a política partidária — algumas das entrevistadas afirmaram que a sua forma de fazer política é defender a sua causa: o parto humanizado, ou seja, a maior parte das entrevistadas não manifestou participar, naquele momento, de outras mobilizações sociais, associações ou partidos políticos, além de estar envolvida, como mobilizadora na Marcha.

Nos registros das manifestações feitos pela imprensa, pôde ser observado que muitas das mulheres que foram às ruas estavam grávidas — a presença de crianças

⁹ A palavra doula, em grego, significa aquela que serve outra mulher, e refere-se à acompanhante de parto especialmente treinada para oferecer apoio contínuo físico e emocional à parturiente e a seu parceiro durante o trabalho de parto e o parto, trazendo-lhes segurança e tranquilidade. A doula não substitui o acompanhante escolhido pela parturiente e muito menos o obstetra. Em seu trabalho, ela utiliza técnicas de respiração, relaxamento, massagem e métodos não-farmacológicos de alívio à dor, e auxilia a mulher na escolha de posições mais confortáveis para o parto. Vários estudos científicos mostram os resultados deste apoio contínuo, entre eles, reduzir o número de cesarianas, a duração do trabalho de parto e o uso de analgesia. Acedido em http://www.institutoaurora.com.br/produtos/livro_doula.

também foi expressiva, mas havia poucos homens. Sob o ponto de vista de Touraine (2007, p. 65), não seria estranha a participação expressiva de gestantes na manifestação, uma vez que o sociólogo considera que as mulheres alcançam sua força máxima durante a gravidez. Essa foi uma das suas constatações com base em uma série de entrevistas, por meio das quais buscou compreender o pensamento e a experiência vivida pelas mulheres contemporâneas, na França. Em relação à participação de homens, tanto nas ruas quanto na página do *Facebook*, poucos se manifestaram: alguns dos homens que defendem o parto nas redes sociais são médicos que seguem a abordagem humanizada e um único homem foi citado como fonte para a imprensa durante a organização da Marcha: Diego Vieira de Mattos, enfermeiro obstétrico, que reside em Goiânia (GO).

Quanto à organização da ação, durante as entrevistas realizadas para a pesquisa, foi recorrente a afirmação de que a Marcha foi uma iniciativa de pessoas, que não havia líderes ou representantes. Essas características correspondem ao que Shirky (2012) define como alternativa à ação institucional ou a nenhuma ação: “ferramentas sociais fornecem uma terceira alternativa: ação por grupos de estrutura frouxa, operando sem direção gerencial e sem o motivo do lucro” (Shirky, 2012, p. 44). Ana Cristina Duarte, em entrevista concedida para esse trabalho, se posicionou da seguinte forma:

Todas as pessoas que estão ali no meu *Facebook*, que é usado exclusivamente para trabalho, todas as pessoas que estão ali são ativistas. E todas elas estão mobilizadas por essa causa. Mas o que faz gerar uma passeata é a gente ter uma questão específica e alguém pisando na bola (...). Isso foi feito de um jeito horroroso e caiu nas graças das ativistas. Então precisa ter uma causa específica, precisa ter um inimigo específico que o enxaqueamento vai acontecer sozinho. (Duarte, 2013)

A identificação ou a representatividade por instituições não foi observada diretamente. As organizações e as empresas a que algumas das manifestantes são ligadas aparecem apenas em uma lista de Apoiadores da Marcha, ou seja, as organizações ficaram em um papel secundário. A instituição mais antiga, e talvez mais abrangente, em defesa do parto humanizado — a Rede Nacional pela Humanização do Nascimento (Rehuna) foi citada algumas vezes durante o processo de mobilização, mas seus representantes não apareceram como articuladores da Marcha.

No conteúdo da página do evento, assim como nas entrevistas realizadas, foi possível confirmar que o uso do *site Facebook* permitiu às pessoas envolvidas com a causa a comunicação instantânea e a ação de forma articulada em defesa de interesses comuns. Além disso, foi possível identificar que integrantes do grupo possuíam um repertório argumentativo coeso; relacionamentos com pessoas que atuam em veículos de comunicação; e recursos financeiros disponibilizados voluntariamente que viabilizaram a manifestação. Desde o ano de 2011, o *Facebook*, pelo seu recurso Eventos, é utilizado para divulgar manifestações de rua no Brasil. Algumas das organizadoras da Marcha do Parto em Casa temiam que o entusiasmo demonstrado no *site* não fosse reproduzido nas ruas. Isso porque muitos dos eventos propostos na plataforma do *Facebook* não passam de

tentativas de manifestações de rua que reuniram poucos manifestantes no local, dias e horário agendados, mesmo que as confirmações de participação na rede social tenham sido expressivas — o que pode colocar em dúvida a eficiência dessa forma de ação ou organização. Mas na Marcha do Parto em Casa, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, o número de participantes foi expressivo e próximo ao confirmado na página do evento.

A linguagem que foi utilizada no *Facebook* é muito próxima de uma conversação oral informal em grupo: espontânea, direta, descontínua e, algumas vezes, repetitiva. As conversações mais intensas aconteceram entre o dia da criação da página (11 de junho) e os da sua realização (16 e 17 de junho). Como espaço de conversação e diálogo, pode-se considerar que a página do evento, predominantemente, canalizou expressões de pessoas que já tinham algum vínculo com a causa. A maior parte dos diálogos teve caráter prático, visando à organização do protesto, apenas algumas discussões conceituais atraíram um número significativo de participações, como, por exemplo, a discussão sobre o nome da Marcha.

Observou-se que nessa página não foi construído o diálogo com pessoas que explicitaram posições divergentes em relação às do grupo. As poucas manifestações distintas ao posicionamento predominante que apareceram na página do evento foram desqualificadas ou desconsideradas pelas internautas. Com isso, o grupo que preconiza o parto humanizado distingue pessoas que têm o mesmo ponto de vista em relação à assistência ao parto (defendem a assistência humanizada) daquelas que defendem práticas diferentes (medicalização, cesarianas eletivas). Esse posicionamento cria uma polaridade (dois grupos: “nós” e “eles”) e dificulta o diálogo. Isso não exclui a possibilidade de terem ocorrido trocas de experiências e de conhecimentos entre pessoas com posicionamentos diferentes em outros espaços: ruas, programas de rádio e TV, ou mesmo em outros grupos de discussão na internet, cujos conteúdos não foram analisados nesta pesquisa.

Também foi possível constatar que, apesar de este não ser o foco principal da página do evento e da troca de informações, havia pessoas atentas a aspectos da conjuntura política e que usaram a página do evento para apontar outras oportunidades de ação. São exemplos: a reunião de relatos de casos de violência obstétrica para fazer denúncias ao Ministério Público; a sugestão de participação em audiências públicas do Ministério da Saúde; a sugestão de articulação com categorias de servidores públicos em greve; além da articulação com pessoas que militam por questões ambientais que estavam reunidas na Conferência Internacional Rio+20¹⁰. O conjunto desses fatores relacionados à organização, mobilização e oportunidade tornou possível essa ação coletiva e sua repercussão nos meios de comunicação, fazendo com que alguns dos objetivos do grupo mobilizado fossem alcançados.

Pelo viés da comunicação, o estudo foi capaz de elucidar como a apropriação de recursos midiáticos (conhecimentos, técnicas e aparatos), contribuiu para a realização de

¹⁰ A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, foi realizada de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro. A Rio+20 foi assim conhecida porque marcou os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas.

uma ação coletiva, correspondendo ao que Wolton (2004) aponta como o papel central da comunicação na sociedade contemporânea. A pesquisa apontou que a comunicação teve papel central; ações de comunicação contribuíram para ampliar as discussões e a visibilidade social do tema; e que a mobilização coletiva e voluntária pode ser considerada uma forma de exercício político, dentro de uma visão ampliada de política. Considerando os meios de comunicação como agentes que integram as dinâmicas sociais (Silverstone, 2002), a visibilidade que a mídia deu ao tema parto pode ter deflagrado uma mudança de cenário, uma oportunidade para que a ação coletiva fosse impulsionada. Essa oportunidade foi constatada pelas articuladoras da Marcha, como relatado nas entrevistas, e pôde se tornar midiaticamente “um conduto para a representação do pensamento e da ação públicos e privados como o estimulante dela” (Silverstone, 2002, p. 266).

Segundo as entrevistadas para esta pesquisa, e também de acordo com as análises feitas da página do evento no *Facebook*, o processo de elaboração e distribuição dos materiais de comunicação ocorreu de forma colaborativa, em um processo interativo, no qual a espontaneidade e a disponibilidade prevaleceram. Foi observado que, entre as mulheres mobilizadas, havia algumas profissionais da área da comunicação, o que proporcionou a adequação da linguagem das ativistas ao enquadramento da mídia de massa, o que pode ter contribuído significativamente para ampliar a visibilidade da Marcha. O levantamento documental ajudou a evidenciar que algumas mulheres tinham familiaridade com recursos da internet que permitem ações aqui denominadas de netativismo (Felici, 2012). Elas utilizaram recursos como: twitaço, blogagem coletiva e petição virtual¹¹, que foram ações complementares às manifestações na rua, como alternativa para aquelas pessoas que vivem em cidades em que não houve Marcha ou para quem não pode estar presente nos locais públicos.

Com a análise de conteúdo dos *posts* e comentários dessa categoria, pôde-se constatar que foram frequentes as postagens que buscavam atrair a atenção da sociedade por meio da cobertura dos veículos de comunicação comerciais e da associação da imagem de personalidades midiáticas (atores, apresentadores e jornalistas reconhecidos nacionalmente) para gerar visibilidade à questão defendida pelo grupo mobilizado. Não foi possível constatar, nos textos, o mesmo interesse em acionar veículos ligados a movimentos sociais. Com base nisso, pôde-se inferir que os mobilizadores da ação coletiva visavam à transmissão de suas inquietações ao público diversificado das mídias de maior abrangência e a pessoas que já tinham algum interesse prévio pelo tema.

A intenção de esclarecer ou levar informação qualificada, que muitas mulheres repetem nas postagens, faz com que elas se coloquem em posição de detentoras de informações relevantes e/ou de experiências que precisam ser compartilhadas. Assim,

¹¹ As ações em torno de uma causa deflagradas por diferentes pessoas ao mesmo tempo ganham nomes diferentes em cada uma das plataformas tecnológicas usadas. No Twitter, por exemplo, a ação de várias pessoas publicarem textos sobre um mesmo tema em um mesmo período de tempo, convencionou-se chamar de “twitaço”. O mesmo acontece quando vários autores de diferentes blogs publicam textos sobre um mesmo tema em um mesmo período de tempo (blogagem coletiva). Outras plataformas como a Petição Pública e a Avaaz se propõem a mobilizar os internautas em torno de temas que eles consideram relevantes, fazendo que elas manifestem seu apoio virtualmente, visando dar visibilidade a esses assuntos na mídia, levá-los a pauta de representantes do poder público ou mesmo de organizações internacionais.

seus interlocutores podem ter sido considerados (por elas) pessoas que ainda não tiveram a oportunidade de acessar informações recentes, qualificadas, e refletir de forma mais apurada sobre as problemáticas relacionadas ao parto, ou seja, seriam pessoas que precisariam receber informação. Essa postura pode ser situada em uma lógica da comunicação linear — na qual o processo comunicacional é visto como a transmissão de uma mensagem de um emissor a um receptor, sem considerar as interações e o senso crítico de todos os participantes do processo.

As integrantes da ação coletiva se apropriaram dos recursos tecnológicos para a mobilização, o que possibilitou a abrangência nacional e a instantaneidade; e também conquistou visibilidade acionando formas de protesto tradicionalmente usadas pelos movimentos sociais: protestos de rua, panfletagem, acionamento da mídia, apropriação de técnicas profissionais de comunicação. Como defende Melucci (1996), o discurso e a linguagem têm papel relevante na construção das ações coletivas, uma vez que em seu ponto de vista as mudanças sociais passam pela mudança cultural e pela transformação das relações pessoais. Também foi possível perceber que as integrantes da ação coletiva usaram a linguagem para buscar a transformação da realidade, e que, para isso, criaram expressões que foram usadas em faixas, cartazes e gritos de protesto.

Um exemplo é a busca pela ressignificação da palavra parto, que, no Brasil, é recorrentemente usada de maneira pejorativa, integrando, inclusive, expressões de baixo calão. Quando algumas pessoas questionaram o uso da expressão parto em casa, como tema da manifestação, fizeram-no por recearem que a ação tivesse caráter extremista e não conquistasse a simpatia de muitas pessoas. A preocupação pode ser entendida como uma forma de deixar evidentes os principais objetivos da ação coletiva (defender o direito de escolha das mulheres em relação ao parto e o acesso ao atendimento humanizado), propagando um ponto de vista, sem entrar em embates polêmicos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que o principal objetivo das ativistas — sensibilizar mais mulheres em relação à problemática relacionada à assistência ao parto — foi atingido por meio das ações de comunicação e de mobilização. E que essa mobilização só foi possível devido a um conjunto de fatores que inclui: a existência de uma rede de pessoas que praticam, promovem e defendem a humanização do parto em diferentes cidades e regiões do país; a mudança de cenário — a partir da exibição da reportagem no Fantástico, o Cremerj se tornou o opositor comum; e o acesso à internet, especialmente o uso do site de rede social *Facebook*, que possibilitou, em menos de um dia, a replicação da mobilização em diferentes cidades brasileiras. Assim, as ações de comunicação que levaram o tema parto a ser abordado pelos veículos de mídia de massa e a ter sua presença na rede mundial de computadores podem ter contribuído para ampliar a discutibilidade do tema, ou seja, o assunto foi discutido sob o olhar público, caracterizando-se como um exercício democrático (Gomes, 2007).

O caminho da mudança apontado pela ação coletiva analisada é a mudança cultural e comportamental das mulheres para que estas busquem transformar as formas de

assistência ao parto e, conseqüentemente, as formas de parir. Mas, para que uma mudança expressiva no sistema ocorra, seria necessário ampliar esse debate para a grande parcela das mulheres brasileiras que são atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A forma como isso venha a ocorrer pode ser a mesma que levou a maioria das ativistas pelo parto humanizado a se envolverem com a causa: a busca de informações pela internet ou a integração a grupos presenciais de apoio, o que pode apontar para a reestruturação do saber sobre o parto, que, em outros períodos históricos, já foi próprio das mulheres e, de certa maneira, foi-lhes roubado. Essas características se aproximam da descrição que Pleyers (2009) faz dos movimentos que buscam maneiras de promover mudanças que não dependem da interlocução direta com as instâncias políticas formais. Na causa do parto humanizado a perspectiva de mudança tem como um dos componentes a transformação da atitude das mulheres, pelo caminho da subjetividade, o que significa a busca pelo respeito às necessidades individuais, às convicções de cada mulher para que seja garantido o seu direito à escolha.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70.
- Castells, M. (Ed.) (2006). *A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede*. v. 1. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (Ed.) (2002). *A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Cervi, E. U & Barretta, L. M. (2014). Contra-agendamento na Folha de S.Paulo: opinião pública e presença dos candidatos a presidente do PSDB e PT no jornal (2006 e 2010). *Revista Eptic Online*, 16 (1), 135-151. Acedido em <http://www.seer.ufs.br/index.php/epitic/article/viewFile/1866/1637>.
- Davis-Floyd, R. (Ed.) (2003). *Birth as an American rite of passage*. Berkeley: University of California Press.
- Felice, M. (2012, jan/abr). Netativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais. *Revista Fameco Mídia, Cultura e Tecnologia*, 19 (1), 27-45.
- Gomes, W. (2007, junho). *Publicidade, visibilidade, discutibilidade: para uma revisão do conceito de esfera pública política*. Comunicação apresentada no *Encontro Anual da Compós*, Curitiba.
- Gamson, W. (2011). *Falando de política*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Gonçalves, A. (2014). *Da internet às ruas: a marcha do parto em casa*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil. Acedido em <http://hdl.handle.net/1884/36284>.
- Guerra, G. (2008, junho). Violência obstétrica. *RFM*. Caracas, Venezuela. Acedido em http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0798-04692008000100001&lng=es&nrm=iso
- IHU. Instituto Humanitas Unisinos. (2012, junho). Parto: a cultura médica ainda é muito intervencionista. Entrevista especial com Ana Cristina Duarte. Acedido em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/510690-parto-a-cultura-medica-ainda-e-muito-intervencionista-entrevista-especial-com-ana-cristina-duarte>.

- Luke, S.; Cerdá, J.; Sánchez, M. (2013). O movimento 15M. Ações colectivas e voláteis no campo político. *Comunicação e Sociedade*, 23, 56-68.
- Maia, R. (2011). Prefácio à Edição Brasileira. In W. Gamson, *Falando de Política* (pp. 17-19), Belo Horizonte: Autêntica.
- Melucci, A. (1988). Getting involved: identity and mobilization in social movements. *International Social Movement Research*, 1, 329-348.
- Melucci, A. (1989). Um objetivo para os movimentos sociais?. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (17), 49-66.
- Melucci, A. (1996). *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Melucci, A. (2001). *A invenção do presente*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Pleyers, G. (2009). Autonomias locais y subjetividades em contra del neoliberalismo hacia um novo paradigma para entender los movimientos sociales. In Mestries, F., Pleyers, G., & Zermeño, S., *Los Movimientos Sociales: De lo Local a lo Global* (pp. 29-156). Barcelona: Anthropos.
- Scaggiante, V.; Shub, S. (2012, 21 de fevereiro) *Parto Sabrina, Nascimento Lucas - Sabrina Homebirth, Lucas' Birth*. Acedido em <http://www.youtube.com/watch?v=qiof5vYkPws>.
- Shirky, C. (2012). *Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Silverstone, R. (Ed.) (2012). *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola.
- Touraine, A. (Ed.) (2007). *O mundo das mulheres*. Petrópolis: Vozes.
- Touraine, A. (Ed.) (2011) *Um novo paradigma*. Petrópolis: Vozes.
- Tornquist, C. S. (2004). *Parto e poder: o movimento pela humanização do parto no Brasil*. 2004. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. Acedido em <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86639>
- Wolton, D. (2003). *Internet e depois?* Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina.
- Wolton, D. (2004). *Pensar a comunicação*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Wolton, D. (2011). *Informar não é comunicar*. Porto Alegre: Sulinas.

ENTREVISTAS

- Scaggiante, V. (2014, janeiro). Entrevista concedida à autora. Curitiba/Florianópolis.
- Leal, G. (2013, novembro). Entrevista concedida à autora via Skype. Curitiba/Sorocaba.
- Lotfi, I. (2013, outubro). Entrevista concedida à autora presencialmente. Rio de Janeiro.
- Duarte, A. (2013, dezembro). Entrevista concedida à autora via Skype. Curitiba/São Paulo.
- Carvalho, P. (2013, novembro). Entrevista concedida à autora via Skype. Curitiba/Recife.
- Carvalho, T. (2014, janeiro). Entrevista concedida à autora via Skype. Curitiba/Belém.

Cavalcante, E. (2014, janeiro). Entrevista concedida à autora via correio eletrônico. Curitiba/Brasília.

Ferigato, S. (2014, julho). Entrevista concedida à autora via *e-mail*. Curitiba/Campinas.

Monson, I. (2014, janeiro). Entrevista concedida à autora via Skype. Curitiba/Curitiba.

Aline de Oliveira Gonçalves, mestre em comunicação pelo Programa de pós-graduação em comunicação social da Universidade Federal do Paraná (PPGCOM- UFPR), é graduada em comunicação social, com especialização em sociologia política. Atua como jornalista na UFPR. Currículo vitae: <http://lattes.cnpq.br/7026341552659511>.

E-mail: alinegoncalves@gmail.com

Universidade Federal do Paraná Rua XV de Novembro, 1299 - Centro, Curitiba - PR, 80060-000, Brasil

Celsi Brønstrup Silvestrin, doutora em ciências da comunicação pela USP e mestre em metodologia da comunicação pelo Instituto Metodista de Ensino Superior. Participa dos Grupos de Pesquisa (CNPq): Estudos sobre comunicação organizacional: estratégias e Processos e comunicação e mobilização política. Participou do Núcleo de estudos de gênero da UFPR. É professora senior no PPGCOM-UFPR - linha de pesquisa Comunicação, política e atores coletivos. Currículo vitae: <http://lattes.cnpq.br/4860427689856872>

E-mail: celsibs@gmail.com

Universidade Federal do Paraná Rua XV de Novembro, 1299 - Centro, Curitiba - PR, 80060-000, Brasil

* **Submetido: 16-02-2015**

* **Aceite: 20-04-2015**

ANALYSIS OF A COLLECTIVE ACTION: COMMUNICATION AND THE MOBILIZATION FOR WOMEN'S FREE DECISIONS IN CHILDBIRTH

Aline Gonçalves & Celsi Silvestrin

ABSTRACT

This paper presents some of the results of the research titled *From the Internet to the Streets: Marching in Defense of Homebirth*. It is based on a discussion about the role of communication and collective actors in Brazilian society. The aim was to observe whether people involved in movements for humanizing childbirth in Brazil were successful at increasing the social visibility of the theme through the use of the Internet and other mass media resources. The methodology consisted of the documentary analysis of online materials related to a conflict between people defending humanized childbirth on the one hand, and the Rio de Janeiro State's Regional Medical Council (Cremerj) on the other. The study of the content of a Facebook page used in the organization of the March in Defense of Homebirth confirmed that the website had a crucial role in the process and justified the choice of focusing the analysis on the movement's use of the Internet and social networks. Detailed interviews with articulators of the collective action were also conducted to elucidate some matters and to confirm or refute hypotheses. The people involved in the movement came together to defend a cause, i.e. women's freedom of choice in childbirth. To that end, activists promoted communication and mobilization actions to sensitize society and to encourage people to demand the observation of the rights of pregnant women as well as the change of obstetric assistance models in Brazil.

KEYWORDS

Communication; collective action; mobilization; childbirth; Facebook

INTRODUCTION

In 2012 the practice of homebirth as one of the choices for pregnant women gained visibility in Brazilian mass media. Departing from a discussion about the role of communication and collective actors in Brazilian society, this paper aims at observing if the people involved in defending the humanization of childbirth were able to foster more discussions around this theme, as well as to increase its visibility, making use of Internet and other mass media devices. Another goal was to present elements to help understand the reasons that make Brazilian women question the existing models of obstetric assistance, even causing them to mobilize and take to the streets in protest.

In medical terms, childbirth is seen as a physiological event that requires specialized supervision and offers risks both for the pregnant woman and the child. People who defend homebirth and the humanization of the care for pregnant women believe that the current hospital-based model is centered on the needs of the medical team and does not respect the parturient woman's own time and psycho-physical processes. For them, the lack of scientifically-based information and emotional support, among other details, can

discourage or even prevent vaginal birth. This led groups of women to mobilize and organize the March in Defense of Homebirth, aiming at rescuing, to some degree, the cultural and social standing of childbirth in Brazilian society. As Tornquist argues, evidence shows that, besides being a physiological event, childbirth has a cultural role in society:

Parturition and childbirth are events that are biological, cultural and individual at once: women give birth in different ways, according to their historical contexts, the particularities of their cultures and their personal experiences – which include the memories of narratives and experiences. With the exception of cases where serious complications are involved, childbirth is not a disease, but a phenomenon involving the female body and health, and a rite of passage, pointing at bodily, as well as familial and social changes. (Tornquist, 2004, p. 65, our translation)

Therefore, the organized movement of hundreds of Brazilians in defense of pregnant women's autonomy and freedom of choice can be regarded as a sign of cultural and social change. The mobilized group claims that the main evidence of the curtailment of women's freedom is the growing number of caesarean procedures being performed in Brazil, mainly by private healthcare providers. In 2010, according to data from the Brazilian Health Ministry, Brazil ranked first in the world regarding the proportion of caesarean births, as 52% of all births in that year happened by C-section. The proportion of caesarean procedures was 82% in the private sector and 37% in the public sector. The World Health Organization (WHO) recommends rates around 15%.

There are a few examples of public maternity hospitals, such as the Sofia Feldman Hospital in Belo Horizonte (MG), that provide humanized assistance, but, according to the activists, in spite of federal government incentives, there is no evidence that such practices can become universally available. Facing those prospects, some Brazilian women opt for homebirths, even when they live in urban areas and have full access to public and private healthcare. For Ana Cristina Duarte, certified nurse midwife, one of the founders of the Active Maternity Support Group (Gama) and one of the main articulators of the March in Defense of Homebirth, "(...) the best place for a woman to have her baby is the one where she feels the safest. If she feels the safest at home, she needs to find options to have her baby at home" (IHU Unisinos, 2012). That point of view is in opposition to the one advocated by the Rio de Janeiro State's Regional Medical Council (Cremerj), whose members classify homebirth as a high-risk procedure. Although homebirth routines are not covered by public or private healthcare insurances, there are no legal restrictions for the practice whatsoever. That adds to the polemic and complex nature of the matter, which involves public health, as well as cultural and social factors.

1. THE ROLE OF COMMUNICATION AND COLLECTIVE ACTORS

The March in Defense of Homebirth shares characteristics with other movements promoted after the year 2000, i.e., the use of information technology devices, such as

the Internet and mobile telephones. Wide-ranging and expressive mobilizations around the world, such as the Jasmine Revolution in Tunisia (2010) and the Egyptian Revolution (2011), are examples of social mobilizations in which information and communication technology made it possible for citizens to send, share or exchange mutually relevant information. According to Shirky (2012), computer networking allows for the contact between people who share similar purposes without too much investment. Therefore, for him, actions that would be economically impracticable in a traditional organizational pattern, can be developed with the support of social tools (2012, p.44). For Pleyers (2009), who studies social movements such as Zapatism,

[...]it is not about decadence or gaps on the part of immature movements, but a mutation of forms of participation and social actors who adopt a concept of social change centered on society, on people and on local organizations more than on the decisions of political representatives or of international institutions. (Pleyers, 2009, p. 126, our translation)

As Pleyers argues, the pulverization and diversification of collective actions in contemporaneity present theoretical and methodological challenges that go beyond political participation or previously known forms of civil society organization, such as political parties and social movements (Luke et al., 2013), and this is constantly bringing new input to theoretical discussions. The March in Defense of Homebirth was organized virtually, through social media channels, and carried out on June 16 and 17 2012 in 30 Brazilian cities. To study it, we opted for a qualitative methodological approach aiming at exploring, through case study, two main topics: communication and mobilization. Issues related to collective action, networks and means of communication informed the object of the investigation, with the purpose of identifying the mode of organization of individual participants, which, in turn, enabled them to act as a group. The *corpus* of this research is composed of (i) news reports about the movement – the technique used to study those texts was documental analysis; (ii) interviews with nine activists involved in the organization of the march – chosen for having been names of reference and for giving interviews to the press about the march in their respective states in Brazil, and (iii) information recorded and stored by the mobilized group on their Facebook website. Although all of this material was used to develop the object of study, content analysis (Bardin, 2011) was restricted to the event's Facebook.com.br page, "Marcha do Parto em Casa", which was pointed out by the participants as the main mobilization tool for the collective action.

In this work, the March in Defense of Homebirth has been considered a collective action inspired by Melucci, for whom conflict, solidarity and the breaching of the system's limits are basic analytical dimensions for the study of such actions (Melucci, 1980, 1982 e 1983):

I define conflict as a relationship between opposing actors, seeking control of the same resources, to which both ascribe value. *Solidarity is the capability*

of an actor to share a collective identity (that is, the capability of recognizing and being recognized as part of the same social unit). The limits of a system show the variation spectrum tolerated within its pre-existing structure. A breach of these limits pushes the system beyond the acceptable variation spectrum. (Melucci, 1989, p. 56, our translation)

In this case, dissent happened between groups who defend humanized (as well as less institutionalized or medicalized) childbirth and the Rio de Janeiro State's Regional Medical Council (Cremerj), who set out to defend corporative interests. The formation of the collective actor, or collective identity, was observed in the capacity of the people involved to ascribe meaning to their actions. From that perspective the social actors would be defined for embracing a cause that generates conflict (against the establishment or hegemonic forces) and for their subjective wish to participate. These characteristics can lead to what Melucci terms collective identity: "collective identity is an interactive and shared definition produced by several interacting individuals who are concerned with the orientation of their action as well as the field of opportunities and constraints in which their action takes place." (1988, p. 342).

Therefore, the collective identity is activated by the actor's performance in the presence of an opportunity, i.e., that identity can remain latent within a network and emerge in a moment of conflict. As Gamson (2011, pp. 28-29) explains, "Collective action requires a consciousness of human agents whose policies and practices must be changed and a 'we' who will help to bring about change." For Melucci, the identity component refers to the process of definition of that "us", typically in opposition to a "them" that has different interests or values. The network built by the defenders of humanized childbirth was woven throughout several years, starting with face-to-face meetings, and only more recently receiving the support of blogs and other online interaction tools (discussion groups and social network websites).

2. THE PROCESS OF MOBILIZATION

The process analyzed in this paper was initiated with the *Youtube* publication of the video titled Sabrina's labor – the birth of Lucas, on February 21, 2012. Even before being featured in formal journalism websites or high-audience TV shows, the video had more than 2 million viewings¹. This popularity, according to the creators of the video, can be attributed to its dissemination in social networks and blogs dedicated to the theme "homebirth".

On June 10, 2012, the video was featured on the weekly variety TV show *Fantástico*, broadcast by Globo Network, one of the most popular journalism programs in Brazilian television. The feature "Humanized Homebirth" was polemic among health professionals²

¹ In January 2014, one year and 11 months after its publication, the video had 7 310 775 viewings – and was still one of the most popular childbirth videos on Youtube.

² Available on <http://globo.com/rede-globo/fantastico/v/parto-humanizado-domiciliar-causa-polemica-entre-profissionais-da-area-de-saude/1986583/>.

and lasted for almost five minutes, a considerably long piece for a television news report. In it the reporter emphasizes the fact that homebirth evokes diverging opinions among health professional and affirms that it is endorsed with restrictions by the National Nursing Council, but it is opposed by the Federal Medical Council, the Federal Gynaecology and Obstetrics Union and the Health Ministry. Obstetrician Jorge Kuhn's statement that caused objection from the Medical Council was the following:

[Reporter (in off): the Coordinator of the Obstetrics Department of the Federal University of São Paulo defends homebirth, but advises that it can only be performed when the pregnancy offers very low risk.]

Jorge Kuhn: those [pregnancies] that do not present any incidents, either clinical or obstetric, such as high blood pressure, diabetes, pre-eclampsia, or any circumstance that could increase the risk for the mother or the child. (Our translation)

On the next day, June 11, a news report on the *Jornal do Brasil* website announced that Cremerj released a press note with the following position regarding Jorge Kuhn's statement featured in the Fantástico TV show:

The Rio de Janeiro State's Regional Medical Council (Cremerj) will present a complaint to the São Paulo State's Regional Medical Council against MD Jorge Francisco Kuhn, who was interviewed by Fantástico and defended homebirth³. (Our translation)

The same TV feature had evoked a great deal of commentary and praise on the social network Facebook by the women who defended humanized childbirth. However, the enthusiasm for having made the subject accessible to millions of Brazilians at prime television time was soon replaced by the feeling of indignation aroused by Cremerj's attitude.

Motivated by these circumstances, on Monday, June 11, 2012, the biologist and doula Gisele Leal, from Sorocaba (SP), created a Facebook page for activists to organize the March in Defense of Homebirth. In four days people from 30 cities in 17 states and from all Brazilian regions were mobilized. 9.322 people were invited, of which 1.964 confirmed attendance. Besides this nationwide page there were also specific Facebook pages for local events and for organized groups to orchestrate the march in specific cities. At the same time, dozens of institutions, associations and companies displayed publicly their support for the cause of homebirth. However, except for the Rio de Janeiro State's Nursing Council (Coren – RJ) and some educational institutions, most of them were directly linked to professionals who performed services related to humanized birth. The marches occurred on June 16 and 17 and organizers believe that, in the city of São Paulo alone, the attendance was 1.500. São Paulo, Rio de Janeiro and Brasília were the

³ Available on <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/06/11/cremerj-abrira-denuncia-contra-medico-que-defende-parto-domiciliar>.

capital cities that had the most expressive number of participants. There were fewer than 10 people in some cities and a few dozens in others. The following table lists the cities where the march took place:

REGION	STATE	CITIES
SOUTH	Paraná	Curitiba, Cascavel, Londrina
	Santa Catarina	Florianópolis, Garopaba
	Rio Grande do Sul	Porto Alegre
SOUTHEAST	São Paulo	São Paulo, Bauru, Campinas, Ilha Bela, Ribeirão Preto, São Carlos, São José dos Campos, Sorocaba
	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro
	Espírito Santo	Vitória
	Minas Gerais	Belo Horizonte, Uberlândia
CENTER-WEST	Distrito Federal	Brasília
	Goiás	Goiânia
NORTHEAST	Bahia	Salvador, Capão
	Ceará	Fortaleza
	Paraíba	Campina Grande
	Maceió	Maceió
	Rio Grande do Norte	Natal
	Pernambuco	Recife
NORTH	Pará	Belém
	Rondônia	Porto Velho, Cacoal

Table 1 – Cities where the March in Defense of Homebirth occurred.
Source: Gonçalves, 2014, p.101

Images from the cities where the march attracted the largest crowds (hundreds or dozens) reveal women with children, pregnant women (many with their bellies exposed and painted) and some men carrying posters, banners and megaphones. The most popular slogans chanted during the marches were: “I don’t need a Council to give birth”, “My labor, my choices”, “It’s up to me”, “Let me give birth where I choose”, “I love Jorge Kuhn” and “My body, my labor, my choices”. Several children wore T-shirts with inscriptions: “I was born at home”. Participants ended their walk opposite the Cremerj building in Rio de Janeiro and the Cremesp headquarters in São Paulo, as symbolic acts of indignation against those institutions.

On Sunday (June 17, 2012), the Fantástico TV show ran a new three-and-a-half minute TV feature titled Women Organize a Movement for Homebirth⁴. It brought images of the marches in some Brazilian cities such as Curitiba, Salvador and São Paulo, and the reporter commented that the movement happened in 12 cities⁵. Dr. Jorge Kuhn is

⁴ Access on <http://globoTV.globo.com/rede-globo/fantastico/v/mulheres-fazem-manifestacao-a-favor-do-parto-em-casa/1997988/>.

⁵ Later, march organizers edited a video registering the march in 30 Brazilian cities, with photos and videos. Access on <https://www.youtube.com/watch?v=Kt-bTONRSwE>.

interviewed once more, while the position of the Rio de Janeiro State's Regional Medical Council is defended by the obstetrician Luis Fernando Moraes. Their speeches are transcribed below:

Luis Fernando Moraes: "We understand that his [Jorge Kuhn's] statements to Fantástico are not ethical".

Jorge Kuhn: "I imagined this could happen, but I think there is some exaggeration, because if we check the scientific evidence on the matter, the mortality rates are the same [among children delivered at home and in hospitals]".

The movement and the conflict between Cremerj and Jorge Kuhn had a great deal of repercussion in other national and local media channels. After the marches and the wide repercussion of the debate, on June 18, Cremerj published a formal complaint against Jorge Kuhn on their website. Cremerj's position does not differ from Cremesp's (the São Paulo State's Medical Council), which had already prohibited health professionals from exercising their activities in childbirth houses (a small maternity unit/primary maternity facility). That theme had been featured on Cremesp's website a few years before: doctors had previously been formally prevented from working in childbirth houses and private homes.

After June 18, some medical institutions representing health workers, such as Coren-RJ (the Rio de Janeiro State's Nursing Council), manifested their support for homebirth and against Cremerj's ban.

On July 17, the Medical Council banned the participation of certified nurse midwives and doulas (people who follow the progress of pregnancy) from assisting pregnant women before, during and after childbirth in hospitals. After that ruling, on July 27, Coren-RJ filed a class action in Federal Court against Cremerj's decisions and obtained a positive sentence (suspending the Medical Council's decisions) on July 30. The court granted Coren's request and that decision led the mobilized group in defense of homebirth to organize a new nationwide movement, scheduled for August 5. This time the activists made use of their previous experience to improve their organizational skills, as well as to better articulate their scientific and political arguments.

As mentioned above, the use of social networks was crucial in the process. However, without the visibility provided by TV broadcasting and the effect of thousands of people simultaneously taking to the streets in 30 cities, the discussion around childbirth might not have reached the same dimension. The defenders of homebirth showed familiarity with social networks and with the use of blogs, and that favored the dissemination of the movement in the virtual world. Furthermore, some of the participants understood the importance of making use of mass media to spread the idea.

The urge to leave virtual reality and make the movement more public through mass media is justifiable, as TV still has great power of dissemination and information. According to Wolton (2011), the role of television is providing a subjects matter: "Television is a formidable means of communication among individuals. The most important thing is not what is seen, but the fact that it provides what to talk about." (Wolton, 2011, p. 69,

our translation). For him, the essential problem regarding television is maintaining its two contradictory dimensions (that are also the reasons for its success): individual consumption and a collective activity. The idea is not that television determines what people will think, or how they are going to form their opinions, but that it can have influence on what people will think and talk *about*, as the agenda-setting theory developed by Donald Shaw and Maxwell McCombs (1972) points out. “Agenda-setting refers to the idea that there is a strong link between the emphasis given by the media to certain themes and the relevance attributed to them by the audiences”. (Scheufele & Tewksbury, 2007, p. 9, our translation). Empirical research based on this theoretical reference also points out the occurrence of a “counter-agenda setting”:

The presupposition of counter-agenda setting is that society does not ultimately need mass media to become informed about what is happening. It can obtain this information from other sources, in information environments outside traditional media. But one dimension stands out: interpersonal relationships [...]. Public debate of such interpersonal relationships evokes a type of power able to influence the media (Cervi & Barreta, 2014, p. 138, our translation).

Thus, a symbiotic relationship between people grouped in networks, social media websites and mass media instigated the childbirth theme. The Facebook debate and the March in Defense of Homebirth were able to set the agenda for mass media once more. The initial move was the video depicting Sabrina’s labor and its repercussion, followed by the creation of the march. The conflict increased considerably and was taken beyond the mass media sphere, reaching juridical (the National Justice Council, the Department of Justice) and political (the National Congress, São Paulo State’s House of Representatives) dimensions. This provides evidence that the defenders of homebirth were able to set the agenda for mass media, reaching, to a certain degree, the desired result.

3. THE INTERNET AS AN ARTICULATION TOOL

The contents of the March in Defense of Homebirth page⁶ show very clearly part of the organization process for the movement. The event page displayed daily records of how the mobilization occurred. The page can be considered a large notice board about the collective action, built mainly by people directly involved in the cause, who published not only posts, but also comments related to the posts. This provided extensive recording of all the exchanges of information, discussions and interactions between the organizers

⁶ The biologist and doula Gisele Leal took charge of organizing the March in Defense of Homebirth by making use of a specific resource on Facebook for creating events. That was the main tool used by participants to organize and mobilize people from all over Brazil to take part. The “event” tool on Facebook can generate a viral effect on the Internet: that happens when a message is viewed and shared by thousands or millions of internet users in a certain period of time. Through an event page, organizers can invite all of their network friends. The people who were invited can also extend the invitation to their friends, exponentially increasing the number of invitees. This invitation chain can cause a message about an event to appear frequently on the timelines of people connected by the network (due to the algorithm applied by Facebook’s management system).

of the march, as well as between the organizers and other people directly involved in the humanized childbirth movement. Our analysis rests on a print version of this Facebook page, which consists of a 331-page long PDF format document.

The content analysis follows the steps suggested by Bardin (2011): pre-analysis, exploration of results and interpretation. In the first stage, after skimming the whole material, and with the support of the theory chosen, we created categories and sub-categories. After that, we selected representative excerpts from the conversations in each sub-category, which were then closely interpreted. The criteria for the selection of contents were the presence (or absence) of expressions or ideas related to the chosen categories. The following table summarizes the categories and sub-categories adopted⁷:

CATEGORIES	SUB-CATEGORIES
1. COMMUNICATION	1.1 Media
	1.2 Interaction
	1.3 Net-activism ⁸
2. IDENTITY	2.1 Collective identity: woman, mother, activist
	2.2 Feminisms
	2.3 Articulators
3. ACTION	3.1 Organization
	3.2 Mobilization
	3.3 Opportunity
4. INJUSTICE	4.1 Opponents
	4.2 Damage and suffering

Table 2. Categories and sub-categories
Source: Gonçalves, 2014, p.112

4. RESULTS

The collective action analyzed here presented the three analytical perspectives pointed out by Melucci: (i) conflict — with Cremerj; (ii) solidarity — participants were identified with the cause and motivated to sensitize and inform more people about childbirth methods; (iii) breaching the limits of the system — participants supported the practice of homebirth, which is not assisted or encouraged by public or private health care providers. It also fell within what Gamson defines as collective action frames: identity, formation of an idea of “we”; action, “collective frames imply some sense of collective efficacy and deny the immutability of some undesirable situation” and injustice, “moral indignation expressed as political consciousness and related to expressions of emotions” (Maia quoted in Gamson, 2011, p. 19, our translation).

⁷ The complete description of the categories can be found in Gonçalves, 2014.

⁸ Proposing an approach that aims at analyzing in an integrated way networked actions and actions happening within the World-Wide Web, Felice makes use of the concept of net-activism, “without restricting its meaning to the scope of electronic democracy and of citizen networks of political participation” (2012, p. 36). The author emphasizes that some characteristics of collective actions in contemporaneity, such as autonomy, creativity, glocal identity, bring new elements that need to be observed in relation to their appropriation of technologies. For him, “The form of citizenship and activism that characterizes such movements is the result of one fruitful interaction between subjects, groups, entities with information technologies, access to databases, informative networks and the many interfaces employed.” (Felice, 2012, p. 36).

By analyzing the Facebook posts classified under the topic “expressions of identity”, it became clear that the collective identity was expressed at the moment the Rio de Janeiro State’s Regional Medical Council (Cremerj) placed itself in opposition to the ideas of those who defend women’s right to choose the place where they will give birth. Within “we” are included the individuals who share this point of view. Therefore, momentarily, it was possible to verify the formation of a solidary collective identity. The indicators of that unity were: the quantitative and spatial reach of the movement, gathering people in 30 cities from all regions of Brazil; the synchrony, as all the outdoor activities occurred on June 16 and 17; and the uniformity of the language used in banners, posters and speeches during the movement and in the interviews to the press.

Still in relation to identity, the individual interviews that compose this study reveal the women’s recurrent complaint of having gone through a caesarian procedure that later they believed to be unnecessary. This motivated them to search information online or to join groups who defended humanized childbirth. Other frequent characteristics shared by those women were: they had access to private health assistance (insurance or private health care); they used the Internet frequently; they had college education; they provided services for pregnant women (doulas⁹, photographers, certified nurse midwives); they were not involved with political parties – some of the interviewees claimed that their political action was the defense of their cause: humanized childbirth, i.e., most interviewees were not, at the time, participants in other social mobilizations, associations or political parties besides being mobilizers for the march.

From the press records of the movement, it was possible to observe that many of the women on the streets were pregnant – there were also a large number of children, but only a few men. In Touraine’s opinion (2007, p. 65), the participation of pregnant women is not unusual, as he considers that women achieve a state of maximum powerfulness during pregnancy. As a sociologist, he came to that conclusion after conducting a series of interviews to try to understand the views and experiences of contemporary women in France. As for the participation of men, both on the streets and on Facebook, few of them expressed their opinions: some men who defend women’s freedom of choice in relation to childbirth on the social networks are doctors who defend the humanized approach. Only one man has been quoted as a press source during the organization of the march: Diego Vieira de Mattos, an obstetric nurse from Goiânia, in Goiás State.

As for the organization of the action, the recurrent opinion during the interviews was that the march was a collective initiative and that there were no leaders or representatives. These characteristics correspond to what Shirky (2012) defines as an alternative to institutional action or to no action at all: “Social tools provide a third alternative: action by

⁹ The word “doula”, in Greek, means the one who serves another woman, and refers to the person who assists a woman in the labor and delivery process. She is especially trained to offer continuous physical and emotional support to the parturient and her partner during childbirth, bringing them calm and security. Doulas do not substitute the person chosen by the parturient to accompany her or the obstetrician. They make use of breathing and relaxation techniques, massage and non-pharmacologic methods to relieve pain, helping the parturient to choose the most comfortable position for her delivery. Several scientific studies show the results of this continuous support, such as reducing the number of caesarian procedures, the length of the labor process and the use of analgesia. Access on http://www.institutoaurora.com.br/produtos/livro_doula.

loosely structured groups, operating without managerial direction and outside the profit motive". Ana Cristina Duarte, when interviewed for this work, expressed a similar view:

All the people who are on my Facebook, that is used exclusively for this work, all the people who are there are activists. And all of them are mobilized for this cause. But what starts a march is a specific question, somebody making a mistake (...). It was done in a terrible way and that provoked the activists. So, when there is a specific cause, a specific enemy, the swarming effect happens by itself. (Duarte, 2013, our translation)

The identification with certain institutions or even their representativeness was not directly observed. Organizations and companies to which some of the participants were linked appear only on a list of march supporters, i.e., they had a secondary role in the movement. The oldest and perhaps the most comprehensive institution for humanized childbirth – the National Network for the Humanization of Birth (Rehuna), was quoted a few times during the mobilization process, but its representatives were not featured among the articulators of the march.

The contents of the event page as well as the interviews confirm that the use of Facebook allowed participants to communicate instantly and to act articulately to defend their shared interests. Besides, it was possible to perceive the cohesiveness of the arguments adopted by the members of the group (who also had connections with people who work in mass media) and voluntarily contributed with financial resources to make the event happen. Facebook has been used since 2011 to publicize popular movements in Brazil. However, some of the organizers of the March in Defense of Homebirth were afraid that the enthusiasm shown online would not be repeated on the streets. In fact, many of the events proposed on Facebook were only attempts at street movements that gathered very few people in the actual physical locations of the rallies, although a large number of people had confirmed attendance. This could challenge the efficacy of this type of action or organizing technique. However, at the March in Defense of Homebirth in the cities of São Paulo and Rio de Janeiro the number of participants was expressive and close to the one recorded on the event page.

The language used on Facebook is very close to that adopted by groups in oral, informal contexts: spontaneous, direct, discontinuous and, sometimes, repetitive. The most intense conversations happened between the day of the creation of the page (June 11) and the days when the march occurred (June 16 and 17). As a space for conversation and dialogue, the event page acted mostly as an outlet for people who had some previous contact with the cause. Most dialogues had a practical character towards the organization of the protest and there were only a few conceptual discussions that attracted a significant number of replies, such as what to call the march.

There was no dialogue with people who maintained divergent positions in relation to those of the group. The few opinions contrary to the dominant position expressed on the page were discredited or ignored by users. Thus the group who defends humanized childbirth differentiates people who have the same point of view (the ones who defend

the humanized approach) from the ones who defend different practices (medicalization, elective caesarean births). This creates a polarization (into two groups, “us” and “them”) and complicates dialogue. But that does not exclude the possibility of exchanges of experience and knowledge in other occasions and spaces, such as the streets, radio and TV programs, or even in other online discussion groups which were not analyzed here.

Although the main object of the page and of the exchanges between participants was not political, there were people concerned with political matters who used the page to point to other types of action, such as gathering examples of obstetric violence and alerting the Department of Justice; participating in the open court sessions promoted by the Health Ministry; joining forces with public servants on strike; joining forces with environment militants gathered in Rio for the International Conference Rio+20¹⁰. All of the details related to organization, mobilization and opportunity made the collective action and its repercussion possible, allowing for some of the group’s goals to be achieved.

From the perspective of communication, this study elicited how the appropriation of mass media resources (knowledge, techniques and devices) contributed to the implementation of a collective action, corresponding to what Wolton (2004) points out to be the central role of communication in contemporary society. The crucial role of communication became evident; communication actions contributed to widen the discussions and the social visibility of the theme; collective and voluntary mobilization can be considered a form of political exercise, when politics is viewed in its broader sense. Considering the means of communication as agents for the integration of social dynamics (Silverstone, 2002), the attention that the media gave to the childbirth theme may have started a change in scenery, an opportunity for the collective action to be set off. This opportunity was perceived by the organizers of the march, as they reported in their interviews, and that could become, in terms of the media, “the conduit for the representation of public and private thought and action, and its stimulants.” (Silverstone, 2002, p. 266).

According to the people interviewed for this research, and also to the Facebook event page analysis, the process of elaboration and distribution of media materials was implemented collaboratively, in an interactive process in which spontaneity and availability prevailed. It is important to notice that, among the mobilized women there were some communication professionals helping adjust the activists’ language and make it more attractive to mass media. That may have contributed significantly to increase the visibility of the march. Documental studies revealed that some of the women were familiar with Internet resources that have been termed net-activism (Felici, 2012). They made use of resources such as: mass tweeting, collective blogging and virtual petitioning¹¹.

¹⁰ The UNO Conference on Sustainable Development, Rio+20, was held from June 13 to 22 in Rio de Janeiro. It happened 20 years after Rio-92, the UNO Conference on Environment and Development, which contributed to set a sustainable development agenda for the following decades.

¹¹ In Brazil, mass actions for a cause have different names in each of the technological platforms used. At Twitter, for instance, a “twitaço” (mass tweeting) means several people publishing texts about the same theme at the same time. “Blogagem coletiva” (collective blogging) happens when the authors of different blogs publish texts about the same theme in a certain period of time. Other platforms, such as “Petição Pública” (Public Petition) and Avaaz aim at mobilizing Internet users in relation to themes that they see as relevant, encouraging them to virtually show their support, increasing the visibility of these matters and attempting to bring them to the attention of government of even international institutions.

These worked as complements to the demonstrations on the streets and alternatives for the participation of people who lived in cities where the march did not happen, or simply could not attend it in person.

The analysis revealed that there were several posts and comments in this category that aimed at attracting public attention and visibility by means of commercial media coverage and the association of the movement with celebrities (TV and movie stars, TV presenters and well-known journalists). The texts did not show the same intent in attracting the interest of social movements. The inference is that the mobilizers' concerns were aimed mostly at a diversified public reached by mass media and at people who already showed some kind of interest in the theme.

The purpose of clarifying the problem or providing reliable information claimed by many women in the posts, puts them in a position of detainers of relevant knowledge and/or experiences that must be shared. Thus, their interlocutors could have been seen (by them) as people who still had not had the opportunity to get credible and updated information or to reflect more deeply about the problems surrounding childbirth in Brazil, i.e., they still needed to be informed. This attitude can be situated in a linear communication dynamics – in which the communication process is seen as the transmission of a message from an emitter to a receiver, without considering the interactions and the critical senses of all participants.

The appropriation of technological resources allowed for the immediacy and the nationwide reach of the movement; the high visibility was achieved through forms of protest traditionally used by social movements: street protests, distribution of pamphlets, engagement of mass media and use of professional communication techniques. Melucci (1996) claims that discourse and language have a relevant role in the construction of collective actions, as, according to him, social changes go through cultural change and transformation of personal relations. The participants in the collective action used language to attempt to change reality, composing phrases for banners, posters and protest chants.

A good example is the attempt to attribute a new connotation to the expression “parto” (Portuguese word for “labor” or “delivery”), a word that can have a pejorative sense in Brazil and even be used as abusive language. Some people even questioned the inclusion of the expression “parto em casa” (“homebirth”) to designate the movement, fearing that it might imprint an extremist character to the action and make some people reject it. This preoccupation can be understood as a form of evincing the main objectives of the collective action (defending freedom of choice for women in relation to childbirth and access to humanized care), propagating a point of view, without, however, getting involved in polemic disputes.

SOME FINAL CONSIDERATIONS

It is possible to conclude that the main objective of the activists – sensitizing women to matters related to childbirth assistance – was achieved through communication and mobilization actions. Also, the movement was only possible due to a group

of factors that included: the existence of a network of people who practiced, promoted and defended the humanization of childbirth in different cities and regions of Brazil; the change of scenery – after the Fantástico TV show broadcast the feature on childbirth, Cremerj became the common opponent; and access to the Internet, especially to the social network website Facebook, that allowed the replication of the mobilization in different Brazilian cities in less than 24 hours. Therefore, the communication actions that made the theme childbirth be discussed in mass media and on the Internet may have contributed to increasing the popularity of the theme, i.e., the theme was discussed under public scrutiny, and that characterizes the exercise of democracy (Gomes, 2007).

The path to change pointed by the collective action demands cultural and behavioral changes, so that women can claim transformations in childbirth assistance and, as a consequence, in childbirth options. But, in order to change the system in an expressive way, it would be necessary to take the debate to the largest percentage of Brazilian women, the ones who are covered only by the Brazilian public health care system – SUS. One way of making this happen might be similar to what led most of the activists for humanized childbirth to get involved in the cause: searching for information on the Internet, or joining face-to-face support groups. This, in turn, might lead to the re-structuring of knowledge about childbirth, a knowledge that in other historical periods belonged to women, but that has been, in a way, stolen from them. These considerations bring forth Pleyers's theories (2009) regarding the movements that attempt to operate changes in society without relying on a direct dialogue with formal political instances. Perspectives of change of women's attitudes, according to the humanized childbirth cause, need to rely on subjectivity. This means the respect for their individual rights and convictions, so that their freedom of choice is guaranteed.

REFERENCES

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Transl. Luís Antero Reto and Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70.
- Castells, M. (Ed.) (2006). *A era da informação: economia, sociedade e cultura. A sociedade em rede*, v. 1. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (Ed.) (2002). *A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Cervi, E. U & Barretta, L. M. (2014). Contra-agendamento na Folha de S.Paulo: opinião pública e presença dos candidatos a presidente do PSDB e PT no jornal (2006 e 2010). *Revista Eptic Online*, 16 (1), 135-151. At <http://www.seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/1866/1637>.
- Davis-Floyd, R. (Ed.) (2003). *Birth as an American rite of passage*. Berkeley: University of California Press.
- Felice, M. (2012, jan/abr). Netativismo: novos aspectos da opinião pública em contextos digitais. *Revista Fameco Mídia, Cultura e Tecnologia*. Porto Alegre, 19 (1), 27-45.
- Gomes, W. (2007, junho). *Publicidade, visibilidade, discutibilidade: para uma revisão do conceito de esfera pública política*. Comunicação apresentada no *Encontro Anual da Compós*, Curitiba.
- Gamson, W. (2011). *Falando de política*. Belo Horizonte: Autêntica.

- Gonçalves, A. (2014). *Da internet às ruas: a marcha do parto em casa*. M. A. Dissertation, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil. At <http://hdl.handle.net/1884/36284>.
- Guerra, G. (2008, junho). Violencia obstétrica. *RFM*. Caracas, Venezuela. At http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0798-04692008000100001&lng=es&nrm=iso
- IHU. Instituto Humanitas Unisinos. (2012, junho). Parto: a cultura médica ainda é muito intervencionista. Interview with Ana Cristina Duarte. At <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/510690-parto-a-cultura-medica-ainda-e-muito-intervencionista-entrevista-especial-com-ana-cristina-duarte>.
- Luke, S.; Cerdá, J.; Sánchez, M. (2013). O movimento 15M. Ações colectivas e voláteis no campo político. *Comunicação e Sociedade*, 23, 56-68.
- Maia, R. (2011). Preface to the Brazilian Edition. In W. Gamson, *Falando de Política* (pp. 17-19), Belo Horizonte: Autêntica.
- Melucci, A. (1988). Getting involved: identity and mobilization in social movements. *International Social Movement Research*, 1, 329-348.
- Melucci, A. (1989). Um objetivo para os movimentos sociais?. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (17), 49-66.
- Melucci, A. (1996). *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Melucci, A. (2001). *A invenção do presente*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Pleyers, G. (2009). Autonomias locais y subjetividades em contra del neoliderismo hacia um novo paradigma para entender los movimientos sociales. In Mestries, F., Pleyers, G., & Zermeño, S., *Los Movimientos Sociales: de lo Local a lo Global* (pp. 29-156). Barcelona: Anthropos.
- Scaggiante, V.; Shub, S. (2012, 21 de fevereiro) *Parto Sabrina, Nascimento Lucas - Sabrina Homebirth, Lucas' Birth*. At <http://www.youtube.com/watch?v=qiof5vYkPws>.
- Shirky, C. (2012). *Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Silverstone, R. (Ed.) (2012). *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola.
- Touraine, A. (Ed.) (2007). *O mundo das mulheres*. Petrópolis: Vozes.
- Touraine, A. (Ed.) (2011) *Um novo paradigma*. Petrópolis: Vozes.
- Tornquist, C. S. (2004). *Parto e poder: o movimento pela humanização do parto no Brasil*. 2004. PhD thesis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. At <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86639>
- Wolton, D. (2003). *Internet e depois? Uma teoria crítica das novas mídias*. Porto Alegre: Sulina.
- Wolton, D. (2004). *Pensar a comunicação*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.
- Wolton, D. (2011). *Informar não é comunicar*. Porto Alegre: Sulinas.

INTERVIEWS

- Scaggiante, V. (2014, janeiro). Interview given to the author. Curitiba/Florianópolis.

Leal, G. (2013, novembro). Interview given to the author via Skype. Curitiba/Sorocaba.

Lotfi, I. (2013, outubro). Personal interview given to the author. Rio de Janeiro.

Duarte, A. (2013, dezembro). Interview given to the author via Skype. Curitiba/São Paulo.

Carvalho, P. (2013, novembro). Interview given to the author via Skype. Curitiba/Recife.

Carvalho, T. (2014, janeiro). Interview given to the author via Skype. Curitiba/Belém.

Cavalcante, E. (2014, janeiro). Interview given to the author via e-mail. Curitiba/Brasília.

Ferigato, S. (2014, julho). Interview given to the author via *e-mail*. Curitiba/Campinas.

Monson, I. (2014, janeiro). Interview given to the author via Skype. Curitiba/Curitiba.

Aline de Oliveira Gonçalves holds a Master's Degree in Communication from the Federal University of Paraná, an Undergraduate Degree in Media Studies and a Specialization Degree in Political Sociology. She is a journalist at the Federal University of Paraná. Curriculum vitae: <http://lattes.cnpq.br/7026341552659511>.

E-mail: alinegoncalves@gmail.com

Universidade Federal do Paraná Rua XV de Novembro, 1299 - Centro, Curitiba - PR, 80060-000, Brazil

Celsi Brönstrup Silvestrin, holds a PhD in Communication Sciences from the University of São Paulo and a Master's Degree in Communication Methodology from the Methodist Institute of Higher Education. She is a member of the following research groups: Studies on Institutional Communication: strategies and processes, and Political Communication and Mobilization. She was a member of the Gender Studies Centre at the Federal University of Paraná. She is currently a senior lecturer at graduate level in Media Studies at the Federal University of Paraná, where she researches Communication, politics and collective actors. Curriculum vitae: <http://lattes.cnpq.br/4860427689856872>

E-mail: celsibs@gmail.com

Universidade Federal do Paraná Rua XV de Novembro, 1299 - Centro, Curitiba - PR, 80060-000, Brazil

* **Submitted: 16-02-2015**

* **Accepted: 20-04-2015**

ENTRE O SOCIAL E BIOLÓGICO: REPENSANDO A MATERNIDADE À LUZ DAS NOVAS TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA

Cláudia Álvares

RESUMO

Os progressos científicos na área das biotecnologias permitem uma crescente dissociação das componentes social e biológica da parentalidade, com o discurso médico a procurar enquadrar, na maior parte das vezes, o social no âmbito do biológico por forma a não pôr em causa definições consensuais de parentalidade, particularmente no que toca ao entendimento do conceito de 'maternidade'. Este enquadramento do social no seio do biológico é visível no modo como as técnicas de procriação assistida são frequentemente descritas na imprensa como simulando um processo biológico 'natural', naturalidade essa que a patologia da infertilidade impede de tomar o seu livre curso. Este artigo pretende analisar os entendimentos diferenciados e por vezes contraditórios do conceito de maternidade que ressaltam da cobertura noticiosa da Procriação Medicamente Assistida por parte do Jornal *Público* nos anos 2008 e 2009. O *corpus* analítico demonstra que ao privilegiar o discurso médico na interpretação hegemónica dos riscos e benefícios dessas técnicas de reprodução, o *Público* veicula uma concepção da maternidade que privilegia claramente o biológico em detrimento do social: a transmissão de um património genético é tida como o factor mais importante no que toca à definição de maternidade, sendo que se sobrepõe à dimensão de 'educar/criar um filho'.

PALAVRAS-CHAVE

Procriação medicamente assistida; maternidade; infertilidade; identidade feminina; imprensa; discurso médico

INTRODUÇÃO

O artigo 4º da lei n.º 32/2006, que regula a Procriação Medicamente Assistida em Portugal (PMA), define as técnicas de PMA como 'método subsidiário, e não alternativo, de procriação', cuja utilização 'só pode verificar-se mediante diagnóstico de infertilidade.' A infertilidade é considerada uma patologia que pode ser alvo de 'cura' mediante técnicas médicas que simulem os processos reprodutivos 'naturais'. Entre estas técnicas encontram-se a inseminação intra-uterina, a indução ovárica, a fertilização in vitro e a injeção intracitoplasmática de espermatozóides.

Os progressos científicos na área das biotecnologias permitem uma crescente dissociação das componentes social e biológica da parentalidade, com o discurso médico a procurar enquadrar, na maior parte das vezes, o social no âmbito do biológico por forma a não pôr em causa definições consensuais de parentalidade, particularmente no que toca ao entendimento do conceito de 'maternidade'. Este enquadramento do social no seio do biológico é visível no modo como as técnicas de procriação assistida são frequentemente descritas como simulando um processo biológico 'natural', naturalidade essa que a patologia da infertilidade impede de tomar o seu livre curso.

No entanto, apesar das múltiplas tentativas de contextualização, por parte da classe médica, dos novos entendimentos possíveis do conceito de maternidade no âmbito de um discurso que privilegia o 'biológico' ou a 'natureza', o progresso alucinante da técnica faz com que o fosso entre o social e o biológico se torne cada vez mais visível a olho nu. Essa discrepância entre polaridades que giram em torno do binómio 'natureza' Vs. 'cultura' tem múltiplas implicações ao nível daquilo que até há pouco tempo consistia num conceito de definição relativamente consensual, o de 'maternidade'. A instabilização da 'maternidade' também põe em causa outros conceitos que lhe estão tangencialmente ligados, nomeadamente os de género, sexo, orientação sexual, saúde, classe social e mesmo nacionalidade/etnia.

Este artigo pretende analisar os entendimentos diferenciados e por vezes contraditórios do conceito de maternidade que ressaltam da cobertura noticiosa da Procriação Medicamente Assistida por parte do Jornal *Público* nos anos 2008 e 2009.¹

1. INFERTILIDADE FEMININA

A infertilidade feminina é difícil de definir de modo taxativo porque, a partir da menopausa, pode ser entendida como um processo 'natural' fisiológico e não patológico. Por isso mesmo, o discurso médico procura articular consensos relativamente àquilo que entende como processos fisiológicos naturais e os seus desvios. No entanto, se entendermos a infertilidade como 'uma incapacidade de concepção ou de levar a gravidez até ao fim', interpretação de Mário Sousa, director do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (ICBAS), então mesmo uma mulher menopáusicas pode ser considerada infértil e uma potencial 'beneficiária do tratamento' (Faria, 11.07.2008).

Apesar da lei portuguesa não estabelecer limite máximo de idade para a Procriação Medicamente Assistida, a idade é a variável mais frequentemente referida como factor dissuasor no tratamento da infertilidade. Habitualmente, o limite de faixa etária para aplicação de qualquer técnica que envolva os ovócitos da mulher em Portugal ronda os 45 anos; porém, no caso de doação de ovócitos, esse limite é estendido até aos 50 anos. Alberto Barros, fundador do Centro de Genética da Reprodução, afirma o seguinte: 'A lei portuguesa não impõe limites etários, mas pressupõe-se que estes são a idade para procriar. A partir dos 50 anos, não se justifica estar a investir, até porque a maior parte das experiências estão condenadas ao fracasso' (Faria, 11.07.2008). Em Inglaterra, o limite de acesso às técnicas de fertilização *in vitro* costuma ser os 55 anos. Tal situação implica que pacientes que tenham atingido esse limite se desloquem a outros países, tais como os EUA ou a Espanha, onde não existe esse limite de idade para a aplicação de técnicas de Procriação Medicamente Assistida (PMA) (Gerschenfeld, 02.07.2008).

Efectivamente, os media contribuem para a criação do mito de que é fácil engravidar depois dos 40: 'Se a Madonna pôde ser mãe aos 41, a Cherie Blair aos 45, a Susan

¹ Originalmente redigido no âmbito de um projecto mais alargado intitulado 'As Mulheres e o Espaço Público: O Papel dos Media em Áreas Prioritárias da Plataforma de Acção de Pequim' (PTDC/CCI/67146/2006), coordenado por Maria João Silveirinha, o presente artigo recorreu aos artigos jornalísticos recolhidos nesse contexto específico, não versando quaisquer alterações legislativas introduzidas em período posterior.

Sarandon aos 46, a Beverly d'Angelo aos 49, porque é que nós também não podemos?' (Machado, 24.03.2008). A par das biografias das estrelas de Hollywood, também surgem notícias de mulheres que conseguiram engravidar na casa dos 60, até mesmo 70, anos: uma romena de 66 anos, seguida de uma espanhola de 67 anos e, mais recentemente, uma indiana de 70 anos engravidaram mediante recurso às novas tecnologias de reprodução assistida (Faria, 11.07.2008). Tais episódios correm o risco de contribuir para a "ideia de uma falsa longevidade reprodutiva" (Alberto Barros citado em Machado, 24.03.2008), obscurecendo-se o facto de tanto umas como outras terem recorrido a técnicas de Procriação Medicamente Assistida, nomeadamente à doação de ovúlos. O discurso médico veiculado nas notícias sobre o assunto revela um tom censório: a longevidade reprodutiva não é natural, mas antes resultado da aplicação de técnicas artificiais, o que pode incorrer em perigo por exponenciar a ilusão de que o ser humano possa controlar o mundo circundante. Outro exemplo citado consiste na congelação de ovócitos para utilização futura, técnica essa que permite à mulher adiar a maternidade. Embora o leitor não seja informado da razão precisa pela qual tais 'avanços científicos e técnicos' constituam 'aparentes panaceias' (Silva Costa, 08.03.2008), essa congelação é apontada como algo a evitar, como se houvesse um consenso tácito em torno de idades aceitáveis e não-aceitáveis para se ser mãe. Essa aceitabilidade está intrinsecamente ligada àquilo que socialmente se considera como 'natural' e 'anti-natural', conotando um conceito de maternidade biologicamente definido.

A lei portuguesa que regulamenta a Procriação Medicamente Assistida impõe que tais técnicas não possam ser aplicadas a mulheres solteiras ou a casais homossexuais, tendo apenas como alvo 'pessoas casadas que não se encontrem separadas judicialmente de pessoas e bens ou separadas de facto' ou às que, 'sendo de sexo diferente, vivam em condições análogas às dos cônjuges há pelo menos dois anos' (Faria, 11.07.2008). Esta situação implica que haja médicos portugueses a trabalhar com clínicas espanholas de modo a contornar os obstáculos jurídicos em Portugal. Por exemplo, o director do ICBAS, Mário Sousa, admite o seguinte: 'Faço inseminação com dador em Espanha, elas vivem cá a gravidez e depois mando-as de novo a Espanha para ter o bebé, que fica com naturalidade espanhola, porque cá é proibido ser filho de pai incógnito' (Faria, 11.07.2008).

2. FERTILIZAÇÃO IN VITRO

A fertilização *in vitro* (FIV) diz respeito a uma técnica mediante a qual se fertiliza um ovócito com um espermatozóide numa proveta, sendo o embrião resultante posteriormente implantado no útero de uma mulher, usualmente a progenitora. Louise Joy Brown foi o primeiro 'bebé proveta', nascida em 1978 no Reino Unido, havendo hoje mais de três milhões de bebés-proveta concebidos por FIV a nível internacional. A FIV é, efectivamente, uma técnica de Procriação Medicamente Assistida considerada banal na actualidade, sendo que, segundo o *New York Times*, 'quase todos os norte-americanos conhecem hoje uma família que poderia não ter existido sem a FIV ou uma das suas

variantes' (Gerschenfeld, 25.07.2008). No entanto, na época em que Louise foi concebida, a FIV provocou reacções violentas, particularmente de sectores religiosos, que acusavam os médicos de 'brincar aos deuses' (Gerschenfeld, 25.07.2008). A notícia refere ainda que Louise Brown é mãe de um menino, Cameron. Entre parênteses, é-nos transmitido que Cameron foi concebido *naturalmente*, o que ajuda a dissipar quaisquer dúvidas que houvesse relativamente à capacidade de alguém concebido por um método semelhante à ficção científica se reproduzir de modo 'natural'. Curiosamente, a capacidade de engravidar sem recorrer a técnicas de Procriação Medicamente Assistida serve de bitola para avaliar da 'humanidade' de um ser — Louise Brown — criado por essas mesmas técnicas.

As vozes que se levantaram contra a FIV há trinta anos, continuam activas no que toca à problematização ética decorrente da aplicação de técnicas de reprodução assistida. De acordo com o documento *Dignitas Personae*, datado de 8 de Setembro de 2008 e divulgado pela Congregação para a Doutrina da Fé, a procriação medicamente assistida e a terapia genética são apontadas como eticamente condenáveis. O documento fundamenta-se no 'princípio de respeito incondicional pela vida humana (desde a concepção até uma morte natural) e da criação de novas vidas no contexto do matrimónio, "fruto do acto conjugal específico do amor entre os esposos"' (Freitas, 13.12.2008). A tentativa de se controlar processos naturais por intervenção humana é condenada com base na ideia de que 'o homem pretende substituir-se ao Criador' (Freitas, 13.12.2008). O especialista em genética, Alberto Barros, católico confesso, expressa a sua vergonha pela posição da Igreja, alegando o seguinte: 'Acredito na criação divina e na perfeição da criação, mas sei que a natureza assumiu uma autonomia que levou a desvios, que são patologias. A obrigação do médico é lutar contra isso' (Freitas, 13.12.2008) Ou seja, o discurso médico considera a infertilidade como um desvio de um percurso natural, o da fertilidade. Tem como objectivo substituir-se à natureza, imitando-a. Curiosamente, apesar do discurso médico se opor ao do Vaticano, ambos presumem a natureza como um bem supremo, algo no qual não se deve interferir no caso da perspectiva Católica, e algo que se pretende simular no caso do discurso médico.

Outro tema recorrente na cobertura jornalística da FIV diz respeito ao facto de ser considerada um tratamento claramente dispendioso, sendo que as listas de espera nos hospitais públicos são intermináveis para os cerca de 500 mil casais portugueses que sofrem de infertilidade. A promessa, datada de Novembro de 2007, de que o Estado iria comparticipar os tratamentos de Procriação Medicamente Assistida em clínicas privadas ainda não se concretizou, o que agravou a lista de espera existente nos hospitais públicos (*Público*, 13.10.2008). Os tratamentos de fertilidade em clínicas privadas são apontados como responsáveis pelo aumento de gravidezes gemelares, comportando um risco particularmente elevado. Esta situação prende-se com o facto de os casais pretenderem rentabilizar o investimento, que ronda cerca de quatro mil euros por ciclo de tratamento, pressionando os médicos no sentido de fazer transferência de mais de dois embriões de cada vez de modo a maximizar a oportunidade de engravidar através de uma técnica que tem um índice de êxito de 30 por cento. Silva Carvalho, presidente

da Sociedade Portuguesa de Medicina de Reprodução, alega que a participação do Estado será a melhor forma de controlar o número de embriões transferido em cada ciclo de tratamento e de ‘combater as gravidezes múltiplas’ daí decorrentes ao aligeirar o ‘esforço financeiro das famílias’ (Gomes, 07.09.2008). O Estado surge assim como garante de protecção da saúde dos cidadãos, assegurando que as técnicas de reprodução assistida praticadas em clínicas privadas não constituam apenas ‘transacções comerciais’ destituídas de um sentido de responsabilidade. Por outras palavras, a participação do Estado vai permitir às técnicas de reprodução assistida uma crescente simulação daquilo que acontece num processo de reprodução natural, a diminuição da probabilidade de gravidezes gemelares, o que é alegadamente mais benéfico para a saúde da mãe e do feto.

3. BARRIGAS DE ALUGUER

Em casos em que a infertilidade se prende com a incapacidade de se produzir gâmetas (ovócitos ou espermatozóides), os casais podem recorrer a barrigas de aluguer ou então a doações de ovócitos ou de esperma. Na cobertura jornalística do tema das barrigas de aluguer, enfatiza-se a componente do legado biológico, sendo que a maternidade e paternidade estão associadas a quem doou os seus gâmetas (espermatozóides ou ovócitos) para gerar um embrião, embrião esse que será posteriormente implantado numa barriga de aluguer. Esta técnica desconstrói o conceito de maternidade biológica investindo-o de uma conotação acima de tudo social na medida em que a ‘barriga de aluguer’ é uma mera transportadora do embrião implantado, passando a ‘mãe’ a ser outra que não a que dá à luz.

Esta técnica é referida como possibilitando aos casais homossexuais terem um filho biológico. No entanto, tanto no caso dos gays como das lésbicas, ‘a criança só pode ser herdeira biológica de um dos dois pais — ou mães: do que contribuiu com o seu esperma ou ovócito para a gerar’ (Gerschenfeld, 25.02.2008). A criação de espermatozóides e ovócitos a partir de células estaminais embrionárias de animais ou de humanos, células essas que podem dar origem a qualquer tecido do organismo’, permitiria aos casais homossexuais ‘doar células de pele para gerar ovócitos que seriam fecundados pelo esperma do parceiro e implantados numa barriga de aluguer’ (Gerschenfeld, 25.02.2008). Para Davor Solter, biólogo do desenvolvimento do Instituto de Biologia Médica de Singapura, esta possibilidade ‘significa que qualquer pessoa poderia ter filhos: as crianças recém-nascidas poderiam ter filhos e as pessoas centenárias poderiam ter filhos. Isto poderia facilmente acontecer nos próximos 30 anos.’ Neste cenário futurista, também se adivinha o aparecimento de ‘placentas artificiais’, em que um feto possa ‘flutuar livremente num fluido, com o cordão umbilical ligado a uma máquina’ (Solter, in Gerschenfeld, 25.07.2008). A criação de úteros artificiais constituem outra possibilidade com implicações significativas no que toca ao aumento de taxa de sobrevivência de bebés prematuros, Segundo o especialista em Ética da Universidade Estadual do Oklahoma, Scott Gelfand, ‘Actualmente, os bebés só podem sobreviver fora do útero

a partir das 22 semanas, mas no futuro isso poderá ser alargado para aqueles que têm apenas 12 semanas. (...) Se um útero artificial for desenvolvido, o governo poderia vir a adoptar uma lei que obrigasse as pessoas que interrompem uma gravidez a colocar os fetos num desses úteros' (Gerschenfeld, 25.07.2008). Tal situação comportaria o risco de que o número de abortos nos EUA — mais de um milhão — se transformasse no número de bebés disponível para adopção nos EUA. Gelfand utiliza este argumento para enfatizar que entre duas alternativas que ameaçam interromper o livre curso da natureza — o aborto por um lado e a criação de um útero artificial por outro lado — o aborto é incomensuravelmente mais aceitável.

Problemas jurídicos também podem ser gerados por se recorrer a barrigas de alugar. Um exemplo referido no corpus analisado diz respeito a um casal japonês que pagou a uma 'barriga de aluguer' indiana para ser implantada com o seu embrião, gerado por fertilização *in vitro*, resultando no nascimento de uma menina, Manji. O conflito jurídico prende-se com o facto de o casal se ter entretanto divorciado, sendo a criança rejeitada pela barriga de aluguer bem como pela mãe biológica. Apesar de o pai, Ikufumi Yamada, querer assumir a custódia de Manji, esta foi-lhe impedida por a lei indiana não permitir a entrega de crianças a homens solteiros. Por isso mesmo, o futuro de Manji permanecia incerto à data da publicação desta notícia, sendo a mãe de Ikufumi Yamada citada ao afirmar que o 'filho "ama muito a sua filha" e ... como avó, está bastante desgostosa. "Dedico toda a minha afeição a essa menina e choro o tempo todo" (*Público*, 08.08.2008).' O artigo termina com uma constatação de que as barrigas de aluguer constituem um fenómeno comum na Índia, podendo as mulheres carenciadas ganhar entre cinco a 15 mil dólares com este 'negócio'.

O episódio relatado desconstrói o conceito de maternidade pelo facto de o pai ser claramente representado como zelando pela filha de modo mais responsável do que as duas mulheres envolvidas na gestação da criança, quer a mãe biológica quer a barriga de aluguer. É como se estas mulheres rejeitassem o produto de uma técnica que lhes foi virilmente imposta, a mãe biológica numa altura em que ainda estava casada e a barriga de aluguer por cumprir uma tarefa que integra o circuito do capitalismo 'reprodutivo'. O facto de as barrigas de aluguer serem alegadamente frequentes na Índia reaviva um cenário de neo-colonialismo tecnológico em que casais do Atlântico Norte recorrem a estes serviços em países em vias de desenvolvimento (Deonandan, Green & van Beinum, 2012, p. 742), deixando-se o corpo da mulher nativa invadir por tecnologias que lhe são alheias com o intuito de assegurar subsistência económica.

Recorde-se que o recurso a 'úteros de substituição' nos EUA custa uma média de 60 mil euros, sendo tal 'tratamento' proibido na Europa. Há médicos, no entanto, que sustentam que a legislação europeia deveria apoiar a disponibilização de úteros de substituição em determinados casos. O fundador do Centro de Genética da Reprodução, Alberto Barros, por exemplo, considera que esse recurso deve 'poder ser equacionado em casos como o da mãe que disponibiliza o seu útero para que o embrião da filha possa ser gerado.' Na sua opinião, tal constitui 'um acto de amor e generosidade que pode ser enquadrado no âmbito médico das técnicas' (Faria, 11.07.2008). O discurso médico aqui

revela claramente uma compreensão tradicionalista da maternidade, privilegiando uma concepção biológica que enfatiza uma ligação quase fusional entre mãe e filha: enquanto se condena o recurso a um útero de substituição anónimo, aceita-se que uma mãe possa doar o seu útero à filha com o propósito de gerar uma neta. Esta promiscuidade entre categorias ‘avó’, ‘mãe’ e ‘neta’ sustenta-se na ideia de um património genético comum, uma cadeia de transmissão de informação genética que integra o domínio da ‘natureza’. O discurso médico que concebe a maternidade em termos biológicos é aqui apoiado pelo discurso cultural da maternidade enquanto acto supremo de ‘amor e generosidade’, traduzido pela doação do útero da mãe à filha, um gesto que se distancia do espírito de transacção comercial inerente às barrigas de aluguer.

4. DOAÇÃO DE ESPERMATOZÓIDES E OVÓCITOS

A cobertura noticiosa deste tema realça o direito dos filhos conhecerem as ‘origens genéticas’ caso os pais tenham recorrido à doação de espermatozóides e ovócitos, de modo a que possa adquirir ‘mais conhecimento sobre a sua identidade’ (Gomes, 25.02.2009). No Reino Unido, a lei contempla o direito de todas as crianças nascidas depois de Abril de 2005 a conhecerem os seus pais biológicos ao atingirem os 18 anos (Gerschenfeld, 02.07.2008). A legislação em vigor em Portugal preserva o anonimato do dador, ‘salvo se este o permitir expressamente em processo de obtenção de informação sobre existência de eventual impedimento para casamento (por receio de incesto)’ (Gomes, 25.02.2009). O receio dos pais de que possam ser substituídos pelos dadores enquanto ‘figura parental’ faz com que exista uma maior receptividade relativamente ao conhecimento dos irmãos do que dos pais biológicos. Num estudo realizado pelo Centro de Pesquisa Familiar da Universidade de Cambridge, refere-se que a maioria de mulheres que recorre à doação de espermatozóides para engravidar é constituída por ‘mães solteiras (39 por cento), casais de lésbicas (35 por cento) e uma minoria de casais heterossexuais (21 por cento)’ (Gomes, 25.02.2009).

À medida que a doação de ovócitos e espermatozóides se vai tornando cada vez mais comum, assiste-se a uma infiltração cada vez maior deste tema no espaço público. A título de exemplo, Linda e Richard Weeks, um casal britânico na casa dos 50, colocou um anúncio publicitário na rede de transportes públicos londrina em 2008, apelando à doação de ovócitos por parte de uma mulher com 36 anos ou menos. O jornal *Times*, citado pela notícia do *Público*, atribui o resultado ‘espectacular’, rondando as 96 respostas, ao ‘impacto do anúncio junto dos media’ (Gerschenfeld, 02.07.2008). No entanto, ao tomar conhecimento da gratuidade de todo o processo, que implicaria um tratamento hormonal que culmina com a recolha de ovócitos num bloco operativo mediante anestesia geral, apenas uma mulher aceitou levar o tratamento até ao fim.

Este caso não só é importante por demonstrar o modo como estratégias mediáticas podem ser utilizadas a favor das PMA, como também por sublinhar que a dissociação deste tipo de tratamentos do circuito capitalista de transacções comerciais pode efectivamente traduzir-se na incapacidade de levar tais técnicas até ao fim. Efectivamente, ‘a

gratuidade das doações' é considerada, no Reino Unido, 'como a principal responsável pela escassez de ovócitos para doação' (Gerschenfeld, 02.07.2008). Para além disso, este caso volta a revolucionar o conceito tradicional de maternidade na medida em que a própria Linda Weeks reconhece que a filha — Katy — nascida da doação de ovócitos foi resultado de um acto de generosidade da parte de uma mulher que lhe ofereceu 'o dom da vida': 'Seja qual for o destino de Katy, será graças a nós os três' (Gerschenfeld, 02.07.2008). Os progenitores passam assim de dois a três, sendo o conceito de maternidade — habitualmente associado ao poder do 'dom da vida' — aqui repartido entre as vertentes biológica por um lado e social por outro lado.

5. ÉTICA E PMA

Um tema particularmente recorrente no que toca às técnicas de reprodução assistida diz respeito à problematização ética relacionada com o destino dos embriões. Por vezes, nem todos os embriões são usados no caso de se recorrer a tratamentos de fertilidade. Com a regulamentação de uma lei portuguesa que prevê o destino de embriões excendatários, impôs-se uma escolha aos pacientes que se submeteram a tratamentos sobre o que fazer aos seus embriões congelados: se não tiverem sido utilizados pelo casal para novas gravidezes no prazo de três anos, 'ou os dão para investigação ou doamos para outros casais com problemas', não sendo a destruição de embriões contemplada pela lei portuguesa (Gomes, 25.05.2008). Alguns estudos internacionais citados pela notícia referem que há uma clara reticência da parte dos casais em doar os seus embriões excendatários a outros casais com problemas de fertilidade. Tal ideia comprova o facto de a maternidade e paternidade serem compreendidas, acima de tudo, biologicamente, sendo que a partilha de um património genético pode ser considerado como uma invasão de identidade e individualidade próprias. Dissocia-se assim a componente social da parentalidade — da criação de um filho — da componente biológica, dando-se clara primazia à natureza por oposição à cultura no tratamento destas questões.

A cobertura jornalística analisada aponta o Reino Unido como estando na dianteira da investigação ao nível da embriologia, tomando a iniciativa de legalizar a geração de embriões híbridos humano-animal. Estes embriões, denominados 'cíbridos' (híbridos citoplásmicos), são constituídos por 99,9 por cento de ADN humano e 0,1 por cento de ADN animal, evitando 'o recurso à doação de ovócitos por mulheres para fins de investigação científica' (Gerschenfeld, 25.05.2008). O objectivo final dos cientistas é o de extrair e clonar células estaminais embrionárias dos cíbridos, utilizando-as com o intuito de desenvolver terapias inovadoras no combate a doenças degenerativas. A notícia refere que a aprovação desta lei foi controversa, tendo grupos religiosos e pró-vida apontado o risco de 'cenários apocalípticos de ficção científica' decorrentes de manobras de investigadores que 'passariam a brincar impunemente aos Frankensteins' (Gerschenfeld, 25.05.2008). Efectivamente, qualquer intervenção em processos naturais é representada como antagónica ao pensamento religioso, particularmente o católico, que pressupõe a natureza como tendo um fundamento ético no qual o homem não

deve intervir. Os deputados católicos trabalhistas são descritos como protagonizando uma cisão com o Executivo de Gordon Brown, ao exigir liberdade de voto nesta matéria (Machado, 24.03.2008).

A intervenção de cientistas em processos naturais também evoca, no imaginário do cidadão comum, fantasmas de eugenia. Um dos receios que surge nas notícias que focam a doação de gâmetas está relacionado com a possibilidade de se escolher ‘bebés à la carte’, com características físicas específicas. Enquanto as técnicas de diagnóstico genético permitem eliminar determinadas doenças genéticas, tal como a doença dos pezinhos, essas mesmas técnicas podem ser utilizadas para escolher cor de olhos, cor de cabelo e o sexo do feto. A clínica norte-americana *Fertility Institutes*, cujo serviço de ‘bebés à la carte’ foi suspenso por causar demasiada polémica, disponibiliza uma base de dadores de espermatozóides e de ovócitos com características diversificadas: ‘a dadora 110484 é branca, tem olhos verdes, o cabelo é castanho ondulado, estuda Direito e joga ténis; já a 032284 é negra, tem cabelo encaracolado, estuda Arquitectura e faz ciclismo’ (Gomes, 06.03.2009). Curiosamente, tal como se supõe que o feto possa herdar de modo directo as características físicas de determinada dadora, também se pressupõe que os *hobbies* e inclinações dessa mesma dadora sejam passados de modo natural para o bebé. Silva Carvalho, presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina da Reprodução, afirma, neste contexto, que se seleccionam ‘dadores para estarem de acordo com o fenótipo [aspecto físico] do homem ou da mulher, para ser um filho parecido com os pais. Não se ia escolher um dador de raça negra para pais brancos’. Embora este médico não esteja a referir-se à selecção de características de modo a produzir ‘um bebé bonito’, ele nem por isso deixa de parte o discurso que valoriza a natureza como ligada à parentalidade: escolhe-se um dador branco para pais brancos de modo a simular aquilo que é natural. Ou seja, as tecnologias reprodutivas interferem na natureza quando a natureza falha, isto é, quando existe alguma ‘patologia’ que se traduz sob a forma de infertilidade. No entanto, o artifício da intervenção humana num processo dito natural deve ser encoberto, simulando a natureza o melhor possível. Qualquer intervenção que fracassasse nessa simulação chamaria a atenção para o facto de a parentalidade não ser um processo totalmente natural. E aí a autenticidade da parentalidade correria o risco de ser posta em causa.

CONCLUSÃO

O conceito tradicional de maternidade assume que as mães estabelecem laços afectivos permanentes com os seus filhos devido às experiências de gravidez, parto e amamentação (Rich, 1986). Ao enfatizar a separação entre o social e o biológico, as técnicas de procriação medicamente assistida possibilitam a valorização de uma concepção social e não biológica da maternidade (Andrews, 1989). No entanto, testemunhámos, ao longo dos casos jornalísticos analisados, que o discurso médico procura encobrir essa valorização do social ao enquadrá-la no âmbito de uma concepção biológica da maternidade. Esse enquadramento baseia-se na tentativa de as técnicas de reprodução

assistida procurarem simular a natureza tal como ela é. Qualquer desvio da natureza, correspondendo esta última a uma espécie de forma ideal platónica, é concebido como um desvio patológico a ‘curar’.

M. E. Young considera que as novas tecnologias de reprodução assistida são particularmente controversas porque, ao possibilitar novas relações, põem em causa velhos padrões conceptuais relativos à família. Somos assim obrigados a repensar o significado das relações maternas se não quisermos simplesmente encaixar à força novas configurações sob modelos já existentes (Young, 1995, p. 261). Esta tentativa de se redefinir a maternidade não é consensual, mesmo no seio do pensamento feminista. Se por um lado há feministas que celebram a primazia do social sobre o biológico representado pelas técnicas de Procriação Medicamente Assistida, outras celebram ‘a santidade da vinculação biológica entre mãe e filho’ (Rapping, 1990, p. 541). Firestone (1971), por exemplo, considerava que a reprodução biológica exterior ao útero libertaria a mulher dos constrangimentos da maternidade e, mais recentemente, Singer e Wells (1983) apontavam o crescimento do feto fora do útero como conducente a uma maior igualdade sexual. No entanto, um número crescente de feministas está a contestar as novas técnicas de reprodução assistida por estas alegadamente comportarem riscos para a saúde da mulher, ameaçarem os seus direitos e escolhas e serem demasiado dispendiosas (Moss, 1988, p. 40).

Em termos jornalísticos, parece-nos que o Público tem alguma dificuldade em resistir à tentação de inserir à força as novas configurações de maternidade decorrentes do recurso a técnicas de Procriação Medicamente Assistida sob modelos tradicionais. Ao privilegiar o discurso médico na interpretação hegemónica dos riscos e benefícios dessas técnicas de reprodução, o *Público* veicula uma concepção da maternidade que privilegia claramente o biológico em detrimento do social: a transmissão de um património genético é tida como o factor mais importante no que toca à definição de maternidade, sendo que se sobrepõe à dimensão de ‘educar/criar um filho’. Conforme sugere Stanworth (1997, p. 485), ‘tal abordagem implica que qualquer processo “menos” natural desde a concepção até ao nascimento representa a degradação da própria maternidade.’ Assim, o conceito de maternidade articulado pelo discurso médico é definido biologicamente, assumindo-se que todas as mulheres se relacionam com a experiência da reprodução do mesmo modo, independentemente de factores de diferenciação tais como a idade, saúde, classe social, nacionalidade, entre outros.

REFERÊNCIAS

- Andrews, L. (1989). Alternative modes of reproduction. In S. Cohen; N. Taub (Org.), *Reproductive Laws in the 1990's* (pp. 361-403). Clifton, Nova Jérсия: Humana Press.
- Campos, A. (2008, 13 de Outubro). ‘Lista de espera para tratamentos de infertilidade está a aumentar.’ *Público*. <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/lista-de-espera-para-tratamentos-de-infertilidade-esta-a-aumentar-1345809>.

Deonandan, R; Green, S. & van Beinum, A (2012). Ethical concerns for maternal surrogacy and reproductive tourism. *Journal of Medical Ethics*, 38: 742-745.

Faria, N. (2008, 7 de Novembro). Ser mãe aos 70 é uma vitória mas pode ser falta de bom senso.' *Público*. <http://www.publico.pt/temas/jornal/ser-mae-aos-70-e-uma-vitoria-mas-pode-ser--falta-de-bom-senso-268339>

Firestone, S.(1971). *The dialectic of sex*. Nova Iorque: Bantam Books.

Freitas, A. C. (2008, 13 de Dezembro). Vaticano considera fertilização artificial e terapia genética moralmente inaceitáveis. *Público*. <http://www.publico.pt/mundo/jornal/vaticano-considera-fertilizacao-artificial--e-terapia-genetica-moralmente-inaceitaveis-287824>

Gerschenfeld, A. (2008, 25 de Julho). Há 30 anos tudo isto parecia ficção científica. *Público*. <http://www.publico.pt/temas/jornal/ha-30-anos-tudo-isto-parecia-ficcao-cientifica-270024>

Gerschenfeld, A. (2008, 2 de Julho). 50 autocarros chamados desejo de mãe. *Público*., p. *Ou pp?* <http://www.publico.pt/temas/jornal/50-autocarros-chamados-desejo-de-mae-267208>

Gerschenfeld, A. (2008, 25 de Maio). Britânicos entraram oficialmente na era da medicina do século XXI. *Público*. <http://www.publico.pt/destaque/jornal/britanicos-entraram-oficialmente-na-era-da-medicina-do-seculo-xxi-262383>

Gerschenfeld, A. (2008, 25 de Fevereiro). Fertilização cruzada. *Público*. <http://www.publico.pt/temas/jornal/fertilizacao-cruzada-250642>

Gomes, C. (2009, 6 de Março). Ainda não estamos prontos para bebés à la carte.' *Público*. <http://www.publico.pt/temas/jornal/ainda-nao-estamos-prontos-para-bebes-a-la-carte-298094>

Gomes, C. (2009, 25 de Fevereiro). Famílias que recorrem a doação de espermatozóides e ovócitos querem que filhos conheçam as suas origens. *Público*. <http://www.publico.pt/mundo/jornal/familias-que-recorrem-a-doacao-de-espermatozoides--e-ovocitos-querem-que-filhos-conhecam-as-suas-origens-296918>

Gomes, C. (2008, 7 de Setembro). Mais gémeos que nunca devido a tratamentos de infertilidade. *Público*. <http://www.publico.pt/portugal/jornal/mais-gemeos-que-nunca-devido--a-tratamentos--de-infertilidade-275058>

Gomes, C. (2008, 25 de Maio). Casais portugueses terão de escolher destino dos embriões. *Público*. <http://www.publico.pt/destaque/jornal/casais-portugueses-terao-de-escolher-destino-dos-embrioes-262381>

Machado, A. (2008, 24 de Março). Reforma da lei sobre embriologia divide trabalhistas britânicos. *Público*. <http://www.publico.pt/mundo/jornal/reforma-da-lei-sobre-embriologia-divide-trabalhistas-britanicos-254297>

Moss, K. E. (1988). New reproductive technologies: Concerns of feminists and researchers. *Affilia*, 3 (4): 38-50.

Público (2008, 8 de Agosto). Bebé japonês de mãe de aluguer indiana ficou órfão devido ao divórcio dos pais.' <http://www.publico.pt/mundo/jornal/bebe-japones-de-mae-de-aluguer-indiana-ficou-orfao-devido-ao-divorcio-dos-pais-271671>

Rapping, E. (1990). The future of motherhood: some unfashionably visionary thoughts. In K. Hansen; I. Philipson (Org.), *Women, Class, and the Feminist Imagination: A Socialist-Feminist Reader* (pp. 537-548). Filadélfia: Temple University Press.

Rich, A. (1986). *Of woman born: motherhood as experience and institution*. Nova Iorque: Norton.

Silva Costa, S. (2008, 8 de Março). A ternura de ser mãe aos 40. *Público*. <http://www.publico.pt/temas/jornal/a-ternura--de-ser-mae--aos-40-252334>

Singer, P.; Wells, D. (1983). *The reproductive revolution: New ways of making babies*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Stanworth, M. (1997). Reproductive technologies: Tampering with nature?. In S. Kemp; J. Squires (Org.), *Feminisms* (pp. 482-87). Oxford: Oxford University Press.

Young, M. E. (1995). Reproductive technologies and the law: norplant and the bad mother. In L. McIntyre; M. B. Sussman (Org.), *Families and Law* (pp. 259-81). Nova Iorque: Haworth.

Cláudia Álvares foi eleita presidente da European Communication Research and Education Association (ECREA) em Outubro de 2012. No âmbito da iniciativa da Fundação Europeia para a Ciência (ESF) intitulada 'Forward Look in Media Studies', concentrou-se no tema da participação política, o que conduziu ao artigo da Revista *Javnost* denominado 'Political Participation in an Age of Mediatization: Toward a New Research Agenda' (em co-autoria, 2013). Entre as suas publicações, encontram-se os seguintes livros: *Media in Europe: New Questions for Research and Policy* (co-autoria, 2014), *Gendered Transformations: Theory and Practices on Gender and Media* (organização conjunta, 2010), *Teorias e Práticas dos Media: Situando o Local no Global* (organização conjunta, 2010), *Representing Culture: Essays on Identity, Visuality and Technology* (organização individual, 2008), *Humanism after Colonialism* (autoria individual, 2006). Investigadora principal, em anos recentes, de três projectos de investigação financiados pela Fundação Portuguesa para a Ciência e Tecnologia, tem regularmente integrado os painéis quer da Agência Portuguesa para a Avaliação do Ensino Superior (A3Es), desde 2013, quer os do European Research Council (ERC) Starting Grant Calls in the Social Sciences and the Humanities, desde 2014. Cláudia Álvares doutorou-se pela Goldsmith's College, University of London, sendo correntemente Professora Associada da Universidade Lusófona (Lisboa, Portugal).

E-mail: p1693@ulusofona.pt

Universidade Lusófona Campo Grande 376, 1749-024, Lisboa, Portugal

BETWEEN THE SOCIAL AND THE BIOLOGICAL: RETHINKING MATERNITY IN LIGHT OF NEW TECHNIQUES OF ASSISTED REPRODUCTION

Cláudia Álvares

ABSTRACT

Scientific advances in the area of biotechnology allow for an increasing dissociation between the social and biological components of parentality, with medical discourse attempting, in most cases, to frame the social in the context of the biological so as to not jeopardise consensual definitions of parenting, particularly as regards the understanding of ‘maternity’. This framing of the social within the biological is visible in the way assisted procreation techniques are often described in the press as simulating a ‘natural’ biological process, a naturalness that the pathology of infertility prevents from taking free course. This article analyses the different and sometimes conflicting understandings of the concept of motherhood subjacent to news coverage of Medically Assisted Procreation by the newspaper *Público* in the years 2008 and 2009. The analytic corpus demonstrates that by favouring medical discourse in the hegemonic interpretation of the risks and benefits of these reproduction techniques, *Público* maternity design conveys which privileges the social detriment biological: the transmission of a genetic heritage is regarded as the most important factor when it comes to the definition of motherhood, being that overlaps the dimension of “educate/raise a child”. *Público* articulates a conception of maternity that clearly privileges the biological to the detriment of the social: the transmission of genetic heritage is regarded as the most important factor when it comes to the definition of motherhood, impinging upon the dimension of ‘educating/raising a child’.

KEYWORDS

Medically assisted procreation; motherhood; infertility; feminine identity, newspapers; medical discourse

INTRODUCTION

Article 4 of Decree-Law no. 32/2006, which regulates Medically Assisted Reproduction in Portugal, defines such techniques as ‘a subsidiary, and not alternative method, of procreation’, which can ‘only be used upon diagnosed infertility’. Infertility is considered a condition that can be ‘cured’ by medical techniques that simulate the ‘natural’ reproductive process. Among such techniques are intrauterine insemination, ovarian induction, in vitro fertilization and intracytoplasmic sperm injection.

Scientific advances in the field of biotechnology allow for an increasing dissociation of the social and biological components of parenting. Medical discourse seeks to frame, in most cases, the social under the biological order, so as to not jeopardise normative definitions of parenting, especially as regards the concept of ‘motherhood’. This framing of the social within the biological is visible in how assisted reproduction techniques are often described as simulating a ‘natural’ biological process, a ‘naturalness’ that the pathology of infertility prevents from taking free course.

However, despite the many attempts at contextualisation, by the medical profession, of the possible new understandings of the concept of maternity within the remit of a discourse that privileges the 'biological' or 'nature', the rapid progress of technology causes the gap between the social and the biological to become increasingly visible to the naked eye.

This discrepancy between polarities that revolve around the 'nature' Vs. 'culture' dichotomy has multiple implications for what, until recently, was regarded as a relatively consensually defined concept, that of 'maternity'. The instability of the latter also challenges other concepts that are tangentially connected, namely gender, sex, sexual orientation, health, social class and even nationality/ethnicity.

This article aims to analyse the different and sometimes contradictory understandings of the concept of motherhood that emerge from the news coverage of Medically Assisted Procreation (MAP) by the *Público* newspaper over the timespan of 2008 and 2009.¹

1. FEMALE INFERTILITY

Female infertility is difficult to define categorically because, from the menopause onwards, it can be understood as a 'natural' physiological, rather than pathological process. As such, medical discourse seeks to articulate consensus on what are to be understood as natural physiological processes and their deviations. However, if we understand infertility as 'an inability to conceive or to carry the pregnancy to the end', in accordance with the interpretation of Mário Sousa, director of the Institute of Biomedical Sciences Abel Salazar (ICBAS), then even a menopausal woman can be considered infertile and a potential 'recipient of the treatment' (Faria, 11.07.2008).

Despite the Portuguese law not establishing a maximum age limit for Medically Assisted Procreation, age is the most frequently cited variable acting as a deterrent in infertility treatment. Usually, the age limit for applying any kind of technology to female oocytes in Portugal is around 45 years; however, in the case of egg cell donation, this limit is extended to 50 years of age. Alberto Barros, founder of the Genetics of Reproduction Center, affirms the following: 'Portuguese law does not impose age limits, but it is assumed that these are the age to procreate. From the age of 50, investment [in assisted reproduction] is not justified, because most experiments are doomed to failure' (Faria, 11.07.2008). In the United Kingdom, restrictions on access to IVF techniques usually apply from age 55 years onwards. This situation implies that patients who have reached this age limit move to other countries such as the US or Spain, where there is no such age restriction as regards the application of Medically Assisted Procreation techniques (PMA) (Gerschenfeld, 02.07.2008).

Indeed, the media contribute to the creation of the myth that it is easy to conceive after 40: 'If Madonna could be a mother at 41, Cherie Blair at 45, Susan Sarandon at

¹ Originally written within the remit of a larger project titled 'Women and Public Space: The Role of the Media in Priority Areas of the Peking Action Platform' (PTDC/CCI/67146/2006), under the coordination of Maria João Silveirinha, the current article bases itself on newspaper articles collected in that specific context, abstaining from focusing on any legislative alterations later introduced.

46, Beverly d'Angelo at 49, why can't we either?' (Machado, 24.03.2008). In addition to the biographies of the stars of Hollywood, there are also news stories of women who became pregnant around 60, or even 70, years of age: a 66-year old Romanian, followed by a Spaniard aged 67 and, more recently, an Indian woman of 70 years became pregnant through the use of new assisted reproductive technologies (Faria, 11.07.2008). Such episodes are likely to contribute to the 'idea of a false reproductive longevity' (Alberto Barros, quoted in Machado, 24.03.2008), obscuring the fact all these women resorted to Medically Assisted Procreation techniques, namely egg donation. Medical discourse conveyed in the news on the subject adopts a condemnatory tone: reproductive longevity is not natural, but rather a result of the application of artificial techniques, which may incur danger due to amplifying the illusion that human beings can control the surrounding world. Another example is the freezing of oocytes for future use, a technique that allows women to delay motherhood. Although the reader is not informed of the exact reason why such 'scientific and technical progress' should constitute 'apparent panaceas' (Silva Costa, 03/08/2008), this freezing technique is seen as something to avoid, as if there were a tacit consensus on acceptable and unacceptable ages to be a mother. Such acceptability is inextricably linked to what is socially considered 'natural' and 'unnatural', connoting a concept of maternity that is biologically defined.

Portuguese legislation on Medically Assisted Procreation requires that such techniques not be applied to single women or homosexual couples, but only to 'married individuals who are neither legally separated from persons and property nor de facto separated' or to those who, 'being of the opposite sex, live in conditions similar to those of marriage for at least two years' (Faria, 11.07.2008). This situation leads Portuguese doctors to work in Spanish clinics so as to circumvent legal obstacles in Portugal. For example, the director of ICBAS, Mário Sousa, admits the following: 'I inseminate with a donor in Spain, they [the women] live their pregnancies here [in Portugal] and then I send them back to Spain to have the baby, who is given Spanish nationality, because here it is forbidden to be son of an unknown father' (Faria, 11.07.2008).

2. IN VITRO FERTILIZATION

In vitro fertilization (IVF) consists in a technique whereby an oocyte is fertilized with sperm in a test tube, with implantation of the resulting embryo in the uterus of a woman, usually the parent. Born in 1978 in the UK, Louise Joy Brown was the first 'test tube baby', there now being more than three million test tube babies conceived by IVF internationally. IVF is indeed a Medically Assisted Procreation technique considered commonplace today, and, according to the New York Times, 'almost all Americans today know a family that could not have existed without IVF or one of its variants' (Gerschenfeld, 25.07.2008). However, at the time Louise was conceived, IVF provoked violent reactions, particularly from religious sectors, which accused the doctors of 'playing God' (Gerschenfeld, 25.07.2008). The news piece also notes that Louise Brown is the mother of a son, Cameron. Between brackets, we are told that Cameron was conceived *naturally*, which helps dispel any doubts as regards the capacity of someone who was conceived by

a method similar to science fiction to naturally reproduce herself. Curiously, the ability to become pregnant without using Medically Assisted Procreation techniques serves as a yardstick for assessing the ‘humanity’ of a being – Louise Brown –, who was created by those very same techniques.

The voices that rose up against IVF thirty years ago are still active when it comes to questioning ethics resulting from the application of assisted reproduction techniques. According to the document *Dignitas Personae*, dated September 8 2008 and published by the Congregation for the Doctrine of the Faith, Medically Assisted Procreation and gene therapy are singled out as ethically reprehensible. The document is based on the ‘principle of unconditional respect for human life (from conception to natural death) and for the creation of new lives in the context of matrimony, “fruit of the conjugal act specific to the love between spouses”’ (Freitas, 13.12.2008). The attempt to control natural processes by human intervention is condemned on the basis of the idea that ‘man intends to replace the Creator’ (Freitas, 13.12.2008). The specialist in genetics, Alberto Barros, a professed Catholic, expresses his shame for the Church’s position, stating the following: ‘I believe in divine creation and in the perfection of creation, but I know that nature has assumed an autonomy that leads to deviations, which are pathologies. The doctor’s obligation is to fight against this’ (Freitas, 13.12.2008). As such, medical discourse considers infertility as a deviation from a natural course, that is, fertility. It aims to replace nature, imitating the latter. Interestingly, despite medical discourse opposing that of the Vatican, both presume nature as a supreme good, something in which we should not interfere, in the Catholic perspective, and something that should be simulated, in the case of medical discourse.

Another recurrent theme in media coverage of IVF concerns it being considered a fairly expensive treatment, with endless waiting lists in public hospitals for about 500 thousand Portuguese couples who suffer from infertility. The promise, dating November 2007, that the State would subsidise Medically Assisted Procreation treatments in private clinics has not yet materialised, thus aggravating the existing waiting lists in public hospitals (*Público*, 13.10.2008). Fertility treatments in private clinics are regarded as responsible for the increase in twin pregnancies, comprising a particularly high risk. This relates to the fact that couples wish to ensure the value of an investment of around four thousand euro per treatment cycle, pressing doctors to transfer more than two embryos each time so as to maximise the opportunity of becoming pregnant by a technique which has a 30 percent success rate. Silva Carvalho, president of the Portuguese Society for Reproductive Medicine, claims that the State’s reimbursement is the best way to control the number of embryos transferred in each cycle of treatment and thus ‘combat the multiple pregnancies’ involved, by easing the ‘financial effort of families’ (Gomes, 07.09.2008). The State hence emerges as guarantor of public health protection by ensuring that assisted reproduction techniques practiced in private clinics do not merely consist in ‘commercial transactions’ devoid of a sense of responsibility. In other words, by decreasing the likelihood of twin pregnancies State reimbursement will allow assisted reproduction techniques to increasingly simulate the natural reproduction process, thus allegedly promoting the health of mother and foetus.

3. SURROGACY

In cases in which infertility consists in the inability to produce gametes (egg or sperm cells), couples can resort to surrogates or to the donation of egg or sperm cells. News coverage on the subject of surrogate mothers tends to emphasise the aspect of biological legacy, with maternity and paternity being associated with those who donated their gametes to generate an embryo, the latter which will later be implanted into a surrogate. This technique deconstructs the concept of biological motherhood, investing it above all with a social connotation to the extent that the 'surrogate mother' is merely a carrier of the implanted embryo, with the 'mother' being someone who does not give birth. This technique is singled out as allowing gay couples to have a biological child. However, both in the case of gays and lesbians, 'the child can only be the biological heir of one of the two fathers – or mothers: of the father who contributed with his sperm or the mother who donated her oocyte for gestation' (Gerschenfeld, 25.02.2008). The creation of sperm and oocytes from embryonic stem cells from animals or humans, the latter which can give rise to any tissue of the body, would allow gay couples to 'donate skin cells to generate egg cells which would be fertilised by the sperm of the partner and implanted into a surrogate' (Gerschenfeld, 25.02.2008). To Davor Solter, development biologist of the Institute of Medical Biology of Singapore, this possibility 'means that anyone could reproduce: newborn children could have children and people who are a hundred years old could have children. This could easily happen in the next 30 years.' In this futuristic scenario, one can also imagine the appearance of 'artificial placentas', in which a foetus can 'freely float in fluid, with the umbilical cord attached to a machine' (Solter, in Gerschenfeld, 25.07.2008). The creation of artificial wombs is another possibility, with significant implications regarding the increased survival rate of premature babies. According to the specialist in ethics of Oklahoma State University, Scott Gelfand, 'Currently, babies can only survive outside the womb from 22 weeks onwards, but in the future this may be extended to those who are only 12 weeks old. (...) If an artificial womb is developed, the Government could adopt a law to compel people who interrupt a pregnancy to put the foetuses into one of those wombs' (Gerschenfeld, 25.07.2008). Such a situation would entail the risk that the number of abortions in the US – more than a million – transform itself into the number of babies available for adoption in that country. Gelfand uses this argument to emphasise that between two alternatives that threaten to interrupt the free course of nature – abortion on the one hand and the creation of an artificial womb on the other hand –, abortion is far more acceptable.

Legal problems can also be generated by resorting to surrogates. An example referred to in the corpus examined concerns a Japanese couple who paid an Indian surrogate mother to be implanted with their embryo created by in vitro fertilization, resulting in the birth of a baby girl, Manji. The legal dispute relates to the fact that the couple meanwhile divorced, the child being rejected by both the surrogate and biological mother. Although her father, Ikufumi Yamada, wanted to assume custody of Manji, this was prevented due to the Indian law not allowing single men to take custody of children. Therefore, the future of Manji remained uncertain as of the date of publication of this

news piece, with Ikufumi Yamada's mother cited as affirming that her 'son "loves his daughter dearly" and ... as a grandmother, finds herself very unhappy. "I dedicate my entire affection to this girl and I cry all the time" (*Público*, 08.08.2008).' The article concludes with an observation that surrogate mothers are a common phenomenon in India, with deprived women earning between five to 15 thousand dollars in this 'business'.

The reported episode deconstructs the concept of motherhood by the fact that the father is clearly represented as striving to look after his daughter in a more responsible manner than either of the two women involved in the gestation of the child, namely the biological and surrogate mothers. It is as if these women reject the product of a technique that has been manfully imposed on them: the birth mother at a time when she was still married and the surrogate mother for complying with a task that integrates the circuit of 'reproductive' capitalism. The fact that surrogates are allegedly frequent in India revives a scenario of neo-colonialism in which couples from the North Atlantic take recourse in such services in developing countries (Deonandan, Green & van Beinum, 2012: 742), allowing for the native woman's body to be invaded by alien technologies with the aim of ensuring economic subsistence.

It should be mentioned here that the use of 'replacement' wombs in the USA costs an average of 60 thousand euros, and that such 'treatment' is banned in Europe. There are doctors, however, who maintain that European legislation should support the provision of replacement wombs in certain cases. The founder of the Genetic Reproduction Center, Alberto Barros, for example, considers that this feature 'should be considered in cases like that of the mother who provides her uterus so that the embryo of the daughter might be generated.'

In his opinion, this constitutes 'an act of love and generosity that can be framed in the context of medical techniques' (Faria, 11.07.2008). Medical discourse here clearly reveals a traditionalist understanding of maternity, privileging a biological conception that emphasises an almost fusional connection between mother and daughter: while condemning the use of an anonymous replacement womb, it is considered acceptable that a mother donate her uterus to her daughter for the purpose of generating a granddaughter. This promiscuity between categories 'Grandma', 'mother' and 'granddaughter' sustains itself in the idea of a common genetic heritage, a chain of transmission of genetic information that constitutes the domain of 'nature'. Medical discourse that conceives maternity in biological terms is here supported by the cultural discourse of motherhood as a Supreme Act of 'love and generosity', translated by the donation of the mother's womb to her daughter, a gesture that distances itself from the spirit of commercial transactions inherent in surrogacy.

4. DONATION OF SPERM AND EGG CELLS

News coverage of this topic emphasises the right of children to know their 'genetic origins' in the case of parents resorting to the donation of sperm and egg cells, thus facilitating the acquisition of 'further knowledge on their 'identity' (Gomes, 25.02.2009).

In the United Kingdom, the law contemplates the right of all children born after April 2005 to meet their biological parents upon reaching 18 years of age (Gerschenfeld, 02.07.2008). The prevalent legislation in Portugal preserves the anonymity of the donor, 'unless expressly authorised in the process of obtaining information on the existence of any impediment to marriage (for fear of incest)' (Gomes, 25.02.2009). Parents' fears that they may be replaced by donors as 'parental figure' implies greater receptivity as regards knowledge of siblings than biological parents. A study conducted by the Centre for Family Research at the University of Cambridge refers that the majority of women who take recourse in the donation of sperm for pregnancy is constituted by 'single mothers (39 percent), lesbian couples (35 percent) and a minority of heterosexual couples (21 percent)' (Gomes, 25.02.2009).

As the donation of egg and sperm cells is becoming increasingly common, we are witnessing an increasing infiltration of this theme in the public space. For example, Linda and Richard Weeks, a British couple in their fifties, placed an advertisement in the London public transport network in 2008, calling for the donation of oocytes from a woman aged 36 years or less. The *Times* newspaper, quoted in *Público's* news piece, attributes the 'spectacular result' of around 96 replies to the 'impact of the ad in media outlets' (Gerschenfeld, 02.07.2008). However, upon learning that the whole process, which would imply hormonal treatment culminating with the collection of egg cells in a surgery with general anesthesia, would take place for free, only one woman agreed to take the treatment forward to the end.

This case is not only important for demonstrating the way media strategies can be used in favour of Medically Assisted Procreation, but also due to underlining that the dissociation of this type of treatments from the capitalist circuit of commercial transactions can actually result in the inability to take such techniques to the end. Indeed, 'the gratuitousness of the donations' is considered, in the United Kingdom, 'as the main reason for the shortage of egg cells for donation' (Gerschenfeld, 02.07.2008). Furthermore, this case contributes to again revolutionising the traditional conception of maternity to the extent that Linda Weeks recognises that her daughter – Katy – born through oocyte donation was the result of an act of generosity on the part of a woman who offered the 'gift of life': 'Whatever the fate of Katy, it is thanks to the three of us' (Gerschenfeld, 02.07.2008). Parents thus switch from two to three, with the concept of maternity - usually associated with the power of 'giving life' – here split between the biological and social dimensions.

5. ETHICS AND MAP

A particularly recurrent theme in debates over assisted reproductive techniques concerns the ethical problematisation of the fate of embryos. ethics questioning related to the fate of the embryos. Sometimes, not all embryos are used when resorting to fertility treatments. With the introduction of a Portuguese law regulating the fate of surplus embryos, a choice has been imposed on patients undergoing treatments as regards what to do with their frozen embryos: if the latter are not used by the couple for new pregnancies

within three years, 'they can either give them over for research or donate them to other couples with [fertility] problems', with Portuguese law not contemplating the destruction of embryos (Gomes, 25.05.2008). Some international studies cited in the news report refer to a clear reluctance on the part of couples in donating their surplus embryos to other couples with fertility problems. This idea proves that maternity and paternity are understood, above all, biologically, and that the sharing of a common genetic heritage can be regarded as an invasion of identity and individuality. Hence, the social component of parenting – the rearing of a child – is dissociated from the biological component, with clear primacy conferred on nature as opposed to culture in the dealing of such issues.

The journalistic coverage analysed singles out the United Kingdom as being at the forefront of research in terms of embryology, having that country adopted the initiative of legalising the generation of human-animal hybrid embryos. These embryos, called 'cybrids' (cytoplasmic hybrids), are made up of 99.9 percent of human DNA and 0.1 percent animal DNA, avoiding 'recourse to women's donation of egg cells for the purpose of scientific research' (Gerschenfeld, 25.05.2008). The ultimate goal of scientists is to extract and clone cybrid embryonic stem cells, using them to develop innovative therapies to combat degenerative diseases. The news piece claims that the adoption of this law was controversial, having religious and pro-life groups pointed to the risk of 'science fiction doomsday scenarios' resulting from the maneuvers on the part of researchers 'playing Frankenstein with impunity' (Gerschenfeld, 25.05.2008).

Indeed, any intervention in natural processes is represented as antagonistic to religious thought, particularly that of Catholicism, which presupposes nature as having an ethical basis in which man must not intervene. Catholic Labour MPs are described as protagonists of a rift with Gordon Brown's Cabinet, due to demanding a free vote on this matter (Machado, 24.03.2008). The intervention of scientists in natural processes also evokes, in the imagination of the ordinary citizen, the specter of eugenics. One of the fears that arise in news focusing on gamete donation relates to the possibility of choosing 'à la carte' babies, with specific physical characteristics. While genetic diagnostic techniques allow for the elimination of certain genetic diseases, such as Familial Amyloid Polyneuropathy (FAP), these same techniques can be used to choose eye colour, hair colour and the sex of the foetus. The North-American clinic *Fertility Institutes*, whose service of 'à la carte babies' was suspended due to causing too much controversy, provides a database of sperm and egg cell donors with diversified characteristics: 'donor 110484 is white, has green eyes, wavy brown hair, studies law and plays tennis; 032284, in turn, is black, has curly hair, studies architecture and practices cycling' (Gomes, 06.03.2009). Curiously, just as it is assumed that the foetus may directly inherit the physical characteristics of a particular donor, it is also presupposed that the hobbies and inclinations of the donor are passed naturally on to the baby. Silva Carvalho, President of the Portuguese society of Reproductive Medicine, affirms, in this context, that donors are selected 'according to the phenotype [appearance] of the man or woman, so that the child may resemble his/her parents. A black donor would not be chosen for white parents'. Although this doctor is not referring to the selection of features with the objective of producing 'a beautiful baby', he does not rule out the discourse that values nature as linked to

parenting: a white donor is chosen for white parents so as to simulate that which is natural. In other words, reproductive technologies interfere in nature when nature fails, that is, when there is a 'pathology' which involves infertility. However, the artifice of human intervention in a so-called natural process should be camouflaged, simulating nature the closest possible. Any intervention that fails in this simulation would draw attention to the fact that parentality is not a totally natural process and, as such, its authenticity would run the risk of being called into question.

6. CONCLUSION

The traditional concept of maternity assumes that mothers establish permanent ties with their children due to the experiences of pregnancy, childbirth and breastfeeding (Rich, 1986). By emphasising the separation between the social and the biological, Medically Assisted Procreation techniques make possible the development of a social and non-biological conception of motherhood (Andrews, 1989). However, we have witnessed, in the news pieces analysed, the attempt by medical discourse to camouflage this social component by framing it within a biological conceptualization of motherhood. This frame bases itself on the simulation of nature by assisted reproduction techniques. Any deviation from nature, the latter corresponding to a sort of Platonic ideal form, is conceived as a pathological deviation that should be 'healed'.

M. E. Young believes that the new assisted reproductive technologies are particularly controversial because, by enabling new relationships, they undermine old conceptual patterns relating to the family. We are thus obliged to rethink the meaning of maternal relations if we prefer to not simply forcefully fit new configurations onto existing models (Young, 1995, p. 261). This attempt to redefine motherhood is not consensual, even within feminist thought. If on the one hand there are feminists who celebrate the primacy of the social over the biological, the former being represented by Medically Assisted Procreation techniques, others celebrate 'the sanctity of the biological bond between mother and child' (Rapping, 1990, p. 541). Firestone (1971), for example, considered that biological reproduction outside the uterus would release women from the constraints of motherhood and, more recently, Singer and Wells (1983) pinpointed the growth of the foetus outside the womb as conducive to greater sexual equality. However, a growing number of feminists challenge new assisted reproductive techniques on the grounds that these allegedly pose risks to women's health and threaten their rights and choices, in addition to being too costly (Moss, 1988, p. 40).

In journalistic terms, *Público* appears to have some difficulty in resisting the temptation of forcibly inserting the new configurations of maternity that derive from the use of Medically Assisted Procreation techniques onto traditional models. By favouring medical discourse in the hegemonic interpretation of the risks and benefits of these reproduction techniques, *Público* articulates a conception of maternity that clearly privileges the biological to the detriment of the social: the transmission of genetic heritage is regarded as the most important factor when it comes to the definition of motherhood, impinging

upon the dimension of ‘educating/raising a child’. As suggested by M. Stanworth (1997, p. 485), ‘this approach implies that any “less” natural process from conception to birth represents the degradation of maternity itself.’ Thus, the concept of maternity articulated by medical discourse is defined biologically, assuming that all women relate similarly to the experience of reproduction regardless of differentiation factors such as age, health, social class, nationality, among others.

REFERENCES

- Andrews, L. (1989). Alternative modes of reproduction. In S. Cohen; N. Taub (Org.), *Reproductive Laws in the 1990's* (pp. 361-403). Clifton, New Jersey: Humana Press.
- Campos, A. (2008, 13 de Outubro). ‘Lista de espera para tratamentos de infertilidade está a aumentar.’ *Público*. <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/lista-de-espera-para-tratamentos-de-infertilidade-esta-a-aumentar-1345809>.
- Deonandan, R; Green, S. & van Beinum, A (2012). Ethical concerns for maternal surrogacy and reproductive tourism. *Journal of Medical Ethics*, 38: 742-745.
- Faria, N. (2008, 7 de Novembro). Ser mãe aos 70 é uma vitória mas pode ser falta de bom senso.’ *Público*. <http://www.publico.pt/temas/jornal/ser-mae-aos-70-e-uma-vitoria-mas-pode-ser--falta-de-bom-senso-268339>
- Firestone, S.(1971). *The dialectic of sex*. Nova Iorque: Bantam Books.
- Freitas, A. C. (2008, 13 de Dezembro). Vaticano considera fertilização artificial e terapia genética moralmente inaceitáveis. *Público*. <http://www.publico.pt/mundo/jornal/vaticano-considera-fertilizacao-artificial--e-terapia-genetica-moralmente-inaceitaveis-287824>
- Gerschenfeld, A. (2008, 25 de Julho). Há 30 anos tudo isto parecia ficção científica. *Público*. <http://www.publico.pt/temas/jornal/ha-30-anos-tudo-isto-parecia-ficcao-cientifica-270024>
- Gerschenfeld, A. (2008, 2 de Julho). 50 autocarros chamados desejo de mãe. *Público*. , p. Ou pp? <http://www.publico.pt/temas/jornal/50-autocarros-chamados-desejo-de-mae-267208>
- Gerschenfeld, A. (2008, 25 de Maio). Britânicos entraram oficialmente na era da medicina do século XXI. *Público*. <http://www.publico.pt/destaque/jornal/britanicos-entraram-oficialmente-na-era-da-medicina-do-seculo-xxi-262383>
- Gerschenfeld, A. (2008, 25 de Fevereiro). Fertilização cruzada. *Público*. <http://www.publico.pt/temas/jornal/fertilizacao-cruzada-250642>
- Gomes, C. (2009, 6 de Março). Ainda não estamos prontos para bebés à la carte.’ *Público*. <http://www.publico.pt/temas/jornal/ainda-nao-estamos-prontos-para-bebes-a-la-carte-298094>
- Gomes, C. (2009, 25 de Fevereiro). Famílias que recorrem a doação de espermatozóides e ovócitos querem que filhos conheçam as suas origens. *Público*. <http://www.publico.pt/mundo/jornal/familias-que-recorrem-a-doacao-de-espermatozoides--e-ovocitos-querem-que-filhos-conhecem-as-suas-origens-296918>
- Gomes, C. (2008, 7 de Setembro). Mais gémeos que nunca devido a tratamentos de infertilidade. *Público*. <http://www.publico.pt/portugal/jornal/mais-gemeos-que-nunca-devido--a-tratamentos--de-infertilidade-275058>

- Gomes, C. (2008, 25 de Maio). Casais portugueses terão de escolher destino dos embriões. *Público*. <http://www.publico.pt/destaque/jornal/casais-portugueses-terao-de-escolher-destino-dos-embrioes-262381>
- Machado, A. (2008, 24 de Março). Reforma da lei sobre embriologia divide trabalhistas britânicos. *Público*. <http://www.publico.pt/mundo/jornal/reforma-da-lei-sobre-embriologia-divide-trabalhistas-britanicos-254297>
- Moss, K. E. (1988). New reproductive technologies: Concerns of feminists and researchers. *Affilia*, 3 (4): 38-50.
- Público* (2008, 8 de Agosto). Bebê japonês de mãe de aluguer indiana ficou órfão devido ao divórcio dos pais.' <http://www.publico.pt/mundo/jornal/bebe-japones-de-mae-de-aluguer-indiana-ficou-orfao-devido-ao-divorcio-dos-pais-271671>
- Rapping, E. (1990). The future of motherhood: some unfashionably visionary thoughts. In K. Hansen; I. Philipson (Org.), *Women, Class, and the Feminist Imagination: A Socialist-Feminist Reader* (pp. 537-548). Philadelphia: Temple University Press.
- Rich, A. (1986). *Of woman born: motherhood as experience and institution*. New York: Norton.
- Silva Costa, S. (2008, 8 de Março). A ternura de ser mãe aos 40. *Público*. <http://www.publico.pt/temas/jornal/a-ternura-de-ser-mae-aos-40-252334>
- Singer, P.; Wells, D. (1983). *The reproductive revolution: New ways of making babies*. New York: Oxford University Press.
- Stanworth, M. (1997). Reproductive technologies: Tampering with nature?. In S. Kemp; J. Squires (Org.), *Feminisms* (pp. 482-87). Oxford: Oxford University Press.
- Young, M. E. (1995). Reproductive technologies and the law: norplant and the bad mother. In L. McIntyre; M. B. Sussman (Org.), *Families and Law* (pp. 259-81). New York: Haworth.

Cláudia Álvares was elected President of the European Communication Research and Education Association (ECREA) in October 2012. Within the remit of the European Science Foundation initiative titled 'Forward Look in Media Studies', she concentrated on the theme of political engagement, leading to a Javnost article titled '*Political Participation in an Age of Mediatization: Toward a New Research Agenda*' (co-authored, 2013). Amongst her book publications are *Media in Europe: New Questions for Research and Policy* (co-authored, 2014), *Gendered Transformations: Theory and Practices on Gender and Media* (co-edited, 2010), *Teorias e Práticas dos Media: Situando o Local no Global* (co-edited, 2010), *Representing Culture: Essays on Identity, Visuality and Technology* (edited, 2008), *Humanism after Colonialism* (single-authored, 2006). She is currently principal editor of the 'Routledge Studies in European Communication Research and Education Series'. Principal investigator, in recent years, of three research projects funded by the Portuguese Science and Technology Foundation, she is also, since 2013, a regular evaluator for the Portuguese Agency for the Assessment of Higher Education (A3Es) and, since 2014, has served as panel member for the European Research Council Starting Grant Calls in the Social Sciences and the Humanities. Álvares has a Ph.D from Goldsmith's College, University of London and is currently Associate Professor at Lusófona University (Lisbon, Portugal).

E-mail: p1693@ulusofona.pt

Universidade Lusófona Campo Grande 376, 1749-024, Lisboa, Portugal

CASAMENTOS INVERTIDOS: ACUSAÇÕES E PRECONCEITOS EM ARRANJOS CONJUGAIS DESVIANTES¹

Mirian Goldenberg

RESUMO

Por que determinados homens se casam com mulheres mais velhas? Por que algumas mulheres escolhem homens mais jovens? Quais são os principais capitais desses arranjos conjugais? Este artigo busca analisar os discursos femininos e masculinos sobre casamentos nos quais as mulheres são mais velhas do que seus maridos. Utilizo como base para reflexão os dados da pesquisa “Corpo, envelhecimento e felicidade”. São analisados os resultados de dois grupos focais: o primeiro com doze mulheres casadas com homens mais novos, o segundo com dez homens casados com mulheres mais velhas. Após os grupos, foram realizadas nove entrevistas em profundidade, cinco com homens e quatro com mulheres. Trabalhei com casais que estão juntos há pelo menos dez anos. Elas são, pelo menos, dez anos mais velhas do que seus maridos.

PALAVRAS-CHAVE

Gênero; corpo; envelhecimento; casamento; família

INTRODUÇÃO

Por que determinados homens se casam com mulheres mais velhas? Por que algumas mulheres escolhem homens mais jovens? Quais são os principais capitais desses arranjos conjugais? Quais os estigmas e preconceitos existentes? Qual a visão dos outros sobre esses relacionamentos?

Este texto busca analisar os discursos femininos e masculinos sobre casamentos nos quais as mulheres são mais velhas do que seus maridos. Utilizo como base para reflexão os dados da pesquisa “Corpo, envelhecimento e felicidade”. São analisados os resultados de dois grupos focais: o primeiro com doze mulheres casadas com homens mais novos, o segundo com dez homens casados com mulheres mais velhas. Após os grupos, foram realizadas nove entrevistas em profundidade, cinco com homens e quatro com mulheres. Trabalhei com casais que estão juntos há pelo menos dez anos. Elas são, pelo menos, dez anos mais velhas do que seus maridos.

Todas as pesquisadas já foram casadas anteriormente, têm filhos de casamentos anteriores (em muitos casos, os filhos são da mesma idade do atual marido), têm nível universitário e são moradoras da Zona Sul do Rio de Janeiro. Elas são advogadas, administradoras de empresa, psicólogas, farmacêuticas, fisioterapeutas. Os homens pesquisados estão em seu primeiro casamento, não têm filhos e têm nível universitário. Eles

¹ Uma versão anterior deste artigo foi publicada em 2014 na revista *Sociologia & Antropologia* do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. <http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/>

são economistas, administradores de empresa, atores, arquitetos, professores, policiais militares. Antes de casar, não tinham ainda feito universidade e moravam na Zona Norte ou em subúrbios da cidade do Rio de Janeiro.

Se o corpo (jovem) é um capital, por que alguns homens preferem as mulheres mais velhas? Se o casamento com homens mais novos é algo desviante na nossa cultura, por que algumas mulheres preferem maridos mais jovens?

2. O CORPO (JOVEM) COMO CAPITAL

Nas últimas duas décadas, ao pesquisar homens e mulheres da classe média da cidade do Rio de Janeiro, tenho sido constantemente surpreendida pela frequência com que a categoria “o corpo” está presente no discurso dos meus interlocutores. É importante reconhecer que não é possível generalizar a ideia de que “o corpo” é um importante valor na cultura brasileira como um todo. Essa ideia está presente de uma forma muito mais forte em um determinado segmento da classe média brasileira e, em particular, entre os moradores da cidade do Rio de Janeiro. Este é um segmento social que pode ser descrito como predominantemente branco, heterossexual, com nível universitário, com uma renda alta, moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro e, especialmente, nos bairros mais nobres da cidade (Leblon, Ipanema, Gávea, Lagoa, Jardim Botânico, Botafogo, Copacabana, Humaitá). Esses indivíduos constituem uma elite econômica, intelectual, política e cultural no Brasil. Têm poder material e simbólico e podem, conseqüentemente, construir e reproduzir corpos que são socialmente legitimados como hegemônicos.

Os homens e mulheres das classes médias que tenho pesquisado podem ser considerados uma vanguarda para inúmeros brasileiros, pois os seus comportamentos, discursos e corpos são valorizados e reproduzidos por outros segmentos da população. Este grupo está composto de corpos que são desejados, admirados, invejados e imitados por outros. Corpos e comportamentos que estão constantemente retratados como normativos na mídia e, especialmente, nas telenovelas, programas de televisão, propagandas etc.

A visão de mundo e o modo de vida desse segmento social têm um efeito multiplicador que vai muito além de seus limites de classe, o que sugere que ele pode ser útil para revelar em termos mais amplos as transformações experimentadas pela sociedade brasileira. Não se pode dizer, no entanto, que o universo por mim pesquisado possui “corpos brasileiros típicos”. Mas é possível afirmar que “o corpo” apresentado por este grupo é de longe “o corpo” mais imitado pelos brasileiros em geral e, especialmente, por mulheres brasileiras. Como afirmou Marcel Mauss (1974), é por meio da “imitação prestigiosa” que os indivíduos de cada cultura constroem seus corpos e comportamentos. Para Mauss, o conjunto de hábitos, costumes, crenças e tradições que caracterizam uma cultura também se refere ao corpo. Assim, há uma construção cultural do corpo, com uma valorização de certos atributos e comportamentos em detrimento de outros, fazendo com que haja um corpo típico para cada sociedade. Esse corpo, que pode variar de acordo com o contexto histórico e cultural, é adquirido pelos membros da sociedade por meio da

“imitação prestigiosa”. Os indivíduos imitam atos, comportamentos e corpos que obtiveram êxito e que têm prestígio em sua cultura. É importante destacar que este processo de imitação não é, necessariamente, um ato consciente dos membros de cada cultura.

Iniciei essa reflexão no livro *Nu & Vestido* (2002), ao analisar 1279 questionários, respondidos por 835 mulheres e 444 homens, de 17 a 50 anos, com nível universitário, renda superior a US\$ 2.000,00, moradores da cidade do Rio de Janeiro. Focalizando as relações de gênero, busquei compreender as expectativas, desejos afetivos e estereótipos sexuais de homens e mulheres de diferentes gerações. Desde 1988 realizo pesquisas que têm como foco as novas conjugalidades, a sexualidade, a infidelidade e a construção social do corpo na cultura brasileira. No presente texto, procuro retomar os temas sobre os quais tenho refletido ao longo desses anos por meio de um novo caminho metodológico e com novas questões, surgidas a partir das transformações nos papéis de gênero. Com a preocupação de ampliar o espectro de meus estudos desenvolvidos anteriormente por meio de entrevistas em profundidade e observação participante, análise de trajetórias e reportagens da mídia, elaborei um roteiro de questões para serem trabalhadas em grupos focais e entrevistas em profundidade, focalizando as representações sobre ser homem e ser mulher, os modelos ideais de casamento, as diferentes experiências de relacionamentos afetivos e sexuais, buscando compreender o arranjo conjugal entre uma mulher mais velha e um homem mais jovem.

2. O TABU DA IDADE: REALIDADE E FICÇÃO

O *Washington Post* de junho de 2009 afirmou que o Brasil é o segundo país onde as pessoas mais assistem televisão, perdendo apenas para a Grã-Bretanha. As telenovelas, de acordo com o jornal, têm uma influência decisiva nas escolhas do estilo de vida dos brasileiros. É realmente difícil pensar o Brasil contemporâneo sem analisar a influência das telenovelas.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento publicou dois estudos que demonstram a relação entre o consumo das telenovelas da Rede Globo e o declínio nas taxas de fertilidade e o crescimento das taxas de divórcio no país. A taxa de fertilidade no Brasil caiu vertiginosamente nos últimos cinquenta anos, de mais de seis filhos por família em 1960 para menos de dois no início do século XXI, observa o estudo. Esta queda é comparável à da China, mas sem quaisquer medidas de planejamento familiar.

A análise de 115 novelas da Globo entre 1965 e 1999 mostrou que 72% das protagonistas femininas não tinha filhos e 21% tinha apenas um filho. As novelas mostravam a pequena, branca, saudável e urbana família consumista de classe média e média alta. As novelas, no Brasil, se tornaram um meio poderoso através do qual a família e os relacionamentos afetivos e sexuais foram idealizados. Os novos arranjos conjugais, que invertem a lógica dominante, têm estado muito presentes nas novelas. Em quase todas, mulheres mais velhas se apaixonam por homens jovens, e vice-versa.

No caso brasileiro, muitas das mulheres mais bem sucedidas, ricas e famosas, as mulheres “imitáveis”, são atrizes das telenovelas da Rede Globo, especialmente aquelas

que são protagonistas das novelas exibidas no horário nobre. Mas, também, são objeto de imitação as modelos, cantoras e apresentadoras de televisão, todas elas tendo “o corpo (jovem)” como o seu principal capital, ou uma de suas mais importantes riquezas.

Os corpos e os comportamentos mais imitados na cultura brasileira estão, sem dúvida alguma, nas telenovelas da Rede Globo. Elas podem ser vistas como um reflexo dos corpos e comportamentos existentes na sociedade, mas, ao mesmo tempo, mostram inovações comportamentais e novos estilos de vida. As tramas das novelas da Rede Globo ganham destaque nas capas das principais revistas e jornais brasileiros. Inúmeras telenovelas exploraram situações polêmicas e provocaram discussões em todas as regiões do país, misturando ficção e realidade. Roupas, acessórios, cortes de cabelo, esmaltes, móveis, são imitados por mulheres e homens que assistem às novelas. Mais ainda, comportamentos e estilos de vida também se transformam quando veiculados pelas telenovelas da Globo.

Mulheres mais velhas casadas com homens mais jovens é um tema recorrente nas telenovelas, filmes, romances, colunas de fofocas etc. Provoca o olhar de censura, o sentimento de repulsa e, talvez, o de inveja. São relacionamentos considerados proibidos, reprováveis ou inaceitáveis em nossa cultura.

Para mostrar que este tipo de relacionamento não é algo novo em nossa cultura, é interessante lembrar, antes de iniciar a reflexão sobre o grupo pesquisado, o caso de Chiquinha Gonzaga, compositora, pianista e primeira mulher a reger uma orquestra no Brasil. Ela nasceu em 1847 e teve quatro filhos. Aos 52 anos, conheceu João Batista, de 16 anos, um aprendiz de música. Apaixonaram-se e viveram juntos até o dia em que ela morreu, em 1935, aos 87 anos. Temendo o preconceito, Chiquinha fingiu que João Batista era seu filho adotivo. Muitos só descobriram o romance depois de sua morte.

Ainda pensando no conceito de “imitação prestigiosa”, algumas das mulheres mais famosas do Brasil são ou foram casadas com homens mais jovens. A revista *Veja* (14/05/2010) apontou casos famosos de mulheres casadas com homens mais jovens, como a apresentadora Ana Maria Braga, casada com um homem 22 anos mais jovem; a cantora Elba Ramalho, que estava namorando um rapaz 33 anos mais jovem; a apresentadora Marília Gabriela que, durante oito anos, foi namorada do ator Reynaldo Gianecchini, 25 anos mais jovem do que ela; a atriz Susana Vieira, namorada de um ator e mágico 41 anos mais jovem do que ela, e a cantora Elza Soares, casada com um homem 46 anos mais jovem.

É interessante destacar que duas das mulheres famosas que aparecem na matéria da revista *Veja*, Susana Vieira e Elza Soares, foram as mais citadas na minha pesquisa quando pedi: dê um exemplo de uma pessoa famosa que envelheceu mal. As duas apareceram em primeiro lugar, por não “aceitarem o envelhecimento” e “se comportarem de forma inadequada para a idade”. Nos dois casos, o fato de terem relacionamentos com homens muito mais jovens é muito criticado. Elza Soares também é extremamente criticada em função do excesso de cirurgias plásticas. A ênfase dos pesquisados é a de que, por não aceitarem a idade, as duas se comportam de forma inapropriada: namoram homens mais jovens, usam roupas inadequadas para a idade e fazem um excesso de cirurgias plásticas.

Outro exemplo de mau envelhecimento citado nas respostas dos pesquisados é o da atriz Vera Fischer. Ela aparece por não aceitar a idade, por namorar homens mais jovens, pelo uso de botox, pelas cirurgias plásticas e, também, pelo vício em drogas e álcool. Eles dizem: “ela é barraqueira”, “está sempre metida em brigas e confusões”. Seu comportamento é considerado totalmente inapropriado para uma mulher de mais de 60 anos (ela nasceu em 1951).

Os romances e casamentos de mulheres mais velhas com homens mais jovens têm sido explorados em muitas telenovelas recentes. A frequência com que nos deparamos com o tema do relacionamento da mulher mais velha com um homem que poderia ser seu filho ou namorado de sua filha, não só nas novelas, revistas e jornais, mas, também, em debates acalorados, demonstra que estamos diante de um verdadeiro tabu.

No entanto, alguns casos de mulheres famosas casadas com homens mais jovens aparecem pouco na mídia e parecem não provocar qualquer polêmica. Um destes casos discretos é o da atriz Marília Pêra, de 70 anos, que está casada há 15 com um economista 21 anos mais jovem do que ela. Em matéria com o título “O amor não tem idade”², ela disse que nunca foi criticada ou alvo de comentários maldosos por estar ao lado de um homem mais novo. “Comigo, nunca houve preconceito. A minha mãe adora ele, meus filhos também, e sou amicíssima da mãe dele. As pessoas que me importariam a opinião se manifestaram sempre de forma favorável”. No entanto, ela parece se defender de qualquer possível acusação de desvio quando afirma que algum tipo de interesse sempre existe em qualquer relação de amor. “Pode haver jogo de interesse numa relação de duas pessoas muito jovens, não tem a ver com a idade. Mas qualquer relação, seja ela de amor ou de paixão, é uma relação de interesse. O amor de uma mãe por um filho é muitas vezes interesseiro. A necessidade de se estar junto tem, no mínimo, o interesse porque o outro traz o benefício de se sentir bem.” Marília Pêra disse ainda que os 21 anos a mais não fazem a menor diferença. “Olho para ele e o vejo com a minha idade. Não sei se vejo ele velho ou se me vejo jovem. Além disso, ele parece mais velho, é muito educado, não é um garotão, é um senhor, conservador, formal”.

3. DOMINAÇÃO MASCULINA E MERCADO MATRIMONIAL

Pierre Bourdieu (2010), em “A dominação masculina”, afirma que a maior parte das mulheres francesas deseja ter um cônjuge mais velho e mais alto do que elas. O autor mostra que as mulheres se sentem diminuídas se o parceiro é menor ou mais jovem do que elas. Portanto, “elas só podem querer e amar um homem cuja dignidade esteja claramente afirmada e atestada no fato, e pelo fato, de que ‘ele as supera’ visivelmente” (p. 48).

A demógrafa Elza Berquó (1998) afirma que o fato de os homens casarem com mulheres mais jovens é uma constante praticamente universal e deve-se à relação de poder entre os sexos. Embora em alguns contextos as relações de gênero venham se tornando menos assimétricas, não tiveram ainda impacto visível na diferença entre as idades de homens e mulheres ao se casarem.

² <http://mariliaperano.comunidades.net/index.php?pagina=1230984734>

Berquó diz que são raros os estudos sobre outras moedas de troca, além da juventude, oferecidas pelas mulheres e aceitas pelos homens no mercado matrimonial. A persistência da diferença de idade, no caso brasileiro, que conta com um superávit de mulheres em todas as faixas etárias a partir dos 15 anos, tem consequências diretas no celibato feminino e no expressivo segmento de mulheres separadas ou viúvas com poucas chances de casamento. A desvantagem das brasileiras no mercado matrimonial é gritante. A situação se torna cada vez mais assimétrica à medida que homens e mulheres avançam na idade. As chances de casamento diminuem para as mulheres e aumentam para os homens com o envelhecimento.

Berquó mostra que a norma social segundo a qual o homem deve casar com uma mulher mais jovem contribui muito para a existência do que ela chamou de pirâmide da solidão. Além disso, a tendência dos homens que se separam é a de recasar com mulheres ainda mais jovens. Ela acredita que, em uma sociedade em que impera a cultura do corpo e da juventude, é muito pouco provável que um número expressivo de mulheres se relacione com um homem muito mais jovem. Não só porque esses jovens não se interessariam por elas, mas, principalmente, porque as mulheres mais velhas se sentiriam inseguras e ameaçadas com as marcas do envelhecimento, ainda mais ao competirem com mulheres mais jovens pelos mesmos homens.

Em função dos preconceitos existentes, as brasileiras olham para as faixas etárias acima de sua idade ao procurar um parceiro amoroso. Já os homens olham para baixo, em busca de uma parceira mais jovem do que ele. Portanto, a existência de um tabu da idade limita as chances de uma brasileira casar-se ou recasar-se quando está mais velha.

No entanto, a realidade do mercado matrimonial está mudando e cada vez mais mulheres estão olhando para faixas etárias mais baixas ao procurar um parceiro amoroso. O IBGE mostra que cresceram as uniões em que as mulheres têm idade superior à do homem. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1996 a 2006, essas uniões passaram de 5,6 milhões para 7,6 milhões, o que representa um crescimento de 36%. E continuam crescendo. Na maioria dos casos em que a mulher é mais velha que o parceiro, a diferença de idade costuma ser pequena. De acordo com a PNAD, dos 7,6 milhões de casais nessa situação, 64,7%, ou 4,9 milhões, são formados por cônjuges que têm de 1 a 4 anos de diferença. Outros 1,75 milhões, ou 23,2%, têm de 5 a 9 anos. O terceiro grupo é o que apresenta de 10 a 14 anos de diferença: 592 mil, ou 7,7% do total. No período analisado, o número de famílias em que a mulher vive com alguém mais de dez anos mais jovem aumentou 59,5%: de 585 mil para 927 mil.

A pesquisa revela ainda que famílias em que a mulher é mais velha e trabalha fora subvertem a regra de que é sempre o homem que ganha mais. A PNAD mostra que o diferencial de rendimento entre o casal aumenta conforme avança a diferença de idade. Homens casados com mulheres 30 anos mais velhas ganham, em média, 25% do que elas ganham. Isso acontece porque uma mulher madura e com décadas de carreira pode já ter alcançado um nível de reconhecimento profissional que um rapaz jovem ainda não atingiu. Ao analisar a escolaridade média dos casais, o estudo revelou que a mulher, nestes casos, tem geralmente 1,4 anos de estudo a mais do que seu parceiro. O que explicaria o crescimento deste tipo de arranjo conjugal?

4. O DISCURSO MASCULINO: ELA É ESPECIAL

Ao analisar a lógica dos discursos masculinos, é fácil perceber que a ênfase está colocada na distinção de suas esposas com relação às outras mulheres. Para eles, elas são mais carinhosas, mais generosas e mais alegres do que as mulheres mais jovens. São também mais animadas, mais positivas e mais jovens de comportamento do que eles.

É muito interessante observar, nos depoimentos masculinos, uma certa estrutura do discurso sobre a escolha amorosa. É possível constatar que, para eles, as esposas não são mulheres quaisquer, cujo principal diferencial das demais é serem mais velhas. Elas têm certas características em comum que as tornam especiais, características que podem ser explicadas pelo fato de serem mais velhas, mas que não estão diretamente vinculadas à idade. Um fato é importante destacar: os pesquisados não têm o que poderíamos chamar de uma carreira de escolha desviante em seus relacionamentos anteriores, isto é, não são homens que sempre se relacionaram com mulheres mais velhas. Eles insistem que, antes delas, sempre se relacionaram com mulheres mais jovens do que eles. Então, por que escolheram mulheres mais velhas?

As respostas masculinas se concentram em três principais características:

1. Ela é cuidadora;
2. Ela é jovem de espírito;
3. Ela é superior.

4.1 ELA É CUIDADORA

Os pesquisados destacam o cuidado como a principal característica de suas mulheres. São mulheres extremamente disponíveis, atenciosas e dedicadas não só com eles, mas, também, com os filhos, amigos, familiares, pais, vizinhos, colegas de trabalho etc. São mulheres que resolvem os problemas de todo mundo, que são o centro do cuidado das famílias como um todo, especialmente dos filhos e netos, e que são muito procuradas para resolver problemas e dar conselhos para amigos e familiares. Eles demonstram ter muito ciúmes da atenção e do tempo que elas dedicam aos “outros”, afirmando querer ter mais tempo e atenção “para si”. O cuidado, traduzido no carinho, atenção, disponibilidade e dedicação delas para com eles, pode ser apontando como o mais importante capital dessas relações.

Diana Neves (2011) destaca que, para os pesquisados, as mulheres mais velhas são diferentes das mais jovens pela capacidade de acolhimento e de orientação, traduzida em palavras como, por exemplo: porto seguro, paz, colo, orientação, sabedoria, vivência, bálsamo, segurança, apoio, compreensão, seriedade, ajuda, base, confiança, amizade, calma, parceria, companheirismo, cumplicidade e, especialmente, cuidado, carinho, atenção, experiência e maturidade: “Eu não sei se eu vou ter suporte para ser o porto seguro na vida de alguém, acostumado com uma mulher dessas, com esse colo, não que eu seja dependente, mas para tudo ela tem sempre um caminho para fazer o melhor” (R 36, esposa 56).

Neves destaca que os pesquisados identificam uma transformação positiva em suas vidas depois do encontro com suas esposas, nos moldes da fórmula “antes e depois”. Eles dizem que “Ela me ensinou a ser mais solto e social”; “eu fiquei muito mais responsável, fiquei muito mais focado na minha carreira profissional”; “ela mudou a minha vida”; “ela salvou a minha vida”. “Eu tirei um tumor, estávamos só seis meses juntos. Ela largou tudo, emprego, para ficar comigo. Dizia: ‘do jeito que ele sair, ele é meu, quem vai cuidar dele sou eu’. Ela ganhava bem, jogou tudo para o alto para ficar comigo. Isso foi um presente de Deus” (R 36, esposa 56); “Eu era muito louco, eu tinha moto, andava com uma galera que era meio maluca e era muito namorador. Ela me tirou de muita furada, eu andava de moto cheio de álcool, caí de moto, fiquei internado, seis meses sem andar. Hoje eu não saio de casa. Ela manda eu ir para a praia, eu compro a cervejinha e fico em casa, talvez por eu ter passado pelo lance de quase chegar à morte” (A 34, esposa 56).

Tais mudanças não parecem ter sido resultado de cobranças delas, como afirma Neves. Eles enxergam em suas esposas qualidades como experiência, sabedoria, apoio e orientação. Para a autora, é possível que eles tenham se sentido estimulados a mudar, talvez para se tornarem pessoas melhores para elas: “Ela me deixou livre: ‘no dia que você tiver que se ajeitar, você vai se ajeitar’, e as coisas foram mudando, eu senti vontade de querer construir alguma coisa, porque o apoio foi ficando mais forte. Mulher nova na rua chama atenção, eu vou olhar porque eu sou homem, ela passa rebolando, mas eu penso no apoio que a minha esposa me dá. Eu era muito de farra, muito de beber, de escancarar, de me envolver com gente que não presta, ela foi conversando comigo, em momento algum impôs nada” (H 31, esposa 42).

4.2 ELA É JOVEM DE ESPÍRITO

Muitos pesquisados têm a mesma idade dos filhos das esposas e, mais ainda, são chamados de filhos por elas: “A minha mulher é tão atenciosa que se eu ligar para ela vir me buscar, ela vem me buscar. Ela me chama de filho” (E 40, esposa 56). Eles procuram enfatizar que não é uma relação maternal, mas de homem-mulher, e que reagem quando os outros acham que são filhos de suas esposas: “Eu já ouvi, no shopping, a minha esposa escolhendo uma sandália, a garota falou: ‘aquela senhora está escolhendo uma sandália para o filho dela’. Eu dei um beijo nela na hora, para elas saberem que eu era o marido” (E 40, esposa 56); “Hoje o pessoal acostumou, antigamente perguntava: ‘seu filho?’ Ela ficava constrangida, eu não, eu não esquentava, dizia: ‘eu sou o filho mais velho dela’, brincando, aí dava um beijo na boca dela” (A 34, esposa 56).

Todos os pesquisados dizem que são, na realidade, mais velhos do que as esposas. Elas são “jovens de espírito”: são extrovertidas, animadas, divertidas, cheias de energia, gostam de sair, dançar, passear. Enquanto eles preferem ficar em casa, vendo televisão ou tomando uma cerveja: “O que mais gosto é o jeito dela de ser alegre, ela te deixa para o alto, qualquer coisa ela está na brincadeira. Eu que sou mais quieto, ela participa de tudo. Ela tem o espírito jovem, mais do que o meu, porque eu sou mais velho, eu tenho a cabeça mais velha que ela. Ela é mais alegre” (A 34, esposa 56).

Os pesquisados disseram que as mulheres se preocupam muito mais com a idade e com a aparência do que eles: “A minha esposa está em período de depressão, o corpo está legal, porque malha, mas os sinais do rosto não adianta esconder muito. Ela questiona toda hora: ‘você vai me querer quando eu tiver 65?’ ‘Lógico, você vai continuar a gatinha de sempre’. Ela tem uma mania quando a gente transa de perguntar se quero que apague a luz. Não precisa, eu gosto de luz, se tiver espelho até melhor” (E 40, esposa 56); “Ela tenta até esconder algumas coisas. Eu não ligo, mas você sente que ela está meio tensa, e ela pede para eu jogar limpo: ‘quando você não sentir atração por mim, me fala que eu vou entender’” (J 25, esposa 41).

Eles parecem não enxergar ou, melhor, não dar importância aos sinais da idade ou defeitos de suas mulheres.

“Às vezes eu percebo nela receio, ela fala que está ficando velha, só que eu não vejo isso, eu vejo a essência dela, não vejo pele, se está mole, para mim está tudo perfeito. Eu não vejo defeito, mas sinto a preocupação nela, que daqui a pouco ela vai ter 60 anos. Eu digo: ‘você está linda! Por que quer mexer no peito? Não precisa, seu peito tá lindo. Você quer fazer para alguém?’. ‘Não, é para você’. ‘Já que é para mim, deixa do jeito que está’. Ela não tira da cabeça, vai juntar dinheiro para fazer. Mas para mim não precisa” (R 36, esposa 56).

Eles não consideram que suas esposas são mais velhas do que eles, o que pode ser explicado pela ideia de jovialidade associada a características como bom-humor, alegria, otimismo, energia.

4.3 ELA É SUPERIOR

É impressionante a quantidade de características positivas atribuídas por eles às esposas. Os pesquisados ressaltam que elas são: carismáticas, generosas, carinhosas, atenciosas, dedicadas, amigas, divertidas, alegres, bem-humoradas, engraçadas, risinhas, brincalhonas, animadas, compreensivas, parceiras, companheiras, dispostas, joviais, entre inúmeras outras qualidades. Um deles ainda diz: “ela não tem defeitos. Para mim, é a mulher mais perfeita do mundo”.

“Eu acho que a inteligência é afrodisíaca. Minha mulher me orienta, me dá muita luz, é uma pessoa muito sábia, muito vivida, meu bálsamo. Eu descanso a cabeça em paz, seguro. A gente se dá muito bem sexualmente, nossas ideias e valores são muito parecidos”. (R 36, esposa 56)

O discurso masculino sobre as esposas é de permanente amor, admiração, respeito, interesse e, muitas vezes, gratidão. Elas são detentoras dos principais capitais da relação. Elas são especiais justamente por serem mais velhas, experientes, maduras, seguras. Estes capitais, para eles, são muito mais importantes em uma relação amorosa do que a juventude feminina. Neste sentido, são muito superiores a qualquer outra mulher, mesmo que mais jovem e bonita: “Eu tenho medo de perdê-la, como que eu vou achar uma mulher igual?” (E 40, esposa 56).

Para eles, a juventude feminina não é um valor, mas uma ausência de valor. A juventude feminina significa cobranças, inseguranças, imaturidades, faltas, infantilidades. A mulher mais madura pode dar muito mais para eles.

“A mulher mais velha é mais sensual que a novinha. A garota de 18 anos é largada, quer usar chinelo, a mais madura não, é mais arrumada, mais elegante, mais cheirosa” (E 40, esposa 56).

“Ela gosta muito de me agradar. Gosta de comprar minhas roupas, fazer minha unha, botar meu pé na água. Ela gosta de botar comida no meu prato. Quando estou dormindo, ela sai na ponta do pé, não deixa ninguém fazer barulho, tira o telefone do gancho. Tem sempre a preocupação de fazer o almoço que eu gosto. Faz tudo para me agradar. Quando que uma mulher mais jovem faria isso?” (R 36, esposa 55).

“Até pelo fato dela ser mais experiente, ela não força a barra. A mulher mais novinha força muito a barra” (J 25, esposa 41).

5. O DISCURSO FEMININO: ELE ME FAZ SENTIR ESPECIAL

Ao analisar os discursos femininos, é fácil perceber que elas enfatizam o fato de se sentirem especiais para seus maridos. Elas afirmam que eles dependem delas, que eles querem sua atenção em tempo integral, que eles sentem ciúmes delas.

É muito curioso observar que os principais capitais para os homens são características relativas ao que “elas são”, enquanto o discurso feminino é voltado para o que “ele me faz sentir”. As principais qualidades de seus maridos estão no fato delas experimentarem com eles a sensação de que são especiais e superiores às demais mulheres, especialmente as mais jovens.

1. Ele me faz sentir especial;
2. Ele me faz sentir jovem;
3. Ele me faz sentir segura.

5.1 ELE ME FAZ SENTIR ESPECIAL

É muito interessante perceber, como mostra Neves, que as pesquisadas falam muito mais de si mesmas do que dos maridos, ao contrário deles, que passam mais tempo falando dos atributos positivos delas.

Elas são muito autoelogiosas, parecendo querer justificar o interesse deles por elas, como se fosse necessário compensar a falta de juventude delas com um excesso de outras qualidades. Os elogios que fazem a si mesmas parecem funcionar como um mecanismo de compensação: o fato de serem mais velhas e, conseqüentemente,

possuírem inúmeras qualidades que as mulheres mais jovens não têm, faz delas mulheres especiais ou mesmo “superiores”. Neste sentido, poderíamos dizer que elas transformam a falta de juventude em virtude. Ou ainda, como diria Erving Goffman (1975), elas manipulam o possível estigma para produzir uma situação de superioridade.

De certa forma, usam o mesmo mecanismo autojustificativo das mulheres que são amantes de homens casados (Goldenberg, 2009). As amantes que pesquisei dizem que são superiores às esposas traídas por serem únicas e especiais para os seus homens, enfatizando que eles estão com elas por desejo e não por obrigações familiares ou sociais. Destacam a não-obrigatoriedade das relações e também o fato de seus amantes escolherem estar com elas pelo prazer e companheirismo, sem dependência financeira ou de outra ordem.

As mulheres casadas com homens mais jovens também apresentam o mesmo tipo de discurso autojustificativo: “Eu acho que é questão de atitude, ser segura. Ele sabe que eu estou com ele porque eu quero, e na hora que eu não quiser, eu vou embora” (D 39, marido 28); “Na parte sensual, uma mulher na idade da gente conhece muito mais o seu próprio corpo, sabe o que quer sexualmente mais do que uma garota de 23 anos” (K 46, marido 35).

Elas enfatizam que recebem muitos elogios dos maridos.

“Ele me elogia muito. Às vezes eu digo que sou cheia de defeitos. Eu faço uma comida, ele diz que está sempre delicioso, que eu não tenho defeitos, que eu não tenho celulite. Eu não fico preocupada. Às vezes eu vejo a preocupação nas pessoas que eu conheço e lembro da diferença tão gritante. Ele sempre diz: ‘tudo que você faz é perfeito’. Eu peço para ele mostrar os meus defeitos para eu poder melhorar, mas ele diz que eu não tenho defeito” (C 56, marido 36).

“Ele sempre me elogia. Eu toda horrorosa: ‘você está linda, você está bonita assim mesmo’. Eu me olho no espelho e vejo uma velha enrugada. ‘Deixa isso para lá’. Ele fica ciumento, o telefone toca: ‘quem está ligando para você?’” (G 56, marido 34).

Como enfatizei em outros estudos (Goldenberg, 2008; 2010), a mulher brasileira quer ser a única na vida de um homem. Assim, para elas, a principal qualidade masculina seria a de conseguir fazê-las sentir que são especiais em um mercado de casamento extremamente competitivo: “Eu acho que o respeito, o amor que ele tem por mim e gostamos das mesmas coisas. Ele me admira muito e me respeita por eu ser mais segura” (M 50, marido 35).

O marido é um verdadeiro capital em um mercado matrimonial em que os homens disponíveis são escassos (Goldenberg, 2010). A competição feminina por um marido, especialmente na faixa etária das pesquisadas, é muito grande. Elas, então, destacam a própria superioridade e valor neste mercado competitivo para justificar a escolha deles por elas, em meio a uma oferta tão grande de mulheres mais jovens.

5.2 ELE ME FAZ SENTIR JOVEM

O discurso feminino é igual ao masculino: os dois concordam que ele é o velho da relação, não ela. É interessante observar como as pesquisadas fazem questão de afirmar que eles é que são mais velhos do que elas, de que eles têm “cabeça de velho”, que se comportam como velhos. Elas, na verdade, são mais jovens do que eles, em termos de comportamento, personalidade e espírito: “Ele é que tem cabeça de velho, ele só gosta de coisa antiga, a começar por mim. As músicas são antigas, melancólicas, não gosta de teatro, de cinema, não gosta de sair, de ir nas casas dos outros, passear. Come todo dia bife e batata frita, não gosta de ir a restaurantes, não gosta de se divertir” (G 56, marido 34).

A idade cronológica, aqui, importa menos do que o comportamento ou espírito jovem: ativo, alegre, disponível, comunicativo, festeiro e social: “A minha situação é meio gritante, eu tenho 56, meu marido tem 36. Mas eu acho que é temperamento, a disposição, a forma que você vê a vida. Porque lá em casa o velho é ele, porque eu quero fazer tudo, já acordo com sorriso até as orelhas, tudo para mim está bom, eu não me importo com distância, não me importo em ir em festa junina, e ele não. Ele é mais reservado, mais calado, sempre foi assim”. (C 56, marido 36)

5.3 ELE ME FAZ SENTIR SEGURA

Todas as pesquisadas afirmam que o relacionamento começou como uma brincadeira sem expectativas e sem compromissos. Elas não pensavam no futuro e acreditavam que o relacionamento não iria durar muito. Só queriam se divertir e aproveitar o momento. Em função da diferença de idade, elas achavam que a relação iria terminar rapidamente e que eles logo encontrariam uma namorada mais jovem. No entanto, a relação que seria passageira se tornou duradoura, sem que tenham apostado nisso.

Podemos pensar que o próprio fato da relação ser encarada por elas como uma brincadeira acabou fortalecendo o amor e a admiração que eles sentiam por elas. Todos os pesquisados destacaram a leveza, o bom-humor e a alegria de suas esposas como qualidades fundamentais que as diferenciam das mulheres mais jovens, consideradas inseguras, controladoras, grudentas, pegajosas e infantis.

Elas afirmam que se sentem seguras com eles. Enfatizam que quem sente ciúmes é ele, não ela, demonstrando que a insegurança maior é deles: “Nós não brigamos, não existe problema de infidelidade. No dia que a idade bater nós vamos sentar e conversar, nós vamos viver um dia de cada vez. Não bate insegurança. Se uma mulher olhar para ele, eu tenho ciúme, mas eu olho para ela, vejo se ela está com tudo em cima para fazer a comparação que todas nós mulheres fazemos. Se estiver, eu pego o meu biscoitinho e vou embora para casa. Eu tinha ciúmes das pessoas que eu namorei quando era mais jovem, não dele” (C 56, marido 36); “Eu não tenho ciúmes dele, mas ele tem muito ciúmes de mim. Quando eu estou trabalhando, eu ligo para ele: ‘vai para a praia, vai ver bunda’. Ele diz: ‘não, eu não quero, eu quero ficar em casa, eu vejo a sua quando você chegar’. Ele é ótimo comigo, parceiro. Eu trabalho de manhã e ele de tarde, ele fica em casa e lava a roupa, arruma a casa, limpa vidro, aí fala: ‘já fiz tudo para você chegar em

casa e ver televisão, não vai para a rua. Me espera que de noite eu vou te dar um pega” (G 56, marido 34).

Elas dizem que eles são carentes e sentem ciúmes da atenção que elas dedicam aos outros: filhos, netos, amigos, familiares etc. Eles querem ser o centro da atenção delas:

“Meu marido tem a idade dos meus filhos. A princípio não acreditaram, ninguém acredita. Se me contarem que tem uma mulher de 56 com um marido de 36. Mas eu não me importo, a gente tem que ser feliz, ninguém pode ser infeliz para agradar o outro. Mas rola ciúmes. Ele tem muito ciúmes da atenção que dou para os meus filhos e netos. Implicâncias juvenis. Ele compete com eles. Quer atenção, carinho e cuidado só para ele. Se faço uma comidinha especial para os meus filhos, tenho que fazer para ele também. Parece criança mimada” (C 56, marido 36).

“Ele gosta de se sentir importante, de eu dar atenção e eu não vejo como uma necessidade maternal, de conforto, porque às vezes a necessidade da mulher como mãe, a fazedora de chazinho, da comidinha na mesa, mas ele gosta dessa importância, do paparico, de elogio. Ele exige muito mais de mim do que eu exijo dele” (G 56, marido 34).

5.4 O INFERNO SÃO AS OUTRAS

Para as pesquisadas, o olhar dos outros sobre o casal é motivo de constrangimento e de vergonha. Eles parecem não se incomodar com o que os outros pensam e nem mesmo enxergar este tipo de olhar. É como se elas estivessem muito mais vulneráveis e atentas ao menor sinal de desaprovação social: “Quando vamos ao supermercado, as mulheres ficam olhando como se fosse coisa do outro mundo. Eu fico com vergonha, e ele é muito carinhoso, elas ficam olhando e eu não sei aonde eu enfiar a cara” (D 50, marido 32); “Eu tinha vergonha de dar beijinho na rua, me sentia mal, como se eu estivesse fazendo algo terrível, errado. Ele me abraçava e eu sentia que era como se fosse o meu filho, eu não queria me sentir dessa forma, no meio da rua. Mas era puro preconceito” (V 49, marido 39).

As pesquisadas acreditam que os outros pensam que elas sustentam os maridos, o que pode parecer a única razão masculina para o casamento. Parece existir, por parte delas, a necessidade de justificar o casamento por outros motivos “mais nobres”: “Eu tenho a impressão de que quando eu passava com ele os vizinhos pensavam assim: ‘ela deve ganhar bem mais que ele, ela está sustentando ele’” (V 49, marido 39); “Por mais que ele trabalhe, sempre dá a impressão que eu é que sustento. Por ser mais velha, parece que tenho mais dinheiro. Os outros acham que eu sustento. Mas ele tem o trabalho dele e ganha mais do que eu” (D 50, marido 32).

As amigas delas também demonstraram preocupações e preconceitos com relação ao fato das pesquisadas casarem com homens mais jovens: “Eu já ouvi isso claramente,

na época em que ele fazia a faculdade, que quem bancava a casa era eu. Eu ouvia da minha própria mãe e das minhas amigas que ele estava comigo só por interesse, que não era nada sério” (L 38, marido 28); “Está vendo! Ele acha que você tem dinheiro, porque você mora no Leme, que você vai sustentar!”. Isso é o que mais acontece, as pessoas pensam assim mesmo. Até mesmo minhas amigas. Diziam que eu merecia uma coisa melhor, algumas até deixaram de falar comigo” (F 51, marido 41).

Elas relatam inúmeras situações em que o marido é confundido com um filho. “Eu saía e os outros, eu ficava com vergonha, perguntavam se era meu filho. Às vezes eu dizia que era”. (G 56, marido 34).

Nesse confronto com o olhar do outro, são eles os responsáveis por impor o papel de marido, parecendo se importar menos com o julgamento alheio: “Pela idade, eu sempre chamava de meu filho. Ele reagia: ‘eu não sou seu filho, que mania! Eu sou seu marido, você tem que me tratar como seu marido, não como filho. Você não tem que dizer que eu sou seu filho, eu sou seu marido’. Daí para cá eu fui perdendo o medo” (G 56, marido 34).

Talvez os homens brasileiros se importem menos com os julgamentos alheios do que as mulheres, das quais se espera, como disse Pierre Bourdieu (2010), que sejam submissas, discretas, contidas, constituindo-se em objetos simbólicos, cujo ser existe pelo e para o olhar dos outros. Para o autor, a dignidade da mulher está, em parte, confirmada pelo fato de que o homem ocupa pelo menos aparentemente a posição dominante no casal, o que inclui a idade superior.

As pesquisadas revelam que os maiores obstáculos para a relação vieram das mães delas e das sogras. As filhas, da mesma idade de seus atuais maridos em muitos casos, provocaram muitas brigas e situações difíceis, especialmente no início do relacionamento: “Minha filha no início foi contra: ‘mãe você é doida, não vê que ele é muito novo?’. ‘Eu estou só namorando’. Ela ainda resistiu um pouco, aquelas coisas de filha” (V 49, marido 39); “Minha filha tem 33 anos e ele tem 32. Quando ela conheceu: ‘seu filho?’. Eu disse: ‘eu não tenho filhos homens’” (D 50, marido 32).

Como afirmou Neves, as mães delas poderiam acreditar que elas poderiam ser magoadas, pois os homens mais jovens só iriam querer transar, se divertir e depois ir embora: “Até hoje minha mãe fala: ‘Você é bem mais velha que ele, isso aí é só casual’. Eu sempre coloquei ela no lugar dela: ‘você teve a sua história, lamento se você quis ter a vidinha do crochê, eu hoje não tenho mais, eu quero ser feliz até o último momento da minha vida’” (A 48, marido 33).

Neves sugere que os conselhos dados pelas mães às pesquisadas pressupõem que o homem é aquele que se diverte e a mulher aquela que se prejudica. Portanto, a diversão seria algo não igualitário entre os gêneros no âmbito de relações amorosas e sexuais.

“Minha mãe dizia que ele só queria brincar, mas eu também só queria brincar. Eu não queria relação séria, eu conheci ele na noite. ‘Eu vou dar uns pegadas nesse cara, depois eu não vou ver ele nunca mais mesmo.’ Só que eu acho que ele gostou dos pegadas, a gente foi saindo e está aí até hoje”. (K 46, marido 35)

“Você está muito velha para ele! Você não tem vergonha?” No fundo, eu tinha, vergonha e medo. Todo mundo falava: ‘garoto novo, você acha que ele vai querer alguma coisa com você? Ele vai querer vida boa’”. (G, 56, marido 34)

“Minha mãe dizia o tempo todo: ‘você é bem mais velha do que ele, isso aí é só casual. Ele não vai levar a sério, nunca’” (A 48, marido 33).

As sogras delas, mães deles, também foram obstáculos a serem superados.

“Eu me dou muito melhor com o pai dele do que com a mãe. O pai dele sempre me tratou bem, mas a mãe sempre dizia: ‘meu filho vai ter que me dar um neto’, sempre provocando” (G 56, marido 34).

“O mais difícil foi convencer a mãe dele que ele iria ficar com uma mulher mais velha que não pode mais ter filhos. A mãe dele falava: ‘como você pode ficar com ela, ela não pode ter filhos.’ Amanhã ele pode pensar: ‘eu passei pela vida e não deixei nenhum fruto, não tenho nenhum filho’. Tenho medo dele querer ter filho. Eu quis adotar uma criança, mas ele falou: ‘nós temos as suas netas, não vejo necessidade disso’” (V 49, marido 39).

“A mãe dele teve muita resistência: ‘uma mulher mais velha, o que ela quer com o meu bebê?’. Ainda mais que ele fazia faculdade. Eu não me deixo levar muito pelo que falam, eu penso muito mais comigo mesma. No começo eram piadas, por exemplo, que eu tinha que usar botox antes da hora. A mãe dele não é muito mais velha que eu. Ela tem 47 anos, uma mulher jovem também. É separada do marido e depositava todos os sonhos no filho, e de repente eu fui lá e peguei. Ela veio com a história do botox, como quem diz: ‘meu filho vai parecer jovem mais tempo e você vai aparentar ser velha’. Eu falei: ‘mas eu nunca vou usar botox, porque beleza acaba’. Ela viu que eu não estava de brincadeira com ele e ele também não estava comigo” (L 38, marido 28).

Neves levanta a hipótese de que os mais próximos têm coragem para dizer o que pensam, e para externar o que há de mais cruel no imaginário social. Para a autora, uma segunda hipótese consistiria em enxergar tais advertências como preocupação em evitar o sofrimento delas, tendo em conta a realidade dos julgamentos sociais. As mulheres das famílias delas e deles parecem concretizar as representações negativas mais gerais sobre o relacionamento entre homens mais novos e mulheres mais velhas.

Como afirma Howard Becker (1966), não há razão para supor que somente aqueles que realizam um ato desviante tenham o impulso ou o desejo de fazê-lo. Para ele, é muito provável que muitos indivíduos tenham o desejo de realizar comportamentos desviantes. Pelo menos na fantasia, todos somos muito mais desviantes do que parecemos.

O autor acredita que em vez de perguntar por que os que são vistos como desviantes querem fazer coisas que são proibidas, deveríamos perguntar por que a maioria das pessoas não concretizam seus desejos desviantes. Para Becker, os grupos sociais criam o desvio ao fazer as regras e ao aplicar essas regras a pessoas particulares, rotulando-as de marginais ou desviantes. Portanto, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outras pessoas de regras e sanções a um transgressor. O comportamento desviante é aquele que os outros rotulam como tal.

É possível perceber, nos casais estudados, que as mulheres internalizam as acusações de desvio, sentindo constrangimento e vergonha, ou criando obstáculos para a concretização dos casamentos em que elas são mais velhas do que os maridos. No discurso masculino não aparece a internalização das acusações de desvio. Eles não falam de vergonha ou constrangimento. Eles não criam obstáculos. Eles podem até se perceber como diferentes da maioria dos homens, mas não como desviantes. A diferença é vista por eles como algo positivo, pois eles acreditam que estão casados com mulheres muito especiais e superiores à maioria das mulheres. É uma diferença distintiva, um traço de superioridade, um motivo de orgulho, não de vergonha.

Interessante destacar que o maior preconceito com relação a este tipo de casamento vem, justamente, das mulheres. Como é percebido nos depoimentos, são as próprias mulheres as mais contrárias a este tipo de arranjo conjugal, não os homens. São elas que ficam mais inseguras, envergonhadas ou constrangidas por casarem com um homem mais jovem e são elas, também, as que colocam mais obstáculos. Esta realidade sugere que o tabu da idade é algo, fundamentalmente, feminino. São as mulheres que demonstram muito mais impedimento e preocupação com o fato de serem mais velhas do que os maridos. Apesar de serem as que mais sofrem com os preconceitos e acusações, são as mulheres que mais resistem a destruir o tabu da idade.

6. RECIPROCIDADE + RECONHECIMENTO: O SEGREDO DO CASAMENTO FELIZ

Já mostrei em outros estudos (Goldenberg, 2008; 2010) que as mulheres se queixam muito de seus parceiros e afirmam que gostariam que eles fossem mais atenciosos, românticos, disponíveis, respeitosos, fizessem mais elogios etc. Por outro lado, os homens gostariam que suas parceiras fossem menos chatas, ciumentas, pegajosas, dependentes, exigentes, perfeccionistas etc.

Os casais estudados, ao inverterem a lógica da dominação masculina, que, como afirma Bourdieu (2010), exige que os homens sejam superiores às mulheres em idade e em outros atributos (como poder, prestígio, dinheiro etc.), parecem encontrar uma lógica compensatória. As mulheres têm mais idade, mas são consideradas menos chatas, menos infantis, menos ciumentas, menos pesadas, menos reclamonas, menos pegajosas, menos inseguras, menos grudentas etc. Os homens têm menos idade, mas são mais atenciosos, mais românticos, mais carinhosos, mais dedicados, mais fiéis etc.

O que é possível perceber nos depoimentos analisados é que o valor da mulher nos seus casamentos parece estar em outras qualidades e não no corpo jovem. Seus capitais principais são a capacidade de ensinar algo, de mudar a visão de mundo, de orientar,

além do cuidado, companheirismo, carinho, atenção e compreensão. São mulheres carismáticas, bem-humoradas, alegres, joviais, consideradas extremamente generosas e disponíveis para os maridos, mas também para os familiares e amigos.

Por mais estranho que possa parecer, apesar deste tipo de relação ser considerada desigual, encontrei uma situação bastante equilibrada para os homens e mulheres pesquisados. Aparentemente, elas são percebidas como dando muito mais do que eles, em termos de posição social, maturidade, experiência, cuidado, carinho, atenção etc.. No entanto, eles dão aquilo que as mulheres brasileiras mais desejam: a sensação de serem únicas e especiais. Elas recebem elogios, admiração e a prova constante de sua superioridade em relação às mulheres mais jovens.

Eles usam recorrentemente a ideia de “salvação” para justificar o amor por elas. Especialmente no início da relação, eles dizem que elas “salvaram” suas vidas, no sentido de guiá-los para um caminho melhor, de cuidar deles, de ajudá-los a se afastar das drogas e das más companhias. Muitos disseram que, antes delas, “estavam perdidos no mundo”. Por outro lado, a mesma ideia de “salvação” pode ser aplicada a elas: eles as salvaram da invisibilidade em um mercado afetivo e sexual que valoriza a juventude feminina.

“Salvação” é uma palavra interessante para pensar o discurso masculino e feminino. Elas “salvaram” seus maridos das drogas, das más companhias, da bebida e, talvez, da morte precoce. Elas viram neles a possibilidade de serem pessoas melhores, estudarem, trabalharem, terem uma vida familiar e feliz. Elas enxergaram neles o que era invisível para eles mesmos e para os outros. Eles são gratos por este reconhecimento. Já eles as “salvaram” da invisibilidade social. Enxergaram nelas mulheres superiores em sua essência, não valorizando a aparência jovem. Eles mostraram que para um bom relacionamento outros valores e atributos são muito mais importantes. Eles, também, enxergaram nelas o que é invisível e desvalorizado pelos outros, e, em muitos casos, por elas mesmas. Eles as “salvaram” da “morte simbólica” ou da “morte social”. Elas são gratas por este reconhecimento. E ambos “salvaram” seus casamentos da rotina, do desgaste, da “mesmice”, da acomodação, da “morte” do amor, do fim da admiração. Ambos se sentem plenamente satisfeitos e reconhecidos.

Um relacionamento que precisa enfrentar o tabu da idade, que necessita superar os obstáculos familiares e vencer inseguranças, preconceitos e acusações, parece ser muito mais satisfatório do que relacionamentos mais aceitos socialmente. Os dois, homem e mulher, procuram ser o seu melhor com o cônjuge, e não o seu pior, como ocorre em muitos casamentos por mim pesquisados (Goldenberg, 2008). Eles não têm a mesma sensação de segurança e de estabilidade que provoca, em muitos casamentos, o desgaste pela rotina, “mesmice”, acomodação. Os dois precisam “batalhar” muito mais do que os casais convencionais para ficarem juntos.

Em um mercado afetivo e sexual extremamente desvantajoso para as mulheres, especialmente para aquelas da faixa etária das pesquisadas, ter um marido apaixonado e fiel é motivo de satisfação. O marido, neste caso, é um capital ainda mais valorizado por escolher uma mulher mais velha, quando teria muitas possibilidades de escolher esposas mais jovens no mercado matrimonial.

As pesquisadas se sentem duplamente poderosas: por terem o capital marital e, também, por serem consideradas mais interessantes e desejáveis do que as mulheres mais jovens. Mais ainda, em uma cultura em que o corpo é um capital, elas sentem que não perderam o valor por terem envelhecido. Ao contrário, sentem que ganharam amor, admiração e reconhecimento por outros capitais que acumularam durante suas vidas.

Como afirmou Elza Berquó (1998), são muito raros os estudos sobre outras moedas de troca, além da juventude, oferecidas pelas mulheres e aceitas pelos homens no mercado matrimonial. Espero ter contribuído para pensar nas muitas outras moedas de troca extremamente valiosas nas relações afetivas e sexuais contemporâneas. Acredito que é possível, por meio dos casos estudados, afirmar que, para muitos homens brasileiros, o principal capital para um casamento feliz é algo que só pode ser encontrado em uma mulher mais velha. No entanto, muitas mulheres não reconhecem o valor da própria experiência, maturidade e de tudo o que conquistaram ao longo de suas vidas e sofrem excessivamente com a passagem do tempo. Ao constatar a satisfação dos casais pesquisados, descobri que, em vez de perguntar por que determinados homens casam com mulheres mais velhas, deveria questionar os motivos que levam a maioria dos homens brasileiros a continuar preferindo casar com mulheres mais jovens. E, também, deveria questionar as razões que levam grande parte das mulheres brasileiras a aceitar e fortalecer, com seus medos, inseguranças e preconceitos, o tabu da idade.

REFERÊNCIAS

- Becker, H. (1966). *Outsiders: studies in the sociology of deviance*. Nova York: The Free Press.
- Berquó, E. (1998). Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In E. Berquó, *História da Vida Privada no Brasil: Contrastos da Intimidade Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bourdieu, P. (2007). *A distinção*. São Paulo: Edusp.
- Bourdieu, P. (2010). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Goffman, E. (1975). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Goldenberg, M. (2002). *Nu & Vestido*. Rio de Janeiro: Record.
- Goldenberg, M. (2007). *O corpo como capital*. São Paulo: Estação das Letras e Cores.
- Goldenberg, M. (2008). *Coroas: corpo, envelhecimento e felicidade*. Rio de Janeiro: Record.
- Goldenberg, M. (2009). *A Outra*. Rio de Janeiro: BestBolso.
- Goldenberg, M. (2010). *Intimidade*. Rio de Janeiro: Record.
- Goldenberg, M. (2011). *Corpo, envelhecimento e felicidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Goldenberg, M. (2013). *A bela velhice*. Rio de Janeiro: Record.
- Mauss, M. (1974). *As técnicas corporais. Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP.

Neves, D. (2011). *O tabu da idade e os papéis de gênero nas relações conjugais*. Trabalho de conclusão da disciplina “Corpo, envelhecimento e felicidade”, ministrada por Mirian Goldenberg (PPGSA/IFCS/UFRJ).

Mirian Goldenberg é doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS-UFRJ) e professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da mesma universidade (PPGSA-UFRJ). Suas áreas de interesse são: gênero, corpo, envelhecimento, sexualidade e conjugalidade. É colunista do jornal Folha de S. Paulo desde 2010. Publicou vários livros, entre eles, *A arte de pesquisar* (1997); *Toda mulher é meio Leila Diniz* (2008); *Por que homens e mulheres traem?* (2010), e *A bela velhice* (2013).

E-mail: miriangg@uol.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro Av. Pedro Calmon, 550 - Cidade Universitária, Rio de Janeiro - RJ, 21941-901, Brasil

INVERTED MARRIAGES: ACCUSATIONS AND PREJUDICE IN DEVIANT MARITAL ARRANGEMENTS¹

Mirian Goldenberg

ABSTRACT

Why do some men marry older women? Why do some women choose younger men? What is the main capital behind those marital arrangements? This paper aims to study the female and male discourses of marriages in which women are older than their husbands. My reflection is built upon the data of the research “Body, ageing and happiness”. The results of two focus groups are analysed: the first one includes twelve women that are married to younger men; the second one includes ten men that are married to older women. After the focus groups, nine individual in-depth interviews were conducted with five men and four women. I conducted my research with couples that have been together for at least ten years. These women are at least ten years older than their husbands.

KEYWORDS

Gender; body; ageing; marriage; family

INTRODUCTION

Why do some men marry older women? Why do some women choose younger men? What is the main capital behind those marital arrangements? What are the existing stigmata and prejudices? What view do others have of these relationships?

This article aims to study the female and male discourses of marriages in which women are older than their husbands. My reflection is built upon the data of the research study “Body, ageing and happiness”. The results of two focus groups are analysed: the first one includes twelve women that are married to younger men; the second one includes ten men that are married to older women. After the focus groups, nine individual in-depth interviews were conducted with five men and four women. I conducted my research with couples that have been together for at least ten years. These women are at least ten years older than their husbands.

All the women surveyed had already been married, they have children from previous marriages (in many cases, the children are the same age as their current husband), they are university graduates and live in the south of Rio de Janeiro. They are lawyers, business managers, psychologists, pharmacists, and physical therapists.

The men surveyed are married for the first time; they have no children and have a university degree. They work as economists, business managers, actors, architects, teachers, military policemen. Before getting married, they had not yet finished their university degree and lived in the north or in the suburbs of Rio de Janeiro.

¹ An earlier version of this article was published in 2014 in the journal *Sociologia & Antropologia* of the Postgraduate Programme in Sociology and Anthropology of the Federal University of Rio de Janeiro. <http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/>.

If the (young) body is a capital, why do some men prefer older women? If getting married to younger men is considered to be deviant in our culture, why do some women prefer younger men?

1. THE (YOUNG) BODY AS CAPITAL

Over the last two decades, I have been constantly faced with the frequency of 'the body' category in the discourse of my interlocutors in my research with middle class men and women of Rio de Janeiro.

It is important to admit that it is not possible to generalise the idea that 'the body' is an important value in the Brazilian culture as a whole. This feeling is much more pronounced within a certain group of the Brazilian middle class and, in particular, among the inhabitants of the city of Rio de Janeiro.

This is a social group that can be described as predominantly white, heterosexual, with higher education, high income, living in the south of Rio de Janeiro, and especially in the most exclusive city neighbourhoods (Leblon, Ipanema, Gávea, Lagoa, Jardim Botânico, Botafogo, Copacabana, Humaitá). These people are part of an economic, intellectual, political and cultural elite in Brazil. They have material and symbolic power, and can, therefore, build and reproduce bodies that are socially legitimated as hegemonic.

The middle class men and women whom I have been researching can be considered avant-garde for many Brazilians, since their behaviour, their discourses and their bodies are valued and reproduced by other population groups. This group consists of bodies that are desired, admired, envied and imitated by others. They are bodies and behaviours that are constantly portrayed as normative in the media, and especially in soap operas, television shows, advertisements, etc.

The worldview and the way of life of this social group have a multiplier effect that goes far beyond their class boundaries, suggesting that it may be useful to reveal more broadly the transformations experienced by the Brazilian society. It cannot be said, however, that the sample that I have been researching has 'typical Brazilian bodies'. But it can be said that 'the body' of the participants in this group is by far 'the body' that is imitated the most by Brazilians in general, and especially by Brazilian women.

As was stated by Marcel Mauss (1974), it is through a 'prestigious imitation' that individuals of each culture build their own bodies and behaviour. For Mauss, the set of habits, customs, beliefs and traditions that characterise a culture also include the body. Thus, the body is culturally construed, and certain attributes and attitudes are valued over others, so that each society has a typical body. This body, which may vary according to the historical and cultural context, is acquired by the members of that society by means of a 'prestigious imitation'. People mimic the acts, attitudes and bodies that have been successful, and which have prestige in their own culture. It is important to stress that this process of imitation is not necessarily a conscious act of the members of each culture.

I began this reflection in the book *Nu & Vestido (Naked & Dressed)* (2002), where I presented an analysis of 1,279 survey responses collected with 835 women and 444 men.

The participants were 17 to 50 years old, had higher education, had an income of more than US\$ 2,000.00, and inhabited the city of Rio de Janeiro. As I focused on gender relations, I attempted to grasp the expectations, affective desires and sexual stereotypes of men and women of different generations. Since 1988, I've been conducting research that has focused on the new conjugalities, sexuality, infidelity and the social construction of the body in the Brazilian culture.

In this paper, I try to resume the topics on which I have reflected over the last years using a new methodology and new questions arising from the changes operated in gender roles. With a view to broaden the spectrum of my previous studies — which included individual in-depth interviews and participant observation, trajectory analysis and media reports — I drafted a script with questions to be addressed in focus groups and in in-depth interviews. These focus on the representations of being man and woman, on the ideal marriage models, on the different experiences of affective and sexual relationships, in an attempt to understand the marital arrangements between an older woman and a younger man.

2. THE AGE TABOO: REALITY AND FICTION

The *Washington Post* reported in June 2009 that Brazil is the second country where more people watch television, second only to Britain. According to the newspaper, soap operas have a decisive influence on lifestyle choices of Brazilians. It is indeed hard to reflect on contemporary Brazil without examining the influence of soap operas.

The Inter-American Development Bank published two studies that show the relationship between the consumption of the soap operas produced by Rede Globo and the decline of fertility rates and the increase in divorce rates in the country. One of these studies reported that the fertility rate in Brazil fell sharply in the last fifty years, from more than six children per family in 1960 to less than two in the early twenty-first century. This fall is comparable to that of China, but independent of the adoption of any family planning measures.

The analysis of 115 soap operas produced by Globo between 1965 and 1999 showed that 72% of female leading roles had no children and 21% had only one child. The soap operas portrayed the small, white, healthy and urban consumerist, middle and upper middle class family. The soap operas in Brazil became a powerful medium through which family and affective and sexual relationships were framed. The new marital arrangements, which reverse the dominant logic, have been actively present in the soap operas. In almost all of them, older women fall in love with young men, and vice versa.

In the case of Brazil, many of the most successful, rich and famous women, the 'imitable' women, are actresses of soap operas of Rede Globo, especially those that play leading roles in soaps broadcast in prime time. But models, singers and TV hosts, too, all of whom have 'the (young) body' as their main capital, or one of their most important assets, are subject to imitation.

The bodies and attitudes that are imitated the most in Brazilian culture are, definitely, in the soap operas produced by Rede Globo. They can be seen as a reflection of the

bodies and attitudes existing in society, while, at the same time, showing new attitudes and lifestyles. The plots of the soap operas of Rede Globo gain visibility in the covers of the major Brazilian magazines and newspapers. Numerous soap operas explored controversial topics and raised debates throughout the country, mixing fiction and reality. Clothes, accessories, haircuts, nail polish, and furniture are imitated by those women and men that watch soap operas. Moreover, attitudes and lifestyles also change when broadcast by the soap operas of Globo.

Older women married to younger men is a recurring theme in soap operas, films, novels, gossip columns, etc. It raises reproachful looks, feelings of repulsion and, perhaps, envy. In our culture, these relationships are considered forbidden, reprehensible or unacceptable.

In order to show that this type of relationship is not absolutely new in our culture, prior to initiating the discussion of the group studied it is interesting to recall the case of Chiquinha Gonzaga, songwriter, pianist and first woman who conducted an orchestra in Brazil. She was born in 1847 and had four children. When she was 52, she met João Batista, a 16-year old music apprentice. They fell in love and lived together until the day she died in 1935, aged 87. As she feared the prejudice, Chiquinha pretended that João Batista was her foster son. Many only found about the affair after her death.

If the concept of 'prestigious imitation' is once again taken into account, we can add that some of the most famous women in Brazil are or were married to younger men. The magazine *Veja* (14/05/2010) named famous cases of women that are married to younger men, such as: the TV host Ana Maria Braga, who is married to a man 22 years younger; the singer Elba Ramalho, who used to date a man 33 years younger; the host Marília Gabriela, who, for eight years, was the girlfriend of the 25 years younger actor Reynaldo Gianecchini; the actress Susana Vieira, girlfriend of an actor and magician who is 41 years younger than her; and the singer Elza Soares, who is married to a man 46 years younger.

It is interesting to note that two of the famous women in the news piece of the magazine *Veja*, Susana Vieira and Elza Soares, were the most cited in my research when I asked the participants to cite an example of a famous person who has aged badly. They were ranked first for not 'accepting ageing' and 'behaving inappropriately for their age'. In both cases, the fact that they had a relationship with much younger men is highly criticised. Elza Soares is also highly criticised due to the excessive number of cosmetic surgeries.

The emphasis of the respondents is on the statement that, because they do not accept their age, they both behave inappropriately: they date younger men, they wear clothes that are not appropriate to their age and they take too many cosmetic surgeries.

Another example of bad ageing given in the respondents' answers is that of the actress Vera Fischer. She is mentioned because she doesn't accept her age, she dates younger men, she has had botox, she had cosmetic surgery and, moreover, she is addicted to drugs and alcohol. They state: 'she is troublesome', 'she is always involved in fights and in trouble'. Her behaviour is considered totally inappropriate for a woman that is over 60 years old (she was born in 1951).

The affairs and marriages of older women with younger men have been explored in many recent soap operas. The frequency with which we are faced with the theme of the relationship of older women to a man who could be her son or her daughter's boyfriend, not only in soaps, magazines and newspapers, but also in heated debates, demonstrates that we face a real taboo.

However, some cases of famous women who are married to younger men do not make it very often to the media, and do not seem to cause much controversy. One of these discrete cases is that of the 70-year old actress Marília Pêra, who has been married for 15 years with an economist that is 21 years younger than her. In the news piece entitled 'Love has no age'², she said that she has never been criticised or subject to nasty comment for living with a younger man.

'In my case, there has never been any prejudice. My mother loves him, and so do my children, and I am a great friend with his mother. Those whose opinion matters to me have always been favourable to my decision.'

However, she seems to ward off against any possible accusations of deviation, stating that there is always some kind of interest in any love relationship.

'There may be a game of interests in a relationship of two very young people, it has nothing to do with age. But any relationship, be it of love or passion, is a relationship of interest. The love of a mother for her child is often self-serving. The need to have a partner has at least some underlying interest, since the other brings the advantage of feeling good.'

Marília Pêra also stated that being 21 years older does not make any difference: 'I look at him and see him my age. I don't know whether I see him older, or whether I see myself younger. In addition, he looks older, he's very polite, he's not a big guy; he is a gentleman, conservative, formal.'

3. MALE DOMINATION AND MARRIAGE MARKET

Pierre Bourdieu (2010), in 'The masculine domination', argues that most French women wish an older and taller spouse. The author shows that women feel diminished when the partner is shorter or younger than them. Therefore, 'they can only wish and love a man whose dignity is clearly stated and attested in the fact, and by the fact, that 'he overcomes them' visibly' (p. 48).

The demographer Elza Berquó (1998) states that the fact that men marry younger women is an almost universal constant, and is owed to the power relationship between the sexes. Although, in some contexts, gender relations are becoming less asymmetrical, they have not yet had a visible impact on the difference between the ages of men and women when getting married. Berquó states that few studies have been conducted on other trading currencies, besides youth, offered by women and accepted by men in the

² <http://mariliapera.no.comunidades.net/index.php?pagina=1230984734>

marriage market. The persistence of the age difference, in the case of Brazil, which has a surplus of women of all age groups from 15 years old, has direct consequences on female celibacy and on the expressive group of separated or widowed women with little chance of getting married.

The disadvantage of Brazilian women in the marriage market is striking. The situation becomes increasingly asymmetric as men and women grow older. With ageing, the odds of getting married decrease for women and increase for men.

Berquó shows that the social norm according to which men should marry younger women contributes a lot to the existence of what she called the pyramid of loneliness. Furthermore, the tendency of men who get separated is to remarry even younger women. She believes that in a society where the culture of the body and youth commands, it is very unlikely that a significant number of women relates to much younger men. Not only because these young men would not be interested in them, but mainly because older women would feel insecure and threatened by ageing signs, especially when competing against younger women for the same men.

Depending on the existing prejudices, Brazilian women look at the age groups older than them when looking for a lover. Conversely, men look down, searching for a younger partner. Therefore, the existence of an age taboo restrains the odds of a Brazilian woman marrying or remarrying when she is older. However, the situation of the marriage market is changing and women are increasingly looking at younger age groups for a loving partner.

IBGE shows an increase in the number of partnerships in which women are older than men. According to the National Sample Survey of Households (PNAD), between 1996 and 2006 these partnerships increased from 5.6 to 7.6 million, which accounts for an increase of 36%. And they continue to grow. In most instances in which the woman is older than her partner, the age difference is usually small. According to PNAD, 64.7% out of the 7.6 million couples in this situation, i.e. 4.9 million couples, consist of spouses with a difference of 1 to 4 years. Other 1.75 million, or 23.2%, have a difference of 5 to 9 years. The third group is the one that has a difference of 10 to 14 years: 592 thousand, or 7.7% of the total amount. In the period surveyed, the number of families in which the woman lives with someone who is more than ten years younger increased 59.5%, from 585 thousand to 927 thousand.

The survey also reveals that families in which the woman is older and works subvert the rule that it is always the man who earns more. PNAD shows that the difference in the income within the couple increases as the age difference increases. Men who are married to 30 year older women earn, in average, 25% of their income. This is because a mature woman, who has built a career over decades, may have already reached a level of professional recognition that a young man has not yet achieved. By analysing the average schooling of the couples, the study revealed that the woman, in these cases, usually has 1.4 years of schooling in excess of her partner. What would explain the increase of this type of marital arrangement?

4. THE MALE DISCOURSE: SHE IS SPECIAL

By analysing the logic of male discourses, it is easy to see that the emphasis is placed on the distinction between their wives and the other women. For them, their wives are more loving, more generous and more joyful than younger women. They are also livelier, they adopt a more positive behaviour and have a younger attitude than them.

It is very interesting to note a certain discourse structure about the love choice in the men's statements. It is clear that, for them, their wives are not like any woman, and what differentiates them from other women is the fact that they are older. They have certain features in common that make them special. These features can be explained by the fact that they are older, while not being directly bound to their age.

A fact that is worth noting is that the respondents do not have what could be called a deviant career choice in their previous relationships, that is, they are not men who have always had relationships with older women. They emphasise that, before them, they have always had relationships with women that are younger than them.

So, why did they choose older women? Men's responses focus on three main features:

1. She is caring;
2. She is young at heart;
3. She is greater.

4.1 SHE IS CARING

The respondents highlight the ability to care as the main feature of their wives. They are extremely accessible women, they are thoughtful and dedicated, not only to them, but also to their children, friends, relatives, parents, neighbours, work colleagues, etc.

These women solve everyone else's problems, they are the core of household care as a whole, especially of their children and grandchildren, and they are much sought after to solve problems and give advice to friends and relatives. They demonstrate being jealous of the attention and the time that they dedicate to 'others', stating that they wish more time and attention 'to themselves'.

Care, which is translated into the affection, attention, availability and dedication of their wives to them, can be considered the most important asset of these relationships.

Diana Neves (2011) stresses that, for the respondents, older women are different from younger women in their ability to welcome and provide guidance, which translates into words like: safe haven, peace, cuddle, guidance, wisdom, experience, balm, security, support, understanding, seriousness, help, base, trust, friendship, calmness, partnership, companionship, complicity and, especially, care, affection, attention, experience and maturity.

'I don't know if I'll have the grounding to be a safe haven in someone else's life, someone who's accustomed to such a woman, with that support, not

that I'm dependent, but she always has a way of doing the best in every instance.' (R 36, wife 56)

Neves stresses that the respondents identify a positive change in their lives after meeting their wives, that is similar to the 'before and after' formula. They state that: 'She taught me how to be more relaxed and social'; 'I became much more responsible, and far more focused on my career'; 'she changed my life'; 'she saved my life'.

'I had a tumour removed when we'd been together for six months only. She dropped everything, her job, to stay with me. She used to say: 'no matter what, he is mine, I'm the one who will take care of him'. She had a good salary, and she dropped it all just to stay with me. This was a gift from God.' (R 36, wife 56)

'I was rather mad, I had a bike, I hanged out with a kind of crazy crowd and was very flirtatious. She rescued me from a lot of trouble, I was riding a bike while under the influence of alcohol, I fell off the bike, I was in hospital for six months, unable to walk. I don't go out anymore. She tells me to go to the beach; I buy beer and stay home, maybe because I experienced a near-death situation.' (A 34, wife 56)

Such changes do not appear to have been a result of their demands, as was stated by Neves. These men see in their wives qualities like experience, wisdom, support and guidance. For the author, it is possible that they may have felt encouraged to change, maybe to become better people for them.

'She made me feel comfortable: 'the day you have to settle, you will settle', and things have gradually changed, I felt like building something because I was getting an increasingly greater support. Young women on the street draw my attention, I look because I'm a man, she passes by, swaying, but I think about the support that I get from my wife. I loved partying, drinking, showing off, getting involved with worthless people, she talked to me, she never made any demands.' (H 31, wife 42)

4.2 SHE IS YOUNG AT HEART

Many respondents are the same age as their wives' children and, moreover, their wives call them children: 'My wife is so helpful that if I call her to come get me, she comes to get me. She calls me son.' (E 40, wife 56). They seek to emphasize that it is not a maternal, but rather a man-woman relationship, and that they react when others think they are their wives' children.

'I've heard a girl say, in the mall, as my wife was looking at some sandals: 'that lady is picking up some sandals for her son'. I kissed her there and then, so that everyone knew that I was her husband.' (E 40, wife 56)

‘Nowadays, people are used to it, but they used to ask: ‘is he your son?’ She was embarrassed, I wasn’t; I couldn’t be bothered, and used to say: ‘I’m her eldest’, joking; then I kissed her on the mouth.’ (A 34, wife 56)

Indeed, all those surveyed report being older than their wives. Their wives are ‘young at heart’: they are extroverted, lively, fun, energetic, they love going out, dancing, and going for a walk. Conversely, the husbands prefer to stay at home, watching television or having a beer: ‘What I like the most is her way of being happy, she cheers you up, she’s always fooling around. I’m a lot quieter, she’s always up to action. She’s young at heart, more than me, because I’m older, my spirit is older than hers. She’s more cheerful.’ (A 34, wife 56)

The respondents stated that their wives worried a lot more about their age and their looks than they do:

‘My wife is going through a depression, she has a great body, because she goes to the gym, but her face is showing some signs, it isn’t much worth hiding them. She keeps asking: ‘will you still want me when I’m 65?’ ‘Of course, you’ll still be the same babe’. She’s obsessed about asking whether I want her to turn off the lights when we have sex. No need to, I like the lights on, it’s even better if there is a mirror.’ (E 40, wife 56)

‘She even tries to hide some things. I don’t really care, but you can feel that she’s kind of tense, and she asks me to be straight with her: ‘When you no longer feel attracted to me, tell me and I’ll understand.’ (J 25, wife 41)

They seem not to see, or rather not to care about the signs of age or their wives’ defects: ‘Sometimes I see her fearful, she says that she’s getting old, it’s just that this isn’t what I see, I see her essence, I don’t see her skin, if it’s soft, it’s all perfect to me. I don’t see any defects, but I feel her concern, that she will soon turn 60 years old. I say: ‘You look beautiful! Why do you want to do a boob job? You don’t need to, your breasts are beautiful. Are you doing it for someone else?’ ‘No, I’m doing it for you.’ ‘If you’re doing it for me, just leave it the way it is’. She doesn’t take it out of her mind, she’ll save enough money to do that. But for me there’s no need to.’ (R 36, wife 56)

They do not consider their wives older than them, which can be explained by the idea of playfulness that is associated with traits such as sense of humour, joy, optimism, and energy.

4.3 SHE IS GREATER

The number of positive attributes that they associate with their wives is extraordinary. The respondents stress that they are: charismatic, generous, loving, caring, dedicated, friendly, fun, cheerful, high-spirited, funny, laughing, playful, lively, understanding, partners, companions, available, joyful, among many other positive things. One of them even goes on to say: ‘She has no defects. For me, she’s the most perfect woman in the

world'. 'I think that intelligence is an aphrodisiac. My wife guides me, she enlightens me a lot, she's a very wise person, she's very experienced, she's my balm. I rest my mind quietly, feeling secure. We get along very well sexually, our ideas and our values are very similar.' (R 36, wife 56)

The male discourse about their wives is one of permanent love, admiration, respect, interest and, often, gratitude. Their wives are the ones who hold the main capital of the relationship. They are special precisely because they are older, more experienced, mature, and secure. For their husbands, this capital is much more important in a love relationship than female youth. In this sense, these women are far greater than any other woman, even those that are younger and more beautiful: 'I'm afraid of losing her, where will I find a woman like her?' (E 40, wife 56)

For the husbands, female youth is not a value, but a lack of value. Female youth means settlings, insecurity, immaturity, faults, and childishness. More mature women are able to give them much more:

'Older women are more sensual than the younger ones. 18-year-old girls are more careless, they want to wear flip-flops, while more mature women are tidier, more elegant, more fragrant.' (E 40, wife 56)

'She loves to please me. She likes buying my clothes, doing my nails, doing my feet. She likes feeding me. When I'm asleep, she walks on her toes, she doesn't let anyone make noise, she takes the phone off the hook. She always goes into the trouble of cooking the meals I like. She does all she can to please me. Would a younger woman ever do that?' (R 36, wife 55)

'Owing to the fact that she's more experienced, she doesn't push it. Younger women push it a lot.' (J 25, wife 41)

5. THE FEMALE DISCOURSE: HE MAKES ME FEEL SPECIAL

The analysis of the female discourses makes it easy to understand that they foreground the fact that these women feel special to their husbands. They claim that their husbands depend on them, that they seek their full-time attention, that they feel jealous of them. It is very interesting to note that the main capital for the men are the features related to 'what the women are', whereas the female discourse is focused on what 'he makes me feel'.

The main qualities of their husbands lie with the fact that their husbands make them feel that they are special and greater than the other women, especially younger ones.

1. He makes me feel special;
2. He makes me feel young;
3. He makes me feel safe.

5.1 HE MAKES ME FEEL SPECIAL

Interestingly, as Neves demonstrates, the women surveyed talk a lot more about themselves than about their husbands, unlike the husbands, who spend more time talking about the positive attributes of their wives. They are very self-praising, apparently wishing to justify their husband's interest in them, as if it were necessary to compensate for their lack of youth with an excess of other attributes.

The compliments that they make themselves seem to work as a compensation mechanism: the fact that they are older and therefore having several qualities that younger women lack makes them special or even 'greater' women. In this sense, it can be said that they transform the lack of youth into a virtue. Or, as Erving Goffman (1975) would argue, they manipulate the possible stigmata to produce a situation of greatness.

In a way, they resort to the same self-justifying mechanism as those women who have an affair with married men (Goldenberg, 2009). The mistresses that I surveyed state being greater than the betrayed wives because they are unique and special to their lovers, emphasizing that they have an affair with them out of desire, rather than out of family or social obligations. They highlight the no-obligation relationships, as well as the fact that their lovers choose to have an affair with them out of pleasure and companionship, without any financial or other dependence.

Women who are married to younger men also have the same kind of self-justifying discourse:

'I think it's a matter of attitude, of being secure. He knows I have an affair with him because I want to, and that when I no longer want to, I'll leave.'
(D 39, husband 28)

'From the perspective of sensuality, a woman our age knows her body much better, she knows what she sexually wants more than a 23-year old girl.'
(K 46, husband 35)

They emphasise that they receive many compliments from their husbands.

'He praises me a lot. Sometimes I say I'm full of faults. I cook some food, he always says it's delicious, he says that I don't have any faults, I don't have cellulitis. I don't get worried. Sometimes I see my acquaintances' concern and recall the striking difference between us. He keeps saying: 'Everything you do is perfect.' I ask him to point out my faults so I can improve on them, but he keeps saying I don't have any defects.'
(C 56, husband 36)

'He always praises me. I look awful and he says: 'You're beautiful, you're just beautiful no matter what'. I look myself in the mirror and I see an old wrinkled woman. 'Let it go.' He is jealous, the phone rings: 'Who's calling you?'"
(G 56, husband 34)

As I emphasized elsewhere (Goldenberg, 2008; 2010), the Brazilian women want to be the only one in a man's life. For them the primary male quality is the ability to make them feel special in an extremely competitive marriage market: 'I think the respect, the love he has for me, and we like the same things. He admires me a lot and respects me for being more secure.' (M 50, husband 35)

A husband is a real capital in a marriage market in which the amount of men available is scarce (Goldenberg, 2010). The female competition for a husband, especially in the age group of those surveyed, is very big. They then emphasize their own superiority and worth in this competitive market to justify their husband's choice for them, amid such a large supply of younger women.

5.2 HE MAKES ME FEEL YOUNG

The female discourse is identical to the male discourse: both concur that he is the old one in the relationship, not her.

It is interesting to observe how those women surveyed are keen to claim that the husbands are older than them, that they have 'the mind of an old man', and that they behave like old men. Indeed, they are younger than their husbands, as far as behaviour, personality and mind are concerned: 'He's the one who has an old mind, he just likes old stuff, starting with me. The songs are old, sad, he doesn't like going to the theatre, to the cinema, he doesn't like going out, visiting other people, going for a walk. He eats steak and fries every day, he doesn't like going out to eat, he doesn't like having fun.' (G 56, husband 34)

Chronological age, in this case, matters less than the young mind or behaviour: active, joyful, available, communicative, social and partying: 'My situation is kind of stark, I'm 56, my husband is 36. But I think it's just the temper, the mood, the way you see life. Because at home he is the old one, because I want to do all sorts of things, I wake up bearing a smile from ear to ear, all is well with me, I don't care about distance, I don't mind going to popular festivals, and he does. He is more shy, quieter, he's always been like that.' (C 56, husband 36)

5.3 HE MAKES ME FEEL SAFE

All the women surveyed state that their relationship started as a joke with no expectations and commitments. They did not think about the future and believed that the relationship would not last long. They just wanted to have fun and enjoy the moment. Depending on the age difference, they used to think that the relationship would end quickly and that they would soon find a younger girlfriend. However, the occasional relationship unintentionally transformed into a lasting relationship.

We may be led into thinking that the very fact that the relationship was seen by them as fooling around ended up strengthening the love and admiration that the men felt for them. All the male respondents highlighted their wives' lightness, sense of humour and joy as key qualities that set them apart from younger women, who are deemed insecure, controlling, obsessed, gooeey and childish.

The wives say that they feel safe with their husbands. They stress that their husbands are the ones who feel jealous, not them, which demonstrates that the men are the one who feel more insecure:

‘We don’t fight, there are no problems of infidelity. On the day the age hits, we’ll sit down and talk, we’re going to live one day at a time. No feeling of insecurity. If a woman gazes at him, I feel jealous, but I look at her, I check whether she’s in good shape to make the comparison that we all women do. If she is, I hold my cookie and bring him home. I was jealous of the people I dated when I was younger, not of him.’ (C 56, husband 36)

‘I’m not jealous of him, but he is very jealous of me. When I’m at work, I ring him: ‘Go to the beach, go see some buttocks’. He replies: ‘No, I don’t want to, I want to stay home, I’ll see yours when you get home’. He’s great with me, he’s a great partner. I work in the morning and he works in the afternoon, he stays home and does the laundry, he tidies the house, he washes the windows, and then he says: ‘I’ve taken care of everything so that you can get home and watch TV, don’t go out. Wait for me, and in the evening I’ll hump you’.’ (G 56, husband 34)

They say that their husbands are needy and feel jealous of the attention that their wives devote to other people: their children, grandchildren, friends, relatives, etc. The husbands want to be the centre of their attention: ‘My husband is the age of my children. At first, they wouldn’t believe, no one does. If you tell me that a 56-year old woman has a 36-year old husband. But I don’t care, we must be happy, no one can be unhappy just to please other people. But there is some jealousy. He’s very jealous of the attention I give to my children and grandchildren. Juvenile implications. He competes against them. He wants attention, affection and care for him alone. If I cook something special for my children, I have to cook something for him as well. He seems like a spoiled child’.’ (C 56, husband 36); ‘He likes to feel important, he likes my paying attention to him and I don’t see it as a maternal need for comfort, because sometimes the need of women as mothers, the one who makes the tea, who lays the food on the table, but he likes being given this attention, being pampered, being praised. He demands a lot more of me than I do of him.’ (G 56, husband 34)

5.3 THE HELL IS THE OTHER WOMEN

For the women surveyed, the gaze of the others at the couple is a cause for embarrassment and shame. The men seem unfazed by what others think, and don’t even seem to pay attention to this gaze. It is as if they were much more vulnerable and attentive to the slightest sign of social disapproval:

‘When we go to the supermarket, women look at us like we had just arrived from another planet. I feel ashamed, and he is very affectionate, those women keep gazing at us and I don’t know where to hide my head.’ (D 50, husband 32)

'I was ashamed of kissing him on the street, I felt bad, as if I was doing something terrible, wrong. He hugged me and I felt as if he were my child, I didn't want to feel that way, on the street. But it was sheer prejudice.' (V 49, husband 39)

The women surveyed believe that they are thought to financially support their husbands, which may seem like the only reason for men to get married. There seems to be, on their part, a need to justify the marriage for other 'more noble' reasons; 'I have the impression that when I walked by with him the neighbours thought: 'She must earn much more than him, she is financially supporting him'.' (V 49, husband 39); 'No matter how hard he works, people always get the impression that I support him. As I'm older, I seem to have more money. Other people think that I support him. But he's got his job and earns more than I do.' (D 50, husband 32)

Their friends also showed some concern and prejudice about the women surveyed marrying younger men.:

'I've heard it loud and clear, when he was at University, that I was the one who paid the bills. I heard my own mother and my friends saying that he was dating me just out of interest, that it was nothing serious.' (L 38, husband 28)

"You see! He thinks that you are well off because you live in Leme, that you'll financially support him!" This is all too common, people really think that way. Including my friends. They used to say that I deserved better, some of them even stopped talking to me.' (F 51, husband 41)

They report numerous situations in which the husband is mistaken for a son: 'I went out and the other people, I felt embarrassed, they asked me if he was my son. Sometimes I said he was.' (G 56, husband 34)

In this confrontation with the gaze of the other, the men are those responsible for enforcing the role of husband, as they seem to care less about other people's judgments: 'Due to his age, I always called him my son. He responded: 'I'm not your son, what a craze! I'm your husband, you have to treat me as your husband, not as your son. You don't have to say that I'm your son, I'm your husband.' Since then I became less fearful.' (G 56, husband 34)

Perhaps Brazilian men care less about other people's judgments than women, who are expected, as Pierre Bourdieu (2010) argued, to be submissive, discrete, restrained, as they are shaped themselves as a symbolic object, whose being exists through and for the gaze of others. For the author, the woman's dignity is partly confirmed by the fact that the man takes on the dominant role in the couple, at least apparently, including an older age.

The women surveyed showed that the biggest obstacles to the relationship originated in their mothers and mothers-in-law. Their daughters, who are often the same age as their husbands, picked many fights and brought along difficult situations, especially in the beginning of the relationship:

‘In the beginning, my daughter was against it: ‘mom, you’re crazy, don’t you see that he’s too young?’ ‘I’m just dating him.’ She rejected it for a little, as daughters do.’ (V 49, husband 39)

‘My daughter is 33 and he is 32. When she met him: ‘is he your son?’ I said: ‘I have no sons.’ (D 50, husband 32)

As Neves stated, their mothers could be led into believing that they could get hurt because younger men would just look for sex, have fun, and then leave: ‘To this day my mother says: ‘You’re much older than him, so this is just casual.’ I have always put her in her place: ‘You had your story, I’m so sorry if you wanted to have a little housewife life; I don’t, any longer, I want to be happy until the last minute of my life.’ (A 48, husband 33)

Neves suggests that the advice given to the women surveyed by their mothers assume that the man is one who has fun and the woman the one that gets hurt. Therefore, fun would be something that is not equal between the sexes within affective and sexual relationships: ‘My mother used to say that he just wanted to play, but I just wanted to play, too. I didn’t want a serious relationship, I met him out one night. ‘I’ll doink this guy, then I won’t ever see him again, anyway.’ Only I think he liked the doinks, so we kept going out until this day.’ (K 46, husband 35); ‘You’re too old for him! Don’t you feel ashamed?’ Basically, I did, I felt ashamed and I was fearful. Everyone used to say: ‘He’s so young, do you really think that he’ll want to have something with you? He’ll want a good life.’ (G 56, husband 34); ‘My mother kept saying: ‘You’re much older than him, so this is just casual. He won’t take it seriously, ever.’ (A 48, husband 33)

Their mothers-in-law, their husbands’ mothers, were also obstacles that had to be overcome.

‘I get along much better with his father than with his mother. His father has always treated me well, but his mother kept saying, provocatively: ‘My son will have to give me a grandchild’.’ (G 56, husband 34)

‘The hardest part was convincing his mother that he would be with an older woman that can no longer have children. His mother said: ‘How can you stay with her, she can’t give you any children.’ In the future he may think: ‘I lived my whole life and haven’t left any marks, I don’t have any children.’ I’m afraid that he might want to have children. I wanted to adopt a child but he said: ‘We have your granddaughters, I see no need to adopt any children.’ (V 49, husband 39)

‘His mother showed a lot of resistance: ‘An older woman, what does she want from my baby?’ What’s more is that he was at university. I don’t really care what people say; I care a lot more about what I think. At first, people made only jokes, saying for example that I had to have botox earlier than expected. His mother is not much older than me. She’s 47, she’s a young

woman, too. She's separated from her husband and pinned all her dreams on her son, and suddenly I went there and took him from her. She came up with the botox joke, in a manner of saying: 'My son will look younger for a longer time and you'll look old'. I replied: 'But I'll never have botox because beauty just ends'. She realised I wasn't just flirting with him, just as he wasn't flirting with me.' (L 38, husband 28)

Neves hypothesises that those who are closer to each other have the courage to say what they think, as well as to express what is most cruel in the social imagination. According to the author, a second hypothesis would consist of seeing such warnings as a concern that sought to avoid their suffering, considering the case of social judgments. The women in both their and their husbands' families seem to materialise the more general negative representations about the relationships between younger men and older women.

As is argued by Howard Becker (1966), there is no reason to assume that only those that commit a deviant act have the urge or the desire to do so. According to him, it is very likely that many individuals have the desire to adopt a deviant behaviour. At least in our fantasies, we all are much more devious than we seem.

The author believes that, rather than asking why those that are seen as devious want to do forbidden things, we should ask why is it that most people do not fulfil their devious desires.

According to Becker, social groups create the deviance by making the rules and applying those rules to particular people, labelling them as marginal or devious. Therefore, the deviation is not a feature of the act performed, but rather a consequence of the application of rules and sanctions to a wrongdoer by others. The deviant behaviour is the one that others label as such.

It can be seen, in the couples surveyed, that the women interiorise the deviance charges, feeling embarrassed and ashamed, or creating obstacles to the marriages in which they are older than their husbands. In the male discourse, the deviance charges are not internalised. They do not talk about shame or embarrassment. They do not raise any obstacles. They may perceive themselves as being different from most men, but not as devious. This difference is perceived by them as something positive, because they believe that they are married to very special women, who are greater than most women. This is a striking difference, a trace of superiority, and a source of pride, not shame.

It is interesting to note that the greatest prejudice against this kind of marriage derives precisely from women. As the statements reveal, women themselves are the ones that run contrary to this type of marital arrangement, not men. They are the ones who feel more insecure, ashamed or embarrassed for marrying a younger man, and they, too, are the ones that raise more obstacles.

This suggests that the age taboo is something essentially feminine. Women are the ones who show more prominently constraint and concern for the fact that they are older than their husbands. Although they are the ones that are most affected by prejudice and accusations, women are the ones who more strongly resist the destruction of the age taboo.

6. RECIPROCATION + RECOGNITION: THE SECRET TO A HAPPY MARRIAGE

Elsewhere (Goldenberg, 2008; 2010) I demonstrated that women complain a lot about their partners and state that they would like them to be more considerate, romantic, available, respectful, appreciative, etc. Moreover, men would like their partners to be less annoying, jealous, gooeey, dependent, demanding, perfectionist, etc.

The couples surveyed seem to find a compensatory logic, as they reverse the logic of male domination, which, according to Bourdieu (2010), requires that men are superior to women in age as in other features (such as power, prestige, money, etc.). Women are older, but they are considered to be less annoying, less childish, less jealous, less burdensome, less complaining, less gooeey, less insecure, less obsessed, etc. Men are younger, but they are more attentive, more romantic, more affectionate, more dedicated, more faithful, etc.

What can be observed in the statements analysed is that the worth of the women in their marriages seems to lie with qualities other than the young body. Their main capital is their ability to teach something, to change the worldview, to guide, in addition to their ability for taking care, for their companionship, affection, attention and understanding. Women are charismatic, good-humoured, cheerful, joyful, they are considered to be extremely generous and available to their husbands, as well as to their relatives and friends.

Odd as it may seem, despite this type of relationship being considered unequal, I observed a rather balanced situation involving the surveyed men and women. The women appear to be perceived as trying much harder than men in terms of social rank, maturity, experience, care, affection, attention, etc. However, men give them what Brazilian women want most: a sense of being unique and special. They are appraised, admired and constantly given a proof of their superiority when compared to younger women.

The men recurrently resort to the idea of 'salvation' to justify their love for their wives. Especially early in the relationship the men say that their wives 'saved' their lives, by guiding them in a better direction, by taking care of them, by helping them stay away from drugs and bad company. Many of them said that before they met their wives, they 'were lost in the world'. Furthermore, the very idea of 'salvation' can be applied to the women: the men saved them from their invisibility in an affective and sexual market that values female youth.

'Salvation' is an interesting word to apply to male and female discourse. The women 'saved' their husbands from drugs, bad company, binge drinking and perhaps early death. The women saw in their husbands the possibility of being better people, of studying, working, having a family and a happy life. These women saw in their partners what was invisible to themselves and to others. These men are grateful for this recognition. They, conversely, 'saved' their women from social invisibility. They saw in them essentially superior women, thus not valuing the youthful looks. These men showed that other values and attributes are much more important for a sound relationship. They, too, saw in them what is invisible and unappreciated by others, and, in many instances, by the women themselves. They 'saved' their wives from 'symbolic death' or 'social death'. These women are grateful for this recognition. And both 'saved' their marriages from

routine, from wear and tear, from 'sameness', from accommodation, from the 'death' of love, from the end of admiration. Both feel fully satisfied and recognised.

A relationship that has to face the age taboo, that has to overcome family obstacles and battle insecurities, prejudice and accusations appears to be much more satisfying than more socially acceptable relationships. They both, man and woman, try their best, and not their worst, with their spouse as is the case of many marriages that I studied (Goldenberg, 2008). The men surveyed do not have the same sense of security and stability that causes the wear and tear underlying the daily routine, the 'sameness' and the accommodation, of many marriages. Both need to 'try harder' than conventional couples to stay together.

In an extremely disadvantageous affective and sexual market for women, especially for those in the age group of the women surveyed, having a passionate and faithful husband is a reason for satisfaction. The husband, in this case, is an even more valued asset due to the fact that he chose an older woman when he could have chosen a younger one from a range of possibilities in the marriage market. The women surveyed feel doubly powerful: on the one hand, they have the marital capital, and, on the other, they are considered to be more interesting and desirable than younger women. Furthermore, in a culture where the body is an asset, these women feel that they have not lost their worth because they have aged. Rather on the contrary, they feel that they gained love, admiration and recognition for other types of capital that they have amassed throughout their lives.

As was argued by Elza Berquó (1998), very few studies have been conducted on other trading currencies, besides youth, offered by women and accepted by men in the marriage market. I hope this work has contributed to the discussion of the many other extremely valuable trading currencies in contemporary affective and sexual relationships. I believe that it can be stated, by resorting to the cases studied, that for many Brazilian men, the main asset of a happy marriage is something that can only be found in an older woman. However, many women do not recognise the worth of their own experience, maturity and all they conquered throughout their lives. They consequently suffer excessively from the passage of time.

As I realised the satisfaction of the couples surveyed, I found that, rather than asking why certain men marry older women, I should investigate the reasons why most Brazilian men still prefer getting married to younger women. I should also investigate the reasons why most Brazilian women are led into accepting and reinforcing the age taboo, resorting to their fears, insecurity and prejudice.

REFERENCES

- Becker, H. (1966). *Outsiders: studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press.
- Berquó, E. (1998). Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In E. Berquó, *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da Intimidade Contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bourdieu, P. (2007). *A distinção*. São Paulo: Edusp.

- Bourdieu, P. (2010). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Goffman, E. (1975). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Goldenberg, M. (2002). *Nu & Vestido*. Rio de Janeiro: Record.
- Goldenberg, M. (2007). *O corpo como capital*. São Paulo: Estação das Letras e Cores.
- Goldenberg, M. (2008). *Coroas: corpo, envelhecimento e felicidade*. Rio de Janeiro: Record.
- Goldenberg, M. (2009). *A Outra*. Rio de Janeiro: BestBolso.
- Goldenberg, M. (2010). *Intimidade*. Rio de Janeiro: Record.
- Goldenberg, M. (2011). *Corpo, envelhecimento e felicidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Goldenberg, M. (2013). *A bela velhice*. Rio de Janeiro: Record.
- Mauss, M. (1974). *As técnicas corporais. Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU/EDUSP.
- Neves, D. (2011). *O tabu da idade e os papéis de gênero nas relações conjugais*. Trabalho de conclusão da disciplina "Corpo, envelhecimento e felicidade", ministrada por Mirian Goldenberg (PPGSA/IFCS/UFRJ).

Mirian Goldenberg has a doctoral degree in Social Anthropology, from the Postgraduate Programme in Social Anthropology of the Federal University of Rio de Janeiro (PPGAS-UFRJ), where she is a lecturer of the Postgraduate Programme in Sociology and Anthropology (PPGSA-UFRJ). Her research interests are: gender, body, ageing, sexuality and conjugality. She is a columnist of the newspaper Folha de S. Paulo since 2010. She has published several books, including: *A arte de pesquisar* (1997); *Toda mulher é meio Leila Diniz* (2008); *Por que homens e mulheres traem?* (2010); and *A bela velhice* (2013).

E-mail: miriangg@uol.com.br

Universidade Federal do Rio de Janeiro Av. Pedro Calmon, 550 - Cidade Universitária, Rio de Janeiro - RJ, 21941-901, Brazil

O BEIJO SUBVERSIVO QUE SUBVERTE A TELINHA

Tânia Montoro & Maria Luiza Mendonça

RESUMO

A ficção seriada televisiva, a telenovela, um gênero folhetinesco e com muito sucesso no Brasil, tem possibilitado uma autonomia para a indústria nacional do audiovisual, uma vez que a TV brasileira produz a maior parte da programação exibida em horário nobre (20 às 22 horas). Desde a década de 70, passou a exportar telenovelas para países dos cinco continentes incluindo latinos americanos e países socialistas. A persistência de elementos da cultura popular e a presença de elementos narrativos originários de formas reconhecidas, como a literatura de cordel, teatro de revista, as radionovelas e os romances modernos tem feito o sucesso da telenovela na cultura do cotidiano brasileiro e de outros países. Este artigo demonstra, por meio da análise da circulação e consumo do audiovisual, dentro de uma perspectiva dos estudos culturais e estudos feministas e de gênero, as polemicas midiáticas com relação à representação de gênero particularmente da sexualidade na velhice feminina com a criação de tramas e personagens que assumem a homossexualidade, o lesbianismo, a bissexualidade e mesmo, ao deslocar conteúdos que pertenciam à esfera privada para o domínio público e operam também em sentido inverso, saturam o espaço público temas restritos à intimidade.

PALAVRAS-CHAVE

Estudos de gênero; televisão; telenovela; representação audiovisual

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da pesquisa *Narrativas audiovisuais e processos sócio- culturais e midiáticos*, que se desenvolve na linha de pesquisa em *Imagem, som e escrita*, e se constitui em um grupo de investigação de professores, mestrandos e doutorandos do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília — UnB e da Universidade Federal de Goiás — UFG, situadas no Centro Oeste brasileiro.

Ancorando suas preocupações na estreita relação que se estabelece entre representação imagética e construção e configuração de imaginários, a pesquisa tem como objetivo central analisar a representação imaginária da velhice e dos envelhecimentos na narrativa audiovisual contemporânea, problematizando essas singularidades nas construções da(s) identidade(s) de gênero. Uma gama de teses, artigos científicos, resenhas, ensaios tem sido produzido e está disponível no banco de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico(CNPq).

A velhice e os processos de envelhecimentos são questões universais que perpassam as condições sociais e culturais de todas as sociedades. Entretanto a velhice feminina tem significados específicos e individuais que impedem qualquer homogeneização desta faixa etária (Beauvoir, 1990; Bosi, 1987; Butler, 2003). O audiovisual é um dos principais difusores de transformações de comportamentos das sociedades contando

com grande capacidade de abrangência temática e de simulação de realidades por meio de imagens e sons em movimento (Aumont, 2004; Burch, 2006).

Partindo destas premissas e considerando que a narrativa ficcional seriada contemporânea tem sido marcada por realizações audiovisuais que entrecruzam intimidade e cotidiano, temporalidades e subjetividades, as vivências dos processos de envelhecimentos tomaram visibilidades em parte das tramas dos folhetins eletrônicos; o que possibilitou a aproximação entre espectadores e personagens. “A análise destes produtos narrativos audiovisuais é uma oportunidade privilegiada para refletirmos sobre a sociedade como um todo, seja do ponto de vista global ou nacional, cultural, pessoal ou mercadológico” (Caldas & Montoro, 2006, p. 157).

Como um sistema de representação a narrativa audiovisual constitui “uma atividade que constrói significados por meio da materialidade das imagens e sons” (Montoro, 2009, p.19). Este sistema de representação nos ajuda a conferir sentido à nossa experiência, auxilia no processo de construção identitária e nos ajuda a transitar pelas complexas redes contemporâneas de instituições, papéis e subjetividades.

As imagens, representações esparsas e fragmentadas da totalidade social acabam construindo um todo coerente — o imaginário social — por meio do qual nós percebemos os “mundos”, as “realidades vividas” dos outros e, imaginariamente, reconstruímos as suas vidas e as nossas, de modo inteligível, dentro de uma totalidade vivida e vivenciada (Montoro, 2006, p.19).

Examinar a construção de identidades de gênero dentro da narrativa seriada ficcional da televisão brasileira, particularmente, no estudo das telenovelas brasileiras — premiadas mundo afora, distribuídas e vendidas para mais de 40 países, nos oferece a possibilidade de tomar o espaço da visualidade em sua intimidade, nos dramas e nas tramas das histórias das heroínas e vilões de um país desigual, múltiplo, sensual, que transita entre o urbano e rural que ancora na diversidade seu maior patrimônio imaterial.

As telenovelas têm constituído um importante material para os estudos das ciências da comunicação e cultura em função de ser um campo aberto para a compreensão de como as subjetividades são construídas e apresentadas ao telespectador, Para além de seu valor artístico, ligado à dramaturgia, tal como o teatro, o cinema e outras manifestações a telenovela constitui uma ferramenta de criação e transmissão de crenças e costumes, de normas, de modos de ser e de viver, de um *ethos*, portanto.

Moldada pela visão da classe média, a telenovela é responsável por trazer novidades às casas dos telespectadores que não possuem outras formas de entretenimento além de ser um retrato — nem sempre fiel — da sociedade, fortemente influenciada pela cultura de massa. Para Daniela Jakubaszko (2010, p. 15):

... o processo de aceitação da telenovela enquanto objeto de estudo científico se fez de modo bastante lento e repleto de desafios, conflitos e controvérsias. Romper com o pensamento predominante de que ela seria um produto de pouca importância, menor em termos artísticos, e quase sempre descrito como alienante, foi a tarefa de muitos estudos a ela dedicados.

(...) Pode-se dizer hoje, que já existe no meio acadêmico consenso sobre a relevância e a necessidade de empreender, das mais diversas formas, investigações acerca da produção, circulação e recepção e consumo das telenovelas. Não é mais possível negar a influência e a penetração deste produto na vida cotidiana dos brasileiros e latino americanos.

A família brasileira vem passando por transformações singulares ao longo das últimas três décadas requerendo que, no plano jurídico e legal não exista um sentido unívoco acerca do que é família. Amazonas e Braga (2006 apud Scorsolini-Comin & Santos, 2012) referem-se a uma trans-historicidade do laço familiar, conceito que traz a ideia de movimento e dos processos de constante reconstrução da família, em oposição a uma noção cristalizada de família como algo eterno e referente de um único modelo. Entre os fatores que têm contribuído para essas transformações, podemos elencar as transições de ordem cultural, econômica, política, e social, que tem mobilizado reflexões contemporâneas e torno do parentesco, dos diferentes arranjos familiares, bom como das rupturas e das redefinições dos papéis parentais e de gênero.

1. UM POUQUINHO DA TELENOVELA BRASILEIRA

Na década de 1970, a televisão brasileira começou a exibir seus programas a cores, com a telenovela *O bem amado*. Em 1971, a Rede Globo instala seu departamento de marketing e cinco anos depois, a telenovela brasileira Gabriela baseada no livro do escritor baiano Jorge Amado dá início a exportações e prêmios internacionais. Quando foi exibida em Portugal, tal produção e mobilizou a imaginação dos portugueses que saíam de um isolamento imposto por um regime totalitário. Só a título de ilustração esta telenovela foi sucesso em países latino-americanos e do bloco socialista como Cuba, União Soviética e China.

Apesar da censura sobre os meios de comunicação no Brasil, durante a ditadura militar, proibindo inteiramente telenovelas gravadas e finalizadas de serem exibidas ao público, como *Roque Santeiro* (1975) ou *Despedida de Casado* (1974), vale salientar que as telenovelas percorreram uma trajetória de liberalização na maneira de representar relações amorosas, o papel da mulher, as mudanças na estrutura familiar. A temporalidade do folhetim eletrônico — gravado e assistido diariamente — faz com que ele se deixe penetrar em alguns improvisos que, de certa forma, é componentes de sua linguagem estrutural. Colado no cotidiano, o folhetim se estrutura a partir de uma continuidade — não de uma coincidência — temporal entre os universos diegéticos e extradiegéticos, abarcando telespectadores e autores.

O telespectador acompanha o desenrolar lento e repetitivo e os saltos repentinos sem necessariamente assistir todos os capítulos. Ele, ou ela, os filhos e amigos torcem por determinados desdobramentos para o drama de certos personagens, comentam com os colegas de trabalho e informa-se sobre os futuros capítulos na imprensa especializada. Acompanhar ou assistir a uma telenovela é incorporar a trama ao cotidiano e de certa forma participar da dinâmica social que vai definindo os rumos da narrativa.

Dessa forma, o telespectador anônimo está incorporado à dinâmica do fazer a telenovela, uma vez que eventualmente participam como telespectadores privilegiados – militantes de movimentos sociais, políticos e empresários, fãs que tornam suas opiniões públicas por meio de pronunciamentos na imprensa, ações noticiadas e nas redes sociais que tomamos para exemplificar o movimento mobilizador que esta comunicação produz.

Com bases em pesquisas de audiência, perfil de público e grupos de discussões as emissoras brasileiras de televisão, particularmente, a rede Globo de televisão, pesquisam hábitos cotidianos de cidadãos, consumidores, telespectadores em potencial. A experiência acumulada ao longo dos anos gerou um conhecimento detalhado dentro do escopo da teoria da recepção — de que os telespectadores são ativos interpretes do que veem, em última instância detentores do poder de criar e aniquilar vínculos de lealdade com segmentos específicos do público¹.

Para criar e manter uma audiência fiel, a rede Globo gerou uma rotina complexa de procedimentos de pesquisa que alimenta uma interlocução. Informações recolhidas com os telespectadores por meio de grupos de discussão geram respostas como novidades na programação e *spin offs*² capazes de surpreender, cativar e estimular a repercussão. No caso das telenovelas, novidade significa apresentar novos cenários, moda, trilhas sonoras, inovações tecnológicas e “temas polêmicos”. E podemos afirmar que a homossexualidade é um destes temas, porque de forma embrionária desde a década de 80, o assunto começa a aparecer nas tramas das telenovelas. De forma velada, somente como um índice, como forma de tangenciar a questão.

A denominada — telenovela das oito — da rede Globo de televisão veiculada em todo vasto território nacional é um hábito de consumo cultural e audiovisual totalmente incorporado ao comportamento cotidiano dos brasileiros. Decorre daí a relevância em examinar a forma como a televisão vem sendo incorporada no cotidiano das pessoas e como o cotidiano vem sendo revelado e incorporado a televisão com intuito de identificar personagens e sistemas de representação de normatização tomando uma programação específica (um canal de TV) e um produto audiovisual singular a (telenovela brasileira contemporânea), em sua relação com o universo simbólico das questões amplas dos estudos culturais e estudos feministas de cinema e televisão.

As análises das narrativas audiovisuais de conteúdo e consumo oferecem um mapa cognitivo que orientam um horizonte teórico e metodológico, um mergulho que nos permite formular uma cartografia de significados e uma topografia do sistema representacional considerando as audiovisualidades como protagonistas da cena midiática cotidiana e contemporânea. Nesta perspectiva e dentro de um marco de estudos da recepção dos produtos mediáticos contemporâneos que associados, a emergência de sujeitos, subjetividades, contextos e história passam a indicar possibilidades de significação.

Concebendo a imagem audiovisual no sentido proposto por Aumont (1995, p. 24) como aquela imagem delimitada por um quadro — o espaço da tela da televisão (mesmo

¹ Acerca da teoria da recepção, ver Hall (2003).

² *Spin offs* são produtos como livros, CDs, peças de roupa, cards, videogames, blogs, etc, veiculado em uma mídia, mas que replica em outras.

com a limitação de suporte, por ser a tv uma tela doméstica, ela mobiliza imaginários — um campo que nos transmite a ilusão de toda imagem), a análise empreendida tem como objeto refletir sobre algumas questões que estão mobilizando³ corações e mentes no Brasil, e fora dele, a partir da telenovela *Babilônia*, que vem produzindo sentidos pelos media, com disputa de fixação de significados sociais e legítimos. Dessa forma, busca-se identificar as controvérsias e polêmicas que circulam na recepção de dois temas controversos e singulares: o envelhecimento e a orientação sexual.

2. SEXUALIDADES E ENVELHECIMENTOS MOBILIZAM REDES SOCIAIS

Por intermédio da observação de postagens nas redes sociais, em especial no *Facebook* e em sítios especializados em noticiários sobre atores e “celebridades” durante a última semana de abril, pretende-se acompanhar e questionar a polarização das manifestações públicas acerca da nova novela exibida pela Rede Globo no horário “nobre” (21 horas), *Babilônia*, do experiente diretor e ator Denis Carvalho. O que está provocando toda essa mobilização extremada é a existência, na trama do folhetim, de um casal de lésbicas idosas que, já no primeiro capítulo, se beijam e dias depois começam a preparação para o casamento, a união oficial de uma casal de quase quarenta anos de vida comum.

Não é a primeira vez que os folhetins televisivos inserem relações homoafetivas em suas tramas; mas a grande novidade é que são duas senhoras idosas, bem sucedidas, elegantes e gentis representadas por duas atrizes altamente conceituadas nos palcos teatrais e no cinema, Fernanda Montenegro e Nathália Timberg, ambas com mais de 80 anos. Em novelas anteriores esses casais em geral eram bem jovens e as relações muito mais ingênuas e românticas como soam ser as relações durante a juventude⁴.

Assim, a movimentação atual, que extrapola os meios de comunicação tradicionais e invade as redes sociais não pode deixar de ser motivo de inquietação, de reflexão sobre direitos, portanto, de cidadania. Esse caso aqui abordado é representativo de uma questão mais ampla, a da relação entre a produção de imagens e de narrativas como elementos importantes de uma disputa simbólica pela hegemonia, pela detenção do poder das falas autorizadas, legítimas, oficiais que, irão, também, conferir legitimidade – ou não – a determinadas opções sexuais.

Pode-se acreditar que a homossexualidade feminina, como no caso aqui analisado, encontra-se atravessada pelas relações de temporalidade. As relações de dominação são relações em que as de gênero e temporalidade ocupam um lugar de destaque. Como aponta Bessin e Gaudart (2009, p.2): “as categorias de idade e de sexo não são simples variáveis, mas se articulam para produzir os sistemas de poder”⁵.

³ Na verdade, a disseminação do uso das redes sociais como meios de mobilização pública tem movimentado a cena política brasileira, colocando em confronto partidarismos opostos e manifestações no espaço público. O ocorrido em torno da novela parece um *continuum* dessa disposição histórica.

⁴ Pode-se citar outros exemplos: em 1988 a novela *Vale Tudo*, de Gilberto Braga, apresenta um casal lésbico: Cecília e Laís (a primeira morre logo no início); em 2003, *Mulheres Apaixonadas*, de Manuel Carlos apresenta duas jovens estudantes, Clara e Rafaela, que vivem uma relação homossexual;

⁵ Tradução livre das autoras.

3. PODER E PRODUÇÃO DISCURSIVA

Para tentar compreender um pouco mais esse fenômeno, adota-se aqui a perspectiva que considera a esfera da produção e circulação simbólica como o âmbito em que acontece uma disputa discursiva parte de uma luta política fruto de um processo cultural e histórico para a fixação dos sentidos em uma sociedade determinada e é, simultaneamente, um *lócus* privilegiado de construção de subjetividades e de (re)conhecimento, por parte dos indivíduos, de suas reais condições de vida, suas possibilidades suas expectativas e histórico para a fixação dos sentidos em uma sociedade determinada.

A produção da subjetividade, nessa compreensão, não é centrada no indivíduo, mas é um processo social em que estão presentes também os espaços independentes de articulação e de circulação dos discursos hegemônicos, oficiais e legítimos, assim como aqueles dissidentes ou apenas emergentes. Essa luta discursiva que opera na esfera da produção simbólica vale-se das políticas de visibilidade que são, ao mesmo tempo políticas de invisibilidade, de estratégias adotadas pelas grandes instituições produtoras de sentido, aí incluídos os meios de comunicação e as religiões.

Essa disputa expõe, com maior ou menor evidência, dependendo do momento sócio-histórico, os conflitos culturais muitas vezes latentes nas sociedades e que giram em torno de conquistas de novos espaços cidadãos, nas manifestações pela diminuição das desigualdades, pelas relações mais simétricas entre indivíduos e grupos, o que pressupõe um avanço sobre um espaço já conquistado pelas ideias (pré) estabelecidas.

As estratégias discursivas fazem uso das escolhas sobre o que e como mostrar ao público de maneira a fazer parecer naturais relações sociais arbitrárias, e a prover uma visão de mundo consensual em que prevalece a ilusão de unidade e na qual a divisão da sociedade e dos conflitos aí existentes são dissimulados, ocultados. Inserir as expressões culturais no campo da produção simbólica implica também referi-las às formas específicas como acontecem a produção e a reprodução do aprendizado das relações sociais, às formas de sociabilidade, às maneiras “adequadas” de estabelecer relações afetivas, bem como o que se espera de indivíduos em processo de envelhecimento.

As políticas de visibilidade são elementos importantes para a composição do campo das representações sociais em uma determinada época em uma sociedade. Construídas de forma particular em cada tempo e lugar, e com um caráter arbitrário, essas formas de representar indivíduos e grupos estão vinculadas às condições materiais de existência, e a diferenciação dessas condições no interior da sociedade possibilita o surgimento de conteúdos culturais e simbólicos que refletem concepções e interesses diferentes e conflitantes.

O campo da cultura e das representações simbólicas, principalmente por suas características valorativas, vai se constituir em um dos núcleos geradores de identidade para indivíduos e grupos na medida em que pode agregá-los e, ao mesmo tempo, diferenciá-los dos outros. Essas características tornam necessária não dissociar a análise das culturas das relações de poder existentes nas sociedades, porque da mesma maneira como há os discursos legitimados, naturalizados, também existem aqueles periféricos, emergentes ou mesmo marginais.

Além disso, o campo das representações é o lugar da referência, em que indivíduos ou grupos se identificam, se percebem retratados, verificam sua existência simbólica. Por meio das formas como são representados podem se definir, ver seus desejos e possibilidades publicamente expressados. Não sem razão, os movimentos sociais em determinado momento de sua luta reivindicam a alteração nas formas de representação e exigem uma representação que seja coerente com a realidade vivida, e nesse caso podem-se citar o feminista e o movimento negro, dentre outros.

Em relação à população idosa, o psiquiatra e estudioso do processo de envelhecimento, Gérard Le Gouès (2008), enfatiza que essa representação mental de si mesmo obedece a um duplo movimento: a capacidade de adquirir qualidades e a capacidade de conservá-las. No primeiro movimento, essa capacidade de adquirir qualidades refere-se à possibilidade de identificar-se com modelos do que se quer ser, se não realmente, ao menos no mundo ideal. Em relação ao envelhecimento, o processo de identificação é difícil, pois os modelos apresentados não são atrativos ou são menos atrativos que os da juventude. Onde estão os velhos “ganhadores” felizes, fazendo inveja, capazes de conquistas e de ser feliz? Para os velhos, não se trata de viver mais, mas de “somar vida aos anos”. Não se trata, portanto, de “preservar um modo de vida juvenil, mesmo porque é ilusão, mas permitir a circulação do prazer”.

No Brasil, as características culturais do País, tornam mais difícil deparar-se com o envelhecimento. É comum a referência ao Brasil como um “país jovem”, numa cultura que valoriza o jovem e o novo como qualidades em si mesmos, em consequência envelhecer significa andar na contracorrente, em especial ao se considerar os apelos midiáticos e estéticos. A relação entre representação e construção de uma imagem positiva de si pode ser mais difícil, principalmente para as mulheres dado o uso de seu corpo como elemento de sedução. Ao homem de meia idade podem-se atribuir valores além de seu corpo físico, como maturidade, charme, poder, conquistas financeiras. Da mulher espera-se, ao contrário, “que ela permaneça sempre bela e sedutora. E, no que diz respeito ao feminino, a sedução se apoia essencialmente sobre a aparência e sobre as estratégias de valorização estética” (Lipovetsky, 2000, p. 63).

Ainda acerca do contexto brasileiro, vale ressaltar que, grande parte dos discursos difundidos pela mídia - tanto os destinados ao público mais amplo, quanto aquele específico para mulheres, aquelas que supostamente estão acima de 50 anos são sub-representadas e, quando o são, prevalecem as visões estereotipadas e/ou como indivíduos que compõem um nicho de mercado a ser explorado por determinados produtos e serviços destinados exatamente ao rejuvenescimento e ao retardamento da velhice, ou seja, retratam e tentam vender uma ilusão.

De forma semelhante, o centramento da sedução sobre o corpo, e não sobre outras qualidades como as conquistas intelectuais e/ou subjetivas, por exemplo, faz com que ela se impossibilite uma vez que o corpo suporta mal as imperfeições que a idade não tarda a lhe infligir (LE GOUËS, 2008). Dessa maneira as experiências sexuais que se alteram com o tempo são também regidas pelas questões de gênero.

A partir dessas considerações de ordem teóricas, parte-se do pressuposto que a ce-leuma causada pelo casal de lésbicas na novela *Babilônia* deve-se a dois fatores capitais:

gênero e temporalidade, aliados ao fato de ser a representação de um amor maduro e que não teme se mostrar publicamente. As observações das publicações nas redes sociais deverão fornecer elementos para demonstrar a suposição que guia esse trabalho.

4. BABILÔNIA É AQUI!

Embora a sinopse da novela não tenha sido divulgada pela Rede Globo, publicações disponíveis nos *sites*⁶ da emissora dão conta de que a trama gira em torno de três mulheres ambiciosas. Entre traições, assassinios, corrupção, prostituição entre outras mazelas sociais mostradas ao público, existe um núcleo familiar formado por duas senhoras idosas, que vivem uma união homoafetiva há quase quarenta anos. O neto de uma delas as trata como mães.

Na fase atual do desenvolvimento da telenovela, as duas senhoras preparam o casamento homoafetivo, há pouco tempo tornado possível legalmente no Brasil⁷. Os sites mencionados informam também que o beijo entre as duas personagens (fig.1), veiculado já no primeiro capítulo, não deverá se repetir, assim como a troca de carícias entre elas. Por outro lado, tórridas cenas de amor e de sexo entre casais heterossexuais são apresentadas no mesmo folhetim sem maiores pudores.



Figura 1: Cena do beijo lésbico - Novela Babilônia
Fonte: www.purepeople.com.br

Em função disso pode-se perguntar a razão de tanto escândalo provocado pelo beijo entre as atrizes Fernanda Montenegro e Nathália Timberg, que representam personagens lésbicas. Houve disputas acirradas nas redes sociais, entre os contra e a favor, nas quais se destaca o recurso a ofensas pessoais e palavras de baixo calão. Como exemplo das publicações sobre tal polêmica, apresentamos aqui duas versões. A primeira constitui-se de trechos da nota de repúdio da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, assinada por seu presidente, o deputado federal João Campos, do PSDB-GO, e divulgada no dia 17 de março de 2015 (dia seguinte à exibição da cena):

⁶ Sites como www.gshow.com.br e www.purepeople.com.br. Acesso em: 11 de abr 2015.

⁷ O Conselho Nacional de Justiça sentiu a necessidade de acabar com essa disparidade entre os estados que autorizam e os que não autorizam o casamento gay, e editou a Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, publicada em 15 de maio de 2013, autorizando de uma vez por todas o casamento entre pessoas do mesmo sexo, seja por habilitação direta, seja por conversão de união estável. Fonte: www.oab-rj.jusbrasil.com.br. Acesso em: 11 de abr. 2015.

A referida telenovela Babilônia tem a clara intenção de afrontar os cristãos em suas convicções e princípios, querendo trazer, de forma impositiva (...) o modismo denominado por eles de 'outra forma de amar' (...) A Frente Parlamentar evangélica convoca todos os evangélicos, todos os cristãos bem como as pessoas que se sentem violentados (sic) por estes constantes estupros morais impostos pela mídia liberal a não assistirem a novela Babilônia... recomenda que não consumam os produtos dos anunciantes que patrocinam esta telenovela.

A segunda, publicada na página pessoal da médica Emmanuelle Lira, no *Facebook* e amplamente repercutida (viralizada) nas redes sociais⁸ expõe em linguagem clara e objetiva se posicionando da seguinte forma :

“Alguns esclarecimentos importantes:

1. O casamento gay é facultativo. Ninguém no Brasil é obrigado a casar com um gay. Se você não é gay, a lei não lhe diz respeito.
2. O Beijo gay é o mesmo que qualquer Beijo. Ser gay é uma característica de pessoas, não de Beijos. Não existe Beijo negro ou Beijo gordo. Ah, também é facultativo. Ninguém é obrigado a beijar alguém do mesmo sexo.
3. A adoção de crianças por casais gays é quando um casal gay adota uma criança de um orfanato, não uma criança da sua casa. Se você não é gay e não é uma criança num orfanato, essa lei não lhe diz respeito.
4. A Globo é só uma emissora dentre muitas. Eu, por exemplo, só tenho Sky e na Paraíba a Sky não tem Globo. Ninguém no Brasil é obrigado a assistir a Novela das 9. Se assiste, é porque quer ver. Então veja.
5. Todos os programas no Brasil têm classificação indicativa. Nenhuma novela é aconselhável pra crianças de 6 ou 7 anos. Então, se você estiver preocupado com seu filho ver Beijo de novela das 9, então a Globo não é o seu maior problema. Vá ler o Estatuto da criança e do adolescente.
6. Se você é cristão, saia do Levítico e do Deuteronomio e vá ler o Sermão da Montanha e aprender o que é tolerância.

Parafraseando a Pitty: nenhuma mulher vai voltar pra cozinha, nenhum negro vai voltar pra senzala e nenhum gay vai voltar pro armário. Entendam isso.”

Parece que a polêmica não termina com essa postagem. Na mesma página do Facebook a médica reclama que vem sendo insultada e tem recebido mensagens: “ridículas me chamando de Bolivariana e esquerdista nojenta (como aconteceu hoje) ou mensagens dizendo que eu vou queimar no fogo do inferno porque estou defendendo homossexuais (como vem acontecendo há uns dias), eu não aceito”.

⁸ Até o momento da redação deste texto a publicação da médica em sua página teve mais de 26.000 compartilhamentos. Acesso em: 11 abr. 2015

Em entrevista à coluna *Quanto Drama!* da jornalista Patrícia Vilalba, publicada no site da revista *Veja* de 22 de março deste ano, a atriz Fernanda Montenegro comentou com espanto as reações radicais de alguns grupos:

A situação toda está muito radicalizada na política, no comportamento. Tudo está muito extremado, e as coisas estão se radicalizando de uma forma muito desesperada. A reação ao beijo é moral, e a cena é julgada com a verdade divina, absoluta. Todos têm o direito de se posicionar. O problema é a radicalização desse pensar e no que ele pode se transformar. Não pertencemos aos exércitos que estão se formando por aí. Não precisamos desses exércitos. É uma caça às bruxas o que estão propondo, de todos os lados”. E prossegue: “Sinceramente, não sei o que deu nesse fenômeno de revisão do comportamento. Até agora não fizemos e não vamos fazer nada que ultrapasse a lisura. Nada. E são duas personagens que ainda não se apresentaram totalmente. Ainda vai ser mostrado a vida dura que elas tiveram, até chegarem a esse encontro de vida comum. O beijo que está dando essa confusão toda é um beijo casto, amoroso, sem desafio erótico ou didático. É uma demonstração de carinho. Por isso, digo que não tenho capacidade de analisar esse momento. Percebo que temos problemas muito mais graves. O país está enfrentando uma crise bastante vívida e sentida, e tem gente disposta a se voltar contra o beijo de duas atrizes de quase cem anos de idade dado dentro de uma relação sacramentada pela vida afora.

Os comentários dessa atriz são esclarecedores a respeito da polarização existente na sociedade brasileira neste atual momento. Embora ela apenas mencione a questão, não é necessário grande esforço para comprovar o poder mobilizador dos meios de comunicação e sua eficácia no cenário dos atuais protestos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos estudos dos estudos de cinema e televisão observa-se que diferentes tipos de representações referentes à temática da construção de identidades heterodoxas vêm permeando conteúdos narrativos em programas, seriados, filmes e telenovelas e contribuem para uma maior aproximação do espectador ao tema, colocando na agenda pública questões de gênero confinadas ao espaço individual.

Com sua combinação de notícia e ficção, as telenovelas acenam com a utopia de um espaço público totalmente visível aberto à interação generalizada. Como gênero mais popular da programação televisiva, passam ao largo da autoridade de família, da escola, da igreja, do Estado fazendo do controle daquilo que deve ou não deve tornar público, onde, quando e como, uma questão polêmica em si. Representam também um universo verossímil, construído de acordo com certas regras que incluem segredo e mistério, desigualdade e distorção, bem como acenam aos telespectadores interação por meio da internet favorecendo os processos de legitimidade.

Em sua tentativa de serem incluídos no mundo real do *glamour* e do espetáculo, os telespectadores se apropriam do repertório da telenovela, reconhecido como comum aos brasileiros, para se posicionarem, em termos publicamente reconhecíveis, sobre questões na maioria das vezes, mas não só — afetas a modelos de comportamentos em âmbito privado.

A telenovela no Brasil tem provocado fissuras ao dialogar com a estrutura de poder a qual estamos indissociavelmente submetidos, através da repetição e da resignificação, cada vez mais frequentes, de seres e relações comumente considerados abjetos e, em plataformas midiáticas mobilizam um processo de inteligibilidade destes grupos de pessoas. Por seu caráter, lúdico, e em função do hábito de consumo cultural, a telenovela tem sido um vetor importante na difusão de sexualidades não legitimadas pelo discurso heteronormativo, uma vez que o meio audiovisual é uma das formas de expressão que mais sinalizam publicamente estas vivências identitárias subordinadas, involucradas no espaço privado, auxiliando na abertura de um debate político que incomoda os interesses daqueles que promovem os regimes de subordinação.

As reflexões sobre os episódios acima descritos levam a considerar ao menos dois fenômenos que não são similares, mas se complementam. Em primeiro lugar parece evidente que a sociedade brasileira passa por questionamentos de ordem ética e cultural, questionamento de valores antigos que estão sendo postos em xeque, como uma busca por práticas de vida pessoal e pública de maneira mais ética. Ao menos esse é o discurso oficial, não uma garantia de que seja seguido. Ainda que associado a um certo conservadorismo nos costumes, esse discurso tem se popularizado e se tornado “senso comum”. Se por um lado, há o elogio da ética, por outro a transformação em “senso comum” impede questionamentos e discordância em relação a eventuais desdobramentos na cena política e cultural.

Em outro sentido, pode-se pensar que o país vem passando por uma grande evolução no campo institucional, com legislação que favorecem categorias e grupos minoritários, como por exemplo, o avanço das leis trabalhistas para o emprego doméstico e regulamentação das uniões homoafetivas, e um retrocesso no campo cultural-ideológico.

A intolerância e a polarização não estão localizadas apenas no campo religioso; aparentemente instituições tradicionais como a família, que vem sendo repensada e reconstituída, em diversos formatos, transformando-se no que atualmente se denomina como “arranjos conjugais” parecem ameaçar a estabilidade da instituição nos moldes tradicionais ou heteroafetivos. Esses dois fenômenos permitem compreender um pouco a repulsa causada pela representação de afeto entre duas mulheres idosas. Às assimetrias de gênero somam-se as da idade. Ou seja, com a idade agravam-se as desigualdades e os preconceitos contra a mulher.

REFERÊNCIAS

Aumont, J. (1995). *A estética do filme*. São Paulo: Ed. Papirus.

Barker, A. D. (2004). *The power and persistence of stereotyping*. Aveiro, Portugal: University Aveiro Press.

- Beauvoir, S. (1990). *A velhice*. Rio de Janeiro, Brasil: Nova Fronteira.
- Bessin, M. e Goudat, C (2009). Les temps sexués de l'activité: La temporalité au pricipie du genre? *Revue Temporalités*, 9. Acedido em <http://temporalites.revue.org/>
- Ben, H. (2004). *The everyday life reader*. Londres, England: Routledge.
- Bosi, E. (1987). *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz/ Edusp.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.
- Colling, L. (2007). Personagens homossexuais nas telenovelas da Rede Globo: criminosos, afetados e heterossexualizados. *Revista Gênero*, 8(1), 207-222.
- Felski, R. (1995). *The gender of modernity*. Cambridge, England: Harvard University Press.
- Filho, J. F. (2005). Força de Expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. *Revista FAMECOS*, 28, 18-29.
- Giddens, A. (1992). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora Unesp.
- Hall, S.(2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Hall, S.(2006). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG/UNESCO.
- Hamburger, E. (1998) Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In L-M- Schwarcz, (Org.), *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da Intimidade Contemporânea* (pp.439-87.). São Paulo: Companhia das Letras, v.4,
- Jakubaszko, D. (2010). *A construção dos sentidos da masculinidade na telenovela a favorita: um diálogo entre as representações da masculinidade e as manifestações discursivas do ambiente social brasileiro*. Tese de doutorado. Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo - USP.
- Le Gouès, G. (2008). *La représentation du corps vieux*. Paris: Puf.
- Lipovetsky, G. (2000). *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. S. Paulo: Cia das letras.
- Lopes, D. et al (2004). *Imagem e diversidade sexual: estudos da homocultura*, Brasília: Nojosa.
- Lopes, M. I.; Borelli, S. H.; Resende, V. (2013). *Vivendo com a telenovela: mediações, recepção teleficcionalidade*. São Paulo: Summus.
- Maggio, S.; Quelem, N. (2003). A namorada tem namorada. *Correio braziliense*, Brasília, 25 mai. Acedido em http://www2.correioweb.com.br/cw/edicao_20030525/sup_tv_250503_57.htm.
- Mendonça, M. L. M; Ferreira, C. (2014). Envelhecimento feminino, consumo e protagonismo. É a (voz da) vovozinha! *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*, 14, 119-136.
- Montoro, T. (2009). Velhices e envelhecimentos na cinematografia mundial. In: Mendonça. M. L. M.(org.) *Mídia e diversidade cultural*. UFG, Goiânia: Editora Casa das musas. Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura.
- Montoro, T. S.; Senta, C. R..M. D. (2014). A dança da vida no limiar da morte: exercícios transgressores da feminilidade na velhice. *Labrys études féministes/ estudos feministas*, janeiro/junho. Acedido em http://www.labrys.net.br/labrys25/cine_ma/montoro.htm

- Montoro, T.; Ferreira, C. (2014). Mulheres negras, religiosidades e protagonismos no cinema brasileiro. *Galáxia*, 27, 145-159. Acedido em <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/16147/1454>
- Montoro, T. (2009). Protagonismos de gênero nos estudos de cinema e televisão no país. *Revista Lumina*, 2, (3), 01-18.
- Montoro, T. (2013). Estudos de recepção do audiovisual na interface com estudos de gênero e crítica feminista. In M. Bamba (Org.) *A Recepção Cinematográfica: Teoria e Estudos de Caso* (pp. 67-85). Salvador, EDUFBA,
- Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Scorsolini-Comin, F.; Santos, M. A. D. (2012). Insensatos afetos: homossexualidade e homofobia na telenovela brasileira. *Barbarói*, (36), 50-66.
- Silva, T. T. da. (2000). A produção social da identidade e da diferença. In T. Silva (Org.), *Identidade e Diferença: A Perspectivas dos Estudos Culturais* (pp.73-102). Petrópolis: Editora Vozes,
- Swain, T. N. (2006). Entre a vida e a morte, o sexo. *Labrys études féministes/ estudos feministas*, Brasília, 12, 1-10.

Tânia Siqueira Montoro é doutora em Comunicação Audiovisual pela Universidad Autonoma de Barcelona com Pós doutorado na Deustch Film Institute, Holanda. Professora e membro do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

E-mail: taniamontoro@unb.br

Universidade de Brasília / Universidade Federal de Goiás Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília - DF, 70910-900 Avenida Esperança, s/n - Setor Itatiaia, Goiânia - GO, 74690-900 Brasil

Maria Luiza Martins de Mendonça é doutora em Comunicação, pesquisadora, professora associada e membro do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás.

E-mail: mluisamendonca@gmail.com

Universidade de Brasília / Universidade Federal de Goiás Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília - DF, 70910-900 Avenida Esperança, s/n - Setor Itatiaia, Goiânia - GO, 74690-900 Brasil

THE SUBVERSIVE KISS THAT SUBVERTS THE SMALL-SCREEN

Tânia Montoro & Maria Luiza Mendonça

ABSTRACT

Fictional televised serials, or soap-operas, a popular genre which has been highly successful in Brazil, has allowed greater autonomy for the national audiovisual industry, given that Brazilian T.V networks produce a significant part of the programming shown on prime-time (between 8:00pm and 10:00pm). Since the 70's, Brazil has been exporting soap-operas to five countries including Latin-American and socialist countries. The persistence of elements of popular culture and the presence of original narrative elements from recognized forms, such as *literature de cordel*, vaudeville, radio plays, and modern novels have ensured the success of the soap opera in everyday Brazilian culture and in that of other countries. This article shows, by way of analyses of the circulation and consumption of audiovisual media, within the perspective of cultural studies, and feminist and gender studies, the media controversy in relation to the representation of gender, especially of sexuality in "female old age". This occurs through the creation of plots and characters who assume their homosexuality, lesbianism, bisexuality and even, by dislocating content which belonged to the private sphere into the public domain which operates as well in the opposite direction, saturating the public space with themes restricted to the intimate sphere.

KEYWORDS

Gender studies; television; soap opera; audiovisual representation

INTRODUCTION

This article forms part of the research *Audiovisual Narratives and Socio-cultural and Media Processes*, developed in the research stream *Image, Sound, and Writing*, constituted by a research group of professors, and master's and doctoral students of the Post graduate Program in Communication of the University of Brasília — UnB, and of the Federal University of Goiás – UFG, situated in the central west of Brazil.

Grounding its concerns in the strict relationship that establishes itself between visual representation and the construction and configuration of imaginaries, the research has as its central objective the analysis of the imaginary representation of old age and of aging in contemporary audiovisual narratives, problematizing these singularities in the constructions of gender identity(ies). A range of theses, scientific articles, and essays have been produced and are available in the data bank of the National Council of Scientific and Technological Development (CNPq).

Old age and the processes of aging are universal questions which go beyond the social and cultural conditions of any particular society. However, "female old age" has specific and individual meanings that make difficult any homogenization of this demographic (Beauvoir, 1990; Bosi, 1987; Butler, 2003). The audiovisual is one of the principal disseminators of transformations of social behaviors, counting on the great capacity for

thematic range and the simulation of realities by way of images and sounds in movement (Aumont, 2004; Burch, 2006).

Starting from these premises and taking into account that contemporary fictional serialized narratives have been marked by audiovisual works that interlock intimacy and the everyday, temporalities and subjectivities, experiences of processes of aging becoming visible form in some of the plots of televised series. This has allowed greater intimacy between viewers and characters. “The analysis of these audiovisual narrative products is a privileged opportunity for us to reflect on society as a whole, be it from a global, national, cultural, personal or market perspective” (Caldas & Montoro, 2006, p. 157).

As a system of representation the audiovisual narrative constitutes “an activity that constructs meanings via the materiality of images and sounds” (Montoro, 2009, p. 19). This system of representation helps us to give sense to our experience, assists in the process of the construction of identities, and allows us to transit amidst the complex networks of institutions, roles, and subjectivities.

The images, sparse and fragmented representations of the social totality, end up constructing a coherent whole – the social imaginary – through which we perceive the “worlds” and “lived realities” of others, and through imagination, reconstruct our lives and theirs, in an intelligible manner, within a lived and experienced totality (Montoro, 2006, p. 19).

Examining the construction of identities of gender within the fictional serial narratives of Brazilian television, specifically, the study of Brazilian soap operas, (recipient of awards throughout the world; distributed and sold in more than 40 countries) offers us the possibility of intimately occupying the visual space, in the plots and dramas of stories of leading ladies and villains of a developing nation, multiple, and sensual, that moves between the urban and rural, and that anchors itself in its diversity as its greatest immaterial patrimony.

Soap operas have constituted an important object of study for cultural and communication studies given that they are a field open for the comprehension of how subjectivities are constructed and presented to the viewer. Beyond their artistic value, connected with their dramaturgy, as with the theatre, cinema and other manifestations, the soap opera constitutes a tool for the creation and transmission of beliefs and customs, norms and ways of being and living, an *ethos* therefore.

Molded by the vision of the middle class, beyond being a portrait (not always exact) of society, and strongly influenced by mass culture, the soap opera is responsible for bringing entertainment to the homes of viewers who do not possess other forms of entertainment. For Daniela Jakubaszko (2010, p. 15):

... the process of the acceptance of the soap-opera as an object of scientific study happened in a fairly slow manner, full of hurdles conflicts, and controversies. To brake with the predominant thought that it is a product of little importance, even less in artistic terms, and almost always described as alienated, was the task of many studies dedicated to it. (...) One can say

today, that consensus already exists in the academic sphere regarding the relevance and necessity of undertaking, in the most diverse manners, investigations about the production, circulation, reception, and consumption of soap-operas. It is no longer possible to deny the influence and penetration of this product in the day-to-day life of Brazilians and Latin Americans.

The Brazilian family has gone through singular transformations throughout the last three decades, meaning that, on the juridical and legal plane there does not exist a univocal sense regarding what the family is. Amazonas and Braga (2006 cited Scorsolini-Comin & Santos, 2012) refer to a trans-historicity of the familial bond, a concept that carries the idea of movement and of processes of constant reconstruction of the family, in opposition to a fixed notion of family as something eternal and referent to a single model. Amongst the factors that have contributed to these transformations, we can note the transitions of a cultural, economic, political, and social order that have mobilized contemporary reflections about parentage, different familial arrangements, as well as ruptures and redefinitions of parental roles and of gender.

1. A LITTLE BIT OF BRAZILIAN SOAP-OPERA

In the 70's, Brazilian television started to show its programs in colour, with the soap opera, *O bem amado*. In 1971, *Rede Globo* instituted its marketing department and 5 years later, the Brazilian soap opera *Gabriela* based on the book of the Bahian writer Jorge Amado kicked off exportation and the gaining of international prizes. When this production was shown in Portugal, it mobilized the imagination of the Portuguese, who were coming out of the isolation imposed by a totalitarian regime. Just to give an idea, this soap opera was a success in both Latin American countries and those of the socialist block such as Cuba, the Soviet Union, and China.

Despite the controls on the means of communication in Brazil during the military dictatorship, in some cases entirely prohibiting from being publicly shown soap operas already recorded and completed, such as *Roque Santeiro* (1975) or *Despedida de Casado* (1974), it is worth underlining that soap operas traversed a path of liberalization in the way amorous relationships, the role of women, and the changes in familial structure were represented. The temporality of popular electronic media (recorded and viewed daily), meant that it allowed itself to assimilate with some of the unforeseen circumstances that in a certain manner, were components of its structural language. Placed in the day-to-day, the series structures itself starting from a temporal continuity – not a coincidence - between the diegetic and extra diegetic universes embracing viewers and authors.

The viewer accompanies the slow and repetitive unfolding and the sudden leaps without necessarily watching all of the episodes. He or she, children and friends get behind certain plot twists of the story line of specific characters, gossip with their work colleagues, and inform themselves about future episodes in the specialized press. To follow or watch a soap-opera is to incorporate the plot into the day-to-day and in a certain manner, participate in the social dynamic that defines the twists and turns of the narrative.

In this way, the anonymous viewer is incorporated into the dynamic of the making of the soap opera, given that they wind up participating as privileged viewers, militants of social, political, and corporate movements; fans who make their opinions public by way of announcements in the media, notable acts, and in social networks which we take as exemplifying the groundswell that this mode of communication produces.

With a base in viewer focus groups, demographic profiling, and discussion groups, Brazilian T.V networks, particularly *Rede Globo*, researched everyday habits of citizens, consumers, and potential viewers. The accumulated experience across the years generated a detailed knowledge within the field of reception theory, that viewers are active interpreters of what they see, and in the final instance, the holders of the power to create and destroy ties of loyalty with specific segments of the public¹

To create and maintain a loyal audience, *Rede Globo* created a complex routine of research procedures that generated dialogue. Information garnered from audience members by way of discussion groups generate outcomes in the form of plot twists in the programming and marketing spin offs capable of surprising, captivating, and stimulating results. In the case of soap operas, novelty signifies presenting new scenarios, fashion, soundtracks, technological innovations, and “polemical themes”. We can observe that homosexuality is one of these themes, because in an embryonic fashion since the 80’s, the subject starts to appear in soap opera plots, in a disguised manner, but only as an index or as an oblique approach to the question.

The so called “soap opera at 8 pm” of *Rede Globo* (television programs shown in the whole vast national territory) is a practice of cultural and audiovisual consumption totally incorporated into the everyday habits of Brazilians. From there, the relevance of examining a form such as television is being incorporated into the day-to-day of people, and, as the day-to-day is revealed and incorporated, television becomes an intuition of the identity of characters and systems of representation of normalization. One therefore takes specific programming (a T.V channel) and a singular audiovisual product (contemporary Brazilian soap opera), in its relation with the symbolic universe of the ample questions of cultural and feminist studies of cinema and television.

The analyses of the content and consumption of audiovisual narratives offers a cognitive map that orients a theoretical and methodological horizon; an immersion that permits us to formulate a cartography of meanings and a topography of the representational system, considering the audiovisual as a protagonist of the everyday, and of the contemporary media scene. From this perspective and within the ambit of reception studies of contemporary media products that associated the emergence of subjects, subjectivities, contexts and history, it begins to indicate possibilities for signification.

Conceiving the audiovisual image in the sense proposed by Aumont (1995, p. 24) as that of the image delimited by a square, the space of the television screen (even with the limitation of a support, because the television is a domestic screen, it mobilizes imaginaries, a field that transmits to us the illusion of a whole image), the analysis realized has as

¹ Regarding reception theory see Hall (2003).

its objective to reflect on some questions that are mobilizing² hearts and minds in Brazil and in other countries. We begin with the soap opera *Babilônia*, that has produced meaning through the media, with a debate regarding the establishment of legitimate social meanings. In this manner, we seek to identify the controversies and debates that circulate in the reception of two controversial and singular themes: aging and sexual orientation.

2. SEXUALITY AND AGING MOBILIZING THE SOCIAL NETWORKS

Through observation of posts on social networks during the last week of April, especially on Facebook and on specialist sites in posts about actors and “celebrities”, we intended to follow and investigate the polarization of public opinion about the new soap opera shown by *Rede Globo* on prime time (9:00 pm), *Babilônia* by the experienced director and actor Denis Carvalho. What motivated this widespread outpouring of public expression is the presence, in the series’ plot, of an older lesbian couple who, already in the first episode kiss and days later start preparations for their wedding, the official union of a couple of almost 40 years of conjugal life.

It is not the first time that television series have made use of homosexual relationships in their plots. The big novelty however is that it is two older women, successful, elegant and well educated, played by two actresses highly respected on theatre stages and in the cinema, Fernanda Montenegro and Nathália Timberg, both of them more than 80 years old. In previous soap operas these couples were in general much younger and the relationships much more innocent and romantic as relationships during one’s youth generally are³.

In this way, the current movement, which extends the traditional means of communication and invades the social networks, continues to be the reason for this perturbation, for reflections about rights, and as such about citizenship. The case considered here is representative of a very broad question, that of the relationship between the production of images and narratives as important elements of a symbolic dispute for hegemony, for the possession of power over authorized, legitimated, and official speech, which will also grant legitimacy, or not, to determined sexual options.

One could believe that female homosexuality, as in the case analyzed here, finds itself marked by the relationships with its time. The relations of domination are relations in which gender and the era occupy a significant position. As Bassin and Gaudart show (2009, p. 2): “the categories of age and sex are not simple variables, but are defined to produce systems of power”.

² Actually, the dissemination of the use of social networks as the means of public mobilization has transformed the Brazilian political scene, placing in conflict sectarians and demonstrations in the public sphere. The movement around the soap opera seems to be a continuation of this historical moment.

³ One can cite other examples: in 1988 the soap opera *Vale Tudo* by Gilberto Braga featured a lesbian couple Cecília and Laís (the first dies soon after the start); in 2003, *Mulheres Apaixonadas*, by Manuel Carlos featured two young students, Clara and Rafaela, who have a homosexual relationship.

3. POWER AND DISCURSIVE PRODUCTION

To try to understand a little more about this phenomenon, we adopted here the perspective that conceives the sphere of symbolic production and circulation as the space in which discursive disputes, which constitute part of the political struggle resultant from cultural and historical processes to fix meaning in a determined society, happen. It is simultaneously, the privileged site for the construction of subjectivities and the recognition and understanding, on the part of individuals, of their real life conditions, their possibilities, expectations and pathway for the concretization of sense in a determined society.

The production of subjectivity, in this understanding is not centered on the individual but is a social process in which independent spaces of definition and circulation of hegemonic, legitimate, and official discourses are also present as well as dissident and emergent ones. This discursive struggle that operates in the sphere of symbolic production makes use of the politics of visibility which are, at the same time politics of invisibility, of strategies adopted by the great institutions productive of meaning, including the means of communication and religions.

This dispute exposes, with greater or lesser obviousness, depending on the socio-historical moment, the cultural conflicts frequently latent in societies, that revolve around new spaces of citizenship, becoming manifest via the reduction of inequality, and through more symmetrical relationships between individuals and groups, which presupposes an advance over a space already conquered by (pre)established ideas.

Discursive strategies make use of choices regarding what and how to show to the public as a way of making arbitrary social relationships seem natural, and of promoting a consensual vision of the world in which the illusion of unity prevails and in which the divisions of society and of the conflicts there existent are dissimulated and hidden. Inserting cultural expressions in the field of symbolic production also implies referring them to specific forms such as the production and reproduction of the learning of social relations, to forms of sociability, to “adequate” ways of establishing affective relationships, as well as to what to expect of individuals in the process of aging.

The politics of visibility is an important element for the composition of the field of social representations in a determined epoch in a given society. These forms of representing individuals and groups, constructed in a particular way and in an arbitrary manner in each time and place, are tied to the material conditions of existence, and the differentiation of these conditions in the interior of the society that allows the emergence of cultural and symbolic contents that reflect different, conflictive conceptions and interests.

The field of cultural and symbolic representations, mainly through its creation of value, will constitute itself as one of the nuclei generative of identity for individuals and groups to the extent that it can aggregate them and, at the same time, differentiate them. These characteristics make it necessary to not dissociate the analysis of the culture of power relations existent in the society, because in the same way that there are legitimated and naturalized discourses, there also are peripheral, emergent, and even marginal discourses.

Beyond this, the field of representation is the site of reference in which individuals or groups identify and perceive themselves as visible, verifying as such their symbolic

existence. By way of the forms as they are represented there, they can define themselves, and see their desires and possibilities publicly expressed. Not without reason, social movements in a determined moment of their struggle demand the alteration of the forms of representation and demand a representation which would be consonant with lived experience, and in this sense, one could cite feminists and the black movement, amongst others.

In relation to the aged population, the psychiatrist and researcher of aging, Gérard Le Gouès (2008), emphasizes that this mental representation of a group by itself obeys a double movement: the capacity of acquiring qualities and the capacity for conserving them. In the first step, this capacity for acquiring qualities refers to the possibility of identifying oneself with models of what one wants to be, if not in reality at least in the ideal world. In relation to aging, the process of identification is difficult, since the models presented are not attractive or are less attractive than those of the young. Where are the happy, older “winners”, creating envy and capable of conquests and being content? For the elderly, one does not deal with living longer, but of “adding more years to a life”. One does not deal therefore with, “preserving a youthful way of life, even more so because it is an illusion, but of permitting the circulation of pleasure”.

In Brazil, the country’s cultural characteristics make it difficult for one to confront aging. Referring to Brazil as a “youthful country” is common, in a culture that valorizes youth and the new as qualities in themselves. In consequence, aging signifies going against the current, especially when one considers the role of media and aesthetics. The relationship between representation and the construction of a positive image of oneself can be more difficult, principally for women, given the use of their body as an element of seduction. To the middle aged man one can attribute values beyond their physical body, such as maturity, charm, power, and financial conquests. From women one expects, to the contrary, “that she remain always beautiful and seductive. And, regarding the feminine, seduction supports itself essentially in appearance and in the strategies of aesthetic valorization” (Lipovetsky, 2000, p. 63).

Even further, in the Brazilian context it is worth noting that, in the greater part of the discourse circulated by the media, as much that destined for the wider public as that specifically for women, those who are above the age of 50 are supposedly under represented. When they are represented, stereotyped images prevail and/or they are represented as individuals who compose a niche of the market to be exploited to sell determined products and services precisely for anti-aging and renewal, that is to say, describe and try to sell an illusion.

In a similar fashion, the centralization of seduction in the body, and not in other qualities such as intellectual and/or subjective conquests, for example, ensures that one makes this impossible given that the body does not deal well with the imperfections that aging does not wait to inflict upon it (Le Gouès, 2008). In this way the sexual experiences that alter with the passage of time are also centered around questions of gender.

Starting from these considerations of a theoretical nature, one departs from the presupposition that the debate caused by the lesbian couple in the soap opera *Babilônia*

owes itself to two main factors: gender and time, allied to the fact of its being the representation of a mature love which does not fear publically showing itself. The observations of the publications in the social networks should provide elements to demonstrate the supposition guiding this study.

4. BABILÔNIA IS HERE!

Though the synopsis of the soap opera had not been released by *Rede Globo*, publications available on the networks sites⁴ make it known that the plot revolves around three ambitious women. Between betrayals, murders, corruption, prostitution, amongst other social ills shown to the public, there exists a familial nucleus constituted by two elderly ladies, who have lived in a homoaffective union for forty years. Their grandson treats them like mothers.

In the current stage of development of the soap opera, the two ladies are preparing their homoaffective wedding, only recently made legally possible in Brazil⁵. The mentioned sites also inform that the kiss between the two characters (fig. 1), already shown in the first episode, would not be repeated as with the dispals of physical affection between them. On the other hand, torrid scenes of love and sex between heterosexual couples are presented in the same series without any further ado.



Figure 1: Scene of the lesbian kiss – soap-opera *Babilônia*
source: www.purepeople.com.br

Owing to this, one can inquire as to the reason for such scandal provoked by a kiss between the actresses Fernanda Montenegro and Nathália Timberg, who play the lesbian characters. There were heated disputes in the social media, between those in favor and those against, in which one can note the use of personal insults and vocabulary of low character. As an example of such publications regarding this debate, we present two versions. The first, is constituted by notable excerpts of denunciation by the Evangelical Parliamentary Front of the National Congress, signed by its president, the federal deputy

⁴ Sites such as www.gshow.com.br and www.purepeople.com.br

⁵ The National Council of Justice felt the need to end this disparity between the states that authorize and those that do not authorize gay marriage, and edited the Resolution nº 175, of the 14th of May of 2013, authorizing once and for all that marriage between people of the same sex, be it through direct accreditation or via the conversion of a stable partnership. At www.oab-rj.jusbrasil.com.br

João Campos, from the PSDB-GO, and released on the 17th of March of 2015, (the day following the exhibition of the scene):

The above mentioned soap opera *Babilônia* has the clear intention of affronting Christians in their convictions and principals, wanting to show, in a provocative way (...) the fashion denominated by them (the network) as 'another way to love' (...) The Evangelical Parliamentary Front invites all evangelicals, all Christians as well as people that feel themselves violated by these constant moral rapes imposed by the liberal media to not watch the soap-opera *Babilônia*... we recomend that you do not consume the products of the sponsors that sponsor this soap opera.

The second, published on the personal page on Facebook of the doctor Emmanuelle Lira, and widely shared on the social networks⁶ makes clear its point in plain and objective language, positioning herself in the following manner:

Some important clarifications:

1. Gay marriage is voluntary. Nobody in Brazil is obliged to get married to a gay person. If you are not gay, this law has nothing to do with you.
2. A gay kiss is the same as any other kiss. Being gay is a characteristic of people not of kisses. There is no black kiss or fat kiss. Also, kissing is voluntary as well. Nobody is obliged to kiss someone of the same sex.
3. The adoption of children by gay couples is when a gay couple adopts a child from an orphanage, not one from your house. If you are not gay and not a child in an orphanage, this law has nothing to do with you.
4. *Rede Globo* is only one network amongst many. I, for example, only have Sky and in Paraíba, Sky does not have *Globo*. Nobody in Brazil is obliged to watch the soap opera at 9pm. If you watch it, it is because you want to see it. So watch it!
5. All programs in Brazil have classification indications. No soap opera is advisable for children of 6 to 7 years of age. If you are preoccupied then with your child seeing kissing on the soap opera at 9pm, then *Globo* is not your biggest problem. Go and read the Statute of the Child and Adolescent.
6. If you are Christian, stop reading Leviticus and Deuteronomy and go and read the Sermon on the Mount and learn what tolerance is.

Summarizing Pitty: no woman is going back into the kitchen, no black is going back into the work house, and no gay will go back into the closet. Get it into your heads.

It seems that the debate did not end with this post. On the same facebook page the doctor claims that she is being insulted and has received messages: «It is ridiculous

⁶ Up until the time of writing this article the publication by the doctor on her page had been shared more than 26, 000 times. Accessed on April 11th, 2015.

calling me Bolivariano⁷ and a disgusting lefty (as happened today) or messages saying that I will burn in the fires of hell because I am defending homosexuals (as has been happening for some days now), I don't accept this».

In an interview in the column *Quanto Drama!* of the journalist Patrícia Vilalba, published on the site of the magazine *Veja* on the 22nd of March of this year, the actress Fernanda Montenegro commented with surprise about the extreme reactions of some groups:

The whole situation is very extreme both politically and in terms of behaviour. It is very exaggerated, and things are becoming more extreme in a very desperate fashion. The reaction to the kiss is moral, and the scene is judged according to divine and absolute truth. Everybody has the right to an opinion. The problem is the radicalization of this thought and in what this could turn into. I don't belong to the armies that are being formed about the place. We don't need these armies. It is a witch hunt that they are proposing, on all sides». And following «Sincerely, I don't know what happened in this transformation of behaviour. Until now we haven't done anything and we will not do anything that goes beyond the seemly. Nothing. And they are two characters who still have not fully shown themselves. The hard reality that they had is still to be shown, up until their arrival in this encounter in their shared life. The kiss that is creating this whole fuss is a chaste kiss, loving, without any erotic or didactic provocation. It is a demonstration of affection. Because of this, I say that we don't have the capacity to analyse this moment. I perceive that we have many grave problems. The country is confronting a profound and significant crisis, and there are people disposed to speak out against a gay kiss of two actresses of nearly one hundred years of age made within a relationship officially recognized in the outside world.

The observations of this actress are illuminating in respect of the polarization that exists in Brazilian society at this current time. Though she only mentions the question, great effort is not necessary to see the motivating power of the means of communication and its efficacy in the context of the current protests.

SOME LAST CONSIDERATIONS

By way of investigations of cinema and television studies, one observes that different types of representations referent to the thematic of the construction of heterodox identities permeates narrative content in programs, series, films, and soap operas, and contributes to a greater proximity between the viewer and the theme, placing on the public agenda questions of gender normally confined to the individual sphere.

⁷ This word has its root in the name of the national and revolutionary hero Simon Bolivar and not in the name of the country Bolivia. In the current political climate in Brazil, with its strong opposition to the reigning workers' party (*Partido dos Trabalhadores*) the term Bolivariano pejoratively denotes someone perceived to be of exaggeratedly left leaning tendencies. N.T

With its combination of reportage and fiction, soap operas show the utopia of a public space totally visible and open to generalized interaction. As the most popular genre of televisual programming, it passes wide of the authority of the family, the school, the church, and the State, being able to set the agenda as such of what should or should not become public; where, when, and how, a question in itself becomes polemical. It also represents a vivid world, constructing, according to certain rules that include secrecy and mystery, inequality and distortion, beyond engaging viewers by way of interaction on the internet, favouring as such processes of legitimacy.

In their attempt to be included in the real world of glamour and spectacle, viewers appropriate the repertoire of the soap opera recognized as common to Brazilians, so as to position themselves in publicly recognizable terms, regarding questions which the majority of the time, but not exclusively – affect models of behaviour in the private sphere.

The Brazilian soap opera has provoked ruptures, generating as such dialogue with power structures to which we are indissociably submitted, via the increasingly frequent repetition and resignification of beings and relations commonly considered abject and as such, mobilizing a process of intelligibility for these groups of people on media platforms. Owing to its playful character, and because of general patterns of cultural consumption, the soap opera has been an important vector in the diffusion of illegitimate sexualities, according to the heteronormative discourse. The audiovisual medium is one of the forms of expression that most frequently publicly displays these experiences of subordinated identity, generally folded into the private space. As such it helps in the initiation of a political debate that disturbs the interests of those who promote the regimes of subordination.

The reflections about the events described above, take into consideration at least two phenomena that are not similar, but which complement each other. In the first place it seems evident that Brazilian society has undergone a questioning of the ethical and cultural order, interrogating, as an ethical search for public and personal life practices, old values that are being put in check. At least, this is the official discourse but not a guarantee that it will be carried out. Even though associated to a certain conservatism in habit, this discourse has been popularized and has become «common sense». If on one hand, there is a valorization of the ethical, on the other the transformation into common sense stops reflection and disagreement in the eventual transformations of the political and cultural scene.

In another sense, one can think that the country is also undergoing a great evolution in the institutional field, with legislation that favours categories and minorities, such as, the advance in workers laws for domestic employees and the normalization of homo-affective unions, and a diminishing of the cultural-ideological sphere.

Intolerance and polarization are not located only to the religious sphere; apparently traditional institutions such as the family, which has been rethought and reconstituted, in diverse forms, transforming itself into what one currently calls «conjugal arrangements» seems to threaten the stability of the institution in the traditional and hetero-affective form. These two phenomena permit one to a certain degree to comprehend the

repulsion caused by the representations of affection between two elderly women. To the asymmetries of gender one can add that of age. That is to say, with age one aggravates the inequalities and the prejudices against women.

REFERENCES

- Aumont, J. (1995). *A estética do filme*. São Paulo: Ed. Papyrus.
- Barker, A. D. (2004). *The power and persistence of stereotyping*. Aveiro, Portugal: University Aveiro Press.
- Beauvoir, S. (1990). *A velhice*. Rio de Janeiro, Brazil: Nova Fronteira.
- Bessin, M. e Goudat, C (2009). Les temps sexués de l'activité: La temporalité au principe du genre? *Revue Temporalités*, 9. At <http://temporalites.revue.org/>
- Ben, H. (2004). *The everyday life reader*. London, England: Routledge.
- Bosi, E. (1987). *Memória e sociedade - lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz/ Edusp.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Brazil: Civilização Brasileira.
- Colling, L. (2007). Personagens homossexuais nas telenovelas da Rede Globo: criminosos, afetados e heterossexualizados. *Revista Gênero*, 8(1), 207-222.
- Felski, R. (1995). *The gender of modernity*. Cambridge, England: Harvard University Press.
- Filho, J. F. (2005). Força de Expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. *Revista Famecos*, 28, 18-29.
- Giddens, A. (1992). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora Unesp.
- Hall, S.(2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Hall, S.(2006). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG/UNESCO.
- Hamburger, E. (1998) Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In L-M- Schwarcz, (Org.), *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da Intimidade Contemporânea* (pp.439-87.). São Paulo: Companhia das Letras, v.4,
- Jakubaszko, D. (2010). *A construção dos sentidos da masculinidade na telenovela a favorita: um diálogo entre as representações da masculinidade e as manifestações discursivas do ambiente social brasileiro*. Tese de doutorado. Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo - USP.
- Le Gouès, G. (2008). *La représentation du corps vieux*. Paris: Puf.
- Lipovetsky, G. (2000). *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. S. Paulo: Cia das letras.
- Lopes, D. et al (2004). *Imagem e diversidade sexual: estudos da homocultura*, Brasília: Nojosa.
- Lopes, M. I.; Borelli, S. H.; Resende, V. (2013). *Vivendo com a telenovela: mediações, recepção teleficcionalidade*. São Paulo: Summus.
- Maggio, S.; Quelem, N. (2003). A namorada tem namorada. *Correio brasileiro*, Brasília, 25 mai. At http://www2.correioweb.com.br/cw/edicao_20030525/sup_tv_250503_57.htm.

- Mendonça, M. L. M.; Ferreira, C. (2014). Envelhecimento feminino, consumo e protagonismo. É a (voz da) vovozinha!. *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*, 14, 119-136.
- Montoro, T. (2009). Velhices e envelhecimentos na cinematografia mundial. In Mendonça, M. L. M. (Org.) *Mídia e Diversidade Cultural*. UFG, Goiânia: Editora Casa das musas. Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura.
- Montoro, T. S.; Senta, C. R..M. D. (2014). A dança da vida no limiar da morte: exercícios transgressores da feminilidade na velhice. *Labrys Études Féministes/ Estudos Feministas*, janeiro/junho. At <http://www.labrys.net.br/labrys25/cinema/montoro.htm>
- Montoro, T.; Ferreira, C. (2014). Mulheres negras, religiosidades e protagonismos no cinema brasileiro. *Galaxia* n. 27, p. 145-159. At <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/16147/1454>
- Montoro, T. (2009). Protagonismos de gênero nos estudos de cinema e televisão no país. *Revista Lumina*, 2, (3) 01-18.
- Montoro, T. (2013). Estudos de recepção do audiovisual na interface com estudos de gênero e crítica feminista. In M. Bamba (Org.) *A Recepção Cinematográfica: Teoria e Estudos de Caso* (pp.67-85). Salvador: EDUFBA.
- Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Scorsolini-Comin, F.; Santos, M. A. D. (2012). Insensatos afetos: homossexualidade e homofobia na telenovela brasileira. *Barbarói*, (36), 50-66.
- Silva, T. T. da. (2000). A produção social da identidade e da diferença. In T. Silva (Org.), *Identidade e Diferença: A Perspectivas dos Estudos Culturais* (pp.73-102). Petrópolis: Editora Vozes,
- Swain, T. N. (2006). Entre a vida e a morte, o sexo. *Labrys Études Féministes/ Estudos Feministas*, 12, 1-10.

Tânia Siqueira Montoro has a doctorate in Audiovisual Communication from the Universidad Autonoma in Barcelona, with a post-doctorate at the Deustch Film Institute, Holland. She is a professor and member of the Post Graduate program at the Faculty of Communication at the Universidade de Brasília.

E-mail: taniamontoro@unb.br

Universidade de Brasília / Universidade Federal de Goiás Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília - DF, 70910-900 Avenida Esperança, s/n - Setor Itatiaia, Goiânia - GO, 74690-900 Brazil

Maria Luiza Martins de Mendonça has a doctorate in Communication, is a researcher, and associate professor and member of the Post Graduate Program at the Faculty of Communication at the Universidade Federal de Goiás.

E-mail: mluisamendonca@gmail.com

Universidade de Brasília / Universidade Federal de Goiás Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília - DF, 70910-900 Avenida Esperança, s/n - Setor Itatiaia, Goiânia - GO, 74690-900 Brazil

GÉNERO E PERDA EMOCIONAL PROFUNDA NA VELHICE¹

Jenny Sousa & Maria Manuel Baptista

RESUMO

A perda do cônjuge na velhice tem um profundo impacto na vida e no bem-estar da pessoa idosa, uma vez que cria uma série de discrepâncias entre o mundo que se conhecia e aquele que passa a existir. Este aspeto é ainda mais marcante se, a par da viuvez, o/a enlutado/a se vê também desapossado do seu lar, numa institucionalização que acentua a sua desestruturção identitária. Neste contexto de viuvez e de institucionalização permanente, a significação que a pessoa idosa atribui à perda, e a sua capacidade de (re)construção da *práxis* quotidiana, encontra-se intimamente relacionada com condições críticas que favorecem um perfil de maior ou menor capacidade de superar o luto. De entre as várias condições críticas destaca-se o género, enquanto principal elemento diferenciador de comportamentos nos processos de adaptação às perdas. A partir destes pressupostos, este artigo apresenta-se estruturado em duas partes fundamentais: num primeiro momento faremos um enquadramento teórico, focando os aspetos mais marcantes do luto na velhice e do papel da institucionalização neste contexto de perda emocional profunda; num segundo momento, apresentaremos, analisaremos e discutiremos os resultados obtidos numa investigação qualitativa produzida no âmbito do Programa Doutoral em Estudos Culturais.

PALAVRAS-CHAVE

Velhice; luto; género; Estudos Culturais

INTRODUÇÃO

A velhice é uma etapa vital peculiar. Embora já se tenha ultrapassado a ideia tradicional de crescimento, maturidade e decadência (Gomes, 2010), a verdade é que o processo de envelhecimento acarreta um conjunto de perdas que podem influenciar a qualidade de vida da pessoa idosa e o seu grau de satisfação subjetiva (Afonso, 2012; Paúl, 2006; Santos & Encarnação, 1998).

De entre os vários tipos de perdas podem-se destacar as que ocorrem nos domínios corporal, cognitivo e psicológico e as que se devem ao envelhecimento social e à consequente perda de papéis sociais (Barreto, 2006). Amplamente associado a este último está a perda das pessoas que são mais próximas e que detêm influência no próprio sentido de identidade. A perda dos amigos, dos familiares, mas, sobretudo, do cônjuge, constitui-se como um dos grandes fatores de *stress* na vida das pessoas idosas uma vez que obriga a uma reconstrução do mundo e da vida que passa a ter contornos

¹ Os dados aqui apresentados integram-se numa investigação mais ampla, conduzida no âmbito de um projeto de Doutoramento em Estudos Culturais, da responsabilidade conjunta das Universidades do Minho e de Aveiro, cujo tema se centra no estudo da forma como as pessoas idosas e as estruturas residenciais se articulam na superação da perda emocional profunda, especificamente por perda de cônjuge, e no modo como as atividades socioculturais podem constituir-se como estratégias facilitadoras de adaptação à perda.

indiscutivelmente diferentes (Bennet, 1997; Carr, 2004; Carr, Housa, Kessler, Nesse, Sonnega & Wortman, 2000; Rebelo, 2009). Tal como explica Colin Parkes (1998), em qualquer luto muito raramente se percebe com exatidão o que foi perdido. A perda do cônjuge pode significar, ou não, a perda do/a parceiro/a sexual, do/a companheiro/a, do apoio financeiro, do apoio em tarefas específicas, entre outros. Por isso, uma perda traz consigo outras perdas, obrigando a uma (re)construção identitária e à aprendizagem de novos papéis sociais.

Este processo de reconstrução é denominado de luto. Segundo John Bowlby (1984), o luto é um processo de transição que engloba uma variedade de procedimentos de adaptação à perda. Este processo, apesar de ser altamente individual, é influenciado por um conjunto de fatores, os chamados determinantes do luto. Segundo a literatura da especialidade (Bowlby, 1984; Parkes, 1998; Rebelo, 2007; Twycross, 2003; Worden, 2002) dois dos mais importantes determinantes são a idade e o sexo da pessoa enlutada assim como, os acontecimentos de vida stressantes concorrentes, ou seja, as mudanças e as crises que podem ocorrer após a morte. Temos consciência que todos estes determinantes são importantes quando queremos compreender os diferenciados processos de enfrentamento e de elaboração do luto. Contudo, neste momento, iremos analisar com maior pormenor apenas os determinantes que dizem respeito à idade e ao sexo.

Para Barros de Oliveira (2010), é preciso ter em conta que o processo de luto na velhice é complexo, ambíguo e muitas vezes penoso e inultrapassável, dependendo da idiosincrasia da pessoa e do apoio do contexto social envolvente. Embora a experiência deste tipo de perdas seja influenciada por inúmeros aspetos, existem, contudo, alguns padrões de luto na idade adulta avançada que merecem ser observados mais de perto. A dissolução do casal longo, por morte de um dos cônjuges, empurra o sobrevivente para uma realidade complexa, onde o sentido do self se vê inevitavelmente alterado. Particularmente difícil no primeiro ano a seguir ao falecimento, este período é especialmente marcado pelo alto nível de mortalidade e suicídio (Erlangsen, Jeune, Bille-Brahe & Vaupel, 2004; Fry, 1998), devido precisamente à sensação de perda, desorientação e solidão, mas sobretudo à desagregação dos papéis que eram o pilar estruturador da identidade (McGoldrick & Walsh, 1998). Na verdade, e tal como explica Parkes (1998), a perda do cônjuge é um acontecimento traumático pelas mudanças de atitudes que ocorrem no/a enlutado/a, mas também pela forma como a própria sociedade passa a encarar o/a viúvo/a. Esta mudança de atitudes, que ocorre na sociedade em relação à pessoa que perde o cônjuge, é intitulada pelo autor de “estigma”. Sendo o casamento, culturalmente, uma parte integrante da organização social, providenciando identidade pessoal e social, quando ocorre a viuvez ocorre, também, um esvaziamento do papel social.

Temos consciência da relação complexa entre luto e características do casamento, contudo, também temos conhecimento que, independentemente da satisfação conjugal, a perda do cônjuge na adultez tardia obriga sempre a uma reconstrução da identidade pessoal e social (Carr et al., 2000). Nesta linha de argumentação, e ainda na ótica de Colin Parkes (1998), as mulheres saem sempre da experiência de luto com mais problemas psicológicos que os homens, trazendo à liça a importância do género na adaptação

à perda e na reconstrução identitária na velhice. Contudo, no que respeita a este determinante em concreto — o género — nem todos os estudos chegam aos mesmos resultados.

De facto, e tal como explica Deborah Carr (2004), as diferenças de género na adaptação à viuvez na adultez tardia têm sido estudadas extensivamente, mas com resultados ainda bastante inconclusivos. Existem estudos que apontam que as mulheres sofrem de uma maior angústia que os homens na adaptação à perda (Carr et al., 2000; Ha, Carr, Utz & Nesse, 2006; Parkes, 1998); outros estudos indicam que os homens idosos têm maiores dificuldades em elaborar a perda da companhia e que precisam de mais tempo para superar o luto do que as mulheres (Erlangsen et al., 2004; Stroebe, 1998). Segundo Neto (2004, 2000), independentemente das diferenças entre sexos serem biológicas, psicológicas ou sociais, diversos estudos deixaram claro que existem, de facto, diferenças. Neste sentido, os estudos têm apontado para o facto de os sujeitos do género feminino serem muitas vezes superiores na capacidade verbal e na linguagem, na descodificação de pistas não-verbais, em particular as expressões faciais, uma vez que parecem possuir maior sensibilidade emocional; também por este motivo, parecem apresentar uma maior tendência para a depressão. No que toca aos sujeitos do género masculino, os estudos tendem a indicar que eles possuem maiores aptidões em tarefas quantitativas e espaciais e são mais agressivos. Ainda segundo o mesmo autor,

as mulheres em média mostram mais comportamentos sócio-emocionais positivos, tais como agir de modo amigável, concordar com outras pessoas, oferecer apoio emocional. Os homens mostram mais comportamentos orientados para a tarefa, tais como dar e pedir opiniões, tentar resolver a tarefa do grupo. [...] Em suma, estas diferenças no comportamento em grupo sugerem que os homens estão mais focalizados na concretização de tarefas e de recompensas e as mulheres são mais focadas pelos aspetos sociais da interação e em manter sentimentos positivos entre os membros do grupo. (Neto, 2000, p. 87)

Assim, a explicação para o facto de as mulheres terem vidas emocionais mais extremas que os homens

pode encontrar-se sobretudo ao nível dos papéis de género que são prescritos pela sociedade. Os papéis de género tradicionais das mulheres têm em conta maiores responsabilidades em cuidar dos outros que podem encorajar mais respostas emocionais nas mulheres que nos homens. Tal pode ter como resultado que as mulheres podem ter mais vontade de experienciar e de exprimir emoções. (Neto, 2004, p. 369)

Também as fontes de felicidade são dissemelhantes para os indivíduos do sexo masculino e para os indivíduos do sexo feminino: os homens são mais afetados pelo trabalho e pela satisfação económica; as mulheres são mais afetadas pelos seus filhos, pela saúde da sua família, sendo também muito mais autocríticas (Neto, 2004).

Apesar de, tal como o autor sublinha, as diferenças de género serem mais pequenas do que dentro de cada um dos grupos de homens e mulheres, não podemos deixar de ter presente que as influências socioculturais relacionadas com as questões de género são marcantes e influenciam o comportamento, o autoconceito, as escolhas e as perceções dos indivíduos e, como tal, devem ser tomadas em consideração quando se estuda a (re)construção identitária de pessoas idosas que viveram toda a vida condicionadas pelo “o que é ser homem, o que é ser mulher” (Ribeiro, 2002, p. 124). Tal como explica Carr (2004), na realidade, as diferenças de género na superação da perda estão intimamente relacionadas com as diferenças de género que marcaram a socialização do casal e com os papéis familiares que ao longo de toda a vida foram definidos pelo sexo. Assim sendo, explica ainda a autora, quanto mais a vivência do casal for influenciada pelos papéis de género, maiores serão as dificuldades em superar o luto e adaptar-se à perda do cônjuge. Nesta linha, diversos estudos (Carr, 2004; Guinther, Segal & Bogaards, 2003; Ha et al., 2006) revelam que a divisão tradicional das tarefas e dos papéis coloca diferentes desafios às viúvas e aos viúvos e que estes são influenciados na adaptação à perda conjugal pelos papéis de género com os quais foram socializados. Assim, enquanto as mulheres tendem a fazer mais o trabalho doméstico do que os seus maridos são, também, muito mais propensas a gerir as tarefas relacionadas com o bem-estar da família. Normalmente, possuem uma rede de fortes ligações afetivas com familiares e vizinhos. Contudo, são mais dependentes a nível económico, financeiro e legal. Ainda segundo os mesmos estudos, os homens habitualmente dirigem as suas energias no cumprimento da função do sustento da família, nas tarefas da manutenção financeira e possuem redes mais largas de contactos e de ligações com a comunidade.

Assim sendo, superar o luto implica organizar os múltiplos fatores interindividuais com os aspetos intraindividuais. Percebemos como a cultura fornece auxílio no processo de integração da morte e de transformação dos sobreviventes, determinando o significado que o indivíduo dá à morte, à vida e aos modos de adaptação à perda (Papalia et al., 2006). Nesta adaptação à perda, as estratégias utilizadas pelos/as enlutados/as são condicionadas pela perceção da comunidade, e do/a próprio/a, sobre o comportamento ajustado à viúva e ao viúvo (Parkes, 1998; Rebelo, 2009; Twycross, 2003). Neste sentido, as estratégias de suporte emocional de superação do luto estão arreigadas nos referenciais culturais e são influenciadas por quadros simbólicos específicos que determinam a resignificação que o/a enlutado/a faz da vida e da forma de a viver. Por isso, as estratégias utilizadas para a elaboração do luto são sempre formas de eficácia simbólica de relação com o mundo e implicam, da parte da pessoa idosa, um sentimento de autonomia e controlo para encontrar os recursos necessários para recomeçar (Parkes, 1998; Rebelo, 2009; Twycross, 2003).

Conforme pode ler-se na literatura da especialidade (Parkes, 1998; Rebelo, 2007; Twycross, 2003), se o meio cultural e social oferecer as condições para que a pessoa idosa enlutada se possa desenvolver, consoante as suas capacidades, interesses e necessidades próprias e específicas, apesar de todos os problemas, a perda do cônjuge pode ter um efeito de crescimento e maturidade. Descobrimo e realizando as suas próprias

possibilidades, a superação do luto é possível, independentemente da idade e do sexo. Neste processo não há receitas, mas um conjunto de respostas adaptativas que podem estar encerradas numa eventual continuação da antiga atividade profissional, na adesão a uma nova atividade, na realização de atividades culturais e artísticas, em viagens, no reforço das relações familiares e no aumento da vida relacional e associativa (Fonseca, 2005). Contudo, a capacidade do sujeito para lidar com a perda é significativamente afetada se esta tiver um carácter cumulativo e implicar mudanças estruturais (Carr, 2004; Parkes, 1998). Assim, no âmbito deste trabalho interrogámo-nos relativamente ao que acontece quando, após o falecimento do cônjuge, os/as viúvos/as são obrigados a abandonar o espaço que partilharam com o companheiro de vida, quer dizer, quando a morte do cônjuge traz consigo a institucionalização.

1. A VIUEZ E A INSTITUCIONALIZAÇÃO: OS DOIS FATORES DE STRESS

A viuvez e a institucionalização constituem dois dos grandes fatores de *stress* da vida adulta idosa pela exigência do esforço adaptativo e pelo impacto emocional que causam (Moragas, 1998; Paúl, 1997). Deixar o lar, espaço de recordações e de recortes de significados, de conforto emocional e de identidade, é mais um duro golpe, uma perda com amplas repercussões (McGoldrick & Walsh, 1998). Ao serem forçadas a sair dos seus lares — devido a motivos que vão desde a inabilidade de morar sozinho, à falta de condições monetárias para manter a casa ou até à falta de condições da própria habitação —, as pessoas idosas abandonam o ambiente que era do casal, a última ligação ao ente querido falecido e ao próprio sentido do *self*. As perdas acumulam-se e a solidão intensifica-se.

Neste quadro, como podem as estruturas residenciais contribuir para a superação das perdas emocionais profundas da pessoa idosa enlutada? Tal como as pessoas idosas não institucionalizadas, também as pessoas residentes em estruturas residenciais continuam viradas para o futuro e possuem mecanismos de superação e de *coping* (Afonso, 2012; Barreto, 2006). Todavia, para que as pessoas idosas institucionalizadas acionem estes mecanismos é preciso que lhes seja dada a autonomia e a liberdade necessárias, e que a atmosfera residencial seja o mais humanizada e personalizada possível (Born, 2002). Assim, um aspeto crucial é favorecer a preservação da identidade e do autoconceito da pessoa idosa, bem como, a perceção de controlo acerca da sua própria vida e em relação ao meio institucional. Na realidade, o controlo percebido é extremamente importante como estratégia de *coping* — estratégias utilizadas pelos sujeitos para responder a situações stressantes (Afonso, 2012) — na superação das perdas, nomeadamente na viuvez. Se este aspeto é importante para as pessoas idosas não institucionalizadas, ele assume uma relevância vital para os indivíduos que residem permanentemente em estruturas residenciais.

Intimamente relacionado com o controlo estão as trocas sociais (Fonseca, 2005). As alianças de confiança, quer com familiares, quer com companheiros da instituição e até da equipa de profissionais, são também importantes estratégias de combate à solidão, de adaptação à perda e de (re)construção da identidade, última etapa do processo de luto.

Neste sentido, na superação do processo de luto confluem fatores individuais, sociais e culturais, destacando-se o género enquanto elemento crucial. Com efeito, sobretudo nas pessoas idosas que mais facilmente se reconhecem em papéis tendencialmente estereotipados de género, este indicador deve ser tido em conta enquanto elemento estruturador das práticas sociais sendo, até, uma dimensão-chave na diferenciação simbólica, social e pessoal dos padrões de vida das pessoas idosas institucionalizadas. Com a entrada definitiva numa estrutura residencial, as pessoas idosas perdem a sua individualidade bem como, o acesso aos recursos que eventualmente poderiam utilizar na adaptação à perda do cônjuge (as atividades de rotina diária, as lides domésticas, a rede de vizinhança e amigos, entre outros). Assim sendo, como elaboram os seus lutos as pessoas que são categorizadas numa orientação uniformizadora? Qual a importância do género nestes contextos de institucionalização da anomia (Bourdieu, 1989), onde o controle rígido da vida de cada pessoa idosa parece ser o fundamento essencial do todo organizacional?

Precisamente no sentido de compreendermos de que forma o sexo influencia na significação da perda e na capacidade de adaptação e de (re)construção da práxis quotidiana num contexto de viuvez e de institucionalização permanente, desenvolvemos o estudo que a seguir apresentamos.

2. O ESTUDO

Os resultados discutidos ao longo deste artigo resultam de uma investigação, elaborada a partir do quadro teórico dos Estudos Culturais, onde tentamos compreender de que modo o género influencia a reconstrução identitária da pessoa idosa institucionalizada na adaptação às perdas emocionais profundas.

Por pretendermos um estudo empírico dos significados dos comportamentos que se constroem nas interações entre os indivíduos, conduzimos uma pesquisa que se insere no paradigma geral de investigação qualitativa, com fortes contornos etnográficos, enriquecido pelas perspetivas humanístico-interpretativa, fenomenológica e simbólica.

O método principal de recolha de dados e de produção do acervo fundamental da informação foram as “mini-histórias” de vida (O’Neill, 2009), realizadas a quinze pessoas idosas residentes em quatro estruturas residenciais da região de Leiria. Uma vez que pretendíamos perceber como é que o género das pessoas idosas institucionalizadas influencia a sua adaptação à perda emocional profunda, “perda do cônjuge na velhice” foi o critério de escolha dos nossos sujeitos, tendo sido convidadas a participar todas as pessoas idosas que perderam o cônjuge após os 65 anos e que, por causa dessa perda, entraram a título permanente para um estrutura residencial de apoio a idosos. Um aspeto fundamental para poderem ser participantes do estudo prendia-se com a capacidade de entendimento e comunicação verbal. Atendendo a estes critérios, dos 209 sujeitos residentes nas quatro instituições, foram selecionados 15 indivíduos que passaram a constituir o grupo de sujeitos da nossa investigação.

2.1 Os SUJEITOS

Os sujeitos foram agrupados segundo as suas características e de acordo com os fatores individuais e contextuais que nos interessava, prioritariamente, estudar: idade, sexo, lugar de proveniência, habilitações académicas, rendimento económico e participação em atividades culturais e de animação.

Assim, numa descrição geral dos sujeitos participantes do estudo podemos dizer que os entrevistados tinham, na sua esmagadora maioria, idades compreendidas entre os 80 e os 90 anos; no que se refere ao sexo, 10 sujeitos eram do sexo feminino e 5 do sexo masculino; no que respeita às habilitações académicas, 5 sujeitos não possuíam qualquer nível de escolaridade, 6 sujeitos possuíam escolaridade até à 4^a classe e 4 sujeitos tinham escolaridade até ao ensino secundário. Relativamente ao rendimento económico, 4 sujeitos possuíam um nível baixo de rendimento, 5 sujeitos um nível médio e 6 sujeitos um nível elevado de rendimento económico. Por fim, e no que concerne à participação em atividades culturais e de animação, 9 sujeitos participavam regularmente, enquanto 6 sujeitos não participavam em qualquer atividade desta natureza. No contexto deste estudo não serão exploradas todas as variáveis enunciadas, mas apenas nos teremos à variável género².

2.2 A RECOLHA E A ANÁLISE DOS DADOS

Tendo como pano de fundo os critérios explicados no ponto anterior, o primeiro contacto com os sujeitos foi feito através das direções das estruturas residenciais onde viviam. Em todos os casos foram as direções das instituições que levaram a cabo a tarefa de apresentar a investigadora a cada um dos indivíduos. Este primeiro contacto era, essencialmente, um momento de conhecimento mútuo, onde começava a desenhar-se uma relação significativa e de proximidade.

Neste primeiro encontro era agendado, ainda, o encontro seguinte. Quanto ao local de realização da entrevista, tentou-se, em todos os casos, que estas fossem feitas em espaços privados, preservados da entrada de alguém estranho à investigação.

Porque se remexe em baús trancados, tínhamos a consciência de que este manancial de recordações e emoções poderia provocar um “re-experimentar dos sentimentos e das emoções que lhes estão associados” (Brandão, 2007, p. 2); por isso, foi nossa preocupação realizar a entrevista da forma mais respeitadora possível da personalidade do sujeito, deixando a narrativa fluir ao ritmo de cada indivíduo (Bertaux, 1999; Ferrarotti, 2007). Assim, as entrevistas que aplicámos seguiram a estrutura aconselhada por Medrano e Cortés (2007). Neste sentido, e tal como já referimos, havia uma fase prévia à entrevista que consistia na apresentação, da investigadora e do estudo, mas também dos próprios entrevistados. Neste primeiro contacto, ficava feito, desde logo, um contrato implícito (Bertaux, 1999). A fase seguinte centrava-se mais em perguntas abertas

² No caso de o leitor estar interessado em conhecer toda a exploração que se fez dos dados ao nível das diferentes variáveis poderá consultar a tese de doutoramento “Velhice na cultura contemporânea: um estudo sobre a perda emocional profunda”, no repositório da Universidade de Aveiro.

sobre as experiências de vida, incidindo, sobretudo, na infância e na adolescência. Esta etapa era fundamental para o indivíduo descontraír, reviver momentos significativos, rebuscar e revelar identidades passadas, mas, sobretudo, para se começar a construir a relação de confiança e de empatia entre entrevistado e entrevistadora. Na etapa seguinte, na fase central da entrevista, eram colocadas as perguntas mais complexas e concretas acerca da temática específica. Nestes momentos da narrativa, os sujeitos entrevistados reviviam a vida em comum com os seus cônjuges: as rotinas diárias, as dificuldades, as alegrias, as infelicidades e a sua morte, refletindo sobre os sentimentos vividos, os episódios mais relevantes do processo de luto e as práticas de superação. Na última fase da entrevista eram colocadas as questões mais fáceis e tranquilizantes. Quanto às perguntas relativas ao futuro, seguimos o conselho de Medrano e Cortés (2007) e, portanto, decidimos intercalá-las no decurso da entrevista, dada a complexidade e profundidade que poderiam representar para alguns sujeitos.

No protocolo de negociação inicial, os sujeitos deram a sua autorização para que as conversas pudessem ser audiogravadas, o que facilitou o posterior tratamento das mesmas. Assim, depois de realizadas as entrevistas, passava-se à fase da transcrição. Neste processo a principal preocupação era a de que a fidelidade do discurso se mantivesse e a significação do dito fosse perfeitamente perceptível. Por fim, os textos eram submetidos à técnica de análise de conteúdo. Através da análise de conteúdo, procurámos, em cada redação, o conteúdo, o sentido e os sistemas de percepção, em suma, a compreensão do processo de significados que estava por trás da narrativa (Bardin, 2004). Assim, o pilar basilar da análise de conteúdo executada neste estudo foi a análise por categorias que, de acordo com Laurence Bardin (2004), é uma das mais utilizadas em dados qualitativos.

2.3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Partindo da análise de conteúdo das “mini-histórias de vida” (O’Neil, 2009) apresentamos os dados, tendo como eixos estruturais as temáticas que emergiram, transversalmente, nos discursos dos sujeitos do nosso estudo. Os dados apresentados neste artigo dizem apenas respeito à análise da variável “sexo”.

Pretendemos, com a análise desta dimensão, perceber a influência que o sexo detém na significação da perda e na capacidade de adaptação e de (re)construção da práxis quotidiana. Neste sentido, a dimensão “sexo” será posta em relação com as três temáticas emergentes dos discursos e as respetivas categorias e subcategorias, conforme apresentado no quadro abaixo (ver quadro 1).

TEMÁTICAS	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
SISTEMA FAMILIAR	1.1. Relação com a família alargada	
	1.2. O casamento – Tipo de relação com o cônjuge falecido	
A VIDA NA ESTRUTURA RESIDENCIAL	2.1. A institucionalização – Impacto afetivo e emocional	2.2.1 Qualidade dos cuidados de saúde, higiene e alimentação
		2.2.2 Oferta de atividades de animação
	2.2. O quotidiano institucional	2.2.3.1 Relação com os outros residentes
		2.2.3.2 Relação com os colaboradores
		2.2.4 Relação com a comunidade externa
A PERDA	3.1. Mudanças provocadas pela perda	3.1.1 Solidão após a perda do cônjuge
		3.1.2 Solidão no quotidiano institucional

Quadro 1 - Grelha de análise temática

SISTEMA FAMILIAR

Por sistema familiar entendemos a relação com a família alargada — que engloba os familiares diretos e indiretos dos sujeitos da pesquisa — e o tipo de relação com o cônjuge falecido. Em seguida, apresentamos o quadro (Quadro 2) que sintetiza os dados relativamente ao sistema familiar.

CATEGORIA	NÍVEL	SEXO		
		HOMENS	MULHERES	TOTAL
RELACIONAMENTO COM A FAMÍLIA ALARGADA	Muito bom	4	6	10
	Médio	--	--	--
	Mau	--	3	3
	Inexistente	1	1	2
	Total	5	10	15
REPRESENTAÇÃO DA RELAÇÃO COM O CÔNJUGE FALECIDO	Muito bom	--	6	6
	Médio	5	--	5
	Mau	--	4	4
	Inexistente	--	--	--
	Total	5	10	15

Quadro 2 – Sistema familiar, segundo o sexo

De acordo com os dados apresentados, verificamos a existência de dois padrões diferenciados, entre os sujeitos do sexo masculino e os sujeitos do sexo feminino, no que se refere às representações dos relacionamentos afetivos e emocionais.

Assim, podemos verificar que os homens perspetivam de forma mais positiva e satisfatória as suas relações com os familiares significativos do que as mulheres. No que se refere à relação com o cônjuge falecido, os sujeitos do sexo masculino manifestam

uma tendência para representar a sua relação de forma moderada, enquanto as mulheres percecionam o seu relacionamento de forma mais extrema (muito bom/muito mau).

Passamos, de seguida à apresentação dos resultados relativos à temática “a perda do cônjuge”.

A PERDA DO CÔNJUGE

Neste ponto, considerámos as representações dos sujeitos relativamente a duas grandes categorias decorrentes da perda do cônjuge: “solidão após a perda do cônjuge” e “estratégias facilitadoras de superação da perda”.

Na categoria “solidão após a perda do cônjuge” foram analisadas as perceções dos sujeitos relativamente ao grau de solidão vivenciado após a morte do cônjuge — sentimento de vazio afetivo na sequência da perda de uma figura de ligação que proporcionava segurança, estabilidade e amparo. Na categoria “estratégias facilitadoras da superação da perda” analisámos as representações dos entrevistados sobre as estratégias que mobilizaram para auxiliar na superação da perda. As estratégias de apoio à superação do luto foram divididas em cinco tipos de atividades: atividades quotidianas/práticas, atividades sociais, atividades artísticas, atividades intelectuais/formativas e atividades espirituais/religiosas, conforme quadro abaixo (Quadro 3).

CATEGORIA	NÍVEL	SEXO			
		HOMENS	MULHERES	TOTAL	
SOLIDÃO APÓS A PERDA DO CÔNJUGE	Elevado	--	6	6	
	Moderado	4	1	5	
	Leve	1	3	4	
	Inexistente	--	--	--	
	Total	5	10	15	
ESTRATÉGIAS FACILITADORAS DA SUPE- RAÇÃO DA PERDA	Atividades quotidianas/ Práticas	Sim	0	5	
		Não	5	5	
		Total	5	10	15
	Atividades sociais	Sim	4	6	
		Não	1	4	
		Total	5	10	15
	Atividades artísticas	Sim	2	3	
		Não	3	7	
		Total	5	10	15
	Atividades intelectuais/ Formativas	Sim	3	3	
		Não	2	7	
		Total	5	10	15
	Atividades espirituais/ Religiosas	Sim	0	5	
		Não	5	5	
		Total	5	10	15

Quadro 3 – A perda do cônjuge, segundo o sexo

Tal como se pode constatar nos dados do quadro acima, as mulheres sentiram a solidão após a morte do cônjuge em maior número e grau do que os homens, que manifestaram sentimentos de solidão mais moderados, verificando-se, assim, um padrão diferenciado. Já no que se refere às estratégias facilitadoras da superação da perda, podemos observar a existência de quatro padrões diferenciados quanto às escolhas dos homens e das mulheres. Na realidade, segundo os dados apresentados, os homens admitem preferir as atividades artísticas e as atividades intelectuais/formativas, enquanto as mulheres sobrelevam as atividades quotidianas/práticas e as atividades espirituais/religiosas. Relativamente às atividades sociais, apesar de ambos os sexos elegerem estas atividades como principal estratégia de adaptação, verificamos que este tipo de estratégia teve maior expressão para os homens do que para as mulheres.

Apresentaremos, de seguida (Quadro 4), os dados respeitantes às representações dos sujeitos do estudo quanto à vida na estrutura residencial, segundo o sexo.

A VIDA NA ESTRUTURA RESIDENCIAL

O tópico relativo à vida na estrutura residencial é constituído por duas grandes categorias: a institucionalização — nomeadamente, o impacto afetivo e emocional do processo — e o quotidiano institucional, que engloba a qualidade dos serviços de saúde, higiene e alimentação, a oferta de atividades de animação, a relação com a comunidade residencial e a relação com a comunidade externa.

De acordo com os dados apresentados, podemos verificar a existência de um conjunto de padrões diferenciados entre as representações dos homens e das mulheres no que se refere à vida na estrutura residencial. Logo num primeiro momento, os sujeitos do sexo masculino consideram que a entrada na instituição foi um processo mais fácil do que os sujeitos do sexo feminino. Também no tocante à relação com a comunidade residencial e com a comunidade externa à instituição, os entrevistados do sexo masculino perspetivam de forma mais positiva e satisfatória os relacionamentos que estabelecem, do que as entrevistadas de sexo feminino. Quanto à solidão experienciada em contexto institucional, apurámos que a tendência geral dos homens é para não se sentirem sós, enquanto a tendência feminina vai no sentido de as representações se dividirem entre os dois pontos mais díspares da tabela, existindo um número considerável de mulheres a percecionarem como elevado o seu sentimento de solidão. Assim, os homens parecem desenvolver relações emocionais mais significativas e um menor grau de solidão, enquanto as mulheres têm representações, tendencialmente, mais negativas dos seus relacionamentos afetivos e apresentam uma tendência maior para se sentirem sós.

CATEGORIA	NÍVEL	SEXO		
		HOMENS	MULHERES	TOTAL
INSTITUCIONALIZAÇÃO – IMPACTO AFETIVO E EMOCIONAL	Muito difícil	--	3	3
	Difícil	1	3	4
	Fácil	4	4	8
	Muito fácil	--	--	--
	Total	5	10	15
Qualidade dos serviços de saúde, higiene e alimentação	Muito boa	4	9	13
	Média	1	1	2
	Má	--	--	--
	Inexistente	--	--	--
Oferta de atividades de animação	Muito boa	2	3	5
	Média	3	6	9
	Má	--	1	1
	Inexistente	--	--	--
Relação com a comunidade residencial	Muito boa	1	2	3
	Média	2	2	4
	Má	1	3	4
	Inexistente	1	3	4
Relação com os outros residentes	Total	5	10	15
	Muito boa	4	6	10
	Média	1	2	3
	Má	--	2	2
Relação com os colaboradores	Inexistente	--	--	--
	Total	5	10	15
	Muito boa	4	4	8
	Média	--	--	--
Relação com a comunidade externa	Má	--	--	--
	Inexistente	1	5	6
	Total	5	10	15
	Elevado	--	4	4
Sentimento de solidão na instituição	Moderado	--	--	--
	Leve	--	--	--
	Inexistente	5	6	11
	Total	5	10	15

Quadro 4 – A vida na estrutura residencial, segundo o sexo

3. O SEXO COMO PRINCIPAL CONDIÇÃO CRÍTICA NA ADAPTAÇÃO À PERDA EMOCIONAL PROFUNDA: DISCUSSÃO DOS DADOS

Nos discursos que os sujeitos participantes do estudo teceram sobre si mesmos emergiram diversos elementos-chave que, associados a condições pessoais e socioculturais específicas, se revelaram determinantes na forma como, em contextos institucionais, a superação do luto na idade adulta avançada é realizada.

Neste sentido, e olhando desde uma perspetiva fenomenológica para a forma como os indivíduos se analisaram e refletiram sobre os seus atos e comportamentos, percebemos a existência de dois perfis diferenciados de reação perante as perdas emocionais profundas: um perfil adaptativo, orientado para comportamentos de superação da perda, e outro perfil não adaptativo, associado a uma postura de negação e de não superação da perda.

O perfil adaptativo diz respeito aos sujeitos que apresentam um perfil de tendência para a adaptação às perdas e às situações causadoras de *stress*, de reorganização emocional através de ligações afetivas e emocionais significativas, do desempenho de novos papéis e de mobilização de estratégias de apoio emocional. O perfil não adaptativo está associado aos sujeitos que não se adaptaram às perdas, interiorizando um perfil de desistência de reorganização emocional, dificultando a criação de laços e ligações afetivas, negando e evitando mudanças reestruturadoras.

Verificámos, ao longo da análise dos dados, que o género é uma condição determinante nos perfis de adaptação à perda, pois a investigação revelou padrões claramente diferenciados entre os discursos dos sujeitos masculinos e femininos. Destarte, os resultados do nosso estudo indicam que os homens revelam uma postura tendencialmente mais positiva de adaptação a eventos stressantes, relacionada com ligações afetivas mais satisfatórias e a uma maior perceção de controlo, enquanto as mulheres apresentam, tendencialmente, um padrão de maior fragilidade emocional, relações emocionais menos satisfatórias e uma menor perceção de controlo, que se reflete numa postura com maior propensão para a negação e para a desistência de adaptação à perda.

Com efeito, um dos aspetos determinantes da superação da perda é a perceção de controlo pois, conforme defendem Santos e Paúl (2006), as necessidades das pessoas que vivem em ambiente institucional são respondidas de forma tanto mais positiva quanto mais sólidas forem as redes sociais de apoio, nomeadamente as familiares. Na realidade, e tal como percebemos nos discursos dos nossos sujeitos, as relações afetivas com os familiares não diminuem de importância quando o sujeito é institucionalizado, continuando estas a ser decisivas na qualidade de vida das pessoas idosas e a constituir o eixo central do ciclo vital, espaço de pertença, de identificação e de continuidade na existência.

Não obstante, as relações familiares, e o suporte que delas provém, não são perçecionadas de modo unânime pelos nossos sujeitos, emergindo padrões diferenciados no modo como os sujeitos masculinos e os sujeitos femininos perçecionam as suas ligações familiares.

Assim, no que diz respeito aos homens, a grande maioria considera possuir uma relação muito boa com a família. Na realidade, estes sujeitos representam a ligação com os seus familiares como sendo de bastante proximidade, uma vez que se sentem, ainda, parte integrante da dinâmica familiar. Conforme os dados do estudo, os sujeitos masculinos, ao refletirem sobre a sua relação familiar, privilegiam o papel relacionado com o bem-estar material da família, aspeto que se concretiza, essencialmente, através do dinheiro: “gosto de ter aqui algum dinheiro porque às vezes vêm cá os meus netos, ou filhos [...] sou eu que lhes vou valendo quando eles precisam...” (Ent. 11, homem).

Neste sentido, percebemos que os homens possuem uma representação da sua relação familiar tendencialmente mais instrumental, em que o seu papel está mais associado ao bem-estar — nomeadamente material e financeiro — da família: “o meu sobrinho costuma vir cá pedir-me opiniões acerca da agricultura, de negócios que está a pensar fazer... não me posso queixar da família que tenho!” (Ent. 6, homem). Na realidade, estes sujeitos perspetivam o seu papel na família, enquadrando-o na continuação da sua experiência de vida. Tal como foi referido na primeira parte do artigo, os sujeitos masculinos entrevistados são de uma geração altamente influenciada por papéis de género, em que cabia ao homem providenciar o sustento da família. Assim, tal como fizeram ao longo da sua vida, os entrevistados masculinos continuam a perspetivar-se na dinâmica familiar, tendo como base o apoio que podem fornecer a nível financeiro e de recursos.

Quando analisamos os discursos dos sujeitos do sexo feminino, compreendemos que as mulheres não percecionam as suas relações familiares de uma forma, tendencialmente, tão positiva como os homens. Em rigor, e tal como podemos observar no Quadro 2, um número considerável de mulheres perceciona as suas relações familiares em níveis negativos. Na realidade, para as entrevistadas, a satisfação com as relações familiares está intimamente relacionada com a presença constante e a proximidade afetiva dos seus familiares, necessitando, para o seu bem-estar, de sentir a comparência assídua destes na sua instituição de residência: “a mais velha [filha] veio no domingo passado e é natural que venha no próximo domingo. A mais nova [filha] é quem me faz as compras e veio ontem trazer-me a trouxa! E é assim! Normalmente vêm de 15 em 15 dias. Não passa desse tempo!” (Ent. 14, mulher). Quando a presença física é impossível, devido à distância geográfica que os separa, as mulheres atribuem uma elevada importância a sentirem-se objeto de cuidado e preocupação constantes por parte dos familiares: “eles [filho e netos] estão na Alemanha, mas falo muitas vezes com eles ao telefone. É praticamente todos os dias! E quando não ficam convencidos de que estou bem, pedem para falar com diretora! [risos] É assim, andam sempre preocupados!” (Ent. 9, mulher).

Na verdade, os sujeitos do sexo feminino que consideraram possuir uma relação negativa com a família apontaram como causa, precisamente, a ausência dos familiares e a falta de atenção e de afeto por parte destes, como podemos verificar nos três testemunhos seguintes: “a falta de carinho dos meus filhos é uma coisa que [choro] ... é uma coisa embrulhada, que me faz muita confusão!” (Ent. 2, mulher); “ajudei a criar os meus netos... morreu a mãe e agora já não me conhecem... [choro] não me conhecem como avó... não me vêm cá visitar nunca...” (Ent. 4, mulher); “olhe, então os meus filhos, que há sete anos que aqui estou e nunca me vieram ver! E tanto bem que eu lhes fiz! Fiz-lhes tanto bem!” (Ent. 5, mulher). Com efeito, e à semelhança do que podemos verificar nos entrevistados masculinos, também as mulheres se perspetivam nas suas dinâmicas familiares a partir da sua experiência de vida. Em rigor, tendo estas mulheres sido socializadas para pensar e agir consoante os papéis de género tradicionais, competiam-lhes, então, maiores responsabilidades em cuidar, a nível afetivo e emocional, dos seus familiares. Assim, e tal como explicam diversos estudos (Neto, 2000, 2004; Carr et al, 2000; Guinther et al, 2003), as mulheres, especialmente desta geração, revelam possuir uma sensibilidade emocional mais aguda, muito ligada ao apoio afetivo que recebem.

Estas diferentes representações quanto à satisfação com o relacionamento familiar repercutem-se, também, no tipo de exigências em que os sujeitos do estudo envolvem as suas famílias. Assim, enquanto os homens esperam que os seus familiares os integrem na dinâmica familiar, satisfazendo-os o papel de provedores de apoio financeiro, especialmente associado à perceção de controlo, as mulheres esperam atenções e cuidados contínuos nas dimensões emocionais e afetivas, exigindo a presença assídua dos familiares e a disponibilidade constante.

Estes padrões diferenciados entre as representações masculinas e as representações femininas são também visíveis no tocante às relações com os colaboradores das estruturas residenciais.

Na realidade, e tal como foi já referido, a comunidade residencial pode assumir-se, para a pessoa idosa enlutada, como um contexto privilegiado de desenvolvimento de relações interpessoais e de reinvestimento em novos relacionamentos e projetos de vida, contribuindo, indubitavelmente, para a sua reorganização emocional e qualidade de vida (Santos e Encarnação, 1998). Neste quadro, os profissionais das instituições desempenham um papel crucial no bem-estar do sujeito institucionalizado. Na verdade, em muitos casos, os colaboradores das instituições assumem o papel de uma nova família, com vínculos e relações diferentes, mas que são fundamentais para a qualidade de vida da pessoa idosa: “elas ajudam muito! São muito importantes nessas fases! Confortam-nos com palavras e estão sempre prontas para nos dar um maminho, um carinho...” (Ent.10, mulher).

Apesar de todos os sujeitos do nosso estudo atribuírem uma grande importância a estes cuidadores, a verdade é que a relação com os colaboradores é perspectivada de forma mais positiva pelos sujeitos masculinos e menos satisfatória pelos sujeitos femininos. Tal como explica Félix Neto (2004, 2000), este aspeto parece estar relacionado com o facto de as mulheres serem mais críticas e apresentarem mais respostas emocionais que os homens, o que acaba por influenciar o tipo de relações que são desenvolvidas com os outros.

Reiteramos (Bennet, 1997; Parkes, 1998; Rebelo, 2009, 2007) a importância, no processo de adaptação à perda, da (re)construção de novos afetos, sendo a perceção de apoio e amparo um determinante crucial no processo de superação do luto. Este aspeto é tão premente nos discursos dos nossos sujeitos, que fica vincada a ideia de que as redes sociais de apoio influem diretamente na qualidade de vida da pessoa em luto, como conseguimos perceber pelo seguinte testemunho: “não tenho ninguém... [...] então fico aqui sozinha... desde que fiquei viúva perdi o pio... sinto-me muito triste” (Ent. 7, mulher).

Numa sociedade profundamente individualista, o “nós” possui especial valor no que respeita ao sentido de pertença e de identidade; por isso, para além da importância que adquirem as relações com os familiares significativos e com os colaboradores da estrutura residencial de acolhimento, as próprias redes de apoio informal, constituídas pelos amigos, vizinhos e comunidade, são, também elas, fulcrais. Com efeito, e conforme podemos verificar nos discursos dos entrevistados, ao reatar ligações a espaços e contextos vivenciais comunitários, os sujeitos experimentam o sentimento de controlo, aspeto intimamente relacionado com a identidade do indivíduo e com a sua capacidade de adaptação às perdas: “eu faço a minha vida normal, não estou sempre aqui! [...] Vou

muitas vezes até minha casa: tenho lá documentos importantes e muitos apontamentos. E aproveito para visitar pessoas e para pôr a conversa em dia!” (Ent. 3, homem).

De acordo com Silva (2005), as relações com o exterior da estrutura de acolhimento oferecem uma certa perceção de continuidade, necessária para enfrentar as mudanças experimentadas, oferecendo um equilíbrio satisfatório que atenua o impacto psicológico das perdas. Contudo, os dados revelam padrões diferenciados nas representações dos homens e das mulheres relativamente à sua relação com a comunidade exterior.

Na realidade, os homens percecionam de uma forma, tendencialmente, mais positiva e satisfatória as ligações que mantêm com a comunidade envolvente do que as mulheres, que possuem representações tendencialmente menos satisfatórias.

Mesmo após a entrada definitiva na estrutura residencial, os dados sugerem que os homens usufruem de uma rede de relações sociais mais amplas e mais profundas na comunidade (“eu fiz parte da direção de várias associações, andavam sempre a empurrar-me para essas coisas [risos] estive metido em muitas coisas até vir para aqui! Por isso, quando saio encontro sempre gente conhecida” (Ent. 3, homem)) do que as mulheres, cujos contactos sociais se centram, maioritariamente, nas relações com os familiares significativos: “desde que aqui entrei saí muito poucas vezes e foi só para ir almoçar a casa dos meus filhos! Também, onde mais havia de ir?” (Ent. 2, mulher).

Na verdade, enquanto os homens do nosso estudo veem o seu espaço de pertença ser mais associado “à rua”, as mulheres percebem-se mais confinadas ao espaço “da casa”, o que influí amplamente no tipo de relações sociais estabelecidas: os sujeitos masculinos possuem contactos sociais mais abrangentes e dispersos pela comunidade, enquanto os sujeitos femininos detêm contactos sociais mais restritos e mais centrados na família e vizinhos.

Os resultados do nosso estudo sugerem que os padrões diferenciados que aparecem recorrentemente nas representações masculinas e femininas relativamente à esfera relacional estão relacionados com uma forte questão de género, demonstrando que são as mulheres que se representam, tendencialmente, menos apoiadas e amparadas quer pelos familiares, quer pelos colaboradores da estrutura residencial, quer ainda, pela comunidade externa à instituição de acolhimento.

Na verdade, reiteramos o facto dos entrevistados participantes desta pesquisa serem “sujeitos de transição”, indivíduos de pertença a um contexto histórico e socio-cultural, de características tradicionais, onde a sociabilidade e a forma de existência era acomodada a diferentes espaços de pertença (Santos & Encarnação, 1998). Com efeito, os sujeitos do nosso estudo nasceram na segunda década do século passado, e viveram durante um período da história portuguesa — o Estado Novo — em que os papéis de género eram condicionadores das práticas e das formas de ser e estar em sociedade. Assim, enquadrados em papéis sociais diferenciados, consoante o seu sexo, muitos dos comportamentos eram adquiridos, tendo como base as diferenças a nível de traços que eram aceites como sendo de mulher e de homem, influenciando o comportamento, o autoconceito e a perceção dos outros (Neto, 2000), em suma, afetando uma postura específica no processo de adaptação à perda.

Desta forma, os dados do estudo sugerem que as relações interpessoais, e a consequente rede de suporte afetivo e emocional, são perspectivadas pelos sujeitos do sexo masculino enquanto contextos sociais de apoio que favorecem estratégias facilitadoras no processo de superação do luto. O “ser-no-mundo”, que implica “ser-com-os-outros” — quer seja família, colegas residentes, colaboradores ou comunidade exterior —, é representado pelos sujeitos do sexo masculino de forma desproblematizada, perspectivando-se em relações que não apresentam dificuldades e que contribuem para o seu enriquecimento.

No que se refere às mulheres, percebemos, nas narrativas das entrevistadas, uma maior tendência para representações negativas e insatisfatórias da sua rede de relacionamentos, e uma maior incapacidade em tornar as ligações afetivas existentes em estratégias de suporte de adaptação à perda.

Em rigor, percebemos que as mulheres objeto do nosso estudo, ao mesmo tempo que perspetivam as relações interpessoais de forma mais emotiva e expressiva, revelam, também, uma maior tendência para a debilidade afetiva quando se pensam no seu círculo de relações. Tudo indica que esta questão está relacionada com a precariedade emocional em que muitas destas mulheres viveram até à idade adulta avançada, e que pode ter dado origem a um conjunto de dificuldades sociais e afetivas. Na verdade, quando as nossas entrevistadas se narram no âmbito das suas relações sociais, esta incompetência social e afetiva é visível, logo desde o primeiro momento, nas representações quanto ao relacionamento com o cônjuge falecido. Com efeito, as percepções negativas que emergem associadas ao relacionamento conjugal são replicadas no modo como descrevem o quotidiano na instituição e o próprio processo de institucionalização: na realidade, estas mulheres apresentam as piores relações com os familiares significativos, com os colaboradores e com a comunidade externa, revelando, enfim, maiores níveis de solidão, quando comparados com os sujeitos do sexo masculino. Percebemos, então, que as mulheres apresentam tendencialmente, uma maior fragilidade emocional na forma como se relacionam com os outros, o que influencia o tipo de apoio emocional e afetivo que retiram dessas relações, provocando maiores dificuldades de reconhecimento de pertença e uma menor percepção de controlo da sua vida, influenciando fortemente na capacidade de se adaptarem às perdas e de se organizarem emocionalmente.

Gostaríamos de salientar, ainda, que estas diferenças entre sexos não são apenas notórias nos relacionamentos sociais, mas, também, na natureza das estratégias de apoio que são escolhidas e na forma como estas são utilizadas na adaptação à perda.

Na realidade, os diversos padrões diferenciados que emergem entre os entrevistados femininos e os entrevistados masculinos, e que podem ser analisados no Quadro 3, levam-nos a levantar a questão de se saber se os sujeitos femininos deste estudo não terão escolhido estratégias e modos de superação específicos, mais limitados e condicionados, por possuírem menores capacidades e aptidões para fazerem uso de atividades mais profícuas no seu processo de adaptação à perda: “agarrei-me a Deus! Havia mais alguma coisa que pudesse fazer? Não!” (Ent. 2, mulher) do que os homens que recorreram a atividades mais diversificadas e de maior potencial adaptativo: “para

não pensar em coisas más tenho de estar entretido... então, gosto muito de cantar umas cantiguinhas, e ponho-me na sala a cantar uns fados inventados por mim! [risos] Olhe, ainda agora estava lá em cima no quarto e quando me ponho a pensar em coisas más, gosto de escrever poemas ou canções! [tira um conjunto de papéis do bolso] olhe, tenho aqui uma música, quer ouvir?" (Ent. 12, homem)

Com efeito, tudo aponta para, uma vez mais, estarmos perante questões de género, que parecem influenciar fortemente o processo de desenvolvimento, de adaptação e de resiliência dos sujeitos participantes. Na verdade, e tal como já foi discutido, as pessoas idosas de hoje continuam a reconhecer-se em papéis de género, enformados por aspetos sociais e construídos culturalmente, que influenciam o comportamento, as vivências e as representações face à vida e às ligações emocionais que lhe dão sentido (Neto, 2004, 2000; Parkes, 1998; Santos e Encarnação, 1998). Assim, os homens e as mulheres deste estudo viveram de formas diferentes — atendendo aos papéis de género que condicionaram as suas experiências e as suas formas de sociabilidade — e, por isso, na velhice também apresentam características diferenciadas de adaptação à perda.

Tal como já foi discutido no início do artigo, encontramos na literatura estudos (Erlangsen et al, 2004; Stroebe, 1998) que revelam que os homens idosos têm maiores dificuldades em elaborar a perda da companheira e que precisam de mais tempo para superar o luto, e que as mulheres têm maiores facilidades de se adaptarem à perda do cônjuge (Carr et al, 2000;), alertamos para o facto de estes estudos terem sido feitos com pessoas idosas não institucionalizadas. Assim, quando se afirma que as mulheres se adaptam melhor porque têm mais facilidade em gerir a casa, em tratar das lides domésticas ou porque mantêm uma rede mais forte de socialização com os vizinhos e familiares (Gunter, Segal & Boggaards, 2003), estes recursos e estratégias não se aplicam às mulheres institucionalizadas que não podem colaborar nas lides domésticas, que não podem fazer usos dos seus saberes e que veem ser rompidas as ligações à comunidade e aos vizinhos. Por outro lado, os homens veem as suas necessidades diárias serem asseguradas (como, de resto, aconteceu ao longo de toda a sua vida) e como possuem uma rede mais larga e satisfatória de relacionamentos, sentem-se mais enquadrados e revelam maiores facilidades de adaptação à perda.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

À luz dos resultados a que este estudo conduziu, percebemos que as relações sociais são fundamentais na reorganização emocional e na superação do luto, e que o quotidiano das pessoas idosas, embora institucionalizadas, continua a estar assente em redes de solidariedades, internas e externas à instituição, que favorecem a participação social e a promoção da sua própria cultura.

Percebemos, também, que as condições sociais e culturais influenciam o modo como o/a enlutado/a se adapta à perda e supera o luto e, apesar de não existirem categorias universais para organizar o processo de luto, os resultados desta investigação mostram que o género parece ser determinante, enquanto condição crítica que favorece um perfil de maior ou menor adaptação à perda.

Assim, enquanto os sujeitos do sexo masculino apresentam um perfil orientado para uma reestruturação mais adaptativa e equilibrada, com uma maior ligação afetiva e emocional aos familiares, colaboradores e comunidade externa à instituição, sentindo-se, também, menos sós na estrutura residencial, as mulheres por nós estudadas apresentam um perfil mais orientado para a perda, onde emergem, tendencialmente, padrões de mais fraca ligação com os familiares, com a comunidade residencial e com a comunidade externa à residência, sendo, também, as mulheres a sentirem-se mais sós na instituição de acolhimento.

Assumindo a existência de uma relação indissociável entre cultura, luto e envelhecimento (Papalia et al., 2006), pudemos concluir que não só as perdas são vividas cultural e simbolicamente de forma diferenciada por homens e mulheres, mas, também, as respostas que são dadas aos aspetos que envolvem a superação da perda são determinadas por questões associadas aos papéis de género culturalmente assimilados.

Assim, e para que a institucionalização não se converta em outra perda emocional profunda, a estrutura residencial deve possibilitar aos sujeitos o acesso a diferentes estratégias de apoio na superação do luto, ancoradas nas experiências de vida de cada sujeito. A intervenção realizada nestas estruturas deve reconhecer a individualidade de cada pessoa idosa, que não se pode alhear do todo, uma vez que as vidas são vividas de forma interdependente e moldadas pelas influências socioculturais. Para além disso, os profissionais das instituições devem prestar especial atenção aos sujeitos que apresentem um perfil de não adaptação à perda, para que, através de uma intervenção adequada e coerente com o universo social e cultural do residente, se consiga contrariar a tendência de desistência e não (re)construção identitária, potenciando a agência e o controlo da sua vida.

REFERÊNCIAS

- Afonso, M. (2012). Stress, coping e resiliência em pessoas idosas. In C. Paúl & O. Ribeiro (Coord.), *Manual de Gerontologia: Aspetos Biocomportamentais, Psicológicos e Sociais do Envelhecimento* (pp. 163-175). Lisboa: Lidel,
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro.
- Barreto, J. (2006). Relação terapêutica com o paciente idoso. In H. Firmino (Ed.), *Psicogeriatría* (pp. 113-132), Coimbra: Psiquiatria Clínica.
- Barros de Oliveira, J. (2010 [4ª edição]). *Psicologia do envelhecimento e do idoso*. Porto: Livpsic.
- Bennet, K. M. (1997). Widowhood in elderly women: The medium-and long-term effects on mental and physical health. *Mortality*, 2(2), 137-149.
- Bennet, K. M. (1998). Longitudinal changes in mental and physical health among elderly, recently widowed Men. *Mortality*, 3(3), 265-274.
- Bertaux, D. (1999). El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. *Proposiciones*, 29, 1-22. Acedido em <http://www.sitiosur.cl/publicacionescatalogodetalle.php?PID=3258&doc=&lib=&rev=&art=&doc1=&vid=&autor=&coleccion=&tipo=ALL&nunico=15000029>

- Bowlby, J. (1984). *Loss: Sadness and depression*. Vol. 3. Nova Yorque: Basic Books.
- Born, T. (2002). Cuidado ao idoso em instituição. In M. Netto (Org.), *A Velhice e o Envelhecimento em Visão Globalizada* (pp. 403-414). São Paulo: Editora Atheneu.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel. Tradução de: Fernando Tomaz.
- Brandão, A. (2007). Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica. *Configurações. Revista de Ciências Sociais*, 3, 83-106. Acedido em [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9630/3/Entre%20a%20Vida%20Vivida%20\(2\).pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9630/3/Entre%20a%20Vida%20Vivida%20(2).pdf)
- Carr, D. (2004). Gender, preloss marital dependence, and older adults' adjustment to widowhood. *Journal of Marriage and Family*, 66, 220-235.
- Carr, D., House, J., Kessler, R., Nesse, R., Sonnega, J. & Wortman, C. (2000). Marital quality and psychological adjustment to widowhood among older adults: A longitudinal analysis. *Journal of Gerontology: Social Sciences*, 55 B(4), 197-207.
- Carr, D., & Bodnar-Deren, S. (2009). Gender, aging and widowhood. In P. Uhlenberg (Ed.), *International Handbook of Population Aging* (pp. 705-728), New York: Springer-Verlag. doi:10.1007/978-1-4020-8356-3_32.
- Erlangsen, A., Jeune, B, Bille-Brahe, U & Vaupel, J. (2004). Loss of partner and suicide risks among old: a population-based register study. *Age and Ageing*, 33 (4), 378-383. doi: 10.1093/ageing/afh128.
- Ferrarotti, F. (2007). Las historias de vida como método. *Convergência. Revista de Ciências Sociais*, 44 (14), 15-40. Acedido em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10504402>
- Fry, P.S. (1998). Spousal loss in late life: A 1-year follow-up of perceived changes in life meaning and psychosocial functioning following bereavement. *Journal of Personal and Interpersonal Loss*, 3, 369-391.
- Gomes, A. (2010). *Envelhecimento: Memórias da velhice pelas terras do sempre e do nunca*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia.
- Gunter, P., Segal, D. & Boggaards, J. (2003). Gender differences in emotional processing among bereaved older adults. *Journal of Loss and Trauma*, 8, 15-33.
- Ha, J., Carr, D., Utz, R. & Nesse, R. (2006). Older adults' perceptions of intergenerational support after widowhood - How do men and women differ?. *Journal of Family Issues*, 27(1), 3-30.
- Mcgoldrick, M. & Walsh, F. (1998). Um tempo para chorar: A morte e o ciclo de vida familiar. In F. Walsh & M. McGoldrick (Coord.), *Morte na Família: Sobrevivendo às Perdas* (pp. 56-75). Porto Alegre: Artmed. Tradução de Cláudia Dornelles.
- Medrano, C. & Cortés, A. (2007). La investigación narrativa y su relación com la educación. In C. Medrano (Coord.), *Las Historias de Vida. Implicaciones Educativas* (pp. 21-46). Buenos Aires: Alfagrama,
- Neto, F. (2000). *Psicologia social*. Volume 2. Lisboa: Universidade Aberta.
- Neto, F. (2004). Psicologia social da felicidade. In F. Neto (Coord.), *Psicologia Social Aplicada* (pp. 351-392), Lisboa: Universidade Aberta.
- O' Neil, B. J. (2009). Histórias de vida em antropologia: estilos e visões, do etnográfico ao hipermoderno. In E. Lechner (Org.), *Histórias de Vida: Olhares Interdisciplinares* (pp. 109-117), Porto: Edições Afrontamento.

- Papalia, D., Olds, S. & Feldman, R. (2006[8ª edição]). *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed. Tradução de Daniel Bueno.
- Parkes, C. M. (1998). *Luto - Estudos sobre a perda na vida adulta*. São Paulo: Summus Editorial. Tradução Maria Helena Franco Bromberg.
- Paúl, C. (1997). *Lá para o fim da vida*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Paúl, C. (2006). Psicologia do envelhecimento. In H. Firmino (Ed.), *Psicogeriatría* (pp. 43-65), Coimbra: Psiquiatria Clínica.
- Rebelo, J. E. (2007[3ª edição]). *Desatar o nó do luto: Silêncios, receios e tabus*. Lisboa: Casa das Letras.
- Rebelo, J. E. (2009). *Amor, luto e solidão*. Lisboa: Casa das Letras.
- Ribeiro, A. (2002) Sexualidade na terceira idade. In M. Netto (Org.), *A Velhice e o Envelhecimento em Visão Globalizada* (pp. 124-135), São Paulo: Editora Atheneu.
- Santos, F. & Encarnação, F. (1998). *Modernidade e gestão da velhice*. Faro: Centro Regional da Segurança Social do Algarve.
- Silva, M. E. (2005). Saúde mental e idade avançada. In C. Paúl & A. Fonseca (Coord.), *Envelhecer em Portugal* (pp. 137-156). Lisboa: Climepsi Editores.
- Stroebe, M. S. (1998). New directions in bereavement research: Exploration of gender differences. *Palliative Medicine*, 12, 5-12.
- Twycross, R. (2003 [2ª edição]). *Cuidados paliativos*. Lisboa: Climepsi Editores. Tradução de José Nunes de Almeida.
- Worden, W. J. (2002). *Grief counselling and grief therapy - A handbook for the mental health practitioner*. Nova York: Springer Publishing Company.

Jenny Gil Sousa é doutorada em Estudos Culturais pelas Universidades do Minho e de Aveiro, mestre em Arte e Educação pela Universidade Aberta e licenciada em Animação Socioeducativa pelo Instituto Politécnico de Coimbra. É docente na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria e coordena o Núcleo de Leiria da Rede Iberoamericana de Animação Sociocultural. É investigadora do CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho e membro do NIDE do Instituto Politécnico de Leiria.

E-mail: jgil.sousa@gmail.com

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais - IPLeiria / CECS (Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade) Universidade do Minho Campus de Gualtar, 4710-057, Braga, Portugal

Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista é docente e investigadora em Estudos Culturais no Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro e Directora do Programa Doutoral em Estudos Culturais da Universidade de Aveiro (3º ciclo leccionado em colaboração com a Universidade do Minho). Com obra diversa, publicada nacional e internacionalmente, na área dos Estudos Culturais, é doutorada em Cultura, pela

Universidade de Aveiro, desde 2002, é mestre em Psicologia da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 1996 e Licenciada em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1986.

E-mail: mbaptista@ua.pt

Departamento de Línguas e Culturas - CLLC (Centro de Línguas Literaturas e Culturas) Universidade de Aveiro Campus Universitário de Santiago, 3810-193, Aveiro, Portugal

* **Submetido: 16-02-2015**

* **Aceite: 20-04-2015**

GENDER AND DEEP EMOTIONAL LOSS IN OLD AGE¹

Jenny Sousa & Maria Manuel Baptista

ABSTRACT

The loss of a spouse in old age has a profound impact on the life and well-being of the elderly person, as it creates a series of discrepancies between the world that they knew and that which happens to exist. This aspect is even more striking if, in addition, the grieving widow or widower is also ousted of his or her home, for institutionalising accentuates the disruption of identity. In this context of widowhood and permanent institutionalisation, the elderly person is assigned to loss, and the ability to (re) construct everyday Praxis is closely related to critical conditions that favour a profile of greater or lesser ability to overcome the grief. Among these various critical conditions is the genus, as the main differentiator of behaviours in the processes of adaptation to loss. From these assumptions, this article is divided into two basic parts: the first, a theoretical framework focusing on the most striking aspects of grief in old age and the role of institutionalization in this context of deep emotional loss; Secondly, we will analyze and discuss the results obtained in the qualitative research produced within the framework of the doctoral program in Cultural Studies.

KEYWORDS

Old age; mourning; gender; Cultural Studies

INTRODUCTION

Old age is a peculiar life step. Although it has already exceeded the traditional idea of growth, maturity and decline (Gomes, 2010), the truth is that the aging process involves a set of losses which can influence the quality of life of the elderly person and their degree of subjective satisfaction (Afonso, 2012; Paúl, 2006; Santos & Encarnação, 1998).

Among the various types of losses occurring are in the body, the cognitive and psychological domains, in addition to those due to social aging and the consequent loss of social roles (Barreto, 2006). Widely associated with the latter is the loss of the people who are closest and who influence in their own sense of identity. The loss of friends, of family members, but, above all, of the spouse, is one of the greatest factors of stress in the lives of elderly people, as it requires a reconstruction of the world and the hereafter that has arguably different contours (Bennet, 1997; Carr, 2004; Carr, Ben Mahmoud, Kessler, in Sonnega & Wortman, 2000; Rebelo, 2009). As Colin Parkes (1998) explains, in any mourning, it is very rarely known exactly what has been lost. The loss of a spouse may or may not mean the loss of a sexual partner, of a companion, of financial support,

¹ The data presented here is part of a broader investigation, conducted within the framework of the doctoral project in Cultural Studies, which is the joint responsibility of the Universities of Minho and of Aveiro, whose theme focuses on the study of how the elderly and residential structures align in overcoming deep emotional loss, specifically the loss of a spouse, and how socio-cultural activities can facilitate strategies to adapt to the loss.

of support for specific tasks, for example. Therefore, a loss also leads to other losses, forcing a (re) construction of identity and the learning of new social roles.

This process of reconstruction is called grieving. According to John Bowlby (1984), mourning is a transitional process that encompasses a range of procedures for adapting to the loss. This process, although highly individual, is influenced by a set of factors, the so-called determinants of mourning. According to the specific literature (Bowlby, 1984; Parkes, 1998; Rebelo, 2007; Twycross, 2003; Worden, 2002) two of the most important determinants are the age and gender of the person grieving as well as stressful life events, namely changes and crises that can occur after death. We are aware that all these determinants are important when we want to understand the different coping processes and the elaboration of mourning. However, at this time, we will focus our examination on the determinants relating to age and sex.

For Barros de Oliveira (2010), it is necessary to take into account that the grieving process in old age is complex, ambiguous and often painful and difficult to overcome, depending on the idiosyncrasy of the person and the support of the surrounding social context. Although the experience of this type of loss is influenced by numerous aspects, there are, however, some grieving patterns in advanced adulthood that deserve to be watched more closely. The dissolution of the lifelong couple – through the death of a spouse - pushes the survivor into a complex reality, where the sense of *self* is inevitably changed. The first year after the death of a spouse is particularly difficult, and this period is especially related to a high level of mortality and suicide (Erlangsen, Jeune, Bille-Brahe & Vaupel, 2004; FRY, 1998), due precisely to the sense of loss, disorientation and loneliness, but especially the breakdown of roles that were the cornerstones of the surviving spouse's identity (McGoldrick & Walsh, 1998). In fact, as Parkes (1998) explains, the loss of a spouse is a traumatic event because of the attitude changes which occur, including the way in which society itself treats the widower. This change in attitudes also occurs in society in relation to the person who loses the spouse, is due to «stigma». Culturally, marriage is an integral part of social organization, providing personal and social identities, when widowhood occurs, an emptying of the social role also occurs.

We are aware of the complex relationship between mourning and the characteristics of marriage. However, we also have knowledge of the fact that regardless of marital satisfaction, the loss of a spouse in late adulthood always forces a reconstruction of personal and social identity (Carr et al., 2000). Following this line of argument, in correlation with Colin Parkes (1998), women always come out of the experience of grief with more psychological problems than men, bringing the importance of gender issues in contesting adaptation to loss and the reconstruction of identity in old age. However, regarding this particular determinant — gender — not all studies reach the same conclusion.

In fact, as Deborah Carr (2004) explains, gender differences in adjusting to widowhood in late adulthood have been studied extensively, but the results remain quite inconclusive. There are studies which indicate that women suffer greater distress than men in adapting to loss (Carr et al., 2000; Ha, Carr, Utz & Nesse, 2006; Parkes, 1998); other studies indicate that older men have greater difficulties in coping with the loss of a

companion and need more time than women to overcome grief (Erlangsen et al., 2004; Stroebe, 1998). According to Neto (2004, 2000), apart from the biological, psychological or social differences, several studies have made it clear that there are in fact other differences between the sexes. For example, studies have highlighted the fact that those of female gender often have greater abilities in verbal language, in decoding nonverbal cues - particularly facial expressions - as they seem to possess greater emotional sensitivity; but because of this, they also seem to present a greater tendency for depression. When it comes to those of masculine gender, the same author states that studies tend to indicate that they have more skills in quantitative and spatial tasks and are more aggressive.

Women on average show more positive socio-emotional behaviours, such as acting friendly, agreeing with others, offering emotional support. Men show more task-oriented behaviours, such as giving and asking for opinions, trying to solve group tasks. [...] In short, these differences in group behaviour suggest that men are more focused on the achievement of tasks and rewards and women are more focused on social aspects of interaction and maintaining positive feelings among the members of the group. (Neto, 2000, p. 87)

Thus, the explanation for the fact that women have more extreme emotional lives than men

may be found mainly at the gender roles level prescribed by society. The traditional gender roles of women take into account greater responsibility in taking care of others that can encourage more emotional responses in women than in men. This may result in women having a greater desire to experience and express emotions. (Neto, 2004, p. 369)

Sources of happiness also differ between male and female individuals: men are more affected by work and economic satisfaction; women are more concerned about their children, the health of their family, and are also more self-critical (Neto, 2004).

Although, as the author points out, gender differences are smaller than the differences between individuals within groups of men and women, we must bear in mind that sociocultural influences relating to gender issues are striking and influence behaviour, self-concept, the choices and the perceptions of individuals and, as such, should be taken into account when studying the (re) construction of the identity of elderly people who have lived their entire lives conditioned by “what it means to be a man, what it means to be a woman” (Raja, 2002, p. 124). As Carr (2004) explains, gender differences in overcoming loss are closely related to the gender differences that affected the socialisation of the couple and their family roles throughout their lives were also defined by gender. Therefore, the author goes on to explain, the more the experience of the couple is influenced by gender roles, the greater the difficulties in overcoming grief and adapting to the loss of a spouse. Similarly, several studies (Carr, 2004; Guinther, Segal & Bogaards, 2003; Ha et al., 2006) show that the traditional division of tasks and roles poses different challenges to widows and widowers and these are influenced in adapting to marital loss

by the gender roles with which they have been socialised. Thus, while women tend to do more housework than their husbands, they are also much more likely to manage tasks related to the welfare of the family. Typically, they have a strong network of affective bonds with family and neighbours. However, they are more dependent on economic, financial and legal levels. Still according to the same studies, men usually direct their energies in fulfilling their function in providing for the family financially and have wider networks of contacts and links with the community.

Therefore, overcoming grief implies organizing multiple inter-individual factors with intra-individual aspects. We realize how culture aids in the integration process of death and the transformation of the survivors, determining the meaning that the individual gives to death, to life and adaptation modes of loss (Padmini et al., 2006). In this adaptation to loss, the strategies used by the bereaved are conditioned by the perceptions of the community and their own perceptions, of widower's adjusted behaviour (Parkes, 1998; Rebelo, 2009; Twycross, 2003). In this sense, the emotional support strategies for overcoming grief are ingrained in cultural references and are influenced by specific symbolic frames that determine the re-signification that the grieving person makes of their life and their way of living. Hence, the strategies used for the elaboration of mourning are always forms of symbolic effectiveness in relation to the world and require of the elderly person a feeling of autonomy and control in finding the necessary resources to start over (Parkes, 1998; Rebelo, 2009; Twycross, 2003).

According to the literature (Parkes, 1998; Rebelo, 2007; Twycross, 2003), if social and cultural environments can offer conditions for the bereaved elderly person to develop according to their abilities, interests and specific needs, despite all their problems, the loss of the spouse may have effects of growth and maturity. In discovering and realizing their own potential, the overcoming of grieving is possible, regardless of age and sex. In this process there are no recipes, but a set of adaptive responses that can be applied in the continuation of a former professional activity, in adherence to a new activity, in participating in cultural and artistic activities, in travelling, in strengthening family relations and in increasing relational and associative life (Fonseca, 2005). However, the subject's capacity to deal with loss is significantly affected if it has a cumulative nature and involves structural changes (Carr, 2004; Parkes, 1998). Thus, for the purposes of this research, we interviewed widowers and widows about what happens when, after the death of the spouse, they are forced to abandon the space shared with their life partner, when the death of the spouse leads to institutionalisation.

1. WIDOWHOOD AND INSTITUTIONALISATION: THE TWO STRESS FACTORS

Widowhood and institutionalisation are two of the major *stress* factors of elderly adult life, due to requiring an adaptive effort and because of the emotional impact caused (Moragas, 1998; Paúl, 1997). Leaving home, a space of memories and memorabilia, of emotional comfort and identity, is a further blow, a loss with extensive repercussions (McGoldrick & Walsh, 1998). By being forced out of their homes — due to reasons

ranging from the inability to live alone, to a lack of monetary conditions to keep the house or a lack of their own housing conditions —, the elderly leave the environment that once belonged to the couple, the last link to the loved one who has died as well as their own sense of *self*. The losses pile up and the loneliness intensifies.

In this context, how can residential structures contribute to overcoming the deep emotional losses of bereaved elderly people? Just as non-institutionalised elderly people, and people residing in residential structures also continue to face the future and have mechanisms of resilience and of *coping* (Afonso, 2012; Barreto, 2006). However, for the institutionalized elderly to trigger those mechanisms, they need to be given the necessary freedom and autonomy, and the residential atmosphere should be as humanised and personalised as possible (Born 2002). Thus, a crucial aspect is promoting the preservation of identity and self-concept of the elderly person, as well as control over their own lives and in relation to their lives within an institution. As a matter of fact, perceived control is extremely important as a *coping* strategy — strategies used by subjects to respond to stressful situations (Afonso, 2012) — in overcoming losses, particularly in widowhood. If this aspect is important for the non institutionalized elderly, it assumes vital importance for those individuals who permanently reside in residential structures.

Closely related with control are social exchanges (Fonseca, 2005). The circles of confidence, either with relatives or with companions and teams of professionals in institutions, are also important strategies to combat loneliness, of adaptation to loss and (re) construction of identity, the last stage of the grieving process.

In this sense, in overcoming the grieving process, gender stands out as a crucial element amongst individual, social and cultural factors. Indeed, especially in the elderly who more easily recognize in gender stereotypical roles, this indicator should be taken into account as a structuring element of social practices, to the extent of being a key dimension in symbolic differentiation, and in the social and personal life patterns of the institutionalised elderly. With a definite entry to a residential structure, the elderly lose their individuality as well as access to resources that could eventually be used in adapting to loss of a spouse (including daily routine activities, domestic tasks, a network of neighbours and friends). Therefore, how do people deal with grief in a uniform institution? What is the importance of gender in the institutionalization of anomia (Bourdieu, 1989), where the rigid control of the lives of each elderly person seems to be the essential foundation of the whole organization?

The study below was developed in order to understand how gender influences the meaning of loss and the ability to adapt and (re) construct everyday praxis in the context of widowhood and permanent institutionalisation.

2. THE STUDY

The results discussed throughout this article are the result of an investigation, elaborated from the theoretical framework of Cultural Studies, where we try to understand how gender influences the identity reconstruction of the institutionalized elderly person in adapting to profound emotional losses.

As our aim is an empirical study of the behaviours which are constructed through the interactions between individuals, this research falls within the paradigm of general qualitative research with strong ethnographic outlines, enriched by interpretive-humanistic, phenomenological and symbolic perspectives

The primary data collection method and production of the fundamental source of information were “mini life stories” (O’Neill, 2009), collected from fifteen elderly residents in four residential structures in the region of Leiria. As we aimed to understand how the gender of elderly institutionalized people influences their adaptation to deep emotional loss, “loss of spouse in old age” was the criterion of choice of our subjects. All the elderly people who lost their spouses when aged 65 years and over, and who because of this loss, came to live permanently in a residential structure for the elderly were invited to participate. A fundamental aspect in selecting participants for the study was their capacity for understanding and verbal communication. Given these criteria, of the 209 residents in four institutions, 15 individuals were selected to become the subject group of our investigation.

2.1 THE PARTICIPANTS

The participants were grouped according to their characteristics and according to the individual and contextual factors that first and foremost interested us in studying this topic: age, sex, place of origin, academic qualifications, economic income and participation in cultural and entertainment activities.

Thus, a general description of those participating in the study shows that the respondents were, in their overwhelming majority, between the ages of 80 and 90 years; as regards sex, 10 were female and 5 male; in respect of academic qualifications, 5 did not have any level of schooling, 6 had schooling up to the fourth grade and 4 had schooling up to secondary education. Regarding economic income, 4 had a low level of income, 5 medium and 6 participants had a high level of economic efficiency. Finally, with regard to participation in cultural and entertainment activities, 9 participated regularly, while 6 would not participate in any activity of this nature. This study will not exploit all the variables listed, but only the gender variable²

2.2 COLLECTION AND DATA ANALYSIS

Against the backdrop of the criteria explained in the previous paragraph, the first contact with the subjects was organised through the management of the residential structures where they lived. In all cases, the institutions’ management team carried out the task of introducing the researcher to each individual. This first contact was, essentially, a moment of mutual knowledge, where a significant relationship and proximity began.

For the interview, an attempt was made, in all cases, that these were conducted in private spaces, with no strangers permitted to enter.

² For full details and extensive data treatment of the different variables, please consult the doctoral thesis “Old Age in Contemporary Culture: a study on the deep emotional loss”, at the repository of the University of Aveiro.

As we were opening closets which could have a few skeletons, we were aware that this wealth of memories and emotions could trigger a “re-experiencing of feelings and emotions associated with them” (Brandão, 2007, p. 2); so it was our concern to conduct the interview as respectfully as possible, leaving the narrative flow to the rhythm of each individual (Bertaux, 1999; Ferrarotti, 2007). Thus, the interviews followed the structure recommended by Medrano and Cortés (2007). In this regard and as already mentioned, there was a phase prior to the interview which consisted of the introduction of the researcher and of the study, but also of the interviewees themselves. This first contact comprised an implicit contract (Bertaux, 1999). The next phase focused more on open-ended questions about the participants’ life experiences, focusing on childhood and adolescence. This step was critical for the individual to relax, to relive significant moments, rummaging through and revealing past identities, but, above all, to start building a relationship of trust and empathy between interviewee and interviewer. In the next step, in the central phase of the interview, more complex and specific questions about specific issues were posed. In these narrative moments, the interviewed subjects relived the life in common with their spouses: the daily routines, the hardships, the joys, the sorrows and their death, reflecting on the feelings experienced the most relevant aspects of the grieving process and practices of overcoming grief. In the last phase of the interview, easier and calming issues were addressed. With regard to questions concerning the future, we followed the advice of Medrano and Cortés (2007) and therefore decided to merge them in the course of the interview, given the complexity and depth that these questions could represent for some subjects.

In the initial negotiation protocol, subjects gave their permission for the conversations to be taped, which facilitated their subsequent treatment. Thus, after the interviews, came the stage of transcription. In this process, the main concern was fidelity to the discourse, and ensuring that the meaning of what was said could be understood. Finally, the texts were subjected to content analysis. Through content analysis, we have sought, in each case, the content, meaning and the systems of perception - in short, understanding the meanings behind the narrative (Bardin, 2004). Thus, the basic pillar of the content analysis performed was the analysis of categories that, according to Laurence Bardin (2004), is one of the most frequently employed for qualitative data.

2.3 PRESENTATION OF RESULTS

Departing from the content analysis of the “mini life stories” (O’Neil, 2009) data is presented according to the structural axes of the themes that emerged transversally in the subjects discourses. The data presented in this paper relates only to the analysis of the variable “sex”.

With an analysis of this dimension, we aim to realize the influence that gender holds in the meaning of loss and the capacity to adapt and (re) construct the everyday praxis. In this sense, the dimension “sex” will be considered in relation to the three emerging themes of the interviews and the respective categories and subcategories, as shown in the table below (see table 1).

THEMES	CATEGORIES	SUBCATEGORIES	
FAMILY SYSTEM	1.1. Relationship with extended family		
	1.2. The marriage – relationship with the deceased spouse		
LIFE IN RESIDENTIAL STRUCTURE	2.1. Institutionalisation - affective and emotional impact		
		2.2.1 Quality of hygiene, health care and food	
		2.2.2 Entertainment activities offered	
	2.2. Daily institutional life	2.2.3 Relationship with the residential community	2.2.3.1 Relationship with the other residents 2.2.3.2 Relationship with employees
		2.2.4 Relationship with the external community	
	THE LOSS	3.1. Loss caused changes	3.1.1 Loneliness after loss of spouse
3.1.2 Loneliness in daily institutional life			

Table 1- Thematic analysis grid

FAMILY SYSTEM

The family system is understood as the relationship with the extended family—which encompasses direct and indirect relatives—and the kind of relationship with the deceased spouse. The following table (table 2) synthesizes the data in relation to the family system.

CATEGORY	LEVEL	SEXO		
		MEN	WOMEN	TOTAL
RELATIONSHIP WITH EXTENDED FAMILY	Very good	4	6	10
	Medium	--	--	--
	Poor	--	3	3
	Non-existent	1	1	2
	Total	5	10	15
REPRESENTATION OF THE RELATIONSHIP WITH THE DECEASED SPOUSE	Very good	--	6	6
	Medium	5	--	5
	Poor	--	4	4
	Non-existent	--	--	--
	Total	5	10	15

Table 2 –The Family System, according to gender

According to the data presented, we note the existence of two different standards, between the subject of male and female subjects with regard to representations of affective and emotional relationships.

Thus, we can see that men envisage more positive and satisfactory relations with significant family members than women. With regard to the relationship with the deceased spouse, male subjects manifest a tendency to represent their relationship with moderation, while women envisage their relationship in a more extreme way.

THE LOSS OF THE SPOUSE

At this point, we considered the subjects’ representations in relation to two broad categories stemming from the loss of a spouse: “loneliness after the loss of a spouse” and “enabling strategies for overcoming loss”.

In the category “loneliness after the loss of a spouse” the subjects’ perceptions were analysed in relation to the degree of loneliness experienced after the death of a spouse — a feeling of emptiness following the loss of a binding figure who provided security, stability and support. In the category of “enabling strategies for overcoming loss” we examined the representations of the people interviewed about the strategies employed to assist in overcoming loss. The support strategies for overcoming grief were divided into five types of activities: daily activities/practices, social activities, artistic activities, intellectual /formative activities and spiritual/religious activities, according to the table below (table 3).

CATEGORY	LEVEL	SEX		
		MEN	WOMEN	TOTAL
LONELINESS AFTER LOSS OF SPOUSE	High	--	6	6
	Moderate	4	1	5
	Light	1	3	4
	Non-existent	--	--	--
	Total	5	10	15
ENABLING STRATEGIES OF OVERCOMING THE LOSS	Daily activities/ Practices	Yes	0	5
		No	5	5
		Total	5	10
	Social activities	Yes	4	6
		No	1	4
		Total	5	10
	Artistic activities	Yes	2	3
		No	3	7
		Total	5	10
	Intellectual/ Formative activities	Yes	3	3
		No	2	7
		Total	5	10
	Spiritual/ Religious activities	Yes	0	5
		No	5	5
		Total	5	10

Table 3 -The loss of a spouse, according to gender

As shown in the above data shown, women felt loneliness after the death of spouse in greatest number and with a greater degree than men, who expressed more moderate feelings of loneliness, with a distinctive pattern. However, with regard to facilitating strategies for overcoming loss, we can observe the existence of four different standards within the choices of men and women. In fact, according to the data presented, men admit to preferring the artistic activities and intellectual/training activities, while women choose daily activities/practices and spiritual/religious activities. With regard to social

activities, although both sexes chose these activities as the main adaptation strategy, it is noted that this kind of strategy had greater importance for men rather than for women.

In the next diagram (table 4), we will present the data relating to representations of the study participants regarding life in residential structures, according to gender.

CATEGORY	LEVEL	SEX			
		MEN	WOMEN	TOTAL	
INSTITUTIONALIZATION-AFFECTIVE IMPACT AND EMOTIONAL	Very hard	--	3	3	
	Hard	1	3	4	
	Easy	4	4	8	
	Very easy	--	--	--	
	Total	5	10	15	
Quality of hygiene, health and food services	Very good	4	9	13	
	Medium	1	1	2	
	Poor	--	--	--	
	Non-existent	--	--	--	
	Total	5	10	15	
Entertainment activities offer	Very good	2	3	5	
	Medium	3	6	9	
	Poor	--	1	1	
	Non-existent	--	--	--	
	Total	5	10	15	
INSTITUTIONAL DAILY	Relationship with the other residents	Very good	1	2	3
		Medium	2	2	4
		Poor	1	3	4
		Non-existent	1	3	4
		Total	5	10	15
	Relationship with the residential community	Very good	4	6	10
		Medium	1	2	3
		Poor	--	2	2
		Non-existent	--	--	--
		Total	5	10	15
Relationship with the external community	Very good	4	4	8	
	Medium	--	--	--	
	Poor	--	--	--	
	Non-existent	1	5	6	
	Total	5	10	15	
Feeling lonely within the institution	High	--	4	4	
	Moderate	--	--	--	
	Light	--	--	--	
	Non-existent	5	6	11	
	Total	5	10	15	

Table 4 – Life in the residential structure, according to gender

LIFE IN THE RESIDENTIAL STRUCTURE

This topic consists of two broad categories: the institutionalisation — namely, the affective and emotional impact of the process — and institutional everyday life, which

encompasses the quality of health, hygiene and nutrition services, the provision of entertainment activities, the relationship with the residential community and with the external community.

According to the data presented, we can see the existence of a differentiated set of standards between the representations of men and women regarding life in the residential structure. From the start, the male participants believe that entry into the institution was an easier process than female subjects. Also, with regard to the relationship with the residential community and with the community outside the institution, from the male respondents' perspective more positive and satisfying relationships were established, than for the female respondents. As for the loneliness experienced in an institutional context, we found that the general trend of men is to not feel alone, while the female tendency is to divide representations between the two most disparate points in the table, and there is a considerable number of women foreseeing a feeling of great loneliness. Thus, men seem to develop more meaningful emotional relationships and have a lesser degree of solitude, while women have tend to more negative representations of their affective relationships and have a greater tendency to feel alone.

3. SEX AS THE MAIN CRITICAL CONDITION IN ADAPTING TO PROFOUND EMOTIONAL LOSS: DISCUSSION OF DATA

In the speeches that the participating in this study subjects made about themselves, several key elements associated with specific personal and socio-cultural conditions emerged, which proved decisive in the way that, in institutional settings, mourning in advanced adulthood is overcome.

In this sense, and considering the way in which individuals analyzed and reflected on their actions and behaviours from a phenomenological perspective, we can perceive the existence of two differentiated profiles of reaction according to deep emotional losses: an adaptive profile, oriented towards loss-overcoming behaviours, and a non-adaptive profile, associated with denial and a posture of not overcoming loss.

The adaptive profile concerns participants presenting a tendency towards adapting to losses and to situations which cause stress, of emotional reorganization through significant affective and emotional links, the performance of new roles and the employment of strategies for emotional support. The non-adaptive profile is associated with participants that could not adapt to loss, interiorizing a profile of withdrawing from emotional reorganization, hindering the creation of ties and affective bonds, denying and avoiding restructuring changes.

Throughout the data analysis, we noticed that gender is a determining factor in adapting to loss, as the investigation clearly revealed differentiated patterns between the male and female participants' discourses. Thus, the results of our study indicate that men show a more positive trend of adaptation to stressful events, related to more satisfactory affective links and a greater perception of control, while women tended to show patterns of greater emotional fragility, less satisfactory emotional relations and a minor

perception of control, which is reflected in a higher propensity for denial and withdrawal of adaptation to loss.

In fact, one of the determinant aspects for overcoming loss is the perception of control because, as defended by Santos and Paúl (2006), the needs of people living in institutional environments are fulfilled in a much more positive way when solid social support networks exist, particularly the family networks. In reality, and as we noticed in our participants' discourses, affective relationships with family members do not decrease in importance due to the institutionalization of the subject, but rather continue to be decisive in the quality of life of older people and constitute the central axis of the life cycle, a space of belonging, of identification and of continuity in existence.

Nevertheless, family relationships, and the support which they provide, are not perceived in a unanimously manner by our subjects, as differentiated patterns emerge in the way that male and female participants understand their family connections.

Thus, with regard to men, the vast majority consider themselves to have a very good family relationship. Actually, these subjects represent the link with their families as being quite close, since they still feel part of the family dynamic. According to the research data, as male subjects reflect on their family relationship, they focus on the material well-being of the family, an aspect that takes is essentially related to money: "I like having some money here because sometimes my grandchildren or children come here [...] I'm the one that helps them when they need it..." (Int. 11, man). In this sense, we realized that the men possess a representation of their family relationship in a more instrumental manner, in which their role is more associated with the well-being — in particular financial and material — of the family: "my nephew comes here asking for advice on agriculture, about business he's doing...I can't complain about my family!" (Int, 6 man). As a matter of fact, these subjects view their family role and frame it in the continuation of their life experience. As mentioned in the first part of the article, the male participants who were interviewed are highly influenced by gender roles, in which it was up to the man to provide the family's sustenance. So, just as they did throughout their lives, the male respondents continue to view themselves in the family dynamics, based on the support they can provide on the levels of finances and resources.

When we analyze the discourses of the female participants, we understand that women tend not to view their family relationships in such a positive way as men. Strictly speaking, and as we can see in table 2, a considerable number of women consider their family relationships in negative levels. In fact, for the respondents, satisfaction with family relations is closely related to the constant presence and affective closeness of their families, requiring, for their well-being, to feel the regular presence of these family members in their residential homes: "the older one [daughter] came last Sunday and it's natural that she'll come next Sunday. The youngest [daughter] is the one who makes me the groceries and came yesterday to bring me the bundle! And that's the way it goes! Typically they come every 15 days. They don't leave it longer than that!" (Int. 14, woman). When physical presence is impossible, due to the geographic distance that separates them, the women attach a higher importance to feeling cherished and a constant matter

of concern for their family members: “they [son and grandchildren] are in Germany, but I often speak with them on the phone. Practically every day! And when they’re not convinced that I’m well, they’ll ask to speak to the director! [laughs] So, they’re always worried! “(Int., 9 woman).

In fact, female subjects who consider themselves to have a negative relationship with the family blamed the absence of family members and the lack of attention and affection from them, as we can see in the three following testimony: “the lack of affection from my children is something that [crying]...it’s a mess, it upsets me so much” (Int., 2 woman); “I helped raise my grandchildren ... their mother died and now they no longer know me... [crying] they do not know me as grandmother ... they never come here to visit me ever... “(Int., 4 woman); “look, about my kids, I’ve been here seven years and they never came to see me! And I did so many good things for them! So much! “(Int., 5 woman). Indeed, and similar to the male interviewees, women also view themselves in the family dynamic according to their life experience. Strictly speaking, these women have been socialised to think and act according to traditional gender roles, and therefore they had a greater responsibility in taking care of their families on affective and emotional levels. Hence, as explained by several studies (Neto, 2000, 2004; Carr et al., 2000; Guinther et al., 2003), women, especially this generation, reveal a more acute emotional sensitivity, closely connected to the affective support they receive.

These different representations in relation to satisfaction with family relationships also affect the type of needs which the study participants require from their families. Thus, while men expect their relatives to integrate them in family dynamics, pleasing them with the role of providers of financial support, especially associated with the perception of control, women expect attention and continuous care in emotional and affective dimensions, requiring the assiduous presence of family members and their constant availability.

These different patterns between male and female representations are also visible when it comes to the relations with the employees of residential structures.

In fact, as already mentioned, the residential community can, for bereaved elderly people, constitute a privileged context for the development of interpersonal relations and the reinvestment in new relationships and life projects, undoubtedly contributing to their emotional reorganization and quality of life (Santos & Encarnação, 1998). In this context, the institutions’ professionals play a crucial role in the well-being of the institutionalized. In many cases, employees of the institutions assume the role of a new family, with different links and relations, but which are fundamental to the quality of life of the elderly person: “they help a lot! They are very important in these phases. They comfort us with words and are always ready to give us a treat, a bit of affection ... “(Int., 10 woman).

In spite of the fact that all the subjects of our study attach great importance to these caregivers, the truth is that the relationship with employees is viewed more positively by male subjects and is less satisfactory for female subjects. As Felix Neto (2004, 2000), explains, this aspect seems to be related to the fact that women are more critical and have more emotional responses than men, which ultimately influences the type of relationships developed with others.

We reiterate (Bennet, 1997; Parkes, 1998; Rebelo, 2009, 2007) the importance, in the process of adapting to loss, of the (re) construction of new affections, as the perception of support and protection is a crucial determinant in the process of overcoming grief. This aspect is so pressing in our participants' speeches, that it crushes the idea that social support networks directly influence the quality of life of those in mourning, as we can see with the following testimony: "I don't have anyone ... [...] so I'm here alone ... Since I became a widow I lost my voice... I feel very sad" (Int., 7 woman).

In a profoundly individualistic society, the "we" has particular value in relation to the sense of belonging and of identity; thus, besides the importance that relations with significant family members and employees of the residential structure acquire, their own informal support networks formed by friends, neighbours and the community, are also key elements. Indeed, and as we can see in the discourses of the respondents, by re-suming connections with community spaces and contexts, the participants experience a feeling of control, an aspect closely related to the individual's identity and their ability to adapt to loss: "I go about my normal life, I'm not here all the time! [...] I'm often up to my house: I still have many important documents and notes there. And I take the chance to visit people and catch up with them!" (Int., 3 man).

According to Silva (2005), relations outside the residential structure outside offer a certain perception of continuity, which is necessary in facing the experienced changes by offering a satisfactory balance in dealing with the impact of the psychological losses. However, the data reveals different patterns between the representations of men and women regarding their relations with the wider community.

In fact, men tend to see their surrounding community connections as more positive and satisfactory than women, who tend to have less satisfactory representations of their surrounding community connections.

Even after the final entry in the residential structure, the data suggest that men enjoy a broader and deeper network of social relations in the community ("I was a board member of various associations, they were always pushing me into these things [laughs] I've been involved in a lot of things until I came here! So when I go out I always bump into people I know" (Int., 3 man) than women, for whom the main focus of social contact concerns relations with significant relatives: "since I entered this place I went out a few times and it was only to go to my children's home for lunch! But, where else would I go?" (Int., 2 woman).

In fact, while men who participated in our study see their space of belonging as being more associated with "the street", the women are perceived as being more confined to the "the house" space, which greatly influences in type of social relations which are established: the male subjects have broader and more dispersed social contacts throughout the community, while the female subjects have more restricted social contacts and are more focused on family and neighbours.

The results of our study suggest that the different recurrent patterns that appear in male and female representations concerning the relational sphere strongly correlate with the gender issue, demonstrating that the women's self-representations tend to be less

supported and bolstered by relatives or by the employees of the residential structure, or by the community outside the host institution.

In fact, we reiterate the fact that the interviewees participating in this survey being were “transitional participants”, individuals belonging to a historical and socio-cultural context, with traditional characteristics, where sociability and forms of existence were accommodated in different spaces of belonging (Santos & Encarnação, 1998). Indeed, the participants in our study were born in the second decade of the last century, and lived during a period of Portuguese history — the New State — in which gender roles were conditioned by practices and by ways of being in society. Thus, due to being assigned to different social roles, depending on gender, many of the behaviours were acquired, based on differences of traits that were accepted as belonging to women or to men, influencing their behaviour, self-concept and perception of others (Neto, 2000) - in short, affecting a specific attitude in the process of adapting to loss.

In this way, the data from the study suggests that interpersonal relationships, and the resulting network of affective and emotional supports, are perceived by male subjects as social contexts of support that favour facilitating strategies in the process of overcoming grief. The “being-in-world”, which implies “being-with-the-other” — whether this means family, colleagues, employees or residents in the outside community —, is represented by the male subjects in a non-problematic way, as they perceiving themselves in relationships that do not present difficulties and which contribute to their enrichment.

With regarding to women, through the interview narratives, we understood that there is a greater tendency towards negative representations and an unsatisfactory network of relationships, with an increased inability to turn their existing emotional connections into support strategies for adapting to loss.

We have realized that the women in our study, whilst perceiving interpersonal relationships in a more emotional and expressive way, also reveal a greater tendency for emotional weakness when they think of their circle of relationships. Everything indicates that this issue is related to the emotional insecurity with which many of these women lived up to their advanced adulthood, and which may have given rise to a set of social and emotional difficulties. In fact, when our subjects narrate the scope of their social relations, this social and affective incompetence is visible, from the very first moment, in their representations regarding the relationship with the deceased spouse. Indeed, the negative perceptions emerging associated with the marital relationship are replicated in the way they describe their everyday life in the institution and the very process of institutionalisation: In fact, these women present the worst relations with significant family members, with employees and with the external community, revealing higher levels of loneliness, in comparison with male subjects. This led us to realise that women have tend to have greater emotional fragility in how they relate to others, which influences the type of affective and emotional support they derive from these relationships, causing major difficulties for the recognition of belonging and a leading to a minor perception of control perception over their own lives, strongly influencing their ability to adapt to loss and organise themselves emotionally.

We would like to point out that these differences between sexes are not only notorious in social relationships, but also in the nature of support strategies that are chosen and the way that these are employed in adapting to loss.

In reality, the various differentiated patterns that emerge between the female and male interviewed subjects, which can be analyzed in table 3, lead us to raise the question of whether the female participants in this study chose more limited and conditioned specific strategies and ways of overcoming grief, because they have fewer abilities and skills to make use of more fruitful activities in the process of adapting to loss: “I clung to God! Was there anything else I could do? No!” (Int., 2 woman) than men who resorted to more diversified activities with greater adaptive potential: “I need to be entertained so that I don’t think about bad things... then, I like to sing some little songs, and get myself singing some *fados* I invented in the living room! [laughs] See this, just now I was upstairs in my room, and when I start thinking of bad things, I like writing poems or songs! [gets a set of papers from his pocket] look, I’ve got a song here, want to hear it?” (Int. 12, man)

Indeed, all the signs indicate that, once again, that we are faced with gender issues, which seem to strongly influence the participants’ processes of development, adaptation and resilience. In fact, as already discussed, the elderly of today continue to recognize themselves according to their gender roles, formed by socially and culturally constructed aspects which influence their behaviour, their experiences and their representations of what they face in life and the emotional attachments that give them meaning (Neto, 2004, 2000; Parkes, 1998; Santos & Encarnação, 1998). Thus, the men and women of this study have lived in different ways — conscious of the gender roles that have conditioned their experiences and their forms of sociability — and therefore old age also presents differentiated features for the adaptation to loss.

As discussed earlier in the article, we find studies in the literature (Erlangsen et al., 2004; Stroebe, 1998) which show that the elderly men have greater difficulties in dealing with the loss of a companion and need more time to overcome their grief, whereas women have greater facility in adapting to the loss of a spouse (Carr et al., 2000). However, we are aware of the fact that these studies were conducted with non-institutionalized elderly people. Thus, when it is claimed that women adapt better because they have more ease in managing the house, in completing of domestic chores or because they have a stronger social network of neighbours and relatives (Gunter, Segal & Boggaards, 2003), these resources and strategies do not apply to institutionalised women who cannot participate in domestic chores, who cannot make use of their knowledge and who see their connection between their community and their neighbour as broken. On the other hand, men see their daily needs fulfilled (as indeed happened throughout their life), and since they have a wider and more satisfying network of relations, they feel that they fit in, and reveal greater facility in adapting to loss.

CONCLUSIONS AND RECOMMENDATIONS

In the light of the results of this research, we realise that social relationships are fundamental to emotional reorganization and the overcoming of grief, and that the daily

lives of the elderly, apart from being institutionalised, continues to be based on networks of solidarity, both internal and external to the institution, promoting social participation and the promotion of their own culture.

We also understand that social and cultural conditions influence the way in which the mourning person adapts and overcomes grief, although there are no universal categories to organise the grieving process, the results of this investigation show that the gender seems to be a decisive factor, as a critical condition between a greater or lesser adaptation to loss.

Thus, the male participants demonstrate a profile which is more orientated towards an adaptive and balanced restructuring, with a more affective and emotional connection to family members, employees and the community external to the institution, which leads them to feel less alone in the residential structure. However, the women we studied have profiles which are more oriented towards loss, where a weaker liaison with their families, with the residential community and with the outside community tends to emerge, which also explains why women tend to feel more alone in their host institution.

Assuming the existence of an extricable link between culture, grief and ageing (Papalia et al., 2006), we were able to conclude that not only are losses differently experienced culturally and symbolically for men and women, but also, the answers given to aspects involving the overcoming of loss are determined by questions relating to culturally assimilated gender roles.

Therefore, and in order to prevent institutionalisation from becoming another deep emotional loss, the residential structure should be able to provide the elderly with access to different support strategies for overcoming grief, anchored in the life experiences of each subject. The interventions provided in these structures should recognize the individuality of each elderly person. The whole cannot be ignored, as lives are lived in interdependently, and are shaped by social and cultural influences. Furthermore, the professionals of these institutions must pay special attention to elderly people presenting profiles of non-adaptation to loss, in order to organise appropriate intervention which is consistent with the social and cultural universe of the resident, so that they can counteract the tendency to desist and refrain from (re)constructing their identity, giving them the potential to control their lives.

REFERENCES

- Afonso, M. (2012). Stress, coping e resiliência em pessoas idosas. In C. Paúl & O. Ribeiro (Coord.), *Manual de Gerontologia: Aspetos Biocomportamentais, Psicológicos e Sociais do Envelhecimento* (pp. 163-175). Lisboa: Lidel,
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro.
- Barreto, J. (2006). Relação terapêutica com o paciente idoso. In H. Firmino (Ed.), *Psicogeriatría* (pp. 113-132), Coimbra: Psiquiatria Clínica.
- Barros de Oliveira, J. (2010 [4ª edição]). *Psicologia do envelhecimento e do idoso*. Porto: Livpsic.

- Bennet, K. M. (1997). Widowhood in elderly women: The medium-and long-term effects on mental and physical health. *Mortality*, 2(2), 137-149.
- Bennet, K. M. (1998). Longitudinal changes in mental and physical health among elderly, recently widowed Men. *Mortality*, 3(3), 265-274.
- Bertaux, D. (1999). El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. *Proposiciones*, 29, 1-22. Acedido em <http://www.sitiosur.cl/publicacionescatalogodetalle.php?PID=3258&doc=&lib=&rev=&art=&doc1=&vid=&autor=&coleccion=&tipo=ALL&nunico=15000029>
- Bowlby, J. (1984). *Loss: Sadness and depression*. Vol. 3. Nova Yorque: Basic Books.
- Born, T. (2002). Cuidado ao idoso em instituição. In M. Netto (Org.), *A Velhice e o Envelhecimento em Visão Globalizada* (pp. 403-414). São Paulo: Editora Atheneu.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel. Tradução de: Fernando Tomaz.
- Brandão, A. (2007). Entre a vida vivida e a vida contada: A história de vida como material primário de investigação sociológica. *Configurações. Revista de Ciências Sociais*, 3, 83-106. Acedido em [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9630/3/Entre%20a%20Vida%20Vivida%20\(2\).pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9630/3/Entre%20a%20Vida%20Vivida%20(2).pdf)
- Carr, D. (2004). Gender, preloss marital dependence, and older adults' adjustment to widowhood. *Journal of Marriage and Family*, 66, 220-235.
- Carr, D., House, J., Kessler, R., Nesse, R., Sonnega, J. & Wortman, C. (2000). Marital quality and psychological adjustment to widowhood among older adults: A longitudinal analysis. *Journal of Gerontology: Social Sciences*, 55 B(4), 197-207.
- Carr, D., & Bodnar-Deren, S. (2009). Gender, aging and widowhood. In P. Uhlenberg (Ed.), *International Handbook of Population Aging* (pp. 705-728), New York: Springer-Verlag. doi:10.1007/978-1-4020-8356-3_32.
- Erlangsen, A., Jeune, B., Bille-Brahe, U & Vaupel, J. (2004). Loss of partner and suicide risks among old: a population-based register study. *Age and Ageing*, 33 (4), 378-383. doi: 10.1093/ageing/afh128.
- Ferrarotti, F. (2007). Las historias de vida como método. *Convergência. Revista de Ciências Sociais*, 44 (14), 15-40. Acedido em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10504402>
- Fry, P.S. (1998). Spousal loss in late life: A 1-year follow-up of perceived changes in life meaning and psychosocial functioning following bereavement. *Journal of Personal and Interpersonal Loss*, 3, 369-391.
- Gomes, A. (2010). *Envelhecimento: Memórias da velhice pelas terras do sempre e do nunca*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia.
- Gunter, P., Segal, D. & Boggaards, J. (2003). Gender differences in emotional processing among bereaved older adults. *Journal of Loss and Trauma*, 8, 15-33.
- Ha, J., Carr, D., Utz, R. & Nesse, R. (2006). Older adults' perceptions of intergenerational support after widowhood - How do men and women differ?. *Journal of Family Issues*, 27(1), 3-30.
- Mcgoldrick, M. & Walsh, F. (1998). Um tempo para chorar: A morte e o ciclo de vida familiar. In F. Walsh & M. McGoldrick (Coord.), *Morte na Família: Sobrevivendo às Perdas* (pp. 56-75). Porto Alegre: Artmed. Tradução de Cláudia Dornelles.
- Medrano, C. & Cortés, A. (2007). La investigación narrativa y su relación com la educación. In C. Medrano (Coord.), *Las Historias de Vida. Implicaciones Educativas* (pp. 21-46). Buenos Aires: Alfagrama,
- Neto, F. (2000). *Psicologia social*. Volume 2. Lisboa: Universidade Aberta.

- Neto, F. (2004). Psicologia social da felicidade. In F. Neto (Coord.), *Psicologia Social Aplicada* (pp. 351-392), Lisboa: Universidade Aberta.
- O' Neil, B. J. (2009). Histórias de vida em antropologia: estilos e visões, do etnográfico ao hipermoderno. In E. Lechner (Org.), *Histórias de Vida: Olhares Interdisciplinares* (pp. 109-117), Porto: Edições Afrontamento.
- Papalia, D., Olds, S. & Feldman, R. (2006[8ª edição]). *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed. Tradução de Daniel Bueno.
- Parkes, C. M. (1998). *Luto - Estudos sobre a perda na vida adulta*. São Paulo: Summus Editorial. Tradução Maria Helena Franco Bromberg.
- Paúl, C. (1997). *Lá para o fim da vida*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Paúl, C. (2006). Psicologia do envelhecimento. In H. Firmino (Ed.), *Psicogeriatrics* (pp. 43-65), Coimbra: Psiquiatria Clínica.
- Rebello, J. E. (2007[3ª edição]). *Desatar o nó do luto: Silêncios, receios e tabus*. Lisboa: Casa das Letras.
- Rebello, J. E. (2009). *Amor, luto e solidão*. Lisboa: Casa das Letras.
- Ribeiro, A. (2002) Sexualidade na terceira idade. In M. Netto (Org.), *A Velhice e o Envelhecimento em Visão Globalizada* (pp. 124-135), São Paulo: Editora Atheneu.
- Santos, F. & Encarnação, F. (1998). *Modernidade e gestão da velhice*. Faro: Centro Regional da Segurança Social do Algarve.
- Silva, M. E. (2005). Saúde mental e idade avançada. In C. Paúl & A. Fonseca (Coord.), *Envelhecer em Portugal* (pp. 137-156). Lisboa: Climepsi Editores.
- Stroebe, M. S. (1998). New directions in bereavement research: Exploration of gender differences. *Palliative Medicine*, 12, 5-12.
- Twycross, R. (2003 [2ª edição]). *Cuidados paliativos*. Lisboa: Climepsi Editores. Tradução de José Nunes de Almeida.
- Worden, W. J. (2002). *Grief counselling and grief therapy - A handbook for the mental health practitioner*. Nova York: Springer Publishing Company.

Jenny Gil Sousa is a PhD in Cultural Studies from universities of Minho and Aveiro, master of Art and Education from Universidade Aberta and a degree in Socio-educative Animation from the Education College at the Polytechnic Institute of Coimbra. Is lecturer at College of Education and Social Sciences in the Polytechnic Institute of Leiria and coordinates the Leiria core of the Iberoamerican Network of socio-cultural Animation. Is a researcher of the CECS – Centre for communication studies and society at the University of Minho and a member of NIDE - Investigation Center and Educational Development at Polytechnic Institute of Leiria.

E-mail: jgil.sousa@gmail.com

Escola Superior de Educação e Ciências Sociais/IPLeiria / CECS (Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade) Universidade do Minho Campus de Gualtar, 4710-057, Braga, Portugal

Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista is a professor and researcher in cultural studies in the Department of languages and cultures at the University of Aveiro and Director of the doctoral program in cultural studies at the University of Aveiro (3rd cycle taught in collaboration with the University of Minho). With several publications at national and international levels, in cultural studies area, she is a doctor of culture, from the University of Aveiro, since 2002, has a master's degree in educational psychology from the Faculty of psychology and educational sciences of the University of Coimbra, 1996 and graduated in philosophy from the Faculty of languages at Porto University, 1986.

E-mail: mbaptista@ua.pt

Departamento de Línguas e Culturas - CLLC (Centro de Línguas Literaturas e Culturas) Universidade de Aveiro Campus Universitário de Santiago, 3810-193, Aveiro, Portugal

* **Submitted: 16-02-2015**

* **Accepted: 20-04-2015**

AS MULHERES NA MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL: UMA CARACTERIZAÇÃO DAS PESQUISADORAS BRASILEIRAS NA UNIVERSIDADE DO MINHO

Sônia Cerqueira & Rita Ribeiro

RESUMO

A ciência tem avançado no debate sobre as relações de gênero, todavia ainda repousa sobre desníveis entre homens e mulheres, o que os conduz a escolhas e motivações distintas no âmbito da sua carreira acadêmica e científica. Com as exigências da internacionalização da educação, novos desafios se impõem para as mulheres, sobretudo, em relação à sua inserção no contexto das estratégias políticas adotadas para atender à dinâmica global da educação. Dentre estas estratégias, encontra-se a mobilidade acadêmica internacional, cujo objetivo é estimular o envio de estudantes e pesquisadores para centros de pesquisa no estrangeiro. O sistema brasileiro de Ciência e Tecnologia vem alargando investimentos neste setor, com a distribuição de bolsas de pesquisa para os diversos graus. Mas qual a representação feminina neste cenário e quais os significados que atribuem a esta prática da mobilidade? A partir de um inquérito realizado com 52 mulheres brasileiras em mobilidade acadêmica na Universidade do Minho, inscritas em cursos de pós-graduação, este estudo objetivou traçar um perfil destas estudantes e pesquisadoras, abordando as suas características pessoais, sociais, culturais e acadêmicas, além das principais motivações subjetivas que definem a escolha por este tipo de mobilidade.

PALAVRAS-CHAVE

Mulheres e ciência; mobilidade acadêmica; pesquisadoras brasileiras; Universidade do Minho

INTRODUÇÃO

O artigo em questão é um recorte de uma pesquisa pós-doutoral sobre mobilidade acadêmica cujo foco é uma abordagem preliminar acerca das mulheres brasileiras em mobilidade acadêmica em cursos de pós-graduação da Universidade do Minho (UMinho), inscritas entre os anos de 2013 e 2014. É relevante esclarecer que o intuito deste trabalho é apresentar uma caracterização geral do perfil do grupo pesquisado, contemplando aspectos pessoais, sociais, culturais, acadêmicos e profissionais. Procura-se também conhecer as motivações subjetivas que interferem na escolha pelo intercâmbio internacional, de modo a identificar possíveis particularidades e significados que orientam esta conduta de mobilidade das cientistas investigadas. O interesse, portanto, não é o de avaliar a relação de gênero no contexto da mobilidade, mas de apenas destacar algumas reflexões sobre o perfil de mulheres pesquisadoras brasileiras que se encontram em mobilidade acadêmica na Universidade do Minho. Todavia, considerando que a relação de gênero entrecruza, de alguma forma, o debate sobre o avanço das mulheres no sistema de Ciência e Tecnologia (C&T) e no âmbito acadêmico, esta será tratada, ainda que periféricamente.

À luz destes objetivos, o artigo está estruturado em duas partes: a primeira, aborda a inserção da mulher no sistema C&T e no processo de mobilidade acadêmica; e, a segunda, centra-se na análise dos dados empíricos coletados, versando sobre a caracterização geral das mulheres brasileiras em mobilidade na UMinho e sobre o tipo particular de mobilidade daí decorrente.

1. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A MULHER NA CIÊNCIA

Antes de discutir a inserção das mulheres nos processos de mobilidade acadêmica, há que pontuar algumas questões que acompanham a sua trajetória na academia e na vida profissional, entendendo como ocorre o seu acesso à ciência e à mobilidade acadêmica. Inevitavelmente, ainda que o debate sobre gênero não seja o foco deste trabalho, o mesmo será levantado, já que se torna impossível compreender a participação feminina na ciência e nas suas instituições sem recorrer às relações de disputa e poder que explicam o campo científico.

No caso brasileiro, os indicadores de C&T apontam para a crescente participação das mulheres nas atividades científicas. Todavia, esta atuação feminina ainda é limitada, sobretudo na ocupação de cargos de direção e no acesso a certos cursos considerados masculinos (Saboya, 2013). A escolha de carreiras típicas de gênero provoca uma situação de desequilíbrio nas oportunidades e projeções profissionais futuras entre homens e mulheres, gerando formas de segregação que conduzem as mulheres para profissões consideradas femininas, geralmente menos valorizadas no mercado de trabalho. Aliado a este tipo de segregação (horizontal), há um outro mecanismo social, de segregação vertical, que tende a manter as mulheres em posições mais subordinadas, impedindo-as de progredirem em suas carreiras (Olinto, 2011). Estas diferenças fazem diminuir as oportunidades das mulheres ocuparem certas posições na hierarquia profissional, nomeadamente nos lugares e cargos de destaque nas atividades científicas.

Tal realidade, de um modo geral, mostra como a divisão sexual continua a demarcar espaços na ciência e na educação, contribuindo para a segregação das mulheres no ensino superior e na carreira científica, conforme sugere o conceito de “teto de vidro” (Williams, 1995). Este conceito representa, na verdade, uma espécie de barreira invisível que impossibilita a progressão acadêmica e o crescimento das mulheres no mercado de trabalho. Entretanto, no caso dos homens, a autora afirma que há um movimento contrário ao “teto de vidro”: seria um movimento que empurra os homens para cima, criando circunstâncias de privilégio que os lançam para a ocupação de cargos de maior prestígio e salário. Para descrever esta situação, Williams (1995) designou a expressão “escada rolante de vidro”. O problema reside no fato de que, mesmo sendo capazes, eficientes e qualificadas, as mulheres acabam sendo destinadas a ocupar cargos subordinados aos homens, tornando-se difícil a possibilidade de ascensão na carreira.

Entender os níveis de desigualdade de gênero na ciência é importante para avaliar a falta de oportunidade das mulheres na própria produção do conhecimento e no acesso ao mercado de trabalho. Adotar políticas públicas direcionadas para a qualificação

profissional das mulheres, de modo a inseri-las no campo de batalha do mercado, com as mesmas oportunidades de competitividade dos homens, é uma forma de lhes garantir direitos e de possibilitar a sua progressão na carreira. Mas de que forma o sistema de ciência e tecnologia brasileiro vem absorvendo a participação feminina nesta realidade?

O Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contabilizou 190.755.799 habitantes no Brasil. Dentre estes, 51% são mulheres e 49% são homens. Os dados mostraram ainda que elas estudam mais e estão mais presentes no mercado de trabalho, no entanto, têm formação e ocupam cargos que conferem menores salários. O número de mulheres responsáveis pelas famílias e domicílios cresceu, sendo que do total de 50 milhões de famílias residentes em domicílios particulares em 2010, o sexo feminino era responsável por 37,3%. Considerando as famílias compostas por responsável sem cônjuge e com filho(s), as mulheres perfazem a maioria, com um total de 87,4%. Ademais, entre elas, há significativas diferenças regionais e de cor, o que fortalece as desigualdades de gênero e aumenta as vulnerabilidades das mulheres brasileiras (IBGE, 2015).

Alargando este quadro para a inserção feminina na educação, o Censo de 2010 identificou que o nível de instrução das mulheres continuou mais elevado que o dos homens, sendo que as mulheres constituem a maioria entre os universitários e entre os doutores. Embora no Brasil elas sejam menos numerosas entre os professores universitários e ocupem menos espaços de direção, prestígio e poder na academia e na ciência, é possível perceber uma maior abertura à entrada de mulheres no sistema C&T. Há a considerar também que a institucionalização da ciência brasileira faz parte da história recente do país e isto repercute-se na inserção tardia da presença feminina na comunidade científica:

Até o século XX, o número de instituições voltadas para a ciência era muito limitado e foi no final dos anos de 1960, com a edição do Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional, que a questão científica e tecnológica surgiu como presença constante no planejamento nacional. Apesar da recente institucionalização da ciência brasileira, foi também nos anos de 1980 e 1990 que as mulheres brasileiras aumentaram sua participação no setor. (Leta, 2003, p. 274)

Dessa forma, à medida que avançaram as instituições de fomento à pesquisa também se verificou um aumento do sexo feminino no campo científico e acadêmico. Agências financiadoras de pesquisa do governo federal, como CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), hoje desempenham um importante papel para a formação de capital humano no país, cujos registros apontam para uma tendência crescente no número de bolsas destinadas a mulheres pesquisadoras.

Por outro lado, e embora seja visível o processo de feminização no acesso a diferentes modalidades de bolsas de pesquisa, verificando-se uma maior entrada de mulheres no sistema C&T do Brasil, constata-se também que há uma diminuição de bolsistas

do sexo feminino para as bolsas com um maior nível hierárquico. As dificuldades de acesso a estas bolsas de maior destaque e reconhecimento nos campos científico e acadêmico, como as bolsas de produtividade, ao que tudo indica, são um fator que marca a fragilidade do crescimento profissional dessas mulheres. Assim:

Esse é um indicativo de que uma parcela das mulheres que passam pelos primeiros estágios de capacitação e treinamento para as atividades científicas, se “perdem” ao longo desse caminho ou simplesmente não ganham o reconhecimento dos pares através da concessão de suas bolsas. (Leta, 2003, p. 276-277)

Segundo a autora, talvez isso possa confirmar que existe algum tipo de discriminação de gênero no sistema de concessão de bolsas, sobretudo para os casos de bolsas de produtividade que obedecem a critérios de excelência. Dados recentes do CNPq revelam que a participação feminina nas bolsas de produtividade em pesquisa equivale a 36% do total de bolsas concedidas em 2013, cujo rácio é de 4.970 bolsistas mulheres para 8.994 bolsistas homens. Portanto, a sub-representação do sexo feminino é uma realidade que ainda acompanha a ciência brasileira, e, em boa medida, os países economicamente desenvolvidos. Embora os dados variem nas particularidades de cada país, um elemento comum é o fato de, em geral, as mulheres continuarem a ter um espaço reduzido em postos de liderança e em altos cargos do sistema C&T.

No entender de Leta e Martins (2008), com efeito, também há uma desigual distribuição por sexo no Brasil para as atividades docentes e de orientação acadêmica, contribuindo, assim, para um menor índice de experiência com pesquisa e com publicações. Para as mulheres cientistas isto tem como consequência um desigual acúmulo de capital científico, se comparado com os homens, o que trará implicações sérias para a sua progressão na carreira. Aliada a esta realidade, reside o fato de culturalmente as mulheres serem destinadas a ter um envolvimento maior com a família, sendo chamadas a responder mais pela organização da casa e pelos cuidados com os filhos, algo que interfere diretamente na sua vida profissional. Na verdade, o cenário brasileiro aqui descrito encarna em boa medida os desafios encontrados pelas mulheres mesmo nos países desenvolvidos, onde existem universidades e centros de pesquisa já bem consolidados. E isso vale também para entender todas as instâncias e atividades que caracterizam os percursos das mulheres no trabalho científico, como é o caso da mobilidade internacional.

Na verdade, a própria sub-representação das mulheres nas áreas das ciências exatas e das engenharias já comprova a força da divisão por gênero que prevalece no Brasil, assente no desenvolvimento de habilidades e gostos definidos por sexo. Tal divisão sexual também se repercute nas trajetórias de mobilidade, pois geralmente os países receptores mais procurados são os que representam referências de excelência nas áreas das engenharias, tecnologias e matemática, justamente nas áreas onde ainda persistem dificuldades de acesso do sexo feminino. Disso decorre a necessidade de compreender quem são as mulheres inseridas na mobilidade internacional e o que procuram nestas trajetórias móveis, quais são as suas principais motivações na escolha da universidade

e do país de acolhimento e quais os significados e sentidos de mobilidade que vêm ajudando a construir nas suas práticas.

Um projeto de investigação internacional sobre mobilidade (MOBEX), citado por Delicado e Alves (2013), que conta no seu conjunto com algumas análises centradas no gênero como variável importante, revela que:

[...] a sub-representação das mulheres na ciência conduz à sub-representação destas na mobilidade, evidenciando ainda que as mulheres são afetadas por constrangimentos específicos no respeitante à mobilidade (família e filhos). Uma menor mobilidade implicará, por sua vez, uma progressão mais lenta na carreira, um menor número de oportunidades para o exercício de cargos de coordenação e direção (“teto de vidro”) ou até o abandono da ciência (uma das causas da “fuga na canalização”). (Delicado & Alves, 2013, p. 10)

Para as mulheres cientistas, por exemplo, o deslocamento geográfico por um longo período de tempo geralmente comporta mais dificuldades no âmbito familiar do que ocorre com os homens. Se considerarmos a mobilidade como exigência da internacionalização da educação e, portanto, como requisito para a qualificação profissional, a participação em programas de mobilidade pode ser uma grande oportunidade perdida para uma progressão mais efetiva na carreira de mulheres. A própria ciência e as suas instituições, ainda centradas numa perspectiva androcêntrica do mundo, por vezes não promovem as condições favoráveis para o intercâmbio internacional das mulheres, conduzindo-as ou para um estado de estagnação na profissão, ou para o total abandono da sua carreira científica.

Esta realidade de exclusão pode se manifestar de diversas formas. Num estudo realizado com académicas latino-americanas em mobilidade científica em Portugal, França e Padilha (2013) observaram como os mecanismos sexistas e racistas estão presentes nesta experiência internacional:

O caso de investigadoras do Sul em mobilidade científica em centros do Norte resulta em uma dinâmica social na qual as assimetrias geopolíticas somam-se à intersecção dos marcadores de raça, etnia e gênero contribuindo diretamente para a materialização de situações excludentes e opressoras que afetam não apenas a experiência pessoal desses sujeitos, mas também a legitimação e o reconhecimento de sua produção académica. (França & Padilha, 2013, p. 02)

Com efeito, estas questões interferem no desenvolvimento das suas trajetórias e no seu reconhecimento profissional. É claro que, conforme já dito antes, as mulheres hoje ocupam nas suas profissões, espaços frequentemente conquistados em decorrência da sua luta por direitos legítimos, mas também porque passaram a ser úteis numa economia capitalista orientada para a produtividade e a competitividade. O que resta compreender melhor é como a identidade feminina vem se constituindo neste contexto, como as mulheres pesquisadoras vêm atribuindo significados subjetivos às suas escolhas, e neste caso, às suas escolhas de mobilidade académica.

Considerando os novos desafios do mundo globalizado, o sistema científico e tecnológico brasileiro tem apostado na internacionalização do conhecimento, a fim de cumprir com vigor as estratégias políticas e econômicas dos países centrais. No quadro destas estratégias, assentes na competitividade e na produtividade, compete aos envolvidos nos meios acadêmico e científico aumentar o número de publicações internacionais e criar redes internacionais de colaboração e investigação. Dessa forma, as carreiras científicas, com suas trajetórias individuais de progressão, se desenvolvem sob o pressuposto da mobilidade como princípio de obtenção de conhecimento e qualificação científica, e por isso avançam as políticas e os programas de incentivo ao intercâmbio. Neste contexto, os circuitos de mobilidade internacionalmente percorridos obedecem, em sua maioria, à lógica da periferia em direção aos grandes centros de ciência e tecnologia, embora a mobilidade também aconteça de forma multidirecional. De fato, de acordo com dados mundiais, 62% dos estudantes estrangeiros no mundo advêm de países “do sul” (países em desenvolvimento) e se dirigem a países “do norte” (em geral desenvolvidos), ao passo que 30% da mobilidade estudantil ocorre entre norte-norte e apenas 8% entre sul-sul (Nogueira, Aguiar & Ramos, 2008, p. 362). De acordo com o *Compendio Mundial de la Educación 2010*, os Estados Unidos aparecem como o principal destino da mobilidade internacional. (Castro & Neto, 2012). O Brasil, portanto, não foge a esta regra, elegendo como primeiro país receptor os Estados Unidos, em segundo, a França, e em terceiro, Portugal.

As mulheres acabam sendo menos propensas do que os homens ao intercâmbio internacional, geralmente em decorrência de questões familiares (Ackers, 2004). Neste sentido, é comum ter mais mulheres investigadoras solteiras em mobilidade internacional do que homens, uma vez que nesta condição possivelmente conseguem ter uma dedicação maior ao trabalho científico. Da mesma forma, em situação de mobilidade, elas apresentam uma probabilidade menor em ter filhos do que o sexo masculino, inclusive por vezes tendo que tomar decisões difíceis a respeito das suas escolhas reprodutivas, ou abandonando a ciência para ter filhos, ou adiando a maternidade. E ainda, no âmbito da mobilidade, tendem mais a protelar a sua própria carreira em função da progressão profissional do parceiro (Ackers, 2001). Acabam, por questões culturais, mais propensas a permanecer ligadas a laços familiares mesmo em momentos de mobilidade, como é o caso das investigadoras que, em geral, diferentemente dos homens, costumam residir mais no estrangeiro com o companheiro e/ou filho(s) (Delicado, 2013). Estes dados confirmam que as condições familiares têm grande importância nas decisões femininas no que se refere às suas carreiras acadêmicas, o que podemos entender como resultado das relações de gênero construídas historicamente.

O debate sobre a dinâmica da imigração qualificada, sobretudo em relação à categoria específica da mobilidade internacional de mulheres investigadoras, é ainda pouco discutido, sendo, todavia, bastante necessário. Considerando que a mobilidade de estudantes e cientistas é parte indissociável da carreira acadêmica, faz-se relevante tomar como categoria de análise as experiências femininas em mobilidade no contexto acadêmico e científico, seja para desconstruir os estereótipos, seja para dar visibilidade às

diferentes formas da mulher se inserir e atuar neste campo, construindo e reconstruindo significados e ações que contribuam para a sua trajetória profissional.

2. MULHERES BRASILEIRAS EM MOBILIDADE NA UMINHO

Os dados empíricos do estudo que aqui se apresenta foram recolhidos a partir da aplicação de questionário online, nos meses de Novembro e Dezembro de 2014 e Janeiro de 2015, encaminhado aos Centros de Investigação e a outros endereços eletrônicos relevantes da Universidade do Minho. O formulário utilizado foi o da ferramenta *Google Docs* e o programa para o tratamento dos dados foi o *SPSS*. No total, obteve-se 52 questionários respondidos por mulheres brasileiras pesquisadoras na UMinho. Visando estabelecer uma caracterização geral das respondentes, foram identificados aspectos diversos, tais como idade, naturalidade, sexo, estado civil, renda familiar, universidade brasileira com a qual manteve ou mantém vínculo acadêmico ou profissional e também os respectivos cursos, além das condições de morada no Brasil, de trabalho e de renda. Tentando entender como se constituiu a formação educacional das respondentes, foram feitas algumas perguntas acerca da sua bagagem social e cultural, não somente a partir da sua formação no ensino fundamental e médio, e na graduação e pós-graduação, mas também a partir do desenvolvimento de habilidades e conhecimentos que não necessariamente são adquiridos em sala de aula, mas que contribuem significativamente para a trajetória acadêmica. Da mesma forma, também se buscou conhecer a formação escolar tanto da mãe quanto do pai das brasileiras aqui pesquisadas. O estudo compreendeu ainda a mobilidade acadêmica a partir de aspectos relativos ao curso realizado na UMinho, a área de investigação, ano de início e previsão de conclusão, mas também procurou identificar as motivações para a escolha da instituição e também de Portugal, os gastos com despesas para assegurar a mobilidade e a disponibilidade de auxílio de agência de fomento à pesquisa. Considerando a integração acadêmica como aspecto crucial para a realização plena da mobilidade, o estudo visou identificar aspectos da relação do estudante com a UMinho, nas instâncias administrativa, acadêmica ou de pesquisa. Também foram levantados dados a respeito da integração social e cultural dentro e fora da universidade por parte das respondentes, sob a perspectiva de que é ponto relevante para se entender melhor a trajetória de mobilidade destas pesquisadoras brasileiras. Por fim, o inquérito também levantou questões relativas à avaliação que empreendem sobre a instituição escolhida e sobre a mobilidade em geral. Foram avaliados a estrutura física, o corpo administrativo, os docentes, os orientadores e os centros de pesquisa aos quais estão ou estiveram vinculadas na UMinho. Além disso, procurou-se compreender também como elas avaliam a sua produção acadêmica ao longo da mobilidade e a sua integração social e cultural e como avaliam as suas principais dificuldades enfrentadas na mobilidade.

Com caráter exploratório, o presente estudo contou com a análise de 52 casos de mulheres brasileiras em situação de mobilidade na Universidade do Minho. Dentre estes casos, o trabalho revelou que o percentual de respondentes com idade entre 20 a 30 anos é de 25%, entre 31 a 40 anos é de 35%, e acima de 40 até 50 anos é de 17%, e acima

de 50 anos é de 23%. Considerando a naturalidade das respondentes e o agrupamento dos estados por região da federação brasileira, observou-se que o Sudeste abriga o maior percentual de casos (36%), seguido pelo Nordeste (29%). O percentual de respondentes naturais da região Sul (23%) é praticamente o dobro da soma daqueles observados nas regiões Norte e Centro-Oeste (12%) do país. A maior parte é jovem e solteira, e 21% têm filhos e, dentre estas que são mães, a maioria (73%) tem mais de 40 anos. De todas as inquiridas, a maior parte possui rendimentos entre 3 a 6 mil reais por mês. É relevante atentar que não há mulheres com rendimentos superiores a 10 mil reais. Os dados também indicaram que um percentual significativo de mulheres (19%) tem renda familiar abaixo de 5 salários mínimos (salário mínimo brasileiro: 788 reais), e pouco menos da metade (48%) tem bolsa de estudo, sendo que, entre estas, 44% consideram a bolsa insuficiente para manter todas as suas despesas. Entre as bolsistas, 76% não têm filhos e a maioria destas está na faixa etária entre 30 a 40 anos. As mais jovens e sem filhos têm apoio financeiro de instituição de fomento à pesquisa para o desenvolvimento dos seus estudos, o que não ocorre entre as investigadoras com idade mais elevada.

A maioria das respondentes (58%) mantém vínculo profissional com instituições de Ensino Superior no Brasil e é proveniente de escolas públicas brasileiras, tendo também concluído a sua graduação em universidades públicas. Sobre o nível de escolaridade dos pais, entre as respondentes o maior percentual correspondeu a pais e mães com nível superior completo. 71% afirmou ter pouca habilidade em falar o idioma inglês e somente 12% declarou falá-lo fluentemente. Quanto à quantidade de livros lidos por ano, o maior percentual (31%) concentrou entre 5 a 8 livros. 23% (o maior percentual) informaram que tem apenas uma publicação científica por ano. Entre as inquiridas que publicam, todas já o fizeram em âmbito internacional. 79% delas já tinham viajado para fora do país, mas somente 29% chegaram a fazer algum tipo de intercâmbio antes. A maioria (52%) está fazendo Doutorado Integral na Universidade do Minho, o que pode, dentre outros fatores, ser explicado pela grande concorrência que vem acompanhando estes cursos no Brasil. Boa parte mantém vínculo na UMinho com cursos na área de Ciências Humanas e Ciências Sociais.

Entre as principais motivações na escolha por Portugal, aparecem, por ordem, o fato de ter *o idioma português como língua oficial* (81%), *a reputação da universidade escolhida* (58%) e *o custo de vida reduzido* (56%). Neste caso, o idioma de fato é um facilitador para o processo de integração social, porque pressupõe uma aproximação e familiaridade cultural com o país de origem, bem como uma alternativa de acesso à mobilidade internacional para os brasileiros que não dominam a língua inglesa. De qualquer forma, a exigência de proficiência em língua estrangeira é recorrente na ciência e na educação, seja no âmbito das universidades e centros de pesquisa internacionais, seja no nível nacional. A este respeito, Kaplan (2001, p. 12) elucida acerca do papel central da língua inglesa no sistema científico internacional:

Não só o inglês é o idioma indiscutível da ciência, mas, dada a importância do computador na internacionalização do inglês, os países de língua inglesa podem constituir um cartel virtual da informação científica, porque

os sistemas de informação internacionais são organizados de acordo com uma sociologia do conhecimento baseada no inglês.

A preponderância da língua inglesa no sistema de C&T é bastante significativa, principalmente porque também cresce o investimento em mobilidade para os países de língua inglesa. O Programa Brasileiro de Mobilidade Científica, por exemplo, é atualmente um dos principais meios de enviar estudantes e pesquisadores brasileiros para o exterior, nomeadamente para as universidades norte-americanas, onde se observam avanço tecnológico e inovação, suporte financeiro para a pesquisa e reputação do sistema científico. Portugal, portanto, estaria fora desse circuito dos grandes centros hegemônicos de excelência, embora comporte instituições renomadas. Neste sentido, o idioma português não contribui para classificar Portugal como um país atrativo para o novo modelo de internacionalização da educação em curso, especialmente marcado pelo domínio do inglês como idioma universal. Todavia, observa-se que, para o grupo pesquisado, o idioma português é de extrema importância, porque funciona como um mecanismo de integração, tanto no meio acadêmico, quanto no contexto das interações sociais extra-academia. Podemos colocar também a possibilidade de a mobilidade para Portugal, como país semi-periférico (Videira, 2013), procurar conciliar as necessidades de integração e socialização com as exigências da comunicação científica em língua inglesa, uma vez que também neste país são determinantes as exigências de proficiência no inglês no contexto da produção científica.

Em relação às motivações na escolha pela UMinho, as inquiridas afirmaram que o fizeram para *melhorar o currículo acadêmico* (77%), *desejo de mudança pessoal* (55%), *desenvolver competências relacionadas à profissão* (54%) e *conhecer outro país e sua cultura* (48%). É possível afirmar que a escolha por Portugal e pela Universidade do Minho resume dois sentimentos em relação à mobilidade: um de desejo de acolhimento e integração social e outro de busca por prestígio e reconhecimento acadêmico e científico. A Universidade do Minho responde a esta possibilidade de inserção na internacionalização da educação, o que significa dizer que para o grupo pesquisado esta mobilidade também representa um modelo competitivo de educação capaz de projetar retornos positivos para as suas carreiras.

Quanto à integração acadêmica, a pesquisa revelou que a maioria (67%) das respondentes recebeu apoio acadêmico da UMinho, 37% efetuaram matrículas em unidades da universidade, 43% receberam convite para participar de aula inaugural e 42% receberam o ato normativo da instituição. Dentre as respondentes, a maioria (87%) frequentou disciplinas na UMinho, 37% participou de grupos de pesquisa e 35% já publicou textos acadêmicos com seus orientadores desta universidade. Constatou-se que é praticamente a mesma proporção para as respondentes que moram sozinhas (36%) em Portugal e para as que moram com companheiros e/ou filhos (35%). Elas conseguem, em sua maioria, manter amizade com portugueses dentro e fora do ambiente acadêmico. 23% das respondentes se envolveram em relacionamentos amorosos com portugueses fora do ambiente acadêmico e menos ainda (7,7%) se envolveram com colegas da UMinho.

Acrescenta-se a isso, que as respondentes revelaram se relacionar principalmente com os seus compatriotas, o que, por um lado, pode ser reflexo de qualquer situação de mobilidade, mas, por outro, pode estar associado ao estigma que, embora em declínio, ainda existe em Portugal acerca das mulheres brasileiras, provocando problemas de integração social. A maioria (96%) das respondentes, assim como acontecia no Brasil, frequenta atividades e espaços culturais em Portugal, tais como museus, cinemas, entre outros.

Em linhas gerais, as respondentes avaliam o intercâmbio de forma positiva, seja em relação à estrutura física, ao corpo administrativo, aos docentes, aos orientadores e aos centros de pesquisa, sendo o item “Orientador” o que obteve o maior percentual de avaliação “Excelente”. Nota-se, contudo, que apesar do expressivo percentual de avaliações positivas da *integração social e cultural* e do intercâmbio em geral, as respondentes não deixam ou não deixaram de enfrentar dificuldades significativas durante a mobilidade. As mais expressivas, correspondendo aos maiores percentuais das respostas, dizem respeito à *socialização* (50%), aos *problemas econômicos* (29%), ao *transporte* (23%), à *cultura* (21%), à *moradia* (21%), aos *entraves administrativos* (19%) e *acadêmicos* (15%), à *alimentação* (10%) e aos *fatores climáticos* (4%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo indica, ainda que preliminarmente, alguns indícios em relação ao tipo particular de mobilidade em análise, seja pela escolha do país de destino, com todas as suas implicações, seja pelo próprio grupo investigado, mulheres brasileiras pesquisadoras em deslocamento acadêmico internacional. Quanto às formas hegemônicas de mobilidade acadêmica, Portugal se apresenta como um dos destinos semi-periféricos de mobilidade, visto que as suas universidades não estão entre as principais eleitas pelo sistema C&T a nível global. Deste modo, podemos sugerir que este país foge do padrão competitivo esperado nos grandes centros de pesquisa, para onde se dirigem os holofotes em busca dos “cérebros brilhantes”, e para onde se dirigem também os maiores investimentos para a mobilidade internacional, especialmente nas áreas das ciências exatas e tecnologias. Ademais, a importância crescente do inglês como idioma universal da ciência é legitimado nestes grandes centros de pesquisa, e progressivamente perpetuado nos centros periféricos. A outra particularidade refere-se ao grupo pesquisado, que comporta singularidades na sua condição de gênero, o que se reflete nas suas opções de mobilidade, bastante centradas em motivações que podemos designar de caráter social. Isto sugere que há uma relação entre gênero, área de pesquisa e países de destino da mobilidade. Todavia, aqui neste estudo exploratório não é possível confirmar tal relação, sendo necessário ampliar e aprofundar estas questões posteriormente.

Os sentidos subjetivos que circunscrevem as práticas de mobilidade têm muito a revelar como as mulheres conduzem a sua carreira e como absorvem as exigências objetivas do mercado e da sua profissão. Competitividade e produtividade são elementos que explicam a nova dinâmica educacional, voltada para a internacionalização do ensino e para o estímulo à mobilidade acadêmica. Nestes termos, a experiência de mobilidade

internacional aumenta as oportunidades de se ter um currículo competitivo. Todavia, as chances se multiplicam quando tal mobilidade se direciona para os grandes centros de investigação, lugares caracterizados por grandes disputas de nível acadêmico e científico, como é o caso dos Estados Unidos, que é hoje o primeiro destino escolhido pelos restantes países para a realização de mobilidade acadêmica.

O novo cenário educacional, globalizado e competitivo, põe em evidência as relações de poder que deflagram no sistema C&T como um todo, seja no que se refere às relações entre os países e aos seus modelos de educação e de mercado, seja ao nível das relações étnicas, etárias e de gênero. Sem descartar as estruturas de dominação e de poder inscritas na ciência e na academia, e sem abraçar conclusões, este trabalho nos faz atentar para o fato de que a mobilidade em análise, entre mulheres investigadoras brasileiras em cursos de pós-graduação na UMinho, caracteriza-se por uma forma não hegemônica de internacionalização da educação, marcada pela necessidade de visibilidade e maior reconhecimento profissional, acrescido de um conjunto de significados subjetivos de caráter social, que as conduzem para este tipo específico de mobilidade, de modo a tentar construir novas trajetórias de atuação na ciência.

REFERÊNCIAS

- Ackers, L. (2001). *The participation of women researchers in the TMR Marie Curie Fellowships*. Bruxelas: European Commission. ftp://ftp.cordis.europa.eu/pub/improving/docs/women_final_rpt_3march2000.pdf
- Ackers, L. (2004). Managing relationships in peripatetic careers: Scientific mobility in the European Union. *Women's Studies International Forum*, 27, 189-201. doi:10.1016/j.wsif.2004.03.001.
- Castro, A. A. & Neto, A. C. (2012). O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. *Revista Lusófona de Educação*, 21, 69-96. <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/3082>
- CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2015). *Jovens pesquisadoras: ciência também é coisa de mulher!* http://www.cnpq.br/web/guest/noticias-popularizacao/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/1766926
- Delicado, A. & Alves, N. A. (2013). "Fugas de Cérebros", "Tetos de Vidro" e "Fugas na Canalização": mulheres, ciência e mobilidade. In E. Araújo; M. Fontes; S. Bento (Eds.), *Para um Debate sobre Mobilidade e "Fuga de Cérebros"* (pp. 8-31). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/viewFile/1575/1489
- França, T. & Padilha, B. (2013). Mulheres cientistas imigrantes: entre o sexismo e racismo acadêmico. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis. ISSN 2179-510X. http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386773176_ARQUIVO_ThaisFranca.pdf
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015). *Estatísticas de Gênero, Censo de 2010*. <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0>
- Kaplan, R. B. (2001) English – the accidental language of science?. In U. Ammon (Ed.), *The Dominance of English as a Language of Science* (pp. 3-26), Berlin: De Gruyter.

- Knight, J. (2012). Cinco verdades sobre internacionalização. *International Higher Education*, 69. <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ihe/IHE69port.pdf>
- Leta, J. (2003). As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*, 17 (49), 271-284. <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9956>
- Leta, J. & Martins, F. (2008). Docentes pesquisadores na UFRJ: o capital científico de mulheres e homens. In INEP - Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (Ed.), *Simpósio Gênero e indicadores da educação superior brasileira*. Brasília: INEP.
- Nogueira, M. A., Aguiar, A. M. & Ramos, V. C. (2008) Fronteiras desafiadas: a internacionalização das experiências escolares. *Revista Educação & Sociedade*, 29 (103), 355-376.
- Olinto, G. (2011). A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. *Inclusão Social*, 5 (1). <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/240/208>
- Saboya, M. C. L. (2013). Relações de gênero, ciência e tecnologia: uma revisão da bibliografia nacional e internacional. *Educação, Gestão e Sociedade*, 3 (12). www.faceq.edu.br/regs.
- UNESCO. (2011). *Compendio mundial de la educación: comparación de las estadísticas de educación en el mundo*. <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001912/191218s.pdf>.
- Videira, P. (2013). A mobilidade internacional dos cientistas: construções teóricas e respostas políticas. In E. Araújo; M. Fontes; S. Bento (Eds.), *Para um Debate sobre Mobilidade e "Fuga de Cérebros"* (pp. 138-162), Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/viewFile/1575/1489
- Williams, C. L. (1995). *Still a man's world: men who do "women's work"*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.

Sônia Cristina S. de Azevedo Cerqueira é Professora Titular da Universidade Tiradentes (Sergipe/Brasil). Doutora em Sociologia (UFPE), atualmente realiza pesquisa pós-doutoral no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho (Braga /Portugal).

E-mail: sonia.sociologa@gmail.com /

Universidade Tiradentes e Universidade do Minho Campus Aracaju-Centro R. Lagarto, 264. Bairro Centro, CEP: 49010-390 Aracaju/SE, Brasil

Rita Ribeiro é Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho (Braga /Portugal).

E-mail: rmgr@ics.uminho.pt

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade do Minho Campus de Gualtar, 4710-057, Braga, Portugal

* **Submetido: 16-02-2015**

* **Aceite: 20-04-2015**

WOMEN UNDERGOING INTERNATIONAL ACADEMIC MOBILITY: A DESCRIPTION OF THE BRAZILIAN FEMALE RESEARCHERS AT THE UNIVERSIDADE DO MINHO

Sônia Cerqueira & Rita Ribeiro

ABSTRACT

Science has made important strides in the debate about gender relations, although a non-level playing field between men and women is still evident, which leads to different choices and motivations with regard to academic and scientific careers. The internationalisation of education has led to new challenges for women, especially as regards the role they play in the political strategies adopted in the backdrop of the globalisation of education. Among these strategies is a drive to increase international mobility within academia by encouraging students and researchers to go to research centres abroad. The Brazilian Science and Technology system has been increasing investment in this sector, granting research scholarships for several degree levels. But what share of these scholarships is attributed to females and what significance is attached to this mobility? Based on a survey of 52 Brazilian women enrolled on post-graduate courses at the Universidade do Minho, this study aims to draw up the profile of these students and researchers, mapping their personal, social, cultural, and academic characteristics, as well as the underlying motivations behind their choice for this mobility.

KEYWORDS

Women and science; academic mobility; brazilian female researchers; Universidade do Minho

INTRODUCTION

The article is an excerpt of a post-PhD research project about academic mobility focusing on Brazilian women undergoing academic mobility in post-graduate courses at the Universidade do Minho (UMinho), enrolled between the years of 2013 and 2014. It should be pointed out that the goal of this paper is to present a general profile of the group that were researched, encompassing personal, social, cultural, academic and professional aspects. An effort was also made to find out the underlying motivations behind the option to go on an international exchange, so as to identify possible particularities and meanings behind this mobility decision among the scientists surveyed. The idea, therefore, is not to assess the gender relationship within the mobility context, but only to highlight some reflections about the profile of female Brazilian researchers who are undergoing academic mobility at the Universidade do Minho. Nevertheless, given that the gender relationship is somewhat intertwined with the debate about women's advancement in the Science and Technology (S&T) system and in academia, this issue will also be analysed, albeit peripherally.

With these goals in mind, the article is split into two parts: the first deals with the insertion of women in the S&T system and the academic mobility process; and the second

focuses on the analysis of the empirical data, mapping an overview of the Brazilian women undergoing mobility at the UMinho and the particular kind of mobility in question.

1. REFLECTIONS ON WOMEN IN SCIENCE

Before discussing the insertion of women in the academic mobility processes, some points should be mentioned about their academic and professional careers thus far, to understand how they got into the world of science and academic mobility. Inevitably, even if the gender debate is not the focus of this paper, the issue must be raised as it is impossible to understand female participation in science and in its institutions without looking at the conflict and power relationships that explain the scientific field.

In the Brazilian case, the S&T indicators point to a growing number of women in scientific activities. However, this female activity is still limited, above all when it comes to management roles and access to certain courses that are deemed of the male domain (Saboya, 2013). Typical gender career choices lead to an imbalance in opportunities and the future professional outlook of men and women, leading to forms of segregation that channel women to occupations considered female, which usually have less status in the job market. In addition to this kind of segregation (horizontal), another social mechanism is at play, vertical segregation, which tends to keep women in more subordinate positions, preventing them from progressing in their careers (Olinto, 2011). These differences lessen women's opportunities to occupy certain positions in the professional hierarchy, namely leading positions and jobs in the scientific world.

This state of affairs, in general, shows how the sexual divide continues to frame the spaces in science and education, contributing to the segregation of women in higher education and in scientific careers, as discussed in the "glass ceiling" concept (Williams, 1995). The concept represents an unseen barrier that makes it impossible for women to progress academically or grow in the job market. Meanwhile, for men the author states that there is a movement opposite to the "glass ceiling": this is a movement that pushes men to the top, creating privileged circumstances that channel them to more prestigious and higher salary positions. To describe this situation, Williams (1995) coined the "glass escalator" expression. The problem lies in the fact that even if they are capable, efficient and qualified, women end up occupying positions subordinated to men, making it difficult to progress in their careers.

Ascertaining the level of gender inequality in science is important to assess the lack of opportunities for women in knowledge production and in gaining access to the job market. Adopting public policies geared towards the professional qualification of women in order to furnish them with tools to battle in the job market with the same competitive opportunities as men is a way of guaranteeing their rights and the possibility of making progress in their career. But how has the Brazilian science and technology system absorbed the female participation in this background?

The 2010 census by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) recorded Brazil's population at 190,755,799, of which 51% are women and 49% men. The

data also shows that females study more and have a bigger presence in the job market, yet their qualifications and the positions they occupy lead to lower wages. The number of women responsible for families and households grew, whereby out of a total of 50 million families living in private households in 2010, a woman was the head of the household in 37.3% of them. In terms of families made up of a single parent with a child or children, women made up the majority, accounting for a total of 87.4%. Furthermore, among this segment big regional and colour differences are evident, which accentuates the gender inequalities and increases the vulnerabilities of Brazilian women (IBGE, 2015).

Broadening this analysis to female participation in education, the 2010 census confirmed that women continue to be more highly educated than men, and that the majority of university students and PhD graduates were female. Although in Brazil women are in the minority when it comes to university teachers and occupy fewer positions of management, prestige and power in academia and in science, one can glean a more open attitude to the entrance of women into the S&T system. One also has to take into account that the institutionalisation of Brazilian science is part of the recent history of the country and this is reflected in the late insertion of females into the scientific community:

Up to the 20th century, the number of institutions geared towards science was very limited and it was at the end of the 1960s, upon the implementation of the Strategic Plan for National Development, that the question of science and technology came to the fore as a pressing issue in national planning. Despite the recent institutionalisation of Brazilian science, it was also in the 1980s and 90s that Brazilian women increased their participation in the sector. (Leta, 2003, p. 274)

Therefore, the appearance of institutions driving research forward went hand in hand with an increase in women entering the scientific and academic field. The research agencies funded by the federal government such as CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - National Council for Scientific and Technological Development) and CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Organisation for Enhancement of Top-Level Personnel) play an important role today in training the country's human capital, and their records show an upward trend in the number of scholarships given to female researchers.

Moreover, and although the feminisation of access to the different types of research scholarships is visible, and more women are entering the S&T system in Brazil, it can also be seen that female scholarships go down for a higher hierarchical level. The difficulties in gaining the most important and prestigious scholarships in the scientific and academic fields, such as productivity scholarships, appears to be a strong reason for the weak professional growth of these women. Hence:

This is a strong indication that a proportion of women who go through the first stages of obtaining skills and training for scientific activities get "lost" along the way or simply do not get the recognition from their peers through the granting of scholarships. (Leta, 2003, p. 276-7)

According to the author, this may confirm there is a level of gender discrimination in the scholarship granting system, above all for productivity scholarships that comply with criteria of excellence. Recent CNPq data reveal that female participation in research productivity scholarships accounts for 36% of the total scholarships granted in 2013, which works out as 4,970 scholarships for women and 8,994 scholarships for men. Therefore the under-representation of the female sex remains a reality in Brazilian science, and to a large extent in the economically developed countries. Although the data vary in line with the particularities of each country, a common denominator is the fact that in general women continue to have less representation in leadership positions and senior roles in the S&T system.

According to Leta and Martins (2008), there is also unequal distribution of the sexes in Brazil when it comes to teaching and academic activities, thus leading to less experience in research and publications. Female scientists have an unequal accumulation of scientific capital compared to men as a consequence, which will have serious implications for their career advancement. Moreover, women are culturally destined to have a greater involvement with the family, playing a bigger role in organising the home and caring for the children, which directly interferes with their professional lives. In truth, the Brazilian panorama described here is a good reflection of the challenges faced by women even in developed countries, which have long-standing universities and research centres. This situation extends to all the entities and activities that involve women in the scientific workplace, and international mobility.

The under-representation of women in the areas of the exact sciences and engineering proves the depth of the gender split that prevails in Brazil, whereby the development of skills and tastes are based on one's sex. This sexual division is also reflected in the mobility paths, as generally the most sought-after receiving countries are those considered benchmarks in the fields of engineering, technologies and mathematics, precisely the areas that females have most difficulty gaining access to. Therefore, it is important to find out which women are involved in international mobility and what their main motivations are in choosing the university and country where they will study, and which meanings of mobility have helped them progress.

An international research project on mobility (MOBEX), cited by Delicado and Alves (2013), which includes some analyses focusing on gender as an important variable, reveals that:

[...] the under-representation of women in science leads to the under-representation of women in mobility, although it is evident that women are held back by specific constraints to mobility (family and children). Less mobility implies, in turn, slower career advancement, fewer opportunities to exercise supervisory and management roles ("glass ceiling") or even the abandonment of science (one of the causes of the "leaky pipe"). (Delicado & Alves, 2013, p. 10)

For female scientists in a family environment, for example, it is more difficult to organise a geographical absence for a long period of time than for men. If we consider

mobility as a requirement for the internationalisation of education, and therefore a requirement for professional qualification, the participation in mobility programmes may be a great opportunity lost for better career advancement among women. Science itself and its institutions, still centred on an androcentric view of the world, sometimes does not furnish the most favourable conditions for the international exchange of women, leading them either to stagnate or to completely abandon their scientific career.

This exclusion may manifest itself in several ways. In a study carried out with Latin American academics on scientific mobility in Portugal, França and Padilha (2013) noted that sexist and racist mechanisms are present in this international experience:

The case of Southern researchers in scientific mobility going to Northern centres results in a social dynamic in which the geopolitical asymmetries are added on top of the race, ethnic and gender markers, directly contributing to exclusion and oppression affecting not only the personal experience of these subjects, but also the legitimisation and recognition of their academic production. (França & Padilha, 2013, p. 02)

In effect, these issues interfere with their career development and their professional recognition. It is clear that, as has been said before, today women often hold their positions thanks to their fight for legitimate rights, but also because they have become useful in a capitalist economy set up for productivity and competitiveness. What we need to better understand is how the woman's identity is being built in this context, how female researchers have been attributing subjective meanings to their choices, and in this case their choice for academic mobility.

In the light of the new challenges of the globalised world, the Brazilian scientific and technological system has invested in the internationalisation of knowledge to strictly comply with the political and economic strategies of the central countries. In the background of these strategies, based on competitiveness and productivity, it is up to those involved in the academic and scientific world to increase the number of international publications and create international collaboration and research networks. It is accepted that scientific careers, with their individual progression paths, incorporate mobility as the main driving force to obtain scientific knowledge and qualifications, and therefore policies and programmes to stimulate exchange have been encouraged. As such, the international mobility circuits obey, for the most part, the idea of moving from the periphery towards the major science and technology centres, although mobility also takes place in multiple directions. According to worldwide data, 62% of foreign students around the world come from "southern" countries (developing countries) and head for "northern" countries (usually developed countries), whereas 30% of student mobility is north-north and only 8% south-south (Nogueira, Aguiar & Ramos, 2008, p. 362). According to the *Compendio Mundial de la Educación 2010*, the United States was the number one destination for international mobility (Castro & Neto, 2012). Brazil is no exception, and the preferred country for mobile Brazilian students is the United States, followed by France, and in third place Portugal.

There are fewer women than men involved in international exchange, mainly because of family reasons (Ackers, 2004). Therefore, it is common to have more single female researchers undergoing mobility than men, possibly because as such they are able to dedicate themselves more to the scientific work. Likewise, women undergoing mobility are less likely to have children than their male counterparts, and are also sometimes faced with difficult reproductive decisions, such as whether to abandon science to have children or to delay motherhood. Also within the scope of mobility, they tend to delay their own career in line with their partner's professional progress (Ackers, 2001). They end up, for cultural reasons, more likely to be tied down by the family, even in moments of mobility, as is the case with female researchers who, in general, and unlike the male researchers, tend to live abroad with a partner and/or their children (Delicado, 2013). These data confirm that family life is a very important factor in the female decisions with regard to their academic careers, which we can understand as a result of the historically constructed gender relations.

The debate about the dynamics of qualified immigration, above all in relation to the specific category of the international mobility of female researchers, is still not widely discussed, although it is very necessary. Considering that the mobility of students and scientists is inseparable from an academic career, it is relevant to analyse female experiences in mobility in the academic and scientific context, both to deconstruct the stereotypes and to give visibility to women's different forms of acting in this field, constructing and reconstructing meanings and actions that contribute to their professional paths.

2. BRAZILIAN WOMEN IN MOBILITY AT THE UMINHO

The empirical data of the study presented here were collected from the application of an online questionnaire, in November and December 2014 and January 2015, sent to the Research Centres and other relevant e-mail addresses of the Universidade do Minho. A *Google Docs* tool was used to collect the data, which was processed using the *SPSS* program. In total, 52 questionnaires were answered by Brazilian women surveyed at the UMinho. In order to map an overview of the respondents' profile, a wide range of aspects were identified, such as age, place of birth, sex, marital status, family income, the Brazilian university the woman was from and the respective courses, as well as details about their address, work and income in Brazil. In an attempt to establish the educational level of the respondents, questions were asked about their social and cultural baggage, not only based on their schooling and higher education, but also based on the development of skills and knowledge that were not necessarily learned in the classroom but which significantly contributed to their academic path. Likewise, an effort was also made to identify the educational background of both parents of the Brazilian women surveyed. The study also looked at the academic mobility through the prism of the course taken at the UMinho, the research area, the start year and expected end year, and also the reasons for choosing the institution and Portugal, the cost of the mobility and the support given by research funding agencies. Considering academic integration a crucial aspect to

undergo mobility, the study aimed to identify aspects of the student's relationship with the UMinho's administrative services and academic or research entities. Data was also compiled with respect to the respondents' social and cultural integration inside and outside the university, as this is considered a relevant aspect to better understand the mobility path of these Brazilian researchers. Finally, the survey also asked questions about the students' assessment of the institution they had chosen and the issue of mobility in general. The physical facilities, administrative services, teaching staff, supervisors and research centres that are or were linked to the UMinho were all evaluated. Furthermore, the respondents were asked to assess their academic production throughout the mobility and their social and cultural integration and about their main difficulties during the mobility.

Of an exploratory nature, this study analysed 52 Brazilian women undergoing mobility at the Universidade do Minho. The percentage of women between 20 and 30 years of age was 25%, from 31 to 40 years old was 35%, between 40 and 50 was 17%, and 23% were over 50 years old. Breaking down the sample into their places of birth in Brazil, it was seen that the Southeast accounted for the largest proportion (36%), followed by the Northeast (29%). The percentage of respondents from the Southern region (23%) is practically double the sum of those from the Northern and Centre-West regions (12%) of Brazil. Most of the respondents are young and single, 21% have children and among this sub-group of mothers, the majority (73%) are over 40 years old. Most have an income of between 3,000 and 6,000 reais a month. It is noteworthy that none of the women have an income of more than 10,000 reais/month. The data also show that a significant percentage of women (19%) have a family income lower than 5 minimum wages (minimum Brazilian wage: 788 reais), just under half (48%) have a scholarship, out of which 44% consider the scholarship insufficient to cover their expenses. Among the women awarded scholarships, 76% do not have children and most of them are in the 30 to 40 year-old age bracket. The youngest women who also do not have children are funded by a research support institution to carry out their studies, which is not the case among the older researchers.

Most of the respondents (58%) have a professional tie to Higher Education institutions in Brazil and come from Brazilian public schools, and they also completed their graduation in public universities. With regard to the educational level of the respondents' parents, the biggest percentage had both mothers and fathers who had completed higher education. 71% said they had poor verbal English skills and only 12% said they spoke it fluently. As for the number of books read per year, the largest proportion (31%) said they read between 5 and 8 books. In terms of scientific publications, 23% (the biggest share) said they publish just one per year. Among the respondents who have published work, all of them did so in an international environment. 79% of the sample had travelled abroad previously, but only 29% had done an exchange before. The majority (52%) are doing an Integrated PhD at the Universidade do Minho, which can, among other factors, be explained by the fact these courses are highly competitive in Brazil. A large percentage is tied to the UMinho through degree courses in the Humanities and Social Sciences area.

Among the main reasons for choosing Portugal are the following factors, in order of prevalence: that fact that *Portuguese is the official language* (81%), *the reputation of the chosen university* (58%) and *the low cost of living* (56%). The language does indeed make it easier to socially integrate, as it presupposes an approximation and cultural familiarity with the country of origin, as well as an alternative for international mobility for Brazilians who cannot speak English. In any event, the requirement for proficiency in a foreign language is recurrent in science and education, both within the scope of universities and international research centres, and at national level. Kaplan (2001, p. 12) emphasises the overriding role of the English language in the international scientific system:

Not only is English the undisputed language of science, but because of the importance of the computer in the internationalisation of English, the English-speaking nations may hold a virtual cartel on scientific information because the international information systems are organised according to an English-based sociology of knowledge.

The preponderance of English in the S&T system is extremely significant, mainly because investment in mobility to English-speaking countries is on the rise. The Brazilian Programme for Scientific Mobility, for example, is currently one of the main channels to send Brazilian students and researchers abroad, especially to universities of North America where they come into contact with technological advances and innovation, obtain financial support for research and enhance their reputation within the scientific system. Portugal, however, is outside this circuit of major hegemonic centres of excellence, although it accommodates well-reputed institutions. The Portuguese language does little to help Portugal be seen as an attractive country for the new internationalisation of education model, which is highly influenced by the domination of English as the universal language. However, for the group under analysis the Portuguese language is extremely important because it functions as a mechanism of integration, both in the academic world and within the context of extra-academic social interactions. We can also point to the possibility that the Brazilians' choice for mobility to Portugal, as a semi-peripheral country (Videira, 2013), aims to conciliate the needs for integration and socialisation with the demands of scientific communication in English, given that in Portugal proficiency in English is also required in the context of scientific production.

As for the reasons behind choosing the UMinho, the respondents stated that they did so because they wanted: *to improve their academic curriculum* (77%), *a personal change* (55%), *to develop skills related to the profession* (54%) and *to get to know another country and its culture* (48%). It is possible to affirm that the choice of Portugal and the Universidade do Minho brings together two sentiments in relation to mobility: one is the desire to settle and to socially integrate and the other is to seek prestige and academic and scientific recognition. The Universidade do Minho caters for this possibility for the internationalisation of education, which means that within the group researched this mobility also represents a competitive model of education that can positively impact on their careers.

As for academic integration, the research revealed that the majority of the respondents (67%) received academic support from the UMinho, 37% enrolled in the university's departments, 43% received an invitation to take part in the inaugural lesson and 42% received the institution's regulations. Among the respondents, the majority (87%) attended lessons at the UMinho, 37% took part in research groups and 35% published academic texts with their supervisors at this university. The proportion of respondents who live alone in Portugal (36%) is practically the same as those who live with their partners and/or children (35%). They manage, for the most part, to create friendships with the Portuguese inside and outside the academic environment. 23% of the respondents involved themselves in romantic relationships with Portuguese outside the academic environment with a lower percentage (7.7%) having relationships with UMinho colleagues. It is added that the respondents mainly have relationships with their compatriots, which may on the one hand be a reflection of a usual situation in mobility, but on the other hand may be linked to a stigma in Portugal, albeit in decline, concerning Brazilian women, leading to problems of social integration. The majority of the respondents (96%) visited cultural activities and amenities in Portugal such as museums, the cinema and so on, as they would in Brazil.

In general, the respondents have a positive evaluation of the exchange with regard to the physical facilities, the administrative services, the teachers, the supervisors and the research centres, with the "Supervisor" category obtaining the most assessments of "Excellent". It is pointed out, nevertheless, that despite the large percentage of positive assessments in the *social and cultural integration* category during the exchange, the respondents are or were not without significant difficulties during the mobility. The aspects that caused difficulties that had the highest percentages were *socialisation* (50%), *financial problems* (29%), *transport* (23%), *culture* (21%), *accommodation* (21%), *administrative problems* (19%), *academic problems* (15%), *food* (10%) and the *climate* (4%).

FINAL CONSIDERATIONS

This study provides, albeit only initially, some indicators about the particular kind of mobility under analysis, given the choice of the destination country, with all its implications, and the sample profile under investigation – Brazilian female researchers who were undergoing an academic international exchange. In comparison to the hegemonic forms of academic mobility, Portugal is a semi-peripheral mobility destination, since its universities are not among the world's major ones in the S&T system. Therefore, we can surmise that the country is outside the competitive template one would expect in the great research centres, whose bright lights attract the "brilliant minds" and where the largest investments for international mobility are also channelled to, especially in the areas of the exact sciences and technologies. Furthermore, the growing importance of English as a universal language of science is further legitimised in these major research centres, and progressively perpetuated in the peripheral centres. The other particularity refers to the surveyed group, which is restricted to females, which in turn is reflected in

their mobility options where we can say that their motivations are heavily influenced by aspects of a social nature. This suggests there are correlations between gender, the research field and the mobility destination countries. However, in this exploratory study it was not possible to confirm these correlations, with a broader and more in-depth future analysis required.

The subjective meanings underpinning mobility are extremely revealing as regards how women manage their careers and how they take on board the objective demands of the market and their profession. Competitiveness and productivity are factors that explain the new educational dynamic, geared towards the internationalisation of education and which encourages academic mobility. In these terms, experience of international mobility provides the opportunity to have a more competitive curriculum. However, this opportunity is far greater when the mobility is to the major research centres and such vacancies are must sought-after in the academic and scientific world, such as opportunities in the United States, which today is the number one destination chosen by people from other countries undergoing academic mobility.

The new globalised and competitive educational panorama brings to the fore the power relations that affect the S&T system as a whole, both as regards the relationships between countries and their education and market models, and in terms of the ethnic, age and gender relations. Without neglecting the domination and power structures in place in science and academia, and without embracing conclusions, this study draws attention to the fact that the mobility under analysis, among Brazilian female researchers on post-graduate courses at the UMinho, is characterised by a non-hegemonic form of internationalisation of education, marked by the need to attain visibility and greater professional recognition, plus a set of subjective meanings of a social nature, which lead to this specific kind of mobility, in order to try and build new paths of action in science.

REFERENCES

- Ackers, L. (2001). *The participation of women researchers in the TMR Marie Curie Fellowships*. Bruxelas: European Commission. ftp://ftp.cordis.europa.eu/pub/improving/docs/women_final_rpt_3march2000.pdf
- Ackers, L. (2004). Managing relationships in peripatetic careers: Scientific mobility in the European Union. *Women's Studies International Forum*, 27, 189-201. doi:10.1016/j.wsif.2004.03.001.
- Castro, A. A. & Neto, A. C. (2012). O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. *Revista Lusófona de Educação*, 21, 69-96. <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/3082>
- CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (2015). *Jovens pesquisadoras: ciência também é coisa de mulher!* http://www.cnpq.br/web/guest/noticias-popularizacao/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/1766926
- Delicado, A. & Alves, N. A. (2013). "Fugas de Cérebros", "Tetos de Vidro" e "Fugas na Canalização": mulheres, ciência e mobilidade. In E. Araújo; M. Fontes; S. Bento (Eds.), *Para um Debate sobre Mobilidade e "Fuga de Cérebros"* (pp. 8-31). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/viewFile/1575/1489

- França, T. & Padilha, B. (2013). Mulheres cientistas imigrantes: entre o sexismo e racismo acadêmico. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis. ISSN 2179-510X. http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1386773176_ARQUIVO_ThaisFranca.pdf
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015). *Estatísticas de Gênero, Censo de 2010*. <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0>
- Kaplan, R. B. (2001) English – the accidental language of science?. In U. Ammon (Ed.), *The Dominance of English as a Language of Science* (pp. 3-26), Berlin: De Gruyter.
- Knight, J. (2012). Cinco verdades sobre internacionalização. *International Higher Education*, 69. <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ihe/IHE69port.pdf>
- Leta, J. (2003). As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*, 17 (49), 271-284. <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9956>
- Leta, J. & Martins, F. (2008). Docentes pesquisadores na UFRJ: o capital científico de mulheres e homens. In INEP - Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (Ed.), *Simpósio Gênero e indicadores da educação superior brasileira*. Brasília: INEP.
- Nogueira, M. A., Aguiar, A. M. & Ramos, V. C. (2008) Fronteiras desafiadas: a internacionalização das experiências escolares. *Revista Educação & Sociedade*, 29 (103), 355-376.
- Olinto, G. (2011). A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. *Inclusão Social*, 5 (1). <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/240/208>
- Saboya, M. C. L. (2013). Relações de gênero, ciência e tecnologia: uma revisão da bibliografia nacional e internacional. *Educação, Gestão e Sociedade*, 3 (12). www.faceq.edu.br/regs.
- UNESCO. (2011). *Compendio mundial de la educación: comparación de las estadísticas de educación en el mundo*. <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001912/191218s.pdf>.
- Videira, P. (2013). A mobilidade internacional dos cientistas: construções teóricas e respostas políticas. In E. Araújo; M. Fontes; S. Bento (Eds.), *Para um Debate sobre Mobilidade e “Fuga de Cérebros”* (pp. 138-162), Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho. http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/viewFile/1575/1489
- Williams, C. L. (1995). *Still a man's world: men who do “women's work”*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.

Sônia Cristina S. de Azevedo Cerqueira is Professor at the University Tiradentes (Sergipe/Brasil) and she holds a PhD in Sociology (UFPE/Brasil). She is currently undergoing a postdoctoral research in the Communication and Society Research Centre, at the University of Minho (Braga/Portugal).

E-mail: sonia.sociologa@gmail.com /

Universidade Tiradentes e Universidade do Minho Campus Aracaju-Centro R. Lagarto, 264. Bairro Centro, CEP: 49010-390 Aracaju/SE, Brazil

Rita Ribeiro is Assistant Professor of the Department of Sociology and a member of the Communication and Society Research Centre, at the University of Minho (Braga/Portugal).

E-mail: rmgr@ics.uminho.pt

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade - Universidade do Minho Campus
de Gualtar, 4710-057, Braga, Portugal

* **Submitted: 16-02-2015**

* **Accepted: 20-04-2015**

O GÉNERO DA RECESSÃO: QUANDO OS MODELOS DE GESTÃO E AS POLÍTICAS ECONÓMICAS NEOLIBERAIS DEFINEM AS POSIÇÕES-DE-SUJEITO DAS MULHERES

Juliana Souza

RESUMO

Este artigo visa problematizar como a não inclusão de políticas públicas que contemplem as relações de género, no Portugal da crise financeira atual, pode determinar a gravidade dos impactos não só da contração económica, mas também de toda uma dinâmica social para as mulheres – e para outros grupos ditos minoritários. Nesta senda, buscar-se-á também compreender como essa estrutura económica neoliberal, genderizada e patriarcal em sua essência, tem afetado, consideravelmente, as mulheres. Assim, a economia intervencionada em Portugal, ao definir os seus agentes decisivos no tecido económico, não coloca as mulheres como sujeitos no centro das decisões sociais e das prioridades económicas.

PALAVRAS-CHAVE

Crise económica; relações de género; estudos das mulheres

INTRODUÇÃO

Depois de pouco mais de quatro anos de experimento austeritário no país, com a intervenção do Fundo Monetário Internacional e no que culminaria na implementação de um programa de ajustamento estrutural, a realidade dos fatos parece não indicar, pelo menos em curto prazo, uma mudança paradigmática deste novo modelo económico em Portugal. Contrariamente às evidências sustentadas pelo discurso institucional, o panorama de “austeridade expansionista” é complexo e sem desfecho previsível, já que a contração económica do país, agravada pelas políticas de reajuste fiscal, alterou toda uma realidade social, especialmente em setores económicos onde as mulheres estão inseridas.

Nestes termos, os modelos de desenvolvimento de regimes de género acabam por refletir os processos de exclusão e de integração das mulheres na economia produtiva, nos modelos institucionais de gestão do mercado de trabalho, bem como na evolução no seio familiar, no sistema previdenciário e de proteção social e, nomeadamente, nas relações sociais de género. Quando se trata de uma altura de clivagem económica, como esta a que se assiste em Portugal, tais modelos, quando associados à uma lógica liberal de gestão da economia na qual o Estado social e a austeridade fragilizam os direitos sociais — nomeadamente em países de pouca tradição de diálogo social em torno da organização do trabalho —, interferem sobremaneira nas relações de género e contribuem na definição das posições-de-sujeito na sociedade.

Vários fatores podem explicar tal assimetria de género na organização económica das sociedades capitalistas. Um prende-se à histórica dicotomia em que as relações

sociais de produção e de reprodução fazem equivaler produção à masculinidade e reprodução à feminilidade. Esta lógica patriarcal de dominação/subjugação, importa referir, em que as desigualdades políticas e económicas vividas pelo sexo feminino reafirmam padrões de constituição de feminilidade e também de masculinidade (Reinharz, 1992, p. 147), sedimentam a construção social da diferença, na qual as mulheres saem em nítida desvantagem. Outro deve-se à exclusão de modelos de gestão baseados em serviços e em políticas públicas que contemplem as relações de género. A não incorporação desses modelos pode determinar a gravidade dos impactos não só de uma contração económica, mas também de toda uma dinâmica social, como, por exemplo, nas relações de trabalho.

Em consequência dessas relações assimétricas, as iniquidades económico-sociais e as atuais dinâmicas laborais, agravadas com a crise financeira, se fazem sentir em várias frentes: na força de trabalho, precarizando as relações e os vínculos laborais das trabalhadoras; na segregação sexual de diversos setores da estrutura laboral portuguesa — também em decorrência da histórica desigualdade de género no *status* do trabalho; no desemprego, que passou a ser de longa duração; no aumento da incidência da pobreza; no crescimento significativo do trabalho não-remunerado, em parte decorrente dos cortes das transferências sociais do Estado, etc. Tais iniquidades colocam também em causa a independência económica e simbólica das mulheres (Casaca, 2012; Fraser, 2009), bem como a sua representatividade democrática na vida pública e a sua representação enquanto força produtiva.

Nestes termos, o regime de capitalismo neoliberal, acentuado com a erupção do colapso do sistema financeiro global em 2008, tem intensificado as normas e os papéis pré-existentes e polarizados de género (Negra & Tasker, 2014) e contribuído para um retrocesso tanto nas políticas como no percurso de modernização das relações de igualdade de género, inclusivamente na construção das instituições sociais.

Ao se repensar o género enquanto um fazer socialmente construído, a estrutura macroeconómica de um país, parte deste mesmo processo de constituição social, contribui para a determinação das posições-de-sujeito nas mais diversas economias ao definir os seus agentes decisivos no tecido económico. São estruturas de poder que subjazem às representações de género na sociedade contemporânea, como a própria configuração e divisão do trabalho e das transferências sociais, onde ainda se verificam assimetrias — a segregação e a vulnerabilidade social das mulheres são exemplos a serem assinalados.

Em convergência com as mais recentes análises assentes na tríade género, recessão e austeridade, lanço-me para a hipótese de o impacto da recessão financeira variar de acordo com as interações entre as relações de género, as instituições e os mecanismos de ajustamento escolhidos, com foco especial para uma economia em recessão como a portuguesa. Isso significa dizer que a exclusão ou a incorporação de modelos de gestão baseados em políticas públicas que contemplem as relações de género pode determinar a gravidade dos impactos não só de uma contração económica, mas também de toda uma dinâmica social (Rubery, 2014). Assim, o contributo do artigo é o de identificar como as diferenças de género na arquitetura económica portuguesa se acentuam numa

altura de profunda recessão económica como esta com que se confronta atualmente. Para tanto, procurei observar e analisar o impacto do tripé neoliberal de “privatização, flexibilização e austeridade” (Abreu et al., 2013) no quotidiano das mulheres.

Em particular, esta análise permite também perceber como a “linguagem da crise”, apropriada pelos veículos de comunicação social, pode ser observada e interpretada como um fenómeno social que envolve, no seu *modus operandi*, tanto as estruturas de controlo/poder como as lógicas identitárias de uma sociedade de consumo patriarcal. Este exercício, por sua vez, contribui para a identificação e a análise do possível impacto que exercem as divisões e os estereótipos de género sobre a forma de ver as mulheres na sociedade portuguesa regida, atualmente, pelo mercado financeiro.

A intuição que me serviu de ponto de partida foi a de que a compreensão das relações de género na atual conjuntura de crise não deixaria de implicar uma intensa experiência quotidiana: a estrutura económica neoliberal é genderizada e patriarcal em suas raízes (Muñoz & Madroño, 2011).

1. DA DILUIÇÃO DO ESTADO SOCIAL À PRECARIEDADE DAS RELAÇÕES LABORAIS

De acordo com o que se tem observado no contexto português, as crises ocorridas ao longo das últimas quatro décadas consolidariam inúmeras fronteiras económico-sociais, sobretudo no tecido laboral. Neste segmento em especial, sedimentou-se uma segregação ocupacional de género com nítida desvantagem para as mulheres. Tal realidade é em parte decorrente de um histórico processo de naturalização de subordinação das posições das mulheres na sociedade. Esta posição secundária tanto estará relacionada com “a divisão entre mulheres e homens no mercado” (Madroño & Muñoz, 2011, p. 116) como com as responsabilidades assumidas com o trabalho doméstico e com os cuidados não-remunerados por ambos os sexos.

O mercado de trabalho português, tanto na sua estrutura como na sua dinâmica, representa um importante indicador de como as relações de género estão configuradas na atual economia. Com a contração económica, agravada pela obrigatoriedade do cumprimento dos critérios estabelecidos no Memorando de Entendimento acordado com a *Troika*, assinalo alguns dos principais impactos no quotidiano das mulheres em Portugal: a expansão da economia informal feminina e de formas mais precárias de emprego (Ferreira, 2014); a maior fragilização dos vínculos contratuais, a insegurança de emprego, o trabalho a tempo parcial involuntário, o desemprego e o desemprego de muito longa duração (Casaca, 2012, p. 2); a estagnação profissional, a deterioração do mercado de trabalho feminino (Ferreira, 2014); a perda ou redução das transferências sociais e o risco de pobreza. Neste quadro, o desemprego feminino e o risco de pobreza configuram-se como os maiores flagelos sociais para as mulheres, sobretudo porque elas estão inseridas numa arquitetura macroeconómica profundamente genderizada. Tais assimetrias de género inerentes ao modelo patriarcal impossibilitam que as mulheres ocupem espaços e desempenhem funções simétricas em relação ao sexo oposto, tanto num momento de contração como de expansão/recuperação da economia.

Ao discutirmos as crises económicas e o impacto que recai sobre a força de trabalho feminina, é preciso ter em conta que a economia, particularmente nestes momentos de clivagens político-económicas, ancora-se numa particular fluidez dos vínculos de contratação da mão-de-obra. Deste modo, somado aos cortes nas despesas sociais, a liberalização do mercado e a posterior flexibilização das relações laborais (Casaca, 2012; Muñoz & Madroño, 2011) permitiram às empresas atuar em conformidade com a demanda do mercado e, assim, empregar conforme os recursos e a flexibilidade disponível (Rubery, 2014).

Baseando-se na análise que as teorias feministas marxistas fazem das lutas de classe, Lina Muñoz e Paula Madroño (2011, p. 117) procuram demonstrar que, devido sobretudo à fluidez do mercado e dos vínculos laborais que daqui se desdobram, as mulheres constituem uma reserva potencial de trabalho disponível a qualquer momento, sendo mobilizadas consoante a demanda do mercado de trabalho. Ou seja: contratadas em épocas de crescimento e despedidas durante uma recessão — em grande parte devido à *flexibilidade danosa*¹ de que fala Sara Falcão Casaca (2012, p. 41). Neste contexto, sempre coube às mulheres o papel de “exército de reserva” no funcionamento da economia de mercado².

Em Portugal, como realça Casaca, tal “estratégia assume particular relevância no tecido empresarial português, onde predominam estratégias de competitividade fundamentalmente orientadas para a redução de custos” (2012, p. 40), resultando, por sua vez, no aumento de formas flexíveis de emprego. Com a retração do Estado cada vez mais evidente, sobretudo por meio de um nível reduzido de proteção e de transferências sociais, modalidades laborais mais flexíveis tornaram-se regra no mercado.

Apenas a título de complementação, sobre as transferências sociais, importa considerar que os níveis de bem-estar e de proteção social continuam a representar uma efetiva via de integração social das mulheres, tanto no mercado de trabalho como no espaço público. Com a retração do Estado e os subsequentes cortes nos apoios sociais, a marginalização sócio-laboral das mulheres sedimenta-se, comprometendo sistematicamente, neste ciclo, a sua autonomia económica, financeira e política (Karamessini & Rubery, 2014; Muñoz & Madroño, 2011). Como se vê documentado no *Relatório da Campanha Feminista Anti-Austeritária* (RCFAA), de 2013³:

os cortes nas despesas sociais do Estado pressupõem o incremento do trabalho doméstico e do cuidar não-remunerados, em geral, a cargo das mulheres [...] esta insuficiência de recursos traduz-se na falta de poder que

¹ A perspetiva neoliberal da flexibilização das economias enquanto solução para as dificuldades de competitividade das empresas e do próprio Estado, com a proposta de dinamizar a economia como um todo, segue o que Sara Casaca chama de *flexibilidade danosa*, prática que se apoia em baixos custos salariais, no emprego precário, instável e inseguro no seio das relações laborais. No caso concreto de Portugal, a tendência para a aplicação desta modalidade de flexibilidade, a danosa, tem vindo a se acentuar, visto que o país, num processo de “austeridade expansionista” (Abreu et al, 2013), vem adotando políticas de forte contenção orçamental, sobretudo na redução das despesas do Estado e nos sucessivos cortes nos apoios sociais, como já referido.

² Muñoz e Madroño complementam esta questão da mão-de-obra flexível: “são as mulheres as que fornecem o maior grau de flexibilidade na economia informal na sua interação com a formal” (2011, p. 117).

³ Documento organizado pela UMAR (União Mulheres Alternativa e Resposta) e apresentado no I Encontro Nacional da Iniciativa por uma Auditoria Cidadã “As crises não pagam dívidas”, em 2013.

vulnerabiliza, subordina, oprime e impede o acesso à cidadania ativa e plena. (RCFAA, 2013, pp. 5-6)

Assim, a ausência de políticas públicas que convirjam para a igualdade de género passa a ser determinante para o agravamento da crise social, sobretudo em anos de austeridade. Tais políticas, conforme ilustra Rubery (2014, p. 32), “são idealizadas para encorajar as mulheres ou a abandonar o mercado de trabalho ou a dedicarem-se a funções com vínculos laborais mais flexíveis e com baixos salários”.

E não só. A desigualdade de género no *status* do trabalho revela-se um outro aspecto preocupante na autonomia económica e financeira das mulheres, sobretudo em momentos de austeridade. Isso decorre fundamentalmente do fato de que tanto o discurso político dominante como as práticas empresariais continuarem a se ancorar e a perpetuar a ideia ontologicamente construída de que as mulheres estariam mais aptas a desenvolver determinados trabalhos e/ou funções, como as atividades do cuidar e as que contemplem a educação, e como não poderia deixar de ser, o doméstico. Essa construção social da diferença cria assimetrias e impactos profundos no quotidiano laboral das mulheres. O não reconhecimento também no mercado de trabalho e a distribuição assimétrica de salários, bem como os baixos índices de qualificação profissional das mulheres, são alguns dos impactos a serem assinalados. O que acaba por contribuir ainda mais para a consolidação do entendimento obtuso em torno da bipolaridade dos papéis de género.

Para além desta assimetria, verifica-se uma outra tendência que se acentuou com a crise, sobretudo por meio da necessidade de se diversificar as fontes salariais no seio familiar: a feminização das profissões ou a segregação ocupacional de género. Ou seja, há cada vez mais mulheres a exercer funções de carácter feminizado que contribuem para a consolidação dos papéis de género, como os de serviços, o educacional e os de cuidar. De acordo com dados de 2011 do Instituto Nacional de Estatística (INE), as mulheres estão sobre-representadas nos serviços sociais e pessoais em 71%.

A taxa de feminização do trabalho pode ser também um outro indicativo importante ao se analisar as dinâmicas laborais e as relações de género. Ao partirmos do pressuposto de que a arquitetura macroeconómica seja genderizada em suas bases fundacionais e, com isso, interfira profundamente nas relações de género, a flexibilidade de emprego recai “fundamentalmente sobre a força de trabalho feminina” (Casaca, 2012, p. 25). Este fenómeno acaba por ampliar ainda mais o fosso de assimetria nas relações laborais e de género, consolidando tanto as “representações sociais tradicionais como a própria assimetria na divisão do trabalho não-remunerado” (Casaca, 2012, p. 33). Portanto, quanto maior a assimetria de género na flexibilidade laboral, maior a taxa de feminização do trabalho (e a tempo parcial). Importa frisar, ainda de acordo com o INE, que 61,4% da força de trabalho dos/as portugueses/as está no sector de serviços. Assim, se a tendência de flexibilização do trabalho está mais presente neste sector, maioritariamente composto por mulheres, a probabilidade delas estarem mais sujeitas a relações laborais mais precárias e vulneráveis é maior quando comparada à dos homens.

Logo, a vulnerabilidade laboral⁴ de uma economia também está relacionada à aplicação ou não de políticas públicas que contemplem as relações de género na sociedade como um todo. Isso porque as “políticas ativas de emprego conferem níveis superiores de proteção aos indivíduos envolvidos” (Casaca, 2012, p. 28) e permitem as/os suas/seus trabalhadoras/es estarem contempladas/os por benefícios sociais e fiscais protecionistas, evitando, assim, a precariedade. Em sentido oposto estão as políticas neoliberais de flexibilização das relações laborais, onde o regime de trabalho a tempo parcial passa a ser uma condicionante. São trabalhos numericamente flexíveis, porém intensivos, que facilitam o seu ajustamento a partir da demanda (Rubery, 2014)⁵. Ou seja: a facilitação do despedimento.

A precarização e a perda dos postos de trabalho também apresentam uma acentuada assimetria de género durante uma altura de contração económica. Como apontado por Jill Rubery (2014), Maria Karamessini (2014) e Virgínia Ferreira (2014), devido às diferenças de género na arquitetura económica, o grau de vulnerabilidade/impacto num contexto de forte ruptura económica é sentido de forma distinta pelos grupos sociais. Logo, há setores que são mais atingidos do que outros durante as fases de uma recessão económica. As autoras registam que o impacto inicial de uma crise é sentido, por via de regra, na força de trabalho dominante, portanto, na dos homens. E somente depois (e muitas vezes de forma mais severa) é que os efeitos são diluídos em outros grupos. Assim, setores como a manufatura, em particular a indústria automobilística e a construção civil, dois setores maioritariamente masculinos, sofreram os principais impactos na primeira fase da crise no contexto português. Já a força de trabalho feminina sentiu as repercussões diretas, tanto da crise como das políticas de governação, somente a partir de 2010, período em que denominam de “segunda fase da crise”. Foi então que setores como o têxtil, o calçadista e o ceramista sucumbiram à recessão económica.

Tais evidências fortalecem muitas das críticas feministas⁶ em torno da arquitetura macroeconómica tal como hoje se encontra organizada. Ao deslocar as mulheres — e também outras minorias — do centro das prioridades económicas e priorizar o livre-mercado, o modelo neoliberal, patriarcal em sua essência, acaba por reforçar as normas pré-existentes de género (Floro & Dymiski, 2000). Um exemplo é o fato de a perda de emprego não se revelar uniforme, pois, como revela Ferreira (2014, p. 213), os homens continuam a perder postos de trabalho assalariado⁷ e as mulheres empregos

⁴ Tal vulnerabilidade é resultante, sobretudo, de um processo de liberalização da economia onde a flexibilização das relações laborais visa a diminuição dos custos no quadro de trabalhadores/as, mas, principalmente, onde os/as trabalhadores/as passam a ser regulados/as a partir da gestão destes custos e a partir da demanda do mercado

⁵ A nomenclatura comumente empregada para este tipo de trabalho, nos Estados Unidos, passou a ser *buffer jobs* (Rubery, 2014).

⁶ Muitas das propostas da economia feminista, particularmente pelo enfoque dado à dimensão de género nas crises económicas nas últimas décadas, revelam-se úteis na tentativa de conferir uma maior visibilidade à relação “desenvolvimento económico e desigualdade social” no quotidiano das mulheres, paradigma este que, como tem-se vindo aqui a defender, as desfavorece.

⁷ Como confirmaremos mais adiante na análise de Madroño e Muñoz (2011), os homens retomam as suas atividades, num estágio de recuperação económica, muito mais facilmente do que as mulheres. Enquanto que as mulheres sofrem com repercussões muito mais sérias, como a perda de empregos com relações laborais mais precárias, como no caso do trabalho por conta própria e empregada doméstica.

mal-remunerados e pouco qualificados: “Considerando que os homens perderam mais empregos como empregados assalariados, as mulheres, em contrapartida, perderam mais empregos como trabalhadoras independentes, como trabalhadoras familiares não-remuneradas e como empregadoras (duas vezes mais que os homens)”. Sara Falcão Casaca (2012, p. 16) complementa esta questão do reforço das normas pré-existentes de género também pela via das relações laborais ao elencar algumas das razões que levam a esse processo, ocorrendo, portanto pela:

[...] diferenciação entre, por um lado, um grupo que usufrui de segurança de emprego e de oportunidades de desenvolvimento profissional e, por outro, um segmento periférico que inclui aquelas/es que se encontram a trabalhar a tempo parcial ou que têm um contrato de prestação de serviços, que prestam atividade por intermédio de empresas de subcontratação (inclusive empresas de trabalho temporário ou que têm um contrato de duração limitada). (Casaca, 2012, p. 16)

Algumas componentes sociais, como a flexibilidade dos vínculos e das relações laborais, resultantes do paradigma neoliberal de liberalização do mercado, no seguimento da implementação das políticas de ajuste fiscal, trazem implicações ainda mais severas para a população feminina. A precarização das condições de trabalho e dos direitos sociais são algumas a assinalar, pois ampliam a fragilização da cidadania e a neutralização da resistência dos sujeitos. Nestes termos, importa aqui também refletir sobre como esta conjuntura de recessão financeira coloca em causa a emancipação e a representação das mulheres também na esfera pública, bem como a sua representatividade no processo democrático.

2. A OFENSIVA IDEOLÓGICA DO NEOLIBERALISMO E DOS MEDIA NO REFORÇO DA DIVISÃO GENDERIZADA DOS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO

Parte desse processo deve-se ao fato de as correntes liberais da economia de mercado trabalharem para a implementação de políticas sócio-laborais nas quais as mulheres não são contempladas como sujeito ativo (Fraser, 2009) — sendo assim, as vozes emancipatórias/contestárias são silenciadas. Assim, como elucida Virgínia Ferreira, todo este processo tem repercussões diretas na autonomia económica e financeira das mulheres, mas, principalmente, no que ela denomina de “dimensão tripla” (*triple dimensions*) da autonomia: o individual, o social e o político (2014, p. 224).

Muito embora as economias neoliberais tenham vindo a implementar políticas públicas que visam contemplar mais simetricamente homens e mulheres no acesso ao mercado de trabalho e aos benefícios e direitos sociais, como, por exemplo, a licença-paternidade, há ideias e procedimentos de cariz patriarcal implícitos no *modus operandi* que ainda obstruem a emancipação das mulheres em todas as esferas. Tais procedimentos, como as assimetrias no *status* profissional e a desigualdade salarial, actuam de forma ambígua e devem ser sensibilizados e desocultados. Como explica Ferreira,

de um lado está o Estado, que trata “igualmente homens e mulheres como produtores/as e cuidadores/as, mas não cria os meios essenciais que lhes permitam desempenhar ambas as funções de forma adequada” (2014, p. 211). De outro, o mercado que ainda (re)produz a ideologia do “homem provedor, discriminando as mulheres em geral e as mulheres com responsabilidades familiares em particular, bem como os homens que procuram partilhar responsabilidades familiares” (Ferreira, 2014, p. 211). Olhando apenas para o universo feminino, o que nos salta aos olhos é que há sempre uma ideia transversal nestas duas esferas de ambiguidade apontadas por Ferreira: a colagem cultural das mulheres à esfera da reprodução (e a ideia de que estão mais aptas a desenvolver o trabalho doméstico e as atividades do cuidar) ainda prevalece.

A retórica pós-feminista do consumo e da meritocracia também aqui se faz dialogar. O discurso institucional português tem-se focado à consagração do livre-mercado e à validade das medidas de austeridade, apresentando-as tanto como um processo natural e vantajoso para a recuperação económica como inevitável. Essa narrativa assertiva, parte de uma engrenagem que movimenta a indústria do consumo, apela para noções de conquista individual, pela via da meritocracia, desvinculadas das ações do Estado — noções que, por sua vez, são amplamente valorizadas pelo mercado neoliberal. A retórica da meritocracia acaba então por ocultar as obrigações inerentes ao Estado.

Nesta ofensiva ideológica, se fortalece o que Muñoz e Madroño chamam de “rede de segurança para os pobres” (2011, p. 121), ou como denomina Boaventura de Sousa Santos, a “sociedade-providência” (2011, p. 74). Esta, somada à economia informal, tornou-se um “modo específico de formação de rendimentos e em particular o peso dos rendimentos não-salariais nas famílias” (Santos, 2011, p. 74) face ao agravamento socioeconómico pós-*Troika*. Em Portugal, esta particularidade do modelo económico neoliberal tem sido cada vez mais concreta e recorrente, uma vez que o estado-providência, ineficiente e incapaz de subsidiar as despesas sociais, nomeadamente em tempos de crise, obriga os sujeitos a recorrer a políticas familiaristas e assistencialistas. O que nos permitiria trazer em evidência, portanto, que quanto mais precário e deficitário se apresentar o estado-providência, mais presente é a sociedade-providência. Novamente aqui a autonomia das mulheres é posta em causa, uma vez que o reforço do seu papel subsidiário da família, nos termos da sociedade-providência compromete a desvinculação da esfera doméstica, do trabalho não-remunerado e de áreas-chave da cidadania.

No caso concreto de Portugal, o que explica parte deste panorama, para além da crise⁸ em si, é a própria diluição do estado social em função das medidas de ajuste e de cortes públicos adotadas durante o período de governação da *Troika* no país. Ao deixar de intervir na regulação económica, o Estado sobrecarrega a sociedade-providência, fragilizando, assim, uma das molas-propulsoras da economia de mercado, da sociedade e da base de rendimento familiar: as mulheres. Santos (2011, pp. 76-77) corrobora este argumento: “todos os cortes nas despesas sociais do Estado representam sobrecarga para a sociedade-providência e sobretudo para as mulheres, que são consabidamente as grandes artesãs da sociedade-providência”.

⁸ A crise no mercado de trabalho e o conseqüente endividamento das famílias têm causado, em Portugal, um impacto direto no modelo de subsistência familiar, reconfigurando, por sua vez, todo cenário sócio laboral do país (Santos, 2011).

Nessas transformações sociopolíticas e económicas, que têm contribuído para a delimitação das posições-de-sujeito das mulheres, há outro nível de discussão que deve ser considerado: o do discurso institucional, particularmente o mediático. Virgínia Ferreira, no artigo “Employment and austerity: Changing welfare and gender regimes in Portugal”, de 2014, defende a ideia, da qual eu partilho, de que a narrativa jornalística busca, por meio da difusão de estratégias de “combate à crise”, incentivar as mulheres a retornarem à esfera doméstica, num nítido retrocesso às questões de género⁹. Em consonância com Ferreira no que se refere à tomada de posição dos *media* na interpretação e difusão da crise e de como este trabalho contribui para a construção de uma opinião pública autculpabilizada e sem voz de resistência, estão os argumentos de Diane Negra e Yvonne Tasker. As autoras, em pesquisa realizada nos Estados Unidos, são contundentes ao defenderem que a cultura mediática tendencialmente trabalha o jogo das representações para a manutenção do *status quo* — também no que se refere às normas de género.

No fundo, o que se constata é que a normatividade de género continua a ser construída e enquadrada nos termos patriarcais, nomeadamente no âmbito económico. A análise que Diane Negra e Yvonne Tasker (2004) fazem acerca dos textos mediáticos naturalizarem as desigualdades de género, especialmente em momentos de clivagem económica, dá-nos a ideia de como o processo de genderização dos discursos jornalísticos, em convergência com as noções pós-feministas de consumo, de cultura de massa e do binómio feminilidade e masculinidade, contribuem para uma representação social ainda obtusa e polarizada de género. Um exemplo são as publicações dirigidas ao público dito “feminino”, que interpretam a recessão financeira a partir de valores neoliberais e pós-feministas e com forte apelo ao consumo. Um ideário no qual as mulheres, por sua vez, não são colocadas como sujeitos no centro das decisões sociais e das prioridades económicas, mas sim enquanto consumidoras. Aqui, o discurso assertivo de liderança e de autonomia financeira — e também de liberdade sexual —, (re)produzido pelos *media*, é paradoxal ao de uma realidade de baixos salários, de precarização, de pobreza e de desemprego. Verifica-se, portanto, que as mudanças económicas continuam a seguir as convencionais normas de género, como confirmam Negra e Tasker:

O conjunto de mulheres a aumentar a assertividade legal, educacional e económica por um lado e a disponibilidade de mão de obra feminina barata do outro garantem que as mudanças económicas sejam repetidamente enquadradas em termos das normas de género. (Negra & Tasker, 2014, p. 15)

A desigualdade de género no *status* do trabalho da qual falávamos acima, que reforça o fosso salarial e as baixas qualificações das mulheres no mercado de trabalho, bem como a própria assimetria nas relações sociais de género, vêm também determinar, por meio dos *media*, a posição-de-sujeito das mulheres numa economia em crise: na esfera

⁹ Alexandre Abreu et al. (2013, p. 9) aponta ao discurso institucional de autculpabilização dos portugueses, no qual lhes atribui um comportamento irresponsável a viver acima das suas possibilidades, um viés de omissão das reais razões que levaram a economia portuguesa ao patamar de crise.

privada, nomeadamente as que possuem baixa qualificação profissional. Isso se deve, em parte, à naturalização das desigualdades de género também (re)produzida pelos *media*. Mostrando-se sensível à questão, Ferreira argumenta que

[...] os media frequentemente optam por fontes que tenham uma certa preferência por mulheres que regressam ao lar. Tal procedimento induz à conclusão, por parte da opinião pública, de que, como o salário mal paga os cuidados infantis, o transporte e os impostos dessas mulheres, para poupar dinheiro, elas optaram por ficar em casa. (Ferreira, 2014, p. 224)

O argumento que propus no rescaldo do discurso mediático sobre a crise vem para sugerir que a relação entre as dinâmicas laborais que hoje são desenhadas no contexto português e a fragilização do exercício dos direitos sociais de cidadania é parte indissociável de um processo de construção de significados em que se determinam as posições-de-sujeito e categorizam as relações de poder. Neste processo, a imprensa, nomeadamente a dirigida ao público dito “feminino”, vem para consolidar tais construções sociais da diferença, com uma significativa desvantagem para as mulheres, num momento em que a realidade dos fatos se confirma pela profunda acentuação das desigualdades sociais entre as mulheres (Negra & Tasker, 2014).

Assim, as construções negativas que os *media* e o mercado operacionalizam com relação às mulheres tanto reflete uma acentuação da vulnerabilidade laboral no país como um *modus operandi* alheio às políticas de inclusão de género. Tais mecanismos, com fortes características neoliberais de protecionismo institucional e de exclusão sócio-laboral (Madroño & Muñoz, 2011), geram, por seu turno, um retrocesso significativo nas políticas de concertação social e, particularmente, no percurso de luta pela igualdade nas relações de género, inclusivamente no seio da construção das instituições sociais. Neste sentido, e considerando a profunda e histórica assimetria de género presente nas relações económicas, familiares e produtivas, a vulnerabilidade e a não participação das mulheres no espaço público acentuam-se.

Ao pensar sobre a presença das mulheres no modelo liberal de hoje, nesta perspectiva de impulsioná-las — e de representá-las num papel secundário — dentro e fora do mercado de trabalho em resposta às alterações económicas, tornar-se-á cada vez mais evidente como o processo de segregação no qual as mulheres estão historicamente inseridas pode ser o escopo para o entendimento das diferenças de género no impacto das alterações macroeconómicas. No fundo, importa observar esta segregação como mais um reforço das normas tradicionais e estanques de género de (de)limitar a posição-de-sujeito das mulheres. Mas, acima de tudo, observar como este novo *modus operandi* tem implicado uma profunda transformação das relações sociais de sexo/género, sobretudo em contextos de crise. Assim, é notório que a austeridade marginaliza a posição-de-sujeito das mulheres na sociedade, subordinando e oprimindo-as, “e pode provocar uma reação ideológica de retrocesso, favorecendo um retorno a papéis tradicionais de género” (Karamessini, 2014, p. 14).

RECOMENDAÇÕES FINAIS

Neste âmbito, talvez seja útil para as novas dinâmicas laborais que se apresentam hoje num contexto de profunda recessão económico-financeira, difundirmos, de forma efetiva, o princípio da transversalidade de género, tanto na organização como na definição de políticas. Como sublinham Madroño e Muñoz (2011, p. 128) “a implementação e a execução de leis pressupõe que se aborde e que se combata de maneira eficaz a multidimensionalidade da discriminação de género”. Útil também seria a abertura para um processo de crítica contundente da evolução das relações de género no seio das instituições sociais (Rubery, 2014), sobretudo por meio dos *media*.

Tanto a austeridade como as atuais políticas públicas estão a reforçar os mesmos mecanismos falhados que impulsionaram a crise económica num primeiro momento (Karamessini & Rubery, 2014) e estão a representar um verdadeiro desafio para as políticas de igualdade de género. Isso porque a crise com que hoje muitas economias se confrontam tem sido um viés ideológico, especialmente por parte de setores da frente nacionalista e de direita, para o silenciamento do debate político em torno dessas questões, particularmente no que toca aos direitos das mulheres e de outros grupos ditos “minoritários”, como os/as imigrantes. Como confirmam Negra e Tasker, tal recessão representa uma oportunidade para “obscurecer ou deslegitimar, por parte das ‘feministas’ de direita, as preocupações de organizações de defesa dos direitos das mulheres em torno da igualdade de géneros” (2014, p. 22).

Neste sentido, ao se problematizar a precariedade nos termos da corrente austeridade, devemos ter em conta que há fatores negativos que decorrem fundamentalmente do próprio ideário neoliberal, gerador, por si só, de um profundo processo de desigualdade económica e social — agravando, assim, toda uma construção social historicamente baseada na diferença. Corroboram novamente para este argumento Madroño e Muñoz: “as políticas de igualdade, por mais desenhadas que estejam, não cabem em um modelo macroeconómico de políticas deflacionistas, tais como aquelas que estão sendo desenvolvidas na actualidade e que são geradoras da desigualdade” (2011, p. 128). São políticas de igualdade que conferem à austeridade, em constante expansão, a priorização de medidas que anulem os interesses em torno da evolução das relações de igualdade de género.

Ao longo dos três anos de cumprimento do programa de ajustamento económico e fiscal em Portugal, governo e *Troika* falharam ao não ter em conta as implicações que uma crise económico-financeira desta envergadura traria para a posição-de-sujeito de homens e de mulheres, numa economia essencialmente patriarcal, ortodoxa e sujeita aos desmandos neoliberais e eurocentristas. Logo, a meu ver, deve-se ter em conta, ao fim dos três anos de governação não-sufragada pela população (Abreu et al., 2013), políticas públicas que efetivamente contemplem as perspectivas de género. Sobretudo para que a economia portuguesa finalmente possa crescer com justiça social, contrariando a lógica dicotómica de dominação/subjugação que continua a definir as relações sociais.

REFERÊNCIAS

- Abreu, A. (2013). *A crise, a troika e as alternativas urgentes*. Lisboa: Tinta da China.
- Bento, A. (2013). *Relatório da Campanha Feminista Anti-Austeritária*. Documento organizado pela UMAR (União Mulheres Alternativa e Resposta) e apresentado no I Encontro Nacional da Iniciativa por uma Auditoria Cidadã “As crises não pagam dívidas”. Texto policopiado.
- Casaca, S. (2012). *Mudanças laborais e relações de género: Novos vetores de (des)igualdade*. Lisboa: Almedina.
- Ferreira, V. (2014). Employment and austerity: Changing welfare and gender regimes in Portugal. In M. Karamessini & J. Rubery (Eds.), *Women and Austerity: The Economic Crisis and the Future for Gender Equality* (pp. 207-227), Nova York: Routledge.
- Floro, M. & Dymski, G. (2000). Financial crisis, gender and power: An analytical framework. *World Development*, 28 (7), 1269 – 1283.
- Fraser, N. (2009). O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, 14, (2), 11-33.
- Karamessini, M. (2014). Women’s vulnerability to recession and austerity: a different crisis, a different context. In M. Karamessini & J. Rubery (Eds.), *Women and Austerity: The Economic Crisis and the Future for Gender Equality* (pp. 03-16), Nova York: Routledge.
- Muñoz, L. & Madroño, P. (2011). La desigualdade de género en las crisis económicas. *Investigaciones Feministas*, 2, 113-132.
- Negra, D. & Tasker, Y. (2014). *Gendering the recession: Media and culture in a Age of Austerity*. Londres: Duke University Press.
- Reinharz, S. (1992). Feminist content analysis. In S. Reinharz *Feminist Methods in Social Research* (pp. 145-163), Oxford: Oxford University Press.
- Rubery, J. (2014). From ‘women and recession’ to ‘women and austerity’: a framework for analysis. In M. Karamessini & J. Rubery (Eds.), *Women and Austerity: The Economic Crisis and the Future for Gender Equality* (pp. 17-36), Nova York: Routledge.
- Santos, B. (2011). *Portugal: ensaio sobre a autoflagelação*. Coimbra: Almedina.

Juliana Mello Souza é licenciada em Ciências da Comunicação e Mestre em Jornalismo e Estudos Mediáticos/Universidade Nova de Lisboa. Doutoranda pelo programa de Pós-Graduação em *Linguagens e Heterodoxias: História, Poética e Práticas Sociais* (CES) e bolseira pela FCT no âmbito da Bolsa de Doutoramento com a referência SFRH/BD/72415/2010.

E-mail: jmellosouza@gmail.com

Universidade de Coimbra, CES Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal

* **Submetido: 16-02-2015**

* **Aceite: 20-04-2015**

THE GENDER OF RECESSION: WHEN NEOLIBERAL MANAGEMENT MODELS AND ECONOMIC POLICIES DEFINE WOMEN'S SUBJECT-POSITION

Juliana Souza

ABSTRACT

This paper is aimed to discuss how the non-inclusion of public policies addressing gender relations in Portugal, during the current financial crisis, can determine the severity of the impacts not only of economic contraction, but also of an entire social dynamics for women – and for those other said minority groups. In this sense, it also seeks to understand how this neoliberal economic structure, gendered and patriarchal in its essence, has affected women in a considerable way. Thus, in defining its decisive agents within the economic fabric, Portugal's interventionist economy does not place women as subjects in the centre of social decisions and economic priorities.

KEYWORDS

Economic crisis; gender relations; women studies

INTRODUCTION

After just over four years of austere experiment in the country, with the intervention of the International Monetary Fund along with what would end in the implementation of a structural adjustment program, the reality of facts seems to indicate – at least in a short term – a paradigmatic change in this new economic model of Portugal. Contrarily to the evidence sustained by the institutional discourse, the “expansionary austerity” panorama is complex and presents no predictable outcome, since the economic contraction in the country, aggravated by fiscal adjustment policies, changed an entire social reality, especially in economic sectors where women are inserted.

In these times, the development models of gender regimes eventually reflect the processes of exclusion and integration of women, not only in the productive economy and in institutional models of labour market management, but also in the evolution within the family core, in pension and social protection systems, and in the social gender relations in particular. Considering a time of economic cleavage, as it is for this one witnessed in Portugal, such models, when associated with a liberal logic of management of the economy in which the Welfare State and austerity weaken social rights – particularly in countries of little tradition of social dialogue on the organization of labour – interfere greatly in gender relations, contributing to the definition of subject-positions in society.

Several factors can explain this gender asymmetry in the economic organization of capitalist societies. One relates to the historical dichotomy, in which social relations

of production and reproduction grant the role of production to masculinity whereas the reproduction roles are left to the femininity. This patriarchal logic of domination/subjugation, in which political and economic inequalities experienced by women reaffirm patterns for the construction of both femininity and masculinity (Reinharz, 1992, p. 147), settle the social construction of difference, in which women come out in clear disadvantage. Another factor is due to the exclusion of management models based on services and public policies that address gender relations. Failing to incorporate such models can determine the severity of impacts not only of an economic contraction, but also of an entire social dynamics, as in labour relationships for example.

As a consequence of these asymmetric relations, economic and social inequities and current labour dynamics, aggravated by the financial crisis, are being felt in several fronts: in the labour force, endangering female workers' labour-bond relations; in the sexual segregation of various sectors in the Portuguese labour structure – also due to the historical gender inequality in job *status*; in unemployment, lasting last for longer periods of time; in the increased incidence of poverty; in the significant growth of unpaid work, partly due to the cuts in the State's social transfers, etc. Such inequalities also put the women's economic and symbolic independence into question (Casaca, 2012; Fraser, 2009), as well as their democratic representation in public life and their representation as a productive force.

Under such terms, the neoliberal capitalism regime, increased with the eruption of the global financial system collapse in 2008, has intensified pre-existing and polarized gender rules and roles (Negra & Tasker, 2014), contributing to a setback in both policies and the path for the modernization of gender-equality relations, including in the construction of social institutions.

In rethinking genre as a socially-constructed practice, the macroeconomic framework of a country, which is part of this same process of social constitution, contributes to the determination of subject-positions in several economies by defining its decisive agents within the economic fabric. They are power structures that underlie gender representations in contemporary society, like the configuration and division of labour and social transfers itself, where one still verifies asymmetries – women's segregation and social vulnerability are instances to be marked.

In convergence with the most recent analysis based on the triad gender, recession and austerity, one draws the hypothesis that the impact of the financial recession varies depending on the interactions among gender relations, the institutions and the chosen adjustment mechanisms, with special focus on an economy in recession, such as Portugal's. This means to say that the exclusion or inclusion of management models, based on public policies that address gender relations, can determine the severity of impacts not only of an economic contraction but also of a whole social dynamics (Rubery, 2014). Therefore, the contribution of this paper is to identify how gender differences in the Portuguese economic architecture are accentuated in times of deep economic recession like this current one. In order to do so, it attempted to observe and analyse the impact of the neoliberal tripod "privatization, flexibilization and austerity" (Abreu et al., 2013) on women's everyday life.

In particular, this analysis also enables to perceive how the “language of crisis”, appropriated by means of social communication, can be observed and interpreted as a social phenomenon that involves, in its *modus operandi*, both the control/power structures and the identity logics of a patriarchal consumer society. This exercise in turn contributes to identify and analyse the possible impact that gender divisions and stereotypes cause in the way women are seen in Portuguese society, currently driven by the financial market.

The starting point was the intuition that the understanding of gender relations in the current scenario of crisis would consequently imply in an intense everyday experience: the neoliberal economic structure is gendered and patriarchal in its roots (Muñoz & Madroño, 2011).

1. FROM THE DILUTION OF THE WELFARE STATE TO THE PRECARIOUSNESS OF LABOUR RELATIONS

According to what is seen in the Portuguese context, the long-term crisis occurring along the last four decades consolidated countless economic and social boundaries, especially in the labour fabric. Particularly in this sector, a gender occupational segregation with clear disadvantages to women was established. Such reality resulted partly from a historical naturalization of the subordination process of women's position in society. This secondary position is related both to the “division between men and women in the labour market” (Muñoz & Madroño, 2011, p. 116) and the responsibilities undertaken by both genders regarding housework and the unpaid care.

The Portuguese labour market, both in its structure and dynamics, represents an important indicator of how these gender-relations are configured in today's economy. With the economic downturn, aggravated by the obligation to comply with the criteria established in the Memorandum of Understanding agreed with *Troika*, one is able to point some of the main impacts on women's everyday life in Portugal: the expansion of women's informal economy and more precarious forms of employment (Ferreira, 2014); greater weakening of contractual relations, job insecurity, involuntary part-time work, unemployment and long-term unemployment (Casaca, 2012, p. 2); professional stagnation, deterioration of women's labour market (Ferreira, 2014); loss or reduction in social transfers and risk of poverty. In this scenario, women's unemployment and risk of poverty make one of the greatest social scourges to women, mainly because they are inserted in a profoundly gendered macroeconomic architecture. Such gender asymmetries, inherent to a patriarchal model, make it impossible for women to occupy symmetric spaces and perform symmetric duties regarding the opposite sex, not only in a moment of economic downturn, but also in a moment of economical expansion/recovering.

In discussing the economic crisis and the impact that strikes women's workforce, it is necessary to consider that the economy, particularly in these moments of political and economic cleavage, is anchored in a particular fluidity of bonds while hiring workforce. So, in addition to cuts in social expenses, market liberalization and the subsequent flexibilization in labour relations (Casaca, 2012; Muñoz & Madroño, 2011) allowed

companies to work in conformity with market demand, employing according to the available resources and flexibility (Rubery, 2014).

Based upon the analysis that Marxist feminist theories make on class struggle, Lina Muñoz and Paula Madroño (2011, p. 117) seek to demonstrate that, due mainly to the market fluidity and labour bonds that unfold thereof, women constitute a potential workforce reserve, available anytime and mobilized according to labour market demands. In other words: hired in times of economic boom and dismissed during recessions – largely due to the *harmful flexibility*¹ stated by Sara Falcão Casaca (2012, p. 41). In this context, women were always attributed the role of “reserve army” in the functioning of the market economy².

In Portugal, as highlighted by Casaca, such “strategy takes special relevance in the Portuguese business community, where competition strategies, fundamentally oriented to cost-reduction, are predominant” (2012, p. 40), resulting in turn in an increase in flexible forms of employment. With the State’s more evident retraction, especially by means of reduced levels of protection and social transfers, more flexible labour modalities have become a market rule.

On the issue of social transfers, it is important to consider that well-being and social protection levels still represent an effective way of women’s social integration, both in the labour market and in the public sphere. With the retraction of the State and subsequent cuts in social support, social and labour marginalization of women is established, compromising systematically in this cycle their economic, financial and political autonomy (Karamessini & Rubery, 2014; Muñoz & Madroño, 2011). As it is documented in the *Feminist Campaign’s Anti-Austerity Report* (RCFAA), of 2013³:

cuts in the State’s social expenses presuppose the increase in housework and non-paid care, generally left to women [...] this lack of resources means a lack of power that makes vulnerable, subordinates, oppresses and prevents access to active and full citizenship. (RCFAA, 2013, pp. 5-6)

Therefore, the absence of public policies that converge to gender equality becomes crucial for the aggravation of the social crisis, mainly in years of austerity. Such policies, as illustrated by Rubery (2014, p. 32), “are designed to encourage women to either abandon the labour market or dedicate themselves to positions with more flexible labour bonds and lower wages”.

¹ The neoliberal perspective on flexibilization of economies as a solution for difficulties in business competitiveness, as well as in the State itself, alongside the proposition to boost the economy as a whole, follows what Sara Falcão Casaca defines as *harmful flexibility*, a practice founded on low wage costs, precarious, instable and insecure employment at the core of labour relations. In Portugal’s case, the tendency to apply this modality of flexibility – the *harmful one* – has increased, once the country, in a process of “expansionist austerity” (Abreu et al., 2013) has adopted policies of strong fiscal restraint, especially in the reduction of State’s expenses and with the aforesaid sequent cuts in social support.

² Muñoz & Madroño complement this issue on flexible workforce: “women are the ones who supply a greater degree of flexibility in the informal economy when interacting with the formal one” (2011, p. 117).

³ A document organized by UMAR (‘Alternative and Response’ Women’s Union), presented at the 1st National Meeting of the Initiative for a Citizen Audit “Crisis do not pay debts”, in 2013.

And that is not all. Gender inequality at labour *status* turns out to be another worrying aspect in women's financial and economic autonomy, especially in times of austerity. This stems fundamentally from the fact that both the dominant political speech and company practices still support and perpetuate the ontologically constructed idea that women are more likely to undertake certain types of work and positions, such as those of care, teaching and obviously homemaking. This social construction of difference creates asymmetries and profound impacts on women's everyday labour. Lack of acknowledgement in the labour market itself and asymmetrical distribution of salaries, as well as women's low levels of professional qualification, are some of the impacts to be highlighted. These factors eventually contribute even more for the consolidation of an obtuse understanding around the bipolarity of gender roles.

Beyond such asymmetry, it verifies another trend increased by the crisis, mainly through a necessity to diversify income sources in the family core: the feminization of professions or gender occupational segregation. In other words, there are more and more women performing jobs of a feminine trait that contribute to the consolidation of gender roles, such as service sectors, education and care taking. According to the National Institute of Statistics (INE) 2011's data, women are overrepresented by 71% in personal and social services.

Work feminization rate might also be another important indicative when analysing labour dynamics and gender relations. If it starts from the presupposition that the macroeconomic architecture is gendered in its foundational basis, interfering profoundly in gender relations as a consequence, employment flexibility falls "fundamentally onto the female workforce" (Casaca, 2012, p. 25). This phenomenon amplifies even more the gap and asymmetry in labour and gender relations, consolidating both the "traditional social representations and the very asymmetry in the division of non-paid work" (Casaca, 2012, p. 33). Therefore, the greater gender asymmetry in labour flexibility is, the greater the rate of work feminization (as well as part-time work). Still in accordance to INE, it is important to highlight that 61.4% of Portuguese male and female workforce is in the service sector. Thus, if the work-flexibilization trend is more present in this sector, majorly comprised of women, the probability women are more subject to more precarious and vulnerable work relations is greater when compared to men's.

Consequently, the labour vulnerability⁴ in an economy is also related to the implementation or not of public policies contemplating gender relations in society as a whole. It is so, because "active policies of employment provide higher levels of protection to the involved individuals" (Casaca, 2012, p. 28) entitling workers to be awarded with social and fiscal protectionist benefits, thus preventing precariousness. The neoliberal policies to make labour relations flexible, where part-time work regime is a conditional, stand in an opposing direction thereto. They are numerically flexible, yet intensive jobs, which ease their adjustment according to the demand (Rubery, 2014)⁵. That means: ease of dismissal.

⁴ Such vulnerability is resulting mainly from a process of economy liberalization, in which the flexibilization of labour relations aims at lowering costs on work staff; yet, mainly where workers are regulated both on cost management and according to market demand.

⁵ The nomenclature commonly used in the United States to this type of work is *buffer jobs* (Rubery, 2014).

Precariousness and loss of jobs also present an accentuated gender-asymmetry during times of economic contraction. As pointed by Jill Rubery (2014), Maria Karamessini (2014) and Virgínia Ferreira (2014), the degree of vulnerability/impact in a context of strong economic rupture is perceived more distinctly by social groups, due to gender differences in the economic architecture. So, there are sectors which are more affected than others during the stages of an economic recession. The authors register that the initial impact of a crisis is usually felt by the masculine workforce, the dominant one. Only afterwards the effects are diluted (mostly in a more severe way) amongst the other groups. Then, sectors such as manufacture, and particularly the automobile and construction industries, two of the predominantly male sectors, suffered the main impacts in the first stage of the crisis in the Portuguese context. As to the female workforce, it felt the direct repercussions as from 2010, the period called “second stage of the crisis”, due to both the crisis itself and the governing policies. This is when sectors such as the textile, footwear and ceramist industries succumbed to the economic recession.

Such evidence strengthens many of feminist criticisms⁶ on the macroeconomic architecture and the way in which it is organized today. In displacing women – and other minorities – from the centre of economic priorities, favouring the free-market economy, the neoliberal model, patriarchal in its essence, it reinforces pre-existing gender rules (Floro & Dymski, 2000). One example is the fact that job loss is not uniform, as revealed by Ferreira (2014, p. 213), men keep losing wage work positions⁷, and women lose poorly-paid and low-skilled jobs: “Considering that men lost more jobs such as wage ones; women in turn lost more jobs as independent workers, such as unpaid family workers and employers (twice more than men)”. Also within the context of labour relations, Sara Falcão Casaca (2012, p. 16) complements this issue on the reinforcement of the pre-existing gender roles by numbering some of the reasons that lead to this process, which happens due to:

[...] differentiation between a group which benefits from job security and opportunities for professional development on one side, and on the other side, a peripheral segment that includes those who find themselves working part-time or who have a contract for services, which perform their activities through subcontracting agencies (including temporary work agencies, which have a contract for a limited term). (Casaca, 2012, p. 16)

Some social components such as flexibility of labour bonds and relations, which result from the neoliberal paradigm of market liberalization in the sector of implementation of fiscal adjustment policies, bring even more severe implications for the female population. One highlights the precarization of working conditions and social rights, because they amplify the weakening of citizenship and the neutralization of subjects’

⁶ Many of the feminist economy propositions, mainly on the focus given to the gender dimension in the crisis of the last two decades, turn out to be useful in the attempt to attribute more visibility regarding the “economic development and social inequality” in women’s everyday life, a paradigm that rather impairs women instead of protecting them.

⁷ As it is to be confirmed in the analysis of Muñoz and Madroño (2011), men resume their activities in a stage of economic recovery much easier than women. While women suffer from the most serious repercussions, such as the loss of jobs with more precarious labour relations, as it is for the cases of self-employed individuals and housemaids.

resistance. In these terms, it is important to reflect on how this conjuncture of financial recession puts into question the emancipation and representation of women in the public sphere as well, together with their representation in the democratic process.

2. THE IDEOLOGICAL OFFENSIVE OF NEOLIBERALISM AND THE MEDIA IN REINFORCING THE GENDERED DIVISION OF BOTH PUBLIC AND PRIVATE SPACES

Part of this process is due to the fact that the liberal currents of the market economy work to implement social and labour policies in which women are not covered as active subjects (Fraser, 2009) – thus, the emancipation/contesting voices are silenced. Therefore, as elucidated by Virgínia Ferreira, all this process has direct repercussions in women's economic and financial autonomy, mainly in what she defines as “triple dimensions” of autonomy: the individual, social and the political ones (2014, p. 224).

Although neoliberal economies have implemented public policies targeting to cover both men and women in a more symmetric way when accessing the labour market and social rights benefits, such as paternity-leave for example, there are ideas and procedures of a patriarchal nature that are implicit in the *modus operandi* which still block women's emancipation in all areas. Such procedures, as the asymmetries in the professional *status* and inequality of wages, act in an ambiguous way and must be sensitized and disclosed. As Ferreira explains, on one side is the State, which treats “men and women equally as producers and caretakers, but does not create the essential means that enable them to perform both activities in an adequate way” (2014, p. 211). On the other side, there is the market, which still (re)produces the ideology of the “man-provider, discriminating women in general, particularly those with family responsibilities, as well as those men who try to share family responsibilities” (Ferreira, 2014, p. 211). Looking just at the feminine universe, one's attention is called to the fact that there is always a cross idea in these two ambiguous spheres, as pointed by Ferreira: the cultural adhesion of women to the reproductive sphere (and the idea that they are more likely able to perform housework and care activities) still prevails.

The post-feminist rhetoric of consumption and meritocracy also comes into the discussion. The Portuguese institutional speech has focused on the consecration of free-market and the validation of austerity measures, presenting them both as a natural and inevitably advantageous process of economic recovery. This assertive narrative, a part of the gears that move the consumption industry, appeals to those notions of individual achievement by means of meritocracy, then unattached to actions of the State – notions that in turn are widely valued by the neoliberal market. This meritocracy rhetoric eventually hides the obligations inherent to the State.

In this ideological offensive, it is strengthened what Muñoz and Madroño call “safety net for the poor” (2011, p. 121), or what Boaventura de Sousa Santos defines as “providence-society” (2011, p. 74). In addition to the informal economy, this has become a “specific way to constitute income, in particular families' non-wage incomes” (Santos, 2011, p. 74) in face of the socioeconomic aggravation of post-*Troika*. In Portugal, this particularity

of the neoliberal economic model has been more and more concrete and recurrent, once the providence-state, inefficient and unable to subsidize social expenses, namely in times of crisis, obliges individuals to appeal to family-oriented and assistencialist policies. One is then allowed to highlight that the more precarious and in-deficit the providence-society appears, the more present it is. Once again, women's autonomy is brought into question, since the reinforcement of their subsidiary role in the family at times of providence-state impairs their releasing from the domestic environment, its non-wage working and key areas of citizenship.

In Portugal's case, one thing that explains this scenario beyond the crisis⁸ itself is the very dilution of the welfare state in function of public cuts and adjustment measures adopted during *Troika's* period of country administration. Falling to intervene in the economic regulation, the State overburdens the providence-society, thus fragilizing one of the driving forces to the market economy, society and family income basis: women. Santos (2011, pp. 76-77) confirms this argument: "all cuts in the State's social expenses represent an overburdening to the providence-society, mainly to women, who are considerably the great craftspeople in the providence-society".

In these socio-political and economic transformations, which have contributed to the delimitation of women's subject-positions, there is another level of discussion that must be considered: the new institutional discourse, particularly the one of the media. In her article of 2014 entitled "Employment and austerity: Changing welfare and gender regimes in Portugal", Virginia Ferreira defends the idea that the journalistic narrative seeks, by means of broadcasting "crisis-fighting" strategies, to incentivise women to return to the domestic environment, in a clear setback to the issues on gender⁹. The arguments of Diane Negra and Yvonne Tasker are in accordance with what Ferreira refers to as the *media's* taking sides in interpreting and broadcasting the crisis, and how this work contributes to the construction of such public self-blaming opinion without a voice of resistance. In research done in the United States, the authors strongly defend that the media culture is biased in working the game of representations to maintain *status quo* – regarding gender rules as well.

Therefore, what is verified is that gender normativity is still constructed and framed in patriarchal terms, namely in the economic field. The analysis made by Diane Negra and Yvonne Tasker (2004) on media texts that naturalize gender inequalities, especially in times of economic cleavage, provides the idea of how the process of gender-orientation in the journalistic discourses, in convergence with post-feminist notions of consumption, mass culture and the masculinity/femininity binomial, contributes to an even more obtuse and polarized social representation. One example are the publications targeting said "feminine" public, which interpret the financial recession according to neoliberal and post-feminist values, with a strong appeal to consumerism; an ideal that places

⁸ In Portugal, the crisis in the labour market and the consequential debt of families has caused a direct impact on families' subsistence model, reconfiguring in turn a whole social and labour scenario in the country (Santos, 2011).

⁹ Alexandre Abreu et al. (2013, p. 9) points to the institutional discourse of the Portuguese self-blaming, in which one attributes the Portuguese with an irresponsible behaviour for living over their possibilities, a bias that omits the real reasons which led the Portuguese economy to a level of crisis.

women rather as consumers instead of subjects at the centre of social decisions and economic priorities. This assertive discourse of leadership and financial autonomy — and also of sexual freedom —, (re)produced by the *media*, is paradoxical to a reality of low wages, precariousness, poverty and unemployment. Therefore, it is noted that economic changes still follow the conventional gender rules, as confirmed by Negra and Tasker:

The group of women to increase the legal, educational and economic assertiveness on one side and the availability of cheap women's workforce on another grant that economic changes are repetitively framed in terms of gender rules. (Negra & Tasker, 2014, p. 15)

The aforementioned gender inequality in work *status*, which reinforces women's wage gap and their low qualifications in the labour market, alongside the very asymmetry in the social gender relations, also come to determine, by means of the *media*, women's subject-position in an economy in crisis: in the private sphere, namely those who have low professional qualification. This is partly due to the naturalization of gender inequalities also (re)produced by the *media*. Sensitive to this matter, Ferreira argues that

[...] the media frequently chooses sources that have a certain preference by women who return to their homes. Such procedure induces part of the public opinion to conclude that salaries don't even pay for these women's children care, transport and taxes; therefore, they stay home in order to save money. (Ferreira, 2014, p. 224)

The argument proposed in the aftermath of media discourse on the crisis comes to suggest that the relation between labour dynamics which are drawn today in the Portuguese context, as well as the weakening of citizen's social rights, are inseparable from the process of building meanings in which one determines the subject-positions that categorize power relations. In this process, the press, namely the one targeting the so-called "feminine" public, comes to consolidate such social constructions of difference, with significant disadvantage to women, in a moment in which the reality of facts confirm a profound increase of social inequalities among women (Negra & Tasker, 2014).

Therefore, the negative constructions that the *media* and the market operationalize in relation to women not only reflect an increase in the country's labour vulnerability, but also a *modus operandi* that is oblivious to gender-inclusive policies. Such mechanisms, with strong neoliberal characteristics of institutional protectionism and socio-labour exclusion (Muñoz & Madroño, 2011), generate in turn a significant setback in policies of social concentration, and particularly in the process of struggling for equality in gender relations, including in the core of the construction of social institutions. In this sense, the vulnerability and the non-participation of women in the public sphere are increased, considering the profound and historical asymmetry of gender that is present in economic, family and productive relations.

In thinking of women's presence in today's liberal model, by this perspective of promoting them — representing them in a secondary role — inside and outside the

labour market in response to the economic changes, it becomes more and more evident how the segregation process, in which women are historically inserted, may be the scope for understanding gender differences at the impact of macroeconomic changes. It is ultimately important to observe such segregation more as a reinforcement of traditional and tight gender rules to (de)limit women's subject-position. Most importantly, to observe how this new *modus operandi* has implied in a profound transformation in social relations of sex/gender, mainly in contexts of crisis. Therefore, it is common knowledge that austerity marginalizes women's subject-position in society, subordinating and oppressing them, possibly causing "an ideological setback reaction, favouring a return to the traditional gender roles" (Karamessini, 2014, p. 14).

FINAL RECOMMENDATIONS

In this context, the effective broadcasting this gender-transversality principle, both in the organization and in the definition of policies, may be useful for the new labour dynamics which arise in a context of profound economic and financial recession. As Muñoz and Madroño highlight (2011, p. 128) "the implementation and enforcement of laws presuppose that one addresses and fights the multidimensionality of gender discrimination effectively". It would also be useful to open for a process of strong criticism on the evolution of gender relations in the core of social institutions (Rubery, 2014), mainly through the *media*.

Both austerity and current public policies reinforce the same failed mechanisms that propel the economic crisis in a first moment (Karamessini & Rubery, 2014) and they represent a true challenge to policies of gender equality. That is so, because the crisis that many economies confront today have been an ideological bias, especially by sectors of the right and nationalist fronts, for silencing of the political debate around these issues, particularly in regards to women's rights and the rights of other groups called "minority" ones, such as immigrants. As Negra and Tasker confirm, this recession represents an opportunity for the "right-wing 'feminists' to obscure and delegitimize the worries and organizations in defence of women's rights on gender inequality" (2014, p. 22).

In this sense, when problematizing precariousness in terms of the current austerity, one should take into consideration that there are negative factors resulting fundamentally from the very neoliberal ideal, which generates a profound process of social and economic inequality — thus aggravating a whole social construction, historically based on the difference. Once again, Muñoz and Madroño confirm this argument: "however designed they may be, inequality policies do not fit a macroeconomic model of deflationary policies, such as those that are being developed nowadays, generators of inequality" (2011, p. 128). Policies of inequality are the ones which provide austerity, in constant expansion, with the prioritization of measures that void the interests around the evolution of gender equality relations.

Along the three years of compliance with Portugal's economic and financial adjustment programme, government and *Troika* failed for not considering the implications that

an economic and financial crisis of this magnitude would bring to the subject-position of men and women, in an orthodox and essentially patriarchal economy that is subject to neoliberal and Eurocentric excesses. Therefore, in the end of three years of a government that was not voted by the population (Abreu et al., 2013), it must take into account public policies that effectively address gender perspectives; mainly in a way so Portuguese economy can finally grow with social justice against the dichotomous logic of domination/subjugation, which keeps defining social relations.

REFERENCES

- Abreu, A. (2013). *A crise, a troika e as alternativas urgentes*. Lisboa: Tinta da China.
- Bento, A. (2013). *Relatório da Campanha Feminista Anti-Austeritária*. Documento organizado pela UMAR (União Mulheres Alternativa e Resposta) e apresentado no I Encontro Nacional da Iniciativa por uma Auditoria Cidadã “As crises não pagam dívidas”. Texto policopiado.
- Casaca, S. (2012). *Mudanças laborais e relações de género: Novos vetores de (des)igualdade*. Lisboa: Almedina.
- Ferreira, V. (2014). Employment and austerity: Changing welfare and gender regimes in Portugal. In M. Karamessini & J. Rubery (Eds.), *Women and Austerity: The Economic Crisis and the Future for Gender Equality* (pp. 207-227), Nova York: Routledge.
- Floro, M. & Dymski, G. (2000). Financial crisis, gender and power: An analytical framework. *World Development*, 28 (7), 1269 – 1283.
- Fraser, N. (2009). O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, 14, (2), 11-33.
- Karamessini, M. (2014). Women's vulnerability to recession and austerity: a different crisis, a different context. In M. Karamessini & J. Rubery (Eds.), *Women and Austerity: The Economic Crisis and the Future for Gender Equality* (pp. 03-16), Nova York: Routledge.
- Muñoz, L. & Madroño, P. (2011). La desigualdade de género en las crisis económicas. *Investigaciones Feministas*, 2, 113-132.
- Negra, D. & Tasker, Y. (2014). *Gendering the recession: Media and culture in a Age of Austerity*. Londres: Duke University Press.
- Reinharz, S. (1992). Feminist content analysis. In S. Reinharz *Feminist Methods in Social Research* (pp. 145-163), Oxford: Oxford University Press.
- Rubery, J. (2014). From ‘women and recession’ to ‘women and austerity’: a framework for analysis. In M. Karamessini & J. Rubery (Eds.), *Women and Austerity: The Economic Crisis and the Future for Gender Equality* (pp. 17-36), Nova York: Routledge.
- Santos, B. (2011). *Portugal: ensaio sobre a autoflagelação*. Coimbra: Almedina.

Juliana Mello Souza has a degree in Communication Sciences and is Master in Journalism and Media Studies/*Universidade Nova* of Lisbon. PhD student from the Post-Graduation programme in *Languages and Heterodoxies: History, Poetic and Social Practices* (CES) and scholarship-student from FCT within Doctor's Degree Scholarship of reference number SFRH/BD/72415/2010.

E-mail: jmellosouza@gmail.com
Universidade de Coimbra, CES Colégio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado
3087, 3000-995 Coimbra, Portugal

* **Submitted: 16-02-2015**

* **Accepted: 20-04-2015**

GÉNERO E CORPORIFICAÇÃO NA SOCIEDADE MUNDIAL

Raewyn Connell

RESUMO

O feminismo contestou as ideologias de género conservadoras, realçando a construção social do género, o que suscitou o risco de tratar o género como sendo descorporificado. O género é, efetivamente, integralmente social, mas também é corporificado, dizendo respeito à forma como os corpos reprodutores entram na história da humanidade. A condução do processo de corporificação social é inerentemente política e afetada por mudanças recentes no mundo institucional. Em particular, as relações de género são reformuladas no colonialismo e na globalização pós-colonial, eles próprios processos genderizados. Na reconfiguração do poder, tem vindo a emergir um novo tipo de classe dominante, organizada à escala mundial, e a sua liderança masculinizada é articulada com patriarcados locais na nova economia. O desenfreado poder neoliberal conduz a novos níveis de mercantilização dos corpos e a novos padrões de violência de género. A resistência e a oposição também necessitarão de novas configurações políticas.

PALAVRAS-CHAVE

Género; corporificação; poder; colonialismo; globalização

Quando se chama os corpos ao debate sobre questões de género, o objetivo é, normalmente, colocar as pessoas no seu lugar. Os homens, dizem-nos, estão condenados, por força dos seus corpos, a sair para caçar mamutes, enquanto as mulheres estão condenadas, em virtude do seu, a ficar nas cavernas a fazer sapatos de bebé a partir da pele de mamute.

Estas ideias merecem ser expostas ao ridículo, mas também têm de ser levadas a sério porque possuem consequências graves. A ideia de que as mulheres são, por natureza, incubadoras não está muito longe da conceção tradicional da Igreja Católica, nem da militância muçulmana, e incentiva a adoção de medidas de controlo dos corpos das mulheres pelo Estado.

Não é, por isso, surpreendente que as feministas de segunda vaga tenham lutado regularmente contra os mitos biológicos sobre as mulheres, insistindo que o género é socialmente construído. As feministas insistiam que apreendemos os nossos papéis sexuais socialmente, com os nossos pais, com as nossas Igrejas, com os meios de comunicação de massa e com os nossos amigos e colegas. Os rapazes, ao serem ensinados a jogar futebol, aprendem agressividade; as raparigas, ao serem-lhes oferecidas bonecas, aprendem a cuidar. E aquilo que é socialmente construído pode ser socialmente reconstruído: está aberto à mudança. A sociologia e a psicologia revelam o processo de definição e aprendizagem de normas de género, enquanto a antropologia e a história revelam que diferentes sociedades produziram ordens de género diferentes.

Esse argumento desempenhou um papel extremamente importante na mudança da compreensão comum do género. Passámos aquilo que designo o horizonte da historicidade, o momento em que se compreende realmente que os nossos arranjos sociais de género não são o nosso destino imutável, pelo contrário; os arranjos sociais de género são realizados através da ação humana e, como todos os assuntos de ordem humana, pertencerão ao passado com a passagem do tempo.

Um exemplo flagrante é o da masculinidade. Nos *media* populares, vigora, atualmente, uma perspetiva generalizada de que a masculinidade está em crise. Os jornalistas e os psicólogos procuram incessantemente novos modelos de masculinidade: metrossexuais, New Lads, o Pai Cuidador, entre outros. Alguns governos desviaram fundos, no setor da educação, de programas focados nas raparigas para programas focados nos rapazes, alguns programas bons, muitos programas obscuros, porém todos eles reveladores de uma consciência de mudança subjacente.

O argumento feminista a favor da construção social do género estava incompleto, contribuindo, muitas vezes, apenas para separar um domínio imutável do corpo do domínio mutável da sociedade, o que, por sua vez, deixou margem para uma reação de direita que reafirmou a dicotomia de género. Os defensores de ideologias antifeministas procuraram uma nova justificação científica, e alguns biólogos — normalmente homens que sabem muito pouco acerca do verdadeiro mundo das relações de género — alinharam no jogo, pronunciando-se acerca do “cérebro masculino” e do “cérebro feminino”. Porém, esta reação não é induzida pela ciência; é induzida pela ansiedade social. É, parcialmente, uma ansiedade agitada pelo êxito do próprio feminismo, sobretudo entre os homens, mas também entre as mulheres. Desde a crise da dívida dos anos 80, esta ansiedade foi amplamente potenciada por outras ansiedades decorrentes da ascensão do fundamentalismo de mercado, da reformulação das economias através do ajustamento estrutural e da nova ordem económica do capitalismo global. No instável e ameaçador mundo novo do novo capitalismo desregulado, não é de admirar que alguns grupos procurem aquilo que lhes é dado como certo: uma ordem de género imutável, decretada por ordem divina ou por ordem da ciência, fixada nos corpos humanos masculinos e femininos. Essa é uma crença superficial, assente na ansiedade, mais do que no consenso cultural, mas pode ser politicamente poderosa — e algumas mulheres morrem por causa dela.

Estes problemas foram manifestamente clarificados ao longo das últimas décadas, a partir do momento em que se começou a perspetivar o género como uma estrutura social e uma característica da vida pessoal (Barbieri, 1992). O género pode ser visto, numa primeira aproximação, como o modo como a conduta, as interações e as instituições sociais se organizaram em relação à reprodução humana. Ou, por outras palavras, os processos de género são aqueles que inscrevem na história os corpos reprodutores e as diferenciações reprodutoras. Os padrões de género mudam ao longo da história, e mudam de forma significativa. Os arranjos são produzidos ativamente, em novas esferas, à medida que novos padrões vão ganhando forma. O setor da informática, por exemplo, é claramente uma área de desigualdade de género, o que constitui um aspeto importante, considerando o lugar central que ocupa nas economias do século XXI. No entanto, ainda mais o era há sessenta anos.

A *condução* dessas mudanças é, inerentemente, um processo político, e é neste processo que o poder se torna claramente visível como uma dimensão de género. A dimensão do poder das relações de género não constitui uma dicotomia marcada na qual os homens se encontram num bloco e as mulheres se encontram noutra bloco separado. Existem várias masculinidades e várias feminilidades na vida social; este é um dos principais resultados da investigação empírica de género realizada por sociólogos (ver, por exemplo, Olavarría, 2009). As relações de poder genderizadas encontram-se interligadas por um complexo terreno de instituições e processos culturais. O género não se encontra, de modo algum, isolado de outros aspetos da vida social. Por conseguinte, as transformações económicas, como a criação de economias industriais ou de redes mundiais de comércio, implicam ações de reconstrução de divisões de trabalho baseadas no género. E as grandes mudanças culturais reconstróem as ideologias de género, por vezes drasticamente.

As instituições políticas, da diplomacia internacional até à burocracia e aos processos eleitorais, possuem sempre dimensões de género. Este aspeto não era muito notório quando os membros dos gabinetes, dos exércitos e das equipas de gestão eram todos homens. Contudo, de facto, uma instituição integralmente masculina é altamente genderizada, e isso evidencia-se no momento em que entra a primeira mulher. A ascensão ao poder da primeira mulher como primeiro ministro da Austrália, Julia Gillard (2010-13), despoletou uma série de ataques misóginos de políticos, dos *media*, de manifestantes e de cartoonistas, entre outros, que não pararam enquanto o seu próprio partido não a abandonou.

Constitui, agora, um lugar comum o facto de o mundo institucional do governo, dos negócios e dos *media* ser uma cena de globalização. O termo tornou-se popular no jornalismo económico dos anos 80 como forma de descrever as estratégias das então designadas corporações multinacionais: aprovisionamento global, financiamento global e marketing global. Nos anos 90, o termo popularizou-se nas ciências sociais como forma de descrever aquilo que era normalmente considerado uma homogeneização cultural mundial inovadora e rápida. A investigação e a crítica feminista começaram pouco depois a explorar o carácter genderizado da globalização (Chow, 2003).

A maioria dos relatos de globalização minimizou as continuidades face à história inicial do imperialismo europeu e norte-americano. Paradoxalmente, os principais centros de cultura globalizada eram os antigos poderes imperiais, e as velhas desigualdades de riqueza persistiram. Com elas, surgiram os padrões de género. Investigação realizada ao longo dos últimos trinta anos no campo da história revelou claramente que a expansão imperial era um processo fortemente genderizado, e as sociedades coloniais criadas no seu encaço também eram marcadamente genderizadas (e.g. Morrell, 2001; Reid, 2007). As separações raciais modernas, um traço distintivo da história do imperialismo, foram suscitadas em estreita interação com os arranjos de género (Viveiros, 2007). A resistência ao colonialismo também assumiu formas genderizadas. Os movimentos nacionalistas baseavam-se, muitas vezes, na mobilização das mulheres, mas eram, normalmente, liderados por homens; e os regimes pós-coloniais assumiam,

frequentemente, a forma de um patriarcado revigorado (Mies, 1986). Não é, por isso, de admirar que as mulheres tenham desempenhado um papel importante na “Primavera Árabe” de 2011, numa época de diversas revoltas contra ditaduras neocoloniais no mundo de língua Árabe. O caráter genderizado da economia mundial e do sistema político contemporâneo não é, por conseguinte, acidental. Antes, resulta de uma longa tradição de relações de poder genderizadas, integradas nas estruturas institucionais das sociedades imperiais e pós-coloniais. Também resulta de uma história de luta porque nenhum destes arranjos foi instituído sem conflito.

Na nossa geração, o grupo de homens mais poderoso do mundo já não é constituído por reis, bispos ou primeiros ministros; antes, é formado por uma oligarquia corporativa internacional que paira sobre os lucros inacreditáveis do capitalismo global, responsáveis apenas para consigo mesmos. A sua ideologia neoliberal fornece o enquadramento da política pública na maior parte dos locais do mundo. Nunca existiu um grupo de governação semelhante. O seu poder e a sua riqueza são, essencialmente, a mesma coisa. Os seus líderes não são rentistas ociosos; trabalham incessantemente como gestores corporativos transnacionais, embora a uma escala de riqueza que permite a muitos dos seus familiares viverem na ociosidade. Os lucros da nova elite provêm de uma série heterogénea de setores — mineiro, petrolífero, informático, bancário, naval, imobiliário, armamento, construção, *media* — ligados através de conglomerados de estruturas corporativas, investimento em portefólios de produtos e setores financeiros cada vez mais complexos.

Isto não é moderno nem pós-moderno, não é industrial nem pós-industrial; é, antes, trans-industrial, sustentando-se na ligação ativa de setores e economias heterogéneas, em configurações que comportam um fluxo de lucro para a propriedade. Libertou-se das ideologias religiosas que, anteriormente, forneciam aos patriarcados locais a legitimação e a contenção: é profundamente secular e absolutamente implacável. O mega-rico corporativo não necessita de exercer pessoalmente o poder estatal, embora alguns dos seus membros ocasionais, como Berlusconi, optem por fazê-lo. A posição política da oligarquia global assenta, antes, noutra gama heterogénea de patriarcados locais que negociam com capital transnacional. Algumas destas elites gerem burocracias de autoritarismo, outras gerem estados pós-coloniais frágeis agregados pela violência, e outros ainda gerem estados liberais que foram implacavelmente reestruturados, até um ponto em que nenhum governo elegível se opõe aos interesses corporativos.

A liderança da oligarquia corporativa é masculinizada. Cerca de 96% dos CEO das 500 maiores empresas transnacionais são homens. Nas “listas dos mais ricos”, todos os acumuladores de grandes fortunas no ativo são homens; as mulheres surgem nestas listas quando herdarem riqueza. Algumas das elites locais de apoio são patriarcados absolutistas: os sauditas, os chineses, os russos. Outros são patriarcados modificados, nos quais as mulheres individuais podem conquistar poder institucional, mas as mulheres em geral não.

A dinâmica que diferencia a era neoliberal do capitalismo social e das estratégias de desenvolvimento de industrialização de substituição das importações (isto é, a estratégia CEPAL) é a expansão incessante da esfera do mercado, esmagando as diferentes lógicas

que anteriormente caracterizavam o estado, a religião, a vida comunitária e a pessoa. Todas elas encontram-se, agora, colonizadas por forças de mercado e reorganizadas de modo a produzir lucro ou a sustentar a obtenção de lucro. Os corpos não são regulados — o que não é novo — mas sim colonizados e sondados relativamente ao seu potencial de lucro. De onde decorre a recolha de órgãos e de tecidos para saúde privada, a corporativização dos alimentos, e, claro, a mercantilização da morte, através da indústria de armamento e da despesa militar que, milagrosamente, sobreviveu ao fim da guerra fria. A uma larga escala, decorre uma colonização/mercantilização dos corpos das mulheres como corpos trabalhadores, corpos sexuais e corpos reprodutores (Harcourt, 2009).

Existe, atualmente, investigação em curso em diversas partes do mundo em vias de desenvolvimento sobre as novas estratégias capitalistas que passaram a ser resumidas como “neoliberalismo” (Connell & Dados, 2014). O neoliberalismo não é mundialmente homogéneo e os seus efeitos sobre o género são complexos. A agricultura de exportação do Chile, ampliada através da estratégia de vantagem comparada do neoliberalismo, arrastou muitas mulheres rurais para o trabalho pago pela primeira vez e perturbou o patriarcado doméstico. O trabalho doméstico transformou-se numa indústria de exportação. As mulheres filipinas e indonésias tornaram-se o ganha-pão das suas famílias como criadas, empregadas domésticas e na assistência a crianças e a idosos, no sudeste e leste asiático, bem como nos estados do Golfo. A brutal reestruturação neoliberal e as tensões sociais criadas através da emigração laboral, das elites predadoras, da falta de infraestruturas e do comércio internacional — quer legal, quer ilegal — pode criar violência social com a natureza devastadora como aquela que se registou no norte do México (Cruz, 2013). Também a violência internacional assumiu novas formas genderizadas. Os governos “ocidentais”, nomeadamente os dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, e os seus apoiantes, como o império jornalístico e televisivo de Murdoch, fizeram, regularmente, da emancipação das mulheres dos regimes misóginos uma justificação para as intervenções militares em países muçulmanos, nomeadamente no Afeganistão e no Iraque. As mulheres estão quase totalmente ausentes dos centros de decisão económica e militar de topo dos países responsáveis por essas intervenções. As invasões são acompanhadas pela construção retórica de uma imagem de masculinidade forte e protetora por parte dos líderes políticos (Messerschmidt, 2010). A ironia inerente ao facto de homens de diferentes regimes patriarcais se matarem mutuamente em nome dos direitos das mulheres é quase insuportável.

Como é que a nova estrutura de poder global pode ser derrubada? Tendo em conta a sua heterogeneidade, não existe um método privilegiado para a enterrar; só pode haver alianças e esse facto exige uma ética de inclusão, não de exclusão. As vanguardas estão obsoletas; um feminismo purificado, no mundo contemporâneo, irá impor os seus próprios limites. São necessários feminismos impuros! E centrífugos nesta matéria. Se a dinâmica do patriarcado global é, agora, integração e consumo, a dinâmica de oposição consiste na mobilização nas periferias, na inspiração em mulheres dos sindicatos, nos movimentos de mulheres indígenas, nos movimentos de direitos fundiários e noutros movimentos sociais menos conhecidos dos círculos das elites da metrópole.

Gostaria de terminar com uma observação sobre a política global do trabalho intelectual feminista (Connell, 2014). Os conceitos e as análises sobre gênero que circulam internacionalmente são provenientes sobretudo de gente pensadora do Norte global. É aqui que se encontra a maior parte do financiamento, o trabalho especializado e o apoio institucional à investigação sobre gênero. O Norte global, enquanto parte integrante de uma longa tradição de divisão global do trabalho é, também, a origem de quase todas as *teorias* de gênero com circulação internacional, o que representa um problema, uma vez que os enquadramentos intelectuais resultam da experiência social nas regiões de onde vêm e onde trabalham as mentes estudiosas, quando a maioria da população mundial vive noutras partes do mundo e possui uma experiência histórica e social diferente.

Estabelecer a ligação entre diferentes experiências feministas de todo o mundo, e estabelecer a ligação entre diferentes abordagens conceituais, é difícil, mas tem-se vindo a tentar (Bulbeck, 1998). Educarmo-nos a nós próprios nesta matéria significa reconhecer uma história do pensamento mais vasta sobre o gênero, incluindo pioneiros como Kartini (2005), nas Índias Orientais Neerlandesas, ou He-Yin Zhen, na mais recente China imperial; significa prestar muita atenção a poderosas teóricas de gênero recentes como Fatima Mernissi (1985), em Marrocos, Heleieth Saffioti (1969), no Brasil, e Bina Agarwal (1994), na Índia. É a partir destes recursos mais ricos que se pode construir uma compreensão mais adequada de gênero e de corporificação, poder e resistência a uma escala mundial.

REFERÊNCIAS

- Agarwal, B. (1994). *A field of one's own: gender and land rights in South Asia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barbieri, T. de. (1992). Sobre la categoría género. Una introducción teórico-metodológica. *Revista Interamericana de Sociología*, 6, 147-178.
- Bulbeck, C. (1998). *Re-orienting western feminisms: women's diversity in a postcolonial world*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Chow, E. Ngan-ling. (2003). Gender matters: studying globalization and social change in the 21st century. *International Sociology*, 18 (3), 443-460.
- Connell, R. (2014). Rethinking gender from the South. *Feminist Studies*, 40 (3), 518-539.
- Connell, R.; Nour D. (2014). Where in the world does neoliberalism come from? The market agenda in southern perspective. *Theory and Society*, 43 (2), 117-138.
- Cruz Sierra, S., (Ed.) (2013). *Vida, muerte y resistencia en ciudad Juárez*. Tijuana/México D. F.: El Colegio de la Frontera Norte/Juan Pablos Editor.
- Harcourt, W. (2009). *Body politics in development: critical debates in gender and development*. Londres: Zed Books.
- Hyde, J. S. (2005). The gender similarities hypothesis. *American Psychologist*, 60 (6), 581-592.

- Kartini. (2005). *On feminism and nationalism: Kartini's letters to Stella Zeehandelaar, 1899-1903*. Clayton: Monash University Press.
- Mernissi, F. (1985). *Beyond the veil: male-female dynamics in modern muslim society*. Revised edition. Londres: Saqi Books.
- Messerschmidt, J. W. (2010). *Hegemonic masculinities and camouflaged politics: unmasking the Bush dynasty and its war against Iraq*. Boulder: Paradigm Publishers.
- Mies, M. (1986). *Patriarchy and accumulation on a world scale: women in the international division of labour*. Londres: Zed Books.
- Morrell, R. (2001). *From boys to gentlemen: settler masculinity in colonial Natal 1880-1920*. Pretória: University of South Africa.
- Namaste, V. (2005). *Sex change, social change: reflections on identity, institutions, and imperialism*. Toronto: Women's Press.
- Olavarría, J. (Ed.) (2009). *Masculinidades y globalización: trabajo y vida privada, familias y sexualidades*. Santiago, Red de Masculinidadi/es Chile: Universidad Academia de Humanismo Cristiano and CEDEM.
- Reid, K. (2007). *Gender, crime and empire: convicts, settlers and the state in early colonial Australia*. Manchester: Manchester University Press.
- Saffioti, H. I. B. (1978) [1969]. *Women in class society [A mulher na sociedade de classes]*. Nova York: Monthly Review Press.
- Viveros Vigoya, M. (2007). De diferencia y diferencias. Algunos debates desde las teorías feministas y de género. In LG Arango and Y. Puyana (Eds), *Género, Mujeres y Saberes en América Latina* (pp. 175-190). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

Raewyn Connell é Professora Emérita na Universidade de Sydney, e uma das principais cientistas sociais da Austrália. Os seus livros mais recentes são *Southern Theory* (2007), dedicado ao pensamento social no mundo pós-colonial; *Confronting Equality* (2011), sobre política e ciências sociais; e *Gender: In World Perspective* (3.^a ed., com Rebecca Pearse, 2015). Entre outros livros de que é autora, encontram-se *Masculinities*, *Schools & Social Justice*, *Ruling Class Ruling Culture*, *Gender & Power* e *Making the Difference*. O seu trabalho foi traduzido para dezoito línguas. Lecionou em universidades de diversos países, em departamentos de sociologia, ciências políticas e educação, e é membro de longa data do movimento trabalhista e do movimento pacifista. Para mais informações, consultar o seu website www.raewynconnell.net.

E-mail: raewyn.connell@sydney.edu.au

Faculty of Education & Social Work University of Sydney, NSW 2006, Austrália

GENDER AND EMBODIMENT IN WORLD SOCIETY

Raewyn Connell

ABSTRACT

Feminism contested conservative gender ideologies by emphasising the social construction of gender; but this risked treating gender as disembodied. Gender is indeed fully social, but it is also embodied; it concerns the way reproductive bodies enter human history. The steering of the process of social embodiment is inherently political; it is affected by recent changes in the institutional world. Notably, gender relations are re-shaped in colonialism and post-colonial globalization, themselves gendered processes. In the reconfiguration of power, a new kind of ruling class, organized on a world scale, has been emerging; its masculinized leadership is articulated with local patriarchies in the new economy. Unrestrained neoliberal power leads to new levels of commodification of bodies and new patterns of gendered violence. Resistance and opposition will also require new political configurations.

KEYWORDS

Gender; embodiment; power; colonialism; globalization

When bodies are brought into debates on gender issues, it is usually to put people in their places. Men, we are told, are urged by their bodies to be out hunting mammoths, while women are condemned by ours to sit in caves knitting baby shoes from mammoth fur.

These ideas deserve to be ridiculed. But they also have to be taken seriously, because they have serious consequences. The idea that women are by nature incubators is not far below the surface of conventional thinking in the Catholic Church, as well as Islamist militancy, and drives state controls imposed on women's bodies.

It's not surprising then that second-wave feminists often fought against biological myths about women by insisting that gender is socially constructed. Feminists insisted that we learn our sex roles socially, from our parents, churches, mass media and peer groups. Boys learn aggressiveness by being taught football, girls learn nurturance by being given dolls. And what is socially constructed can be socially re-constructed – it is open to change. Sociology and psychology reveal the process of defining and learning gender norms, while anthropology and history reveal that different societies have produced different gender orders.

That argument was profoundly important in changing the common-sense understanding of gender. We have passed what I call the horizon of historicity, the moment when it is deeply understood that our gender arrangements are not our unchanging fate. Rather, gender arrangements are achieved by human action; and like all things human, they will in the storm of time pass away.

A striking example is provided by masculinity. In the popular media there is now a widespread view that masculinity is in crisis. Journalists and psychologists restlessly search for new models of masculinity: Metrosexuals, New Lads, the Caring Father, and more. Some governments have diverted education funds from programmes for girls to programmes for boys: some good programmes, many dismal ones, yet all revealing an underlying awareness of change.

The feminist argument for the social construction of gender was incomplete. Often it simply walled off an unchanging realm of the body from the changing realm of society. And this left space for a right-wing reaction which has re-asserted gender dichotomy. Anti-feminist ideologues have searched for a new scientific justification, and there are some biologists - usually men who know little about the real world of gender relations - who play along, making pronouncements about "the male brain" or "the female brain".

But this reaction is not driven by science. It is driven by social anxiety. Partly by anxiety stirred up by the success of feminism itself. Anxiety arises mainly among men, though also among women. Since the debt crisis of the 1980s, this anxiety has been massively amplified by other anxieties, that grew from the rise of market fundamentalism, the re-shaping of economies by Structural Adjustment, and the new economic order of global capitalism.

In the unstable and threatening new world of the new deregulated capitalism, it is not surprising that some groups reach for what they are told is certain: an unchanging gender order, God-ordained or Science-ordained, fixed in male and female human bodies. That is a shallow belief, built on anxiety rather than cultural consensus, but it can be politically powerful - and some women die because of it.

These problems have been greatly clarified in the last few decades, as it has come to be understood that gender is a social structure as well as a feature of personal life (Barbieri, 1992). Gender can be seen, in a first approximation, as the way social conduct, interactions and institutions become organized in relation to human reproduction. To put it another way, gender processes are those that bring reproductive bodies and reproductive distinctions into history. Gender patterns change historically, and change in major ways. Gender arrangements are actively produced, in new arenas as new institutional patterns come into existence. The computer industry, for instance, is notoriously gender-unequal, a fact of importance given its centrality to 21st century economies. But it hardly existed sixty years ago.

The *steering* of those changes is inherently a political process, and it is in this process that power becomes clearly visible as a dimension of gender. The power dimension of gender relations is not a stark dichotomy, with men in one bloc here and women in another bloc there. There are multiple masculinities and multiple femininities in social life; this is a major finding of empirical research on gender by sociologists (see e.g. Olavarría, 2009). Gendered power relations are woven through a complex terrain of institutions and cultural processes. Gender is in no sense segregated from other aspects of social life. So economic transformations, such as the creation of industrial economies or global trade networks, involve reconstructions of gender divisions of labour. And major cultural changes reconstruct gender ideologies, sometimes dramatically.

Political institutions, from international diplomacy to electoral processes and bureaucracy, always have gender dimensions. This was not highly visible when cabinets, armies and managements were all men. But in fact an all-masculine institution *is* highly gendered, and that becomes visible when the first woman walks in the door. The advent of Australia's first woman Prime Minister, Julia Gillard (2010-13), triggered a shower of misogynist abuse from politicians, media, demonstrators, cartoonists and others, that did not stop until her own party abandoned her.

It is now a cliché that the institutional world of government, business and media is a scene of globalization. The term was popularized in business journalism in the 1980s, to describe the strategies of what were then called multinational corporations — global sourcing, global financing, and global marketing. In the 1990s the term became popular in social science, to describe what was usually seen as a novel and rapid world-wide homogenization of culture. Feminist critique and research soon began to explore the gendered character of globalization (Chow, 2003).

Most accounts of globalization have played down the continuities with the earlier history of European and North American imperialism. Strangely the main centres of globalized culture happened to be the old imperial powers, and the old inequalities of wealth persisted. With them, came gender patterns. Historical research in the last thirty years has shown abundantly that imperial expansion was a strongly gendered process, and the colonial societies created in its wake were also markedly gendered (e.g. Morrell, 2001; Reid 2007). Modern race divisions, a distinctive feature of the history of imperialism, were produced in close interaction with gender arrangements (Viveros, 2007).

Resistance to colonialism also took gendered shapes. Nationalist movements often relied on mobilizing women, but were usually led by men; and post-colonial regimes often took the form of a re-invigorated patriarchy (Mies, 1986). Not surprising, then, that women were prominent in the “Arab spring” of 2011, at a time of multiple risings against neo-colonial dictatorships across the Arab-speaking world.

The gendered character of the contemporary world economy and political system, then, is not accidental. It grows out of a long history of gendered power relations, embedded in the institutional structures of imperial and post-colonial societies. It also grows out of a history of struggle, because none of these arrangements has been instituted without conflict.

In our generation, the most powerful group of men in the world are no longer kings, bishops or prime ministers. Rather, they form an international corporate oligarchy, floating on the unbelievable profits of global capitalism, accountable to no-one but themselves. Their neoliberal ideology provides the framework of public policy in most parts of the world.

This is not a ruling group like any that has existed before. Its power and wealth are essentially the same thing. Its leading members are not idle rentiers. They work continuously, as transnational corporate managers, though on a scale of wealth that allows many of their family members to live in idleness. The new elite's revenues filter upwards from a heterogeneous array of industries — mining, oil, computers, banking, shipping,

land ownership, arms, construction, media — linked through conglomerate corporate structures, portfolio investment and an ever more intricate finance industry.

This is neither modern nor postmodern, industrial nor postindustrial. It is, rather, trans-industrial, based on the active linking of heterogeneous sectors and economies into configurations that yield a flow of revenue to ownership. It has broken free of the religious ideologies that formerly provided both legitimation and restraint for local patriarchies: it is deeply secular and completely ruthless.

The corporate mega-rich do not need to exert state power personally, though occasional members, such as Berlusconi, decide to do so. The global oligarchy's political position, rather, rests on another heterogeneous array, of local patriarchies who have done deals with transnational capital. Some of these elites run authoritarian bureaucracies, some run fragile post-colonial states held together by violence, and some run liberal states which have been relentlessly restructured to the point where no electable government will oppose corporate interests.

The leadership of the corporate oligarchy is masculinized. About 96% of the CEOs of the top 500 transnational corporations are men. In the "rich lists", all the active accumulators of very large fortunes are men; women appear on these lists when they have inherited wealth. Some of the supporting local elites are absolute patriarchies: the Saudis, the Chinese, the Russians. Others are modified patriarchies, in which individual women can gain institutional power, but women in general do not.

The dynamic that distinguishes the neoliberal era from welfare capitalism and import replacement industrialization development strategies (i.e. the CEPAL strategy) is the relentless expansion of the sphere of the market, overwhelming the different logics that formerly characterised the state, religion, community life, and the person. All are now colonized by market forces and re-organized to yield profit or support the extraction of profit.

Bodies are not so much regulated — that's nothing new — as colonized and mined for profit-yielding potential. Thus, organ and tissue harvesting for private medicine; corporatisation of food; and of course the commodification of death, through the arms industry and the military expenditure that has, miraculously, survived the end of the cold war. On a vast scale, there is a colonization/commodification of women's bodies, as labouring bodies, sexual bodies and reproductive bodies (Harcourt, 2009).

There is now research from many parts of the developing world about the new capitalist strategies that have come to be summarized as "neoliberalism" (Connell and Dados 2014). Neoliberalism is not homogeneous globally and its gender effects are complex. The export agriculture of Chile, expanded by neoliberalism's comparative-advantage strategy, drew many rural women into paid labour for the first time and upset domestic patriarchy. Domestic labour has become an export industry. Filipina and Indonesian women have become breadwinners for their families as maids, housekeepers, childcare and elder-care workers in south-east and east Asia and the Gulf states. Brutal neoliberal restructuring and the social tensions created by labour migration, predatory elites, lack of infrastructure and international trade, both legal and illegal, can create social violence of the devastating kind experienced in northern México (Cruz, 2013).

International violence, too, has taken on new gendered forms. ‘Western’ governments, notably those of the USA and Britain, and their supporters such as the Murdoch television and newspaper empire, have frequently made the emancipation of women from misogynist regimes a justification for military interventions into Muslim countries, notably Afghanistan and Iraq. Women are almost completely absent from the top economic and military decision-making of the countries launching such interventions. The invasions are accompanied by rhetoric constructing an image of strong, protective masculinity for the political leaders (Messerschmidt, 2010). The irony of men from different patriarchal regimes killing each other in the name of women’s rights is almost unbearable.

How can the new global power structure be overthrown? Given its heterogeneity, there is no privileged gravedigger. There can only be alliances; and that fact mandates an ethic of inclusion, not exclusion. Vanguardism is obsolete; a purified feminism, in the contemporary world, will create its own limits. Impure feminisms are needed! And centrifugal at that. If the dynamic of global patriarchy now is integration and subsumption, the dynamic of opposition is mobilization in the peripheries, drawing inspiration from union women, indigenous women’s movements, land rights movements and other social movements not well known in the elite circles of the metropole.

I want to finish with an observation on the global politics of feminist intellectual work (Connell, 2014). The concepts and analyses about gender that circulate internationally mostly come from thinkers in the global North. That is where most of the funding, skilled labour and institutional support for gender research are located. The global North is also, as part of a longstanding global division of labour, the source of almost all internationally-circulating gender *theory*. This is a problem; because intellectual frameworks grow out of the social experience of the regions the theorists come from and work in. And the majority of the world’s people live in other parts of the world, and have different social and historical experience.

Connecting different feminist experiences from around the world, and linking different conceptual approaches, is difficult — but it is being attempted (Bulbeck 1998). To educate ourselves for this means recognizing a wider history of thought about gender, including pioneers like Kartini (2005) in the Dutch East Indies, or He-Yin Zhen in late imperial China. It means paying serious attention to powerful recent gender theorists such as Fatima Mernissi (1985) from Morocco, Heleieth Saffioti (1969) from Brasil and Bina Agarwal (1994) from India. It is from these richer resources that a more adequate understanding of gender and embodiment, power and resistance on a world scale can be built.

REFERENCES

- Agarwal, B. (1994). *A field of one’s own: gender and land rights in South Asia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Barbieri, T. de. (1992). Sobre la categoría género. Una introducción teórico-metodológica. *Revista Interamericana de Sociología*, 6, 147-178.

- Bulbeck, C. (1998). *Re-orienting western feminisms: women's diversity in a postcolonial world*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Chow, E. Ngan-ling. (2003). Gender matters: studying globalization and social change in the 21st century. *International Sociology*, 18 (3), 443-460.
- Connell, R. (2014). Rethinking gender from the South. *Feminist Studies*, 40 (3), 518-539.
- Connell, R.; Nour D. (2014). Where in the world does neoliberalism come from? The market agenda in southern perspective. *Theory and Society*, 43 (2), 117-138.
- Cruz Sierra, S., (Ed.) (2013). *Vida, muerte y resistencia en ciudad Juárez*. Tijuana/México D. F.: El Colegio de la Frontera Norte/Juan Pablos Editor.
- Harcourt, W. (2009). *Body politics in development: critical debates in gender and development*. Londres: Zed Books.
- Hyde, J. S. (2005). The gender similarities hypothesis. *American Psychologist*, 60 (6,) 581-592.
- Kartini. (2005). *On feminism and nationalism: Kartini's letters to Stella Zeehandelaar, 1899-1903*. Clayton: Monash University Press.
- Mernissi, F. (1985). *Beyond the veil: male-female dynamics in modern muslim society*. Revised edition. Londres: Saqi Books.
- Messerschmidt, J. W. (2010). *Hegemonic masculinities and camouflaged politics: unmasking the Bush dynasty and its war against Iraq*. Boulder: Paradigm Publishers.
- Mies, M. (1986). *Patriarchy and accumulation on a world scale: women in the international division of labour*. Londres: Zed Books.
- Morrell, R. (2001). *From boys to gentlemen: settler masculinity in colonial Natal 1880-1920*. Pretória: University of South Africa.
- Namaste, V. (2005). *Sex change, social change: reflections on identity, institutions, and imperialism*. Toronto: Women's Press.
- Olavarría, J. (Ed.) (2009). *Masculinidades y globalización: trabajo y vida privada, familias y sexualidades*. Santiago, Red de Masculinidad/es Chile: Universidad Academia de Humanismo Cristiano and CEDEM.
- Reid, K. (2007). *Gender, crime and empire: convicts, settlers and the state in early colonial Australia*. Manchester: Manchester University Press.
- Saffioti, H. I. B. (1978) [1969]. *Women in class society [A mulher na sociedade de classes]*. Nova Yorque: Monthly Review Press.
- Viveros Vigoya, M. (2007). De diferencia y diferencias. Algunos debates desde las teorías feministas y de género. In LG Arango and Y. Puyana (Eds), *Género, Mujeres y Saberes en América Latina* (pp. 175-190). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.

Raewyn Connell is Professor Emerita at the University of Sydney, and one of Australia's leading social scientists. Her most recent books are *Southern Theory* (2007), about social thought in the postcolonial world; *Confronting Equality* (2011), about social science and politics; and *Gender: In World Perspective* (3rd edn, with Rebecca Pearse, 2015). Her

other books include *Masculinities, Schools & Social Justice, Ruling Class Ruling Culture, Gender & Power*, and *Making the Difference*. Her work has been translated into eighteen languages. She has taught at universities in several countries in departments of sociology, political science, and education, and is a long-term participant in the labour movement and peace movement. Details can be found at her website www.raewynconnell.net.

E-mail: raewyn.connell@sydney.edu.au

Faculty of Education & Social Work University of Sydney, NSW 2006, Australia

HOMONACIONALISMO COMO MOSAICO: VIAGENS VIRAIS, SEXUALIDADES AFETIVAS¹

Jasbir K. Puar

RESUMO

Neste artigo irei contextualizar o aumento do número de movimentos de gays e lésbicas no âmbito dos debates sobre os discursos dos direitos e da temática dos direitos, que é seguramente o mais forte afrodisíaco do liberalismo. Analiso o modo como a sexualidade se tornou parte de uma formação essencial na articulação de cidadãos plenos através dos vários registos, como género, classe e etnia, quer nacional, quer transnacionalmente. Este estudo posiciona claramente o homonacionalismo como categoria analítica necessária à compreensão e conceção histórica dos motivos pelos quais o estado de uma nação como simpatizante gay se tornou desejável à partida. Como a Modernidade, o homonacionalismo pode ser objeto de resistência e de resignificação, mas não pode ser excluído: todos somos condicionados por ele e através dele. O artigo encontra-se estruturado em três secções. Começo por apresentar uma panorâmica do projeto Terrorist Assemblages, prestando atenção, em particular, à utilização do termo “homonacionalismo”. Em segundo lugar, discuto o homonacionalismo no contexto da Palestina/Israel, com o objetivo de demonstrar a relevância dos discursos sobre direitos sexuais e da narrativa de “lavagem cor-de-rosa” para a ocupação. Termino com uma reflexão acerca do potencial inerente ao pensamento da sexualidade, não como uma identidade, mas como mosaicos de sensações, afetos e forças. Esta viralidade da sexualidade destabiliza produtivamente as noções humanistas dos sujeitos da sexualidade, assim como a organização política que procura resistir aos discursos jurídicos instituídos com o objetivo de nomear e controlar estes sujeitos de sexualidade.

PALAVRAS-CHAVE

Homonacionalismo; mosaico; viralidade; sexualidades afetivas

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo contextualizar o aumento do número de movimentos de gays e lésbicas no âmbito dos debates sobre os discursos dos direitos e da temática dos direitos, que é seguramente o mais forte afrodisíaco do liberalismo.² As metas e os êxitos das organizações políticas de gays e lésbicas passaram a ser cada vez mais definidas e medidas através do prisma da legalização, conduzindo a um romance palpável com a descriminalização da sodomia em diversos contextos nacionais. Embora o discurso da lei possa servir, e serve muito bem, para reparar injustiças sociais, e os

¹ Este artigo foi originalmente apresentado em sessão plenária no congresso “Human Rights Beyond the Law: Politics Practices, Performances of Protest”, organizado pela Jindal Global Law School, Índia, em setembro de 2011. Foi, posteriormente, publicado em inglês no número especial duplo da revista científica Jindal Global Law Review (Vol 4., Número 2, Parte II, de novembro de 2013), subordinado ao tema “Law, Culture and Queer Politics in Neoliberal Times”, organizado por Oishik Sircar e Dipika Jain. O artigo também será publicado em Oishik Sircar e Dipika Jain (Eds.). *New intimacies/ old desires: law, culture and queer politics in neoliberal times*. Nova Delhi: Zubaan, no prelo.

² A caracterização dos direitos humanos como o mais forte afrodisíaco foi retirada do convite à apresentação de trabalhos para o workshop “Human Rights Beyond the Law”, disponível em <http://www.h-net.org/announce/show.cgi?ID=182227>.

sujeitos do discurso jurídico sejam esclarecidos e capazes de negociar sistemas jurídicos, mesmo quando sujeitos às suas forças disciplinares, o meu interesse neste caso tem como objetivo destabilizar a mensuração da mudança social e do “progresso” em termos de legalização. “A lei” encontra-se limitada naquilo que pode transmitir e criar; os limites com os quais nos deveremos preocupar não são os instrumentos legais per se, mas antes a dependência da lei da linguagem performativa que produz aquilo que simplesmente se propõe regular, incluindo a atribuição de um sujeito dessa lei.³ Embora estas limitações possam não implicar o abandono das intervenções legais sustentadas nos direitos, realçam a necessidade de responder às consequências não progressivas da legislação progressiva, bem como aos modos de porte corporal que desafiam os parâmetros identitários.

Começo por apresentar uma panorâmica do projeto *Terrorist Assemblages*, prestando atenção à utilização do termo “homonacionalismo”, em particular. Em segundo lugar, discuto o homonacionalismo no contexto da Palestina/Israel, com o objetivo de demonstrar a relevância dos discursos sobre direitos sexuais e da narrativa de “lavagem cor-de-rosa” para a ocupação. Termino com uma reflexão acerca do potencial inerente ao pensamento da sexualidade, não como uma identidade, mas como mosaicos de sensações, afetos e forças. Esta viralidade da sexualidade destabiliza produtivamente as noções humanistas dos sujeitos da sexualidade, assim como a organização política que procura resistir aos discursos jurídicos instituídos com o objetivo de nomear e controlar estes sujeitos de sexualidade.

1. HOMONACIONALISMO E OS SEUS DESCONTENTAMENTOS

Na minha monografia *Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times*⁴ (doravante referida como *TA*), de 2007, desenvolvo o enquadramento concetual de “homonacionalismo”, que utilizo para descrever a utilização de “aceitação” e “tolerância” relativamente a sujeitos gays e lésbicas como barómetro de avaliação da legitimidade e capacidade para a soberania nacional. Desde os anos 90 que tenho vindo a preocupar-me cada vez mais com o coro presente no discurso feminista transnacional, bem como nas teorias *queer*, a bradar que a nação é heteronormativa e que o *queer* é inerentemente um marginal do estado-nação.

Embora o projeto tenha surgido na era política pós-11 de setembro dos Estados Unidos da América, a minha intenção em *TA* não era apenas demonstrar uma relação entre a instrumentalização dos corpos *queer* pelo Estado americano, nem a adoção dos interesses nacionalistas e, muitas vezes, xenófobos e imperialistas dos Estados Unidos pelas comunidades *queer*. Antes, assente no importante trabalho de Lisa Duggan sobre “homonormatividade” — a sua teorização do entroncamento da privatização das economias

³ Os discursos de direitos humanos reiteram um “antropocentrismo biopolítico” que exige uma reprodução do excecionismo humano; Livingston, J. & Puar, J. (2011). Introduction: interspecies, *Social Text* 29 (1 106), 3-14.

⁴ Jasbir K. Puar (2005). *Terrorist assemblages: homonationalism in queer times*.

neoliberais e o crescimento da aceitação interna das comunidades *queer*⁵ — o homonacionalismo é fundamentalmente uma crítica à forma como os discursos dos direitos liberais de lésbicas e gays produzem narrativas de progresso e modernidade que continuam a conceder a algumas populações o acesso a formas culturais e legais de cidadania, em detrimento do abandono parcial e integral dos direitos das restantes populações.

Posto de uma forma simples, o homonacionalismo corresponde à ascensão em simultâneo do reconhecimento legal, de consumidor e representativo dos sujeitos LGBTQ, e à restrição das prestações sociais, dos direitos dos imigrantes e da expansão do poder do Estado nas tarefas de supervisão, detenção e deportação. A narrativa do progresso dos direitos gays assenta, assim, no apoio do outro racial e sexualizado, para quem esse progresso foi outrora alcançado, mas que se encontra agora a regredir ou que ainda está para advir. Este processo baseia-se na sustentação da respeitabilidade dos sujeitos homossexuais relativamente à reiteração performativa da (homo e hetero)sexualidade perversa de natureza patológica dos outros raciais, especificamente dos outros Muçulmanos, sobre quem recaem as projeções orientalistas e neo-orientalistas. Por conseguinte, o Homonacionalismo não constitui simplesmente um sinónimo de racismo gay ou de outra forma de crítica da “conservadorização” das identidades gays e lésbicas, mas antes uma forma analítica de apreender os resultados de sucesso dos movimentos dos direitos liberais LGBT.

Neste ponto, deverei acrescentar – aspeto que irei desenvolver mais adiante – que não penso o homonacionalismo como uma identidade ou como um posicionamento; não se trata de mais um marcador destinado a separar um *queer* “bom” (progressista/transgressivo/politicamente de esquerda) de um *queer* “mau” (esgotado/conservador/politicamente falido). Pelo contrário, a minha teorização do homonacionalismo assenta num mosaico de forças, afetos, energias e movimentos de desterritorialização e de reterritorialização. Os mosaicos não se constituem num tempo linear, nem no âmbito de histórias, campos ou discursos discretos. Ao dar nome a um movimento nas políticas queer contemporâneas dos Estados Unidos, o homonacionalismo é útil apenas na medida como proporciona um modo de registar mudanças históricas no termo da Modernidade, mesmo que se tenha mobilizado nas próprias mudanças para cuja nomeação foi produzido. Podemos discutir os prós e os contras da instrumentalização da identidade sexual pelos enquadramentos de direitos humanos, mas não podemos omitir aquilo que eu defendo ser o cerne do problema: a insistência na própria noção de identidade ou a sua utilização por defeito. Através de um mosaico Deleuziano — originalmente designado, em francês, *agencement*, que significa, genericamente, padronização de arranjos — o homonacionalismo é rearticulado como um campo de poder, e não como uma atividade ou propriedade de qualquer Estado-nação, organização ou indivíduo.⁶

O homonacionalismo também é um processo, e não um evento ou um atributo. Designa uma mudança histórica na produção de Estados-nação a partir da insistência

⁵ Duggan, L. (2002). *The twilight of equality: neoliberalism, cultural politics, and the attack on democracy*.

⁶ Para uma explicação mais detalhada da teoria do mosaico, ver Puar, J. (2012). *I'd rather be a cyborg than a goddess*. *PhiloSOPHIA*, 2 (1), 49-66.

na heteronormatividade como forma de aumentar a inclusão da homonormatividade. Este processo não é coerente com o 11 de setembro enquanto momento temporal solitário; “isto” não começou com o 11 de setembro. Posso algumas preocupações sobre o modo como o 11 de setembro parece funcionar como gatilho propulsor, incentivando uma perigosa reificação histórica (o que, por vezes, cinicamente se designa nos Estados Unidos como “indústria do 11 de setembro”).⁷ Olhando retrospectivamente, a partir do 11 de setembro, o meu interesse centrava-se no período de 40 anos da era pós-direitos civis que, através da política de inclusão liberal, continua a produzir o outro sexual como branco e o outro racial como heterossexual. E, muito embora as formas de viral Islamofobia explícita e a sensação crescente de fracasso do momento “pós-racial” do Presidente Obama tenham permitido expressões racistas mais explícitas, estas modalidades conservadoras podem ser diretamente questionadas melhor do que nunca. Mais do que nunca, estou convencida de que a crítica central do homonacionalismo reside em atacar os conluíus insidiosos entre o racismo e o liberalismo. Esta convergência do racismo e da instrumentalização liberal progressiva das identidades sexuais outrora consideradas marginais conduziu a posições liberais pautadas pelo senso comum, como aquelas que se seguem: é claro que somos contra a guerra contra o terrorismo, mas e a homofobia dos muçulmanos? é claro que somos contra a ocupação do Médio Oriente pelos Estados Unidos, mas os iranianos continuam a enforcar homens homossexuais inocentes; é claro que apoiamos a revolução no Egito e a Primavera Árabe, mas os abusos sexuais das mulheres mostra que os egípcios são umas bestas. Estes tipos de reprodução binária entre os secularistas liberais iluminados e esses Outros, esses fanáticos religiosos racializados, são, não só intelectualmente redutores e politicamente ingénuos, como também simplesmente inaceitáveis.⁸

Defendo, porém, que nunca houve um aumento da sua permissão nos círculos de gays, lésbicas, feministas e de esquerda nos Estados Unidos e na Europa.⁹ O único posicionamento liberal que perdura, e ao qual voltarei na minha discussão sobre a lavagem cor-de-rosa, é: é claro que apoiamos os Palestínianos na sua luta pela autodeterminação,

⁷ É interessante observar, aqui, as diferentes periodizações da Islamofobia. Naturalmente, poderemos apontar para o aumento das formas de Islamofobia global que coincidiram com a era de descolonização, a Revolução Iraniana de 1978-79 e o fim da Guerra Fria. A minha própria investigação (*Terrorist Assemblages*, capítulo um) acerca da produção de Estudos Terroristas nos Estados Unidos revela uma consolidação da figura do terrorista muçulmano durante a Guerra Fria.

⁸ Janet Jakobsen e Ann Pellegrini também me chamaram a atenção para o facto de que aquilo que é entendido no “Ocidente” como secularismo ser inerentemente informado pelos condicionamentos ideológicos Cristãos. Ou seja, aquilo que é definido como secular decorre da absorção das normas Cristãs como seculares, desde a contagem do tempo até à economia consumista das férias, passando pelos fundamentos teológicos implícitos da moralidade sexual. Aquilo que Jakobsen e Pellegrini insinuam, então, é que não existe um posicionamento secular puro, pelo menos nos Estados Unidos; o secularismo já é contraindicado pela orientação religiosa que procura repudiar. Devo, ainda, acrescentar que a reivindicação de um posicionamento puro deste género, neste momento político específico, parece ser mais perturbadoramente aplicado relativamente às expressões públicas da crença Islâmica. O que deverá levar-nos a perguntar: é secular ou é racista? Onde e quando é que os termos do secularismo são tomados e ativados como forma dissimulada de racismo cultural? Ver Jakobsen, J. & Pellegrini, A. (2003). *Love the sin: sexual regulation and the limits of religious tolerance*.

⁹ Ver Faderman L. & Rothstein, R. (2011). A new state for homophobia. The advocate, L. Oct. 12, disponível em <http://www.advocate.com/politics/commentary/2011/10/12/op-ed-new-state-homophobia>; Palestine: Lillian Faderman Responds to Alex Blaze, the Bilerico Project (12 de outubro de 2011), disponível em http://www.bilerico.com/2011/10/palestine_lillian_faderman_responds_to_alex_blaze.php.

mas e o facto de serem tão sexistas e homofóbicos? Contudo, em TA, observo, não só a proliferação do nível de *queer* enquanto norma branca, Cristã, secular, mas também a proliferação do homonacionalismo nas comunidades queer Árabes muçulmanas e do Sul Asiático¹⁰ nos Estados Unidos, pelo que não se trata simplesmente de uma crítica das exclusões raciais e da incidência de brancos nas comunidades LGBT dominantes.¹¹

Dois dos exemplos mais recentes de homonacionalismo nos Estados Unidos são dolorosamente ilustrativos das violências assimétricas dos discursos sobre os direitos. A proibição de homossexuais nas forças militares dos Estados Unidos — a política “Don’t Ask Don’t Tell” — foi revogada no dia 18 de dezembro de 2010, no mesmo dia em que o Senado dos Estados Unidos pôs termo à lei DREAM (Development, Relief, and Education for Alien Minors), uma legislação que teria legalizado milhões de estudantes ilegais, permitindo-lhes aceder ao ensino superior e, ironicamente, listar-se nas forças militares. No final de 2009, foi aprovada a lei Mathew Shepard James Byrd Hate Crimes Prevention (a primeira legislação federal a criminalizar crimes de ódio contra pessoas gays, lésbicas e transexuais), ironicamente, em grande medida, por estar associada a um projeto de recursos militares.¹² Isto mostra o progresso *queer* que não apoia a guerra contra o terrorismo.

Mas mesmo antes de se saber que a proposta estava a ser manipulada para reforçar os fins militaristas, as pessoas *queer* de organizações de pessoas de cor, como a “Audre Lorde Project” e vários membros de grupos com elas relacionados, como a “Queers for Economic Justice”, emitiram um comunicado manifestando-se contra a suposta aprovação “histórica” da legislação contra crimes de ódio, alegando que a intervenção jurídica seria de tal modo perniciosa que seria melhor não criminalizar estes crimes de ódio específicos.¹³ Estas organizações defendiam que a legislação contra os crimes de ódio conferia mais recursos para a “militarização” das forças policiais e para a perseguição e vigilância administrativa de pessoas de cor (sobretudo as pessoas de cor mais jovens, consideradas *a priori* como sendo mais homofóbicas do que os seus colegas brancos), sobretudo Latino-americanos e Afro-americanos, cujos números desproporcionais de detenção nos Estados Unidos são conhecidos.¹⁴

De um ponto de vista histórico, nos Estados Unidos estas populações não têm podido confiar na proteção do Estado e da Polícia contra a violência; antes, têm sido alvo da violência destes sistemas alegadamente de proteção. Além disso, novas populações

¹⁰ É aqui que o secularismo Hindu e o nacionalismo indiano convergem virulentamente.

¹¹ O meu interesse no entrosamento biopolítico do nível de *queer* e de nacionalismo iniciou-se com a minha investigação de tese em Trindade, nos anos 90, na qual estudei as tensões entre afro e indo-trindadianos no movimento gay e lésbico, e continuou com a minha investigação sobre turismo gay e lésbico, entendendo a produção da diferença entre nações simpatizantes gay e não simpatizantes gay como sendo endémicas da integração neoliberal dos consumidores *queer*.

¹² SRLP Sylvia Rivera Law Project. On hate crime laws. Disponível em <http://srlp.org/our-strategy/policy-advocacy/hate-crimes/> (último acesso em 15 de maio de 2013) (“Esta lei em particular estava associada a uma medida de 680 mil milhões de dólares para o orçamento do Pentágono, incluindo 130 mil milhões de dólares para continuação das operações militares no Iraque e no Afeganistão”).

¹³ Ver A compilation of critiques on hate crimes legislation, blackandPink.org, disponível em <http://www.blackandpink.org/revolt/a-compilation-of-critiques-on-hate-crimes-legislation> (último acesso em 15 de setembro de 2013).

¹⁴ Ver Gilmore, R. (2007). *The golden gulag: prisons, surplus, crisis, and opposition in globalizing California*.

unem-se através da recolha de dados estatísticos, demográficos, financeiros e informações pessoais, com o objetivo de deslocarem aqueles que são vistos como alvos dos crimes de ódio para o âmbito da produção de conhecimento, de modo a tornarem-se “objetos” da vigilância do Estado sob o suposto pretexto de serem “sujeitos” da proteção do Estado. Estas preocupações cautelosas relativamente à eficácia limitada da intervenção jurídica foram totalmente ignoradas pelas organizações nacionais de gays e lésbicas dominantes, organizações essas que também não criticaram nem comentaram a legislação relativamente às graves cedências realizadas para permitir a sua aprovação.¹⁵

Uma vez que o TA não tinha objetivos corretivos, mas antes pretendia incentivar um debate produtivo e construtivo, tem sido arrebatador e inspirador ver como o “homonacionalismo” enquanto conceito tem sido desenvolvido, adaptado, rearticulado e criticado em diversos contextos nacionais, ativistas e académicos na América do Norte, na Europa, no Médio Oriente e na Índia. Um grupo sediado em Paris, designado “Não ao Homonacionalismo” (*Non a l'homonationalisme*) está a contestar a campanha promocional proposta para o Gay Pride, em Paris, que utiliza o símbolo nacional do galo branco.¹⁶ Uma conferência sobre Democracia Sexual em Roma pôs em causa a organização do World Pride na zona da cidade com mais imigrantes, reclamando uma política *queer* secular que desafia o Vaticano, bem como o homonacionalismo das entidades organizadoras europeias.¹⁷ Em abril de 2013, o Center for Lesbian and Gay Studies (CLAGS) do CUNY Graduate Center organizou uma conferência internacional de dois dias sobre “Homonacionalismo e lavagem cor-de-rosa”.¹⁸

Apesar de eu trabalhar sobretudo nos Estados Unidos, em TA baseei-me em exemplos da Grã-Bretanha e da Holanda para ilustrar o trabalho das narrativas de progresso liberal, exemplos esses que vão além das figuras políticas anti-imigração gays de direita, que estão a conquistar uma importância cada vez maior em vários países da Europa. Na Europa, continuam a proliferar estas tensões entre as organizações e os discursos dos direitos liberais e os grupos *queer* de organizações antirracistas, de pessoas de cor, e de estudiosos *queer* de cor. Em junho de 2010, Judith Butler recusou o Civil Courage Award que lhe foi atribuído pela Christopher Street Day Parade, em Berlim, devido à história de posicionamento anti-imigração da organização.¹⁹ O controverso incidente revelou a incapacidade das organizações *queer* liberais para questionarem as suas práticas de perfil racial e as suas crenças enraizadas sobre as normas seculares brancas

¹⁵ Para ler na íntegra as negociações legislativas realizadas e conhecer os pormenores do projeto de lei, ver Reddy, C. (2011). *Freedom with violence: race, sexuality and the US state*.

¹⁶ *Liberation of Homosexual Muslims of France, Beyond Islamophobia and anti-Semitism*, Homonationalism, disponível em http://www.homosexuals-musulmans.org/__HOMONATIONALISM__Liberation-of-homosexual-Muslims-of-France-beyond-Islamophobia-and-anti-Semitism.html.

¹⁷ *In and out of sexual democracies*, Facciamo Breccia, (23 de março de 2011), disponível em <http://www.facciamobreccia.org/content/view/516/> (mais informações sobre o congresso).

¹⁸ Homonationalism and Pinkwashing Conference, The Centre for Lesbian and Gay Studies (10-11 de abril de 2013), disponível em <http://homonationalism.org/>

¹⁹ Puar, J. (2010). *Celebrating refusal: the complexities of saying no, bully bloggers*. Disponível em <http://bullybloggers.wordpress.com/2010/06/23/celebrating-refusal-the-complexities-of-saying-no/#comments>

da homossexualidade. Também realçou a tendência generalizada para “citar no sentido ascendente”, em vez de “citar no sentido descendente” ou abordar o tema expansivamente, lateralmente, ecleticamente, uma vez que o estatuto de celebridade de Butler apresentava um interesse maior do que os grupos *queer* antirracistas que ela destacava na sua rejeição pública e do que os académicos que a apoiavam na sua crítica.²⁰ Já houve duas tentativas (relativamente bem sucedidas) do autoproclamado principal ativista de direitos humanos de gays e lésbicas britânico, Peter Tatchell, do grupo *queer* “OutRage!”, para reprimir a crítica legítima ao seu trabalho e à sua política. Os artigos “Gay Imperialism”, de Jin Haritaworn, Tamsila Tauqir e Esra Erdem²¹, e “Unbearable Witness”, de Scott Long²², anteriormente pertencentes à Human Rights Watch, foram retirados e retratados na sequência de ameaças jurídicas implícitas e explícitas de Tatchell, que, infelizmente, se encontra protegido pela arcaica legislação de difamação do Reino Unido, segundo a qual o acusado é presumível culpado, salvo prova em contrário.²³

Pouco tempo antes de regressar à Índia, tive oportunidade de ver *I Am*, um bonito documentário passado em Nova Deli e de fazer a ronda pelo circuito global do festival de cinema gay e lésbico.²⁴ O conceito subjacente a *I Am* é simultaneamente profundamente pessoal e político. A realizadora de cinema Sonali Gulati (de Nova Deli, atualmente a residir nos Estados Unidos) faz o luto ao falecimento da sua mãe, perante quem nunca teve oportunidade de “sair do armário” relativamente ao seu desejo de “casar com uma mulher”. O filme termina com cenas das comemorações em Deli após a leitura da Sec.

²⁰ Ver *id.* (Também gostaria de indicar o website “No Homonationalisms” (nohomonationalism.org) para uma explicação mais pormenorizada sobre a apropriação e exploração da cor em práticas académicas de citação. Devo acrescentar que a decisão de Butler em recusar o prémio foi igualmente repudiada por muitas pessoas que se pensaria serem “aliados naturais”. Por outras palavras, as organizações *queer* dominantes foram indiferentes às suas críticas.)

²¹ Haritaworn, J. et. al. (2008). Gay imperialism: gender and sexuality discourse in the ‘War on Terror’. In Adi Kuntsman & Esperanza Miyake (Eds.), *Out of Place: Interrogating Silences in Queerness/Racality* (pp. 9-33). (o pedido de desculpas a Peter Tatchell encontra-se disponível em <http://www.rawnervebooks.co.uk/outofplace.html>); Ver também Ahmed, S. (2011) Problematic proximities: or why critiques of gay imperialism matter. *Fem. Legal Studies*, 19 (2), 119-32.

²² Long, S. (2009). Unbearable witness: how western activists (mis)recognize sexuality in Iran. *Contemp. Pol.*, 15 (1), 119-36.

²³ Estas práticas de citação violentas e de censura de análises discordantes ou “desagradáveis” são extraordinária e incrivelmente danosas para os tipos de comunidades positivas, construtivas, intelectuais, sociais e políticas que todos procuramos apoiar. Não só nos arriscamos a reproduzir um cânone (*queer*) defensivamente branco, como também, mais proativamente, as práticas de citação podem constituir uma forma de redistribuição de recursos que permite questionar a lógica neoliberal de compartimentalização e hierarquia, e disciplinaridade, ao desviarem a nossa atenção noutra direção. Mas de forma mais violenta, estas práticas continuam a reiterar o binário descomplicado de *queers*, feministas e outros liberais seculares brancos – e mais uma vez seculares Cristãos –, que continuam a agir com impunidade relativamente às formas liberais de racismo que condenam, ao mesmo tempo que exigem a responsabilização dos Outros raciais e religiosos pela homofobia e sexismo considerado desenfreado nas suas comunidades de origem. Deste modo, os binários nunca dizem respeito a uma relação entre dois atores em situação de igualdade, como sabemos. Em caso de “citação descendente” (como forma de expor as realidades hierárquicas) ou mesmo “citação lateral”, i.e. citação expansivamente praticada mais integralmente no nosso trabalho, poder-se-ia constatar que o trabalho de atacar a homofobia nas comunidades religiosas e raciais continua inalterado. Seria extremamente útil ir além desta questão para obter mais informações sobre a forma de realização deste trabalho, porque, caso contrário, nunca passaremos de um modo de chamada e resposta. O que ocorre é simplesmente — como presenciei no congresso “Sexual Nationalisms”, em Amsterdão, — um re-centramento dos traços *queer* seculares brancos e das suas ansiedades relativamente aos Outros Raciais, a maior parte dos quais estava presente in absentia. Esta infinita autorreferencialidade da crítica pós-estruturalista é aquilo a que Rey Chow se refere como “encarceramento significativo pós-estruturalista.” Chow, R. (2006). *The age of the world target: self-referentiality in war, theory, and comparative work*, p. 53.

²⁴ *I Am*, filme de Sonali, disponível em <http://www.sonalifilm.com/I-AM.html>.

377. Portanto, o filme assenta, desde logo, nas duas questões mais centrais daquilo que é conhecido nos Estados Unidos como “agenda de igualdade gay”: a descriminalização da sodomia e o casamento homossexual. A progressão narrativa que orienta a história é codificada através do tropo “sair do armário”, que permanece um desejo estável e não irónico, apesar de ter sido amplamente criticado por teóricos e ativistas queer do sul da Ásia devido ao seu episteme ocidental.²⁵ O filme realça, sobretudo, várias mulheres lésbicas que são percebidas como sendo masculinas, muitas das quais fazem parte de uma “classe ativista transnacional” de trabalhadores envolvidos na luta pelos direitos de gays e lésbicas. Gulati fundamenta os conflitos que surgem na procura de aceitação familiar. No final, a maioria dos pais indianos transforma-se em apoiantes bons, liberais e tolerantes dos seus filhos e filhas homossexuais.

I Am está agora a ser utilizado em Nova Iorque pela SALGA (South Asian Lesbian and Gay Association), a Associação de Gays e Lésbicas do Sul da Ásia, para promover a tolerância e a aceitação dos filhos homossexuais pelos pais no Sul da Ásia. Não há dúvida de que a adoção de *I Am* nos Estados Unidos como modelo de aceitação familiar foi, em parte, motivada pela série de “suicídios de jovens gays” que ocorreu no final de 2010.²⁶ Porém, para promover uma verdadeira agenda *queer* não nacional, devemos ser críticos, não só relativamente à homofobia familiar, como também ao próprio modelo de família — inclusivamente da família queer. A noção de família queer — “famílias que escolhemos”²⁷ — pode muito bem convidar objetos novos e validar objetos diferentes para o discurso da família, mas a direcionalidade do afeto familiar e da reprodução física pode perfeitamente ser a mesma. Ou seja, os objetos e os sujeitos da família podem mudar, mas os problemas inerentes à reprodução heteronormativa — e, nestes casos, à reprodução homonormativa — não se dissipará simplesmente com uma alteração da escolha do objeto, como vimos vezes sem conta no caso dos limites impostos pelas agendas da igualdade gay.

Como acontece nos Estados Unidos, será o casamento homossexual o ponto que se segue na agenda da igualdade gay na Índia? Quem é que sai a ganhar com uma agenda para a igualdade dos direitos homossexuais centrada no casamento? Existe alguma relação entre a aprovação da Sec. 377, que assinala um movimento LGBT de classe média cada vez mais visível na Índia, e a natureza e visibilidade da violação sexual de mulheres, como é o caso da recente violação coletiva e assassinato que ocorreu em Nova Deli, em dezembro de 2012? Estarão as mulheres que transgridem as posições que lhes são destinadas em termos de binário de género a ser punidas através de uma violenta reação contra a luta pela libertação sexual?

A respeito da Sec. 377, afirma Oishik Sircar:

²⁵ Ver, e.g., Ratti, R. (Ed.) (1993). *A lotus of another color: an unfolding of the south asian gay and lesbian experience*; Shah, N. (1998). *Sexuality, identity, and history*. In David L. Eng & Alice Y. Hom (Eds.). *Q&A: Queer in Asian America*; Puar, J. (1998). *Transnational sexualities: South Asian (trans)nation(alism)s and queer diasporas*. In David L. Eng & Alice Y. Hom (Eds.), *Q&A: Queer in Asian America (on South Asian queer transnationalisms)*.

²⁶ Ver Puar, J. (2012). *The cost of getting better: suicide, sensation, switchpoints*. *GLQ: J. of Lesbian & Gay Studies*, 18 (1), 149-58.

²⁷ Ver Weston, K. (1997). *Families we choose: lesbians, gays, kinship*.

A descriminalização das relações entre pessoas do mesmo sexo é claramente um resultado do aumento gradual da aceitação cultural de diferentes sexualidades decorrente da liberalização e da globalização, como evidenciam as alusões constantes do tribunal à legislação internacional de direitos humanos e à jurisprudência, e a precedentes sobretudo nos Estados Unidos. Estas referências revelaram a lógica cultural por detrás do julgamento do tribunal: a Índia necessita de acompanhar os desenvolvimentos progressivos de outras partes do mundo (ocidental), descriminalizando a sodomia. Como referiu Anjali Gopalan, fundadora da peticionária Naz Foundation, após o desfecho do julgamento, “Oh meus Deus, passámos finalmente para o século XXI.” Esta exclamação parece constituir um momento de ofuscação da história, em que o presente ostensivamente progressista contribui para a emancipação *queer*, ao mesmo tempo que nos cega relativamente à compreensão historizada das genealogias cruelmente liberais da Índia contemporânea.²⁸

Em vez de sugerir que estas aspirações à entrada no século XXI, proclamadas por Gopalan,²⁹ constituem simplesmente versões de homonacionalismo aplicadas ao caso indiano, será mais prudente notar as divergências e as diferenças que suscitam tipos diversificados de homonacionalismo. O que é crucial para uma/a luta política contínua em diversos locais não é criticar um muito aguardado filme orientado para a comunidade ou os esforços de ativistas gays e lésbicas em qualquer zona do território nacional, mas sim insistir numa notoriedade do homonacionalismo como um processo desequilibrado e imprevisível. Em que medida é que a história do colonialismo britânico, a periodicidade específica da liberalização na Índia e a aceitação da estratificação de classes neoliberal, produtora de redes transnacionais privilegiadas, dão forma ao homonacionalismo como mosaico?

2. “LAVAGEM COR-DE-ROSA” ISRAELITA NUM MUNDO CADA VEZ MAIS HOMONACIONALISTA

Acompanhando o movimento de homonacionalismo como mosaico no seu questionamento da periodização e do progresso, esta secção apresenta uma discussão daquilo que ficou conhecido como lavagem cor-de-rosa, ou a prática de encobrimento ou distração das políticas de discriminação de algumas populações de um país através de um pregão ruidoso dos seus direitos gays apenas para um grupo restrito.³⁰ Foco, aqui, a

²⁸ Sircar, O. (2012). Spectacles of emancipation: reading rights differently in India’s legal discourse. *Osgoode Hall I. J.*, 49 (3), 563.

²⁹ Flock, E- (2009, Dec. 26). The law breaker. *Forbes India*. Disponível em <http://business.in.com/printcontent/8082>.

³⁰ Em 11 de janeiro de 2011, Tel Avive foi eleita a “melhor cidade gay do mundo” do ano, numa sondagem da *gaycities.com*, ultrapassando Londres, Toronto e Nova Iorque, entre outras cidades cosmopolitas. Nesse mesmo dia, a nossa delegação de solidariedade LGBTIQ na Palestina – a primeira de sempre do género – reunia-se com várias organizações ativistas contra a ocupação israelita, incluindo a Boycott from Within, a Anarchists Against the Wall e a Zocheot, um projeto em memória de Nakba. Um dos nossos porta-vozes mostrou as complexidades com que nos defrontamos ao fazer com que a anti-ocupação, boicotes, desinvestimento e sanções funcionem quando se está na boca do lobo, ou seja, em Israel, referindo sarcasticamente: “Portanto, agora Tel Avive é a melhor cidade gay. Também é a cidade menos Árabe do mundo. É extraordinariamente raro ouvir falar Árabe nas ruas de Tel Avive.”

Palestina/Israel por duas razões: em primeiro lugar, porque, a seguir aos Estados Unidos, Israel é, em minha opinião, o maior beneficiado com o homonacionalismo, por motivos que se prendem, em parte, com o seu entrosamento com os Estados Unidos, mas não só; e, em segundo lugar, porque o Estado de Israel foi acusado de fazer “lavagem cor-de-rosa” de modo aparentemente distinto de qualquer outro país, e não estou convencida de que a lavagem cor-de-rosa seja uma prática exclusiva do Estado israelita. Muito simplesmente, a lavagem cor-de-rosa foi definida como a utilização, pelo estado israelita, do seu excelente historial de direitos LGBT como forma de desviar as atenções e, nalguns casos, justificar ou legitimar, a sua ocupação da Palestina. Desenvolvendo o pensamento num campo recetivo de islamofobia globalizada significativamente alargada desde o 11 de setembro, e assente numa narrativa civilizacional acerca da modernidade dos israelitas, em contraste com a homofobia retrógrada dos Palestínianos, a lavagem cor-de-rosa tornou-se um rótulo utilizado com frequência para referir a promoção cínica dos organismos LGBT como sendo representativos da democracia israelita. Como tal, funciona como uma forma de titularização precoce discursiva.

Por que é que a lavagem cor-de-rosa tem leitura e é persuasiva enquanto discurso político? Em primeiro lugar, uma estrutura económica neoliberal acomodacionista cria o marketing de nicho de diversos grupos étnicos e minoritários, normalizando a produção de uma indústria do turismo gay e lésbico assente na distinção discursiva entre destinos simpatizantes gay e destinos não simpatizantes gay. A maior parte dos países que aspiram a formas de modernidade ocidental ou europeia possui, atualmente, campanhas de marketing de turismo gay e lésbico. Neste sentido, Israel está a fazer o mesmo que outros países e aquilo que é pedido pela indústria do turismo gay e lésbico: a promover-se a si mesmo. Poderemos, naturalmente, notar que os efeitos desta promoção são profundamente prejudiciais, no caso da ocupação. Mas poderemos colocar algumas questões acerca das especificidades da “Brand Israel Campaign”, a campanha da marca Israel que foi posicionada como a fonte da lavagem cor-de-rosa de Israel. Em que medida é que a Brand Israel Campaign diverge de uma campanha publicitária convencional patrocinada pelo Estado, e destinada a turistas gays e lésbicas?³¹

Além disso, em alguns sentidos, Israel é pioneiro do homonacionalismo, uma vez que a sua posição particular no cruzamento do colonialismo, da ocupação e do acomodacionismo neoliberal proporciona as condições perfeitas para a normalização da homossexualidade. A história homonacionalista de Israel ... a ascensão dos direitos LGBT em Israel e o aumento da mobilidade para gays e lésbicas — desenvolve-se em paralelo com o aumento simultâneo da segregação e a diminuição da mobilidade das populações Palestinianas, sobretudo pós-Oslo.³² Descrevi este aspeto mais pormenorizadamente noutro estudo, mas, resumindo rapidamente: o surgimento dos direitos gays em Israel teve início mais ou menos ao mesmo tempo que a primeira Intifada, tendo os anos 90 ficado conhecidos como a “década gay” de Israel, direitos esses que foram assegurados

³¹ Ver Schulman, S. *A Documentary Guide to Pinkwashing, PrettyQueer*, Disponível <http://www.prettyqueer.com/2011/11/29/a-documentary-guide-to-pinkwashing-sarah-schulman-new-york-times-oped/> (para a sua descrição da Brand Israel).

³² Ver Stein, R- (2010). Explosive: scenes from Israeli queer occupation. *GLQ: J. Lesbian & Gay Studies*, 16 (4), 517-536.

pela legalização da homossexualidade nas forças militares de Israel, pelas disposições anti-discriminação no local de trabalho e muitas outras alterações legislativas.³³

A lavagem cor-de-rosa funciona através de uma supressão da lógica espacial do controlo da Ocupação e do intrincado e, inclusivamente, íntimo sistema de apartheid, repleto de uma vertiginosa série de obstáculos localizacionais à mobilidade Palestiniana. O facto de os ativistas palestinianos *queer* em Ramallah não poderem viajar para Haifa, em Jerusalém, ou para Gaza para se encontrarem com os colegas ativistas palestinianos parece ser uma das ilustrações mais óbvias de como a ocupação israelita circunscreve (na realidade, proíbe) as possibilidades de florescimento de organizações e comunidades *queer* de que os israelitas desfrutaram sem quaisquer problemas.

Em vez de compreender o acesso à mobilidade e a congregação como parte integrante da comunidade e da identidade *queer*, e de reconhecer os limitadores e sufocantes efeitos espaciais e económicos do apartheid, a lavagem cor-de-rosa reforça as ideologias de choque de culturas e a “diferença cultural” da homofobia palestiniana. As questões acerca do tratamento de homossexuais na Faixa Ocidental ou na Faixa de Gaza não levam em conta as constantes e omnipresentes restrições à mobilidade, ao contacto e à organização necessárias à construção de qualquer tipo de presença e política *queer*. O que se torna claro é que a suposta preocupação com o estatuto dos homossexuais na Faixa Ocidental e na Faixa de Gaza está a ser utilizada para proteger a Ocupação contra a culpabilização direta pela supressão desses mesmos homossexuais, na realidade colocando-os em perigo. Além disso, o próprio projeto dos direitos LGBT assenta na impossibilidade/ausência/não reconhecimento de um sujeito *queer* palestiniano adequado, exceto no âmbito do próprio Estado israelita, que apresenta o “paraíso gay” de Tel Aviv³⁴ como representativo de todo o país, e isento de qualquer escrutínio relativamente à sua limpeza árabe, ao mesmo tempo que mantém Jerusalém como salvaguarda religiosa.

Uma vez que a sua utilização abreviada prolifera nos fóruns de organizações anti-ocupação internacionais, a lavagem cor-de-rosa deve ser situada no seu contexto geopolítico homonacionalizador mais alargado. Ou seja, se a lavagem cor-de-rosa for eficaz, não será graças a uma extraordinária atividade egrégia por parte do governo israelita, mas antes porque a história e as relações internacionais globais são importantes. Portanto, embora seja crucial questionar o Estado israelita, isso deve fazer-se de um modo que reconhece que o mosaico do homonacionalismo vai além das atividades explícitas de qualquer Estado-nação, incluindo Israel. Sustentando-me em aspetos teóricos explorados inicialmente em *TA*, defendo que é crucial ter em mente que a lavagem cor-de-rosa parece ser uma estratégia eficaz, não necessariamente devido a quaisquer atividades excecionais por parte do Estado israelita, mas por causa da história de violência dos colonizadores, da indústria do turismo LGBT internacional, da indústria dos direitos humanos de gays e lésbicas e, finalmente, do papel dos Estados Unidos.

³³ Ver Puar, J. (2011). Citation and Censorship: The Politics of Talking About the Sexual Politics of Israel. *Fem. Legal stud*, 19 (2), 133-42.

³⁴ Hartman, B. (2011, 1 nov.). Tel Aviv named ‘world’s best gay city’ for 2011, *Jerusalem Post*, disponível em <http://www.jpost.com/LifeStyle/Article.aspx?id=253121>.

A lavagem cor-de-rosa é apenas mais uma justificação para a violência imperial/ racial/nacional que é precedida por uma longa história. De que modo é que “a questão homossexual” veio complementar “a questão da mulher” da era colonial, no sentido de modular a arbitragem entre a modernidade e a tradição, entre o cidadão e o terrorista, entre o homonacionalista e o queer? Conforme descrito por Partha Chatterjee, esta questão surgiu com alguma pujança nos movimentos de descolonização do Sul da Ásia e de outros locais, através dos quais a capacidade de um governo pós-colonial emergente para proteger as mulheres nativas das práticas culturais patriarcais opressivas, assinada como tradição, se tornou o barómetro através do qual a regra colonial arbitrou as concessões políticas feitas aos colonizados.³⁵ Por outras palavras, ensaiamos aqui o famoso ditado de Gayatri Spivak “homens brancos a salvar mulheres negras dos homens negros.”³⁶

Esta triangulação em particular abriu, assim, caminho a um drama duradouro entre feministas, que protestam contra os regimes coloniais e neocoloniais, e nacionalistas, que ignoram a presença e a política dessas feministas na sua própria procura de descolonização. Também podemos dizer que, embora a questão da mulher mal tenha desaparecido, é agora acompanhada por aquilo que poderíamos designar por questão homossexual – na realidade, mais uma variante ou operação de homonacionalismo. Os termos da questão da mulher foram reformulados, com as estudiosas feministas a tornarem-se agora árbitros das modernidades de outras mulheres, ou das modernidades de *A Outra Mulher*. Invocando novamente Spivak, mas no âmbito do século XXI: (homens) *queer* brancos a salvar homossexuais negros dos heterossexuais negros.

Podemos observar de que modo se passa da questão da mulher para a questão do homossexual, faltando ainda contextualizar, nas várias localizações, quais destas trajetórias fazem mais ou menos sentido. Em primeiro lugar, a complementaridade da homossexualidade face às mulheres resulta da fusão de dois processos: o estado pós-colonial que apoia a respeitabilidade e a legitimidade como forma de provar o seu direito à soberania do pai colonial³⁷ e a introdução lenta ou a aceitação dos sujeitos homossexuais na legitimidade jurídica e de consumo através das economias neoliberais, de tal modo que os homossexuais, outrora do lado da morte (SIDA), se encontram agora do lado da vida ou são produtivos na construção na nação. Em segundo lugar, a questão homossexual constitui, de facto, uma reiteração da questão da mulher, na medida em que reproduz uma procura de excecionalismo de género e que se baseia na reprodução continuada do binário de género. Os homossexuais vistos a serem tratados devidamente pelo Estado-nação não são “*queer* de género”. Antes, são aqueles que recriam normas genderizadas através da identidade homossexual, e não apesar da mesma. Escondidos pela lavagem

³⁵ Chatterjee, P. (1990). The nationalist resolution of the women's question. In Kumkum Sangari & Sudesh Vaid (Eds.), *Recasting Women: Essays in Colonial History* (pp. 233-253).

³⁶ Spivak, G.C. (1988). Can the subaltern speak?. In Lawrence Gossberg & Cary Nelson (Eds.), *Marxism and the Interpretation of Culture* (pp. 271-313).

³⁷ Ver Alexander, M. (1994). Not just (any) body can be a citizen: the politics of law, sexuality and postcoloniality in trinidad and tobago and the Bahamas. *Fem. Rev.*, 48, 5-23 .

cor-de-rosa, os transexuais e os queers não-conformistas ao género não são bem-vindos nesta nova versão do cidadão “homonacionalista” israelita pleno.³⁸

Também turvada pela lavagem cor-de-rosa encontra-se a constante minimização da questão da mulher relativamente à questão homossexual quando associada sobretudo a corpos masculinos, brancos, do primeiro mundo, como é o caso de Israel (por exemplo, os debates sobre a segregação de género nas comunidades ultraortodoxas de Israel ainda estão por iniciar). Eis outro exemplo de como a questão homossexual fere a questão da mulher: no dia 11 de janeiro de 2011, no mesmo dia em que foi anunciada a dúbia menção honrosa de Tel Aviv como “melhor cidade gay do mundo”, foi aprovada, pelo Supremo Tribunal de Justiça, a alteração da legislação de cidadania de Israel, que proíbe a união entre os palestinianos da Faixa de Gaza e os seus cônjuges em Israel.³⁹ Junte-se a isso a aprovação da legislação de “adequação social”⁴⁰, as tentativas de regulação das atividades sexuais entre trabalhadores estrangeiros e Judeus israelitas, grupos de “vigilantes” e organizações sociais que supervisionam e agem contra as relações sexuais entre mulheres judaicas israelitas e homens palestinianos, e torna-se evidente que a libertação LGBT também é uma forma de desviar as atenções das intensas formas de regulação (heteros)sexual, regulação essa que procura restringir as atividades sexuais, reprodutoras e familiares de todos os corpos que não são considerados adequados à política do corpo israelita. A lavagem cor-de-rosa não só opera, assim, através de uma representação ativa da população palestiniana como sendo homofóbica ou anti-homofóbica, como também o alvo biopolítico consiste sem dúvida em controlar ainda mais a reprodução heterossexual, sobretudo entre palestinianos e Judeus israelitas.⁴¹

Os organizadores *queer* palestinianos argumentam que o facto de a sociedade palestiniana ser ou não ser homofóbica é irrelevante, e que a questão da homofobia na sociedade palestiniana não está relacionada com o facto de que a Ocupação tem de acabar. Para a pujante plataforma política dos “Palestinian Queers for Boycott, Divestment and Sanctions” (doravante referida como PQBDS) e dos “Al-Qaws for Sexual and Gender Diversity in Palestinian Society” (doravante referida como Al-Qaws), a organização *queer* é uma organização anti-ocupação, tal como o trabalho anti-ocupação constitui organização *queer*. A Palestinian Queers for BDS não é um projeto liberal que exige a aceitação, a tolerância ou a inclusão num movimento “nacionalista”; antes, ao destacar a ocupação

³⁸ Ver Solomon, A. (2003). Viva la diva citizenship: post-zionism and gay rights. In Daniel Boyarin et. al. (Eds.), *Queer Theory and the Jewish Question* (pp. 149-65).

³⁹ Puar, J. (2012, jan. 30). The golden handcuffs of gay rights: how pinkwashing distorts both lgbt and anti-occupation activism, *Fem. Wire*, disponível em <http://thefeministwire.com/2012/01/the-golden-handcuffs-of-gay-rights-how-pinkwashing-distorts-both-lgbtq-and-anti-occupation-activism/>; Ben Hartman, supra nota 33; Izenberg, D. & Stoil, R.. High Court rejects petition against citizenship law. *Jerusalem Post*, <http://www.jpost.com/Diplomacy-and-Politics/High-Court-rejects-petition-against-citizenship-law> (última atualização 1 de novembro de 2012).

⁴⁰ Sanders, E. (2011, mar. 24). New israeli laws will increase discrimination against arabs, critics say. *L.A. Times*, disponível em <http://articles.latimes.com/2011/mar/24/world/la- fg-israel-arab-laws-20110324>; Social suitability' nears ok as israeli housing criterion. Israel Religious Action Center, disponível em <http://www.irac.org/NewsDetails.aspx?ID=846> (última consulta em 15 de setembro de 2013).

⁴¹ Puar, J. (no prelo 2014). *Affective politics: states of debility and capacity* (esta linha de argumento serve de prefácio a um capítulo sobre sexo, direitos de reprodução e deficiência na Palestina/ Israel no meu livro, que se encontra no prelo).

como seu principal local de luta, a PQBDS, lenta, estratégica e cuidadosamente, insiste e introduz mudanças sistêmicas e profundas nos termos da própria sociedade palestina. A Al-Qaws defende que a vertente principal do seu trabalho consiste em acabar com a ocupação, e não em reificar uma identidade homossexual que reflete uma forma oportunista de liberdade sexual “israelita” ou “ocidental”.⁴²

Trata-se de uma tática importante no contexto de uma indústria dos direitos humanos de gays e lésbicas que fazem proliferar os constructos de identidade euro-americanos (para não falar do pressuposto de uma ligação universal à própria identidade sexual), que privilegia a política de identidade, a “saída do armário”, a visibilidade pública, as medidas legislativas como barómetros dominantes do progresso social, e uma invocação linear da “homofobia” como um enquadramento automático, unificador, experiencial. Neste sentido, embora possamos discordar da crítica negativa de Joseph Massad à “Gay International”, seria conveniente perguntar exatamente em que medida é que a “*Queer International*” proposta por Sarah Schulman constitui uma alternativa ou um antídoto para a Gay International.⁴³ Será simplesmente pelo facto de ser articulada através de “queer”, em vez de “gay”, e através de um movimento global de solidariedade, que se evitam efetivamente as armadilhas da Gay International? E em que medida é que isso consiste um posicionamento de “queer”, um posicionamento que se supõe transgressivo, moral e politicamente imaculado, e fora dos círculos de poder?

A lavagem cor-de-rosa é, assim, aquilo que Michel Foucault designou um “incitamento ao discurso”⁴⁴, uma forma impelente de confessionalismo instaurador de um circuito de chamada e resposta que proclama a própria identidade criticada por ser impossível. Rejeitando a resposta liberal a este incentivo ao discurso — uma versão contemporânea de “Estamos aqui, somos *queer*, habituem-se” — sugere que possamos não pretender responder à lavagem cor-de-rosa como (sobretudo ou apenas) *queers*, uma vez que essa resposta reforça a lógica identitária de um único eixo da lavagem cor-de-rosa que isola a identidade “*queer*” das restantes identidades. Nem a lavagem cor-de-rosa é uma questão *queer per se*, nem mesmo uma que utiliza os *queers* especificamente para procurar atingir os objetivos do Estado. A lavagem cor-de-rosa não é, de forma alguma, neste sentido, uma questão de identidade sexual, mas antes uma manifestação robusta da regulação da identidade num mundo cada vez mais homonacionalista — um mundo que avalia a pertença nacional com base no tratamento dos seus homossexuais. O desafio, por conseguinte, consiste em não permitir que os gays liberais ou pertencentes ao sistema da zona Euro-americana (que são os principais destinatários da lavagem cor-de-rosa) desviem o guião do ativismo antilavagem cor-de-rosa da abordagem radical não liberal da PQBDS e da Al-Qaws. Em caso de fracasso desta abordagem, como explicou de forma brilhante Maya Mikdashi, a reescrita de uma política *queer* palestina radical

⁴² Ver, e.g., <http://www.alqaws.org/q/en/content/signposts-al-qaws-decade-building-queer-palestinian-discourse>.

⁴³ Entrevista de Félix Boggio Éwanjé-Épée & Stella Magliani-Belkacem a Joseph Massad, Associate Professor, Columbia University, disponível em http://www.jadaliyya.com/pages/index/10461/the-empire-of-sexuality_an-interview-with-joseph-schulman, S. (2012). *Israel/Palestine and the queer international*.

⁴⁴ Foucault, M. (1998). *The will to knowledge: History of sexuality*, vol 1.

através de uma política *queer* Euro-americana liberal representaria, de facto, um entrenchamento ainda mais forte do homonacionalismo.⁴⁵ A organização contra a lavagem cor-de-rosa através de uma plataforma “*queer* internacional” poderá, potencialmente, conduzir inadvertidamente a uma afirmação dos termos no seio dos quais o discurso da lavagem cor-de-rosa articula as suas pretensões, nomeadamente a pretensão de que a identidade *queer* realçada através dos direitos constitui o modo predominante através do qual as subjetividades sexuais devem ser vividas.

Em última instância, a interligação financeira, militar, afetiva e ideológica dos colonialismos dos Estados Unidos e de Israel, e o papel dos Estados Unidos, em geral, não devem ser esquecidos ao estudar os motivos pelos quais a lavagem cor-de-rosa parece ser uma estratégia discursiva eficaz. Os Estados Unidos e Israel são, diria, os principais beneficiários do homonacionalismo na ordem geopolítica global atual, uma vez que produz regimes de exceção nos registos escalares do interno, do territorial e do global. Além disso, a lavagem cor-de-rosa é, em grande medida, dirigida aos gays dos Estados Unidos — o maior apoio financeiro internacional de Israel — e, mais genericamente, aos gays Euro-americanos que possuem o capital político e os recursos financeiros para investir em Israel. As pretensões da lavagem cor-de-rosa são, muitas vezes, vistas como sendo plausíveis quando enunciadas através de um discurso dos direitos LGBT que reverbera na América do Norte e na Europa como uma medida dominante do progresso teleológico, e que faz muito menos sentido na região do Médio Oriente e do Norte de África, por exemplo, onde existe um ceticismo saudável relativamente aos discursos dos direitos LGBT e onde o conhecimento relativamente às complexidades das sexualidades na região é muito mais acentuado. Assim, o apelo da lavagem cor-de-rosa aos gays dos Estados Unidos é feito inconscientemente através da supressão do colonialismo dos Estados Unidos representado através do endosso tácito da ocupação israelita da Palestina.

3. SEXUALIDADE, AFETO, VIRALIDADE

Esta última secção é conjectural e especulativa. O meu objetivo, aqui, é indicar a importância do afastamento do processo de chamada e resposta que continua a basear-se na oposição de um “*queer* dominante/global” a um “*queer*-de-cor/*queer* não ocidental”. Até ao momento, apresentei uma discussão das viagens do conceito de homonacionalismo e de que modo é que este foi adotado e, de determinada forma, reduzido a uma plataforma de organização ativista semelhante a uma crítica política do racismo e do nacionalismo em comunidades *queer*. Também procurei identificar as implicações da compreensão do homonacionalismo como mosaico: como uma estrutura da modernidade, uma convergência de forças geopolíticas e históricas, de interesses neoliberais de uma acumulação capitalista, quer cultural, quer material, de práticas estatais biopolíticas de controlo da população e de investimentos afetivos em discursos de liberdade, libertação e direitos. Também procurei esquematizar provisoriamente de que modo o

⁴⁵ Mikdashi, M. (16 de dezembro de 2011). *Gay rights as human rights: pinkwashing homonationalism, jadaliyya*, disponível em http://www.jadaliyya.com/pages/index/3560/gay-rights-as-human-rights_pinkwashing-homonationa.

homonacionalismo como mosaico cria um campo global no seio do qual se desenvolve o discurso da lavagem cor-de-rosa relativamente a Israel/Palestina. A questão não é posicionar meramente Israel como um Estado homonacionalista ao qual aqueles que são antilavagem cor-de-rosa devem resistir, mas antes demonstrar o complexo mecanismo global e histórico que origina o aparecimento das atividades do Estado israelita como legítimo e progressista. Nesta secção final, discuto a sexualidade como afeto, como sensação e como parte de um mosaico de controlo biopolítico que foge a qualquer aplicação clara do homonacionalismo como conceito.

A sexualidade enquanto rede afetiva comporta um eixo de significação e um eixo de forças que não são consistentes com as designadas configurações materiais da região, configurações essas que originam expressões monolíticas como “O/A israelita (e a sua sexualidade modernista)” e “O/A palestino/a (e a sua sexualidade patológica)” como complementares de um humanista liberal, ainda que brutal. Pensar, quer o homonacionalismo, quer a sexualidade através de mosaicos abre o caminho a um plano ou a uma trajetória de territorialização diferente. Mesmo que a estabilidade da política do reconhecimento seja mobilizada por Israel e pelos discursos gays globais através da lavagem cor-de-rosa, a materialidade da prática sexual e da própria sexualidade é muito mais complexa, mediada e contingente do que a estagnação da política de controlo e da resistência lhes permitem.

Esta compreensão da sexualidade implica a teorização, não só de locais disciplinares específicos, mas também de técnicas mais alargadas de controlo social, tendo em conta que o “feminismo” e o “queer” e a morte ou os potenciais de vida dos seus sujeitos já foram preparados para serem produtivos em termos de governação. O debate sobre disciplina e controlo assinala uma mudança em termos da regulação da normatividade (a interiorização da formação do próprio/outro sujeito) a que Foucault chama a regularização dos corpos. Foram propostas muitas relações entre disciplina (exclusão e inclusão) e controlo (modulação, afinação): como várias fases sobrepostas, ainda que progressistas, de capitalismo de mercado e de governamentalidade; como modelos e exercícios de poder coexistentes; como um efeito de mecanismos disciplinares – controlo como personificação de uma sociedade disciplinar por excelência (na medida em que as formas de poder disciplinares extravasam os seus locais, reproduzindo-se por todo o lado); e, finalmente, disciplina como uma forma de controlo e como resposta à proliferação do controlo.

Nesta oscilação entre sociedades disciplinares e sociedades de controlo, a sexualidade é, não só comportada nos corpos, mas também dispersa por vários lugares. A sexualidade como modalidade afetiva é, assim, por definição não-representacionista, uma versão distinta daquilo a que Davide Panagia chama “as formas como a sensação interrompe o senso comum”⁴⁶. Na esteira dos “regimes de segurança” de Michel Foucault e da “sociedade de controlo” de Gilles Deleuze⁴⁷, as tensões foram traçadas como

⁴⁶ Panagia, D. (2009). *The political life of sensation*, p. 2.

⁴⁷ Foucault, M. (1977). *Security, territory, population: lectures at the collège de France-1978*; Deleuze, G. (1997). *Negotiations 1972-1990*.

uma passagem do (binário homo-hetero) para a diversificação, modulação e afinação (sexualidade como sensação); como locais de punição discretos (a prisão, o hospital psiquiátrico, a escola e, na Palestina, os postos de controlo que rodam e surgem aleatoriamente, e o muro de “segurança” que parece impedir sobretudo os palestinianos de chegarem às suas aldeias, às suas terras e a outros palestinianos), até regimes preventivos de titularização (podemos ver a lavagem cor-de-rosa como uma forma desta titularização preventiva); da inclusão/exclusão até todos estão incluídos, mas como? (Ao contrário das alegações que insistem que o projeto do Estado israelita se preocupa apenas com a limpeza étnica e com a expropriação da terra, operam, neste caso, “formas de introdução” subtis, mas incisivas: apenas a título de exemplo, um palestiniano pode ter um de pelo menos 100 tipos distintos de bilhete de identidade, cada um possuindo uma microvariação face aos outros, operando aquilo que Helga Tawil-Souri descreve como “meio de poder de baixa tecnologia, visível, tátil que inclui e exclui simultaneamente os palestinianos do Estado israelita.”⁴⁸); da construção do próprio/outro sujeito/objeto até micro-estados de diferenciação; do policiamento do perfil até ao patrulhamento do afeto.

Este último ponto sobre afetos é crucial porque, enquanto a disciplina opera ao nível da identidade, o controlo opera ao nível da intensificação afetiva. Aqui sou motivada pela reformulação da sexualidade de Amit Rai como “ecologias da sensação” — como energias afetivas em vez de identidade — que transcende as designações humanistas de hetero e gay, *queer* e não *queer*, moderno e patológico. Acerca desta sexualidade, escreve Rai: guiões dominantes que normalizam, mas como modos de auto-organização que modulam e afinam.⁴⁹

Podemos pensar a identidade (sexual), e as nossas ligações à identidade, como um processo que envolve uma intensificação da habituação. Ou seja, a identidade é a intensificação do hábito corporal, um “retorno para a frente” das vibrações e dos ritmos sensoriais afetivos quotidianos do corpo a um modelo disciplinar do sujeito, através do qual a sexualidade é apenas uma forma de capacidade corporal em desenvolvimento pelo capital neoliberal. Do mesmo modo, a associação agora inexata da campanha Brand Israel à lavagem cor-de-rosa constitui apenas uma entre uma série de formas de “lavagem” que compõem esta campanha. Esta habituação de intensidade afetiva ao quadro da identidade — uma relação da disciplina com o controlo, ou, na realidade, disciplinamento do controlo — comporta uma certa paragem relativamente a onde o corpo outrora se encontrava para reconciliar o local onde o corpo deve ir. É, também, uma habituação que exige determinada política e exclui uma habitação de outros.

As sensações estão, assim, sempre sob coação, nos termos de Panagia, para “fazerem sentido”, com vista a submeterem-se a estes guiões dominantes, seja como

⁴⁸ Tawil-Souri, H. (2011). Colored identity: the politics and materiality of id cards in palestine/ israel, 107. *Soc. Text*, 68-69 (Suri afirma: “...o Estado israelita é acusado de tentar erradicar palestinianos e, no entanto, o Estado institui uma infraestrutura de controlo impressionante baseada na presença contínua dos palestinianos na Palestina/Israel. Contrastando com o fundo de transferência, fragmentação e eliminação, existe um sistema burocrático para manter os palestinianos onde estão: sujeitos de formas de colonialismo sustentadas, ainda que mutáveis, ocupação e opressão... é bem provável que exista uma prática de fragmentação, isolamento, transferência e apagamento de palestinianos, mas estes têm de ser primeiro contados, documentados, monitorizados e controlados.”)

⁴⁹ Rai, A. (2009). *Untimely bollywood: Globalization and india's new media assemblage*, p. 9.

explicação na resposta à multiplicidade, seja como procura com vista à sua inclusão no guião principal e exclusão dessa multiplicidade. Estes diferentes modos de sexualidade refletem-se em duas correntes da teoria *queer*. A primeira possui uma ênfase desconstrutiva e encontra-se focada na construção social da diferença sexual relativamente à qual a linguagem controla o domínio político através de uma insistência no interminável adiamento de significado.⁵⁰ O outro modo de compreender a sexualidade pode ser genericamente definido como a multiplicação e proliferação da diferença, de fazer a diferença e de fazer proliferar a diferenciação criativa: tornar-se o oposto da diferença. Neste caso, o “local” da própria linguagem é resignificado; a linguagem não só possui matéria, como é matéria.⁵¹ As desconstruções da sexualidade deslocam-se para pensar contra e através de binários na esperança de os minar e dissolver, enquanto os segundos, processos afirmativos, têm como proposta ler e incentivar a multiplicidade e a diferenciação interminável na esperança de esmagar esses binários. As capacidades temporais de duração de cada uma das estratégias são diferentes e dispersas nas diferentes escalas. A primeira pode concentrar-se em fazer sentido ou obter um sentido diferente de um formato ou fórum representacional; a segunda pede sentido, a criação de potencialidades de emergência, pelo menos um reinvestimento da forma. Ao invés, encontra-se mais afinada com a diferenciação perpétua de variação para variação e com a multiplicidade de processos afirmativos.⁵²

Levando mais longe esta segunda corrente da sexualidade como mosaico e não como identidade, uma corrente investida no pensamento sobre mosaicos e replicação viral, mais do que futurismo reprodutivo, esta corrente poderá realçar a importância do afastamento da retransmissão de chamada e resposta referido acima, que continua a dominar a lógica de argumentação “*queer* dominante/global” vs. “*queer* de cor/*queer* não ocidental”, uma retransmissão que não consegue, muitas vezes, interrogar o complexo campo social no qual é produzido o “*queer*” como significante privilegiado dentro destas fronteiras.

Um dos motivos desta importância poderá, na realidade, residir nas viagens “virais” do conceito de homonacionalismo, tal como foi adotado na América do Norte, em vários países europeus, na Palestina/Israel e na Índia. Nesta aplicação reprodutiva, o homonacionalismo reduziu-se, muitas vezes, a uma plataforma de organização ativista acusatória e como uma análise aplicada à avaliação do nível ou da qualidade do Estado “homonacionalista”, que então reifica o Estado como agente dominante, e muitas vezes o único. Recapitulando, em vez de teorizar o homonacionalismo como um posicionamento da identidade ou como uma adjetivação denunciadora de um Estado ou de outra entidade, tenho pensado sobre homonacionalismo como uma análise para apreender a formação do Estado como uma estrutura da modernidade. Tendo em conta

⁵⁰ Ver Giffney, N. & Myra, J. (Eds.) (2008). *Queering the non/human*, pp. 1-12 (para uma explicação destas duas correntes).

⁵¹ Ver Kirby, V. (2011). *Quantum anthropologies: life at large*; Chen, M. (2012). *Animacies: biopolitics, racial mattering, and queer affect*.

⁵² Ver e.g., Claire Colebrook (2010). *Deleuze and the meaning of life* (o trabalho dela é representativo desta segunda abordagem).

este pensamento do homomonalismo como mosaico, aquilo que significa o homomonalismo como conceito para ser viral, na verdade, é distinto da sua aplicação reprodutora. Seguindo, então, esta segunda corrente da teoria queer, podemos interessar-nos pelo modo como o homomonalismo como conceito já está integrado e faz parte do mosaico que é o homomonalismo, na medida em que as “viagens” discursivas do conceito se replicam viralmente e, assim, operam a mutação do mosaico.

O homomonalismo como viral e do modo como é adotado pela sociedade de controlo já não é um espelho de si mesmo, já não é um conceito holístico que se reproduz apenas a si mesmo. A maior parte das vezes, a viralidade é invocada na linguagem contemporânea para enunciar o alcance e a velocidade intensificada da circulação de informações, sobretudo em relação à Internet. Também se refere a trocas indiscriminadas, muitas vezes associadas a noções de contaminação corporal, incontabilidade, transgressão indesejada da fronteira e dos limites, indicando simultaneamente de modo mais positivo a porosidade, na verdade a convivência, daquilo que tem sido tratado como oposto.⁵³

Para terminar, então, como poderíamos pensar de modo diferente acerca da viralidade do homomonalismo, tendo em conta a sua intransigência face à modernidade? O que é que significa dizer que o homomonalismo se tornou verdadeiramente viral — uma viralidade de mutação e replicação, em vez da banal reprodução do seu quadro de análise nos diferentes contextos nacionais, como aconteceu com algumas das suas utilizações identitárias? O melhor da viralidade, obviamente, é que produz a sua própria crítica, transformando o circuito de chamada e resposta do incitamento ao discurso, de Foucault. Mas, ao contrário deste circuito, que consiste sempre em fazer a acusação de que adotamos a posição do lado de fora, a crítica de uma forma viral já se encontra envolvida desde o seu estado incipiente. Torna-se mais difícil atribuir as culpas ao produto ofensivo supostamente original, uma vez que suscitou a sua própria crítica, e é, assim, alterado através desse encontro.

A reprodução viral não diz respeito ao excesso nem aos complementos; antes, é uma capacidade pós-humana; aquilo que é reproduzido não é o sujeito humano, a identidade ou o corpo, mas tendências afetivas, ecologias de sensações, e diferentes ontologias que criam novas epistemologias de afetos. Quando dizemos que algo se tornou viral, é outra forma de reconhecer que tudo aquilo que é oposto ao vírus, ou o viral, pode ser contornado. A teoria viral, então, como intervenção pós-humanista, também começa antes da separação, como acontece com as espécies, do binário ativismo versus teoria, uma oposição que alicerça a produção nos campos dos estudos Feministas e dos estudos Gays e Lésbicos. A teoria viral é imune a essas separações e divisões. A viralidade indica, não tanto a portabilidade de um conceito, mas uma medida da sua repercussão. Assim, a viralidade também pode constituir uma forma de pensar de modo diferente a transversalidade geopolítica que não é insistentemente encaminhada através ou contra o Estado-nação, proporcionando uma alternativa às noções de transnacionalismo, e complicando a aplicação do conceito de homomonalismo nos contextos nacionais. É

⁵³ Para mais discussões sobre o viral, ver Clough, P. & Puar, J. (2012). Introduction. *Women's studies*, 40 (1&2), Q. 9-.

claro que o homonacionalismo como mosaico constitui uma alternativa à dialética reativa casa-diáspora que informa o projeto do filme *I Am* ou a interminável transmissão de chamada e resposta do paradigma “o ocidente e o resto”.

REFERÊNCIAS

- Ahmed, S. (2011). Problematic proximities: or why critiques of gay imperialism matter. *Feminist Legal Studies*, 19 (2), 119-32.
- Alexander, M. (1994). Not just (any) body can be a citizen: the politics of law, sexuality and postcoloniality in trinidad and tobago and the bahamas. *Feminist Revue*, 48, 5-23.
- Chatterjee, P. (1990). The nationalist resolution of the women's question. In Kumkum Sangari & Sudesh Vaid (Eds.), *Recasting Women: Essays in Colonial History* (pp. 233-253). EUA: Rutgers University Press.
- Chen, M. (2012). *Animacies: biopolitics, racial mattering, and queer affect*. Durham, N.C.: Duke University Press.
- Chow, R. (2006). *The age of the world target: self-referentiality in war, theory, and comparative work*. Durham, N.C.: Duke University Press.
- Clough, P. & Puar, J. (2012). Introduction. *Women's Studies*, 40 (1), 13-26.
- Colebrook, C. (2010). *Deleuze and the meaning of life*. Londres: Continuum.
- Deleuze, G. (1997). *Negotiations 1972-1990*. Nova Yorque: Columbia University Press.
- Duggan, L. (2002). *The twilight of equality: neoliberalism, cultural politics, and the attack on democracy*. Boston: Beacon Press.
- Foucault, M. (1977). *Security, territory, population: lectures at the collège de France-1978* (Graham Burchell trans., 2007, Londres: Palgrave Macmillan).
- Foucault, M. (1998). *The will to knowledge: History of sexuality*, vol 1 (Robert Hurley trans.). Nova Yorque: Penguin Books.
- Giffney, N. & Myra, J. (Eds.) (2008). *Queering the non/human*. Burlington: Ashgate Publishing Company, pp. 1-12.
- Gilmore, R. (2007). *The golden gulag: prisons, surplus, crisis, and opposition in globalizing California*. Berkeley: University of California Press.
- Haritaworn, J. et. al. (2008). Gay imperialism: gender and sexuality discourse in the 'War on Terror'. In Adi Kuntsman & Esperanza Miyake (Eds.), *Out Of Place: Interrogating Silences in Queerness/Racality* (pp. 9-33). Yorque: Raw Nerve Books Ltd.
- Jakobsen, J. & Pellegrini, A. (2003). *Love the sin: sexual regulation and the limits of religious tolerance*. Nova Yorque: New York University Press.
- Kirby, V. (2011). *Quantum anthropologies: life at large*. Durham, NC and Londres: Duke University Press.
- Livingston, J. & Puar, J. (2011). Introduction: interspecies. *Social Text* 29 (1 106), 3-14.
- Long, S. (2009). Unbearable witness: how western activists (mis)recognize sexuality in Iran. *Contemporary Politics*, 15 (1), 119-36.

- Panagia, D. (2009). *The political life of sensation*. Durham e Londres: Duke University Press.
- Puar, J. (2014, no prelo). *Affective politics: states of debility and capacity*.
- Puar, J. (2012). I'd rather be a cyborg than a goddess, *PhiloSOPHIA*, 2 (1), 49-66.
- Puar, J. (2012). The cost of getting better: suicide, sensation, switchpoints. *GLQ: Journal of Lesbian & Gay Studies*, 18 (1), 149-58.
- Puar, J. (2011). Citation and censorship: the politics of talking about the sexual politics of Israel. *Feminist Legal Studies*, 19 (2), 133-42.
- Puar, J. (2005). *Terrorist assemblages: homonationalism in queer times*. Durham e Londres: Duke University Press.
- Puar, J. (1998). Transnational sexualities: south asian (trans)nation(alism)s and queer diasporas. In David L. Eng & Alice Y. Hom (eds.), *Q&A: Queer in Asian America*. Filadélfia: Temple University Press.
- Rai, A. (2009). *Untimely bollywood: globalization and india's new media assemblage*. Durham e Londres: Duke University Press.
- Ratti, R. (Ed.) (1993) *A lotus of another color: an unfolding of the south asian gay and lesbian experience*. Boston: Alyson.
- Reddy, C. (2011). *Freedom with violence: race, sexuality and the US state*. Durham e Londres: Duke University Press.
- Schulman, S. (2012). *Israel/ Palestine and the queer international*. Durham, NC: Duke University Press.
- Shah, N. (1998). Sexuality, identity, and history. In David L. Eng & Alice Y. Hom (Eds.), *Q&A: Queer in Asian America*. Filadélfia: Temple University Press.
- Sircar, O. (2012). Spectacles of emancipation: reading rights differently in India's legal discourse. *Osgoode Hall Law Journal*, 49 (3), 527-573.
- Solomon, A. (2003). Viva la diva citizenship: post-zionism and gay rights. In Daniel Boyarin et. al. (Eds.). *Queer Theory and the Jewish Question* (pp. 149-65). Nova Yorque: Columbia University Press.
- Spivak, G.C. (1988). Can the subaltern speak?. In Lawrence Gossberg & Cary Nelson (Eds.), *Marxism and the Interpretation of Culture* (pp. 271-313). Urbana: University of Illinois Press.
- Stein, R- (2010). Explosive: scenes from Israeli queer occupation. *GLQ: Journal Lesbian & Gay Studies*, 16 (4), 517-36.
- Tawil-Souri, H. (2011). Colored identity: the politics and materiality of id cards in palestine/ Israel. *Social Text*, 29 (2 107), 67-97.
- Weston, K. (1997). *Families we choose: lesbians, gays, kinship*. Nova Yorque: Columbia University Press.

Jasbir K. Puar é Associate Professor de Estudos Feministas e de Género na Rutgers University. Doutorou-se em Estudos Étnicos na University of California at Berkeley em 1999, depois de ter concluído o Mestrado em Estudos Feministas na Universidade de York, em Inglaterra, em 1993. Puar é autora de *Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times* (Duke University Press 2007), que conquistou em 2007 o prémio

literário Cultural Studies Book Award da Association for Asian American Studies. Entre os trabalhos editados por Puar, encontram-se: “Queer Tourism: Geographies of Globalization” (*GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, 2002); é co-editora de volumes sobre *Sexualidade e espaço* (*Society and Space*, 2003); *Inter-espécies* (*Social Text*, 2011); *Viral* (*Women’s Studies Quarterly*, 2012). Os seus artigos foram publicados nas revistas científicas *Gender, Place, and Culture*, *Radical History Review*, *Socialist Review*, *Feminist Legal Studies*, *Antipode: A Radical Journal of Geography*, *Feminist Studies*, e *Signs: Journal of Women in Culture and Society*.

E-mail: jpuar@rci.rutgers.edu

Rutgers University 190 University Ave, Newark, NJ 07102, EUA

HOMONATIONALISM AS ASSEMBLAGE: VIRAL TRAVELS, AFFECTIVE SEXUALITIES¹

Jasbir K. Puar

ABSTRACT

In this article I aim to contextualise the rise of gay and lesbian movements within the purview of debates about rights discourses and the rights-based subject, arguably the most potent aphrodisiac of liberalism. I examine how sexuality has become a crucial formation in the articulation of proper citizens across registers like gender, class, and race, both nationally and transnationally. The essay clarifies homonationalism as an analytic category necessary for understanding and historicising why a nation's status as "gay-friendly" has become desirable in the first place. Like modernity, homonationalism can be resisted and resignified, but not opted out of: we are all conditioned by it and through it. The article proceeds in three sections. I begin with an overview of the project of Terrorist Assemblages, with specific attention to the circulation of the term 'homonationalism'. Second, I will elaborate on homonationalism in the context of Palestine/Israel to demonstrate the relevance of sexual rights discourses and the narrative of 'pinkwashing' to the occupation. I will conclude with some rumination about the potential of thinking sexuality not as an identity, but as assemblages of sensations, affects, and forces. This virality of sexuality productively destabilises humanist notions of the subjects of sexuality but also the political organising seeking to resist legal discourses that attempt to name and control these subjects of sexuality.

KEYWORDS

Homonationalism; assemblage; virality; affective sexualities

INTRODUCTION

In this article I aim to contextualise the rise of gay and lesbian movements within the purview of debates about rights discourses and the rights-based subject, arguably the most potent aphrodisiac of liberalism.² The targets and success of gay and lesbian political organising have increasingly come to be defined and measured through the prism of legalisation, leading to a palpable romance with the decriminalisation of sodomy in many national contexts. While the discourse of law can serve, and serve well, to redress social injustices and subjects of legal discourse are savvy and capable of negotiating legal systems even as they are subject to their disciplinary forces, my interest here is to destabilize the measuring of social change and of 'progress' in terms of legalisation. 'The

¹ This article was originally delivered as the keynote at 'Human Rights Beyond the Law: Politics Practices, Performances of Protest', organised by the Jindal Global Law School, India in September 2011. It was subsequently published in English in the special double issue of the Jindal Global Law Review (Vol 4., Issue 2, Part II, November 2013) themed 'Law, Culture and Queer Politics in Neoliberal Times', edited by Oishik Sircar and Dipika Jain. The article is also forthcoming in Oishik Sircar and Dipika Jain (Eds.). *New intimacies/old desires: law, culture and queer politics in neoliberal times*. New Delhi: Zubaan.

² The characterisation of human rights as liberalism's most potent aphrodisiac is drawn from the 'Human Rights Beyond the Law' workshop's call for papers, available at <http://www.h-net.org/announce/show.cgi?ID=182227>.

law' is limited in what it can convey and create; the limits with which we must concern ourselves are not legal instruments per se, but rather the law's reliance on performative language that produces that which it simply claims to regulate, including the ascription of a subject of that law.³ While these limitations may not mean abandoning rights-based legal interventions, they do highlight the need to attend to the un-progressive consequences of progressive legislation as well as the modes of bodily comportment that defy identity parameters.

I begin with an overview of the project of *Terrorist Assemblages*, with specific attention to the circulation of the term 'homonationalism'. Second, I will elaborate on homonationalism in the context of Palestine/ Israel to demonstrate the relevance of sexual rights discourses and the narrative of 'pinkwashing' to the occupation. I will conclude with some rumination about the potential of thinking sexuality not as an identity, but as assemblages of sensations, affects, and forces. This virality of sexuality productively destabilises humanist notions of the subjects of sexuality but also the political organising seeking to resist legal discourses that attempt to name and control these subjects of sexuality.

1. HOMONATIONALISM AND ITS DISCONTENTS

In my 2007 monograph *Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times*⁴ (hereinafter *TA*), I develop the conceptual framework of 'homonationalism', by which I mean the use of 'acceptance' and 'tolerance' for gay and lesbian subjects as the barometer by which the legitimacy of, and capacity for national sovereignty is evaluated. Beginning in the 1990s, I became increasingly concerned with the standard refrain of transnational feminist discourse as well as queer theories that vociferated that the nation is heteronormative and that the queer is inherently an outlaw to the nation-state.

While the project arose within the post-9/11 political era of the United States, my intent in *TA* was not only to demonstrate simply a relationality of the instrumentalisation of queer bodies by the U.S. state or only the embracing of nationalist and often xenophobic and imperialist interests of the U. S. by queer communities. Rather, building on the important work of Lisa Duggan on "homonormativity" — her theorisation of the imbrication of privatisation of neoliberal economies and the growth of domestic acceptance of queer communities⁵ — homonationalism is fundamentally a critique of how lesbian and gay liberal rights discourses produce narratives of progress and modernity that continue to accord some populations access to cultural and legal forms of citizenship at the expense of the partial and full expulsion from those rights of other populations.

Simply stated, homonationalism is the concomitant rise in the legal, consumer and representative recognition of LGBTQ subjects and the curtailing of welfare provisions, immigrant rights and the expansion of state power to engage in surveillance, detention and deportation. The narrative of progress for gay rights is thus built on the backs of

³ Human rights discourses reiterate a "biopolitical anthropocentrism" that mandates a reproduction of human exceptionalism; Livingston, J. & Puar, J. (2011). Introduction: interspecies. *Social Text* 29 (1 106), 3-14.

⁴ Jasbir K. Puar (2005). *Terrorist assemblages: homonationalism in queer times*.

⁵ Duggan, L. (2002). *The twilight of equality: neoliberalism, cultural politics, and the attack on democracy*.

racialised and sexualised others, for whom such progress was either once achieved but is now backsliding or has yet to arrive. This process relies on the shoring up of the respectability of homosexual subjects in relation to the performative reiteration of the pathologised perverse (homo- and hetero-) sexuality of racial others, specifically Muslim others, upon whom Orientalist and neo-Orientalist projections are cast. Homonationalism is thus not simply a synonym for gay racism or another way to critique the ‘conservatisation’ of gay and lesbian identities, but instead an analytic for apprehending the consequences of the successes of LGBT liberal rights movements.

I will add here, and elaborate on this later, that I do not think of homonationalism as an identity nor a position — it is not another marker meant to cleave a ‘good’ (progressive/transgressive/politically left) queer from a ‘bad’ (sold out/ conservative/ politically bankrupt) queer. Rather, I have theorised homonationalism as an assemblage of de- and re-territorialising forces, affects, energies, and movements. Assemblages do not accrete in linear time or within discrete histories, fields, or discourses. In naming a movement in contemporary U.S. queer politics, homonationalism is only useful in how it offers a way to track historical shifts in the term of modernity, even as it has become mobilised within the very shifts it was produced to name. We can debate the pros and cons of instrumentalisation of sexual identity by human rights frames, but we cannot elide what I would argue is the crux of the problem: the insistence of or default to the notion of identity itself. Through Deleuzian assemblage — in French originally termed *agencement* which loosely means patterning of arrangements — homonationalism is re-articulated as a field of power rather than an activity or property of any one nation-state, organisation, or individual.⁶

Homonationalism is also a process, not an event or an attribute. It names a historical shift in the production of nation-states from the insistence on heteronormativity to the increasing inclusion of homonormativity. This process coheres not through 9/11 as a solitary temporal moment: ‘this’ did not begin with 9/11. I have concerns about how 9/11 seems to function as an originary trigger, fostering a dangerous historical reification (what is sometimes cynically referred to in the US as the ‘9/11 industry’).⁷ Looking back from 9/11, my interest was in the 40-year span of the era of post civil rights that, through the politics of liberal inclusion, continues to produce the sexual other as white and the racial other as straight. And while forms of virulent explicit Islamophobia and the growing sense of the failure of President Obama’s ‘post-racial’ moment has given license to more explicit racist expression, nevertheless those conservative modalities can be directly challenged better than before. I remain more convinced than ever that addressing the insidious collusions between racism and liberalism are the core critique of homonationalism. This convergence of racism and progressive liberal instrumentalisation of once-outlawed sexual

⁶ For further explication on assemblage theory, see Puar, J. (2012). I’d rather be a cyborg than a goddess. *PhiloSOPHIA*, 2 (1), 49-66.

⁷ Of interest here are different periodisations of Islamophobia. Certainly we can point to rising forms of global Islamophobia that coincided with the era of decolonisation, the 1978-79 Iranian Revolution and the end of the Cold War. My own research (*Terrorist Assemblages*, chapter one) on the production of Terrorist Studies in the U.S. unearths a consolidation of the figure of the Muslim terrorist during the Cold War.

identities has led to commonsensical liberal positions, such as the following: Of course we oppose the war on terror, but what about the homophobia of Muslims? Of course we oppose the U.S. occupation of the Middle East, but the Iranians keep hanging innocent gay men. Of course we support the revolution in Egypt and the Arab Spring, but the sexual assaults of women proves that the Egyptians are beasts. These kinds of binary productions between enlightened liberal secularists and those Others, those racialised religious fanatics, are not only intellectually reductive and politically naive, they are simply unacceptable.⁸

I would argue that they have nevertheless been given increasing license in gay, lesbian, feminist and left circles in the United States and Europe.⁹ The one liberal positioning that is enduring and to which I will return through my discussion of pinkwashing is: Of course we support the Palestinians in their quest for self-determination, but what about how sexist and homophobic they are? However, in *TA*, I look not only at the proliferation of queerness as a white, Christian, secular norm but also at the proliferation of homonationalism in Arab Muslim and South Asian queer communities¹⁰ in the U.S., so this is not simply a critique of the racial exclusions and whiteness of mainstream LGBT communities.¹¹

Two most recent examples of homonationalism in the U.S. are painfully illustrative of the uneven violences of rights discourses. The ban on homosexuals in the U.S. military — the ‘Don’t Ask Don’t Tell’ policy — was repealed on December 18, 2010, the same day that the U.S. Senate put a halt to the DREAM Act (Development, Relief, and Education for Alien Minors), a piece of legislation that would have legalised millions of undocumented students and allowed them to pursue higher education and, ironically enough, military enlistment. In the fall of 2009, the Mathew Shepard James Byrd Hate Crimes Prevention Act – the first federal legislation criminalising hate crimes against gays, lesbians, and trans people – was passed, ironically, in large part because it was attached to a military appropriations bill.¹² So much for queer progress that does not support the war on terror.

⁸ I am also reminded by Janet Jakobsen and Ann Pellegrini that what passes as secularism in the ‘West’ is inherently informed by Christian ideological conditionings. That is, what is defined as secular is indebted to the absorption of Christian norms as the secular, starting from the way time is marked to the consumerist economy of holidays to the implicit theological underpinnings of sexual morality. What Jakobsen and Pellegrini insinuate, then, is that there is no pure secular position at least in the U.S., secularism is already contraindicated by the religious orientation it seeks to disavow. I would add to that, that the claims to such a pure position, at this particular political moment, seem most disturbingly applied in relation to public expressions of Islamic belief. Which should lead one to ask: is it secular, or is it racist? Where and when are the terms of secularism taken up and activated as a covert form of cultural racism? See Jakobsen, J. & Pellegrini, A. (2003). *Love the sin: sexual regulation and the limits of religious tolerance*.

⁹ See Faderman L. & Rothstein, R. (2011). A new state for homophobia. *The advocate*, L. Oct. 12, available at <http://www.advocate.com/politics/commentary/2011/10/12/op-ed-new-state-homophobia>; Palestine: Lillian Faderman Responds to Alex Blaze, the bilerico Project (Oct. 12, 2011), available at http://www.bilerico.com/2011/10/palestine_lillian_faderman_responds_to_alex_blaze.php.

¹⁰ This is where Hindu secularism and Indian nationalism virulently converge.

¹¹ My interest in the biopolitical intertwining of queerness and nationalism started with my dissertation research in Trinidad in the 1990s where I examined the tensions between Afro- and Indo-Trinidadians in the gay and lesbian movement and continued with my research on gay and lesbian tourism, understanding the production of the difference between ‘gay-friendly’ and ‘not gay-friendly’ nations as endemic to neoliberal integration of *queer* consumers.

¹² SRLP Sylvia Rivera Law Project. On hate crime laws. Available at <http://srlp.org/our-strategy/policy-advocacy/hate-crimes/> (last visited May 15, 2013) (“This particular bill was attached to a \$680-billion measure for the Pentagon’s budget, which includes \$130 billion for ongoing military operations in Iraq and Afghanistan”).

But even before it was known that the bill was being manipulated to reinforce militaristic ends, queer people-of-colour organisations such as the ‘Audre Lorde Project’ and several convivial cohort members such as ‘Queers for Economic Justice’ released a statement taking a stand against the purportedly ‘historic’ passage of the hate crimes bill, arguing that legal intervention would be so detrimental it would be better not to criminalise these specific hate crimes.¹³ These organisations posited that the hate crime legislation would allocate greater resources for the ‘militarisation’ of police forces and the administrative surveillance and harassment of people-of-colour (especially youth of colour, a priori designated as more homophobic than their white counterparts), in particular Latinos and African Americans, whose disproportionate incarceration in the U.S. is a known fact.¹⁴

Historically in the U.S. these populations have not been able to depend on protection from the state and the police from violence, but have rather been the targets of violence from these purportedly protective services. Further, new populations cohere through the gathering of statistical, demographic, financial, and personal information to move those understood as targets of hate crimes into the purview of knowledge production to become the ‘objects’ of state surveillance under the purported guise of being the ‘subjects’ of state protection. These cautionary concerns about the limited efficacy of legal intervention were completely dismissed by mainstream national gay and lesbian organisations; nor did these organisations critique or comment upon the legislation regarding the severe compromises made in order to enable its passage.¹⁵

As *TA* was not intended as a corrective but rather an incitement to generative and constructive debate, it has been humbling and inspiring to see how ‘homonationalism’ as a concept has been deployed, adapted, re-articulated and critiqued in various national, activist, and academic contexts in North America, Europe, the Middle East, and India. A Paris-based group called ‘No to Homonationalism’ (*Non a l’homonationalisme*) is contesting the representational campaign proposed for Gay Pride in Paris using the national symbol of the white rooster.¹⁶ A conference on Sexual Democracy in Rome took issue with the placement of World Pride in the most migrant area of the city and staked a claim to a secular queer politics that challenges the Vatican as well as the homonationalism of European organising entities.¹⁷ In April 2013, a two-day international conference on ‘Homonationalism and Pinkwashing’ was hosted by the Center for Lesbian and Gay Studies (CLAGS) at the CUNY Graduate Center.¹⁸

¹³ See a compilation of critiques on hate crimes legislation, blackandPink.org, available at <http://www.blackandpink.org/revolt/a-compilation-of-critiques-on-hate-crimes-legislation> (last visited Sept. 15, 2013).

¹⁴ See Gilmore, R. (2007). *The golden gulag: prisons, surplus, crisis, and opposition in globalizing California*.

¹⁵ For a full reading of the legislative negotiations made and the details of the bill, see Reddy, C. (2011). *Freedom with violence: race, sexuality and the US state*.

¹⁶ *Liberation of Homosexual Muslims of France, Beyond Islamophobia and anti-Semitism*, Homonationalism, available at http://www.homosexuels-musulmans.org/_HOMONATIONALISM_Liberation-of-homosexual-Muslims-of-France-beyond-Islamophobia-and-anti-Semitism.html.

¹⁷ *In and out of sexual democracies*, Facciamo Breccia, (March 23, 2011), available at <http://www.facciamobreccia.org/content/view/516/> (for details of the conference).

¹⁸ Homonationalism and Pinkwashing Conference, The Centre for Lesbian and Gay Studies (April 10-11, 2013), available at <http://homonationalism.org/>

While I work predominantly on the U.S., in *TA* I did draw from examples in Britain and the Netherlands to demonstrate the work of liberal progress narratives, examples that reach beyond the right-wing gay anti-migration political figures that are gaining increasing currency in various European states. In Europe, these tensions between liberal rights discourses and organisations and queer groups of colour, anti-racist organisations, and queer scholars of colour continue to proliferate. In June 2010, Judith Butler refused the Civil Courage Award given to her by the Christopher Street Day Parade in Berlin because of the organisation's history of anti-migrant sentiment.¹⁹ The controversial incident brought to light the inability of liberal queer organisations to challenge their practices of racial profiling and entrenched beliefs about the white secular norms of homosexuality. It also highlighted the widespread tendency to 'cite up', rather than 'cite down' or expansively, laterally, eclectically, as Butler's celebrity status was of more interest than the anti-racist queer groups that she highlighted in her public refusal and the scholars that supported her critique.²⁰ There have already been two (somewhat successful) attempts by Britain's self-proclaimed premier gay and lesbian human rights activist Peter Tatchell of the queer group 'OutRage!' to stifle legitimate criticism of his work and politics. The articles "Gay Imperialism" by Jin Haritaworn, Tamsila Tauqir and Esra Erdem²¹ and "Unbearable Witness" by Scott Long,²² formerly of Human Rights Watch, were withdrawn and retracted in response to implicit and explicit legal threats by Tatchell, who is unfortunately protected by Britain's archaic libel laws in which the accused is presumed guilty unless shown otherwise.²³

¹⁹ Puar, J. (2010,) Celebrating refusal: the complexities of saying no, bully bloggers, available at <http://bullybloggers.wordpress.com/2010/06/23/celebrating-refusal-the-complexities-of-saying-no/#comments>

²⁰ See id. (I would also point to the 'No Homomonationalisms' website (nohomomonationalism.org) for more detailed explication of the appropriation and exploitation of scholars of colour in academic citational practices. I will add that Butler's decision to refuse the award was seemingly scorned by many who might otherwise have been thought of as 'natural allies'. In other words, mainstream queer organisations were dismissive of her critiques.)

²¹ Haritaworn, J. et. al. (2008). Gay imperialism: gender and sexuality discourse in the 'War on Terror'. In Adi Kuntsman & Esperanza Miyake (Eds.), *Out Of Place: Interrogating Silences in Queerness/Raciality* (pp. 9-33). (the apology to Peter Tatchell can be accessed at <http://www.rawnervebooks.co.uk/outofplace.html>); See also Ahmed, S. (2011) Problematic proximities: or why critiques of gay imperialism matter. *Fem. Legal Studies*, 19 (2), 119-32.

²² Long, S. (2009). Unbearable witness: how western activists (mis)recognize sexuality in Iran. *Contemp. Pol.*, 15 (1), 119-36.

²³ These practices of citational violence and of censoring dissenting or 'unpleasant' analyses are so incredibly damaging to the kinds of affirmative, life building, intellectual, social and political communities that we are all seeking to sustain. Not only do we risk reproducing a defensively white (queer) canon, but more proactively, citational practices can be a form of redistribution of resources that can challenge neoliberal logics of compartmentalisation and hierarchy, and disciplinarity because they redirect our attention elsewhere. But more violently, these practices continue to reiterate the uncomplicated binary of white secular — and again Christian secular — queers, feminist, and other liberals, who continue to act with impunity in regards to the liberal forms of racism they sanction, while at the same time demanding accountability from those racial and religious Others for the homophobia and sexism deemed rampant in their home communities. Binaries are thus never about a relationship between two equal players, one might remember. Should a 'citing down' (as a way to expose hierarchical realities) or even 'citing lateral,' i.e. citing expansively be practiced more fully in our work, one might realise that the work of addressing homophobia in religious and racial communities continues unabated. It would be really nice to get beyond this question to actually hear more about how this work is done, because otherwise we never move past a call and response mode. What happens is simply — as I witnessed at the 'Sexual Nationalisms' conference in Amsterdam — a recentering of white secular queernesses and their anxieties about Racial Others, most of whom were only there in absentia. This infinite self-referentiality of post-structuralist critique is what Rey Chow refers to as "post- structuralist signficatory incarceration." Chow, R. (2006). The age of the world target: self-referentiality in war, theory, and comparative work, p. 53.

Shortly before coming to India, I had the opportunity of seeing *I Am*, a beautiful documentary film set in New Delhi and making the rounds of the global gay and lesbian film festival circuit.²⁴ The organising concept of *I Am* is simultaneously deeply personal and political. Film-maker Sonali Gulati (from New Delhi, now residing in the U.S.) grieves the passing of her mother, to whom she never had the opportunity to ‘come out’ regarding her desire to ‘marry a woman’. The film ends with scenes from the celebrations in Delhi post-the-reading-down of Section 377. So already the film is bookended by the two most centralised issues of what is known in the U.S. as the ‘gay equality agenda’ — the decriminalisation of sodomy and gay marriage. The narrative drive animating the story is codified through the trope of ‘coming out’ which remains a stable and un-ironic desire, despite having been thoroughly critiqued for its western episteme by South Asian queer theorists and activists alike.²⁵ The film primarily foregrounds several lesbian women who are perceived as masculine, many of whom would constitute part of a ‘transnational activist class’ of labourers embedded in the struggle for gay and lesbian rights. Gulati documents the conflicts that arise in the search for familial acceptance. In the end, most Indian parents turn out to be good, liberal tolerant supporters of their homosexual children.

I Am is now being used by the South Asian Lesbian and Gay Association (SALGA) in New York to promote tolerance and acceptance of homosexual children by South Asian parents. No doubt, part of the uptake of *I Am* in the U.S. as a model for familial acceptance was spurred by the spate of ‘gay youth suicides’ that occurred in the fall of 2010.²⁶ But if we are to promote a truly non-national queer agenda, we must not only be critical of familial homophobia but also of the model of family itself — even queer family. The notion of queer family — “families we choose”²⁷ — may well invite new and validate different objects into the discourse of family, but the directionality of familial affect and psychic reproduction may well be the same. That is to say, the objects and subjects of family might alter, but the problems with heteronormative reproduction — and in these cases, homonormative reproduction — don’t simply dissipate with a switch in object choice, as we have seen time and again with the limits of gay equality agendas.

As with the U.S., is gay marriage next on the gay equality agenda in India? For whom does a gay rights equality agenda centring marriage benefit? Is there any relationship between the reading down of Sec. 377-signalling an increasingly visible middle-class LGBT movement in India — and the nature and visibility of sexual assaults on women, for example the recent gang-rape and murder that occurred in New Delhi in December 2012? Are women who transgress their scripted positions within the gender binary being punished through a backlash against the striving for sexual liberation?

²⁴ *I Am*, Sonali film, available at <http://www.sonalifilm.com/I-AM.html>.

²⁵ See, e.g., Ratti, R. (Ed.) (1993) *A lotus of another color: an unfolding of the south asian gay and lesbian experience*; Shah, N. (1998). Sexuality, identity, and history. In David L. Eng & Alice Y. Hom (Eds.) *Q&A: Queer in Asian America*; Puar, J. (1998). Transnational sexualities: south asian (trans)nation(alism)s and queer diasporas. In David L. Eng & Alice Y. Hom (Eds.), *Q&A: Queer in Asian America* (on South Asian queer transnationalisms).

²⁶ See Puar, J. (2012). The cost of getting better: suicide, sensation, switchpoints. *GLQ: J. of Lesbian & Gay Studies*, 18 (1), 149-58.

²⁷ See Weston, K. (1997). *Families we choose: lesbians, gays, kinship*.

Regarding Sec. 377, Oishik Sircar writes:

The decriminalisation of same-sex relationships is clearly an outcome of the gradually increasing cultural acceptance of diverse sexualities that has taken place as a result of liberalisation and globalisation, as is evident from the court's constant allusions to international human rights law and case law, and precedents primarily from the United States. These references made apparent the cultural logic behind the court's judgment: India needs to live up to the progressive developments in other parts of the (Western) world by decriminalising sodomy. As Anjali Gopalan, founder of petitioner Naz Foundation, said after the judgment was delivered, "Oh my God, we've finally stepped into the 21st century." This exclamatory declaration seems to be a history-vanishing moment, where the ostensibly progressive present contributes to queer emancipation at the cost of blinding us to a historicised understanding of the cruelly liberal genealogies of present-day India.²⁸

Rather than suggesting that these aspirations to join the 21st century, proclaimed by Gopalan,²⁹ are simply versions of homonationalism as applied to the Indian case, it seems more prudent to note the divergences and differences that create multiple kinds of homonationalisms. What is crucial to an/the on-going political struggle in multiple locations is not to critique a long-awaited community-oriented film or the efforts of gay and lesbian activists in any national location, but to insist on an awareness of homonationalism as an uneven and unpredictable process. How do the history of British colonialism, the specific periodisation of liberalisation in India, and the uptake of neoliberal class stratification that produces privileged transnational networks shape homonationalism as an assemblage?

2. ISRAELI 'PINKWASHING' IN AN INCREASINGLY HOMONATIONALIST WORLD

In keeping with the movement of homonationalism-as-assemblage in its questioning of periodisation and progress, this section discusses what has become known as pinkwashing, or the practice of covering over or distracting from a nation's policies of discrimination of some populations through a noisy touting of its gay rights for a limited few.³⁰ I focus on Palestine/Israel here for two reasons: one, because after the U.S., Israel is, in my estimation, the greatest benefactor of homonationalism, for reasons in part because

²⁸ Sircar, O. (2012). Spectacles of emancipation: reading rights differently in India's legal discourse. *Osgoode Hall I. J.*, 49 (3), 563.

²⁹ Flock, E- (2009, Dec. 26). The law breaker. *Forbes India*. Available at <http://business.in.com/printcontent/8082>.

³⁰ On 11 January 2011, Tel Aviv was voted the "world's best gay city" of the year by a *gaycities.com* survey, beating London, Toronto, and New York, among other cosmopolitan locales. That same day our LGBTIQ solidarity delegation to Palestine — the first ever of its kind — was meeting with several Israeli anti-Occupation activist organisations, including Boycott from Within, Anarchists Against the Wall, and Zocheot, a Nakba remembrance project. One of our speakers demonstrated the complexities of doing anti-Occupation and Boycott Divestment and Sanctions work in the belly of the beast that is Israel when he quipped: "So now Tel Aviv is the best gay city. It is also the least Arab city you might ever find. It is incredibly rare to hear Arabic spoken on the streets of Tel Aviv."

of its entwinement with the U.S., but not only; and two, because Israel has been accused of ‘pinkwashing’ in a manner that apparently no other nation-state does, and I have been unconvinced that pinkwashing is a practice singular to the Israeli state. Quite simply, pinkwashing has been defined as the Israeli state’s use of its stellar LGBT rights record to deflect attention from, and in some instances to justify or legitimate, its occupation of Palestine. Resonating within a receptive field of globalised Islamophobia significantly amplified since 9/11 and reliant on a civilisational narrative about the modernity of the Israelis juxtaposed with the backward homophobia of the Palestinians, pinkwashing has become a commonly used tag for the cynical promotion of LGBT bodies as representative of Israeli democracy. As such, it functions as a form of discursive pre-emptive securitisation.

Why is pinkwashing legible and persuasive as a political discourse? First of all, a neoliberal accommodationist economic structure engenders the niche marketing of various ethnic and minoritised groups and has normalised the production of a gay and lesbian tourism industry built on the discursive distinction between gay-friendly and not-gay-friendly destinations. Most nations that aspire to forms of western or European modernity now have gay and lesbian tourism marketing campaigns. In that sense, Israel is doing what other states do and what is solicited by the gay and lesbian tourism industry — promoting itself. We can of course notice that the effects of this promotion are deeply detrimental in the case of the occupation. But we might want to pose questions about the specifics of the ‘Brand Israel Campaign,’ which has been located as the well-spring of Israel’s pinkwashing. How does the Brand Israel Campaign differ from a conventional state-sponsored advertising campaign targeting gay and lesbian tourists?³¹

Additionally, in some senses Israel is a pioneer of homonationalism as its particular position at the crosshairs of settler colonialism, occupation, and neoliberalist accommodationism creates the perfect storm for the normalisation of homosexuality. The homonationalist history of Israel – the rise of LGBT rights in Israel and increased mobility for gays and lesbians – parallels the concomitant increased segregation and decreased mobility of Palestinian populations, especially post-Oslo.³² I have detailed this point at greater length elsewhere, but to quickly summarise: the advent of gay rights in Israel begins around the same time as the first Intifada, with the 1990s known as Israel’s ‘gay decade’ brought on by the legalisation of homosexuality in the Israeli Defence Forces, workplace anti-discrimination provisions, and numerous other legislative changes.³³

Pinkwashing operates through an erasure of the spatial logics of control of the Occupation and the intricate and even intimate system of apartheid replete with a dizzying array of locational obstacles to Palestinian mobility. That queer Palestinian activists in Ramallah cannot travel to Haifa, Jerusalem, or Gaza to meet fellow Palestinian activists seems to be one of the most obvious ways the Israeli occupation delimits — prohibits,

³¹ See Schulman, S. A Documentary Guide to Pinkwashing, *PrettyQueer*, Available at <http://www.prettyqueer.com/2011/11/29/a-documentary-guide-to-pinkwashing-sarah-schulman-new-york-times-oped/> (for her detailing of Brand Israel).

³² See Stein, R- (2010). Explosive: scenes from Israeli queer occupation. *GIQ: J. Lesbian & Gay Studies*, 16 (4), 517-536.

³³ See Puar, J. (2011). Citation and Censorship: The Politics of Talking About the Sexual Politics of Israel. *Fem. Legal stud*, 19 (2), 133-42.

in fact — the possibilities for the flourishing of queer communities and organising that Israelis have enjoyed without hassle.

Instead of understanding access to mobility and congregation as constitutive of queer identity and community, pinkwashing reinforces ideologies of the clash of cultures and the ‘cultural difference’ of Palestinian homophobia rather than recognising the constraining and suffocating spatial and economic effects of apartheid. Questions about the treatment of homosexuals in the West Bank or the Gaza Strip fail to take into account the constant and omnipresent restrictions on mobility, contact, and organising necessary to build any kind of queer presence and politics. What becomes clear is that the purported concern for the status of homosexuals in the West Bank and the Gaza Strip is being used to shield the Occupation from direct culpability in suppressing, indeed endangering, those very homosexuals. Further, the LGBT rights project itself relies on the impossibility/ absence/ non-recognition of a proper Palestinian queer subject, except within the purview of the Israeli state itself. It presents the ‘gay haven’ of Tel Aviv³⁴ as representative of the entire country and unexamined in terms of its Arab cleansing, while also maintaining Jerusalem as the religious safeguard.

As its shorthand use proliferates in anti-occupation organising forums internationally, pinkwashing must be situated within its wider homonationalising geopolitical context. That is to say, if pinkwashing is effective, it is not because of some outstandingly egregious activity on the part of the Israeli government, but because both history and global international relations matter. So while it is crucial to challenge the Israeli state, it must be done in a manner which acknowledges that the assemblage of homonationalism going beyond the explicit activities of any one nation- state, even Israel. Building on theoretical points first articulated in *TA*, I contend that it is crucial to keep in mind that pinkwashing appears to be an effective strategy not necessarily because of any exceptional activities on the part of the Israeli state but because of the history of settler colonial violence, the international LGBT tourism industry, the gay and lesbian human rights industry, and finally, the role of the U.S.

Pinkwashing is only one more justification for imperial/racial/ national violence that has a long history preceding it. How has ‘the homosexual question’ come to supplement ‘the woman question’ of the colonial era to modulate arbitration between modernity and tradition, citizen and terrorist, homonational and queer? As elaborated by Partha Chatterjee, this question arose with some force in the decolonization movements in South Asia and elsewhere, whereby the capacity for an emerging postcolonial government to protect native women from oppressive patriarchal cultural practices, marked as tradition, became the barometer by which colonial rule arbitrated political concessions made to the colonised.³⁵ In other words, we rehearse here Gayatri Spivak’s famous dictum “white men saving brown women from brown men.”³⁶

³⁴ Hartman, B. (2011, nov 1). Tel Aviv named ‘world’s best gay city’ for 2011, *Jerusalem Post*, available at <http://www.jpost.com/LifeStyle/Article.aspx?id=253121>.

³⁵ Chatterjee, P. (1990). The nationalist resolution of the women’s question. In Kumkum Sangari & Sudesh Vaid (Eds.), *Recasting Women: Essays in Colonial History* (pp. 233-253).

³⁶ Spivak, G.C. (1988). Can the subaltern speak?. In Lawrence Gossberg & Cary Nelson (Eds.), *Marxism and the Interpretation of Culture* (pp. 271-313).

This particular triangulation has thus set the stage for an enduring drama between feminists protesting colonial and neocolonial regimes and nationalists who discount the presence and politics of these feminists in their own quests for decolonisation. We can also say that, while the woman question has hardly disappeared, it is now accompanied by what we could call the homosexual question, indeed yet another variant or operation of homonationalism. The terms of the woman question have been re-dictated, as feminist scholars have now become arbiters of other women's modernities, or the modernities of *The Other Woman*. To reinvoké Spivak for the 21st century: white queer (men) saving brown homosexuals from brown heterosexuals.

We can see how this moves from the woman question to the homosexual question, and it remains to be contextualised in the various locations as to which of these trajectories make more or less sense. First, the supplementing of homosexuality to women results from the merging of two processes: the post-colonial state shoring up respectability and legitimacy to prove its right to sovereignty to the colonial father³⁷ and the folding in or acknowledging of homosexual subjects into legal and consumer legitimacy via neoliberal economies, such that homosexuals once on the side of death (AIDS) are now on the side of life or are productive for nation-building. Second, the homosexual question is in fact a reiteration of the woman question, insofar as it reproduces a demand for gender exceptionalism and relies on the continual reproduction of the gender binary. The homosexuals seen as being treated properly by the nation-state are not 'gender queer'. They are rather the ones re-creating gendered norms through, rather than despite, homosexual identity. Obscured by pinkwashing is how trans and gender non-conforming queers are not welcome in this new version of the proper 'homonationalist' Israeli citizen.³⁸

Also obscured by pinkwashing is the persistent downplaying of the woman question in relation to the homosexual question when it is attached to primarily first-world, white, male bodies, as it is in the case of Israel (for example, debates about gender segregation in ultra-Orthodox communities in Israel are still active). As another example of how the homosexual question forefends the woman question: On 11th January, 2011, the same day as Tel Aviv's dubious honour as the 'world's best gay city' was announced, an amendment to Israel's citizenship laws that prohibits the unification of West Bank Palestinians with their spouses in Israel was upheld by the High Court of Justice.³⁹ Add to this the passage of "social suitability" laws,⁴⁰ attempts at regulating sexual activities between foreign labourers

³⁷ See Alexander, M. (1994). Not just (any) body can be a citizen: the politics of law, sexuality and postcoloniality in trinidad and tobago and the Bahamas. *Fem. Rev.*, 48, 5-23.

³⁸ See Solomon, A. (2003). Viva la diva citizenship: post-zionism and gay rights. In Daniel Boyarin et. al. (Eds.). *Queer Theory and the Jewish Question* (pp. 149-65).

³⁹ Puar, J. (2012, jan. 30). The golden handcuffs of gay rights: how pinkwashing distorts both lgbt and anti-occupation activism, *Fem. Wire.*, available at <http://thefeministwire.com/2012/01/the-golden-handcuffs-of-gay-rights-how-pinkwashing-distorts-both-lgbtq-and-anti-occupation-activism/>; Ben Hartman, supra note 33; Izenberg, D. & Stoil, R.. High Court rejects petition against citizenship law. *Jerusalem Post*, <http://www.jpost.com/Diplomacy-and-Politics/High-Court-rejects-petition-against-citizenship-law> (last updated Nov. 1, 2012).

⁴⁰ Sanders, E. (2011, mar. 24). New israeli laws will increase discrimination against arabs, critics say. *L.A. Times*, available at <http://articles.latimes.com/2011/mar/24/world/la-fg-israel-arab-laws-20110324>; Social suitability' nears ok as israeli housing criterion. *Israel Religious Action Center*, Available at <http://www.irac.org/NewsDetails.aspx?ID=846> (last visited Sep. 15, 2013).

and Israeli Jews, vigilante groups and social organisations that monitor and agitate against sexual liaisons between Israeli Jewish women and Palestinian men, and it becomes patently clear that LGBT liberation also works to distract attention from intense forms of (hetero) sexual regulation, regulation that seeks to constrict the sexual, reproductive, and familial activities of all bodies not deemed suitable for the Israeli body politic. Pinkwashing thus works not only through an active portrayal of the Palestinian population as either homophobic or anti-homophobic, as the biopolitical target is arguably even more the control of heterosexual reproduction, especially between Palestinians and Israeli Jews.⁴¹

Palestinian queer organisers assert that it is irrelevant whether Palestinian society is homophobic or not and that the question of homophobia within Palestinian society has nothing to do with the fact that the Occupation must end. For the thriving political platform of the 'Palestinian Queers for Boycott, Divestment and Sanctions' (hereafter PQBDS) and 'Al-Qaws for Sexual and Gender Diversity in Palestinian Society' (hereafter Al-Qaws) queer organising is anti-occupation organising; likewise, anti-occupation work is queer organising. Palestinian Queers for BDS is not a liberal project that is demanding acceptance, tolerance, or inclusion within a 'nationalist' movement. Rather, through foregrounding the occupation as its primary site of struggle, PQBDS is slowly, strategically and carefully insisting upon and creating systemic and thorough changes in the terms of Palestinian society itself. Al-Qaws claims that its primary work is about ending the occupation, not about reifying a homosexual identity that mirrors an 'Israeli' or 'Western' self-serving form of sexual freedom.⁴²

This is an important tactic within the context of a gay and lesbian human rights industry that proliferates Euro-U.S. constructs of identity (not to mention the assumption of a universal attachment to sexual identity itself), that privilege identity politics, 'coming out', public visibility, legislative measures as the dominant barometers of social progress, and a flat invocation of 'homophobia' as an automatic, unifying, experiential frame. In this sense, while one may disagree with Joseph Massad's damning critique of the "Gay International," we would do well to ask exactly how the "Queer International" proposed by Sarah Schulman is an alternative or antidote to the Gay International.⁴³ Is it the case that simply by virtue of being articulated through 'queer' rather than 'gay', and through a global solidarity movement, that the pitfalls of the gay international are really avoided? How is such a positioning of queer, one that purports to be transgressive, morally and politically untainted, and outside of power?

Pinkwashing is thus what Michel Foucault called an "incitement to discourse,"⁴⁴ an impelling form of confessionality which inaugurates a call and response circuit that

⁴¹ Puar, J. (forthcoming 2014). *Affective politics: states of debility and capacity* (this line of argumentation prefaces a chapter on sex, reproductive rights, and disability in Palestine/ Israel in my forthcoming monograph).

⁴² See, e.g., <http://www.alqaws.org/q/en/content/signposts-al-qaws-decade-building-queer-palestinian-discourse>.

⁴³ Interview by Félix Boggio Éwanjé-Épée & Stella Magliani-Belkacem with Joseph Massad, Associate Professor, Columbia University, available at http://www.jadaliyya.com/pages/index/10461/the-empire-of-sexuality_an-interview-with-joseph-schulman, S. (2012). *Israel/ Palestine and the queer international*.

⁴⁴ Foucault, M. (1998). *The will to knowledge: History of sexuality*, vol 1 (Robert Hurley trans.).

hails the very identity accused of being impossible. Refusing the liberal response to this incitement to discourse — a contemporary version of ‘We’re here, We’re queer, get used to it’ — suggests that one might not want to respond to pinkwashing as (primarily or only) queers, since such a response reinforces the single-axis identity logic of pinkwashing that isolates ‘queer’ from other identities. Nor is pinkwashing a queer issue per se or even one that uses queers specifically to further state ends. Pinkwashing is not about sexual identity at all in this regard but rather a powerful manifestation of the regulation of identity in an increasingly homonationalist world — a world that evaluates nationhood on the basis of the treatment of its homosexuals. The challenge, then, is to not allow the liberal or establishment gays in Euro-America (who are the primary targets of pinkwashing) to redirect the script of anti-pinkwashing activism away from the radical non-liberal approach of PQBDS and Al-Qaws. Failing this, as Maya Mikdashi has so brilliantly articulated, the re-writing of a radical Palestinian queer politics by a liberal Euro-American queer politics would indeed be a further entrenchment of homonationalism.⁴⁵ Organising against pinkwashing through a ‘queer international’ platform can potentially unwittingly produce an affirmation of the terms within which the discourse of pinkwashing articulates its claims, namely, that queer identity emboldened through rights is the predominant manner through which sexual subjectivities should be lived.

Ultimately, the financial, military, affective, and ideological entwinement of U.S. and Israeli settler colonialisms, and the role of the U.S. more generally, should not be forgotten when evaluating why pinkwashing appears to be an effective discursive strategy. The U.S. and Israel are, I would argue, the largest beneficiaries of homonationalism in the current global geopolitical order, as it produces exceptionalisms on the scalar registers of the internal, territorial, and the global. Moreover, pinkwashing is to a large extent directed towards the U.S. — Israel’s greatest financial supporter internationally — and more generally to Euro-U.S. gays who have the political capital and financial resources to invest in Israel. The claims of pinkwashing are often seen as plausible when rendered through an LGBT rights discourse that resonates within North America and Europe as a dominant measurement of teleological progress. It makes far less sense in the Middle East and North Africa (MENA) region, for example, where there is a healthy scepticism about LGBT rights discourses and where knowledge of the complexities of sexualities in the region is far more nuanced. Thus pinkwashing’s appeal to U.S. gays is produced unconsciously through the erasure of U.S. settler colonialism enacted in the tacit endorsement of Israeli occupation of Palestine.

3. SEXUALITY, AFFECT, VIRALITY

This last section is tentative and speculative. In it I want to suggest the importance of moving away from the call-and-response process that continues to rely on opposing a ‘mainstream/global queer’ against a ‘queer-of-colour/ non-western queer’. So far I have

⁴⁵ Mikdashi, M. (2011, Dec. 16). *Gay rights as human rights: pinkwashing homonationalism*, jadaliyya, Available at http://www.jadaliyya.com/pages/index/3560/gay-rights-as-human-rights_pinkwashing-homonationalism.

discussed the travels of the concept of homonationalism and how it has been taken up as, and in some ways reduced to, an activist organising platform akin to a political critique of racism and nationalism in queer communities. I have also tried to lay out the stakes of understanding homonationalism-as-assemblage: as a structure of modernity, a convergence of geopolitical and historical forces, neoliberal interests in capitalist accumulation both cultural and material, biopolitical state practices of population control and affective investments in discourses of freedom, liberation, and rights. I have also attempted to provisionally sketch how homonationalism-as-assemblage creates a global field within which the discourse of pinkwashing as regards Israel/Palestine takes hold. The point is not merely to position Israel as a homonationalist state against which anti-pinkwashers must resist, but further to demonstrate the complex global and historical apparatus that creates the appearance of the activities of the Israeli state as legitimate and progressive. In this final section, I elaborate sexuality as affect, as sensation, and as part of an assemblage of biopolitical control that evades any neat application of homonationalism as a concept.

Sexuality as an affective network entails an axis of signification and an axis of forces that do not align with the so-called material configurations of the region, configurations that produce monoliths such as ‘The Israeli (and his/ her modernist sexuality)’ and ‘The Palestinian (and his/ her pathological sexuality)’ as supplements of a liberal and yet brutal humanism. Thinking of both homonationalism and sexuality through assemblages opens up a different trajectory or plane of territorialisation. Even as the staidness of the politics of recognition gets mobilised by Israel and global gay discourses through pinkwashing, the materiality of sexual practice and sexuality itself is so much more complex, mediated and contingent than the stagnating politics of control and resistance allow them to be.

This understanding of sexuality entails theorising not only specific disciplinary sites but also broader techniques of social control, given that ‘feminism’ and ‘queer’ and the deaths or lively potentials of their subjects have already been made to be productive for governance. The debate about discipline and control marks a shift in terms from the regulation of normativity (the internalisation of self/other subject formation) to what Foucault calls the regularisation of bodies. Many relations between discipline (exclusion and inclusion) and control (modulation, tweaking) have been proffered: as various overlapping yet progressive stages of market capitalism and governmentality; as co-existing models and exercises of power; as an effect of disciplinary apparatuses – control as the epitome of a disciplinary society par excellence (in that disciplinary forms of power exceed their sites to reproduce everywhere); and finally, discipline as a form of control and as a response to the proliferation of control.

In this oscillation between disciplinary societies and control societies, sexuality is not only contained within bodies but also dispersed across spaces. Sexuality as an affective modality is thus by definition non-representationalist, a distinct version of what Davide Panagia calls “the ways in which sensation interrupts common sense.”⁴⁶ Follow-

⁴⁶ Panagia, D. (2009). *The political life of sensation*, p. 2.

ing Michel Foucault's "security regimes" and Gilles Deleuze's "control society,"⁴⁷ the tensions have been mapped out as a shift from normal/ abnormal (homo-hetero binary) to variegation, modulation and tweaking (sexuality as sensation); from discrete sites of punishment (the prison, the mental hospital, the school, and in Palestine the checkpoints which rotate and appear randomly, and the 'security' wall which seems mostly to prevent Palestinians from getting to their villages, their farmland, and other Palestinians) to pre-emptive regimes of securitisation (we can see pinkwashing as one form of this pre-emptive securitisation); from inclusion/ exclusion to everyone is included, but how? (Contrary to claims that insist that the Israeli state project is solely about ethnic cleansing and dispossession of land, there are subtle yet insistent 'forms of folding in' and inclusion at work here: just as one example, there are at least 100 different types of ID cards that a Palestinian might have, each delineating micro-variation from each other, performing what Helga Tawil-Souri describes as "low-tech, visible, tactile means of power that simultaneously include and exclude Palestinians from the Israeli state."⁴⁸); from self/ other subject/object construction to micro-states of differentiation; from the policing of profile to patrolling of affect.

This last point about affect is crucial because while discipline works at the level of identity, control works at the level of affective intensification. Here I am prompted by Amit Rai's reformulation of sexuality as 'ecologies of sensation' — as affective energies rather than identity — that transcends the humanist designations of straight and gay, queer and non-queer, modern and pathological. On this sexuality, Rai writes: master scripts that normalize but as self-organising modes that modulate and tinker.⁴⁹

We can think of (sexual) identity, and our attachments to identity, as a process involving an intensification of habituation. That is to say, identity is the intensification of bodily habit, a 'returning forward' of the body's quotidian affective sensorial rhythms and vibrations to a disciplinary model of the subject, whereby sexuality is just one form of bodily capacity being harnessed by neoliberal capital. Similarly, the Brand Israel campaign now being inaccurately equated with pinkwashing is only one form of an array of 'washing' that composes this campaign. This habituation of affective intensity to the frame of identity — a relation of discipline to control, or in actuality, disciplining control — entails a certain stoppage of where the body once was to reconcile where the body must go. It is also a habituation that demands certain politics and forecloses an inhabitation of others.

Sensations are thus always under duress, to use Panagia's terms, to 'make sense' to submit to these master scripts either as a backformation responding to multiplicity or as a demand to subsume it to the master script and foreclose that multiplicity. These

⁴⁷ Foucault, M. (1977). *Security, territory, population: lectures at the collège de France-1978* (Graham Burchell trans., 2009); Deleuze, G. (1997). *Negotiations 1972-1990*.

⁴⁸ Tawil-Souri, H. (2011). Colored identity: the politics and materiality of id cards in palestine/ Israel. *Soc. Text*, 68-9 (Suri writes: "...the Israeli state is accused of trying to eradicate Palestinians, and yet the state institutes an impressive infrastructure of control based on Palestinians' continued presence in Palestine/Israel. Against the background of transfer, fragmentation, and erasure exists a bureaucratic system of keeping Palestinians where they are: subjects of sustained, if changing, forms of colonialism, occupation, and oppression...there may very well be a practice of fragmenting, isolating, transferring, and erasing Palestinians, but they need to be counted, documented, monitored, and controlled first.")

⁴⁹ Rai, A. (2009). *Untimely bollywood: Globalization and india's new media assemblage*, p. 9.

different modes of sexuality are reflected in two strands of queer theory. The first is deconstructive in emphasis and focused on the social construction of sexual difference for which language dominates the political realm through an insistence on the endless deferral of meaning.⁵⁰ The other way of understanding sexuality can loosely be defined as the multiplication and proliferation of difference, of making difference and proliferating creative differentiation: the becoming otherwise of difference. In this case, the 'place' of language itself is being re-signified; language not only has matter, it is matter.⁵¹ Deconstructions of sexuality move to think against and through binaries in hopes of undermining and dissolving them, while the second, affirmative becomings, proposes to read and foster endless differentiation and multiplicity in hopes of overwhelming those binaries. The durational temporal capacities of each strategy are distinct and dispersed across different scales. The first might focus on making sense or making different sense of a representational format or forum; the second solicits sense, the creation of potentialities of emergence, less so a reinvestment of form. It is instead more attuned to the perpetual differentiation of variation to variation and the multiplicity of affirmative becomings.⁵²

Taking up further this second strand of sexuality as assemblage and not identity, a strand invested in thinking about assemblages and viral replication rather than reproductive futurism, this strand might stress the import of moving away from the aforementioned call and response relay that continues to dominate the 'mainstream/ global queer' versus 'queer-of-colour/non-western queer' logic of argumentation, a relay that often fails to interrogate the complex social field within which 'queer' is being produced as a privileged signifier across these boundaries.

One reason for this import could indeed be found in the 'viral' travels of the concept of homonationalism as it has been taken up in North America, various European states, Palestine/Israel and India. In this reproductive application, homonationalism has often been reduced to an accusatory activist organising platform and as an applied analytic to assess the level or quality of the 'homonationalist' state, which then reifies the state as the dominating and often sole actant. To reiterate, instead of theorising homonationalism as an identity positioning or as an adjective that denounces a state or other entity, I have been thinking about homonationalism as an analytic to apprehend state formation as a structure of modernity. With this understanding of homonationalism-as-assemblage, what it means for homonationalism-as-concept to go viral, as it were, is quite distinct from its reproductive application. Following this second strand of queer theory, then, we might be interested in how homonationalism-as-concept has already become embedded in and part of the assemblage that is homonationalism, in so far as the discursive 'travels' of the concept virally replicate and thus mutate the assemblage.

Homonationalism as viral and as it is taken up into control society is no longer a mirror of itself, no longer a holistic concept that reproduces only itself. Virality most

⁵⁰ See Giffney, N. & Myra, J. (Eds.) (2008). *Queering the non/human* 1-12 ((for an explanation of these two strands).

⁵¹ See Kirby, V. (2011). *Quantum anthropologies: life at large*; Chen, M. (2012). *Animacies: biopolitics, racial mattering, and queer affect*.

⁵² See e.g., Claire Colebrook (2010). *Deleuze and the meaning Of life* (her work is emblematic of this second approach).

often is invoked in contemporary parlance to point to the intensified speed and reach of information transit, especially in relation to the internet. It also refers to indiscriminant exchanges, often linked with notions of bodily contamination, uncontainability, unwelcome transgression of border and boundaries while pointing more positively to the porosity, indeed the conviviality, of what has been treated as opposed.⁵³

In closing, then, how could one think differently about the virality of homonationalism, given its intractability with modernity? What does it mean to say that homonationalism has truly gone viral — a virality of mutation and replication rather than the banal reproduction of its analytic frame across different national contexts, as has been the case with some of its identitarian usages? The beauty of virality, of course, is that it produces its own critique, mutating the call-and-response circuit of Foucault's incitement to discourse. But unlike this circuit, which is always about making an accusation that one takes up the position outside of, the critique of a viral form is already enfolded from its incipience. It makes it harder to place blame on the original purportedly offensive product, since it engendered its own criticism, and is thus altered through that encounter.

Viral reproduction is not about excess or supplements; it is instead a post-human capacity; what is reproduced is not the human subject, identity, or body, but affective tendencies, ecologies of sensation, and different ontologies that create new epistemologies of affect. When we say that something has gone viral, it's another way of acknowledging everything that is opposed to the virus, or the viral, can be circumnavigated. Viral theory, then, as a post humanist intervention, also begins before the species-like divide of the activism versus theory binary, an opposition that is foundational to the production within the fields of Women's Studies and Gay and Lesbian studies. Viral theory is immune to such divides and divisions. Virality indicates not so much the portability of a concept but a measure of its resonance. Thus virality might also be a way of differently thinking geopolitical transversality that is not insistently routed through or against the nation-state, providing an alternative to notions of transnationalism, and complicating the application of the concept of homonationalism to national contexts. Certainly homonationalism-as-assemblage is an alternative to the home- diaspora reactive-dialectic that informs the project of the movie *I Am* or endless call-and-response relay of 'the west and the rest' paradigm.

REFERENCES

- Ahmed, S. (2011). Problematic proximities: or why critiques of gay imperialism matter. *Feminist Legal Studies*, 19 (2), 119-32.
- Alexander, M. (1994). Not just (any) body can be a citizen: the politics of law, sexuality and postcoloniality in trinidad and tobago and the bahamas. *Feminist Revue*, 48, 5-23.
- Chatterjee, P. (1990). The nationalist resolution of the women's question. In Kumkum Sangari & Sudesh Vaid (Eds.), *Recasting Women: Essays in Colonial History* (pp. 233-253). EUA: Rutgers University Press.
- Chen, M. (2012). *Animacies: biopolitics, racial mattering, and queer affect*. Durham, N.C.: Duke University Press.

⁵³ For discussions of the viral, see Clough, P. & Puar, J. (2012). *Introduction*. *Women's Studies*, 40 (1), 13-26.

- Chow, R. (2006). *The age of the world target: self-referentiality in war, theory, and comparative work*. Durham, N.C.: Duke University Press.
- Clough, P. & Puar, J. (2012). Introduction. *Women's Studies*, 40 (1), 13-26.
- Colebrook, C. (2010). *Deleuze and the meaning of life*. Londres: Continuum.
- Deleuze, G. (1997). *Negotiations 1972-1990*. Nova Yorque: Columbia University Press.
- Duggan, L. (2002). *The twilight of equality: neoliberalism, cultural politics, and the attack on democracy*. Boston: Beacon Press.
- Foucault, M. (1977). *Security, territory, population: lectures at the collège de France-1978* (Graham Burchell trans., 2007, Londres: Palgrave Macmillan).
- Foucault, M. (1998). *The will to knowledge: History of sexuality*, vol 1 (Robert Hurley trans.). Nova Yorque: Penguin Books.
- Giffney, N. & Myra, J. (Eds.) (2008). *Queering the non/human*. Burlington: Ashgate Publishing Company, pp. 1-12.
- Gilmore, R. (2007). *The golden gulag: prisons, surplus, crisis, and opposition in globalizing California*. Berkeley: University of California Press.
- Haritaworn, J. et. al. (2008). Gay imperialism: gender and sexuality discourse in the 'War on Terror'. In Adi Kuntsman & Esperanza Miyake (Eds.), *Out Of Place: Interrogating Silences in Queerness/Raciality* (pp. 9-33). Yorque: Raw Nerve Books Ltd.
- Jakobsen, J. & Pellegrini, A. (2003). *Love the sin: sexual regulation and the limits of religious tolerance*. Nova Yorque: New York University Press.
- Kirby, V. (2011). *Quantum anthropologies: life at large*. Durham, NC and Londres: Duke University Press.
- Livingston, J. & Puar, J. (2011). Introduction: interspecies. *Social Text* 29 (1 106), 3-14.
- Long, S. (2009). Unbearable witness: how western activists (mis)recognize sexuality in Iran. *Contemporary Politics*, 15 (1), 119-36.
- Panagia, D. (2009). *The political life of sensation*. Durham e Londres: Duke University Press.
- Puar, J. (2014, no prelo). *Affective politics: states of debility and capacity*.
- Puar, J. (2012). I'd rather be a cyborg than a goddess, *PhiloSOPHIA*, 2 (1), 49-66.
- Puar, J. (2012). The cost of getting better: suicide, sensation, switchpoints. *GLQ: Journal of Lesbian & Gay Studies*, 18 (1), 149-58.
- Puar, J. (2011). Citation and censorship: the politics of talking about the sexual politics of Israel. *Feminist Legal Studies*, 19 (2), 133-42.
- Puar, J. (2005). *Terrorist assemblages: homonationalism in queer times*. Durham e Londres: Duke University Press.
- Puar, J. (1998). Transnational sexualities: south asian (trans)nation(alism)s and queer diasporas. In David L. Eng & Alice Y. Hom (eds.), *Q&A: Queer in Asian America*. Filadélfia: Temple University Press.

- Rai, A. (2009). *Untimely bollywood: globalization and india's new media assemblage*. Durham e Londres: Duke University Press.
- Ratti, R. (Ed.) (1993) *A lotus of another color: an unfolding of the south asian gay and lesbian experience*. Boston: Alyson.
- Reddy, C. (2011). *Freedom with violence: race, sexuality and the US state*. Durham e Londres: Duke University Press.
- Schulman, S. (2012). *Israel/ Palestine and the queer international*. Durham, NC: Duke University Press.
- Shah, N. (1998). Sexuality, identity, and history. In David L. Eng & Alice Y. Hom (Eds.), *Q&A: Queer in Asian America*. Filadélfia: Temple University Press.
- Sircar, O. (2012). Spectacles of emancipation: reading rights differently in India's legal discourse. *Osgoode Hall Law Journal*, 49 (3), 527-573.
- Solomon, A. (2003). Viva la diva citizenship: post-zionism and gay rights. In Daniel Boyarin et. al. (Eds.). *Queer Theory and the Jewish Question* (pp. 149-65). Nova Yorque: Columbia University Press.
- Spivak, G.C. (1988). Can the subaltern speak?. In Lawrence Gossberg & Cary Nelson (Eds.), *Marxism and the Interpretation of Culture* (pp. 271-313). Urbana: University of Illinois Press.
- Stein, R- (2010). Explosive: scenes from Israeli queer occupation. *GLQ: Journal Lesbian & Gay Studies*, 16 (4), 517-36.
- Tawil-Souri, H. (2011). Colored identity: the politics and materiality of id cards in palestine/ Israel. *Social Text*, 29 (2 107), 67-97.
- Weston, K. (1997). *Families we choose: lesbians, gays, kinship*. Nova Yorque: Columbia University Press.

Jasbir K. Puar is Associate Professor of Women's & Gender Studies at Rutgers University. She received her Ph.D. in Ethnic Studies from the University of California at Berkeley in 1999 and an M.A. from the University of York, England, in Women's Studies in 1993. Puar is the author of *Terrorist Assemblages: Homonationalism in Queer Times* (Duke University Press 2007), which won the 2007 Cultural Studies Book Award from the Association for Asian American Studies. Puar's edited volumes include *Queer Tourism: Geographies of Globalization* (*GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, 2002); and co-edited volumes on *Sexuality and Space* (Society and Space, 2003); *Interspecies* (Social Text, 2011); *Viral* (Women's Studies Quarterly, 2012). Her articles appear in *Gender, Place, and Culture*, *Radical History Review*, *Socialist Review*, *Feminist Legal Studies*, *Antipode: A Radical Journal of Geography*, *Feminist Studies*, and *Signs: Journal of Women in Culture and Society*.

E-mail: jpuar@rci.rutgers.edu

Rutgers University 190 University Ave, Newark, NJ 07102, USA



OS ESTUDOS CULTURAIS COMO NOVAS HUMANIDADES¹

Moisés de Lemos Martins

RESUMO

É meu propósito, neste estudo, argumentar a ideia de que os Estudos Culturais podem ser encarados como novas humanidades. Os *Cultural Studies* centram a atenção nos estudos étnicos, pós-coloniais, comunicacionais, antropológicos, etnográficos e feministas, e apenas “muito marginalmente” têm-se interessado pela literatura e pelos estudos literários (Aguar e Silva, 2008). Mas são precisamente esses domínios, investidos pela ‘Social Science’, e não pelas ‘Arts’, que se constituem como pedra de toque da modernidade. E é neles que se joga, hoje, em grande medida, a ideia que temos do humano. A interrogação que hoje é feita, tanto sobre o humano como sobre a modernidade, tem como pano de fundo a translação tecnológica da cultura, da palavra para a imagem (Martins, 2011a). A minha proposta tem em atenção esse debate, sublinhando entretanto o compromisso que os Estudos Culturais têm com atual e o contemporâneo, o que também quer dizer, com o presente e o quotidiano.

PALAVRAS-CHAVE

Estudos Culturais; novas Humanidades; Tecnologias da Informação e da Comunicação; atual; contemporâneo; imagem

INTRODUÇÃO

As humanidades literárias são habitadas pelo espírito de preservação de um corpus de saber, erigido ao longo de séculos e que se pretende transmitir às novas gerações. Mas, hoje, já não é apenas disso que se trata. Para darmos um exemplo, verificamos que o espírito que anima a descrição dos destinatários do doutoramento em Estudos Culturais (UM/UA), no *site* deste Programa doutoral, é o da resposta aos novos desafios colocadas pela sociedade contemporânea:

- (1) “O Programa Doutoral de Estudos Culturais dirige-se à formação de profissionais nas áreas da criação, promoção, animação, mediação e divulgação cultural, bem como responsáveis por bibliotecas públicas, editoras, centros de produção de informação e de eventos culturais, responsáveis culturais de embaixadas, institutos, fundações, centros culturais, empresas ligadas ao turismo e hotelaria, entre outros”;
- (2) e logo a seguir: “A formação de investigadores nesta área tem, igualmente, como objetivo qualificar especialistas capazes de trabalhar em equipas multidisciplinares na resolução de problemas como o desenvolvimento sustentável, a ética empresarial, os estudos fílmicos, de género, os media, a internet, pós-colonialismo, preservação de património material e imaterial, etc.”;
- (3) e para finalizar: “A investigação nesta área procurará ainda responder à necessidade de formação de pesquisadores capazes de produzir investigação em ambientes que exijam a articulação de diversas áreas científicas como Comunicação, História, Filosofia, Sociologia, Psicologia, Literatura ou Património” (<http://estudosculturais.com/portal/apresentacao/>)².

¹ Este artigo foi originalmente publicado em 2015 na revista *Biblos*, 1, 3.ª série. DOI <http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112>

² No âmbito deste Programa Doutoral em Estudos Culturais (UM/UA), é de salientar a criação da *Rede em Estudos Culturais/*

Antes de mais nada, gostaria de sublinhar o facto de nem uma palavra ser dita sobre a formação de professores, que todavia foi no passado o objetivo quase exclusivo dos cursos de humanidades. É verdade, por outro lado, que as filologias, tanto as clássicas como as contemporâneas, sempre constituíram uma introdução à cultura e ao pensamento próprios, e também à cultura e ao pensamento dos povos e das gentes, tanto remotos como próximos no tempo e na geografia (Fidalgo, 2008, p. 10). Mas nas circunstâncias pós-coloniais de um mundo mobilizado nas suas práticas por toda a espécie de tecnologias, sobretudo por dispositivos tecnológicos de comunicação, informação e lazer, haverá que interrogar a racionalidade ocidental a partir dos mundos não ocidentais, na relação intrincada que estes têm com os antigos povos coloniais³.

Também George Steiner em *No Castelo do Barba Azul. Notas para uma Redefinição da Cultura*, pronuncia em “Amanhã”, título do quarto e último capítulo deste ensaio, uma palavra de lucidez, ao mesmo tempo trágica e heróica, como que abrindo uma última porta para a noite, sendo que a noite por onde entra connosco é a tecnologia: “Não podemos optar pelos sonhos da ignorância. Abriremos, penso eu, a última porta do castelo embora ela possa levar, ou talvez porque ela pode levar, a realidades que estão para além da capacidade do entendimento e controlo humanos. Fá-lo-emos com a lucidez desolada, que a música de Bartok prodigiosamente nos comunica, porque abrir portas é o trágico preço da nossa identidade” (Steiner, 1992, p. 141)⁴.

Cultural Studies Network, em dezembro de 2014, uma rede de cooperação de instituições culturais, educativas e artísticas, que cria condições objetivas para a produção de conhecimento científico sobre arte, cultura e sociedade em Portugal, na perspetiva dos Estudos Culturais. Com efeito, esta Rede torna possível que os doutorandos do Programa Doutoral em Estudos Culturais possam investigar os processos artísticos, educativos e culturais, realizados nas instituições parceiras, ou então, estudar os seus acervos artísticos, bibliográficos e documentais. Por outro lado, a Rede desenvolver-se-á no sentido da partilha e divulgação de informações de agenda cultural dos respetivos membros no site do doutoramento. Finalmente, a Rede constituir-se-á em conselho consultivo de apoio às linhas de investigação deste Programa Doutoral nos próximos anos, colaborando ativamente no desenvolvimento académico do Programa. <http://estudosculturais.com/portal/redes/cultural-studies-network/>

Neste momento a rede é constituída pelas seguintes entidades: Culturgest; Teatro Nacional S. João; Fundação de Serralves; Casa da Música; Instituto Internacional Casa de Mateus; Museu de Aveiro; Teatro Aveirense; Museu da Imprensa, Teatro Circo de Braga; Centro Cultural Vila Flor de Guimarães; Casa das Artes de Famalicão; Irenne – Associação de investigação, prevenção e combate à violência e exclusão; INATEL; Movimento Democrático de Mulheres; Direção Regional da Cultura da Zona Norte; Direção Regional da Cultura da Zona Centro.

³ Neste sentido chamo à atenção para a tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, na especialidade de Comunicação Intercultural, defendida na Universidade do Minho, em 2013, por Maria de Lurdes Macedo, intitulada, “Da Diversidade do Mundo ao Mundo Diverso da Lusofonia: A Reinvenção de uma Comunidade Geocultural na Sociedade em Rede” (Macedo, 2013) <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/28851>

⁴ George Steiner escreveu este ensaio sobre a cultura contemporânea, em 1971, ainda longe, portanto, da grande subversão das práticas e dos consumos culturais introduzidos pelas tecnologias eletrónicas. E o título, *No Castelo do Barba Azul*, tem tanto de sugestivo como de inquietante. Todos nos lembramos do conto tradicional em que um tenebroso senhor, de barba azul, guardava um terrível segredo bem aferroado no quarto do seu castelo. Era nesse verdadeiro quarto dos horrores que escondia os cadáveres esquartejados das sucessivas mulheres com quem se casara, mas que invariavelmente assassinara. O compositor húngaro, Bela Bartok, fez deste conto tradicional o libreto de uma das suas óperas. E Steiner, logo na abertura do seu ensaio, convoca uma personagem de Bartok, querendo com ela precisar todo o sentido da viagem que quer empreender connosco. Escreve então: “Dir-se-ia que estamos, no que se refere a uma teoria da cultura, no mesmo ponto em que a Judite de Bartok, quando pede para abrir a última porta para a noite” (Steiner, 1992, p. 5). Abrir a última porta para a noite! É isso o que faz Steiner neste ensaio, que é uma porta aberta sobre “O grande tédio” (título do primeiro capítulo); sobre “Uma temporada no Inferno” (título do segundo capítulo), sobre a “Pós-cultura” (título do terceiro capítulo); sobre “Amanhã” (título do quarto e último capítulo). Sobre este assunto, escrevi “Technologie et Rêve d’Humanité” (Martins, 2011b).

Seguindo a sugestão de Steiner, de abrir portas no castelo da cultura, a porta do castelo que hoje há mesmo que abrir é a da tecnologia. E a minha proposta sobre as novas humanidades é exatamente essa: debater a técnica e o papel que as novas tecnologias, que incluem os média, têm na redefinição da cultura, ou seja, na delimitação do humano. Trata-se de uma porta que não podemos deixar de abrir, uma vez que ela constitui hoje “o trágico preço da nossa identidade”, como podemos dizer, retomando a fórmula de Steiner.

Em meu entender, o *novum* da experiência contemporânea é precisamente este, o de a *techné* se fundir com a *bios*. Num momento em que, com as biotecnologias, se fala da clonagem, de replicantes e de cyborgs, de hibridez, de pós-orgânico e de trans-humano, e em que, com as novas tecnologias da informação, ocorre a crescente miniaturização da técnica e a imaterialização do digital, neste tempo de biotecnologias e de novas tecnologias da informação, dizia, dá-se a completa imersão da técnica na história e nos corpos.

Esta imersão da técnica na vida — a fusão da *bios* com a *techné* —, é particularmente evidente com as biotecnologias, os implantes, as próteses, a engenharia genética. Mas acontece, também, no caso das novas tecnologias da imagem. Aquilo a que hoje chamamos as tecnologias da comunicação e da informação, especificamente a fotografia, o cinema, a televisão, os jogos eletrónicos, o multimédia, as redes cibernéticas e os ambientes virtuais, funcionam em nós como próteses de produção de emoções, como maquinetas que modelam em nós uma sensibilidade puxada à manivela (Martins, 2002b, pp. 181-186; 2007b, pp. 5-7).

Se bem observarmos, vemos esta tese declinada por inteiro em *La Monnaie Vivante*, de Pierre Klossowski (1997): “desejo, valor e simulacro”, aí está “o triângulo que nos domina e nos constitui na nossa história, sem dúvida desde há séculos”, como bem assinala Michel Foucault na carta que introduz a obra (Foucault citado em Klossowski, 1997, p. 9).

A interrogação, tanto sobre o humano como sobre a modernidade, tomando como linha de rumo os Estudos Culturais, deve-se, fundamentalmente, por um lado, à assunção do princípio de historicidade do conhecimento (Martins, 1994) e, por outro lado, à translação tecnológica da palavra para a imagem (Martins, 2011a).

O princípio de historicidade do conhecimento significa que o saber é sobretudo uma experiência e que a verdadeira experiência é uma experiência dos limites ou da finitude humana.

Por sua vez, o movimento de translação tecnológica, que ocorre na civilização ocidental, da palavra para a imagem, é um movimento, que embora mobilize os indivíduos para o mercado, desativando-os como cidadãos (Martins, 2011a), tem grande “potencial humanístico” (Fidalgo, 2008, p. 7). Com efeito, não menos que as disciplinas tradicionais dos cursos de humanidades, como a Literatura, a Filosofia e a História, também os Estudos Culturais constroem modelos de descrição e resolução de problemas, elaboram estratégias de abordagem dos dilemas com que os seres humanos se confrontam, individual e coletivamente, e levantam e formulam as questões essenciais sobre os valores, os objetivos e o sentido da ação humana.

A minha proposta de trabalho consiste, pois, em debater a técnica e o papel que as novas tecnologias, que incluem os média, têm na redefinição da cultura, ou seja, na delimitação do humano, sublinhando o compromisso que os Estudos Culturais têm com o atual e o contemporâneo, o que também quer dizer, com o presente e o quotidiano.

1. A MOBILIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Injetada pelas tecnologias da informação e da comunicação, a civilização moderna é acelerada infinitamente e o humano é mobilizado totalmente para o presente e para o mercado (Virilio, 1995; Sloterdijk, 2000; Martins, 2010b)⁵, não parando ambos de se deslocar “dos átomos para os bits” (Negroponte, 1995, p. 10). Esta imersão da técnica na vida e nos corpos tem como consequência que a ideologia se desloque para a ‘sensologia’, ou seja, que das ideias nos desloquemos para as emoções⁶; e também, que uma sociedade de fins universais se desloque para uma sociedade de meios sem fins (Agamben, 1995), com a tecnologia a desativar os princípios teleológico e escatológico que fundaram o Ocidente e o fim da história, com gênese e apocalipse, a ser desmantelado e a dar lugar ao instantaneísmo.

São estas as circunstâncias em que a palavra como *logos* humano (como razão humana) entra em crise, tendo o homem deixado de ser “animal de promessa” (Martins, 2009; 2002c), como o havia definido Nietzsche (1887, p. II, § 1), porque a sua palavra já não é capaz de prometer. No nosso tempo deu-se, com efeito, a translação do regime da palavra para o regime da imagem tecnológica. E essa translação deixou-nos “em sofrimento de finalidade” (Lyotard, 1993, p. 93; Martins, 2002a; 2002c).

Num longo texto jornalístico sobre o que designou como “A crise das Humanidades”, Carlos Reis, Professor catedrático da Universidade de Coimbra (*Público*, 25.10.2005), colocou na origem da crise, entre outras razões, “a deslegitimação progressiva da palavra escrita (e lida), em benefício de discursos dominados pela imagem”, e também, “a gradual perda de poder simbólico de saberes com tradição na cultura ocidental (a Filosofia, a Literatura, a História)”, e ainda, “a hegemonização televisiva e a brutal tabloidização de uma vida pública reduzida à indignância”.

⁵ “Mobilização total” é uma expressão que Ernest Jünger utiliza pela primeira vez no ensaio *Die Totale Mobilmachung*, em 1930. Jünger refere-se aí à lição que havia retirado da Primeira Grande Guerra, onde combatera. Ao mobilizar a energia em que transformara a existência por inteiro, a Grande Guerra estabelecia uma ligação total ao mundo do trabalho: “A exploração total de toda a energia potencial, de que são exemplo estas oficinas de Vulcano construídas pelos Estados industriais em guerra, revela, sem dúvida, da maneira mais significativa, que nos encontramos no dealbar da era do Trabalhador, e que esta requisição radical converte a guerra mundial num acontecimento histórico mais importante do que a Revolução Francesa”. Além disso, tão ou mais importante neste processo do que a técnica, que é a face ativa da mobilização, é a resposta humana, ou seja, o facto de o trabalhador se mostrar disponível para ser mobilizado (Jünger, 1990, p. 115). Quanto à aceleração e à mobilização da época, lembremos, especificamente, as palavras de Jünger (1990, p. 108): “a mobilização total [...] é, em tempo de paz como em tempo de guerra, a expressão de uma exigência secreta e constrangedora à qual nos submete esta era das massas e das máquinas”. Sobre a “mobilização infinita numa sociedade de meios sem fins”, ver, também, Moisés de Lemos Martins (2010b).

⁶ A ‘sensologia’ foi tematizada por Mario Perniola no ensaio *Del sentire*, em 1991. Exprime a importância crescente das sensações (e das emoções), num movimento de abandono da ideologia. Todavia, nesta passagem da ideologia para a ‘sensologia’, Perniola vê uma experiência do que se repete, uma experiência ‘do já sentido’, e não uma experiência original, como se fosse impossível experimentar pela primeira vez o que quer que seja.

Com efeito, a palavra havia inscrito o Ocidente numa história de sentido, entre uma génese e um apocalipse. E também havia inscrito o Ocidente num regime de analogia, com todas as coisas a remeterem para um criador e com todas as palavras a sinalizarem um sentido/um caminho único. Éramos guiados pelas estrelas do céu, especialmente por uma, que tendo nascido a Oriente conduziu o Ocidente por mais de dois mil anos.

Em contrapartida, o regime da imagem tecnológica é um regime imanente, um regime autotélico, uma autarcia de sentido, com imagens profanas, laicas e mundanas. Em vez de olharmos para as estrelas, é para os ecrãs que agora olhamos, é para as telas, para as *passerelles*, assim como para os simulacros que nelas se movimentam. Em vez da estrela que há dois mil anos ilumina o Ocidente, temos agora os holofotes das grandes paradas mediáticas, uma luz de cuja artificialidade nos damos conta quando a corrente elétrica falha.

Expulsos, todavia, do regime da palavra, ficamos marcados pela instabilidade e o desassossego. E passamos a rever-nos sobretudo nas figuras que acentuam a nossa condição transitória, tateante, contingente, fragmentária, múltipla, labiríntica, enigmática, imponderável, nomádica e solitária⁷.

2. AS CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO COMO NOVAS HUMANIDADES

Os *Cultural Studies* são uma tradição epistemológica das Ciências Sociais e Humanas, que a partir dos anos sessenta e setenta do século passado, deslocou a reflexão sobre a cultura, de um entendimento centrado na relação cultura/nação e no privilégio dado ao ensino da língua e da literatura, para uma aproximação da cultura aos estilos de vida dos grupos sociais, o que significa uma atenção prestada ao quotidiano das massas e à mudança social, uma atenção particularmente centrada na receção e no consumo dos média, nos públicos e nas audiências.

De facto, mais do que qualquer outra corrente teórica das Ciências Sociais e Humanas, os Estudos Culturais distinguem-se por habitarem o território do atual e do contemporâneo e por se estabelecerem no presente e no quotidiano (Martins, 2011a). E as Ciências da Comunicação têm a sua génese e o seu destino associados ao incremento dos Estudos Culturais. Não é de modo nenhum por acaso que a primeira revista britânica de *Cultural Studies*, fundada em 1979, em Birmingham, tenha o título esclarecedor de *Media, Culture and Society*.

Dada esta associação das Ciências da Comunicação aos Estudos Culturais, é hoje habitual as Ciências da Comunicação serem consideradas como “as novas humanidades” (Fidalgo, 2008). As Ciências da Comunicação inscrevem-se nesta tradição epistemológica das Ciências Sociais e Humanas que “dos anos sessenta e setenta para cá não mais parou de *desessencializar* e de deselitizar os territórios culturais, deslocando os estudos

⁷ Como exercício que ilustra a nossa condição transitória, labiríntica, enigmática e solitária, ver o estudo que realizei sobre os desfiles de moda do estilista inglês Alexander McQueen (Martins, 2013) <http://estudosculturais.com/revistalusofona/index.php/rlec/article/view/12/38> Ver também “Médias et Mélancolie”, que declina as vertigens trágicas, barrocas e grotescas da condição humana, debruçando-se sobre o tema ‘Mercy Street’, de Peter Gabriel (Martins, 2011c). <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/23866>

da cultura da exclusiva atenção prestada à língua nacional, à literatura de um país, ao texto literário, às grandes obras da música, pintura e escultura, e aos escritores, músicos e artistas, para trazer a debate os públicos, os utentes, os amadores e a criatividade nas margens e em artes menores, como a fotografia, a banda desenhada, o cartoon, a literatura de cordel, a arte e a música pop, os *grafittis*, o *design* gráfico...” (Martins, 2010c).

Tratando-se, além disso, de uma tradição que subverte “os supostos códigos naturais da masculinidade e da feminilidade, e a rígida e dominante definição da sexualidade”, é uma tradição que se arrisca, mesmo, “a navegar para outros mundos que não os ocidentais, nas relações intrincadas que esses mundos têm com os antigos colonizadores, com as minorias étnicas e com as identidades multiculturais” (Martins, 2011a, p. 41-42).

Contemporâneas do movimento de aceleração mundial de bens culturais, pela mobilização tecnológica do planeta, e da assunção da solidariedade colectiva, que tem em vista a nossa segurança global, contemporâneas igualmente do processo de mundialização dos riscos ecológicos e ambientais, as Ciências da Comunicação acompanham, por outro lado, o nosso atual desassossego pelas consequências sociais e culturais das biotecnologias, que fundem numa amálgama o humano e o não humano (Martins, 2010c, pp. 80-81).

É sem dúvida por se instalarem no atual e no contemporâneo e por habitarem o presente e o quotidiano que as Ciências da Comunicação estão associadas aos novos territórios de investigação nas Ciências Sociais e Humanas: os novos grupos sociais (de produtores, criadores e divulgadores culturais), os consumos culturais (hábitos de leitura, de ida ao teatro, ao cinema, a concertos, a museus, a exposições de arte, hábitos de utilização da Internet), os estilos de vida, os gostos culturais, os públicos da cultura, os estudos de género, os estudos das sub-culturas juvenis (urbanas e sub-urbanas), os estudos de recepção dos média por jovens e adultos, e por públicos particulares como o das crianças, dos idosos e das minorias étnicas, os estudos sobre os usos dos dispositivos tecnológicos de comunicação, informação e lazer (Internet, iPod, iPad, telemóveis, etc.), os estudos sobre as identidades étnicas, os estudos pós-coloniais, os estudos sobre as indústrias culturais: moda, turismo, férias, museus, publicidade, cinema, televisão, rádio, imprensa escrita, novos média, jogos eletrónicos. Numa palavra, vamos ver as Ciências da Comunicação a revalorizar o sujeito, os públicos e os consumos de média, enfim, as culturas do ecrã (Martins, 2011a, p. 42).

Como enredo teórico, que adota o paradigma da historicidade, as Ciências da Comunicação relativizam, entretanto, a unidade de análise da sociologia clássica, que era a classe social, e valorizam, sobretudo, a idade, a escolaridade, o género e a identidade étnica. Relativizam, também, a categoria de ideologia, que é sobretudo uma categoria associada à classe social, e concentram-se na atenção dada à hegemonia dentro de um campo específico de relações de força e dominação, primeiro num entendimento gramsciano de hegemonia, depois no seu entendimento foucaultiano de “estados de poder”, e ainda na caracterização bourdieusiana das “relações de força”, num campo social específico de posições assimétricas (*Ibidem*)⁸.

⁸ Esta secção, “As Ciências da Comunicação como novas humanidades”, retoma a linha de argumentação, e mesmo o próprio texto, de dois estudos que já publiquei (Martins, 2010c, pp. 79- 81; e 2011a, pp. 41-42).

3. O CONTEMPORÂNEO — UM IMAGINÁRIO MELANCÓLICO

A tradição aristotélica que fez o Ocidente apoiar-se no *logos* soberano, de formas lógicas com premissas claras, que concluem o certo e o verdadeiro. Apoiar-se também no *pathos*, ordenado pela síntese redentora do *logos*, e no *ethos*, de formas elevadas, superiores, definidas pelo *logos*, que orienta para a ação. Em contrapartida, o nosso tempo, que é a expressão de uma sociedade mediática e tecnológica, é dominada pelo *pathos*, em que as sensações, as emoções e as paixões desativaram a centralidade do *logos* e do *ethos* (Martins, 2002a).

Richard Rorty (1994, p. 37) salientou que, “Em larga medida, a retórica da vida intelectual contemporânea mantém como evidente que a finalidade da pesquisa científica, cujo objecto é o homem, consiste em compreender as ‘estruturas subjacentes’, os ‘invariantes culturais’ ou os ‘modelos biologicamente determinados’”. ‘Estruturas subjacentes’, ‘invariantes culturais’, ‘modelos biologicamente determinados’, quer isto dizer, uma realidade objetiva. E o conhecimento estaria em correspondência com ela⁹.

Dizer que abandonámos um regime centrado na palavra, o regime literário, e que entrámos num regime da imagem, significa que substituímos um regime que se fundava na afinidade entre a razão e a verdade, com o conhecimento a corresponder a uma realidade objetiva, por um regime fundado no princípio da historicidade do conhecimento, passando o modo de ser da razão a ser compreendido como uma interpretação (Martins, 1994, p. 7).

A ideia de que a verdade do conhecimento é uma interpretação é uma conquista do nosso tempo, que foi anunciada e trabalhada por mais de um século. Os nomes mais emblemáticos desta conquista são Nietzsche, com a crítica da metafísica, pela proposta da ideia de jogo, interpretação e signo sem verdade presente; Freud, com a crítica da presença do ser a-si-próprio, quer dizer, a crítica da consciência, do sujeito, da identidade em si próprio, da proximidade e da propriedade de si próprio; e Heidegger, com a destruição da metafísica, a destruição da ontoteologia, a destruição da determinação do ser como presença (Derrida, 1967, p. 412).

Os Estudos Culturais inscrevem-se neste paradigma da historicidade, adotando o ponto de vista de que é indissolúvel o vínculo estabelecido entre compreensão e situação, interpretação e preconceito, conhecimento e crença, teoria e prática (Gadamer, 1976, p. 139). Quer isto dizer que os Estudos Culturais exprimem um compromisso com atual e o contemporâneo. E exprimindo esse compromisso, vão fixar-se no presente e no quotidiano.

O regime da palavra dava-nos um fundamento seguro, um território conhecido e uma identidade estável. O abandono deste regime e a sua substituição pelo regime da imagem concretizam a cinética de um mundo bem distinto, um mundo inseguro, desconhecido e instável. E a assunção dos Estudos Culturais como as novas humanidades exprime a natureza de uma sensibilidade, que declina as atuais vertigens da cultura

⁹ Hoje, a ‘realidade objetiva’ são, sobretudo, as “necessidades sociais práticas”. E por necessidades sociais práticas, quero dizer as injunções do mercado para a ‘qualidade’, a ‘excelência’, a ‘empregabilidade’, a ‘competitividade’, a ‘eficácia’, o ‘desempenho’ e a ‘performance’. Parece ser este o ersatz das ‘estruturas subjacentes’ e dos ‘invariantes culturais’, a que o conhecimento deve acomodar-se, por estar, *soi-disant*, em correspondência com ele.

contemporânea, com o humano a ser cada vez mais identificado pelo seu caráter instável, sinuoso, viscoso, titubeante e labiríntico.¹⁰

Neste contexto, é também subvertido o regime da narrativa assente em formas clássicas, de linhas direitas e de superfícies claras. Cada vez mais, vamos encontrar no seu lugar formas barrocas, de linhas curvas, de dobras, e de superfícies côncavas e sombrias. E do mesmo modo, as formas dramáticas, com as personagens a viverem contradições redimidas por uma síntese, dão lugar a formas trágicas, em que as personagens vivem contradições que nenhuma síntese vai resolver. E cada vez menos vamos encontrar formas sublimes a darem corpo à narrativa, indicando um mundo elevado. Agora, são cada vez mais ostensivas as formas grotescas, caracterizadas pela desproporção e pela fealdade¹¹.

O abandono do regime da palavra, ou seja, do regime literário, significa, sem dúvida, o abandono da racionalidade clássica, uma racionalidade fundada no *logos*, um discurso, que é também razão. Esta racionalidade assenta em juízos de verdade e falsidade, em estratégias retórico-argumentativas, sendo os seus efeitos persuasivos. Importa-lhe, sobretudo, a validade das proposições, expressa em raciocínios retóricos. Esta racionalidade liga quem produz o discurso e quem o recebe, e articula-se com um *ethos*, que estabelece a lógica do dever-ser.¹²

Ao falarmos da deslocação do centro de gravidade do *logos* e do *ethos* para o *pathos*, coloca-se a questão da retração da razão, o que torna problemática a questão da comunidade, ou seja, a questão do espaço público, da opinião pública, da cidadania e da democracia. No regime da imagem, o humano não deixa de ser interrogado. Mas já não se trata apenas de construirmos a comunidade humana em termos aristotélicos, através de silogismos retóricos, que são fundados na verosimilhança, e das suas estratégias argumentativas; trata-se também de a construirmos através dos sonhos, ou seja, através dos percursos figurativos da imagem, enfim, através do imaginário (Durand, 1969).

A razão (o *logos*, mesmo que seja o *logos* retórico, e o *ethos*) demonstra e persuade. Por sua vez, a imagem (enquanto signo inscrito num certo tipo de imaginário, ou seja, num sistema de sonhos) seduz e fascina.

Neste contexto, os média e as indústrias da imagem (sejam elas a fotografia, o cinema, a televisão, o vídeo, o computador, o multimédia, a publicidade, os jogos

¹⁰ A propósito das atuais vertigens da cultura, convoco dois textos em que analiso, num, com o título “Médias et mélancolie – Le tragique, le baroque et le grotesque”, o tema ‘Mercy Street’, de Peter Gabriel, já referido atrás (Martins, 2011c, pp. 17-21); e noutro, com o título “La nouvelle érotique interactive”, o álbum “All Is Full of Love”, de Björk (Martins, 2007a, pp. 21-27). Convoco, também, o seguinte trecho de Bernardo Soares, do *Livro do Desassossego*: “Preciso explicar-lhe que viajei realmente. Mas tudo me sabe a constar-me que viajei, mas não vivi. Levei de um lado para o outro, de norte para sul ... de leste para oeste, o cansaço de ter tido um passado, o tédio de viver um presente, e o desassossego de ter que ter um futuro. Mas tanto me esforço que fico todo no presente, matando dentro de mim o passado e o futuro” (Bernardo Soares, 1998, p. 482).

¹¹ Sobre as formas trágicas, barrocas e grotescas da cultura contemporânea, ver Martins, 2013, 2011c, 2007a, 2002d.

¹² Sem dúvida, porque adota a língua como modelo para a análise de todos os sistemas semiológicos, inclusive para a análise dos sistemas de imagens, Roland Barthes defendeu na “Rhétorique de l’image” que era absurdo apresentar imagens sem palavras: “É possível, sem dúvida, encontrar imagens sem palavras, mas apenas a título paradoxal, em alguns desenhos humorísticos; a ausência de palavras recobre sempre uma intenção enigmática” (Barthes, 1964, p. 43, nota 4). Também eu próprio, na linha de Barthes, tomei a língua, analogicamente, como modelo para a análise dos outros sistemas semiológicos, em A linguagem, a verdade e o poder – Ensaio de Semiótica Social (Martins, 2002b).

eletrônicos, os ambientes virtuais, a moda, o turismo, as férias...) são dispositivos de imagens, tanto como de palavras. Mas embora também demonstrem e persuadam pela palavra, por slogans, por exemplo, o que com elas acontece, sobretudo, é seduzirem-nos e fascinarem-nos. Diante dos média, os cidadãos são confrontados com estratégias retóricas (conscientes); e são igualmente confrontados com uma travessia, porque constituem um território obsidiado por imagens, que autorizam os mais diversos percursos figurativos (inconscientes).

É esse o sentido do livro que escrevi, com o título *Crise no castelo da cultura - Das estrelas para os ecrãs* (Martins, 2011a), uma proposta que dá conta da deslocação do *logos* e do *ethos* para o *pathos*, das proposições para as imagens, do consciente para o inconsciente, da retórica para o percurso figurativo, da persuasão para a sedução e o fascínio, dos média como dispositivos discursivos, de sentido exclusivamente argumentativo, para os média como dispositivos de imagens, com uma “memória sensorial, afetiva e corporal”¹³.

4. A ESTETIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA CONTEMPORÂNEA

Em todas as épocas, as civilizações sempre se colocaram a questão do humano. A civilização da imagem não pode, pois, deixar de nos confrontar com esta questão. O debate que problematiza a comunidade humana, ou seja, que interroga a relação entre espaço público e opinião pública e o modo de organizarmos a vida em comunidade, tem levado muitos investigadores a falar de “democracia possível”, “revitalização política do espaço público”, “requalificação democrática do espaço público”, insistindo na intervenção do público na política e assinalando as formas de resistência e de reinvenção da política¹⁴. Por sua vez, é em termos semelhantes a estes que prossegue o debate, tanto no campo científico de educação para os média ou de literacia mediática, como no campo da economia política.¹⁵

No tempo tecnológico, a questão do espaço público, da opinião pública e da organização da vida em comunidade, pode ser problematizada pelo menos a partir de três

¹³ Esta expressão retoma o título do Prefácio que escrevi (Martins, 2006) para o livro de Teresa Ruão, *Marcas e identidades*.

¹⁴ Veja-se, por todos, João Pissarra Esteves em *O Espaço público e os média* (2005, pp. 25, 35, 39, 94, 100). Convocando uma primeira página do *New York Times*, Pissarra Esteves chama a atenção para “a emergência de uma segunda grande super-potência mundial – precisamente, a Opinião Pública” (Ibidem 25).

¹⁵ Advogam Sara Pereira et al. (2014): “A Educação para os Media é um processo pedagógico que procura capacitar os cidadãos para viverem de forma crítica e interventiva a ‘ecologia comunicacional’ dos nossos dias”. E escreve Estrela Serrano, no prefácio a uma obra de Manuel Pinto et. al. (2011): “A literacia para os média, entendida como o conjunto de competências e conhecimentos que permitem aos cidadãos uma utilização consciente e informada dos meios de comunicação social, representa uma componente essencial do processo Comunicativo”. E conclui: “A importância da literacia para os média é hoje reconhecida como uma componente inalienável da cidadania, tendo sido objecto da Directiva 2007/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Dezembro de 2007, nela se defendendo que “[a]s pessoas educadas para os media são capazes de fazer escolhas informadas, compreender a natureza dos conteúdos e serviços e tirar partido de toda a gama de oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias das comunicações, [estando] mais aptas a protegerem-se e a protegerem as suas famílias contra material nocivo ou atentatório”.

No que concerne à economia política, veja-se *The Handbook of Political Economy of Communications*, editado por Janet Wasco, Graham Murdock e Helena Sousa (2011). E atente-se, sobretudo, no estudo de Helena Sousa e Joaquim Fidalgo (pp. 283-303). Analisando a “regulação do jornalismo”, em Portugal, interrogam estes autores o sentido dos códigos, da ética e dos conselhos jornalísticos, tanto profissionais como estatais, que visam “promover a qualidade dos discursos mediáticos e, em consequência, a qualidade das instituições democráticas, em geral” (Sousa e Fidalgo, 2011, p. 284).

eixos de significação: um eixo que combina a *técnica e a ética*; um outro que articula a *estética e a ética*; e um terceiro eixo, que faz funcionar no mesmo plano a *técnica e a estética*.

O eixo que combina a *técnica e a ética* inscreve-se no quadro epistemológico da modernidade. Figura a emancipação histórica por injeção e mobilização tecnológicas. Por sua vez, a técnica é entendida como os modernos dispositivos tecnológicos, que incluem os média e que asseguram a mediação simbólica da nossa experiência atual. Neste entendimento, é tarefa da ética equacionar as normas universais que enquadrem a atividade tecnológica, designadamente a atividade mediática¹⁶.

O eixo que articula estética e ética remete para um quadro de pensamento pós-moderno. A pragmática hedonista e estetizante de Maffesoli (1979; 2000) constituiria uma ilustração desta atitude teórica, a qual, no entender de Ien Ang (1998, p. 78), é uma atitude conservadora. O otimismo social e cultural que a caracteriza permitir-lhe-ia adotar uma atitude conciliadora com a sociedade de consumo, interpretando-a, por um lado, como uma resposta positiva aos desejos do consumidor, e por outro lado, como uma resposta que promove mudanças sociais, na moda, nos estilos de vida e nos produtos. É uma resposta que “sucumbe a uma atitude de ‘vale tudo’”, conclui Ien Ang (Ibidem). Sendo *auto-poiética*, advoga, com efeito, uma “ética da estética” (Maffesoli, 1990) e remete para um relativismo diletante e descomprometido, que se consome, com manifesto deleite, num pluralismo de jogos e simulacros. A questão do espaço público e da cidadania, ou seja, a questão da comunidade democrática não se inscreve neste regime de pensamento. O tribalismo pós-moderno opera a “transfiguração da política” (Maffesoli, 1992): o sentido de comunidade esgota-se naquele que me é próximo, naquele com quem partilho uma emoção. No quadro do pensamento ético-estético, a técnica tem um caráter meramente lúdico e mágico, exercendo uma função de remitificação e reencantamento do mundo.¹⁷

O eixo que faz funcionar no mesmo plano a *técnica e a estética* é também, a meu ver, moderno. Caracteriza-o, todavia, um pessimismo histórico. Sendo, entretanto, “motivado por uma compreensão profunda dos limites e falhanços daquilo a que Habermas chamou ‘o projeto inacabado da modernidade’” (Ien Ang, 1998), esta atitude epistemológica abre a alguns dos debates essenciais da contemporaneidade. Dado que não remete para normas universais que meçam todos os enunciados, este eixo de sentido faz declinações decetivas do público: e é “público fantasmagórico”, para Lippmann (1925); “público simulacral”, para Baudrillard (1981, p. 42); “sobrevivência simulacral” e espectral, no caso de Bragança de Miranda (1995).

Dos três eixos de sentido assinalados, é meu entendimento que apenas o eixo que combina a técnica com a estética interroga a natureza atual da técnica. O eixo técnico-ético moraliza a técnica: por um lado, procura controlá-la através de normas universais;

¹⁶ Há quem considere o eixo de sentido técnico-ético como “pós-metafísico” (Esteves, 2005, pp. 39, 92). A meu ver, todavia, não creio que seja adequado fazê-lo, dado que este eixo de sentido assenta numa racionalidade forte, com o recurso ao critério de juízo último, com normas universais que medem os enunciados e com enunciados que têm um conteúdo exclusivamente cognitivo.

¹⁷ Para Maffesoli, a tecnologia é do domínio do festivo, da intensidade e da jubilação: “O imaginário, a fantasia, o desejo de comunhão, as formas de solidariedade, as diversas entreativas caritativas [afinal de contas, os valores proxémicos, domésticos, banais, da vida quotidiana] encontram na Internet e no ‘ciberespaço’ em geral vetores particularmente performantes” (Maffesoli, 2000, p. 14).

por outro, promove o seu bom uso. Por sua vez, o eixo ético-estético celebra a técnica como uma remitificação da existência, jungindo arcaísmo e tecnologia¹⁸. Em contrapartida, o eixo técnico-estético problematiza a natureza da técnica, vendo nela a realização da razão como controlo (a ‘controllvernunft’ de que fala Odo Marquard) e, simultaneamente, a modelação da nossa sensibilidade e emotividade, de modo a produzir o efeito cada vez mais alargado de estetização do mundo.

Entre outros debates essenciais da contemporaneidade a que este eixo procura dar resposta, assinalo as seguintes: a natureza da técnica na era do computador e uma nova teoria da imagem; o “bloco alucinatório” constituído pela ligação da técnica com a estética (com referências precisas a Benjamin, McLuhan, Debord e Deleuze, por exemplo); uma revisão da teoria da violência, da dominação e do controlo; uma problematização da experiência humana e do seu progressivo empobrecimento, com a reanimação de uns tantos conceitos e o depuramento de outros: alienação, anestesiamiento, narcose, simulacro, congelamento dissimulado do mundo — um percurso por onde passam, entre outros, Benjamin, Musil, Debord, Klossowski, Deleuze, Baudrillard, Perniola e Agamben.

Não creio, com efeito, que a ideia de crise da modernidade, como “manipulação” e como “fechamento democrático”, para que concorrem os média em boa medida, possa ser resolvida a golpes de fé no futuro, de auto-reflexividade e de ética, como acontece no caso dos debates desenvolvidos em torno do eixo técnico-ético¹⁹. A meu ver, a opção epistemológica que se centra no eixo de sentido técnico-estético tem manifestos efeitos emancipadores, embora com a vantagem de não apresentar a estrutura dramática de uma redenção final, dado exprimir a modernidade trágica, própria da era mediática, uma modernidade que diz a crise desta época, o seu mal-estar, a sua melancolia (Martins, 2003; 2002a; 2002d). No entanto, precipitada na imanência e jogando tudo no presente (Maffesoli, 1979), esta modernidade não pode deixar de figurar o horizonte de uma comunidade partilhada, sonhando com a redenção do humano. E também a move o apego à liberdade e a alma a erótica gozosa de um corpo que há que dar à comunidade. No modo como vejo as coisas, a era mediática, privada que está de normas universais que a destinem, é posta à prova no combate por uma “democracia a vir” (Martins, 2003).

Como assinalai, o atual funcionamento dos média anda associado à ideia de crise da modernidade. O tema já não é novo: por meados do século XIX, Alexis de Tocqueville via como irreversível o divórcio entre crítica e opinião.²⁰ E na Viena do princípio do século XX, à frente do *Fackel*, Karl Kraus garantia que o jornalismo comia o pensamento (Bouveresse, 2001).

¹⁸ Como assinala Michel Maffesoli (2011, p. 17), “a tecnologia pós-moderna participa do *reencantamento do mundo*”.

¹⁹ Este entendimento tem, todavia, enérgicos defensores. Um deles é João Pissarra Esteves. Veja-se, por exemplo, o que escreve em *O Espaço Público e os Média*. Depois de assinalar que a atual crise do espaço público se deve à “quebra dos princípios universais constitutivos da própria ideia de Espaço Público (liberdade e igualdade)”, conclui: a resistência do espaço público à sua própria crise (todos os sinais e esforços de revitalização) “deixa transparecer a motivação primordial de uma experiência mais rica de cidadania, que inspira e actualiza os princípios universais atrás referidos: uma sociedade civil (identidades, associações e movimentos sociais) mobilizada em torno de um sistema mais amplo de liberdades e da criação de condições de uma maior igualdade a nível das relações sociais” (Esteves, 2005, pp. 100-101).

²⁰ Para Alexis de Tocqueville (1981, pp. 17-18), a crítica dobrou perante a opinião, cuja força “já não persuade com as convicções, apenas as impõe e as faz penetrar nos espíritos através de uma espécie de imensa pressão exercida sobre a inteligência de cada um”.

Bem sei que a nossa modernidade tem um grande potencial de auto-reflexividade. Por exemplo, naquilo que apresenta como uma “reescrita da modernidade”, Jean-François Lyotard (1988, p. 202), denuncia como um mito “o projecto de emancipar a humanidade pela ciência e pela técnica” e assinala mesmo que a crítica deste simulacro “há muito que está a ser conduzida pela própria modernidade”²¹. Não estou, todavia, convencido de que a ideia de modernidade como projeto inacabado, ou então inacabável, possa fundar-se numa conceção universalista de liberdade. A ideia universalista de liberdade entrou em crise exatamente pelo seu carácter universalista, que a tornou apta para uma mobilização emancipatória global, também ela em crise. A meu ver, toda a ideia de projeto global é problemática, em termos sociológicos. No modo como entendo as coisas, para um sociólogo, mais importante do que as condições de possibilidade de uma comunidade, são as condições de existência concreta dessa comunidade, que configuram sempre um campo de forças sociais imanentes a esse campo específico. É neste sentido, aliás, que entendo a obra e o legado de Michel Foucault (1976), primeiro, e de Pierre Bourdieu (1989), depois.

Não quer isto dizer que seja possível considerar a emancipação histórica ao nível dos interesses, isolando-a, entretanto, de considerações epistémicas. Explicitando um ponto de vista de Michel Foucault, Paul Rabinow (1985: 93-94) invoca, neste sentido, Max Weber e sublinha: o Capitalista “não era só o *homo economicus* que negociava e fabricava navios, mas era também um indivíduo que via os quadros de Rembrandt, desenhava os mapas do mundo e não deixava de se inquietar com o seu destino”. Estas atividades, continua Rabinow (*Ibidem*), “pesavam maciçamente sobre a realidade do Capitalista e inflectiam os seus comportamentos”.

É exatamente pelo facto de fundarem o sentimento de identidade pessoal, e também o sentimento da realidade do mundo, que as práticas epistémicas fundam um regime de interação, ou seja, produzem *um* sentido. Deste modo, a indagação do objeto de estudo das ciências sociais, ou seja, a questão da ação social, obriga a considerar o regime do olhar em que assenta a peculiar forma de vida de uma sociedade: modos de dizer (as retóricas) e modos de ver (as hermenêuticas). Interrogar os interesses que regem a forma de vida de uma sociedade, é, pois, também fazer considerações de tipo epistémico.

Nestes exatos termos, parece-me perfeitamente ajustada a uma reescrita da modernidade a ideia de Bragança de Miranda (1995, pp. 129-148), que considera a atual utopia tecnológica de um *agora* virtual como a forma final da sobrevivência simulacral do espaço público. Na utopia tecnológica joga-se, com efeito, o velho esquema mítico que do Jardim do Éden à Torre de Babel e à sua atual translação na ideologia da cibercultura, fantasia uma sociedade de conhecimento total e de comunicação universal (Martins, 1998).

Quando nos anos setenta do século passado Pierre Bourdieu (1973) escreveu “L’opinion publique n’existe pas”, o que aí se jogava, a meu ver, era já a denúncia de uma ficção idealista e universalista de espaço público, uma ficção, verificada nas sondagens e de que se alimentam em permanência os média, eles que, aliás, a criaram. Na mesma

²¹ Sobre este assunto, ver “Comunicação e Cidadania” (Martins, 2008, pp. 20-21). <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25364>

ordem de ideias, Daniel Bounoux (2002, p. 277) já falava, há mais de uma dúzia de anos, da convivência fatal entre média, empresas de sondagens e políticos.

Indubitavelmente, os média não contribuem apenas para um fechamento da democracia. Nos média também residem possibilidades, mesmo que o seu papel seja, nos nossos dias, de uma grande equivocidade. Transferindo-se de armas e bagagens para a órbita do poder, os média encenam, hoje, o país real e os seus problemas concretos, sem qualquer correspondência com a realidade. E, além disso, blindam o espaço público à voz dos cidadãos. Entretanto, os reguladores dos média, habitualmente assinalados, por um lado o dinheiro (ou seja, o Mercado), por outro lado a política (isto é, o Estado), não estão à altura de explicar a estetização da política e do espaço público: o eixo de sentido que conjuga a técnica com a ética permite que se formule a questão estética, mas não permite resolvê-la. A meu ver, a dissolução da ideologia estética, de que falaram Paul de Man (1998) e Terry Eagleton (1993), obriga a que num primeiro momento seja considerado o bloco que na atualidade a técnica compõe com a estética.

5. TÉCNICA E ESTÉTICA — RELENDO BENJAMIN

A crítica de Habermas (1962) à concepção burguesa de espaço público recaiu no facto de esse espaço constituir uma falsa universalização e de impor a necessidade de o realizar verdadeiramente. Se bem observarmos, esta tese glosa e revê a ideia de Marx sobre o fim do capitalismo: o seu advento precipita o fim da divisão entre Estado e Sociedade Civil e faz desaparecer o próprio Estado.

De um ponto de vista comunicacional, este entendimento é todavia redutor, por não atender às razões técnicas e estéticas. Porém, a consideração destas razões encontrámo-la já em Marshall McLuhan (1962; 1964). Em *The Gutenberg Galaxy*, não apenas a modernidade é indissociável da mecanização da escrita, ou seja, da imprensa de Gutenberg, como também essa forma de expressão se adequa bastante bem ao espaço público clássico, onde a imprensa desempenha um papel essencial. É verdade que esse espaço não se esgota numa explicação técnica, mas parece-me incontestável que é inseparável dela. E é de esperar que sofra novas transformações, à medida que vão surgindo outras tecnologias mediáticas. Por outro lado, em *Understanding Media*, é já patente a fusão de *techné* e de *aesthesis*, com os média a serem figurados como extensões da sensibilidade humana.

A associação de técnica e estética é, todavia, realçada por Walter Benjamin, já nos anos 30, quando analisa o surgimento da fotografia, do cinema e da rádio, novos média para a época — o preciso momento em que os fascismos europeus se implantavam. Benjamin mostra-nos que o tipo de sujeito pressuposto na época literária, um sujeito racional e auto-controlado, representa bem mais a vontade coletiva do que os indivíduos empíricos. Quando considerados em conjunto, os indivíduos logo desaparecem, sublimados pela figura de uma “discussão” no espaço público. Entretanto, com a fotografia, o cinema e a rádio, que produzem e administram emoções, os indivíduos não são mobilizados em conjunto, mas individualmente. Como bem o assinala Siegfried Kracauer (1963), os indivíduos ainda podem ser vistos como “ornamento” nos filmes de Leni Riefensthal, mas

a lógica deste processo vai no sentido de a mobilização recair sobre cada um dos indivíduos, agora envolvidos, um a um, afecionalmente. Ou seja, na época clássica, os sujeitos são tendencialmente racionais, tornando-se todavia totalmente racionais enquanto sujeito coletivo. Mas na nova situação tecnológica, deixamos de poder reunir politicamente os indivíduos. O mais que podemos fazer é agrupá-los, económica e estatisticamente. Em suma, a visão clássica de espaço público é ilusória, embora o não seja menos a conceção que insiste num espaço público, nas novas condições tecnológicas e económicas.

Por outro lado, a convocação da estética no contexto tecnológico não se cinge, de modo nenhum, ao recorte epistemológico desta disciplina. Falo de estética por relação à sensibilidade, à emoção, aos sentidos, enfim, à afeção. E é essa a razão pela qual se diz que a nova sensibilidade é híbrida — são as máquinas produzidas pela ciência que mobilizam as afeções e as monetarizam.

Este ponto de vista já está presente em Walter Benjamin (1936), quando critica a maneira como as categorias estéticas são usadas politicamente. Na sua perspetiva, os novos meios técnicos, que precipitam o desencantamento do mundo, ao anularem as categorias “metafísicas” da “criatividade, genialidade, valor eterno e secreto” (Benjamin, 1992, pp. 73-74), enfim as categorias daquilo a que chama “aura”, são usados em certas circunstâncias para criar um fascínio de massas. Ao montarem um espetáculo, em que ilusoriamente as massas acreditam participar, os novos meios técnicos remagificam o mundo em permanência, operando o retorno do arcaico no atual. Mas desta análise de Benjamin não se segue que o advento dos novos meios técnicos tenha como único efeito a “desarticulação das massas”. Pelo contrário, as novas técnicas também apoiam a entrada das massas na história, reforçando o direito de elas poderem afirmar-se enquanto sujeito. Esta circunstância faz eclodir a crise das relações de propriedade sobre que assentavam os valores de “criatividade, genialidade, valor eterno e secreto”.

Benjamin privilegia esta tensão, que é interna à fotografia, ao cinema e à rádio (e, nos dias de hoje, a outros novos média), e ataca a política de fascinação das massas, que resulta do uso que os poderes dominantes fazem das novas técnicas. É verdade que Benjamin reconhece às vanguardas um efeito de choque no combate à reaurização (remagificação) do mundo. Mas as novas técnicas, como é o caso do cinema, provocam por si mesmas esse choque, levando-nos ao “inconsciente óptico” (*Ibidem*, p. 105), à realidade oculta da fantasmagoria, que tudo envolve.

Na análise de Benjamin existe, pois, esta dupla dimensão: o reconhecimento do fascínio das massas, produzido pelos média, e também as potencialidades “revolucionárias”, que Benjamin atribui às novas técnicas. Segundo as palavras deste autor alemão, o cinema pode promover, em certos casos, “uma crítica revolucionária das relações sociais, ou mesmo das de propriedade” (*Ibidem*, p. 96). Se atendermos ao contexto em que é utilizada, esta passagem de Benjamin parece um tanto tímida e dubitativa. Mas tem uma importância decisiva, uma vez que coloca de frente a questão que nos importa, a de as novas técnicas terem potencialidades de crítica e de rutura, enfim de produção do humano.

O texto em questão analisa fundamentalmente o cinema, com Benjamin a procurar determinar-lhe as “funções revolucionárias” (*Ibidem*, p.103). E não me parece adequado

concluir que em Benjamin prevalecem as críticas à nova dominação emocional. Em meu entender, este ponto de vista falha o essencial, uma vez que Benjamin atribui às técnicas a capacidade de alterar mesmo a nossa relação ao real: “o cinema, através de grandes planos, do realce de pormenores escondidos em aspectos que nos são familiares, da exploração de ambientes banais com uma direcção genial da objectiva, aumenta a compreensão das imposições que regem a nossa experiência e consegue assegurar-nos um campo de acção imenso e insuspeitado. As nossas tabernas, as ruas das grandes cidades, os nossos escritórios e quartos mobilados, as nossas estações ferroviárias e as fábricas, pareciam aprisionar-nos irremediavelmente. Chegou o cinema e fez explodir este mundo de prisões com a dinamite do décimo de segundo, de forma tal que agora viajamos calma e aventurosamente por entre os seus destroços espalhados” (*Ibidem*, pp. 103-104). E a análise de Benjamin prossegue com o tratamento das questões conexas do “teste”, do “exame”, da “distracção”, tópicos que decorrem da determinação deste “inconsciente óptico” do real (*Ibidem*, p. 105) revelado pelo cinema. É o inconsciente óptico que nos abre ao “inconsciente pulsional”, conceito que Benjamin retoma de Freud e sobre o qual se eleva a montagem do espetáculo.

6. OS ESTUDOS CULTURAIS COMO NOVAS HUMANIDADES

Tanto o meu ponto de partida como a minha linha de argumentação foram no sentido de considerar os *Cultural Studies* como as novas humanidades. Não creio, no entanto, que o meu ponto de vista tenha aberto um caminho inteiramente novo. Porque outros investigadores, antes de mim, procuraram romper neste sentido. Convoco dois exemplos, o de António Fidalgo, num estudo de 2008, e o de Sofia Sampaio, num estudo mais recente, de 2013. Ambos parecem aproximar-se do ponto de vista que aqui proponho. É verdade que a proposta de Sofia Sampaio é mais mitigada que a de António Fidalgo. No estudo que publicou, em 2013, na revista *Culture Unbound*, com o título “Portuguese Cultural Studies/Cultural Studies in Portugal” (Sampaio, 2013), Sofia Sampaio parece insistir mais na relação dos Cultural Studies com a “nova economia”: os Estudos Culturais ocupar-se-iam das indústrias culturais e estas fariam parte da “nova economia”, enquanto “indústrias criativas” (Sampaio, 2013, p. 83). Esse seria “um modelo desenvolvido pelo New Labor de Tony Blair na segunda metade dos anos noventa, que chegou oficialmente a Portugal entre 2005/2011, através do governo socialista de José Sócrates” (*Ibidem*, p. 79)²². Convocando Miller & Yúdice (2002), Garnham (2005) e Ross (2009), Sofia Sampaio (*Ibidem*, p. 79) adverte-nos que a “nova economia” está largamente dependente “da expansão das novas tecnologias da informação (sobretudo software, jogos de computador e publicação electrónica), além da extração de valor dos direitos de propriedade intelectual”. Por outro lado, assinala que foi a elevação da

²² Embora, para Sofia Sampaio, “a adoção do modelo político das indústrias criativas tenha sido responsável pelo súbito interesse institucional nos estudos culturais” (Sampaio, 2013, p. 79), esta investigadora do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA) entende que os Acordos de Bolonha, assinados em 1999, sobre a construção de uma área comum europeia para a Educação Superior, desempenharam, de igual modo, um papel relevante nesta viragem das humanidades, sobretudo ao encorajar a interdisciplinaridade e a flexibilização do currículo (*Ibidem*).

cultura a “chave da atividade económica”, que modelou em Portugal a agenda dos estudos culturais (*Ibidem*, p. 83).

No entanto, tendo em conta a linha argumentativa desta investigadora do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), eu diria que é plausível tirar a conclusão de que os Estudos Culturais são as novas humanidades, pela simples razão de que, em termos gerais, estamos perante um movimento que as aproxima dos quatro pilares propostos por Johan Fornäs (1999, p. 132) para os identificar: “cultura, comunicação, contextualização e crítica”.²³ Este movimento, no sentido da ‘complexidade’ (Grossberg, 2010, pp. 16-17, 30, 40), e também os efeitos na academia da viragem para o mercado, teriam a virtualidade de salvar as humanidades do “declínio do paradigma dos estudos literários” (Sampaio, 2013, p. 80) e dos laivos de ressentimento que o tem atormentado (*Ibidem*, p. 83).

De igual modo António Fidalgo, num texto que escreveu em 2008, a que deu o título “As novas humanidades”, se aproximou do ponto de vista de que os *Cultural Studies* podem ser encarados como as novas humanidades. Radicalizou, todavia, este argumento, ao tomar as Ciências da Comunicação, *tout court*, como as “Novas Humanidades” (Fidalgo, 2007).

Eu próprio segui esta linha de raciocínio, de que os Estudos Culturais concretizam uma deslocação, que ocorreu nas humanidades e as influiu no sentido das Ciências Sociais, e especificamente no sentido das Ciências da Comunicação. Fi-lo em dois estudos que realizei, em 2010 e 2011, o primeiro aquando da criação do doutoramento em Estudos Culturais UM/UA (Martins, 2010a), o segundo içando-a a principal argumento do livro que então escrevi (Martins, 2011a).²⁴

De acordo com a tradição dos *Cultural Studies*, o vínculo que importa esclarecer nas abordagens sobre a cultura é sempre o da sua relação com o poder, o que quer dizer, que a atenção deve recair, sempre, sobre as apropriações da cultura no quotidiano, pelos mais diversos atores e agentes sociais, sejam eles grupos ou movimentos (Martins, 2010a; 2011a).

²³ Sofia Sampaio (2013, p. 76) chama, todavia, a atenção para o facto de a agenda crítica e contextualizadora dos Estudos Culturais se encontrar sobretudo associada aos centros de investigação de Ciências Sociais. E dá como exemplos: o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho, o Centro de Estudos Sociais (CES), da Universidade de Coimbra, e o Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA). Na realidade, até é frequente nas Faculdades de Letras, sobretudo nos meios dos estudos literários e dos “estudos ingleses e americanos” (*Ibidem*, p. 74), os Estudos Culturais serem olhados com alguma suspeição. Nesse sentido, referindo-se, especificamente, ao programa doutoral UM/UA, criado em 2010 e na dependência direta do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Sofia Sampaio assinala que é mais forte, em termos críticos e de contextualização, que o programa doutoral da Universidade Católica Portuguesa, do pólo de Lisboa, criado no mesmo ano, mas na dependência de um centro de estudos literários, o Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC). A linha teórica deste último, considera Sofia Sampaio, inspirada na tradição alemã da *Kulturkritik*, é “bastante ambígua”, na sua relação com os Estudos Culturais; e o programa “é mais fraco, tanto na contextualização como na crítica”, incidindo todavia, com mais clareza, “numa agenda orientada para o empreendedorismo”, dado que tem como principal objetivo “a ‘integração profissional dos estudantes” (*Ibidem*).

²⁴ O livro *Crise no castelo da cultura – Das estrelas para os ecrãs* (Martins, 2011a) estabelece, na primeira parte, a relação entre “Os Estudos Culturais e as Ciências da Comunicação”, a qual, por sua vez, está organizada em cinco capítulos: (1) “Os Estudos Culturais”; (2) “Os estudos da Comunicação e o contemporâneo”; (3) “As Ciências da Comunicação - um projecto da modernidade”; (4) “O visível e o invisível das práticas sociais”; (5) “Para um ‘politeísmo’ metodológico nos Estudos Culturais”.

Persistem, todavia, indefinições sobre o desenvolvimento dos Estudos Culturais em Portugal, e de igual modo, ambiguidades sobre o próprio conceito.²⁵ Por essa razão, refere ainda Sofia Sampaio, alguns projetos de investigação em Portugal (particularmente projetos de ensino) tomam os Estudos Culturais como equivalentes a meros estudos sobre a cultura (Sampaio, 2013, p. 76). Penso que este é, todavia, um equívoco que a minha proposta procurou esclarecer: os Estudos Culturais declinam as atuais vertigens do humano, razão pela qual podem ser encarados como as novas humanidades.

REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (1995). *Moyens sans fin. Notes sur la politique*. Paris: Payot & Rivages.
- Aguiar e Silva, V. (2008). Genealogias, lógicas e horizontes dos estudos culturais. In R. Goulart, M. Fraga, & P. Meneses, *O Trabalho da Teoria – Colóquio em Homenagem*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Ang, I. (1998). The performance of the sponge: mass communication theory enters the postmodern world. In K. Brants, J. Hermes e L. van Zoonen (Eds.), *The Media in Question* (pp. 77-88). Londres: Sage.
- Baptista, M. M. (2009). Estudos culturais: o quê e o como da investigação. *Revue Électronique d'Études Françaises*, automne/hiver, 451-461. <http://revistas.ua.pt/index.php/Carnets/article/view/466/422>
- Barthes, R. (1964). Rhétorique de l'image. *Communications*, 4, 40-51.
- Baudrillard, J. (1981). *Simulacres et simulation*. Paris: Galilée.
- Benjamin, W. (1992) [1936]. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In Walter B., *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política* (pp. 71-110). Lisboa: Relógio D'Água.
- Soares, B. (1998). *Livro do desassossego*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Bougoux, D. (2002). Comunicação e informação na modernidade. *Comunicação e Sociedade*, 4, 275-284. <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1290/1231>
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (1980) [1973]. L'opinion publique n'existe pas. In P. Bourdieu, *Questions de Sociologie* (pp. 222-235). Paris: Minuit.
- Bouveresse, J. (2001). *Schmock ou le triomphe du journalisme – La grande bataille de Karl Kraus*. Paris: Seuil.
- De Man, P. (1998) [1996]. *La Ideología estética*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Derrida, J. (1967). *L'écriture de la Différence*. Paris: Seuil.
- Durand, G. (1969). *Les structures anthropologiques de l'imaginaire*. Paris: Bordas.
- Eagleton, T. (1993) [1990]. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.

²⁵ Maria Manuel Baptista (2009) assinala, logo na abertura de um estudo que realizou em 2009: “A área de Estudos Culturais é intrinsecamente paradoxal, objecto de discussão e incerteza, caracterizando-se por uma forte presença académica nos discursos intelectuais, revela discórdias internas profundas em relação a praticamente tudo: sobre para que serve, a quem servem os seus resultados, que teorias produz e utiliza, que métodos e objectos de estudo lhe são adequados, quais os seus limites, etc.”.

- Esteves, J. P. (2005). *O espaço público e os media*. Lisboa: Colibri.
- Fidalgo, A. (2008). *As novas humanidades*. Covilhã: UBI, Col. Lusosofia, pp. 3-14 www.lusosofia.net
- Fornäs, J. (Ed.) (1999). *Advancing cultural studies: report from an international workshop at Södergarn, February*, pp. 113-158. <http://www.isak.liu.se/acsis/publikasjoner/1.91935/acsreport1999.pdf>
- Foucault, M. (1976). *Histoire de la Sexualité*, I. *La Volonté de Savoir*. Paris: Gallimard.
- Gadamer, H.-G. (1976). *Vérité et méthode*. Paris: Seuil.
- Garnham, N. (2005). From cultural to creative industries: An analysis of the implications of the 'creative industries. Approach to arts and media policy making in the United Kingdom. *International Journal of Cultural Policy*, 11, (1), 15-29.
- Grossberg, L. (2010). *Cultural studies in the future tense*. Durham e Londres: Duke University Press.
- Habermas, J. (1986) [1962]. *L'espace publique*. Paris: Payot.
- Jünger, E. (1990) [1930]. *La mobilisation totale*, precedida por L 'État universel. Paris: Gallimard.
- Klossowski, P. (1997) [1970]. *La monnaie vivante*. Paris: Ed. Payot & Rivages.
- Kracauer, S. (1963) [1995]. The mass ornament. Weimar Essays. Traduzido, editado, e com uma introdução de Thomas Y. Levin. Cambridge, Massachusetts, Londres: Harvard University Press.
- Lippmann, W. (1925). *The phantom public*. Nova Yorque: Harcourt, Brace.
- Liotard, JF. (1993). Une fable postmoderne. In Jean- François, L., *Moralités Postmodernes* (pp. 79-94). Paris: Galilée.
- Liotard, JF. (1988). Réécrire la modernité. *Les Cahiers de Philosophie*, 5, pp. 193-203.
- Macedo, M. L. (2013). *Da diversidade do mundo ao mundo diverso da lusofonia: a reinvenção de uma comunidade geocultural na sociedade em rede*. Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, na especialidade de Comunicação Intercultural, pela Universidade do Minho. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/28851>
- Maffesoli, M. (2011). L'initiation au présent. *Cahiers Européens de l'Imaginaire*, 3, 14-27.
- Maffesoli, M. (2000). *L'instant éternel. Le retour du tragique dans les sociétés postmodernes*. Paris: Denoël.
- Maffesoli, M. (1992). *La transfiguration du politique. La tribalisation du monde*. Paris: Grasset.
- Maffesoli, M. (1990). *Au creux des apparences. Pour une éthique de l'esthétique*. Paris: La Table Ronde.
- Maffesoli, M. (1979) [1998]. *La conquête du présent. Pour une sociologie de la vie quotidienne*. Paris: Desclée de Brouwer.
- Martins, M. de L. (2013). The death body: mythes, rites and superstitions. *Revista Lusófona de Estudos Culturais | Lusophone Journal of Cultural Studies*, 1 (1), 135-160. <http://estudosculturais.com/revistalusofofona/index.php/rlec/article/view/12/38>
- Martins, M. de L. (2011a). *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio/CECS. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29167>
- Martins, M. de L. (2011b). Technologie et rêve d'humanité. *Les Cahiers Européens de l'Imaginaire*, 3, 56-61. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24245>

- Martins, M. de L. (2011c). Médias et mélancolie – Le tragique, le baroque et le grotesque. *Sociétés*, 111, 17-25. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/23866>
- Martins, M. de L. (2010a). Estudos culturais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho”. In M. L. Martins, *Caminhos nas Ciências Sociais. Memória, Mudança Social e Razão*. Coimbra: Grácio/CECS. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29762>
- Martins, M. de L. (2010b). A mobilização infinita numa sociedade de meios sem fins. In: C. Álvares & M. Damásio (Org.). *Teorias e Práticas dos Media: Situando o Local no Global*. Lisboa: Edições Lusófonas, pp. 267-275. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24250>
- Martins, M. de L. (2010c). Linguagem, verdade e conhecimento. As Ciências da Comunicação e o contemporâneo. In A. S. Silva, *Comunicação, Cognição e Media* (pp. 77-86). Aletheia: Braga, Universidade Católica Portuguesa, <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24118>
- Martins, M. de L. (2009). Ce que peuvent les images. Trajet de l'un au multiple. *Les Cahiers Européens de l'Imaginaire*, 1, 158-162. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24132>
- Martins, M. de L. (2008). Comunicação e Cidadania. In M. L. Martins & M. Pinto (Org.), *Comunicação e Cidadania. Actas do 5º Congresso da Sopcom* (pp. 19-25). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25364>
- Martins, M. de L. (2007a). La nouvelle érotique interactive”. *Sociétés*, 96, 21-27. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/23767>
- Martins, M. de L. (2007b). Nota introdutória. A época e as suas ideias. *Comunicação e Sociedade*, 12, 5-7. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24115>
- Martins, M. de L. (2006). A memória sensorial, afectiva e corporal das marcas [Prefácio]. In T. Ruão, *Marcas e Identidades*. Porto: Campo das Letras. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/30050>
- Martins, M. de L. (2003). Por uma democracia a vir. A Televisão de serviço público e a sociedade civil” [Prefácio]. In M. Pinto (Org.), *Televisão e Cidadania* (pp. 9-12). Braga: Núcleo de Estudos de Comunicação e Sociedade: Universidade do Minho.
- Martins, M. de L. (2002a). “O trágico como imaginário da era mediática. *Comunicação e Sociedade*, 4, 73-79. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24132>
- Martins, M. de L. (2002b). *A linguagem, a verdade e o poder*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian & Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Martins, M. de L. (2002c). De animais da promessa a animais em sofrimento de finalidade. *O Escritor*, 18-20, 351-354. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1676>
- Martins, M. de L. (2002d). Tragedy in modernity. *Interact: Revista Online de Arte, Cultura e Tecnologia*, 5, s/p. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1788>
- Martins, M. de L. (1998). A biblioteca de Babel e a árvore do conhecimento. *O Escritor (Lisboa)*, 11/12, 235-240. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/30068>
- Martins, M. de L. (1994). A verdade e a função de verdade nas Ciências Sociais. *Cadernos do Noroeste*, 7, 5-18. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25385>
- McLuhan, M. (1962). *The Gutenberg galaxy*. Toronto: Toronto University Press.
- McLuhan, M. (1964). *Understanding media*. Londres: Routledge and Kegan Paul.

- Miller, T. & Yúdice, G. (2002). *Cultural Policy*. Londres/Thousand Oaks: Sage.
- Miranda, J. B. de (1995). Espaço público, política e mediação. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 21-22, 129-148.
- Negroponte, N. (1995). *Vida digital*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nietzsche, F. (1988) [1887]. *Genealogia da moral*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Pereira, S. et al. (2014). *Referencial de educação para os media para a educação pré-escolar, o ensino básico e o ensino secundário*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.
- Perniola, M. (1993) [1991]. *Do sentir*. Lisboa: Presença.
- Pinto, M. et al. (2011). *Educação para os media em Portugal: experiências, actores e contextos*. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). <http://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/publicacoes>
- Rabinow, P (1985). Fantasia dans la Bibliothèque. Les représentations sociales sont des faits sociaux: modernité et post-modernité en anthropologie. *Études Rurales*, 97/98, 91-114.
- Reis, C. (2005). A crise das humanidades. *Público*, 25/10/2005.
- Rorty, R. (1994). Solidarité ou objectivité. In R. Rorty, *Objectivisme, Relativisme et Vérité*. Paris: PUF, pp. 35-55.
- Ross, A. (2009). *Nice work if you can get it: life and labor in precarious times*. Nova York e Londres: New York University Press.
- Sampaio, S. (2013). Portuguese cultural studies / Cultural studies in Portugal: some thoughts on the making and remaking of a field. *Culture Unbound. Journal of Current Cultural Research*, 5, 73-88. <http://www.cultureunbound.ep.liu.se/v5/ao7/cu13v5ao7.pdf>
- Sloterdijk, P. (2000). *La mobilisation infinie*. Christian Bourgois Ed.
- Sousa, H. & Fidalgo, J. (2011). Journalism regulation. State power and professional autonomy. In J. Wasco, Graham, Murdock e H. Sousa (Org.) *The Handbook of Political Economy of Communications* (pp. 283-303). Wiley-Blackwell Publishing / IAMCR.
- Steiner, G. 1992 [1971]. *No castelo do Barba Azul. Algumas notas para a redefinição da cultura*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Tocqueville, A. de (1981) [1835/1840]. *De la démocratie en Amérique*, vol. 2. Paris: Garnier-Flammarion.
- Wasco, J; Murdock, G; Sousa, H. (Org.) (2011). *The handbook of political economy of communications*. Wiley-Blackwell Publishing / IAMCR.
- Virilio, P. (1995). *La vitesse de libération*. Paris: Galilée.

ENDEREÇOS ELETRÓNICOS

<http://estudosculturais.com/portal/apresentacao/>

<http://estudosculturais.com/portal/redes/cultural-studies-network/>

Moisés de Lemos Martins é professor de sociologia da cultura e da comunicação na Universidade do Minho (Braga, Portugal), sendo nesta universidade Diretor do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), que fundou em 2001. É autor de vários livros, entre os quais: *O Olho de Deus no discurso salazarista* (1990) e *Para uma inversa navegação – O discurso da identidade* (1996), ambos nas Edições Afrontamento; *A linguagem, a verdade e o poder – Ensaio de semiótica social* (2002, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia); *Crise no Castelo da Cultura – Das estrelas para os ecrãs* (2011, Grácio Editor). Fundou, em 1999, a revista *Comunicação e Sociedade* e, em 2013, *Anuário Lusófono de Estudos Culturais*. Preside, desde 2012, à Confederação Iberoamericana das Associações Científicas e Académicas de Comunicação, depois de ter presidido, de 2005 a 2015, à Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom).

E-mail: moiseslmartins@gmail.com; moisesm@ics.uminho.pt

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)- Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais, Campus de Gualtar 4710-057 Braga Portugal

CULTURAL STUDIES AS THE NEW HUMANITIES¹

Moisés de Lemos Martins

ABSTRACT

The purpose of this study is to argue that Cultural Studies may be regarded as the new humanities. Cultural Studies focus on ethnic, post-colonial, communication, anthropological, ethnographic and feminist studies, and only 'very marginally' have they shown an interest in literature and literary studies (Aguiar & Silva, 2008). But those fields, which 'Social Science' rather than the 'Arts' have invested in (Ibid., p. 254), are the touchstone of modernity. Today, the concept we have of humankind is, to a large extent, played out in these areas. The questioning of both humankind and modernity has as backdrop the technologically-driven shift of culture from word to image (Martins, 2011 a). My proposal takes into account this debate, while underscoring how Cultural Studies are engaged in what is current and contemporary, which means, in the present and everyday life.

KEYWORDS

Cultural Studies; new humanities; Information and Communication Technologies; current; contemporary; image

INTRODUCTION

The literary humanities are imbued with a sense of preservation of a *corpus* of knowledge, built over the centuries and meant to be passed on to the younger generations. But it is not only that which is at stake today. As an example, a closer look at the site of the PhD programme in Cultural Studies jointly offered by the Universities of Minho and Aveiro shows that it is a sense of awareness of the need to respond to the challenges brought about by contemporary society that underlies its purposes:

- (1) "The Doctoral Programme in Cultural Studies is geared towards the training of future professionals in the areas of cultural creation, cultural promotion, cultural animation, cultural mediation and cultural dissemination, as well as professionals who will be qualified to work in public libraries, book publishing, the production of information and cultural events, cultural associations, embassies, institutes, foundations, cultural centres, the tourism and hospitality industry, among others";
- (2) Furthermore, "The training of researchers in this field is also aimed at equipping experts with the skills required to work in multidisciplinary teams as problem-solvers in the areas of sustainable development; business ethics; film and genre studies; media studies; internet studies; post-colonial studies; conservation, management and promotion of material and immaterial heritage, etc.";
- (3) and to conclude: "Research in this field will also seek to meet the need for qualified researchers capable of conducting studies in environments that require articulation between various scientific fields such as Communication, History, Philosophy, Sociology, Psychology, Literature or Heritage" (<http://estudosculturais.com/portal/apresentacao/>)²

¹ This article was originally published in Portuguese in *Biblos*. N. 1, 2015 • 3.th series. DOI <http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112>

² Within the framework of this Doctoral Programme in Cultural Studies (University of Minho/University of Aveiro), the setting up of the *Rede em Estudos Culturais/Cultural Studies Network* in December 2014 is worth emphasising. It is a

First and foremost, I would like to underline the fact that no mention at all is made of teacher training, which was, nonetheless, practically the sole objective of the humanities courses in the past. It is true, on the other hand, that both classical and contemporary philologies have always served as an introduction to one's own culture and thinking as well as to that of other peoples, who are both remote and in proximity in terms of time and geography (Fidalgo, 2008, p. 10). But in the current post-colonial circumstances, in a world mobilised by a vast array of technologies, particularly by communication, information and leisure technological devices, one has to question western rationality from the standpoint of non-western worlds, taking into account the intricate relationship they maintain with the former colonial peoples.³

In the fourth and last chapter, “ Tomorrow”, of *Bluebeard's Castle: Some Notes Towards the Redefinition of Culture*, George Steiner also has a word to say, which is at once lucid, tragic and heroic, as he opens a last door on the night, with technology being the night which he steps into with us: “We cannot choose the dream of unknowing. We shall, I expect, open the last door in the castle even if it leads, perhaps *because* it leads, onto realities which are beyond the reach of human comprehension and control. We shall do so with that desolate clairvoyance, so marvellously rendered in Bartók's music, because opening doors is the tragic merit of our identity” (Steiner, 1992, p. 141)⁴.

Taking up Steiner' suggestion of opening doors in the castle of culture, the door in the castle that today most certainly needs opening is that of technology, which is what my proposal concerning the new humanities aims to do: discuss technicity and the role

cooperation network involving cultural, educational and artistic institutions which lays the groundwork for the production of scientific knowledge about art, culture and society from the Cultural Studies perspective. This Network enables students on the Doctoral Programme in Cultural Studies to conduct research on the artistic, educational and cultural processes undertaken at partner institutions or to study their artistic, bibliographical and documental archives. On the other hand, the Network will promote the sharing and dissemination of information pertaining to the cultural agenda of each member on the site of the doctoral programme. Finally, the Network will comprise an advisory board to support the research lines of this Doctoral Programme in the upcoming years , actively collaborating in the academic development of the Programme. <http://estudosculturais.com/portal/redes/cultural-studies-network/>

At the present time , the following entities make up the Network: Culturgest; Teatro Nacional S. João; Fundação Serralves; Casa da Música; Instituto Internacional Casa de Mateus; Museu de Aveiro ; Teatro Aveirense; Museu da Imprensa, Teatro Circo de Braga; Centro Cultural Vila Flor de Guimarães; Casa das Artes de Famalicão; Irenne – Associação de investigação, prevenção e combate à violência e exclusão; INATEL; Movimento Democrático de Mulheres; Direção Regional da Cultura da Zona Norte; Direção Regional da Cultura da Zona Centro.

³ In this regard, I would like to draw attention to the doctoral thesis in Communication Sciences, in the specialty area of Intercultural Communication, presented at the University of Minho in 2013 by Maria de Lurdes Macedo, titled “Da Diversidade do Mundo ao Mundo Diverso da Lusofonia: A Reinvenção de uma Comunidade Geocultural na Sociedade em Rede” [From the world diversity to the diverse world of Lusophonia: the reinvention of a geo-cultural community in the network society] (Macedo: 2013) <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/28851>

⁴ George Steiner wrote this essay on contemporary culture in 1971, a long time before the subversion of cultural practices and consumption effected by electronic technologies. Its title, *In Bluebeard's Castle* is at once suggestive and unsettling. We all remember the traditional fairy tale in which a sinister lord kept a terrible secret well locked up in a room in his castle. It was in that veritable room of horrors that he hid the butchered bodies of all the women he had married and eventually murdered. The Hungarian composer, Bela Bartok, made this fairy tale into a libretto for one of his operas. And Steiner, at the beginning of his essay refers to one of Bartok's characters with the intention of making the meaning of the journey he wanted to embark upon with us all the more clear. He writes: “We seem to stand, in regard to a theory of culture, where Bartok's Judith stands, when she asks to open the last door on the night” (Steiner, 1992, p. 5). Opening the last door on the night! That is precisely what Steiner does in this essay, which is a door open onto the “ The Great Ennui” (title of the first chapter); onto “A Season in Hell” (second chapter); onto “A Post-Culture” and onto “Tomorrow” (fourth and last chapter). On this subject, I wrote “Technologie et Rêve d'Humanité” (Martins, 2011b).

new technologies, including media, have in redefining culture, i.e., in delimiting humankind. We can do nothing other than open this door as it is “the tragic merit of our identity”, to put it in Steiner’s words.

It is my view that the *novum* of contemporary experience consists precisely of this, the fusion of *technê* with *bios*. We are at a moment in time when, thanks to biotechnologies, there is much talk about cloning, replicants and cyborgs, hybridity, post-organic and transhuman, and, thanks to the new information technologies, there is an increasing miniaturisation of technicity and immaterialisation of the digital, thus in this age of biotechnologies and new information technologies there is a full immersion of technicity in history and in bodies.

This immersion of technicity in life — the fusion of *bios* with *technê* — is particularly clear when it comes to biotechnologies, implants, prostheses and genetic engineering. But it also comes through in the new image technologies. What is known today as communication and information technologies, namely photography, film, television, electronic games, multimedia, cybernetic networks and virtual environments work as emotion-producing prostheses, as contraptions generating a crank-handled sensitivity in us (Martins, 2002b, pp. 181-186; 2007b, pp. 5-7).

This thesis can be uncovered in a close reading of *La Monnaie Vivante* by Pierre Klossowski (1997): “desire, value, and simulacrum”, here is “the triangle which has dominated and constituted us doubtless for centuries of our history” as pointed out by Michel Foucault in the letter which introduces the work (Foucault quoted by Klossowski, 1997, p. 9).

The questioning of both humankind and modernity within Cultural Studies is essentially due to the embracing of the principle of historicity of knowledge (Martins, 1994), on the one hand, and to the technologically-driven shift from word to image, on the other (Martins, 2011a).

The principle of historicity of knowledge means that knowledge is above all experience and the true experience is the experience of the limits or the finiteness of being human.

For its part, the technologically-driven shift from word to image, taking place in western civilization, is a movement that, even though it mobilizes individuals for the market while disengaging them as citizens (Martins, 2011a), has considerable ‘humanistic potential’ (Fidalgo, 2008, p. 7). In fact, to no lesser degree than the traditional disciplines such as Literature, Philosophy and History, Cultural Studies also build models to describe and solve problems, devise strategies to address the dilemmas facing human beings, both individually and collectively, and raise and articulate essential issues about the values, objectives and meaning of human action.

My proposal is, thus, to discuss technicity and the role that new technologies, including the media, have in redefining culture, i.e., in delimiting humankind, underscoring how Cultural Studies are engaged in what is current and contemporary, which means, in the present and everyday life.

1. TECHNOLOGICAL MOBILISATION

Fuelled by information and communication technologies, modern civilisation is infinitely accelerated and humankind is fully mobilised towards the present and the market (Virilio, 1995; Sloterdijk, 2000; Martins, 2010b)⁵, both of which are ceaselessly moving from “atoms to bits” (Negroponte, 1995, p. 10). Immersing our lives and bodies in technology leads to ideology being displaced for “sensology”, i.e., ideas for emotions⁶; similarly, a society of universal purpose is displaced for a society of means without ends (Agamben, 1995), with technology disengaging the teleological and eschatological principles that founded Western Civilisation and the end of history, with genesis and apocalypse, being dismantled and giving rise to instantaneism.

It is in these circumstances that the human logos (human reason) is faced with a crisis, with man having ceased to be an ‘animal of promise’ as defined by Nietzsche (1887, II, § 1), because his word is no longer able to promise. In fact, the present time has seen a shift from a regime of the word to one of the technological image. This shift has left us “suffering for lack of finality” (Lyotard, 1993, p. 93; Martins, 2002a, 2002c).

In a lengthy newspaper article on what he termed “The Crisis of the Humanities”, Carlos Reis, Full Professor at the University of Coimbra (*Público*, 25.10.2005), considered a number of reasons for the crisis, among which “the progressive delegitimisation of the written (and read) word in favour of discourses where it is the image that prevails”, as well as “the gradual loss of the symbolic power held by fields of knowledge that traditionally had a standing in Western culture (Philosophy, Literature and History)” and also “the hegemony of television and the remorseless tabloidization of public life which is whittled down to its most indigent state”.

In fact, the word had provided the West with a story that had sense, between a genesis and an apocalypse. It had also provided it with a system of analogy, in which all things referred back towards a creator and every word had a sense/a unique path. We were guided by the stars in the sky, particularly by one, which having been born in the East guided the West for over two thousand years.

In contrast, the regime of the technological image is an immanent one, self-sufficient in terms of meaning, comprising profane, secular and mundane images. Instead of

⁵ The phrase “Total Mobilisation” was first used by Ernest Jünger in the essay “Die Totale Mobilmachung” in 1930. In it Jünger makes reference to the lesson he had learned from fighting in the First World War. The Great War converted life into energy and fully mobilized it thereby making a total connection with the world of work: “The unlimited marshaling of potential energies, which transforms the warring industrial countries into volcanic forges, we perhaps find the most striking sign of the dawn of the age of labour. It makes the World War a historical event superior in significance to the French Revolution”. Furthermore, in this whole process, the human response, i.e., the fact that the worker is willing to be mobilised, is just as important, if not more so, than the technical aspect which is the active side of mobilisation (Jünger, 1990, p. 115). As for the acceleration and mobilization to be felt at the time, we can recall Jünger’s own words: “total mobilisation [...] in war and peace, it expresses the secret and inexorable claim to which our life in the age of masses and machines subjects us” (Jünger, 1990, p. 108). On “endless mobilisation in a society without ends”, see, Moisés de Lemos Martins (2010b), as well.

⁶ ‘Sensology’ was discussed by Mario Perniola in his essay *Del Sentire* in 1991. It considers the increasing importance of sensations (and emotions) within a movement shifting away from ideology. However, in this shift from ideology to ‘sensology’, the experience that Perniola sees is one of repeated actions, the experience of the ‘already felt’ and not an original experience, as if it were impossible to experience anything whatsoever for the first time.

looking at the stars, we look at the screens, the runways and the simulacra that play out on them. Instead of the star that for two thousand years has illuminated the West, what we have now are the spotlights of the grand media parades whose light only strikes us as being artificial when there is a power cut.

Expelled from the regime of the word, we are afflicted by instability and disquiet and we tend to relate above all to figures that accentuate our transient, groping, contingent, fragmentary, multiple, labyrinthine, enigmatic, imponderable, nomadic and solitary nature.⁷

2. COMMUNICATION SCIENCES AS THE NEW HUMANITIES

Cultural Studies are an epistemological tradition of the Social and Human Sciences, which, from the nineteen sixties and seventies of the 20th century onwards, shifted the reflection on culture from a view focused on the relationship culture/nation and on the teaching of language and literature to one that brought culture closer to the lifestyles of different social groups, thereby drawing attention to the daily life of the masses and to social change. This attention was particularly focused on the reception and consumption of media, on the public and on audiences.

In fact, more so than any other theoretical views within Social and Human Sciences, Cultural Studies stand out by inhabiting a territory which is current and contemporary and by being embedded in the present and the everyday (Martins, 2011a). Also, both the origins and the fate of Communication Studies are inextricably linked to the growth of Cultural Studies. It is certainly no coincidence that the first British journal on Cultural Studies, founded in 1979, has the revealing title *Media, Culture and Society*.

Given this link between Communication Sciences and Cultural Studies, it is common today for Communication Sciences to be regarded as “the new humanities” (Fidalgo, 2008). Communication Sciences fit into the Social and Human Sciences epistemological tradition which “ since the 1960s and 70s has not ceased to de-essentialize and de-elitize cultural territories by moving culture studies away from an exclusive focus on the national language, national literature, the literary text, the great works of art (music, painting, sculpture), writers, musicians and artists and by bringing to the foreground the public, the users, the amateurs and the creativity abounding on the margins and in minor arts, such as photography, comic strips, cartoons, popular fiction, pop art , pop music, graffiti, graphic design....” (Martins, 2010c, p. 80).

It is, also, a tradition that subverts “the supposedly natural codes of masculinity and femininity as well as the rigid and dominant definition of sexuality”; it is a tradition that actually risks “flowing to other worlds other than the West through the intricate relationships these worlds have with former colonizers, with ethnic minorities and with multicultural identities” (Martins, 2011a, p. 41-42).

⁷ In this regard, see my study on British designer Alexander McQueen’s fashion shows, which illustrates our transient, labyrinthine, enigmatic and solitary nature. (Martins, 2013). <http://estudosoculturais.com/revistalusofona/index.php/rlec/article/view/12/38>. See, as well, “Médias et Mélancholie”, which reveals the tragic, baroque and grotesque vertigo of the human condition by analysing the song ‘Mercy Street’ by Peter Gabriel (Martins, 2011c). <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/23866>

Communication Sciences are contemporaneous not only of the global acceleration of cultural goods, brought on by the technological mobilization of the planet, and of the expression of collective solidarity aimed at ensuring our global security, but also of the internationalization of ecological and environmental risks. On the other hand, they are mindful of our current uneasiness regarding the social and cultural consequences of biotechnologies, which produce an amalgamation resulting from the fusion of human and non-human (Martins, 2010c, pp. 80-81).

It is undoubtedly because Communication Sciences are engaged in what is current and contemporary and are embedded in the present and the everyday that they are associated to new research territories in the Social and Human Sciences: new social groups (that produce, create and disseminate culture), cultural consumption (reading habits; theatre, film and concert-going habits; going to museums and art exhibitions; internet usage habits), lifestyles, cultural tastes, the publics of culture, gender studies, youth subculture studies (urban and non-urban), studies on media reception by youth and adults and by specific publics such as children, the elderly and ethnic minorities, studies on the use of technological communication, information and leisure devices (the Internet, iPod, iPad, mobile phones, etc.), studies on ethnic identities, post-colonial studies, studies on cultural industries: fashion, tourism, holidays, museums, advertising, film, television, radio, press, new media, electronic games. Communication Sciences are, thus, bound to further enhance the individual, the publics, media consumption and, ultimately, screen cultures (Martins, 2011a, p. 42).

As a theoretical construct, which adopts the historicity paradigm, Communication Sciences downplay classic sociology's unit of analysis, the social class, and give more weight essentially to age, education, gender and ethnic identity. Similarly, ideology, a category which is mainly associated to social class, is given less attention and the focus is, rather, on hegemony within a specific field of power and domination relations, based firstly on the Gramscian notion of hegemony and then analysed in light of Foucault's views on power and also resorting to Bourdieu's characterisation of "power relations", within a specific social field of asymmetric positions (Ibidem)⁸.

3. THE CONTEMPORARY — A MELANCHOLIC IMAGINARY

Aristotelian tradition on which the West is grounded is based on the sovereignty of *logos*, with its logical forms and clear premises which conclude what is right and true. It is equally based on *pathos*, ordered by the redeeming synthesis of *logos*, and on *ethos*, consisting of elevated and superior forms, defined by *logos*, and geared towards action. In contrast, current times, which are an expression of a media and technological society, are dominated by *pathos*, with sensations, emotions and passions dislodging the centrality of *logos* and *ethos* (Martins, 2002a).

Richard Rorty (1994, p. 37) pointed out that "To a large extent, much of the rhetoric of contemporary intellectual life takes for granted that the goal of scientific inquiry

⁸ This section, "Communication Sciences as the new humanities" draws on the arguments presented in two studies I have published (Martins, 2010c, pp. 79-81; 2011a, pp. 41-42)

into man is to understand “underlying structures” or “culturally invariant factors”, or “biologically determined patterns”. ‘Underlying structures’, ‘culturally invariant factors’, ‘biologically determined patterns’, that is to say, an objective reality, which knowledge would be in alignment with.⁹

By saying that we have abandoned a regime revolving around the word, the literary one, and have moved to one based on image, it means that we have replaced a world rooted in the affinity between reason and truth, with knowledge matching an objective reality, for a world grounded on the principle of historicity of knowledge, in which reason is viewed as an interpretation (Martins, 1994, p. 7).

The view that the truth of knowledge is an interpretation is an achievement of our time, having been discussed and worked on for over a century. The most emblematic names associated to this achievement are Nietzsche, with his critique of metaphysics and his concepts of play, interpretation, and sign without present truth; Freud, with his critique of self-presence, that is, the critique of consciousness, of the subject, of self-identity, of self-proximity and self-possession; and Heidegger, with the destruction of metaphysics, of onto theology, of the determination of being as presence (Derrida, 1967, p. 412).

Cultural Studies are encompassed in this historicity paradigm, adopting the point of view that there is an inextricable link between understanding and situation, interpretation and prejudice, knowledge and belief, theory and practice (Gadamer, 1976, p. 139). This is to say that Cultural Studies are engaged in what is current and contemporary and as such are situated in the present and the everyday.

The regime of the word provided us with a safe foundation, a familiar territory and a stable identity. Leaving it behind and replacing it for a regime of the image entails moving to a clearly different world, unsafe, unfamiliar and unstable. Considering Cultural Studies as the new humanities expresses the nature of a sensitivity that discloses the vertiginous unsteadiness of contemporary culture, with human beings being increasingly identified by their unstable, rambling, viscous, faltering and labyrinthine character.¹⁰

In this context, the narrative regime grounded on classical forms, with straight lines and clear surfaces is also subverted. Increasingly its place is being taken by baroque forms with curved lines and folds, and concave and sombre surfaces. Similarly, the dramatic forms, in which the characters struggle with contradictions that are settled by a redeeming synthesis, give way to tragic forms where the characters face contradictions that no synthesis will settle. Furthermore, it will be increasingly uncommon to find sublime

⁹ Nowadays, the ‘objective reality’ pertains, essentially, to “practical social needs”. And by practical social needs I mean the demands of the market for ‘quality’, ‘excellence’, ‘employability’, ‘competitiveness’, ‘efficiency’, ‘performance’ and ‘achievement’. This seems to be the ersatz for the ‘underlying structures’ and the ‘cultural invariants’, which knowledge has to accommodate itself to for being, *soi-disant*, in alignment with it.

¹⁰ In this regard, I can refer to two texts I have published. In the first one, titled “Médias et Mélancolie - Le Tragique, le Baroque et le Grotesque” the song ‘Mercy Street’ by Peter Gabriel is analysed, as mentioned before, (Martins, 2011c, pp. 17-21) while in the second one, “La Nouvelle Érotique” it is the album “All is full of Love” by Bjork (Martins, 2007a, pp. 21-27). The following extract from the *Book of Disquiet* by Bernardo Soares is also fitting: “I have to tell you that I have in fact travelled. But it all feels as if it is said that I have travelled, but I did not live the experience. Back and forth, from north to south ... east to west I have carried with me the weariness of having had a past, the boredom of living in the present and the unrest of having to have a future. But try as I may, all of me remains in the present, killing the past and the future within me” (Soares, 1998, p. 482)

forms shaping the narrative and pointing towards an elevated world. Instead, grotesque forms, disproportionate and hideous, become progressively more evident.¹¹

Abandoning the regime of the word, i.e., the literary regime, certainly entails abandoning classic rationality grounded on *logos*, a discourse which is also reason. It is based on truth and falsehood judgements, on rhetorical and argumentative strategies, with effects that are persuasive. It is concerned mainly with the validity of its propositions expressed by means of rhetorical reasoning. This rationality connects the subject who produces the discourse to the one who receives it and is articulated with an *ethos* that establishes the should-be logic.¹²

Discussing the dislocation of the centre of gravity from *logos* and *ethos* to *pathos* raises the issue of the curtailment of reason, which is problematic when it comes to the issue of community, i.e., issues regarding the public sphere, public opinion, citizenship and democracy. In the regime of the image, the questioning of the human does not cease. However, it is no longer only a matter of building the human community in Aristotelian terms, through rhetorical syllogisms, which are based on verisimilitude, and their argumentative strategies; it also involves building it through dreams, i.e., through the figurative paths of images, through the imaginary (Durand, 1969).

Reason (*logos*, even if it is the rhetorical *logos*, and *ethos*) demonstrates and persuades, whereas the image (as a sign within a particular type of imaginary, i.e., a system of dreams) allures and fascinates.

Accordingly, media and the image industries (photography, film, television, video, the computer, multimedia, advertising, electronic games, virtual environments, fashion, tourism, holidays...) are both image and word devices. However, although they do demonstrate and persuade using the word, as is the case with slogans, what most often happens is that they allure and fascinate us. When using media, citizens are confronted with (conscious) rhetorical strategies but they are equally confronted with a crossing as they make up a territory entangled with images, allowing for a wide variety of different (unconscious) figurative paths.

This view is developed in my book, *Crise no Castelo da Cultura — Das estrelas para os ecrãs* [Crisis in the Castle of Culture — From the stars to the screens] (Martins, 2011a). It discusses the movement from *logos* and *ethos* to *pathos*, from propositions to images, from the conscious to the unconscious, from rhetoric to the figurative path, from persuasion to allurements and fascination, from media as exclusively argumentative discursive devices to media as image devices with a “sensory, emotional and body memory”.¹³

¹¹ On the issue of the tragic, baroque and grotesque forms of contemporary culture, see Martins, 2013, 2011c, 2007a, 2002d.

¹² Undoubtedly because it adopts language as a model for the analysis of all the semiological systems, including the analysis of image systems. In “Rhétorique de L’Image”, Roland Barthes argued that it was absurd to show images without words: “Images without words can certainly be found in certain cartoons, but by way of a paradox; the absence of words always covers an enigmatic intention (Barthes, 1964, p. 43, note 4). In keeping with Barthes, I also used language, analogically, as a model for analysis of other semiological systems in *A Linguagem, a Verdade e o Poder - Ensaio de Semiótica Social* [Language, Truth and Power - An Essay on Social Semiotics] (Martins, 2002b).

¹³ This phrase is the title of the Preface I wrote (Martins, 2006) for the book *Marcas e Identidades* [Brands and Identities] by Teresa Ruão.

4. THE AESTHETICIZATION OF CONTEMPORARY EXPERIENCE

Throughout the ages, civilizations have always questioned themselves about human nature. The civilization of the image can, thus, hardly fail to confront us with this issue. The debate problematizing the human community, i.e., questioning the relationship between the public sphere and public opinion and the manner in which we organize ourselves in communities, has led many researchers to talk about “a tenable democracy”, “political revitalization of the public sphere”, “democratic regeneration of the public sphere”, insisting on the intervention of the public in politics and pointing out forms of resistance and of political reinvention.¹⁴ These are also the terms governing the debate both in the field of media education or media literacy and in the field of political economy.¹⁵

In the age of technology, the issue of public sphere, of public opinion and of the organisation of life in communities may be problematised considering at least three strands of meaning: a strand combining technicity and ethics; another articulating aesthetics and ethics; and a third strand in which technicity and aesthetics operate on the same level.

The strand combining technicity and ethics is line with the epistemological framework of modernity. It represents historical emancipation through technological injection and mobilisation. Technicity is understood as modern technological devices, including media, that ensure the symbolic mediation of our current experience. From this perspective, it is the role of ethics to examine the universal standards governing technological activity, media activity.¹⁶

The strand articulating aesthetics and ethics points towards a postmodern thought framework. Maffesoli's (1979, 2000) hedonistic and aestheticizing pragmatics could be regarded as an illustration of this theoretical attitude, which, according to Len Ang (1998, p. 78), is a conservative attitude. Its social and cultural optimism would allow it to adopt a conciliatory attitude towards the consumer society, interpreting it as a positive response to consumer wishes, on the one hand, and as a response promoting social changes, in

¹⁴ See João Pissara Esteves in *O Espaço Público e os Média* [The Public Sphere and the Media] (2005:25,35,39,94,100). Referring to the front page of an edition of the New York Times, Pizarra draws one's attention to the “ emergence of a second world superpower- Public Opinion, to be precise” (Ibid., p. 25)

¹⁵ Sara Pereira *et al.* (2014) maintain: “Media Education is a pedagogical process that seeks to empower citizens to be more critical and proactive in their experience of current day ‘communicational ecology’”. And in the preface of a work by Manuel Pinto *et al.* (2011, p.?) Estela Serrano writes: “Media literacy, understood as the competences and knowledge which enable citizens to use media in a conscious and informed way, is an essential component of the Communicative process”. She concludes: “The importance of media literacy is today acknowledged as an inalienable component of citizenship, having been the focus of Directive 2007/65/CE of the European Parliament and of the Council, which states “Media-literate people are able to exercise informed choices, understand the nature of content and services and take advantage of the full range of opportunities offered by new communications technologies. They are better able to protect themselves and their families from harmful or offensive material”.

As far as political economy is concerned, one can refer to *The Handbook of Political Economy of Communications*, edited by Janet Wasco, Graham Murdock and Helena Sousa (2011), particularly to the study conducted by Helena Sousa and Joaquim Fidalgo (pp. 283-303). In their analysis of “journalistic regulatory structures” in Portugal, the authors question the point of the codes of conduct, the ethical councils and the newsroom councils, both professionally based ones and those that are state-centred, that are “ supposed to promote the quality of the media discourses and, therefore, the overall quality of democratic institutions” (Sousa and Fidalgo, 2011, p. 284).

¹⁶ Some take the view that the technicity-ethics strand is “post-metaphysical” (Esteves, 2005, pp. 39; 92). I do not see it that way, since the strand of meaning is based on a strong rationality, resorting to the criterion of the final judgement and having universal standards which statements are measured up to, as well as statements that have an exclusively cognitive content.

fashion, in lifestyles and in products, on the other. It is a response which “succumbs to an ‘anything goes’ attitude”, concludes Ien Ang (Ibidem). *Autopoietic* in nature, it does, in fact, call for an “ethics of aesthetics” (Maffesoli, 1990) and points to a dilettante and disengaged relativism consuming itself, with evident delight, in a pluralism of games and simulacra. The issue of public sphere and of citizenship, in other words, the issue of a democratic community does not have a place in this system of thought. Post-modern tribalism engenders a “transfiguration of the political” (Maffesoli, 1992): the sense of community does not extend beyond those who are close to me, those with whom I share some kind of emotion. Within the ethics-aesthetic framework, technicity is merely ludic and magical in nature, whose function it is to remythify and reenchant the world.¹⁷

The strand that has technicity and aesthetics operating on the same level is also, in my view, modern. It is, however, characterised by historical pessimism. As it is “motivated by a deep understanding of the limits and failures of what Habermas calls ‘the unfinished project of modernity’” (Ien Ang, 1998) this epistemological attitude opens up to some of the essential contemporaneity debates. Since it does not point to universal standards that measure all statements, this strand of meaning deceptively portrays the public: it is “the phantom public” for Lippmann (1925); “simulacral public”, for Baudrillard (1981, p. 42); ghostly and “simulacral survival”, in the case of Bragança de Miranda (1995) .

It is my understanding that, of the three strands mentioned, the strand that combines technicity with aesthetics is the only one which questions the current nature of technicity. The technicity-ethics strand moralises technicity: on the one hand, it seeks to control it through universal standards; on the other hand, it fosters its good use. For its part, the ethics-aesthetics strand celebrates technicity as a remythification of existence joining archaism and technology.¹⁸ In contrast, the technicity-aesthetics strand problematizes the nature of technicity, seeing in it the realisation of reason as control (the ‘controllvernunft’ discussed by Odo Marquard) and, at the same time, the shaping of our sensitivity and emotion so as to produce the increasingly far reaching effect of aestheticization of the world.

Among the essential contemporaneity issues that this strand seeks to address, the following may be highlighted: the nature of technicity in the computer age and a new theory of image; the “hallucinatory block” constituted by linking technicity to aesthetics (with precise references to Benjamin, McLuhan, Debord and Deleuze, for example); a review of the theory violence, of dominance and of control; a problematisation of human experience and its progressive impoverishment by reactivating certain concepts and refining others: alienation, anaesthetisation, narcosis, simulacrum, the dissimulated freezing of the world- a path taken by Benjamin, Musil; Debord, Klossowski, Deleuze, Baudrillard, Perniola and Agamben, among others.

¹⁷ For Maffesoli, technology falls into the realm of the festive, of jubilation and intensity: “The imaginary, fantasy, the wish for communion, the different forms of solidarity, the charitable mutual assistance [after all the domestic, banal and proximity values of everyday life) generally find particularly performative vectors on the Internet and in ‘cyberspace’ (Maffesoli, 2000, p. 14).

¹⁸ As Michel Maffesoli (2011, p. 17) points out , “ post-modern technology participates in the *re-enchantment of the world*”.

In my view, the idea of the crisis of modernity as “manipulation” and as “the locking down of democracy” to which the media have greatly contributed, cannot be solved by acts of faith in the future, by self-reflexivity and by ethics, as is the case with the issues discussed within the technicity-ethics strand.¹⁹ The epistemological option that is grounded in the technicity-aesthetics strand has clear emancipatory effects, albeit with the advantage of not having the dramatic structure of a final redemption since it expresses tragic modernity, which is typical of the media age, a modernity which expresses the crisis of the age, its malaise, its melancholy (Martins, 2003, 2002a, 2002d). Nevertheless, having been precipitated into immanence and with everything riding on the present (Maffesoli, 1979), this modernity cannot but portray the horizon of a shared community dreaming of the redemption of the human. It is also moved by a commitment to freedom and is buoyed up by the joyous erotica of a body that has to be imparted to the community. As I see it, this media age, lacking as it is in universal standards to guide it, is put to the test in the struggle for a “democracy to come” (Martins, 2003).

As mentioned above, the way media are currently operating revolves around the idea of the crisis of modernity. The theme is by no means new: in the mid-19th century, Alexis de Tocqueville considered the split between criticism and opinion as irreversible.²⁰ And in Vienna at the beginning of the 20th century, Karl Kraus, heading the *Fackel*, maintained that journalism ate up thought (Bouveresse, 2001).

I am fully aware that our modernity has considerable potential for self-reflexivity. For instance, in what he terms as a “rewriting of modernity”, Jean-Francois Lyotard (s.d., p. 202) brands “the project of emancipating humanity through science and technicity” as a myth and points out that the critique of this simulacrum “has long been provided by modernity itself”,²¹ I am, however, not fully convinced that the idea of modernity as an unfinished project, or as an unfinishable one, can be grounded in a universalist concept of freedom. The universalist idea of freedom has reached a crisis point precisely due to its universalist nature, making it suitable for a global emancipatory mobilisation, which is itself undergoing a crisis. In my view, the whole idea of a global project is problematic, in sociological terms. It is my understanding that, for a sociologist, the conditions of possibility for a community matter less than the concrete conditions of existence for that community, which comprise a field of social forces inherent to that specific field. It is in this sense that I understand the work and the legacy of Michel Foucault (1976), firstly, and of Pierre Bourdieu (1989) later.

¹⁹ This perspective does have its firm supporters, however. João Pissara Neves is one them, as can be seen in *O Espaço Público e os Media* [The Public Sphere and the Media]. After pointing out that the current crisis of the public sphere is due to “the betrayal of the universal principles comprising the actual idea of Public Sphere (liberty and equality)” he concludes that by responding to its own crisis (given all the revitalisation signs and efforts) “the public sphere is revealing the primary motivation for a richer citizenship experience that inspires and updates the aforementioned principles: a civil society (identities, associations and social movements) mobilised around a broader system of liberties and creating the conditions for more equality in social relations” (Esteves, 2005, pp. 100-101).

²⁰ For Alexis de Tocqueville (1981, pp.17-18), criticism gave way to opinion, whose force “no longer persuades by the strength of the conviction but rather imposes it and makes its way into the minds by a kind of pressure that is applied on our intelligence”.

²¹ In this regard, see “Comunicação e Cidadania” [Communication and Citizenship] (Martins, 2008, pp.20-21).

That is not to say that it is possible to consider historical emancipation in terms of interests, isolating it from epistemological considerations. Elaborating on Michel Foucault, Paul Rabinow (1985, pp. 93-94) draws on Max Weber: the Capitalist, he claims, “was not only the *homo economicus* who traded and built ships, but also looked at Rembrandt paintings, drew maps of the world and worried a good deal about their destiny”. These activities, Rabinow (Ibidem) goes on to say, “were strong and effective forces in what they were and how they acted”.

It is precisely because they establish a sense of personal identity, as well as a sense of the reality of the world, that epistemic practices establish an interaction scheme, that is, they produce a meaning. Thus, the object of inquiry of social sciences, i.e., the issue of social action, forces one to consider how a particular society’s way of life is based on a certain regime of perception: modes of speaking (rhetorics) and modes of understanding (hermeneutics). By questioning the interests that govern a society’s way of life, one is, therefore, also taking account of epistemic considerations.

In light of this, Bragança de Miranda’s (1995, pp. 129-148) view seems to be perfectly in tune with a rewriting of modernity as he considers the current technological utopia of a virtual *agora* to be the final form of the simulacral survival of the public sphere. What is at play in this technological utopia is the old mythical scheme which, from the Garden of Eden and the Tower of Babel and its current shift into the cyberculture ideology, fantasises a society of total knowledge and universal communication (Martins, 1998).

In the 1970s, when Pierre Bourdieu (1973) wrote “L’opinion publique n’existe pas”, what I believe was at issue then was the indictment of an idealistic and universalist fiction of public sphere, a fiction to be found in the polls, which the media permanently feed on and were actually responsible for creating. In the same spirit, Daniel Bounoux (2002, p. 277) over a decade ago talked about the fatal collusion between the media, polling companies and politicians.

Undeniably, the media do more than just contribute to locking down democracy. There is potential to be found, despite the equivocity of their role nowadays. Having moved lock, stock and barrel to the realms of power, the media stage the real country and its specific problems in a way which does not have any correspondence to reality. Furthermore, they envelop the public sphere in armour plating thereby keeping the citizens’ voice out. Meanwhile the usual media regulators, money (i.e. the Market), on the one hand, and politics (i.e., the State), on the other, are not up to the task of explaining the aestheticization of politics and the public sphere: the strand of meaning that combines technicity with ethics enables one to raise the aesthetics issue but does not allow one to solve it. As I see it, the dissolution of the aesthetic ideology, discussed by Paul de Man (1998) and Terry Eagleton (1993), entails initially examining the block that is currently made up of technicity and aesthetics.

5. TECHNICALITY AND AESTHETICS – REREADING BENJAMIN

Habermas (1962) levelled criticism at the bourgeois notion of public sphere for its false universality and for requiring that it be truly materialised. What this claim does is

revisit and expound Marx's views on the end of capitalism: it would trigger the end of the separation between State and Civil Society and lead to the disappearance of the State itself.

From a communicational point of view, this position is reductionist in that it fails to consider technical and aesthetic reasons. Marshall McLuhan (1962, 1964) does take them into account, however. In *The Gutenberg Galaxy*, not only is modernity inextricably linked to the mechanisation of writing, i.e., to the Gutenberg press, but that mode of expression is also well suited to the classic public sphere, where the press plays an essential role. While it may be true that the sphere cannot be fully accounted for with a technical explanation, it seems unquestionable that the former is inseparable from the latter. And further transformations of the public sphere are to be expected as new media technologies emerge. In *Understanding Media*, on the other hand, the fusion of *techné* and *aesthesis* is already visible, with the media being depicted as extensions of human faculties.

The association between technicity and aesthetics is previously brought to the fore by Walter Benjamin as early as the 1930s when he examines the emergence of photography, film and radio, new media at the time — at the very moment when fascism was taking hold in Europe. Benjamin shows us that the type of subject to be expected in the literary age, a rational subject exercising self-control, is far more representative of the collective will than empirical individuals. When considered together, the individuals immediately disappear, sublimated by a “discussion” in the public sphere. When it comes to photography, film and radio, which arouse and administer emotions, individuals are not mobilised together but individually. As Siegfried Kracauer (1963) correctly observed, individuals can still be seen as “ornaments” in Leni Riefensthal's films, but the underlying logic of this process is that mobilization bears upon every individual, each of whom is now emotionally engaged. In other words, in the classic era, subjects tend to be rational, but they become completely rational as a collective subject. In the new technological circumstances, it is no longer possible to convene individuals politically. At most, they can be grouped economically or statistically. In sum, the classic view of public sphere is illusory but no less so is a view that insists on a public sphere in the new technological and economic circumstances.

On the other hand, convoking aesthetics within the technological context is by no means to be confined to this discipline's epistemological profile. When I speak of aesthetics I do so to encompass sensitivity, emotions, senses and affection. That is why the new sensitivity is said to be hybrid - machines produced by science are what mobilises affections and monetises them.

Walter Benjamin (1936) takes this view when he criticises the manner in which aesthetic categories are used politically. He claims that the new technical media, which triggered the disenchantment of the world by nullifying the “metaphysical” categories of “creativity, genius, eternal value and mystery” (Benjamin, 1992, pp. 73-74) — the categories comprising what he calls “aura” — are used in certain circumstances to enthral the masses. By staging a spectacle, in which the masses mistakenly believe to be participating, the new technical media permanently re-enchanted the world, thereby bringing the archaic back to the current. It does not follow from this analysis that the sole effect of the

emergence of the new technical media is to “disconnect the masses”. On the contrary, they also help the masses take their place in history by enhancing their right to assert themselves as a subject. This triggered the crisis of property relations on which the values of “creativity, genius, eternal value and mystery” were founded.

Benjamin focuses on this tension, which is inherent to photography, film and radio (and, nowadays, to other new media) and condemns the policy of enthrallment of the masses, which stems from the use that the dominant powers make of new technology. It is true that for Benjamin the vanguard have a shock effect in the struggle against the re-aurification (re-enchantment) of the world. However, the new technologies, as is the case of film, provoke the shock themselves, leading one to the “optical unconscious” (Ibidem, p. 105), to the all-enveloping concealed reality of phantasmagoria.

Benjamin’s analysis has, thus, a twofold dimension: the acknowledgement of the enthrallment of the masses, engendered by the media, as well as the “revolutionary” potential which Benjamin sees in the new technologies. In the words of this German writer, film can, in certain cases, foster a “revolutionary criticism of social conditions and even of the distribution of property” (Ibidem, p. 96). If one takes into account the context in which it is used, this extract does not appear to be very forceful and is rather wavering. Notwithstanding, it is of primary importance since it meets the issue which concerns us head on: the potential new technologies have for critique and rupture, for producing what is human.

The text in question mainly analyses film, with Benjamin seeking to determine its “revolutionary functions” (Ibidem, p. 103). And it does not seem fitting to conclude that criticism of the new emotional dominance is what prevails in Benjamin’s work. As I see it, this view misses the point, since Benjamin considers that technologies are able to change even our experience of reality: “film furthers insight into the necessities governing our lives by its the use of close-ups, by its accentuation of hidden details in familiar objects, and by its exploration of commonplace milieux through the ingenious guidance of the camera; on the other hand, it manages to assure us of a vast and unsuspected field of action. Our bars and city streets, our offices and furnished rooms, our railroad stations and our factories seemed to close relentlessly around us. Then came film and exploded this prison-world with the dynamite of the split second, so that now we can set off calmly on journeys of adventure among its far-flung debris” (Ibidem, pp. 103-104). Benjamin goes on to consider connected issues such as “tests”, “exams” and “distraction”, topics which derive from this “optical unconscious” of reality (Ibidem, pp. 105) introduced by film. It is the optical unconscious that opens one up to the “instinctual unconscious”, a concept drawn from Freud, and upon which the spectacle is set up.

6. CULTURAL STUDIES AS THE NEW HUMANITIES

I have argued that Cultural Studies are to be considered as the new humanities. I do not believe that my point of view has broken entirely new ground, however. Other researchers before me have sought a similar path. Two cases come to mind: a 2008 study

by António Fidalgo and Sofia Sampaio's more recent (2013) work. Both seem to advocate a similar point of view to the one I am arguing for. It is true that Sofia Sampaio's proposal is watered down when compared to António Fidalgo's. In a study published in 2013 in the journal *Culture Unbound* with the title "Portuguese Cultural Studies/Cultural Studies in Portugal" (Sampaio, 2013), Sofia Sampaio appears to focus more on the connection between Cultural Studies and the "new economy": Cultural Studies are concerned with the cultural industries and these become part of the "new economy" as "creative industries" (Sampaio, 2013, p. 83). This was "a model developed by Tony Blair's New Labour in the late 1990s, officially arriving in Portugal during the 2005-2011 Socialist government led by José Sócrates" (Ibidem, p. 79),²² Drawing on Miller & Yúdice (2002), Garnham (2005) and Ross (2009), Sofia Sampaio (Ibidem, p. 79) points out that the "new economy" is largely dependent on "the expansion of the new information technologies (mostly software, computer games and electronic publishing) and the extraction of value from intellectual property rights". On the other hand, she states that it was the elevation of culture to a "key economic activity" that shaped the cultural studies agenda in Portugal (Ibidem, p. 83).

Nevertheless, taking into account the arguments put forward by Sofia Sampaio, a researcher at the Centre for Research in Anthropology (CRIA), I would say that it is plausible to draw the conclusion that Cultural Studies are the new humanities for the simple reason that, in general terms, we are in the presence of a movement that brings the latter close to the four pillars proposed by John Fornäs (1999, p. 132) to define the former: "culture, communication, contextualisation and critique".²³ This movement, given its "complexity" (Grossberg, 2010, pp. 16-17; 30; 40), and the effects of the market-turn in the academia would have the distinction of saving the humanities "from the decline of the literary-studies" paradigm" (Sampaio, 2013, p. 80) and from the flashes of resentment that have tormented it (Sampaio, 2013, p. 83).

Similarly, in a text written in 2008 which he called "The New Humanities", António Fidalgo was not far from the view that Cultural Studies may be regarded as the new humanities. He took, however, a more radical stance by considering Communication Sciences as the "New Humanities" *tout court*.

²² Although Sofia Sampaio considers that "the adoption of the creative industries policy model has been responsible for this sudden institutional interest in cultural studies" (Sampaio, 2013, p. 79), she believes that the Bologna Accords, signed in 1999, setting out the construction of a common European Higher Education Area, also played a significant role in this turn in the humanities, particularly by encouraging interdisciplinary approaches and a more flexible curriculum (Ibidem).

²³ Sofia Sampaio (2013, p. 76) points out, however, that in terms of critique and contextualization, Cultural Studies are mostly associated to Social Sciences research centres, with the Communication and Society Research Centre (CECS) of the University of Minho, the Centre for Social Studies (CES) of the University of Coimbra and the Centre for Research in Anthropology being given as examples. In fact, it is actually quite common for Cultural Studies to cause some discomfort in Faculties of Arts, particularly in literary studies and in "English and American studies" (Sampaio, 2013, p. 74). Accordingly, she regards the doctoral programme jointly launched by the Universities of Minho and Aveiro and directly linked to Communication and Society Research Centre (CECS) as being stronger on critique and contextualisation than the doctoral programme of the Catholic University in Lisbon, launched in the same year, but directly linked to a literary studies centre, the Centre for the Study of Culture and Communication (CECC). According to Sampaio, the theoretical framework of the latter programme draws from German Kulturkritik tradition and its relationship with cultural studies is "rather ambiguous"; and the programme "is weaker on either contextualisation and critique", but focusing more clearly on "an entrepreneurial job-orientated agenda" since its main objective is the " ' professional integration of students' " (Ibidem).

I myself took this line of reasoning, which posits that Cultural Studies materialize a shift that occurred in the humanities and inflected them towards the Social Sciences, namely to Communication Sciences. I did so in two studies undertaken in 2010 and 2011, the first of which when the joint doctoral programme in Cultural Studies at the Universities of Minho and Aveiro was set up (Martins, 2010a) and the second when it became the main argument of a book I then authored (Martins, 2011a)²⁴.

In keeping with the tradition of Cultural Studies, the link which needs clarifying whenever addressing the question of culture is its relation with power, that is to say, the focus should always be on the appropriations of culture in everyday life by a wide range of actors and social agents, be they groups or movements (Martins, 2010a, 2011a).

However, the development of Cultural Studies in Portugal still remains blurry and there are still ambiguities surrounding the concept itself.²⁵ Accordingly, Sofia Sampaio states that some research projects in Portugal (particularly teaching projects) equate Cultural Studies to mere studies of culture (Sampaio, 2013: 76), which I believe is a misapprehension that my proposal has sought to clear up: Cultural Studies depict the vertiginous flurry that is current human existence and as such may be regarded as the new humanities.

REFERENCES

- Agamben, G. (1995). *Moyens sans fin. Notes sur la politique*. Paris: Payot & Rivages.
- Aguiar e Silva, V. (2008). Genealogias, lógicas e horizontes dos estudos culturais. In R. Goulart, M. Fraga, & P. Meneses, *O Trabalho da Teoria – Colóquio em Homenagem*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- Ang, I. (1998). The performance of the sponge: mass communication theory enters the postmodern world. In K. Brants, J. Hermes e L. van Zoonen (Eds.), *The Media in Question* (pp. 77-88). London: Sage.
- Baptista, M. M. (2009). Estudos culturais: o quê e o como da investigação. *Revue Électronique d'Études Françaises*, automne/hiver, 451-461. <http://revistas.ua.pt/index.php/Carnets/article/view/466/422>
- Barthes, R. (1964). Rhétorique de l'image. *Communications*, 4, 40-51.
- Baudrillard, J. (1981). *Simulacres et simulation*. Paris: Galilée.
- Benjamin, W. (1992) [1936]. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In Walter B., *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política* (pp. 71-110). Lisboa: Relógio D'Água.
- Soares, B. (1998). *Livro do desassossego*. Lisboa: Assírio & Alvim.

²⁴ In the first part of the book *Crise no Castelo da Cultura- Das Estrelas para os Ecrãs* [Crisis in the Castle of Culture- From the stars to the screens] (Martins: 2011 a) the relationship between “Cultural Studies and Communication Sciences “is established. This part is divided into five chapters: (1) Cultural Studies; (2) “Communication studies and the contemporary”; (3) “Communication Sciences- a modernity project”; (4) The visible and the invisible in social practices”; (5) “Towards a methodological ‘polytheism’ in Cultural Studies”.

²⁵ In the opening lines of a study conducted in 2009, Maria Manuel Baptista (2009) observes: “The field of Cultural Studies is inherently paradoxical, being the subject of discussion and uncertainty . It features a strong academic presence in intellectual discourse and shows the deep internal disagreements that there are regarding practically everything : what purpose it serves, whom its results are supposed to serve, what theories it produces and uses, what methods and objects of study are deemed appropriate, what its limits are, etc.”.

- Bougnoux, D. (2002). Comunicação e informação na modernidade. *Comunicação e Sociedade*, 4, 275-284. <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1290/1231>
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (1980) [1973]. L'opinion publique n'existe pas. In P. Bourdieu, *Questions de Sociologie* (pp. 222-235). Paris: Minuit.
- Bouveresse, J. (2001). *Schmuck ou le triomphe du journalisme – La grande bataille de Karl Kraus*. Paris: Seuil.
- De Man, P. (1998) [1996]. *La Ideología estética*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- Derrida, J. (1967). *L'écriture de la Différence*. Paris: Seuil.
- Durand, G. (1969). *Les structures anthropologiques de l'imaginaire*. Paris: Bordas.
- Eagleton, T. (1993) [1990]. *A ideologia da estética*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- Esteves, J. P. (2005). *O espaço público e os media*. Lisboa: Colibri.
- Fidalgo, A. (2008). *As novas humanidades*. Covilhã: UBI, Col. Lusosofia, pp. 3-14 www.lusosofia.net
- Fornäs, J. (Ed.) (1999). *Advancing cultural studies: report from an international workshop at Södergarn, February*, pp. 113-158. <http://www.isak.liu.se/acsis/publikasjoner/1.91935/acsreport1999.pdf>
- Foucault, M. (1976). *Histoire de la Sexualité*, I. *La Volonté de Savoir*. Paris: Gallimard.
- Gadamer, H.-G. (1976). *Vérité et méthode*. Paris: Seuil.
- Garnham, N. (2005). From cultural to creative industries: An analysis of the implications of the 'creative industries. Approach to arts and media policy making in the United Kingdom. *International Journal of Cultural Policy*, 11, (1), 15-29.
- Grossberg, L. (2010). *Cultural studies in the future tense*. Durham and London: Duke University Press.
- Habermas, J. (1986) [1962]. *L'espace publique*. Paris: Payot.
- Jünger, E. (1990) [1930]. *La mobilisation totale*, precedida por L 'État universel. Paris: Gallimard.
- Klossowski, P. (1997) [1970]. *La monnaie vivante*. Paris: Ed. Payot & Rivages.
- Kracauer, S. (1963) [1995]. The mass ornament. Weimar Essays. Traduzido, editado, e com uma introdução de Thomas Y. Levin. Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press.
- Lippmann, W. (1925). *The phantom public*. Nova York: Harcourt, Brace.
- Lyotard, JF. (1993). Une fable postmoderne. In Jean- François, L., *Moralités Postmodernes* (pp. 79-94). Paris: Galilée.
- Lyotard, JF. (1988). Réécrire la modernité. *Les Cahiers de Philosophie*, 5, pp. 193-203.
- Macedo, M. L. (2013). *Da diversidade do mundo ao mundo diverso da lusofonia: a reinvenção de uma comunidade geocultural na sociedade em rede*. Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, na especialidade de Comunicação Intercultural, pela Universidade do Minho. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/28851>
- Maffesoli, M. (2011). L'initiation au présent. *Cahiers Européens de l'Imaginaire*, 3, 14-27.

- Maffesoli, M. (2000). *L'instant éternel. Le retour du tragique dans les sociétés postmodernes*. Paris: Denoël.
- Maffesoli, M. (1992). *La transfiguration du politique. La tribalisation du monde*. Paris: Grasset.
- Maffesoli, M. (1990). *Au creux des apparences. Pour une éthique de l'esthétique*. Paris: La Table Ronde.
- Maffesoli, M. (1979) [1998]. *La conquête du présent. Pour une sociologie de la vie quotidienne*. Paris: Desclée de Brouwer.
- Martins, M. de L. (2013). The death body: mythes, rites and superstitions. *Revista Lusófona de Estudos Culturais | Lusophone Journal of Cultural Studies*, 1 (1), 135-160. <http://estudosculturais.com/revistalusofofona/index.php/rlec/article/view/12/38>
- Martins, M. de L. (2011a). *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio/CECS. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29167>
- Martins, M. de L. (2011b). Technologie et rêve d'humanité. *Les Cahiers Européens de L'Imaginaire*, 3, 56-61. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24245>
- Martins, M. de L. (2011c). Médias et mélancolie – Le tragique, le baroque et le grotesque. *Sociétés*, 111, 17-25. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/23866>
- Martins, M. de L. (2010a). Estudos culturais no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho". In M. L. Martins, *Caminhos nas Ciências Sociais. Memória, Mudança Social e Razão*. Coimbra: Grácio/CECS. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29762>
- Martins, M. de L. (2010b). A mobilização infinita numa sociedade de meios sem fins. In: C. Álvares & M. Damásio (Org.). *Teorias e Práticas dos Media: Situando o Local no Global*. Lisboa: Edições Lusófonas, pp. 267-275. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24250>
- Martins, M. de L. (2010c). Linguagem, verdade e conhecimento. As Ciências da Comunicação e o contemporâneo. In A. S. Silva, *Comunicação, Cognição e Media* (pp. 77-86). Aletheia: Braga, Universidade Católica Portuguesa, <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24118>
- Martins, M. de L. (2009). Ce que peuvent les images. Trajet de l'un au multiple. *Les Cahiers Européens de l'Imaginaire*, 1, 158-162. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24132>
- Martins, M. de L. (2008). Comunicação e Cidadania. In M. L. Martins & M. Pinto (Org.), *Comunicação e Cidadania. Actas do 5º Congresso da Sopcom* (pp. 19-25). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25364>
- Martins, M. de L. (2007a). "La nouvelle érotique interactive". *Sociétés*, 96, 21-27. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/23767>
- Martins, M. de L. (2007b). Nota introdutória. A época e as suas ideias. *Comunicação e Sociedade*, 12, 5-7. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24115>
- Martins, M. de L. (2006). A memória sensorial, afectiva e corporal das marcas [Prefácio]. In T. Ruão, *Marcas e Identidades*. Porto: Campo das Letras. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/30050>
- Martins, M. de L. (2003). Por uma democracia a vir. A Televisão de serviço público e a sociedade civil" [Prefácio]. In M. Pinto (Org.), *Televisão e Cidadania* (pp. 9-12). Braga: Núcleo de Estudos de Comunicação e Sociedade: Universidade do Minho.
- Martins, M. de L. (2002a). "O trágico como imaginário da era mediática. *Comunicação e Sociedade*, 4, 73-79. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24132>

- Martins, M. de L. (2002b). *A linguagem, a verdade e o poder*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian & Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Martins, M. de L. (2002c). De animais da promessa a animais em sofrimento de finalidade. *O Escritor*, 18-20, 351-354. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1676>
- Martins, M. de L. (2002d). Tragedy in modernity. *Interact: Revista Online de Arte, Cultura e Tecnologia*, 5, s/p. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1788>
- Martins, M. de L. (1998). A biblioteca de Babel e a árvore do conhecimento. *O Escritor (Lisboa)*, 11/12, 235-240. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/30068>
- Martins, M. de L. (1994). A verdade e a função de verdade nas Ciências Sociais. *Cadernos do Noroeste*, 7, 5-18. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25385>
- McLuhan, M. (1962). *The Gutenberg galaxy*. Toronto: Toronto University Press.
- McLuhan, M. (1964). *Understanding media*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Miller, T. & Yúdice, G. (2002). *Cultural Policy*. London/Thousand Oaks: Sage.
- Miranda, J. B. de (1995). Espaço público, política e mediação. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 21-22, 129-148.
- Negroponte, N. (1995). *Vida digital*. Tradução de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras.
- Nietzsche, F. (1988) [1887]. *Genealogia da moral*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Pereira, S. et al. (2014). *Referencial de educação para os media para a educação pré-escolar, o ensino básico e o ensino secundário*. Lisboa: Ministério da Educação e Ciência.
- Perniola, M. (1993) [1991]. *Do sentir*. Lisboa: Presença.
- Pinto, M. et al. (2011). *Educação para os media em Portugal: experiências, actores e contextos*. Lisboa: Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). <http://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/publicacoes>
- Rabinow, P (1985). Fantasia dans la Bibliothèque. Les représentations sociales sont des faits sociaux: modernité et post-modernité en anthropologie. *Études Rurales*, 97/98, 91-114.
- Reis, C. (2005). A crise das humanidades. *Público*, 25/10/2005.
- Rorty, R. (1994). Solidarité ou objectivité. In R. Rorty, *Objectivisme, Relativisme et Vérité*. Paris: PUF, pp. 35-55.
- Ross, A. (2009). *Nice work if you can get it: life and labor in precarious times*. Nova York and London: New York University Press.
- Sampaio, S. (2013). Portuguese cultural studies / Cultural studies in Portugal: some thoughts on the making and remaking of a field. *Culture Unbound. Journal of Current Cultural Research*, 5, 73-88. <http://www.cultureunbound.ep.liu.se/v5/ao7/cu13v5ao7.pdf>
- Sloterdijk, P. (2000). *La mobilisation infinie*. Christian Bourgois Ed.
- Sousa, H. & Fidalgo, J. (2011). Journalism regulation. State power and professional autonomy. In J. Wasco, Graham, Murdock e H. Sousa (Org.) *The Handbook of Political Economy of Communications* (pp. 283-303). Wiley-Blackwell Publishing / IAMCR.

Steiner, G. 1992 [1971]. *No castelo do Barba Azul. Algumas notas para a redefinição da cultura*. Lisboa: Relógio D'Água.

Tocqueville, A. de (1981) [1835/1840]. *De la démocratie en Amérique*, vol. 2. Paris: Garnier-Flammarion.

Wasco, J; Murdock, G; Sousa, H. (Org.) (2011). *The handbook of political economy of communications*. Wiley-Blackwell Publishing / IAMCR.

Virilio, P. (1995). *La vitesse de libération*. Paris: Galilée.

WEB ADDRESSES

<http://estudosculturais.com/portal/apresentacao/>

<http://estudosculturais.com/portal/redes/cultural-studies-network/>

Moisés de Lemos Martins is a professor of sociology of culture and communication at the University of Minho (Braga, Portugal). He is the Director of the Research Center of Communication and Society (CECS), which he founded in 2001. Authored several books, including: *O Olho de Deus no discurso salazarista / The Eye of God in Salazar's speech* (1990) and *Para uma inversa navegação – O discurso da identidade* (1996), *Towards a reverse navigation - The discourse of identity* (1996), both in Afrontamento; *A linguagem, a verdade e o poder – Ensaio de semiótica social / The language, the truth and the power - Essay on social semiotics* (2002, Calouste Gulbenkian Foundation and Foundation for Science and Technology); *Crise no Castelo da Cultura – Das estrelas para os ecrãs / Crisis in the Castle of Culture - From the stars to the screens* (2011, Grácio Editor). Founded in 1999, the *Communication and Society journal* and in 2013 he created the *Lusophone Yearbook of Cultural Studies*. From 2005 to 2015, Moisés de Lemos Martins chaired the Portuguese Communication Sciences Association (SOPCOM). Presently chairs, since 2012, the Confederation Ibero-American Associations of Scientific and Academic Communication.

E-mail: moiseslmartins@gmail.com; moisesm@ics.uminho.pt

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS)- Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais, Campus de Gualtar 4710-057 Braga Portugal

RESENHAS / *Book Reviews*



**CHINWEIZU, I. (1990). ANATOMY OF FEMALE
POWER: A MASCULINIST DISSECTION OF
MATRIARCHY. LAGOS, NIGÉRIA: PERO PRESS**

Sara Maia

Chinweizu (nascido Chinweizu Ibekwe) é um crítico, poeta e jornalista nigeriano. A sua educação iniciou-se na *Government Secondary School* (em Afikpo, Nigéria), e posteriormente passou pelos Estados Unidos da América, no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) e na *SUNY* (em Buffalo). Enquanto estudou nos E.U.A. teve influência do movimento filosófico e artístico negro, e continua ainda a ser associado ao orientalismo negro. Os seus livros, ensaios e artigos de imprensa têm sido publicados em África, na Europa e na América do Norte. Alguns exemplos das suas obras mais populares e controversas são: *The West and the Rest of Us: White Predators, Black Slavers, and the African Elite* (1975), *Toward the Decolonization of African Literature* (1983) e *Anatomy of Female Power: A Masculinist Dissection of Matriarchy* (1990).

A obra *Anatomia do poder feminino: uma dissecação masculinista do matriarcado* (1990) de Chinweizu abre – logo na capa – com uma declaração que deixa bem claro o intuito da obra: “para todos os homens que têm sido confundidos, usurpados e abusados por mulheres, particularmente desde a chegada do Feminismo; e definitivamente não para mulheres”. Já no interior, esta obra apresenta-se como um desafio ao Feminismo, anunciando que as mulheres sempre governaram os homens e que este é o momento de facultar ao masculino as ferramentas necessárias para subverter esta realidade, de forma a caminhar no sentido da igualdade de género.

Para levar a bom porto o seu objetivo, o autor estrutura o seu pensamento em três partes que são precedidas por uma epígrafe intitulada “Quem governa quem – homem ou mulher?”, onde Chinweizu declara que a teoria do empoderamento masculino que circula na sociedade não passa de uma estratégia de propaganda bem edificada pelo Feminismo e naturalmente aceite, tanto por homens como por mulheres. Contudo, na opinião do autor são as mulheres que dominam os homens, sendo necessário examinar o poder feminino e a forma como ele opera socialmente. Deste modo, a obra começa por apresentar as características e pilares do poder feminino (parte I), para depois desenvolver as teorias daquilo que o autor chamou de “poder da mãe” (parte II), “poder da namorada” (parte III) e “poder da esposa” (parte IV), e para encerrar com uma parte dedicada ao matriarcado e aos seus descontentamentos (parte V).

Olhando para a estrutura da obra e para os objetivos que motivam o autor, é possível identificar, dentro do âmbito teórico dos Estudos Culturais, dois grandes pilares epistemológicos que se entrecruzam e comunicam: discursos de poder e relações de género. De facto, o autor procura introduzir uma noção de poder (e a sua posição entre os

géneros) que, por ser diferente e completamente descontextualizada no entendimento dos Estudos Culturais, merece que seja radiografada criticamente, para que os leitores da obra (particularmente os homens) não se deixem iludir por uma realidade que mostra uma opinião que, atacando as mulheres, pretende subverter a possibilidade de uma resistência feminina. Obviamente que o propósito desta recensão crítica não é dissecar por completo a obra, mas apresentar uma leitura global que permita uma interpretação crítica dos principais fundamentos apresentados pelo autor.

O problema do autor reside, logo à partida, na sua definição de poder como “posse” e não como “exercício”: “se a essência do poder é a habilidade de conseguir o que queremos, então as mulheres estão longe de ser impotentes” (Chinweizu, 1990, p.11). Efetivamente, esta definição afasta-se da conceção foucaultiana de poder distribuído e envolvido nas relações do tecido social, o que, automaticamente, se revela desatualizado no contexto teórico pós-moderno. O poder não é o que queremos ou possuímos, mas sim o que é exercido e circula no feixe de relações organizadas, piramidal e coordenadamente (Foucault, 2010). Chinweizu, apontando críticas às atuações dos movimentos feministas, afirma que se o poder feminino existisse seria algo possuído pelas mulheres através da autoridade pública, criando aquilo que se conhece como “matriarcado”. Contudo, para o autor, apesar de uma sociedade totalmente matriarcal não existir, isso não implica que não exista poder feminino, dizendo mesmo que ele é real e que se trata de uma espécie de “poder sem autoridade”.

Embora Chinweizu reconheça que as mulheres não se encontram bem representadas nas estruturas públicas e institucionais, ele assume que existem muitas outras fontes de poder (educação, propaganda, castigo, reconhecimento, etc.) que estas possuem. Quer isto dizer que na sociedade há espaço para ambos os géneros e que apesar de, aparentemente, as sociedades parecerem falocêntricas e patriarcais existe, nos bastidores, uma versão feminina das mesmas. Trata-se de uma hierarquia pouco clara das relações de poder entre homens e mulheres:

porque cada homem tem como chefe a sua própria esposa, ou a sua mãe, ou qualquer outra mulher na sua vida, os homens podem governar o mundo, mas as mulheres governam os homens que governam o mundo (Chinweizu, 1990, p. 12).

Chinweizu assegura, portanto, que o poder feminino existe sobre o masculino e que se manifesta através de cinco pilares principais: 1) o controlo feminino sobre o ventre; 2) o controlo feminino sobre a cozinha; 3) o controlo feminino sobre o berço; 4) a imaturidade psicológica dos homens em relação às mulheres; e 5) a tendência do homem a ser perturbado pela excitação física. Destes pilares, o autor destaca o poder do ventre feminino, pois a mulher possui a excecionalidade de dar à luz. Chinweizu mostra ainda que estes cinco pilares podem ser condensados em apenas três fases: o “poder da mãe”, o “poder da namorada” e o “poder da esposa” (já supracitados). Chinweizu encontra ainda espaço para caracterizar ambos os géneros, atribuindo força, confronto, agressividade e comando ao masculino, e calma, passividade, emoção e capacidade de

manipulação ao feminino. Estas atribuições não passam de imagens estereotipadas que são reproduzidas na sociedade (que este autor facilmente vulgariza) e que dão visibilidade ao poder masculino e atribuem inferioridade ao poder feminino. Todavia, Chinweizu afirma que estas características femininas são propositadamente utilizadas para enganar os homens, para, de forma simulada e inteligente, governá-los.

Para o autor, esta espécie de “matriarcado escondido” é uma opção consciente das mulheres, pois estas preferem não ter de lidar com as obrigações a que a exposição do seu poder lhes poderia trazer. As mulheres preferem posições com pouca pressão e baixo risco, liderando por trás do trono do patriarcado: “sob este acordo, uma mulher tem tudo a ganhar e nada a perder, exceto pequenas vaidades” (Chinweizu, 1990, p. 75). Aos olhos de Chinweizu, e subvertendo a teoria foucaultiana (Foucault, 2006; 2010), poder-se-ia entender (pretensiosamente) esta posição das mulheres como o “poder de resistência” ao poder masculino, embora esta seja uma possibilidade que Judith Butler (2006) e Pierre Bourdieu (1990) entendem como difícil, na medida em que a sociedade está submetida a estruturas de ordem masculina. É no seio desta discussão que Chinweizu coloca uma questão: porque é que os homens não se revoltam com esta situação e impõem um verdadeiro patriarcado? Para ele, a resposta é simples: porque esta é uma fachada que alimenta o ego masculino o suficiente, e, para além disso, as mulheres não o iriam permitir.

Ao contrário do que muitos teóricos (modernos, pós-modernos, estruturalistas, pós-estruturalistas, feministas e pós-feministas) defendem, Chinweizu afirma que o poder feminino existe e opera sobretudo no casamento¹, mas não em larga escala institucional, porque não há essa necessidade: “o poder feminino não precisa dessas estruturas elaboradas de autoridade formal que evoluíram para controlar os grandes agregados de pessoas exigidas pelas atividades especializadas do domínio masculino” (Chinweizu, 1990, p.111). A teoria de Chinweizu (1990) mostra-se assim antifeminista e atrevida, ao tentar afastar-se da tradicional conceção da submissão “incontrolável” do sexo feminino ao masculino. Contudo, é importante fazer-se outra leitura desta teoria, pois, apesar do autor destacar constantemente que a posição de “poder por trás do trono” é uma posição consciente das mulheres, esta pode ser apenas a única forma de “poder” que lhes é consentida.

Embora o discurso do autor ambicione, por vezes, caminhar no sentido da libertação das mulheres (evidenciada na consciência da sua própria condição), frequentemente as suas palavras acentuam o conformismo e não preveem a capacidade das mulheres irem mais além nos seus modelos de resistência ao poder masculino. No âmbito de algumas teorias feministas, esta pode revelar-se como uma das formas machistas de dar um falso sentido de liberdade e de poder às mulheres. Chinweizu apenas parece dar continuidade ao simbolismo lacaniano (Lacan, 1981) que sedimenta práticas sociais que perpetuam a heteronormatividade cultural através da estrutura familiar edipiana (falocêntrica). Esta visão afasta-se totalmente da pós-estruturalista, que repensa toda a estrutura social de poder com base num *queerismo* da psique, da diferença sexual e do género.

¹ O casamento e o controlo da família são uma espécie de “organização do ninho”.

REFERÊNCIAS

- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Oeiras: Celta Editora.
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. Col. Gender studies, Philosophy. Nova Iorque: Routledge.
- Foucault, M. (2006). *Estratégia, poder-saber*. Organização de Manoel Motta. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. 2ª ed.
- Foucault, M. (2010). *Microfísica do poder*. Com organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. São Paulo: Graal.
- Lacan, J. (1981). *The language of the self: the functions of language in psychoanalysis*. Traduzido, com notas e comentários de Anthony Wilden. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Sara Vidal Maia Doutoranda em Estudos Culturais, Universidade de Aveiro/Universidade do Minho; Mestre em Gestão e Planeamento em Turismo pelo Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro; Licenciada em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Bolseira de doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) no domínio das Ciências da Comunicação e Informação; Investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho; Presidente da Assembleia da Associação IRENNE – Associação de Investigação, Prevenção e Combate à Violência e Exclusão; Membro do GT Género e Sexualidades da SOPCOM.

E-mail: saravmaia@ua.pt

Universidade de Aveiro / Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais,
Campus de Gualtar 4710-057 Braga Portugal

* **Submetido: 16-02-2015**

* **Aceite: 20-04-2015**

**CHINWEIZU, I. (1990). ANATOMY OF FEMALE
POWER: A MASCULINIST DISSECTION OF
MATRIARCHY. LAGOS, NIGERIA: PERO PRESS**

Sara Maia

Chinweizu (born Chinweizu Ibekwe) is a Nigerian critic, poet and journalist. His education began at the *Government Secondary School* (in Afikpo, Nigeria). He subsequently studied in the United States at the Massachusetts Institute of Technology (MIT) and SUNY (Buffalo). While studying in the US, Chinweizu was influenced by the black philosophical and artistic movement, and still continues to be associated with black Orientalism. His books, essays and newspaper articles have been published in Africa, Europe and North America. Some examples of his most popular and controversial works are: *The West and the Rest of Us: White Predators, Black Slavers, and the African Elite* (1975), *Toward the Decolonization of African Literature* (1983), and *Anatomy of Female Power: A Masculinist Dissection of Matriarchy* (1990).

Chinweizu's book *Anatomy of Female Power: A Masculinist Dissection of Matriarchy* (1990) begins – right on the cover - with a statement that makes its clear intention: “for all men who have been confused, misused and abused by women, particularly since the coming of feminism; and definitely not for women”. The book itself is presented as a challenge to feminism, announcing that women have always ruled over men and that this is the time to give men the tools to subvert this reality in order to move towards gender equality.

To successfully achieve his goal, the author structures his thoughts into three parts preceded by an epigraph titled “Who governs who - man or woman?”, where Chinweizu states that the male empowerment theory circulating in society is nothing but a propaganda strategy built by feminism and naturally accepted by both men and women. However, in the author's opinion it is women who dominate men, and it is necessary to examine feminine power and the way it operates socially. Thus, the book starts by introducing the features and pillars of female power (part I), to further develop the theories of what the author called the “motherpower” (part II), “bridepower” (part III) and “wifepower” (part IV), ending with a section devoted to matriarchy and its discontents (part V).

Looking at the structure of the book and the goals that motivate the author, it is possible to identify, within the theoretical framework of Cultural Studies, two great epistemological pillars that intersect and communicate: discourses of power and gender relations. In fact, the author seeks to introduce a notion of power (and its position between genders) which, by being different and completely devoid of context within the understanding of Cultural Studies, deserves to be critically imaged, so that readers of this book (particularly men) are not deluded by an opinion that, attacking women, aims to subvert

the possibility of female resistance. Obviously, the purpose of this critical review is not to completely dissect Chinweizu's book, but provide a comprehensive reading that allows a critical interpretation of the main arguments presented by the author.

The problem with the author is right at the outset, in his definition of power as "possession" rather than "exercise", "if the essence of power is the ability to get what what one wants, then women are far from powerless." (Chinweizu, 1990, p.11). In effect, this definition departs from Foucault's conception of power distributed and involved in social fabric relations, which, automatically, proves it to be outdated in the postmodern theoretical context. Power is not what we want or have, but what is exercised and circulates in the beam of organized relations, pyramidal and coordinated (Foucault, 2010). Chinweizu, criticising the actions of feminist movements, states that if female power existed, it would be something possessed by women through public authority, creating what is known as "matriarchy". However, for the author, despite the fact that a completely matriarchal society does not exist, this does not imply that there is no female power. He goes along to say that this power is real and a kind of "power without authority".

Although Chinweizu does recognize that women are not well represented in public and institutional structures, he assumes that there are many other sources of power (education, propaganda, punishment, recognition, etc.) that they possess. This means that in society there is room for both genders and that despite societies apparently seeming to be phallogentric and patriarchal, there is, behind the scenes, a female version of the same societies. It is an unclear hierarchy of power relations between men and women:

Because every man has as boss his wife, or his mother, or some other woman in his life, men may rule the world, but women rule the men who rule the world. (Chinweizu, 1990, p. 12).

Chinweizu therefore assures that female power on the male exists and manifests itself in five main pillars: 1) women's control of the womb; 2) women's control of the kitchen; 3) women's control of the cradle; 4) the psychological immaturity of men relative to women; and 5) man's tendency to be deranged by his own excited penis. From amongst these pillars, the author highlights the power of the female womb, because the woman has the exceptional characteristic of giving birth. Chinweizu also shows that these five pillars can be condensed into only three phases: "motherpower", "bridepower" and "wifepower" (as above). Chinweizu still finds room to characterize both genders, attributing strength, confrontation, aggression and control to the male, and calm, passivity, emotion and ability to manipulate to the female. These attributes are mere stereotyped images that are reproduced in society (easily coarsened by the author) and give visibility to male power and attribute inferiority to female power. However, Chinweizu claims that these female characteristics are purposefully used to deceive men, so as to, in a covert and intelligent way, govern them.

For the author, this kind of "hidden matriarchy" is a conscious choice by women, because they would rather not have to deal with the obligations that exposing their power

could bring them. Women prefer positions with little pressure and low risk, leading behind the patriarchal throne: “under this arrangement, a woman has everything to gain and nothing to lose, except little vanities” (Chinweizu, 1990, p. 75). In Chinweizu’s eyes, and subverting Foucault’s theory (Foucault, 2006; 2010), one could (pretentiously) understand this position of women as the “resistance” to male power, although this is a possibility that Judith Butler (2006) and Bourdieu (1990) understand as difficult, being that society is subjected to male order structures. It is within this discussion that Chinweizu poses the question: why do men not resent this situation and impose a real patriarchy? For him, the answer is simple: because this is a façade that feeds the male ego well enough, and, moreover, because women would not allow it.

Contrary to what many theorists (modern, postmodern, structuralist and post-structuralist, feminist and postfeminist) argue, Chinweizu claims that female power exists and operates mainly in marriage¹, but not on a large institutional scale, because there is no need: “female power does not need those elaborate structures of formal authority which have evolved to control the large aggregates of persons required by the specialist activities of the male domain” (Chinweizu, 1990, p.111). Thus, Chinweizu’s (1990) theory proves to be anti-feminist and bold, by trying to move away from the traditional conception of “uncontrollable” female to male submission. However, it is important to read this theory in another way, because despite the author constantly emphasizing that the position of “the power behind the throne” is a conscious position by women, this may just be the only form of “power” that is consented to them.

Although the author’s discourse sometimes ambitions to step towards women’s liberation (evidenced in the awareness of their own condition), his words often emphasize conformity and do not provide for women’s ability to go further in their resistance to models of male power. Under some feminist theories, this can prove to be one of the macho ways of giving a false sense of freedom and power to women. Chinweizu just seems to continue Lacanian symbolism (Lacan, 1981) that consolidates social practices that perpetuate cultural heteronormativity through the Oedipal family structure (phallogocentric). This view departs entirely from the poststructuralist view, which rethinks the whole social power structure based on a queerism of the psyche, of sexual difference, and of gender.

REFERENCES

- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Oeiras: Celta Editora.
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. Col. Gender studies, Philosophy. New York: Routledge.
- Foucault, M. (2006). *Estratégia, poder-saber*. Organization by Manoel Motta. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. 2nd ed.
- Foucault, M. (2010). *Microfísica do poder*. Organization, introduction and technical revision by Roberto Machado. São Paulo: Graal.

¹ Marriage and family control are a kind of “nest organization”.

Lacan, J. (1981). *The language of the self: the functions of language in psychoanalysis*. Translated, with notes and comments, by Anthony Wilden. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

Sara Vidal Maia PhD candidate in Cultural Studies, University of Aveiro/University of Minho; Master in Tourism Management and Planning by the Department of Economics, Management and Industrial Engineering of the University of Aveiro; Degree in History of Art by the Faculty of Humanities of the University of Coimbra; PhD scholarship by the Foundation for Science and Technology (FCT) in the field of Communication and Information Sciences; Researcher at the Communication and Society Research Centre, University of Minho; President of the General Assembly of IRENNE Association - Association for the Research, Prevention and Combat of Violence and Exclusion; Member of the GT Gender and Sexualities of SOPCOM.

E-mail: saravmaia@ua.pt

Universidade de Aveiro / Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais,
Campus de Gualtar 4710-057 Braga Portugal

* **Submitted: 16-02-2015**

* **Accepted: 20-04-2015**

**BRAIDOTTI, R (2002). METAMORPHOSES:
TOWARDS A MATERIALIST THEORY OF BECOMING.
REINO UNIDO: POLITY PRESS**

Helena Ferreira

Rosi Braidotti nasceu na Itália e cresceu na Austrália, possuindo assim dupla nacionalidade. Foi na Austrália, em Canberra, no ano de 1977, que iniciou a sua formação, na Australian National University, tendo sido galardoada com a University Medal in Philosophy e o prémio University Tillyard. Realizou o doutoramento na Sorbonne, onde se formou em Filosofia em 1981. Em 1988, foi nomeada professora na University of Utrecht, na Holanda e em 1995 assumiu o cargo de Directora Fundadora da Escola Holandesa de Investigação em Estudos da Mulher, cargo que ocupou até 2005. Braidotti foi uma pioneira nos estudos sobre as mulheres europeias e é actualmente uma figura mundial em estudos de género e teoria crítica. A sua área de investigação situa-se nos campos da filosofia continental e epistemologia, teorias feministas e de género e no pensamento pós-estruturalista.

“I am rooted, but I flow”, foi a frase de Virgínia Woolf que Braidotti seleccionou para dar início ao prólogo desta obra. Ter raízes, mas voar, fluir, é a ideia que atravessa este livro filosófico, que a autora considera “um mapa que traça a trajectória de mudanças, de transformações e de devires” (p. 10). Partindo do princípio de que a única constante que marca este início do Século XXI é a mudança, então o desafio será pensar sobre processos, muito mais do que sobre conceitos, uma vez que a real questão não reside em saber quem somos, mas sim em quem queremos converter-nos. Para esse efeito, é necessário explorar a necessidade de apresentar novas figurações, representações alternativas e localizações sociais desse sujeito nómada híbrido em processo de devir. Estas figurações são “mapas vivos” que tentam traçar uma cartografia das relações de poder que definem as posições das entidades dinâmicas e em mudança, e que também podem ser úteis para identificar possíveis lugares estratégicos de resistência. Tendo como base, a sua visão nómada de subjectividade, e recorrendo às filosofias da diferença de Gilles Deleuze e de Luce Irigaray, a autora proporciona uma cartografia da actualidade no que se refere a questões culturais, políticas, epistemológicas e éticas, enfatizando o potencial criativo e construtivo. Influenciada pela filosofia da tradição francesa que nasce no século XVIII e que é continuada por Bachelard, Canguilhem, Foucault, Lacan, Irigaray e Deleuze, que prioriza a questão da sexualidade, do desejo e do imaginário erótico, Braidotti “zigueza-gueia” através dos conceitos: encarnação, imanência, diferença sexual, rizoma, memória e permanência ou sustentabilidade. Avisa, no entanto, as suas leitoras e leitores que não devem pensar as percepções que retiram destes conceitos como uma suposta verdade.

Bem pelo contrário, devem ser vistos como algo que os impulse em “múltiplas direcções abertas por uma série de experiências extratextuais (p. 10).

No primeiro capítulo, Braidotti adverte que a história europeia da filosofia sempre viu a “diferença”, como um elemento pejorativo, colonizado por formas de pensamento hierárquicas e de exclusão. Portanto, um dos objectivos do feminismo consiste em eliminar a conotação pejorativa que se instituiu sobre a ideia de “diferença”. O sujeito do feminismo hoje, já não é a Mulher como um espelho do homem, mas um sujeito sexuado e “encarnado”, complexo, multiestratificado e rizomático, plenamente consciente da existência de desigualdades e empenhado em afirmar a diversidade e a diferença como valores positivos e alternativos. As novas figurações de subjectividade feministas, conscientes do seu posicionamento de sujeitos “encarnados”, vão muito além das metáforas de mulheres que actuam como elementos institucionais, sinais e símbolos do poder do discurso dominante conceptual. Como forma de dar sentido à diversidade existente entre as mulheres no seio da categoria “diferença sexual”, entendida como o oposto binário do sujeito falocêntrico, Braidotti propõe uma política de localização associada à noção de responsabilidade epistemológica e política. Esta política de localização implica um processo de tomada de consciência que requer um despertar político, dependente também da intervenção dos outros, ou seja, implica delinear cartografias do poder baseadas numa forma autocrítica onde o sujeito elabora uma narrativa crítica e genealógica de si, na medida em que interage com os outros e dependem do escrutínio externo, permitindo assim que as análises dos “encarnados” aclarem e transformem o conhecimento que cada um tem de si e do mundo. Um sentido de responsabilidade pelas próprias localizações vai fazer com que as figurações de uma subjectividade feminista alternativa, como a lésbica, o cyborg, a outra inapropriada, a feminista nómada, etc., sejam diferentes das metáforas clássicas, porque expressam cartografias materialmente inscritas no sujeito e, neste sentido, presumem um exercício de auto-reflexão em vez de uma relação parasitária num processo de metaforização dos “outros”. Recorrendo aos filósofos pós-estruturalistas da diferença, Foucault, Irigaray e Deleuze, a autora focaliza-se na estrutura material e sexualizada do sujeito, que se encontra intimamente ligada com as relações sociais e políticas. A sexualidade, sendo uma instituição social e simbólica, material e semiótica, torna-se na principal localização do poder, segundo uma dinâmica complexa que abrange micro e macro relações. Segundo o modelo dualista, o sexo é a alocação social e morfológica da identidade e a forma erótica adequada para os sujeitos socializados e o género é um termo genérico que descreve o tipo de mecanismos de poder que participam na complexa interacção de forças do sistema dualista polarizado. Braidotti, reconhece, então, a importância do transcendental sensível, que situa o sujeito feminino “encarnado” num espaço entre a transcendência e a imanência, conectando, assim, o sujeito feminino com uma série de diferenças dentro de si mesma e entre ela e os outros ou outras.

O segundo capítulo propõe uma leitura feminista sobre o trabalho de Deleuze que, para além de apresentar uma grande empatia com as questões da diferença, sexualidade e transformação, ainda investe de força positiva o lugar do feminino. Para Deleuze, “o

“outro” não é a marca emblemática e, invariavelmente, vampirizada de alteridade, como na filosofia clássica. Também não é um “outro” convertido em fetiche e necessariamente alterizado, como na desconstrução. É um horizonte móvel de intercâmbios e de devires para o qual se movem os sujeitos não unitários da pós-modernidade e que por sua vez, os faz mover-se” (p. 69). No que diz respeito, à identidade de género, o filósofo francês não se limita a uma oposição dicotómica entre uma posição de sujeito masculino e outra feminina, mas sim a uma multiplicidade de posições de sujeito sexuadas, em que as diferenças entre elas assinalam diferentes linhas de devir, numa trama de conexões rizomáticas. Sendo assim, o sujeito está dotado de múltiplas sexualidades. Deleuze foi um dos maiores criadores de figurações alternativas e pós-metafísicas do sujeito: corpo sem órgãos, devir, rizoma. A sua figuração central é o devir minoritário, o nómada, o molecular, o devir mulher, ocupando o espaço da marginalidade dinâmica, isto é, traçando trajetórias rápidas de mudanças do centro, confluído na subjectividade do homem, macho ocidental, para a periferia. Assume assim, tal como Irigaray, que não existe o devir minoritário do homem, uma vez que este é o referente privilegiado da subjectividade, representando o maioritário, “o coração morto do sistema”, e que o devir mulher é um passo fundamental no processo do devir para ambos os sexos. É ainda neste capítulo que Braidotti introduz o conceito de “met(r)amorfozes” de Lichtenberg, que a mesma define de “o devir de limiares de fronteiras” (p. 114). Lichtenberg, adaptando livremente a teoria de Deleuze, procura desestabilizar a maquinaria edipiana, propondo uma “matriz” que entende como um espaço uterino que se encontra desterritorializado e que por isso pode gerar o feminino virtual como uma diferença positiva. Este processo gera met(r)amorfozes, porque aponta à multiplicidade, à pluralidade e ao mesmo tempo estabelece conexões pré-natais entre sujeitos não unitários. Esta coexistência de opostos coloca-se contra a totalidade e a “mesmidade” do histórico significante fálico. A “met(r)amorfose” empossa de poderes significantes a fluidez e os fluxos. A ilusão de que existe um caminho verdadeiro ou apenas um centro de resistência será substituída por um longo processo de aprendizagem, para experimentar transformações pontuais, através de repetições infinitas que assegurará, em troca, um constante fluxo de met(r)amorfozes. O devir minoritário, molecular, mulher não é um fim em si mesmo, mas um espaço sumamente diferenciado e turbulento de devires múltiplos e dissimétricos.

No terceiro capítulo, Braidotti, propõe-se verificar a sua tese de que diluir a sexualidade fálica e a identidade em fluxos indiferenciados pode adaptar formas e velocidades distintas em função de localizações geopolíticas, sexuais e de outra índole, no caso do devir animal. Para tal, debate as ideias de Deleuze, dando o exemplo da escrita, que este autor, fiel à sua visão anti-falocêntrica da criatividade, considera uma espécie de devir animal, observando que as escritoras e escritores vivem em permanente estado de alerta, constantemente em tensão devido ao esforço que fazem para cativar e reter os sinais que advêm do seu plano de contacto imanente com outras forças, como os animais. Contrapõe este exemplo com a personagem principal de “La Passion”, de Clarice Lispector, segundo G. H., que demonstra que uma mulher branca e acomodada vai perdendo gradualmente a sua personalidade, tal como é definida socialmente, acabando por ser

parte de um sistema de espaço e de tempo densamente entrançados. Esta personagem abarca a multiplicidade de possibilidades que habitam no seu interior. “Deixa de ser um indivíduo, uma pessoa e converte-se numa partícula de matéria viva, esta é carne inteligente que pode pensar e recordar, um exemplo vivo de imanência radical, desumana, pós-humana e, ao mesmo tempo demasiado humana” (p. 161). Braidotti defende que comparando estas duas narrativas, a análise de “devir/mulher/insecto” de Deleuze se torna inadequada devido à sua aproximação sexualmente indiferenciada e questiona se Deleuze não se encontra “localizado” num lugar bastante perto da reivindicação feminista da revalorização de uma subjectividade feminina alternativa. A última palavra, segundo a autora, sobre o processo de transformação radical das mulheres, sobre o devir mulher ou o devir insecto, pode vir da prática da diferença sexual como um projecto político e conceptual em que o núcleo dessas práticas transformadoras são as “met(r) amorfozes”. Conclui ainda que o entrelaçado de bios, zoe e technos é cada vez mais evidente no imaginário cyber-teratológico da pós-modernidade, sendo por isso necessário elaborar figurações de subjectividade políticas para esse imaginário tão incerto e perturbado pelas grandes mudanças e variações.

Nos dois últimos capítulos, a autora destaca alguns aspectos da cultura contemporânea que são particularmente recorrentes e populares e que vão desde o fascínio pela tecnologia e biotecnologia, ao gótico e o monstruoso, que muitas vezes acompanham as representações sociais dos fenómenos simbólico-culturais. No início do quarto capítulo, começa, no entanto, por recapitular os seus objectivos, reforçando que as figurações evocam as mudanças e as transformações que se encontram em marcha no contexto “g-local” das sociedades avançadas e que o modelo rizomático ou nómada implica reflectir sobre processos e não pontos fixos. Quanto à diferença, refere que esta é ao mesmo tempo o problema e a solução e que se interpreta segundo a linguagem da monstruosidade, uma vez que se queremos encontrar ilustrações culturais apropriadas das mudanças e das transformações que ocorrem no presente, devemos voltar-nos para os géneros “menores”, para os marginais e híbridos, como a ficção científica, o terror e o ciberpunk. A ficção científica permite um deslocamento da nossa visão do mundo fora do epicentro humano e consegue estabelecer um continuum com o mundo animal, mineral, vegetal, extraterrestre e tecnológico, apontando assim para um igualitarismo pós-humano e biocentrado. A autora defende que a sua rejeição a uma posição sexual indiferenciada, significa que valoriza muito os processos de mudança e transformação como formas de actualizar um feminino virtual numa rede de interconexões com outras forças, entidades e actores. A este feminino aberto e multiestratificado, denomina de met(r)amorfozes, como já foi referido. “A matriz não é de carne nem de metal, nem destino nem teleologia: é movimento, tanto em termos espaciais, como temporais” (p. 206). No quinto capítulo, a questão fundamental é a cibertecnologia. O imaginário contemporâneo cibertecnológico expressa simultaneamente duas tendências políticas contraditórias. Como resposta reactiva ou negativa, expressa o medo e as ansiedades da maioria “encarnada” na posição de sujeito dominante do homem branco, heterossexual, urbanizado, titular de um património e falante de uma língua estandarte num movimento histórico em que

as suas certezas se estão a desmoronar. Como gesto afirmativo ou potenciador, expressa as paixões políticas de todos os sujeitos, inscritos na minoria, que optaram pelas políticas transformadoras e pelos processos de devir. Desde o século XIX, que a cultura ocidental enfrenta a ameaça ou promessa da meta(l)morfose, ou seja de um genérico devir máquina e actualmente, o processo de transformação do sujeito segue o seu curso. Através de met(r)amorfozes ou met(l)amorfozes, surge-nos um sujeito monstruoso, híbrido e belo, que parece, sente e sonha de modo incomum, não sendo isso nenhuma catástrofe, bem pelo contrário, porque abre novas formas de vida de coabitação entre os humanos e os outros. A autora recomenda que se adopte uma posição nómada, porque se fluímos estamos enraizados e enraizadas.

Helena Ferreira, licenciada em Psicologia Organizacional — Vertente Recursos Humanos pelo Instituto Superior de Línguas e Administração de Bragança, pós-graduada em Gestão das Organizações sem Fins Lucrativos pela Porto Business School, Mestre em Ciências da Comunicação — Publicidade e Relações Públicas pela Universidade do Minho e doutoranda do programa doutoral em Estudos Culturais em parceria entre a Universidade de Aveiro e a Universidade do Minho. Tem publicado alguns artigos e realizado comunicações, a maioria em parceria com outros autores, na área da comunicação. É investigadora voluntária na Agência Irenne de Comunicação e Educação para a Cidadania e Igualdade de Género.

E-mail: hcarla@ua.pt

Universidade de Aveiro / Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais,
Campus de Gualtar 4710-057 Braga Portugal

* **Submetido: 16-02-2015**

* **Aceite: 20-04-2015**

**BRAIDOTTI, R (2002). METAMORPHOSES:
TOWARDS A MATERIALIST THEORY OF BECOMING.
UNITED KINGDOM: POLITY PRESS**

Helena Ferreira

Rosi Braidotti was born in Italy but grew up in Australia, therefore, having double-nationality. It was in Canberra Australia, in 1977 where she started her formative years at the Australian National University, having been awarded with the University medal in Philosophy and the University Tillyward Prize. She did her PHD in Philosophy at Sorbonne in 1981. In 1988 she was nominated Professor at University of Utrecht in Holland and she took on the position of Founding Director of the Dutch School of Women's Studies, an assignment she carried out until the year of 2005. Braidotti was a pioneer in the studies of European women and she has been considered a world reference in gender studies and critical theory. Her research areas straddle the fields of continental philosophy and epistemology, combining feminist and gender theories and post-structuralist thought.

"I am rooted but I flow" is Virginia Wolf's poetic sentence that Braidotti selected to begin the prologue of her work. Having roots, nonetheless flying or flowing is the central idea, which traverses the above, referenced philosophical work, which the author considers as "a map that draws the trajectory of changes, transformations and becomings" (p. 10). Bearing in mind that change is the only constant that defines the XXI century, this century entails the challenge of rethinking processes much more than concepts since the real question does not lie at knowing who we are but rather who we want to become. In order to accomplish this, it becomes hence paramount to explore new figurations, alternative representations and social locations for this nomadic, hybrid subject who is always already involved in a process of becoming. These figurations constitute "living maps" which attempt to trace a cartography of power-relations whereby the positions of dynamic, shifting entities can be defined as well as their strategic, and embedded, locations of resistance. Drawing upon her vision of a nomadic subjectivity and resting on Gilles Deleuze and Luce Irigaray's philosophies of difference, Braidotti sets out to delineate a cartography for the present in terms of its cultural, political, ethical and epistemological questions, emphasizing its creative and constructive potential. Influenced by the French-rooted tradition of philosophy, born in the XVIII century, and developed by authors such as Bachelard, Canguilhem, Foucault, Lacan, Irigaray and Deleuze - the latter prioritizing an erotic imaginary of sexuality and desire - Braidotti zigzags through a complexity of concepts such as: embodiment, immanence, sexual difference, rhizome, memory, permanence and sustainability. She warns her readers that they should not consider the perceptions derived from these concepts as irrevocable truths. On the contrary, "they are better thought of as propelling us in the multiple directions of extra-textual

experiences” (p. 10). In the first chapter, Braidotti argues that the history of philosophy has always envisaged “difference” as negatively and pejoratively charged, colonized by hierarchical, exclusionary ways of thinking. Thus, one of the purposes of contemporary feminist theory is to efface the negative connotations, which have clung to the idea of “difference. The feminist subject is no longer, as heretofore, the mirror of men but a sexualized, en fleshed subject who is multilayered, multifarious and rhizomatic, fully aware of inequalities and committed to asserting and affirming diversity and difference as positive and alternative values. The new figurations of feminist subjectivity, conscious of their en fleshed and embodied locations go beyond the metaphors which attempt to represent women as agency-driven subjects, institutional elements, signs and symbols of a dominant and conceptual discourse of power. As a way to give meaning and substance to the diversity of women within the category “sexual difference”, perceived as the oppositional axis of the phallogocentric subject, Braidotti proposes a politics of location bound up with the notions of political and epistemological accountability. This politics of location, as she argues, imply a process of consciousness, which entails a political awakening. This also depends upon the others’ intervention; that is to say, it posits the delineation of cartographies of power, which rests upon a form of self-criticism whereby the subject elaborates upon a critical and genealogical self-narrative insofar as he/she interacts with others. This process also depends on an external scrutiny, allowing thus that the analyses produced by the en fleshed come to the fore and cast some light on the knowledge each one of us has of him/herself. It is this sense of responsibility/accountability for one’s locations which will pave the way for the figurations of alternative, feminist subjectivities, such as the lesbian, the cyborg, the inappropriate other, the nomadic feminist and so on. They will differ from the classical metaphors since they express materially inscribed cartographies within the subject and in that sense they will prepare the ground for a self-reflexive exercise, which replaces the parasitical relation that had hitherto informed the process of metaphorization of the others. Drawing upon the post-structuralist work of philosophers of difference like Foucault, Irigaray and Deleuze, Braidotti focuses upon the material and sexualized structure of the subject, which is intimately enmeshed in social and political relations. Sexuality, being envisioned as a social and symbolic institution, oftentimes material and semiotic, becomes the main location of power, according to a complex dynamic which encompasses micro and macro relations. Bearing in mind the dualist model, sex constitutes the socially and morphologically allocation of identity and the erotic form that befits the socialized subjects whereas gender is a generic term which can describe the type of mechanism that partakes of a complex interaction of forces within a polarized, dualist system. Hence, Braidotti recognizes the importance of the sensitive, affective transcendental which positions the en fleshed feminine subject in an in-between locus of transcendence and immanence, thus interconnecting this subject with a multiplicity of differences within itself and in relation to others.

The second chapter sets out to analyze Deleuze’s work under the sway of a feminist reading: besides the manifest empathy for questions of difference, sexuality and transformation, Deleuze also invests the site of the feminine with a positive force. In this respect, for Deleuze “the other” does not constitute the emblematic and invariably vampirized

mark of alterity as in classical philosophy. Moreover, neither is it the fetishized and altered “other” as in deconstruction. “It is a moving horizon of exchanges and becomings, towards which the non-unitary subjects of postmodernity move and by which they are moved in return (p. 69). As far as gender identity is concerned, Deleuze does not circumscribe his analysis to an oppositional dichotomy between male subject/female subject but goes to great lengths to describe a multiplicity of positions of a sexualized subjects whereby the differences in these positions signal different fluxes of becoming, in web-like, rhizomatic interrelations. In the light of this view, the subject is endowed with multiple sexualities. Deleuze was one of the greatest creators of alternative and post-metaphysical figurations of the subject: bodies without organs, becoming, rhizome. His central figuration is the minoritarian becoming: the nomadic, the molecular, the becoming-woman, taking up a space of dynamic marginality inasmuch as it traces quick, trajectories that decentralize male subjectivity, that of the occidental macho, pushing it into peripheral positions. Like Irigaray, Deleuze argues that there is no minority becoming for men since he has become the privileged referent of subjectivity, standing for the majority, the “dead heart of the system”, advocating therefore that the process of becoming woman is a fundamental step in the process of becoming for both sexes. It is still in this chapter that Braidotti introduces Lichtenberg’s concept of metamorphoses, which she defines as the “becoming-thresholds of borderlines” (p. 114). Lichtenberg freely adopting Deleuze’s theory seeks to destabilize the Oedipal machinery, proposing a matrix which she perceives as a uterine, de-territorialized space insofar as it engenders the virtual feminine as a positive difference. This process generates met(r)morphoses which point to multiplicity and plurality and, at the same time, establishes a relationship between pre-natal connections among non-unitary subjects. The coexistence of opposites sets up against the totality and the “sameness” of the historically rooted phallic signifier. The met(r)morphosis empowers fluidity and flows. The illusion that there is a path of truth or only a center of resistance is thus replaced by a long process of learning to experiment on possible, sometimes very small, transformations through endless repetitions that will rather secure and assert the constant flux of met(r)morphoses. The minority becoming, molecular, women does not constitute an end in itself but rather a highly differentiated, turbulent space of multiple and dissymmetrical becomings.

In the third chapter, Braidotti goes into great detail to prove that diluting phallic sexuality and the identity into undifferentiated flows may take different forms and speeds depending on one’s geo-political, sexual or any other location as is the case of becoming-animal. In order to do so, Braidotti expands on Deleuze’s ideas, faithful to his anti-phallic vision of creativity, thereby writers live in a permanent state of alertness and vigilance deriving from the effort in captivating and retaining the signs stemming from their plan of immanent contact with other forces, like the ones embodied by animals. Braidotti pits this example against the main character in *La Passion According to G.H.* by Clarice Lispector which shows that a white, resigned woman will gradually lose her personality, as it is socially defined, ending up as part of a complex interweaving system of space and time. This character encapsulates the multiple possibilities that dwell

within her. “No longer an individual, a person, she turns into a particle of living matter, intelligent flesh that can think and remember, a living example of radical immanence, de-human, post-human and all too human at the same time” (p.161). Braidotti defends that, comparing these two narratives, Deleuze’s analysis of becoming /woman/insect becomes inadequate in its sexually undifferentiated approach and questions whether Deleuze is indeed located in a position which allows him to be close enough to the feminist claim to the empowerment and reevaluation of alternative feminine subjectivity, but distant enough to ignore it. The last word, according to Braidotti, over the radical transformation of women, over the process of becoming-women, becoming-insect, may stem from the practice of sexual difference as a conceptual and political project whereby the nucleus or the core of these transforming practices are thus the met(r)amorphoses. She also concludes that the interlocking of *bios-zoe* and *technos* which lies at the heart of cyber-teratologies of late post-modernity is tantamount to the creation of new figurations of political subjectivities aiming at an uncertain and destabilized imaginary, troubled by great changes and variations.

In the last two chapters, Braidotti casts some light on some aspects of contemporary culture, which have become particularly recurrent and popular. These stem from a fascination for technology and biotechnology, the gothic and the monstrous, which quite often appear, tied up with social representations of symbolic cultural phenomena. At the beginning of chapter four, Braidotti recalls the purposes she had set up at the beginning, reinforcing the figurations which evoke the changes and transformations which are ongoing in the *g. local* context of developed, technological societies. As she argues, the nomadic or rhizomatic mode in critical theory aims to account for processes, not fixed points. As far as difference is concerned, she advocates that it is both a problem and a solution, which can be interpreted according to the language of monstrosity inasmuch as one attempts to find fitting cultural illustrations, which may translate the changes and transformations happening at present time. Thus, one should turn to minor genres, the marginal and the hybrid such as the science fiction, the horror and the cyber punk. Science fiction allows displacements and discontinuities which destabilize one’s vision of the world, steering away from the human epicenter whereby it is possible to establish a continuum among the animal, mineral, vegetal extraterrestrial and technological worlds, pointing to a bio-centered and human egalitarianism. Braidotti defends that, by resisting the undifferentiated sexual position, one values the processes of changes and transformation as ways of actualizing a virtual cultural feminine in a network of interconnections with other forces, entities and actors. This open, multi-layered feminine is defined as met(r)amorphoses, as has been referenced. “The Matrix is neither flesh nor metal, neither destiny, nor teleology: it is motion, in spatial as well as temporal means” (p. 206). In the fifth chapter Braidotti poses a fundamental question, that of cyber-technology. The contemporary cyber-technological imaginary expresses simultaneously two contradictory political tendencies. As a reactive, negative answer, it expresses the fear and anxiety of the majority, embodied in the dominant subject position of the male, white, heterosexual, urbanized, property-owner speaker of a standard language in a historical time where his

certainties are collapsing and crumbling. As an affirmative and empowering gesture, it expresses the political passions of the entire minority inscribed subjects who have opted for the transformative policies and the processes of becoming. Since the XIX century the Western culture has been faced with the threat and promises of meta(l)morphoses, that is to say the generic becoming-machine and presently the process of subject transformation follows the same path. Through met(r)amorphoses or meta(l)morphoses, a monstrous hybrid, and yet beautiful, subject comes into being, one who looks, feels and dreams in an uncommon way. Far from being a catastrophe it opens new forms of life and new forms of cohabitation between humans and Others. Braidotti thus recommends that we adopt a nomadic approach because if we flow we are indeed rooted.

Helena Ferreira, is majored in Organizational Psychology - Specialization in Human Resources, from the Higher Institute of Languages and Administration of Bragança, Post-graduate in Non-Profit Organisations Management from the Porto Business School and Master in Communication Sciences - Specialization in Advertising and Public Relations, from the University of Minho. At the present time, she is a PhD student in Cultural Studies, which is a doctoral program between the University of Aveiro and the University of Minho. She has published several articles and conducted communications, mostly in partnership with others, in communication subject area. She is currently volunteering as a researcher in the Agency of Communication and Education of Citizenship and Gender Equality Project.

E-mail: hcarla@ua.pt

Universidade de Aveiro / Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais,
Campus de Gualtar 4710-057 Braga Portugal

* Submitted: 16-02-2015

* Accepted: 20-04-2015

BUTLER, J. (2004). UNDOING GENDER. NOVA YORQUE E LONDRES: ROUTLEDGE

Rita Himmel

Com a erosão da rigidez das estruturas modernas de organização social, as questões de identidade estão mais do que nunca no centro da vida em sociedade. A liquidez do mundo pós-moderno (Bauman, 2000) desfez muitas das armações que delimitavam a forma como nos apresentávamos ao mundo, abrindo possibilidades de identificação outrora impensáveis. Mas, existem ainda normas, de tal forma enraizadas, que não permitem viver este processo na sua totalidade. O género é o elemento mais paradigmático neste campo. Como poderemos chegar a uma verdadeira aceitação de cada humano como tal, para além da identidade de género? E se desfizéssemos a ideia de género como um fenómeno fixo e aceitássemos a narrativa de cada indivíduo como tal? Não estaríamos mais próximos da humanização de cada indivíduo, do seu reconhecimento, se olhássemos para a identidade de género como performativa?

Este é o argumento de Judith Butler que, na coleção de ensaios “Undoing Gender” (2004), sugere que desfaçamos o conceito de género, transpondo uma visão essencialista, permanente e binária, entre masculino e feminino, a qual remete para o não reconhecimento daqueles que excedem esta norma. Um contributo central para pensar as questões de identidade, de género e não só, no mundo pós-moderno, Butler nota que os que não se enquadram nas rígidas normas de género, simplesmente não são reconhecidos pela sua humanidade, e a transposição do género é o único caminho para combater esta situação.

O género é visto como um dos aspectos mais marcantes da nossa identidade, mas, se dizemos ser possuidores de uma sexualidade, esta não nos deveria possuir a nós, mas deveríamos ter a liberdade de a incorporar, sem que fossemos considerados menos *reais* por isso (Butler, 2004, p. 16). Como a autora questiona: porque é que consideramos que a origem da vida na diferença de sexualidade é um momento tão mais marcante da identidade de uma pessoa do que tantos outros, como forças sociais, condições económicas ou raciais? (Butler, 2004, p. 10).

Ao todo, para além da introdução, “Undoing Gender” inclui onze textos, cada um dos quais contribuindo para aprofundar esta mesma tese/interrogação, com uma densa base teórica, vinda desde a psicanálise à teoria queer. Na presente recensão serão abordados mais a fundo dois destes ensaios: um caso que ilustra a tensão entre género biológico e social e um outro que desconstrói a norma de género na sua configuração convencional.

GÉNERO ATRIBUÍDO VS GÉNERO CONSTRUÍDO

“Doing Justice to Someone: Sex Reassignment and Allegories of Transsexuality” (Butler, 2004, pp. 57-74) é o texto que melhor ilustra empiricamente a necessidade de desfazer o género, com base na história de David Reimer, a pessoa no centro da disputa entre duas visões opostas: a construção social e a determinação biológica de género. Sem validar nem refutar qualquer uma das teses, Butler oferece uma terceira visão sobre o caso, que reflecte o argumento de que o género deve ser desfeito.

Nascido com cromossomas XY, enquanto criança, o pénis de David ficou danificado após um acidente numa cirurgia. Os pais decidiram que David passaria a Brenda, após conhecerem as teorias de John Money, segundo o qual qualquer criança pode ser feliz sendo socializada e cirurgicamente adaptada segundo um determinado género (Butler, 2004, 59). Quando Brenda começou a querer comprar brinquedos *de rapaz*, a recusar-se a urinar sentada, a tomar estrogénio e a ser submetida a cirurgia, os psiquiatras locais consideraram que a socialização de David como Brenda tinha sido um erro. Foi então que Milton Diamond, um investigador que defende a origem hormonal da identidade de género, tomou conta do *caso*. Aos 14 anos, Brenda passou a viver como David, recebendo tratamento hormonal e alterações cirúrgicas (Butler, 2004, p. 60). Na primeira fase, a vida de David serviu para justificar a teoria de que a identidade de género pode ser social e cirurgicamente construída, que é maleável e neutra na infância, apesar de registos de entrevistas não publicados mostrarem que a adaptação não era pacífica. Na segunda fase, serviu para sustentar a tese de que cada pessoa tem uma identidade sexual original, uma verdade interna imutável (Butler, 2004, p. 62).

Ou seja, toda a discussão foi sempre colocada dentro desta dicotomia entre social e biológico, e, mais profundamente, entre feminino e masculino, sendo que a possibilidade de existência fora dessa estrutura não foi considerada. Butler sugere um terceiro olhar, partilhado pelo movimento intersexo: “O objectivo é tentar imaginar um mundo no qual indivíduos com atributos genitais mistos possam ser aceites e amados sem que tenham que ser transformados numa versão de género mais socialmente coerente ou normativa” (Butler, 2004, pp. 64-65).

A grelha para o questionamento da humanidade deve ser a do auto-conhecimento (Butler, 2004, p. 67), mas este é sempre moldado pela linguagem que o permite. O auto-conhecimento de David foi feito num contexto fora do comum: de forte monitorização e avaliação em comparação com um modelo de feminidade e masculinidade. A sua auto-definição é feita perante uma audiência e com base na linguagem pré-existente que foi moldada pelas normas vigentes (Butler, 2004, p. 67). Por exemplo, o facto de Brenda querer brincar com determinados brinquedos foi imediatamente interpretado pelo próprio como um desvio da norma do que significa ser rapariga (Butler, 2004, p. 70)

A narrativa de David é um exemplo extremo de como o género é um eixo tão central da identidade humana, que é sempre visto como necessário, seja com base em justificações biológicas ou sociais, que esta incorpore um dos polos do binário feminino/masculino. Se houvesse a possibilidade de David verdadeiramente se auto-identificar, construir a sua narrativa para além da questão de género, não seria a possibilidade de reconhecimento maior?

A PATOLOGIZAÇÃO DA IDENTIDADE

Se o ensaio sobre David demonstra a realidade concreta das normas de género, em “Undiagnosing Gender” (Butler, 2004, pp. 75-101) Butler foca-se nas normas construídas formalmente. Neste ensaio, Butler discute potencialidades de empoderamento e opressão que a inclusão do transtorno de identidade de género no DSM-IV, o manual de distúrbios mentais, proporciona.

A autora identifica a tensão entre os argumentos a favor e contra o diagnóstico como inseridas no paradoxo da autonomia. Por um lado, a manutenção do diagnóstico permite o acesso a condições seguras para as pessoas com menos possibilidades para fazerem a transição. Por outro lado, ser diagnosticado com transtorno de identidade de género é ser considerado “estar doente, enfermo, errado, estragado, anormal e sofrer uma certa estigmatização como consequência da própria existência do diagnóstico” (Butler, 2004, p. 76).

O diagnóstico pode permitir o empoderamento, contribuindo para a autonomia da pessoa ao possibilitar que esta faça a transição nos seus termos e ao ser utilizado estrategicamente, enquanto o argumento da patologização é rejeitado. Por outro lado, limita esta autonomia ao diagnosticar a pessoa, ao submetê-la a um processo e linguagem marcados pelas normas de género.

Mais do que isso, o diagnóstico presume uma identidade fixa, é necessário provar-se que se quis viver como o outro género durante um longo período de tempo, assim como ter um plano de vida para viver de acordo com esse género (Butler, 2004, p. 81).

Resumidamente, é uma questão de como se olha para o conceito de autonomia. Os argumentos a favor do diagnóstico vêm-no como potencialmente empoderador da autonomia individual, uma vez que pode ser utilizado como instrumento. Contra o diagnóstico, está o argumento de que pode limitar a autonomia dos que sofrem por causa da patologização, fomentando o estigma. Sem ele, a vida prática de muitas pessoas é dificultada. Com ele, é utilizada uma linguagem na qual as pessoas não acreditam, fazendo com que as questões que devem ser discutidas não sejam levantadas (Butler, 2004, p. 91).

O diagnóstico levanta uma série de questões sobre como se estabelece este transtorno, principalmente nas crianças: rapazes que brincam com brinquedos femininos, raparigas que gostam de vestir roupas masculinas. “Imagina que cada indivíduo tem uma relação com o “sexo atribuído” e que esta relação ou é de desconforto e angústia ou de conforto e de estar em paz” (Butler, 2004, p. 97). Ao mesmo tempo, este género é medido através de objectos culturais: roupas, brinquedos etc.

Para além dos objectos sociais, há os elementos corporais. A questão da cirurgia coloca-se no centro da performatividade, uma vez que o cultivar de características sexuais secundárias dentro das normas é aceite como uma escolha não patologizada. O que prova que os indicadores corporais sexuais são meios culturais, uma vez que uma mulher não é considerada como sofrendo de uma patologia se quiser aumentar o peito, para se tornar o *mais feminina*: “o sexo é tornado perceptível através de signos que indicam como o mesmo deve ser lido e compreendido” (Butler, 2004, p. 87).

Butler conclui que vivemos um paradoxo de autonomia. O ideal seria existir um contexto que permitisse às pessoas aceder à transição sem ser necessário patologizar.

Mas, no contexto actual, o diagnóstico pode ser necessário para alguns, obrigando a viver neste paradoxo, de “ser desfeitos para nos podermos fazer” (Butler, 2004, p. 100).

Desde a publicação de “Undoing Gender”, o transtorno de identidade de género foi substituído por “disfunção de género” na versão revista do DSM, DSM-5, publicado em 2013. Esta suavização linguística é justificada pela vontade de evitar o estigma (APA, 2013), ao não ser visto como um distúrbio mental. Apesar de afirmar evitar o estigma, este diagnóstico mantém uma característica essencial que dificulta a performatividade: a visão de género como um fenómeno relativamente permanente (Butler, 2004, p. 81).

IDENTIDADE E RECONHECIMENTO

O estudo da identidade está no coração dos Estudos Culturais. Com as alterações que o conceito tem sofrido à medida que os pressupostos que o sustentavam foram sendo questionados, torna-se necessário desfazer e refazer a forma como pensamos a identidade. A diferença de género, neste contexto, tem uma função paradigmática relativamente a outros eixos de exclusão (Hall, 1996, p. 15), e, portanto, pode ser a chave para repensar todo o conceito. Para Stuart Hall, a visão de identidade como performance é um importante passo para ultrapassar o impasse da incapacidade de construir uma ponte entre as estruturas discursivas da identidade que é imposta e a capacidade do indivíduo de se identificar.

O contributo de Butler é fulcral, não apenas no campo dos estudos de género e nos Estudos Culturais. Mais do que académico, é um contributo humano e político necessário e urgente para a promoção de um verdadeiro reconhecimento inclusivo, uma vez que procura estabelecer uma ponte sólida entre a possibilidade de autonomia individual e o reconhecimento social da humanidade de cada um.

REFERÊNCIAS

- American Psychiatric Association. (2013). *Gender dysphoria*. Acedido em APA DSM-5 <http://www.dsm5.org/documents/gender%20dysphoria%20fact%20sheet.pdf>
- Bauman, Z. (2000). *Liquid modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Butler, J. (September - December de 2009). Performativity, precarity and sexual politics. *Revista de Antropología Iberoamericana*, 4, i-xiii.
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. Nova York e Londres: Routledge.
- Hall, S. (1996). Introduction: who needs ‘Identity’? In e. S. Gay, *Questions of Cultural Identity* (pp. 1-17). Londres: Sage.

Rita Himmel é doutoranda do Programa Doutoral em Estudos Culturais das Universidades de Aveiro e do Minho, onde actualmente desenvolve um projecto de investigação sob o tema das identidades, representações e media. Licenciada em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Mestre em Relações

Internacionais pela Universidade de Amesterdão, tem como interesses científicos, para além do actual tema de investigação, questões de Direitos Humanos, soberania alimentar e movimentos transnacionais. Profissionalmente, tem experiência na área da Comunicação e do Jornalismo, em entidades como o jornal Público, a emissora Deutsche Welle e o Gabinete de Informação do Parlamento Europeu.

E-mail: rita.himmel@ua.pt

Universidade de Aveiro / Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais,
Campus de Gualtar 4710-057 Braga

* **Submetido: 16-02-2015**

* **Aceite: 20-04-2015**

BUTLER, J. (2004). UNDOING GENDER. NEW YORK AND LONDON: ROUTLEDGE

Rita Himmel

With the erosion of the rigidity of modern structures of social organization, identity issues are more than ever at the center of social life. The liquidity of the postmodern world (Bauman, 2000) broke many of the frames that lined the way we presented ourselves to the world, opening up formerly unthinkable possibilities. However, some social norms are rooted to such an extent that they do not allow this process to be carried out in its entirety. Gender is the most paradigmatic axis in this field. How can we arrive at a place of true acceptance of each human as such beyond gender identity? What if the idea of gender as a fixed phenomenon was undone and we accepted the narrative of each individual as such? Would we not be closer to the humanization of each individual, of their recognition, if we looked at gender identity as performative?

In the collection of essays “Undoing Gender” (2004), Judith Butler suggests that the concept of gender be undone, transposing the essentialist, permanent and binary view, limited to male and female, which leads to the non-recognition of those who somehow challenge this standard. A crucial contribution to theories on identity and gender in the post-modern world, Butler notes that the humanity of those who do not fit the rigid gender norms are simply not recognized, concluding that this can only be done through the overcoming, or undoing, of gender.

Gender is seen as one of the most striking aspects of our identity. However, if we say we are possessors of a sexuality, this sexuality should not define us, but we should have the freedom to embody and live it without being considered less real because of it (Butler, 2004, p. 16). As the author asks: why do we believe that the origin of life in sexual difference is so much more significant of a moment in the construction of our identity than many others, such as social, economic or racial conditions? (Butler, 2004, p. 10).

Altogether, in addition to the introduction, “Undoing Gender” includes eleven texts, each of which contributes to further this same argument, with a dense theoretical basis coming from Psychoanalysis to Queer Theory. In this critical review, two of these chapters will be discussed more thoroughly: one about a case which illustrates the tension between biological and social gender and another one which deconstructs the gender norm in its formal configuration.

ASSIGNED VS SOCIALIZED GENDER

“Doing Justice to Someone: Fri Reassignment and Allegories of Transsexuality” (Butler, 2004, pp. 57-74) is the text which best empirically illustrates the need to undo

the gender, based on the story of David Reimer. Reimer is the individual at the center the dispute between two opposing views: of the social construction and the biological determination of gender. Without confirming or denying any of the arguments, Butler offers a third view on the case.

Born with XY chromosomes, as a child, David's penis was damaged after a surgical accident. His parents decided that David would become Brenda, after coming into contact with John Money's theory, according to which any child can be happy being socialized and surgically adapted according to a particular gender (Butler, 2004, 59). When Brenda began to want to buy boys' toys, to refuse to urinate sitting down, to take estrogen and undergo surgery, local psychiatrists considered that the socialization of David as Brenda had been a mistake. Then Milton Diamond, a researcher advocating the hormonal origin of gender identity, took over the case. At 14, Brenda started living as David, receiving hormonal treatment and surgical alterations (Butler, 2004, p. 60). In its first phase, David's life served to justify the theory that gender identity, seen as neutral in childhood, can be socially and surgically constructed, although unpublished interviews records show that the adjustment was not peaceful. In its second phase, it served to support the thesis that each person has a unique sexual identity, an uncheable inner truth (Butler, 2004, p. 62).

Thus, the whole discussion was always placed within this dichotomy between social and biological, and, more deeply, between female and male, without the possibility of existence outside of this structure. Butler suggests a third look, shared by the intersex movement: "The aim is to try to imagine a world in which individuals with mixed genital attributes can be accepted and loved without having to be transformed from a gender version more socially coherent or normative" (Butler, 2004, pp. 64-65).

The standard for the questioning of humanity must be self-understanding (Butler, 2004, p. 67), which is always shaped by what language allows. David's self-understanding was made in an unusual context: a strong monitoring and evaluation on the basis a model of femininity and masculinity. His self-definition was made before an audience and based on a pre-existing language shaped by current standards (Butler, 2004, p. 67). For example, the fact that Brenda wanted to play with certain toys was immediately interpreted as a deviation from the norm of what being young girl is (Butler, 2004, p. 70).

David's story is an extreme example of how gender is such a central axis of human identity, which is always seen as necessarily incorporating either female or maleness, whether based on biological or social reasons. If there was the possibility of David truly self-identifying, build his/her own narrative beyond the gender issue, would there not be a greater possibility of recognition?

PATHOLOGIZATION OF IDENTITY

If the essay on David demonstrates the concrete reality of gender standards, in "Undiagnosing Gender" (Butler, 2004, pp. 75-101) Butler focuses on the standards formally constructed. In this trial, Butler discusses empowerment and oppression potential that the inclusion of gender identity disorder in DSM-IV, the manual of mental disorders, provides.

The author identifies the tension between the arguments for and against the diagnosis and inserts it into the paradox of autonomy. On the one hand, maintaining the diagnosis allows access to safe conditions for people with less financial possibilities to undergo a transition. On the other hand, being diagnosed with gender identity disorder is to be considered “sick, sick, wrong, damaged, abnormal and suffer a certain stigmatization as a result of the very existence of the diagnosis” (Butler, 2004, p. 76).

The diagnosis can be a source of empowerment, contributing to the autonomy of the person and enabling the transition to be done in his/her terms and be used strategically as the pathologization is rejected. On the other hand, a diagnosis might be limiting to autonomy, by subjecting it to a process and language limited by gender norms.

More than that, the diagnosis assumes a fixed identity, it is necessary to prove that one wanted to live as the other gender for a long period of time, as well as have a life plan to live up to this gender (Butler, 2004, p. 81).

In short, it's a matter of how you look at the concept of autonomy. The arguments in favor of diagnosis see it as potentially empowering of individual autonomy, since it can be used as a tool. Against the diagnosis, is the argument that it may limit the autonomy, fostering stigma. Without it, the practical life of many people may be hampered. With it, a language in which people do not believe is used, avoiding the discussion of necessary issues (Butler, 2004, p. 91).

The diagnosis raises a number of questions on how to establish this disorder, especially in children: boys who play with female toys, girls who like to wear male clothing. It imagines that each individual is either comfortable or anxious about their assigned sex (Butler, 2004, p. 97). At the same time, this relation to the assigned sex is measured through cultural objects: clothes, toys, etc.

In addition to the social objects, there are bodily elements. The question of surgery arises at the center of performativity, since the cultivation of secondary sexual features within the norms is not seen as a pathologized choice, proving that sexual bodily indicators are cultural. A woman is not considered as suffering from a pathology if she wants to undergo breast augmentation, to become more feminine, “[s]ex is made understandable through the signs that indicate how it should be read or understood” (Butler, 2004, p. 87).

Butler concludes that we live a paradox of autonomy. Ideally it would be possible for people to undergo a transition without having to be pathologized. But, currently, the diagnosis may be necessary for some, forcing all to live in this paradox, to “be undone in order to of ourselves”.

Since the publication of “Undoing Gender”, gender identity disorder has been replaced by “gender dysphoria” in the revised DSM, DSM-5, published in 2013. This linguistic mitigation is justified by the desire to avoid the stigma (APA, 2013), since it is no longer presented as a mental disorder. Despite claiming to avoid stigma, this diagnosis remains an essential feature that hinders the performativity of gender, viewed as a relatively permanent phenomenon (Butler, 2004, p. 81).

IDENTITY AND RECOGNITION

The study of identity is at the heart of Cultural Studies. With the changes the concept has suffered as the assumptions in relation to it were questioned, it becomes necessary to undo and redo the way we think identity. The gender difference is paradigmatic, in this context, in relation to other axis of difference (Hall, 1996, p. 15), and thus may be the key to rethink the entire concept. For Stuart Hall, the view of identity as performative is an important step to overcome the impasse of the inability to build a bridge between the discursive structures of identity that are imposed and the ability of the individual identify him/herself.

The contribution of Butler is crucial, not only in the field of Gender Studies and Cultural Studies. More than academic, it is a necessary and urgent human and political input, in order to promote true comprehensive recognition as it seeks to establish a solid bridge between the possibility of individual autonomy and humanity's social recognition of each individual.

REFERENCES

- American Psychiatric Association. (2013). *Gender Dysphoria*. Obtido de APA DSM-5: <http://www.dsm5.org/documents/gender%20dysphoria%20fact%20sheet.pdf>
- Bauman, Z. (2000). *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Butler, J. (September - December de 2009). Performativity, Precarity and Sexual Politics. *Revista de Antropología Iberoamericana*, 4, pp. i-xiii.
- Butler, J. (2004). *Undoing Gender*. New York and London: Routledge.
- Hall, S. (1996). Introduction: who needs 'Identity'? In e. S. Gay, *Questions of Cultural Identity* (pp. 1-17). London: Sage.

Rita Himmel is a PhD student of the Doctoral Program in Cultural Studies from the Universities of Aveiro and Minho. She is currently developing a research project on the theme of identity, representations and the media. She has a first Degree in Communication Sciences, Faculty of Arts, University of Oporto and a Master degree in International Relations from the University of Amsterdam. Beyond the current research topic, her current research interests are issues of human rights, food sovereignty and transnational movements. Professionally, she has experience in the field of Communication and Journalism, at organizations such as *Público* newspaper, Deutsche Welle Broadcaster and the Information Office of the European Parliament.

E-mail: rita.himmel@ua.pt

Universidade de Aveiro / Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais,
Campus de Gualtar 4710-057 Braga Portugal

* Submitted: 16-02-2015

* Accepted: 20-04-2015

NOCELLA II, A. J.; SORENSON, J.; SOCHA, K. E MATSUOKA, A. (Eds.) (2014). DEFINING CRITICAL ANIMAL STUDIES: AN INTERSECTIONAL SOCIAL JUSTICE APPROACH FOR LIBERATION. NOVA IORQUE: PETER LANG

Anabela Santos

No volume “Defining Critical Animal Studies: An Intersectional Social Justice Approach for Liberation”, Anthony J. Nocella II, John Sorenson, Kim Socha e Atsuko Matsuoka apresentam as fundações epistemológicas, teóricas e metodológicas de um campo emergente nas academias ocidentais: os Estudos Críticos dos Animais (ECA). Sob a influência da teoria crítica, dos estudos anarquistas, da ecopedagogia e dos princípios da justiça social, os ECA emergem como uma área interdisciplinar que procura estabelecer, de forma holística e concertada, um movimento de libertação humana, animal e ecológica.

Em 2007, um ano após a red denominação do centro que esteve na origem dos ECA para Institute for Critical Animal Studies, Steven Best, Anthony J. Nocella II, Richard Kahn, Carol Gigliotti e Lisa Kemmerer estabeleceram os dez princípios edificantes deste campo de estudos. Como refere a nota introdutória deste livro, os Estudos Críticos dos Animais pautam-se pela necessidade de promover a interdisciplinaridade; uma academia ativista e comprometida politicamente com a justiça social; a investigação científica dirigida para a ação; a compreensão interseccional dos sistemas de opressão; a política radical anti-capitalista; políticas de solidariedade; a política de libertação total; a desconstrução crítica do pensamento binário; o ativismo radical; e o diálogo aberto entre diferentes atores sociais.

No sentido de explorar detalhadamente os princípios basilares dos Estudos Críticos dos Animais, este volume reúne um conjunto de dez artigos, elaborados em coautoria, que se encontram divididos em cinco partes específicas, a saber: interdependência, unidade, academia crítica, educação radical e ação contestatória nas ruas.

Na primeira parte, o capítulo “An Overview of Anthropocentrism, Humanism, and Speciesism in Critical Animal Theory”, de Adam Weitzenfeld e Melanie Joy, conceptualiza o antropocentrismo como uma das manifestações ideológicas do paradigma humanista, que sustenta a supremacia humana sobre os animais não-humanos. Sob a égide da Teoria Crítica Animal, as/os autoras/es consideram que o humanismo antropocêntrico se correlaciona, reforça e legitima o especismo, isto é, o complexo de instituições sociais e discursos culturais que garantem a subordinação dos animais não-humanos e o apagamento das suas perspetivas, interesses e subjetividades. O carnismo é introduzido neste capítulo como a maior expressão da ideologia especista, na medida em que categoriza os animais não-humanos por graus de importância, ontologizando apenas alguns destes como “edíveis” ou bens de consumo. Weitzenfeld e Joy advogam a adoção

da praxis vegana de modo a desafiar as estruturas de poder opressivas, os discursos socioculturais e as perceções individuais. Enformado pela crítica feminista, teoria racial crítica, justiça ambiental e criminologia ambiental, o capítulo “Ecological Defense for Animal Liberation: A Holistic Understanding of the World”, de Amy J. Fitzgerald e David Pellow, destaca a importância da interseccionalidade para a compreensão do modo como diferentes sistemas de opressão interagem para produzir contextos de desigualdade, hierarquia e dominação. Fitzgerald e Pellow detêm-se, em particular, no modo como o antropocentrismo e o especismo se reforçam mutuamente através da manutenção do binómio “cultura-natureza”. À semelhança das demais dicotomias (e.g. homem-mulher, animal-humano, civilizado-selvagem), o binómio “cultura-natureza” baseia-se numa relação hierárquica, na qual a categoria dominante (“cultura”) é normalizada e privilegiada relativamente à categoria oposta (“natureza”). Como assinalam Fitzgerald e Pellow, a presunção da superioridade dos indivíduos humanos sobre os animais não-humanos (e daqueles grupos que têm sido convencionalmente associados à “natureza”, como as mulheres e as pessoas negras) tende a ser perpetuada no contexto ocidental. A desconstrução crítica do pensamento binário surge, pois, como uma condição imprescindível para a abolição do paradigma antropocêntrico e especista.

Na segunda parte, o capítulo “Until All Are Free: Total Liberation through Revolutionary Decolonization, Groundless Solidarity, and a Relationship Framework”, de Sarat Colling, Sean Parson e Alessandro Arrigoni, discute a conceção de “libertação total” de Steven Best (2011) - a qual destaca a necessidade de promover, de forma holística, a libertação humana, animal e ecológica -, procurando expandir esta formulação a partir das teorias pós-coloniais. Estas/es autoras/es sustentam que a “libertação total” pressupõe, de forma indelével, a transformação individual e a ação revolucionária (“revolutionary decolonization”), políticas de solidariedade (“groundless solidarity”) e a consideração das relações de interdependência que os sujeitos humanos e não-humanos estabelecem entre si (“relationship framework”). Para Colling, Parson e Arrigoni, os princípios supra-mencionados são essenciais para combater o capitalismo global e os inúmeros mecanismos que este utiliza para reprimir a descolonização, a solidariedade e a ajuda mútua, bem como para obstar a promoção de uma ética individual e social. No capítulo “One Struggle”, Stephanie Jenkins e Vasile Stănescu introduzem o conceito de “veganismo comprometido” como uma praxis individual/social que visa pôr fim à instrumentalização dos animais não-humanos e a todas as dimensões do complexo industrial de exploração animal (e.g. alimentação, vestuário, experimentação científica, entretenimento). Enquanto expressão de uma visão integrada sobre a justiça social, que é passível de ser enquadrada na ética radical do cuidado, o “veganismo comprometido” antagoniza com o “veganismo de boicote”: diferentemente do último, o primeiro opõe-se às instituições capitalistas, às estruturas sociais neoliberais e à circunscrição do ativismo (vegano ou anti-especista) ao boicote económico. Jenkins e Stănescu sustentam, assim, que o “veganismo comprometido” e a articulação deste com a luta anti-capitalista permitirão combater, de forma sustentada, os múltiplos “-ismos” da opressão.

A terceira parte do livro é iniciada pelo capítulo “The Ivory Trap: Bridging the Gap between Activism and the Academy”, de Carol L. Glasser e Arpan Roy. O difícil acesso às

instituições académicas, a presunção da objetividade no processo de produção científica, as hierarquias metodológicas, o policiamento das fronteiras disciplinares e a marginalização temática (sobretudo de tópicos relacionados com a justiça social) são identificados como os principais obstáculos à articulação efetiva entre a academia e o ativismo. Para Glasser e Roy, a investigação científica deve ser dirigida para a ação, sustentada por uma relação simbiótica com os membros de determinada comunidade, no sentido de fomentar e expandir políticas de (auto)emancipação. Kim Socha e Les Mitchell, que assinam o capítulo “Critical Animal Studies as an Interdisciplinary Field: A Holistic Approach to Confronting Oppression”, discutem a importância da interdisciplinaridade para superar a fragmentação do conhecimento científico e a compreensão segmentada dos fenómenos sociais. Recorrendo a estudos de caso para demonstrar os mecanismos de inclusão dos Estudos Críticos dos Animais em diferente campos de saber, Socha e Mitchell sustentam que a erradicação de regimes de poder e de assunções opressivas exige, de forma indubitável, uma colaboração interdisciplinar na investigação académica e na praxis social.

Na quarta parte, o capítulo “Radical Humility: Toward a More Holistic Critical Animal Studies Pedagogy”, de Lauren Corman e Tereza Vandrovcová, questiona o paradigma de vitimização que enforma, frequentemente, a (re)construção social dos animais não-humanos. Influenciadas pela crítica feminista e pedagogia crítica - que afirmam a capacidade de resistência, a agência e as diversas formas de subjetividade -, as autoras sustentam a necessidade de olhar os animais não-humanos não só como objetos de opressão, mas também como sujeitos ativos no seu processo de libertação. Para Corman e Vandrovcová, importa promover representações heterogéneas e interseccionais sobre os animais não-humanos, sobretudo na academia, no ativismo e no ensino, potenciando a consciência crítica e modelos relacionais emancipatórios. O capítulo “Engaged Activist Research: Challenging Apolitical Objectivity”, de Lara Drew e Nik Taylor, tece uma crítica à imbricação dos valores de neutralidade e de objetividade no exercício da investigação científica, assumindo-os como expressões de poder e dos interesses dos grupos hegemónicos. Drew e Taylor relevam a necessidade de afirmar as orientações ideológicas e políticas que subjazem à produção do conhecimento, as quais envolvem no âmbito dos Estudos Críticos dos Animais uma crítica ao capitalismo, imperialismo e hierarquia, bem como ao hetero/cis/ssexismo, racismo, ableísmo, especismo, classismo, entre outros. Embora reconheçam a academia como uma instituição apolítica, liberal e conservadora (e, por conseguinte, contrária aos princípios fundadores dos ECA), Drew e Taylor acreditam que a investigação pode ser configurada como um ato de resistência e um instrumento essencial para o desenvolvimento das comunidades, para o ativismo e para a transformação social (radical).

Por fim, a quinta parte inclui o capítulo “From the Classroom to the Slaughterhouse: Animal Liberation by Any Means Necessary”, no qual Jennifer Grubbs e Michael Loadenthal começam por refletir sobre o modo como a academia se converteu numa máquina neoliberal que, fundamentalmente, serve as elites capitalistas, mercantiliza o conhecimento e transforma as/os estudantes em meros agentes de consumo. Grubbs e Loadenthal discorrem sobre o lugar da ação direta não violenta no campo dos Estudos Críticos dos Animais, exploram as tensões vividas por académicas/os envolvidas/os em

formas ilegais de ativismo, assim como abordam a marginalização dos ECA no contexto universitário. Destacam ainda a importância da reflexividade, da colaboração e do combate ao neoliberalismo na academia e no ativismo como condição essencial para a consecução da libertação total. Richard J. White e Erika Cudworth encerram esta derradeira parte com o capítulo “Taking it to the Streets: Challenging Systems of Domination from Below”, no qual desenvolvem uma crítica à exploração dos animais não-humanos a partir das teorias anarquistas (clássicas), particularmente do pensamento de Élisée Reclus. Reconhecendo a necessidade de ir além da macropolítica de contestação, que é associada comumente aos movimentos sociais, White e Cudworth conceptualizam a ação individual como um foco de resistência e de poder contra a manutenção da dominação inter-espécies. Em anuência com Brian Dominick (1997), que (re)coloca as práticas individuais no centro da praxis anarquista, White e Cudworth sustentam que a micropolítica do quotidiano encerra um potencial inegável para desmantelar, no tempo de “agora”, os sistemas interseccionais de opressão, através de estratégias como escolhas de consumo, a promoção da academia ativista, a organização de manifestações públicas, a ação direta através de desobediência civil, etc.

De forma indubitável, o volume “Defining Critical Animal Studies: An Intersectional Social Justice Approach for Liberation” constitui um recurso didático importante e uma ferramenta indispensável para indivíduos, grupos e comunidades que atuam em defesa daquelas/es cuja existência é ameaçada pela exploração, opressão e morte. Não obstante as limitações epistemológicas e teórico-metodológicas (e.g. formulações repetitivas, reflexão pouco profunda sobre métodos de investigação, operacionalização superficial de conceitos fundamentais no âmbito dos ECA), este livro emerge como uma contra-narrativa que interpela não só os silêncios, omissões e ausências de uma academia que é relutante em transcender o paradigma antropocêntrico, mas também o modo como se faz ciência no contexto do capitalismo neoliberal. Representa, certamente, um momento importante na consolidação dos Estudos Críticos dos Animais e na prefiguração de novos trilhos de pensamento, reflexão e ativismo político.

Anabela Santos é bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, frequentando atualmente o Programa Doutoral FCT em “Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade” (Universidade do Minho). É mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho e em Ciência Política pela Russian State University for the Humanities. Os seus principais interesses de investigação incluem os estudos feministas dos média, os estudos críticos dos animais, as teorias da interseccionalidade e os estudos anarquistas. É ativista feminista, bem como participa no movimento LGBTQIA+ e no movimento pela libertação animal.

E-mail: amsantos86@gmail.com

Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais, Campus de Gualtar 4710-057
Braga Portugal

* **Submetido: 16-02-2015**

* **Aceite: 20-04-2015**

**NOCELLA II, A. J.; SORENSON, J.; SOCHA, K. E
MATSUOKA, A. (EDS.) (2014). DEFINING CRITICAL
ANIMAL STUDIES: AN INTERSECTIONAL SOCIAL JUSTICE
APPROACH FOR LIBERATION. NEW YORK: PETER LANG**

Anabela Santos

In the volume “Defining Critical Animal Studies: An Intersectional Social Justice Approach for Liberation”, Anthony J. Nocella II, John Sorenson, Kim Socha and Atsuko Matsuoka present the epistemological, theoretical and methodological bases of an emerging field in Western academia: Critical Animal Studies (CAS). Under the influence of critical theory, anarchist studies, ecopedagogy studies, and the principles of social justice, CAS is an interdisciplinary area that seeks to establish, in a holistic and coordinated way, a movement for human, animal and ecological liberation.

In 2007, one year after the renaming of the centre at the origin of CAS as the Institute for Critical Animal Studies, Steven Best, Anthony J. Nocella II, Richard Kahn, Carol Gigliotti and Lisa Kemmerer established the ten founding principles of this field of study. As stated in the introductory note to this book, Critical Animal Studies is guided by the need to promote an interdisciplinary approach; an academic environment that is active and politically committed to justice; theory-to-action politics; the intersectional understanding of systems of oppression; radical anti-capitalist politics; politics of solidarity; the politics of total liberation; the critical deconstruction of binary thinking; radical activism; and open dialogue between different social actors.

In order to explore the fundamental principles of Critical Animal Studies in detail, this volume gathers together a set of ten co-authored articles, which are divided into five specific parts: interdependency, unity, critical scholarship, radical education and taking it to the streets.

In the first part, the chapter “An Overview of Anthropocentrism, Humanism, and Speciesism in Critical Animal Theory”, by Adam Weitzenfeld and Melanie Joy, conceptualizes anthropocentrism as one of the ideological manifestations of the humanist paradigm, which sustains human supremacy over nonhuman animals. Under the aegis of Critical Animal Theory, the authors consider that anthropocentric humanism correlates, strengthens and legitimizes speciesism — the complex of social institutions and cultural discourses that subordinates nonhuman animals and erases their perspectives, interests and subjectivities. Carnism is introduced in this chapter as the highest expression of speciesist ideology in that it categorizes nonhuman animals by degrees of importance, and ontologizes only a few of these as edible or as consumables. Weitzenfeld and Joy advocate the adoption of vegan praxis in order to challenge oppressive power structures, socio-cultural discourses and individual perceptions. Informed by feminist theory, critical

race theory, environmental justice and green criminology, the chapter “Ecological Defense for Animal Liberation: A Holistic Understanding of the World”, by Amy J. Fitzgerald and David Pellow, highlights the importance of intersectionality for understanding the way in which different systems of oppression interact to produce the contexts of inequality, hierarchy and domination. Fitzgerald and Pellow focus, in particular, on the way anthropocentrism and speciesism are mutually reinforced by maintaining the binomial “culture-nature”. In common with other dichotomies (e.g. male-female, animal-human, civilized-wild), the binomial “culture-nature” is based on a hierarchical relationship, in which the dominant category (“culture”) becomes the standard and is privileged relative to its opposite category (“nature”). As stated by Fitzgerald and Pellow, the presumed superiority of human individuals over nonhuman animals (and those groups that have conventionally been associated with “nature”, such as women and black people) tend to be perpetuated in the Western context. The critical deconstruction of binary thought arises, then, as a necessary precondition for the abolition of the anthropocentric and speciesist paradigm.

In the second part, the chapter “Until All Are Free: Total Liberation through Revolutionary Decolonization, Groundless Solidarity, and the Relationship Framework”, by Sarat Colling, Sean Parson and Alessandro Arrigoni, discusses the Steven Best’s theory of “total liberation” (2011) - which highlights the need to promote, in a holistic way, human, animal and ecological liberation - seeking to expand this formulation from post-colonial theories. These authors maintain that “total liberation” inevitably presupposes individual transformation and revolutionary action (“revolutionary decolonization”), politics of solidarity (“groundless solidarity”) and considers the relationship of interdependence that human and nonhuman animals establish among themselves (“relationship framework”). For Colling, Parson and Arrigoni, the aforementioned principles are essential in combatting global capitalism and the numerous mechanisms it uses to suppress decolonization, solidarity and mutual aid, as well as to prevent the creation of individual and social ethics. In the chapter “One Struggle”, Stephanie Jenkins and Vasile Stănescu introduce the concept of “engaged veganism” as individual/social praxis which aims to end the use of nonhuman animals and all the dimensions of the animal industrial complex (e.g. food, clothing, scientific experiments, entertainment). As the expression of an integrated vision of social justice, as part of the radical ethics of care, “engaged veganism” goes against “boycott veganism”: unlike the latter, it opposes capitalist institutions, neoliberal social structures and the reduction of (vegan or anti-speciesist) activism to economic boycotts. Jenkins and Stănescu argue that “engaged veganism” and its links to anti-capitalist struggle can fight, in a sustainable way, the multiple “-isms” of oppression.

The third part of the book begins with the chapter “The Ivory Trap: Bridging the Gap between Activism and the Academy”, by Carol L. Glasser and Arpan Roy. The difficulty of access to academic institutions, the presumption of objectivity in the process of scientific production, methodological hierarchies, the policing of disciplinary boundaries and the marginalization of issues relating to social justice are identified as the main obstacles to making effective links between academia and activism. For Glasser and Roy,

scientific research should be focused on action, supported by a symbiotic relationship with members of a particular community, to foster and expand policies of (self-)emancipation. Kim Socha and Les Mitchell, who are responsible for the chapter “Critical Animal Studies of an Interdisciplinary Field: A Holistic Approach to Confronting Oppression”, discuss the importance of interdisciplinarity to overcoming the fragmentation of scientific knowledge and the segmented understanding of social phenomena. Using case studies to demonstrate the mechanisms of including Critical Animal Studies in different fields of knowledge, Socha and Mitchell argue that the eradication of power regimes and oppressive assumptions inevitably demands interdisciplinary collaboration in academic research and social praxis.

In the fourth part, the chapter “Radical Humility: Toward a More Holistic Critical Animal Studies Pedagogy”, by Lauren Corman and Tereza Vandrovcová, questions the paradigm of victimization which often informs the social (re)construction of nonhuman animals. Influenced by feminist theory and critical pedagogy — which affirm the capacity for resistance, agency and various forms of subjectivity — the authors argue the need to look at nonhuman animals not only as objects of oppression, but also as active subjects in their process of liberation. For Corman and Vandrovcová, it is important to promote heterogeneous and intersectional representations of nonhuman animals, especially in academia, in activism and in education, to enhance the critical conscience and emancipatory relational models. The chapter “Engaged Activist Research: Challenging Apolitical Objectivity”, by Lara Drew and Nik Taylor, outlines a critique of the embedding of the values of neutrality and objectivity in scientific research, taking them to be expressions of power and the interests of hegemonic groups. Drew and Taylor reveal the need to affirm the ideological and political guidelines underlying the production of knowledge, which as part of Critical Animal Studies involve a critique of capitalism, imperialism and hierarchy, as well as heterosexism, racism, ableism, speciesism and classism, among others. While they recognize academia as an apolitical, liberal and conservative institution (and therefore against the founding principles of CAS), Drew and Taylor believe that research can be configured as an act of resistance and an essential tool for the development of communities, for activism and for (radical) social transformation.

Finally, the fifth part includes the chapter “From the Classroom to the Slaughterhouse: Animal Liberation by Any Means Necessary”, in which Jennifer Grubbs and Michael Loadenthal begin by reflecting on how academia has become a neoliberal machine which, fundamentally, serves capitalist elites, commodifies knowledge and transforms students into consumers. Grubbs and Loadenthal discuss the place of non-violent direct action in the field of Critical Animal Studies, explore the tensions experienced by academics involved in illegal forms of activism, as well as address the marginalization of CAS in the university context. They also highlight the importance of reflexivity, working together and opposition to neoliberalism in academia and activism as an essential condition for achieving total liberation. Richard J. White and Erika Cudworth close this last part with the chapter “Taking it to the Streets: Challenging Systems of Domination from Below” in which they develop a critique of the exploitation of nonhuman animals rooted in (classic)

anarchist theories, particularly the thought of Élisée Reclus. Recognizing the need to go beyond the macro-politics of contestation, which is commonly associated with social movements, White and Cudworth conceptualize individual action as a focus for resistance and power against maintaining interspecies domination. In agreement with Brian Dominick (1997), which (re)positions individual practice at the centre of anarchist praxis, White and Cudworth maintain that the micro-politics of everyday living has the unique potential to dismantle, in the present, the systems of oppression through strategies such as consumer choice, the promotion of activist academia, organizing public demonstrations, direct action using civil disobedience, etc.

Without doubt, the volume “Defining Critical Animal Studies: An Intersectional Social Justice Approach for Liberation” is an important didactic resource and an indispensable tool for individuals, groups and communities that are acting in defense of those whose existence is threatened by exploitation, oppression and death. Despite the epistemological, theoretical and methodological limits (e.g. repetitive formulations, shallow reflection about research methods and superficial operationalization of fundamental concepts around CAS), this book emerges as a counter-narrative that challenges not only the silences, omissions and absences of an academia that it is reluctant to transcend the anthropocentric paradigm, but also the way science is pursued in the context of neoliberal capitalism. It is certainly an important moment in the consolidation of Critical Animal Studies and prefigures new lines of thought, reflection and political activism.

Anabela Santos is a PhD student funded by the Portuguese Foundation for Science and Technology (FCT), currently attending the FCT doctoral programme in “Communication Studies: Technology, Culture and Society” (University of Minho). She is master in Communication Sciences (University of Minho) and in Political Science (Russian State University for the Humanities). Her main research interests include media feminist studies, critical studies of animals, theories of Intersectionality and anarchists studies. She is a feminist activist and participates in LGBTQIA + movement and in the movement for animal liberation.

E-mail: amsantos86@gmail.com

Universidade do Minho Instituto de Ciências Sociais, Campus de Gualtar 4710-057
Braga Portugal

* **Submitted: 16-02-2015**

* **Accepted: 20-04-2015**